



TESIS DE DOCTORADO

Educação e Desenvolvimento nas Comunidades Ovimbundu de Angola: Estudo Etnográfico da Comunidade de Ekovongo-Bié

José Capitango

ESCUELA DE DOCTORADO INTERNACIONAL DE LA UNIVERSIDAD DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

PROGRAMA DE DOCTORADO EN EDUCACIÓN

SANTIAGO DE COMPOSTELA

2021





DECLARACIÓN DEL AUTOR DE LA TESIS

**Educação e Desenvolvimento nas Comunidades
Ovimbundu de Angola: Estudo Etnográfico da
Comunidade de Ekovongo-Bié**

D./Dña.

José Capiirango

Presento mi tesis, siguiendo el procedimiento adecuado al Reglamento, y declaro que:

- 1) La tesis abarca los resultados de la elaboración de mi trabajo.*
- 2) En su caso, en la tesis se hace referencia a las colaboraciones que tuvo este trabajo.*
- 3) La tesis es la versión definitiva presentada para su defensa y coincide con la versión enviada en formato electrónico.*
- 4) Confirmo que la tesis no incurre en ningún tipo de plagio de otros autores ni de trabajos presentados por mí para la obtención de otros títulos.*

En Santiago de Compostela, 22 de enero de 2021

Fdo.

22/01/2021





AUTORIZACIÓN DE LOS DIRECTORES

D. Germán Vargas Callejas y D. José Antonio Caride Gómez

En condición de Tutor/a y director/a

Título de la tesis: **Educação e Desenvolvimento nas Comunidades Ovimbundu de Angola: Estudo Etnográfico da Comunidade de Ekovongo-Bié**

INFORMAN:

Que la presente tesis, se corresponde con el trabajo realizado por D/Dña JOSÉ CAPITANGO, bajo nuestra dirección/tutorización, y autorizamos su presentación, considerando que reúne los requisitos exigidos en el Reglamento de Estudios de Doctorado de la USC, y que como director- tutor de esta no incurre en las causas de abstención establecidas en la Ley 40/2015.

En Santiago de Compostela, 22 de enero de 2021

Firma electrónica



Dedicatória



Às minhas filhas e
aos meus filhos.
À vós dedico este
trabalho.



Agradecimentos

À Deus pela vida e saúde que me foi dada em todo o processo de realização desta Tese. À minha Mãe de feliz memória e ao meu Pai pela orientação que inspirou a realização deste estudo. Às minhas irmãs, aos meus irmãos e esposas pelo apoio e encorajamento para que este estudo se tornasse uma realidade. Ao Pai Pinto Miguel pelo apoio moral e financeiro na realização do presente estudo. Aos meus antepassados e ancestrais pela proteção espiritual que me concederam em momentos de grandes riscos e aflição que marcaram a realização do presente estudo e em todo o percurso da minha vida. Agradeço à todas as Professoras e a todos os Professores, ao Secretário Rafael Varela Manzano e a todos os funcionários do Departamento de Pedagogia e Didáctica da faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Santiago de Compostela por tudo que fizeram para tornar possível a realização deste estudo.

À Universidade Agostinho Neto pela outorga de uma bolsa de estudo, apesar de a mesma ter sido imediatamente e definitivamente suspensa pelo ex-Ministro do Ensino Superior por motivos não especificados. À Direção do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-LUANDA) pelo apoio institucional e também financeiro. Ao Ex-Vice Decano para a Área Científica do ISCED-LUANDA o Professor Doutor Zavoni Ntongo pela aposta na formação doutoral dos docentes.

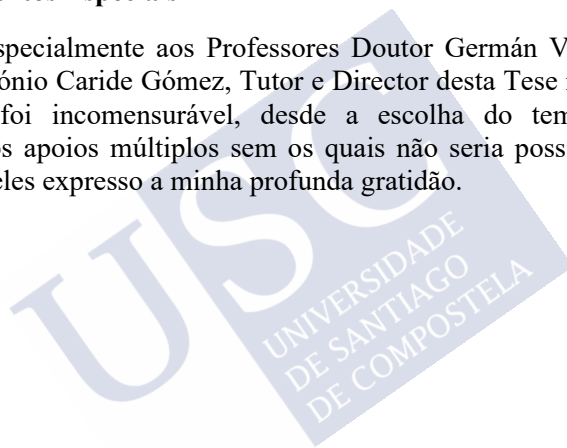
Ao Senhor Américo *Katchipako* ex-Administrador Municipal do Kuito, pelo apoio institucional que tornou possível o acesso à Comunidade de *Ekovongo* que é objeto do presente estudo. Aos ilustres Fernando *Samandele*, António *Kangombe Tchihópio* e Moisés João, respectivamente, Regedor, Regedor-Adjunto e Director das Escolas de *Ekovongo*, pela riqueza dos seus subsídios, recepção calorosa e hospitalidade que me ofereceram durante o período de realização da pesquisa de campo. Aos senhores João Romeu, Soba da Comunidade de *Kambweyo* e Domingos *Jamba*, Soba da Comunidade de *Tchavaya*, pela riqueza dos subsídios que prestaram ao estudo. Aos comunários Maurício *Sakalumbu*, Rodrigues Timóteo, Augusto *Tchikwata*, pela riqueza dos seus subsídios e por terem sido os principais guias que tornaram possível a observação participante. Aos anciãos Justino *Lwali* de feliz memória, Amândio *Simba*, Paulo *Lusati*, João *Mushiquita Tchinjamba*, Tio Silva e Tio *Ngongo*, pela riqueza dos seus subsídios, pelo apoio moral e pela prestimosa colaboração durante a observação participante. Aos Professores Ernesto, José *Kalende*, Abel *Lusati*, Adérito Chiquito, Cameya e à

Professora Beatriz pelos subsídios que enriqueceram a informação colectada. Aos comunários José Tchikupe, Carlos Manuel, Bento Abel, Inácio *Kawende* pelas valiosas contribuições ao presente estudo. Às anciãs Helena *Kulembe*, Avó Juliana *Tchemba*, Avó Maria, Avó *Ngalo* de feliz memória e Avó Amélia Samandele de feliz memória pela hospitalidade e pela riqueza dos subsídios que prestaram ao estudo.

Aos professores e às professoras das escolas de *Ekovongo*, pela recepção calorosa e hospitalidade. Aos senhores Manuel Francisco, Raimundo Kufa, Francisco Dumbu, Adolfo Tomás, Mariano Sassoma, José Gift e à Engenheira Lassalete os meus sinceros agradecimentos pela riqueza dos subsídios que prestaram a este estudo. À todos que directa ou indirectamente contribuíram ao presente estudo os meus sinceros agradecimentos.

Agradecimentos Especiais

Agradeço especialmente aos Professores Doutor Germán Vargas Callejas e Doutor José António Caride Gómez, Tutor e Director desta Tese respectivamente, cujo empenho foi incomensurável, desde a escolha do tema e orientação metodológica aos apoios múltiplos sem os quais não seria possível a conclusão deste estudo. A eles expresso a minha profunda gratidão.



Resumo

A finalidade desta investigação é compreender as reais causas que estão na base da situação de pobreza que assola as comunidades rurais *ovimbundu* de Angola e mais especificamente a comunidade de *Ekovongo*, situada no Município do Kuito na Província do Bié. A pobreza tanto pode resultar de fatores endógenos como seja, a falta de conhecimentos para discernir sobre as possíveis vias de autorealização, com vista a alcançar níveis satisfatórios de organização das condições de vida e de bem-estar social, como pode advir de fatores exógenos como, por exemplo, a adoção ou imposição de modelos e políticas de desenvolvimento inadequados à realidade a que se destinam. A pobreza, enquanto fenómeno que atravessa as comunidades humanas é a face pejorativa mais visível e mais expressiva do subdesenvolvimento, sendo este último um correlato ou agregado do desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento que norteia a presente investigação é aquela que resulta de uma racionalidade construída a partir de processos educativos que têm lugar nas comunidades humanas. Isto pressupõe a existência de uma relação de interdependência entre a educação e o desenvolvimento, que nem sempre é considerada e valorizada por aqueles que se dedicam ao estudo desta problemática e ao desenho de políticas afins. A educação e o desenvolvimento são processos que estão intrinsecamente ligados, de tal sorte, que não se pode conceber a educação sem desenvolvimento, nem este último sem a educação. Sem prejuízo da importância que a educação formal institucionalizada representa na criação e transmissão de conhecimentos, na formação da consciência humana e na satisfação das necessidades básicas, reinvidica-se o mesmo papel que deve ser atribuído aos processos educativos que têm lugar em outros contextos informais que circunscrevem o quotidiano das pessoas que habitam as comunidades rurais. Trata-se de uma concepção sobre processos educativos e de desenvolvimento que transcende a habitual visão economicista limitada à esfera institucional, para entendê-los em sua multidimensionalidade. A educação e o desenvolvimento constituem, pois, as duas faces da mesma moeda, e qualquer tentativa de ignorar esta realidade no desenho de estratégias e políticas de desenvolvimento arrisca-se ao fracasso; e quando isto ocorre gera o subdesenvolvimento e, com ele, a sua faceta mais visível – a pobreza. Este é o motivo pelo qual se procedeu a eleição do tema e do cenário objeto do presente estudo que é a comunidade rural acima mencionada.

Para a sua efetivação optou-se pelo método etnográfico, cuja implementação permitiu a colecta da informação que foi objeto de análise e interpretação, recorrendo à triangulação de técnicas como a observação participante, a entrevista em profundidade e a discussão grupal. Os resultados refletem as potencialidades e as limitações do estudo, situação que recomenda a retomada das temáticas que não foram tratadas com a devida profundidade em investigações futuras. Apesar das limitações e de estarem circunscritos à comunidade de *Ekovongo*, os resultados

alcançados podem ser transferidos a outras comunidades rurais *ovimbundu*, bem como àquelas que, não sendo do universo cultural *umbundu*, apresentam similitudes em sua realidade social.

Palavras chave: educação, desenvolvimento, etnografia, comunidade, *Ekovongo*, Angola, África



Resumen

El propósito de esta investigación es comprender las causas reales que subyacen a la situación de pobreza que atraviesa a las comunidades rurales de Angola y más específicamente a la comunidad de *Ekovongo*, ubicada en el municipio de Kuito en la provincia de Bié. La pobreza puede resultar tanto de factores endógenos como la falta de conocimiento para discernir posibles vías de autorrealización, con miras a lograr niveles seguros de organización de las condiciones de vida y bienestar social, como de factores exógenos como , por ejemplo, la adopción o imposición de modelos y políticas de desarrollo inadecuados a la realidad a la que están destinados. La pobreza, como fenómeno que atraviesa las comunidades humanas, es el rostro peyorativo más visible y expresivo del subdesarrollo, siendo este último un correlato o agregado del desarrollo. La concepción de desarrollo que guía la presente investigación es la que resulta de una racionalidad construida a partir de procesos educativos que se desarrollan en las comunidades humanas. Esto presupone la existencia de una relación de interdependencia entre educación y desarrollo, que no siempre es considerada y valorada por quienes se dedican al estudio de esta problemática y al diseño de políticas relacionadas. La educación y el desarrollo son procesos que están intrínsecamente vinculados, de tal manera que la educación no puede concebirse sin desarrollo, ni este último sin educación. Sin perjuicio de la importancia que representa la educación formal institucionalizada en la creación y transmisión de conocimientos, en la formación de la conciencia humana y en la satisfacción de necesidades básicas, se reivindica el mismo rol que debe atribuirse a los procesos educativos que se desarrollan en otros contextos informales, que circunscriben la vida cotidiana de las personas que viven en las comunidades rurales. Se trata de una concepción sobre los procesos educativos y de desarrollo que trasciende la visión económica habitual limitada al ámbito institucional, para comprenderlos en su multidimensionalidad. La educación y el desarrollo son, por tanto, las dos caras de la misma moneda, y cualquier intento de ignorar esta realidad en el diseño de las estrategias y políticas de desarrollo corre el riesgo de fracasar; y cuando esto ocurre genera subdesarrollo y, con él, su faceta más visible: la pobreza. Es por ello que se eligió el tema y escenario objeto del presente estudio, que es la comunidad rural mencionada anteriormente.

Por su efectividad se eligió el método etnográfico, cuya implementación permitió la recolección de información que fue objeto de análisis e interpretación, utilizando la triangulación de técnicas como la observación participante, la entrevista en profundidad y la discusión grupal. Los resultados reflejan las potencialidades y limitaciones del estudio, situación que recomienda retomar temas que no han sido tratados con la debida profundidad en futuras investigaciones. A

pesar de las limitaciones y estar limitado a la comunidad de *Ekovongo*, los resultados logrados pueden ser transferidos a otras comunidades rurales *Ovimbundu*, así como a aquellas que, al no ser del universo cultural *umbundu*, presentan similitudes en su realidad social.

Palabras clave: educación, desarrollo, etnografía, comunidad, *Ekovongo*, Angola, África



Abstract

The aim of this study was to try to comprehend the real rationale behind the extreme poverty that devastates the *Ovimbundu* rural communities, the *Ekovongo*, specifically, located in *Kuito* Municipality in the province of Bié. Poverty can derive from endogenous factors, *inter alia*; lack of knowledge that could help discern possible ways leading to self-realization, aiming at obtaining means to organize satisfactory living patterns and social well-being, as well as it can derive from exogenous factors such as the adoption or imposition of development models and policies that are inadequate to the target reality. As a transversal phenomenon that human communities are exposed to, poverty the most visible and expressive pejorative face of underdevelopment. The study is grounded on the basis of the rationality constructed from educational processes that occur in human communities. It presupposes the existence of an interdependence relationship between education and development, which is considered and valued by those involved in research in the field and related policy making. Education and development are two intrinsically connected processes that one can never think of education without linking it to development, neither otherwise. Without trying to diminish the importance of the institutionalized formal education in the process of transmission of knowledge, humans conscious building and in the satisfaction of basic needs, it is claimed that the same roles should be attributed to education processes occurring in informal contexts in the communities' everyday life. This education and development conception transcends the usual approach at the institutional level, based on economic values, if one is to understand its multidimensionality.

Thus, education and development constitute “two faces of same coin”. Therefore, any attempt to ignore this fact while designing strategies and policies to development is risking to failure; and when this occurs it generates underdevelopment and along this this, poverty – its most visible facet. This is the rationale behind the choice of the topic and the research field.

Ethnographic research method was applied to carry out the study, implementation of which allowed to gather the analysed and interpreted data, utilizing triangulation techniques as participants observation tool, as well as and profound interview and group discussions. The findings reveal the strengths and weaknesses of the study. Hence, the reality recommends that the research be carried out in a deeper proportion, dealing profoundly with the items that were dealt with depth in the coming research. Albeit the limitations are circumscribed within the

Ekovongo community, the findings can be applied to other *Ovimbundu* rural communities, as they present similar social realities.

Key Words: education, development, ethnography, community, *Ekovongo*, Angola, Africa.



Resumo

Angola é un país cunha economía basicamente agraria; a súa estrutura demográfica está composta principalmente por comunidades rurais, que son espazos territoriais habitados por familias extensas organizadas en clans e liñaxes. As comunidades ovimbundu obxecto desta investigación teñen peculiaridades que se expresan nas formas de organización familiar e sociocomunitaria de produción e reprodución socioeconómica e cultural, que poden entenderse e analizar no marco da relación entre educación e desenvolvemento. O obxectivo desta investigación é comprender as causas que están na base da situación de pobreza que sofren as comunidades rurais de Angola e máis concretamente a comunidade de *Ekovongo*, situada no municipio de Kuito, na provincia de Bié. Así, asumindo a idea de que as prácticas educativas e os procesos de desenvolvemento condicionan a vida das comunidades humanas, provocando tanto o benestar como o malestar das persoas, formulouse o seguinte problema de investigación: a situación de pobreza e subdesenvolvemento experimentada nas comunidades rurais, concretamente na comunidade de *Ekovongo*, procede da incapacidade e descoñecemento dos seus habitantes, ou resulta de implementar prácticas educativas (produción, distribución, intercambio e consumo de coñecementos), modelos e políticas de desenvolvemento inadecuadas á realidade comunitaria? Na mesma liña, preténdese buscar comprensión sobre as seguintes preguntas: Responden os procesos de transformación económica, social e cultural e o coñecemento que se intercambia nelas ás expectativas e horizontes de desenvolvemento das comunidades rurais? Que aspectos considerados relevantes para a vida e o desenvolvemento das comunidades rurais (económicos, sociais, culturais, ambientais, etc.) son difundidos ou marxinados no sistema educativo de Angola? Que actividades económicas, sociais e culturais realizan os membros da comunidade de *Ekovongo* con vistas ao desenvolvemento da súa comunidade? Que retos afrontan neste proceso? En que medida as institucións educativas formais contribúen ao desenvolvemento e mellora da calidade de vida dos habitantes, á preservación da cultura local e do medio ambiente? Considerando os aspectos reflectidos anteriormente, o estudo propón acadar obxectivos xerais e específicos; no que se refire aos obxectivos xerais, tratábase de analizar o concepto e a práctica de desenvolvemento xerado a partir de procesos educativos (formais, non formais e informais), que teñen lugar en *Ekovongo*, para comprender as transformacións producidas pola relación entre tradición e modernidade nas comunidades rurais; e, contribuír con propostas que poidan apoiar o desenvolvemento de políticas

educativas e de desenvolvemento axustadas á realidade das comunidades rurais de Angola. En canto a obxectivos específicos, o estudo propón: 1) presentar os fundamentos teóricos sobre a comunidade e a problemática da relación entre educación e desenvolvemento; 2) Analizar modelos e políticas de desenvolvemento en África subsahariana e en Angola; 3) Describir un marco histórico da comunidade de *Ekovongo*. 4) Analizar os procesos educativos e de desenvolvemento que teñen lugar na comunidade de *Ekovongo*; 5) Identificar as transformacións producidas polas prácticas educativas e os procesos de desenvolvemento contemporáneos nas percepcións, sentimentos, preocupacións, intereses, compromisos, necesidades e expectativas dos habitantes; 6) Analizar se as institucións educativas contribúen ao desenvolvemento, é dicir, cuestionar se os coñecementos e experiencias producidos, intercambiados e utilizados nas diferentes modalidades e prácticas educativas permiten o desenvolvemento comunitario, a preservación da cultura local e do medio ambiente, melloran, manteñen ou empeoran a calidade de vida dos habitantes; e 7) Propoñer unha axenda comunitaria para a revitalización socioeconómica, educativa, cultural e espiritual para superar a pobreza e o deterioro ambiental na comunidade *Ekovongo*.

O estudo ten como soporte teórico e conceptual os enfoques sobre: 1) A comunidade como forma de organización social; 2) Educación e desenvolvemento e a relación de interdependencia entre ambos conceptos; 3) Modelos e políticas de desenvolvemento na África subsahariana; e, 4) Modelos e políticas de desenvolvemento en Angola. No primeiro tema, ademais dunha incursión no concepto de comunidade, fixéronse enfoques sobre as súas diferentes formas, facendo fincapé na comunidade rural considerada como unha construción socio-histórica que se remonta á antigüidade, afirmase e consolídase ao longo de milenios. Nestes enfoques, houbo unha tendencia a formular as relacións entre o rural e o urbano cunha perspectiva de oposición, facendo fincapé na idea de que o campo e a cidade representaban xeitos de vida, cultura e civilización diferentes e opostos (Arcila y Silva, 2013). Desde a perspectiva clásica, o concepto de rural comezou a incorporar catro características comúns: baixa densidade de poboación; predominio das actividades agrícolas; unha forte relación entre habitantes, natureza e medio ambiente que inflúe fortemente na actividade económica e na construción da identidade cultural; e, a existencia de relacións sociais marcadas por un forte sentimento de pertenza entre os habitantes. Os estudos realizados nesta área partiron da premisa de que as comunidades rurais non teñen estruturas organizativas (políticas, administrativas, económicas, sociais e culturais), que se ocupen de espazos territoriais construídos historicamente que aspiran á evolución ata ni

similares aos da modernidade. En consecuencia, formuláronse argumentos que apoiaron a desvalorización das comunidades rurais como espazos residuais nos procesos de desenvolvemento. Non obstante, a dicotomía entre o rural e o urbano comezou a ser contradita polos cambios radicais que marcaron a expansión do capitalismo e polos resultados das investigacións levadas a cabo por institucións académicas, tanto nos países industrializados como nos que están en proceso de desenvolvemento, que propoñen unha reformulación das estratexias de desenvolvemento rural que teñan en conta as transformacións experimentadas ao longo do século XX, é dicir, a diversificación da estrutura, unha aproximación entre o rural e o urbano, a mutua influencia de estilos de vida e valores asociados tradicionalmente coa descentralización tanto rural como urbana, política e administrativa, con vistas a outorgar un maior poder ás comunidades locais, na perspectiva dun goberno semiautónomo con dereito a elixir os seus representantes no marco dos poderes públicos locais.

No segundo tema sobre educación e desenvolvemento, o estudo centrouse no estudo das teorías e modelos, desde a teoría da dependencia, pasando polo foco nas necesidades básicas, o desenvolvemento humano sostible, ata o desenvolvemento comunitario. Para dar maior consistencia a este tema, fixéronse algunhas achegas sobre a educación como proceso de desenvolvemento, o papel dos axentes das prácticas educativas e a relación que se establece entre educación e desenvolvemento. A idea principal destes enfoques é que a educación é un factor clave para superar o subdesenvolvemento das comunidades humanas. Na mesma liña, sublíñase a relación dialéctica entre educación e desenvolvemento, xa que ningún destes procesos pode alcanzar niveis satisfactorios sen a axuda do outro.

No terceiro tema sobre modelos e políticas de desenvolvemento en África subsahariana, os enfoques centráronse na organización e funcionamento das institucións (políticas, sociais, económicas e relixiosas) na África pre e post-colonial. No último caso, destaca o modelo nacional desenvolvementista, a industrialización para a substitución de importacións, o Plan de acción de Lagos, os programas de axuste estrutural, as políticas e estratexias de desenvolvemento rural e as políticas educativas modernizantes. As análises apuntan á existencia dunha distancia entre gobernadores e gobernados, que se deriva da reprodución de mentalidades e lóxicas coloniais que profundan as desigualdades, a imposición de modelos de desenvolvemento, a aplicación de políticas que promoven a marxinação e o empobrecemento das poboacións, especialmente daquelas que residen en comunidades rurais.

O cuarto e último tema do marco teórico versa sobre modelos e políticas de desenvolvemento en Angola. Os enfoques recaen nos procesos, modelos e políticas de desenvolvemento da colonización e do período posterior á independencia. As análises indican que durante a colonización as autoridades adoptaron políticas discriminatorias como o Estatuto político civil e criminal dos pobos indíxenas que rexía as relacións entre a poboación nativa e os non indíxenas, a política de asimilación e unha política educativa orientada á aculturación e transformación de indíxenas en cidadáns portugueses de terceira clase. No período posterior á independencia, Angola experimentou un modelo de desenvolvemento socialista. As políticas probadas baixo este modelo, aínda que teoricamente defenden a igualdade, a xustiza social, a mellora das condicións de vida das persoas e seu benestar, na práctica, estes principios quedan invalidados polos preconceptos herdados do período colonial, que favoreceron o mantemento, a afirmación e consolidación das elites formadas na perspectiva política colonial de discriminación e diferenciación sociocultural, e por vicios como o secuestro/“cabritismo”, a corrupción, o nepotismo, a malversación, a impunidade, etc., inherentes á natureza de réximes neo-patrimonialistas. En canto á educación, se no período colonial serviu para transmitir a ideoloxía fascista, na post-Independencia adoptouse un modelo educativo homoxeneizador que promoveu a discriminación social e cultural, xa que se deseñan os currículos, os plans de estudo e os contidos dos libros de texto sen tomar en conta as necesidades educativas específicas de cada rexión, nin das poboacións indíxenas, e moito menos das que residen habitualmente en comunidades rurais.

En canto á metodoloxía de investigación, optouse pola etnografía, xa que é a estratexia máis axeitada para achegarse á realidade de estudo. A súa implementación requiriu a presenza do investigador na comunidade de *Ekovongo* durante nove meses e a aplicación de técnicas como a observación participante, a entrevista en profundidade e o debate en grupo. A aplicación das técnicas cualitativas mencionadas anteriormente permitiu recoller información e identificar as transformacións sufridas no plan socio-cultural, económico e ambiental, traducidas en cambios nas formas de vida dos habitantes de *Ekovongo*, así como nunha mellor percepción da pertinencia do coñecemento endógeno e coñecemento esógeno producido e compartido a través de prácticas educativas para o desenvolvemento comunitario, así como a súa inserción no contexto nacional e global. No proceso de análise empregouse a triangulación de datos obtidos a partir de diferentes técnicas e os resultados acadados reflicten o potencial e as limitaci-

do estudo, unha situación que recomenda a continuación en futuras investigacións de temas que non se trataron coa debida profundidade.

En canto aos resultados e conclusións, o presente estudo tratou de ir máis alá de aspectos culturais, abarcando cuestións políticas, económicas e ambientais, para obter unha comprensión holística dos procesos comunicativo-educativos que se xeran na comunidade de *Ekovongo* con vistas ao seu desenvolvemento. Os resultados reflectidos no presente estudo responden, por unha banda, á pregunta central e ás preguntas subxacentes formuladas ao inicio do estudo; por outra banda, abordan os obxectivos que se pretendían acadar mediante a realización desta investigación. Deste xeito, os obxectivos contidos no 1, 2 e 3 respondéronse nos capítulos I, II, III, IV, V e VI do marco teórico. Mentres os de 4, 5, 6 e 7 foron cubertos nos capítulos VII, VIII, IX e X. A pesar das limitacións culturais e territoriais de *Ekovongo*, os resultados acadados poden transferirse a outras comunidades rurais de *Ovimbundu*, como tamén a aqueles que non pertencen ao universo cultural *Umbundu*, pero que presentan similitudes na estruturación da súa realidade.

As conclusións do estudo preséntanse en dous eixos: o primeiro reflicte as conclusións extraídas da revisión da literatura a partir das cales se realizou unha análise cruzada das ideas que aportaron diferentes autores, para proporcionar apoio teórico-conceptual e resaltar as que se identifican co presente estudo. O segundo eixo reflicte as conclusións da análise e interpretación, contrastadas co marco teórico que subxace no estudo e que permite unha comprensión holística dos resultados.

Nas conclusións do primeiro eixo inclúense os seguintes temas: 1) Aproximación conceptual á comunidade; 2) Educación e desenvolvemento comunitario: desenvolvemento humano sostible; 3) O fracaso dos modelos e políticas de desenvolvemento na África subsahariana; e, 4) Modelos e políticas de desenvolvemento en Angola. No primeiro tema, a revisión da literatura leva á conclusión de que a comunidade é unha realidade esencial no pensamento sociolóxico contemporáneo, porque a súa análise suscita animadversións que deben ser consideradas e discutidas por todos os estudosos das ciencias sociais, especialmente os das ciencias da educación. Ao abordar este tema, empregáronse ideas de diferentes autores, como Durkheim (1893), Tönnies (1922), Weber (1964), Williams (2003), Bauman (2006), Goldewasser (1974) e Vassberg (1992), cuxo pensamento permite unha percepción elaborada sobre a comunidade. O est

defende unha concepción da comunidade rural entendida como unha forma de organización social, situada nun espazo territorial delimitado, onde as relacións entre os suxeitos están rexidas por un sentimento de pertenza a un grupo humano e impregnadas dunha conciencia colectiva capaz de xestionar os asuntos comunitarios (políticos, sociais, culturais, económicos, ambientais, etc.); unha comunidade que, ademais dos elementos xa mencionados, converxe á proposta de Vassberg (1992), é dicir, que se presenta coas características dun goberno semiautónomo, que ten un conxunto de dereitos, entre os que destaca o de elixir os seus propios representantes públicos locais.

No segundo tema, o estudo conclúe que a relación entre educación e desenvolvemento comunitario debe entenderse como un proceso de integración das institucións educativas, do seu *modus operandi* na realidade da comunidade, valorando a cultura e as experiencias locais. Neste sentido, o estudo coincide con (Caride et al., 2007); e, tamén se alinea con Ware (1954) que conciben o desenvolvemento comunitario como un proceso no que os cidadáns deben asumir a responsabilidade do seu progreso, diagnosticar os seus problemas, planificar, executar e buscar solucións en estreita colaboración cos poderes públicos; o estudo tamén corrobora a perspectiva de Caballo, Candia, Caride e Meira (1996) que conciben o desenvolvemento comunitario como un proceso holístico e multidimensional.

En canto ao desenvolvemento humano sostible, houbo un cambio dunha perspectiva puramente material a unha visión que incorpora o medio ambiente e concibe o desenvolvemento como a ampliación das capacidades e opcións das persoas, acceso a unha boa alimentación, servizos de saúde, educación, protección contra todas as formas de violencia, práctica política e liberdades culturais e participación en actividades comunitarias. Este novo paradigma supón enormes retos para as sociedades, que apuntan á necesidade de construír unha nova visión do mundo que permita os logros humanos en todas as dimensións, é dicir, a afirmación do ser humano como portador de crenzas, símbolos, actitudes, comportamentos e valores resultante da relación establecida co medio natural e social nun proceso educativo continuo.

En canto ao terceiro tema sobre o fracaso dos modelos e políticas de desenvolvemento na África subsahariana, o estudo conclúe que existe unha persistencia de experiencias pasadas de desenvolvemento en sociedades pre-coloniais, coloniais e post-coloniais. Ademais, e como se menciona nas conclusións

do marco teórico, os modelos de desenvolvemento adoptados polos países africanos no período posterior á independencia provocaron unha distancia entre os gobernantes e os gobernados, profundaron nas desigualdades e depauperaron aos residentes, principalmente nas comunidades rurais.

O cuarto tema sobre modelos e políticas de desenvolvemento en Angola conclúe que, como a maioría dos países africanos, tamén hai unha intensa reprodución das mentalidades coloniais en Angola. Non obstante, se durante a colonización as autoridades adoptaron políticas discriminatorias e unha educación orientada á aculturación dos angoleños, os modelos de desenvolvemento adoptados no período posterior a independencia favoreceron e cristalizaron na afirmación e o mantemento das elites formadas na mentalidade da política colonial de discriminación e diferenciación sociocultural, transformando o Estado republicano nun estado depredador que promove vicios como o cabritismo, a corrupción, a malversación e outras anomalías sociais como o nepotismo e a impunidade.

As conclusións do segundo eixo, de análise e interpretación dos resultados da investigación empírica inclúen os seguintes tópicos: 1) Prácticas socioeducativas e culturais para a construción do concepto de desenvolvemento en *Ekovongo*; 2) A imposición de modelos de desenvolvemento e políticas de empobrecemento; 3) O concepto híbrido de desenvolvemento; 4) Problemas educativos e de desenvolvemento; 5) Limitacións do estudo e proposta para futuras liñas de investigación; 6) Proposta de axenda comunitaria para a revitalización educativa, cultural, ambiental, social e económica.

Respecto ao primeiro tema, conclúese que en *Ekovongo* hai prácticas socioeducativas polas que os membros da comunidade intercambian saberes, coñecementos elaborados, regras de conduta, actitudes a ter cara á vida e á morte (Caride et al., 2007); estes dan sentido á dimensión espiritual do home e guían a relación coa natureza e divinidades, é dicir, constrúen e comparten experiencias cognitivas que inflúen nunha visión colectiva do mundo (Caride et al., 2007). Baseado na observación de escenarios cotiáns, pódese ver que, no contexto dos procesos de aprendizaxe, os membros da comunidade comparten representacións da vida e desenvolven estratexias para acadar o benestar, tamén aquí a análise coincide con Caride et al (2007) e Allegrini (2000) na avaliación de que a educación e o desenvolvemento son prácticas inseparables que forman parte do mesmo proceso. Se, por unha banda, o desenvolvemento require a aplicación de coñecementos diversos e sólidos; por outra, as prácticas educativas non de'

entenderse como actos illados e neutros, xa que serven para consolidar un determinado modelo de vida e sociedade.

No segundo tema sobre a imposición de modelos de desenvolvemento e políticas de empobrecemento, o estudo alíñase con Rolando (2007) e conclúe que, en *Ekovongo*, os cambios globais estiveron marcados por contradicións, debido principalmente á imposición dun modelo de desenvolvemento neoliberal con características dun capitalismo salvaxe, que empobrece a todos, provocando o abandono dos patróns tradicionais de organización da vida e, en consecuencia, a degradación da relación entre home-home, home-natureza e home-deidades. O abandono das formas tradicionais de organizar a vida leva á adopción de estratexias de supervivencia que a modernidade ofrece para transformar o ambiente; tales estratexias consisten no uso irresponsable dos recursos naturais para satisfacer as necesidades básicas; o abandono das formas tradicionais e a súa substitución por unha asimilación dos estándares occidentais modernos, fomenta o individualismo, o consumismo e o egoísmo. No caso de Angola e a comunidade *Ekovongo*, ademais do trauma da guerra civil, a imposición do modelo de desenvolvemento neoliberal con trazos do capitalismo salvaxe, a transición á modernidade e as transformacións socioeconómicas inherentes a el, a inxustiza distributiva agrava sobre todo a pobreza, que acaba desestruturando as familias, rompendo os lazos de solidariedade que no pasado garantían a protección social dos seus membros.

No relativo ao cuarto tema, sobre a concepción híbrida do desenvolvemento, o estudo conclúe que a diversidade de prácticas educativas (formais, non formais e informais) presupón a existencia dunha concepción híbrida do desenvolvemento (Vargas, 2005), que concilia os estilos de vida inscritos en estándares urbanos e occidentais cun modo de vida baseado nos parámetros da cultura africana local. Respecto ao quinto tema que alude a problemas educativos e de desenvolvemento, conclúese que o analfabetismo e a desigualdade de xénero son obstáculos para os procesos de desenvolvemento, xa que reforzan a sensación de resignación, restrinxen a participación en foros onde se decide o destino das persoas, limitan o acceso aos servizos sociais, oportunidades culturais e económicas, e profundan na reprodución da pobreza e nas condición de exclusión social.

Tamén se conclúe que, como outras comunidades rurais de *Ovimbundu*, os habitantes da comunidade de *Ekovongo* enfróntanse a problemas psicoemocionais derivados do trauma da prolongada guerra que causou a perda de seres queridos, a ruína das súas economías, a desestruturación das familias e a destrución do tecido Social.

Nunha liña de perspectivas de futuro, propóñense as seguintes liñas de investigación: 1) Estudos rurais desde a perspectiva da análise crítica e holística dos procesos de educación e desenvolvemento das comunidades rurais; 2) Educación para a cidadanía nunha perspectiva multicultural e intercultural, dereito consuetudinario e dereitos humanos; 3) Educación ambiental para a construción dunha cultura de sustentabilidade.

E para marcar unha axenda comunitaria de revitalización educativa, cultural, ambiental, social e económica, o estudo propón: 1) A revitalización da educación familiar e sociocomunitaria a través da rehabilitación do *Onjango* Familiar; 2) A reconstrución de infraestruturas de educación sociocomunitaria e o seu patrimonio histórico e cultural, que inclúe o antigo Palacio Real, os dous santuarios e outras estruturas da Corte de *Ovimbundu*, para impulsar o turismo rural e o ecoturismo; 3) A realización dun estudo que culmine co deseño de proxectos de implantación de polígonos forestais, co propósito, non só de repoboación forestal de áreas devastadas polos produtores de carbón vexetal, senón tamén, a substitución desta práctica por unha actividade máis racionalizada, como a explotación de madeira; 4) A creación nos arredores de *Ekovongo* e nas comunidades periféricas de sistemas de retención de auga para rega coa capacidade de bombear nos campos de cultivo durante os períodos de seca.

O presente estudo representa un reto para as academias angoleñas no sentido de incluír entre as súas prioridades de investigación temáticas sobre o desenvolvemento e a educación nas comunidades rurais.

Palabras clave: educación, desenvolvemento, etnografía, comunidade, *Ekovongo*, Angola, África.



ÍNDICE

Introdução	25
PRIMEIRA PARTE: MARCO TEÓRICO	
Capítulo I. A comunidade como forma de organização social	43
1.1. Aproximação ao conceito de comunidade	43
1.2. A comunidade entre a perda e a recuperação	47
1.3. A comunidade cultural	49
1.4. A comunidade no contexto urbano	51
1.5. A degradação da comunidade urbana	52
1.6. A comunidade de comunicação	52
1.7. A comunidade local e global	54
1.8. As comunidades virtuais	58
1.9. A comunidade rural	60
Conclusões do capítulo	63
Capítulo II. Educação e desenvolvimento	65
2.1. A formulação do conceito de desenvolvimento	67
2.1.1. O conceito ocidental de desenvolvimento	72
2.1.2. O subdesenvolvimento como correlato do desenvolvimento	75
2.2. Teorias e modelos de desenvolvimento	80
2.2.1. A teoria da dependência	81
2.2.2. O enfoque das necessidades básicas	82
2.2.3. O desenvolvimento humano sustentável	85
2.2.4. O desenvolvimento comunitário	97
2.2.5. A educação como processo de desenvolvimento	103
2.2.5.1. Os agentes da prática educativa	106
2.2.5.2 A relação educação e desenvolvimento	108
Conclusões do capítulo	111
Capítulo III. Modelos e políticas de desenvolvimento na África Subsaariana	113
3.1. Organização e funcionamento das instituições políticas, sociais, económicas e religiosas na África pré-colonial	114
3.2. Modelos de desenvolvimento na África pós-colonial	119
3.2.1. Modelo Nacional desenvolvimentista	120
3.2.2. Modelo de industrialização pela substituição das importações	124

3.2.3. O enfoque da satisfação das necessidades básicas	128
3.2.4. O Plano de Ação de Lagos como estratégia de desenvolvimento	132
3.2.5. Os programas de ajustamento estrutural em África	136
3.2.5.1. Implicações dos programas de ajustamento estrutural na esfera social	138
3.2.5.2. Fatores internos e externos que conduziram ao fracasso dos programas de ajustamento estrutural	139
3.3. A situação socioeconómica e pobreza em África	141
3.4. Crescimento, desigualdades e pobreza	151
3.5. A dimensão económica das desigualdades	153
3.6. A dimensão social das desigualdades	156
3.7. O desenvolvimento das comunidades rurais em África	163
3.8. Abordagem conceptual sobre o desenvolvimento rural	164
3.9. Políticas e estratégias de desenvolvimento rural	169
3.10. A política agrícola da África Ocidental	175
3.11. As políticas educativas em África	180
3.12. O ensino primário	183
3.13. O ensino secundário	183
3.14. O ensino Superior	184
3.15. A educação para todos em África no limiar do terceiro milénio	186
3.16. A educação nas comunidades rurais	188
3.17. A implementação da Educação para Todos (EPT) nas comunidades rurais	190
Conclusões do capítulo	192
Capítulo IV. Modelos e políticas de desenvolvimento em Angola	197
4.1. Breve descrição histórica	197
4.2. A colonização portuguesa e os processos de desenvolvimento em Angola	198
4.3. As políticas sociais do período colonial	204
4.4. A educação no período da colonização efetiva	199
4.5. As políticas de desenvolvimento do período pós-independência	212
4.6. A Lei Constitucional de 1975 e os planos de desenvolvimento socio-económico	213
4.7. Estratégias de combate à pobreza e sua incidência no desenvolvimento das comunidades rurais (2000-2013)	220
4.7.1. Estratégia de Combate à Pobreza (2003-2007)	220

4.7.2. Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP)	227
4.7.3. As políticas educativas do período pós-independência	229
4.7.4. A reforma educativa de 1977	230
4.7.5. Modelo elitista de organização do sistema de educação	232
4.7.6. A reforma educativa da 2ª república	234
Conclusões do capítulo	242
SEGUNDA PARTE: MARCO CONTEXTUAL E METODOLÓGICO	
Capítulo V. Contextualização. <i>Ekovongo</i>: uma comunidade rural <i>Ovimbundu</i>	247
5.1. Contextualização geográfica	248
5.2. Contextualização histórica	255
5.3. Contextualização socio-cultural e económica	265
5.4. Sistema educativo tradicional umbundu	266
Capítulo VI. A metodologia de investigação	281
6.1. A investigação etnográfica	282
6.2. A objetividade, a validade e a confiabilidade em um estudo etnográfico	284
6.3. A escolha do cenário de estudo	287
6.4. A amostra	290
6.5. As fases da investigação	297
6.6. As técnicas de colecta da informação	301
6.7. A observação participante	301
6.8. A entrevista em profundidade	305
6.9. Agentes externos de desenvolvimento (residentes)	312
6.10. Agentes externos de desenvolvimento (não residentes)	313
6.11. O grupo de discussão	314
6.12. A revisão bibliográfica	317
6.13. O papel do investigador	318
6.14. O processo de análise e interpretação	319
6.15. Categorização dos sujeitos	323
6.16. Categorização das entrevistas e grupos de discussão	323
6.17. A credibilidade da investigação	326
TERCEIRA PARTE: EMPIRICO-INTERPRETATIVA	

Capítulo VII. A vida na comunidade de <i>Ekovongo</i>: práticas socioeducativas e culturais para a construção do conceito de desenvolvimento	335
7.1. Aproximação ao conceito de educação em <i>Ekovongo</i>	338
7.2. Práticas socioeducativas e comunicativas entre comunários	342
7.3. As relações socioeducativas no seio da família nuclear	343
7.4. As relações socioeducativas interfamiliares	347
7.5. As relações socioeducativas adulto-adulto	352
7.6. As relações socioeducativas entre jovens e anciãos	357
7.7. As relações socioeducativas entre autoridades e comunários de base	361
7.8. Os processos educativo-comunicativos com sujeitos e instituições externas	368
7.9. As relações socioeducativas intercomunitárias	369
7.10. Os processos educativo-comunicativos entre vivos, mortos e divindades	372
7.11. Os processos educativo-comunicativos entre o homem e outros seres da natureza	378
Conclusões do capítulo	383
Capítulo VIII. Os problemas da educação em <i>Ekovongo</i>	387
8.1. Os factores que afectam a educação no seio das famílias	388
8.2. Os problemas intergeracionais na relação entre jovens, adultos e anciãos	390
8.3. A problemática educativa nas representações culturais	395
8.4. Adequação do modelo educativo nacional à realidade local	396
Conclusões do capítulo	400
Capítulo IX. A concepção endógena de desenvolvimento em <i>Ekovongo</i>	395
9.1. Aproximação semântica ao conceito endógeno de desenvolvimento	396
9.2. Desenvolvimento é reverência à natureza: conservação dos ecossistemas e da biodiversidade	408
9.3. O desenvolvimento é a capacidade de conciliar a tradição com a modernidade	410
9.4. Desenvolvimento e crescimento	412
9.5. Desenvolvimento como educação	415
9.5.1. O desenvolvimento como aquisição e aplicação de conhecimentos na resolução de problemas da vida	417
9.5.2. Desenvolvimento é humildade	418
9.6. Desenvolvimento: saúde, qualidade de vida e bem-estar	418

9.6.1. O rural: modelo de bem-estar	420
9.6.2. O desenvolvimento é imitação	421
9.7. O desenvolvimento como diversificação da produção agrícola	424
9.8. A riqueza material como indicador de desenvolvimento	426
9.9. Desenvolvimento é conciliar a educação com a instrução e a produção agrícola	427
9.10. A concepção híbrida de desenvolvimento em Ekovongo	428
9.11. Os aportes das instituições e dos agentes externos à concepção híbrida de desenvolvimento	432
9.12. Aportes externos na implantação de infraestruturas e serviços	436
9.13. Desenvolvimento: conciliação da instrução escolar com a atividade produtiva e infraestruturação comunitária	437
9.14. O desenvolvimento não vem de fora	439
9.15. Os problemas de desenvolvimento em Ekovongo e nas comunidades Ovimbundu	440
9.15.1. Problemas culturais	441
9.15.2. Problemas conjunturais	449
9.15.3. Os problemas estruturais	456
Conclusões do capítulo	471
Capítulo X. A concepção de pobreza em Ekovongo	473
10.1. A falta de recursos financeiros e materiais	475
10.2. A falta de instrução e conhecimentos técnicos	476
10.3. A pobreza como herança	478
10.4. A falta de infraestruturas e serviços básicos	481
10.5. O descuido na produção agrícola	482
10.6. A pobreza advém da frequência das calamidades naturais	484
10.7. A pobreza advém da subvenção económica das cidades pelas comunidades rurais	485
10.8. A pobreza advém da marginalização das comunidades rurais pela sociedade moderna	487
10.9. Estratégias para a superação da pobreza em Ekovongo	489
Conclusões do capítulo	495
Conclusões da Investigação	497
1.1. Conclusões da revisão da literatura	498
2. Conclusões da análise e interpretação dos resultados da pesquisa empírica	497

3. Proposta de agenda comunitária de revitalização educativa, cultural, ambiental, social e económica	514
Bibliografia	523
 ÍNDICE DE FIGURAS	543
ÍNDICE DE QUADROS	544
LISTA DE ACRONIMOS	545
ANEXOS	<u>549</u>



Introdução

Angola é um País cuja economia é basicamente agrária; a sua estrutura demográfica é constituída maioritariamente por comunidades rurais, que são espaços territoriais habitados por famílias alargadas e elites, que historicamente se afirmaram como gestores das linhagens ou das formações clânicas e das terras consideradas património comunitário inalienável, ou ainda como exímios defensores da sua cultura. Por força da guerra civil, essas elites rurais emigraram do campo para as cidades onde se vêem seduzidos por um estilo de vida que obriga a uma ruptura com a matriz cultural de origem, substituindo-a de foma remediada pela matriz cultural ocidental, introduzida durante a colonização e reproduzida com maior intensidade no período pós-independência pelas elites urbanas, incidindo fundamentalmente na relação assimétrica entre o campo e a cidade, na discriminação das populações que habitam as comunidades rurais. Na base dessa tendência de ruptura com a matriz cultural de origem estão os modelos de desenvolvimento que vêm sendo ensaiados durante a colonização, mas, também nos últimos quarenta e cinco anos de independência de Angola. Tais políticas promovem, mesmo na atualidade, a desestruturação e desintegração das famílias, as desigualdades exacerbadas, a marginalidade e o empobrecimento generalizado que afecta principalmente as comunidades rurais. A motivação desta investigação surge da necessidade de compreender fundamentalmente os factores (endógenos e exógenos) que alimentam e reproduzem na atualidade as desigualdades, a marginalidade e o empobrecimento das comunidades rurais *ovimbundu*, para formular algumas propostas que podem subsidiar as políticas públicas futuras orientadas ao seu desenvolvimento.

As comunidades *ovimbundu* que são objecto desta investigação possuem peculiaridades que se expressam nos modos de organização socio-comunitária, de produção e reprodução socio-económica e cultural, tanto a nível familiar, como aos níveis (comunitário e regional), que podem ser compreendidas desde a perspectiva de análise da relação que existe entre a educação e o desenvolvimento. Trata-se de superar a ideia de educação circunscrita e limitada à esfera institucional ou formal, para entendê-la em sentido mais abrangente (Vargas, 2005) como um processo que permeia e dinamiza as relações humanas no dia-a-dia, e ao longo de toda a vida, influindo de modo significativo na busca incessante de soluções para o bem-estar individual, familiar e comunitário. Partiu-se de um entendimento que considera o desenvolvimento despidido do estigma exclusivamente economicista e institucional,

para entendê-lo em sua multidimensionalidade como um processo abrangente sustentado e dinamizado por práticas educativas e sociais que dão sentido a vida dos seres humanos. Com esta perspectiva identificamos os agentes e as instituições educativas; analisamos as práticas educativas e os processos de desenvolvimento que se experimentam nas comunidades *ovimbundu*, mais especificamente, na comunidade rural de *Ekovongo*, situada no Município do Kuito na Província do Bié.

Assim, tendo por fundamento a ideia de que as práticas educativas e os processos de desenvolvimento condicionam a vida das comunidades humanas, provocando tanto o bem-estar como o mal-estar das pessoas, formulou-se o problema da investigação nos seguintes termos: a situação de pobreza e de sudesenvolvimento que se vive nas comunidades rurais, especificamente na comunidade de *Ekovongo* advém da incapacidade e ignorância de seus habitantes, ou resulta da implementação de práticas educativas (produção, distribuição, intercâmbio e consumo de conhecimentos), de modelos e políticas de desenvolvimento inadequados à realidade comunitária? Na mesma linha, se pretende buscar o entendimento sobre as seguintes questões: Os processos de transformação económica, social e cultural e os saberes neles intercambiados respondem às expectativas e horizontes de desenvolvimento das comunidades rurais? Que aspectos considerados relevantes para a vida e o desenvolvimento das comunidades rurais (económicos, sociais, culturais, ambientais, etc) são difundidos ou marginalizados no sistema educativo angolano? Que actividades económicas, sociais e culturais realizam os comunários de *Ekovongo* com vista ao desenvolvimento da sua comunidade? Que desafios enfrentam neste processo? Que acções podem eles próprios implementar localmente? Em que acções seria necessária a intervenção do estado e de outros agentes de desenvolvimento? Até que ponto as instituições educativas formais contribuem ao desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos habitantes, à preservação da cultura local e do meio ambiente.

Considerando os aspectos acima espelhados, o estudo propõe-se a atingir os seguintes objectivos de carácter geral e específico:

Objetivos gerais

- Analisar o conceito e a prática de desenvolvimento gerado a partir de processos educativos (formais, não-formais e informais), que têm lugar em *Ekovongo*, para compreender as transformações produzidas pela relação tradição-modernidade nas comunidades rurais.
- Contribuir com ideias e propostas que podem subsidiar a elaboração de políticas educativas e de desenvolvimento ajustadas à realidade das comunidades rurais em Angola.

Objectivos específicos

- 1) Apresentar os fundamentos teóricos sobre a comunidade e a problemática da relação entre educação e desenvolvimento;
- 2) Analisar os modelos e as políticas de desenvolvimento na África Subsaariana e em Angola;
- 3) Descrever um marco histórico da comunidade de *Ekovongo*
- 4) Analisar os processos educativos e de desenvolvimento que têm lugar na comunidade de *Ekovongo*;
- 5) Identificar as transformações produzidas pelas práticas educativas e os processos contemporâneos de desenvolvimento nas percepções, sentimentos, inquietações, interesses, compromissos, necessidades e expectativas dos habitantes;
- 6) Analisar se as instituições educativas contribuem ao desenvolvimento, isto é, questionar se os conhecimentos e as experiências produzidas, intercambiadas e utilizadas nas diversas modalidades e práticas educativas permitem o desenvolvimento comunitário, à preservação da cultura local e do meio ambiente, melhoram, mantêm ou pioram a qualidade de vida dos habitantes;
- 7) Propor uma agenda comunitária de revitalização socioeconómica, educativa, cultural e espiritual para superar a pobreza e a deterioração ambiental na comunidade de *Ekovongo*.

Para adentrar-se ao esquema da relação entre educação e desenvolvimento e atender a questão central do estudo e os objetivos pretendidos, buscou-se um suporte teórico e conceptual que oferece um marco de referência para estruturar o pensamento acerca desta problemática e permite desenvolver um enfoque holístico na análise das relações comunicativo-educativas que os sujeitos estabelecem, para construir o conceito de desenvolvimento e empreender transformações ao meio em que habitam, com vista a alcançar o bem-estar físico, material, emocional e espiritual individual e colectivo. Recorreu-se a autores, cujas ideias permitem compreender o estado atual do fenómeno em estudo e descortinar as armadilhas implícitas que circunscrevem os modelos de desenvolvimento e as práticas educativas que lhes são inerentes e que vêm sendo difundidas ao mundo através dos sistemas educativos implantados nos países em desenvolvimento.

As análises que os autores empreenderam espelham claramente a interdependência da relação educação e desenvolvimento e o desafio que representa enquanto campo de estudo e de confrontação política e ideológica que pode funcionar como instrumento de manutenção dos interesses hegemónicos, ou ainda como engrenagem dos processos de emancipação das populações vítimas das

injustiças, que se encontram mergulhadas em situação de pobreza, principalmente as que vivem em países em via de desenvolvimento.

À nível metodológico, o estudo tem como suporte a etnografia, por ser uma estratégia apropriada para aproximar ao objeto de estudo, cujas características podem ser descritas e compreendidas através de uma visão holística. A etnografia privilegia o estudo de fenómenos sociais em sua originalidade para apreender a riqueza cultural que um grupo humano ou comunidade construiu ao longo da sua história. Este postulado pressupõe uma nova maneira de aproximar-se a uma realidade social, para observar como se produzem os acontecimentos? Que significados expressam tais acontecimentos na visão de seus protagonistas? Quais os padrões de comportamento orientam o quotidiano dos sujeitos, etc. Estas questões interpelam o etnógrafo adentrar-se ao contexto de estudo afim de participar das principais realizações que nele se produzem, para descrever e interpretar os fenómenos observados desde a perspectiva dos próprios protagonistas. Neste sentido, a etnografia constitui um método adequado para estudar os fenómenos sociais.

No caso vertente, a aplicação deste método permitiu a captação dos aspectos antropológicos, ideológicos, espirituais e simbólicos e das representações sociais dos comunitários sobre a problemática da relação educação e desenvolvimento, a pobreza e a relação com o meio ambiente. As informações obtidas através da revisão bibliográfica e documental, observação participante, entrevistas em profundidade, das discussões grupais permitiram a identificação e a compreensão das transformações operadas na comunidade na esfera social, cultural, ambiental e económica, traduzidas em mudanças no estilo de vida dos habitantes de *Ekovongo*.

O estudo tem relevância por constituir uma viragem da página na relação entre a academia e o meio rural em Angola, assim como nos demais países em desenvolvimento, que durante muito tempo permaneceu à margem das atenções e do conjunto das prioridades eleitas pelas universidades nos seus esforços de investigar os problemas sociais. A sua realização marca um importante passo na afirmação de uma epistemologia comprometida com as populações vítimas das injustiças de várias ordens, o resgate de saberes historicamente construídos, mas, negligenciados por serem de origem autóctona, assim como a necessidade de estabelecer um diálogo permanente entre os decisores políticos, os habitantes das comunidades rurais e as academias, no intercâmbio de ideias e na construção do conhecimento para o bem comum.

Estrutura da Tese

Em função dos aspectos acima aflorados, o presente estudo estrutura-se em três partes. A primeira versa sobre o marco teórico, em que foi feita a revisão da literatura que dá suporte ao estudo; a segunda está dedicada ao marco metodológico; e, a terceira parte denomina-se empírico-interpretativa.

No primeiro capítulo foi feita a revisão da literatura que dá suporte ao estudo. Foi elaborado um esboço das abordagens consistentes com a aproximação conceptual sobre a comunidade e suas tipologias. Tratou-se de revisitar o pensamento de distintos autores sobre esta matéria, o que permitiu extrair uma síntese que resume as principais ideias afloradas. O segundo capítulo aborda a educação e o desenvolvimento, o conceito ocidental de desenvolvimento, o subdesenvolvimento como correlato do desenvolvimento, as teorias de desenvolvimento, o desenvolvimento comunitário, a educação como processo de desenvolvimento e a relação entre ambos conceitos. O terceiro capítulo descreve os modelos e as políticas de desenvolvimento na África Subsaariana, o modo como funcionavam as instituições políticas, sociais, económicas e religiosas na África pré-colonial, os modelos de desenvolvimento adotados depois das independências, os efeitos perversos dos Programas de Ajustamento Estrutural no desenvolvimento em África, as desigualdades e a pobreza resultantes da aplicação dessas políticas, as políticas educativas e o desenvolvimento das comunidades rurais em África. O quarto capítulo descreve os modelos e as políticas de desenvolvimento implementadas em Angola durante o período colonial e nos últimos quarenta e cinco da sua independência, bem como a situação de pobreza que assola as comunidades rurais neste País. O quinto capítulo versa sobre a contextualização geográfica, histórica, sócio-cultural e económica; neste capítulo se procede à uma breve descrição do sistema educativo tradicional *umbundu*. O sexto capítulo descreve os procedimentos metodológicos, nomeadamente, a eleição da amostra, as categorias de sujeitos participantes do estudo, as fases da investigação, as técnicas de colecta de dados (observação participante, a entrevista em profundidade e o grupo de discussão), bem como a análise e interpretação preliminar dos resultados do estudo.

O sétimo capítulo versa sobre as práticas socioeducativas e culturais para a construção do conceito de desenvolvimento na comunidade de *Ekovongo*. O oitavo capítulo trata dos problemas educativos nessa comunidade. O nono capítulo aborda a concepção endógena de desenvolvimento. Destaca os aportes externos na concepção híbrida de desenvolvimento em *Ekovongo*. Este capítulo culmina com a descrição dos problemas que afetam o desenvolvimento nessa comunidade. O décimo capítulo descreve a concepção de pobreza em *Ekovongo*.

A Tese termina com um apartado das conclusões onde estão refletidas as potencialidades e as limitações, tanto do marco teórico como da pesquisa empírica. Em função destas constatações apresentam-se algumas propostas de linhas de investigação futura e de linhas mestras para uma agenda comunitária de revitalização educativa, cultural, social, ambiental e económica. Apesar das limitações e de estarem circunscritos à comunidade de *Ekovongo*, os resultados alcançados podem ser transferidos a outras comunidades rurais *ovimbundu*, bem como às outras comunidades rurais de Angola, que, não sendo do universo cultural *umbundu*, apresentam similitudes em sua realidade social.

Nota biográfica

José Capitango, Autor desta Tese nasceu a 02 de Setembro de 1963 na comunidade rural de Kasseque, Município de Katabola na Província do Bié. É filho de Correia Miguel e de Isabel Chova de feliz memória, cujo percurso de vida a seguir se descreve.

Entre 1970 e 1977 estudou inicialmente no Posto Escolar de Elamba, na vizinha aldeia de Vimbele, e, posteriormente na Escola Nº 52 no Município de Kamacupa, tendo terminado os estudos primários na Escola Nº 68 no Município de Katabola. Entre 1978 e 1984 realizou os estudos secundários, inicialmente no Município de Katabola, passando pelos Liceus de Kamacupa e do Kuito, respectivamente. Em 1985 viajou para a Ex-URSS por conta de uma bolsa de estudo outorgada pelo Estado Angolano. A formação realizada naquele País durou cinco anos e em 1990 obteve o Master em Pedagogia no Instituto da Cultura de Minsk em Bielorrússia. Regressado a Angola em Julho de 1990 enquadrou-se no Ministério da Cultura onde trabalhou e exerceu as funções de Técnico Superior de 2ª classe e promovido posteriormente para a categoria de Técnico de 1ª classe em 1992. Em 1996 foi promovido à categoria de Assessor da Carreira Técnico-Administrativa. Em 1997, foi nomeado Chefe do Departamento de Estudos, Planeamento e Estatística do Gabinete do Plano do mesmo Ministério. Nesse mesmo ano de 1997 começou a exercer as atividades académicas no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda como estagiário e colaborador. Em 1998 foi nomeado Director do Gabinete de Intercâmbio Internacional, cargo que exerceu até ao termo do mandato em 2001. De 2002 a 2006 continuou a exercer as funções de Assessor no Gabinete de Intercâmbio Internacional. Em 2007, solicitou a sua demissão das funções que exercia no Ministério da Cultura, para posteriormente matricular-se nos estudos de doutoramento e dedicar-se efectivamente às atividades académicas no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, que naquela altura era uma Unidade Orgânica da Universidade Agostinho Neto. Em 1999, foi promovido à categoria de Assistente na qual permaneceu até 2009, altura em que viajou à Espanha para frequentar os estudos avançados na Universidade de Santiago de Compostela. Nesta Universidade ingressou nos estudos avançados, ou seja, no

Máster sobre Investigación en Educación, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Comunitário, para o acesso ao Programa de Doutoramento sobre “Educación, Cultura de Sustentabilidade e Desenvolvimento. Em 2011 lhe foi concedida uma bolsa de estudo pela Universidade Agostinho Neto. No mesmo ano foi promovido à categoria de professor Auxiliar do Instituto de Ciências da Educação de Luanda. Um ano depois, em 2012, a referida bolsa de estudo foi suspensa definitivamente por decisão do ex-Ministro do Ensino Superior sem especificar os motivos. Esta circunstância obrigou o regresso a Angola para trabalhar e sustentar financeiramente os estudos de doutoramento. O referido Programa de Doutoramento encerrou em 2014 e foi sucedido por outro Programa de Doutoramento en Educación. Por não ter terminado no Prazo estabelecido no programa anterior, o Doutorando transitou para o Programa de Doutoramento en Educación que teve início em 2015.

No seguimento dos estudos do anterior Programa de Doutoramento, o Doutorando regressou a Angola em 2011 e nesta condição empenhou-se em diligências que permitissem o acesso a uma comunidade rural, onde pudesse realizar o trabalho de campo em conformidade com o projeto aprovado pela Coordenação do Programa de Doutoramento. Com efeito, solicitou uma credencial da Direção do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda onde trabalha, que habilitasse a contactar entidades públicas e privadas para obter documentos que contenham informações necessárias ao estudo pretendido e facilidades de acesso a uma comunidade rural. A Direção do Instituto emitiu uma credencial que o Doutorando apresentou na Administração Municipal do Kuito na Província do Bié. Desta feita, o Administrador Municipal do Kuito apresentou uma proposta de três comunidades rurais, onde se poderia desenvolver o estudo empírico sem perturbações: a comunidade de Kukema; a comunidade de Njimba-Silili; e, a comunidade de *Ekovongo*. Considerando o critério da antiguidade, optou-se pela comunidade de *Ekovongo*, onde o Doutorando viveu durante nove meses, tendo realizado a observação participante, as entrevistas em profundidade com os comunários “informantes-chave”, com os agentes externos que trabalham e residem em *Ekovongo* e a discussão em grupos. Uma vez terminadas as atividades que estavam previstas para o estudo na comunidade de *Ekovongo*, o Doutorando despediu-se de todos os líderes, dos comunários e dos agentes externos que com ele trabalharam e conviveram.

Em 2013, o Doutorando trasladou-se da comunidade de *Ekovongo* para a cidade do Kuito, onde prosseguiu com a realização de entrevistas em profundidade aos agentes externos não residentes em *Ekovongo*, mas que, desenvolvem projetos naquela comunidade e nas comunidades circunvizinhas, incluindo o Responsável de Projetos do UNICEF nesta Província. Posteriormente, o Doutorando viajou para a vizinha Província do Huambo, para uma entrevista em profundidade com a responsável de uma Organização Não-Governamental denominada Ação para o

Desenvolvimento Rural em Angola (ADRA), tendo sido realizada com êxito inesperado. Os dados e as informações recolhidas durante o estudo de campo foram objeto de um processo de transcrição, informatização, categorização e codificação, tal como se apresentam no informe que se anexa a esta Tese. Paralelamente às atividades atinentes à Tese, o Doutorando participou de três Congressos Internacionais de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galícia realizados em Aveiro-Portugal, na Ilha do Príncipe em São Tomé e Príncipe e na ilha de Bubaque-Arquipélago dos Bijagós na Guiné Bissau, tendo apresentado três comunicações que foram posteriormente publicadas em revistas científicas. Das diligências e das atividades realizadas no âmbito do presente estudo resultou a Tese que agora se apresenta para a sua avaliação.



PRIMEIRA PARTE: MARCO TEÓRICO





Capítulo I

A comunidade como forma de organização social

A abordagem do tema educação e desenvolvimento implica, de certo modo, estabelecer conexões com outros temas sociais ligados direta ou indiretamente a esses processos. Por tal facto, seria uma omissão estudar os processos de educação e desenvolvimento das comunidades, e no caso vertente, das comunidades *ovimbundu* de Angola, prescindindo de uma análise, do pensamento sociológico em torno da comunidade. Partindo deste entendimento optou-se por esmiuçar neste primeiro capítulo, algumas ideias sobre comunidade, embora não seja propósito deste estudo analisar em profundidade as teorias sobre esta matéria. O interesse cada vez maior de realizar estudos sobre a comunidade pode ser entendido como uma resposta à crise de valores, principalmente da solidariedade que se vem agravando progressivamente, desde os grandes acontecimentos que marcaram o mundo ocidental e que deram lugar a modernidade, nomeadamente: as revoluções americana e francesa, assim como a industrialização, e que, prosseguem atualmente, numa altura em que a humanidade se esforça em gerir um processo mais complexo, ou seja, a globalização.

1.1.Aproximação ao conceito de comunidade

Aproximar-se ao conceito de comunidade é algo complexo, visto que, não existe uma definição única de comunidade, abrangendo uma realidade também complexa. Além disso, implica uma abordagem interdisciplinar (geografia, sociologia, antropologia, economia, direito, etc), o que não se afigura propósito desta pequena incursão. O certo é que, as palavras comunidade (substantivo) e comunitário (atributo ou adjetivo) são termos omnipresentes na contemporaneidade, a julgar pela frequência e abrangência que deles se fazem, quer na linguagem comum do quotidiano das populações, quer na linguagem das políticas institucionais aos vários níveis, formalizados e dimensionados através de

expressões como: comunidade (local, escolar, académica, científica, religiosa, nacional, regional e internacional), ou ainda os adjetivos: interesse comunitário, ações comunitárias, intervenção comunitária, participação comunitária, educação comunitária, desenvolvimento comunitário, etc. Em ambos os casos, estas expressões (comunidade e comunitário) transmitem o sentido e o significado de realidades congregadoras que funcionam na base de interesses comuns e solidariedade entre os seus membros. Outra leitura, associa-se àquela postura assumida por alguns autores contemporâneos que conotam a comunidade com pequenos espaços geográficos como aldeias e bairros periféricos dos centros urbanos, onde residem populações com tradições, hábitos e estilos de vida supostamente homogêneos e genericamente marginalizados pelas políticas públicas.

A terceira perspetiva seria aquela de grupos populacionais localizados em espaços geográficos que se assumem como comunidades ancestrais, comprometidas com a defesa e a preservação de seus valores culturais e formas de organização social, opondo-se as estratégias e as políticas impostas quer por instituições internas, quer por instituições externas, contrárias à manutenção da sua realidade social e cultural. Esta última tende a ganhar espaço em contextos onde os valores culturais e as normas de convivência humana se encontram em perigo de extinção, sendo por isso mesmo, urgente o seu resgate e a sua preservação para serem transmitidas às futuras gerações.

A oposição às estratégias e às políticas impostas quer por instituições internas, quer por instituições externas tende a agudizar-se sobretudo no atual contexto histórico da humanidade marcado pela mundialização, que, para além de algumas vantagens, carrega consigo iniquidades que invadem todas as esferas da vida social, cultural e económica, como por exemplo, a captura do estado, a privatização e a mercantilização dos serviços públicos e a consequente precarização das condições de vida das populações. Como bem assinala Carrillo (2013)

Esta precarización, empobrecimiento y orfandad social generalizada, genera la desarticulación del tejido social, el incremento de la violencia, la activación o exacerbación de los conflictos sociales y principalmente la exaltación y afianzamiento de valores proclives a la acumulación capitalista como el egoísmo, el consumismo y la competencia, así como de actitudes que favorecen el estatus quo como el conformismo, la indiferencia, la apatía, la desconfianza y, principalmente, el miedo generalizado. (p. 14)

Neste particular, a emergência da comunidade está relacionada com a necessidade de resgate de valores e busca de pertença devido a insegurança que se experimenta no mundo contemporâneo. Esta não é a primeira vez que se assiste a redescoberta da comunidade como assunto que concentra a atenção das nações,

pois, cada vez que surgem transformações radicais, a comunidade assume a dianteira na agenda dos países, como foi em finais do século XIX – período em que a Europa consolidou o sistema capitalista, que veio praticamente destruir os vínculos comunitários antes existentes. Foi precisamente nesse contexto que surgiram discursos e movimentos que se definiram como comunitários e com uma expressão da necessidade de defender ou restabelecer a comunidade, que desde então via os seus modos de vida vulnerabilizados pela nova conjuntura essencialmente capitalista.

A abordagem do conceito de comunidade nos remete às origens do pensamento sociológico moderno, que tem como berço a Antiga Grécia, onde a comunidade representou a essência da sociedade, percorrendo um longo caminho na tradição filosófica ocidental até finais do século XIX. Na Antiga Grécia, a comunidade era entendida como *Koinonia* e foi tomada como sinónimo de sociedade, situando-se, desta feita, na esfera de múltiplas reflexões e debates de filósofos (Carrillo, 2013), e é sobretudo com Aristóteles que vamos constatar a tentativa de considerar a *polis* como uma comunidade política, pois, para ele, tem um carácter urbano e contrasta com as relações sociais tribais e rurais de Arcádia. A *Polis* Grega tornou-se então um modelo que inspirou a construção das modernas sociedades ocidentais.

A redescoberta da comunidade em finais do século XIX ocorre, sobretudo, na esfera do pensamento sociológico de Tönnies (1922) que considera a comunidade e a sociedade como eixos condutores que mostram os horizontes para estruturar a realidade social em suas distintas dimensões quais sejam: social, política, cultural e até mesmo económica. Tönnies não apresenta uma única definição mas caracteriza a comunidade como organização antiga e a sociedade como organização nova. Para o autor, a comunidade somente poderia transformar-se em sociedade uma vez que esta última procede sempre da comunidade, pois, o processo real nunca é reversível. Tönnies delinea outras considerações para a comunidade, como por exemplo o facto de as pessoas partilharem de modo duradouro um *habitat* comum ou comunidade de lugar, e o facto de existir uma cooperação coordenada em torno de ideais e pensamentos partilhados ou comunidade de espírito. E, finalmente o autor consigna à comunidade relações sociais assentes em nexos subjetivos fortes, como por exemplo, os sentimentos, as crenças, as tradições comuns, a predominância do coletivo sobre o indivíduo, as relações afetivas, a responsabilidade moral, o altruísmo e a cooperação entre os seus membros.

Na senda desta abordagem, outros clássicos como Max Weber, Émile Durkheim, bem como alguns contemporâneos Habermas e Giddens também deram importantes contributos ao conceito de comunidade enquanto categoria sociológica. Em suas análises, os autores conceptualizaram a comunidade como uma relação social em que a atitude e a ação se inspira nos sentimentos subjetivos (Weber, 1964)

e a consciência colectiva baseada nas crenças e nos sentimentos comuns (Durkheim, 1893).

No entanto, a ideia subjacente ao pensamento dos clássicos aponta para uma visão idílica de uma comunidade homogénea, igualitária, rural, onde predomina uma forma de cooperação fundada em laços fortes e coesão entre os seus membros. A tese consistente do pensamento clássico viria ser retomada por Bauman (2006), autor contemporâneo que considera a comunidade como algo bom, um espaço seguro diante da sociedade e de um mundo cada vez mais violento. Para Bauman (2006)

Sea cual sea el significado de comunidad, está bien «tener una comunidad», «estar en comunidad». Si alguien se descarría, muchas veces explicaremos su reprochable conducta afirmando que «anda con malas compañías». Si alguien se siente fatal, sufre mucho y no se le permite de ninguna manera llevar una vida digna, acusaríamos sin dudarle a la sociedad: a la forma en que está organizada, a la forma en que funciona. La compañía o la sociedad pueden ser malas; no la comunidad. Tenemos el sentimiento de que la comunidad es siempre algo bueno. (...) la comunidad es un lugar «cálido», un lugar acogedor y confortable. Afuera, en la calle, acecha todo tipo de peligros: tenemos que estar alerta cuando salimos, vigilar con quién hablamos y quién nos habla, estar en guardia en todo momento. Aquí dentro, en comunidad, podemos relajarnos; (...) En una comunidad todos nos entendemos bien, podemos confiar en lo que oímos, estamos seguros la mayor parte del tiempo y rarisima vez sufrimos perplejidades o sobresaltos. Nunca somos extraños los unos para los otros. Podemos discutir, pero son discusiones amables; (...) en una comunidad podemos contar con la buena voluntad mutua. (p. V-VI)

O conceito de comunidade afigura-se uma construção contínua, tal como a própria realidade social de que desponta. E nesta perspectiva, Goldwasser(1974) considera a comunidade como sendo

(...) um agregado de seres vivos que exploram recursos ecológicos de uma determinada área territorial; as variáveis organizacionais e temporal é que lhe conferem um sentido propriamente humano. (...) a comunidade humana envolve um quadro organizado de relações pessoais regido por um certo padrão cultural historicamente construído. (p. 71)

As dimensões apontadas por Goldwasser (1974) refletem aspetos constantes em quase todas as definições de comunidade em que sobressai a ideia de totalidade. Um outro aspeto importante a considerar nos estudos de comunidade consiste em terem destacado a análise do sistema de relações interpessoais; os estudos de comunidade permitem captar o sistema local de representações e desvendar as

categorias mais atuantes que orientam a prática social. Voltando ao que foi tratado acima, a comunidade na era moderna expressa vínculos entre o comum e a sociedade; não se reduz nem ao estado nem ao mundo privado da família. O estado, segundo Delanty (2003),

Era uma entidade objetiva e distante que pouco tinha a ver com a vida das pessoas, a comunidade era algo diretamente experimentado.(...)
Até finais do século XIX, não houve uma definição clara do social como uma realidade sui generis na medida em que a sociedade se considerava como um vínculo cívico, mas que, também fazia referência às relações económicas em oposição às relações políticas.
(p. 26)

Ora, vista nesta perspectiva de oposição à política, a sociedade civil podia ser considerada como uma comunidade ou uma realidade distante das relações políticas. O conceito de comunidade transporta consigo a ideia inicial de sociedade ou conjunto de relações diretas, expressando desta feita, um sentido de oposição ao domínio organizado do estado; ao mesmo tempo, transmite um sentido de identidade e características comuns (Williams, 2003). Uma primeira observação pode levar à ideia de que a sociedade perdeu o seu sentido inicial de um espaço onde se estabelecem relações diretas. No entanto, uma observação mais acurada permite constatar que comunidade e a sociedade são realidades interdependentes, e que a visão de uma sociedade sem estado dominou o ideal de comunidade no pensamento ocidental moderno. O estado representava a expressão de distanciamento humano e era considerado como inimigo do social que deveria ser abolido.

1.2. A comunidade entre a perda e a recuperação

De modo geral, e isto se constata em muitos discursos da modernidade, o estado era uma entidade monstruosa que deveria ser eliminado. Enquanto isso, a comunidade era concebida como entidade que engloba as relações políticas, cívicas e sociais; era então considerada como alternativa ou um reto para o estado. sociólogos como Ferdinand Tonnies, Max Weber e outros assinalam, que foi o declive das instituições da idade média que levou ao sentimento de perda de comunidade. Do mesmo modo, consideram que a dispersão dos grêmios e das sociedades, a comercialização da agricultura e o declive da autonomia das cidades que se seguiu ao nascimento do estado centralizado moderno estariam na base do desencanto com a comunidade. Rousseau (1993), por exemplo, figura que tem sido referenciada como um dos fundadores do republicanismo moderno considerava o estado como destrutor da liberdade humana e das oportunidades políticas. Em sua

filosofia política advogava a ideia de que o desejo humano de liberdade poderia expressar-se unicamente numa comunidade.

A compreensão sobre a comunidade se afigura como um tema que permeia as ideologias políticas universalistas, particularmente aquelas que marcaram de forma mais vibrante a história contemporânea do ocidente, entre 1830 a 1989, isto é, da decadência da era das luzes até ao colapso do comunismo. De acordo com Delanty (2003) foi precisamente nesse período em que as doutrinas do liberalismo, republicanismo, comunismo, socialismo, anarquismo, sionismo, fascismo e nacionalismo competiam umas das outras, e adotavam distintas visões morais e políticas de sociedade¹. O fator impulsionador de toda esta panóplia ideológica é a imaginação utópica de uma comunidade perfeita de tipo «paraíso» de que a partida se tem consciência de que a mesma jamais existirá na realidade, se se considerar que a própria existência há muito se revelou guiar-se e mover-se graças a uma dinâmica proporcionada pela lei dialética dos contrários. Sem essa lei a existência e a vida não teriam sentido e não haveria felicidade nem infelicidade.

Voltando a questão da perda e recuperação da comunidade e fazendo apologia aos argumentos avançados por Delanty, cabe pois assinalar que todas as ideologias políticas universalistas buscaram inspiração nas concepções de comunidade como ideal normativo que vibraram no século XIX, que se resumem em três discursos: 1) discurso da comunidade irrecuperável assente em críticas românticas em que a tonalidade mais expressiva recai sobre a nostalgia. Trata-se de um discurso que advoga uma ideologia anti-modernista; 2) discurso da comunidade recuperável que traduz o conservadorismo moderno que advoga a recuperação da tradição e uma unidade orgânica entre o estado e a sociedade. Neste particular, se toma por exemplo o nacionalismo, em que a nação é plasmada em forma de política de estado, tendo como sustentáculo uma comunidade cívica e cultural que se assume como possuidora de uma história, uma língua, costumes e tradições comuns. Entretanto, este princípio não foi respeitado na construção das nações africanas pós-coloniais. O republicanismo é também uma doutrina que se inscreve nessa linha, pois advoga um conceito de comunidade como algo recuperável do passado; 3) discurso de comunidade como algo que deve buscar-se e conseguir-se, que advoga o ideal utópico mais explícito de comunidade, cujo maior expoente é sem dúvida Karl Marx. Para ele, a sociedade em si somente pode realizar as potencialidades humanas se for abolido o capitalismo e sua forma política – o estado burguês. Nesta senda, o liberalismo pode ser considerado a única ideologia política moderna que não perfila dos ideais comunitários devido a sua crença excessiva ao individualismo como a única aspiração para a felicidade.

¹ Tradução própria

Portanto, as primeiras concepções sobre comunidade gravitaram em torno do pensamento político e do ideal normativo considerando-a, ora como um conceito particular, ora como um conceito universal. Por outro, o discurso sobre comunidade foi dominado pela narrativa de perda e de recuperação em que a modernidade passou a ser considerada como destrutora da comunidade.

1.3. A comunidade cultural

Com o surgimento da sociologia e da antropologia em finais do século XIX a comunidade passou a ter um cunho mais cultural do que político. A comunidade passou a conceber-se como algo carregado de valores como uma entidade moral. Este novo conceito não considera a comunidade como oposta a sociedade, mas sim como formas mútuas de sociabilidade. A tese que se advoga é de que a comunidade não deve entender-se exclusivamente em termos de tradição, mas sim como formas particulares de relações sociais constituídas simbolicamente, ou seja, a comunidade pode adotar formas tradicionais e pós-tradicionais.

A primeira variante desta nova visão refere-se a identificação da modernidade com a tradição, isto é, com o mundo pré-moderno que agora começa a perder-se com a modernidade. Supostamente, a modernidade diluiu a tradição substituindo-a por estruturas formais e racionalizadas de uma sociedade de massas. O autor que se destaca nesta corrente é sem dúvida Ferdinand Tönnies que advoga a ideia de comunidade como um conjunto de valores culturais tradicionais. Tönnies considera a comunidade e a sociedade como expressões distintas de relações sociais e que podem ser entendidas como produtos de vontades humanas. O seu argumento é de que com a modernidade a sociedade substituiria a comunidade como foco principal das relações sociais. A comunidade está viva ao passo que a sociedade é mecânica. A comunidade está mais enraizada na localidade e é natural, enquanto a sociedade é produto racional e mental que se sustenta por relações de intercâmbio. Os argumentos do autor evidenciam que a comunidade *gemeinschaft* se expressa na vida familiar, na concórdia, na harmonia, na vida em contexto de uma aldeia, nos costumes, na cultura popular, na vida da grande cidade e na religião. A sociedade como *gesellschaft* se expressa na vida das grandes metrópoles, na convenção, na vida nacional, na política, na legislação, na vida cosmopolita e na opinião pública. Com estes argumentos Tönnies tratou de estabelecer a dicotomia entre a comunidade e a sociedade, pois, no seu entender ambas expressam distintos tipos de vida associativa. Além disso, o debate moderno sobre a comunidade desloca a dicotomia anterior entre sociedade e estado para o conflito entre o campo e a cidade. A ideia central na sociologia é de que, as comunidades sobrevivem como entidades bastante coesas que resistem diante da sociedade moderna. Enquanto isso, na antropologia clássica, a comunidade abarcava o social e o cultural. Esta lógica

conciliadora entre o social e o cultural advém do entendimento antropológico do conceito de comunidade que considerava as sociedades primitivas como culturas integrais.

A segunda variante considera a comunidade como força moral e tem em Durkheim o seu representante. Ao definir a religião, Durkheim (2008) considera a igreja como comunidade moral em torno da qual se unem as crenças e as práticas religiosas. No entanto, Durkheim rechaça o argumento de Tonnies que considera a comunidade como orgânica e a sociedade como mecânica. Para Durkheim, na modernidade surgem formas orgânicas de solidariedade que substituem as formas orgânicas do passado. Neste particular, ele advoga um conceito de comunidade específico para a modernidade e que poderia ser entendido como uma forma de individualismo moral. Todo o seu pensamento se orienta na busca de uma resposta sobre o tipo de integração social que pode existir na sociedade moderna. Merece destaque a sua visão de individualismo moral como fundamento para um novo tipo de moralidade cívica capaz de combater o individualismo egoísta.

A ideia de individualismo moral leva Durkheim a pensar que as suas normas básicas se encontravam nas formas orgânicas de solidariedade que surgem com a divisão social de trabalho na sociedade. Assim, a solidariedade orgânica se contrapõe a solidariedade mecânica, que se baseia na cooperação, pluralismo e individualismo. Por outro, advoga a tese segundo a qual a linha que mantinha unida a sociedade moderna era a moralidade cívica que se expressa na cidadania e sobretudo no ensino. Para Durkheim, a solidariedade na sociedade moderna não é mecânica, mas sim orgânica no sentido de que, corresponde a uma maneira de conseguir a integração no contexto da diferenciação social e da formação de marcos sociais de maior amplitude. Assim, o mal-estar da sociedade não era o fim das representações coletivas anteriores, mas sim o fracasso da modernidade em desenvolver um novo espírito de comunidade que poderia denominar-se pós-tradicional.

O pensamento de Durkheim se afigura deveras progressista para a época: primeiro, por considerar a comunidade como a principal fonte de força para todo o tipo de sociedade e que existem distintos tipos de comunidade; segundo, por considerar o mal-estar da sociedade como consequência do fracasso da modernidade em desenvolver um novo espírito de comunidade. No entanto, não deixam de ser progressistas as ideias de König (1971) ao definir a comunidade como uma sociedade global sobre uma base local, e que o traço diferenciador da comunidade era a consciência das conexões mútuas entre as pessoas, não importando que se trate de uma comunidade grande ou pequena, tradicional ou moderna, rural ou urbana, ou ainda uma simples unidade administrativa.

Portanto, as abordagens em torno da comunidade proporcionam bases importantes para o desenvolvimento de estudos posteriores, que no passado como no presente animam o debate sobre comunidade e comunitarismo.

1.4. A comunidade no contexto urbano

O interesse pela sociologia urbana e particularmente pelos estudos de comunidade sugerem, de certo modo, a necessidade de buscar uma nova reorientação a partir da compreensão do impacto que a globalização e a pós-modernidade vêm criando sobre a sociedade urbana.

Em face dessa realidade, surgiu no início do século XX e sob influência do pragmatismo de John Dewey, a tendência de considerar a urbanização, a industrialização e a modernização como fatores de transformação de aldeia em cidade, na qual se criavam novas formas de relações sociais e novos retos para a comunidade. Esse processo produziu uma visão positiva da cidade vista como um lugar de novas experiências e possibilidades de formação de grupos. A cidade passou a ser vista como um espaço aberto, onde variados tipos de relações e formas sociais se tornariam possíveis e onde a criatividade humana poderia realizar-se. O processo de urbanização não poderia ocorrer sem tensões e conflitos; no entanto, o conflito não foi tão prejudicial, antes pelo contrário, se constituiu em fator de integração social. O conflito pode ser fator para cimentar uma identidade mais firme nos grupos e propicia a formação de interconexões de diversas afiliações. Alguns estudos alimentavam a crença de que a cidade era capaz de alcançar uma certa unidade baseada na acomodação da diversidade na base da qual se convertia em uma sociedade cosmopolita e multicultural devido a afluência de imigrantes.

Boa parte desses estudos transmitia a ideia de comunidade como algo preservado na localidade. Por esta razão, a comunidade era vista como algo que pertence a grupos relativamente pequenos, baseados na interdependência mútua e nas formas de vida comuns, com um sentido de pertença assente em experiências partilhadas, em uma língua comum, nas relações familiares e animados sobretudo pelo facto de viverem num espaço comum. Enquanto isso, a cidade por ser mais ampla se encontrava sob ameaça. A cidade era considerada cada vez mais incapaz de realizar a promessa de comunidade concebida como aldeia orgânica urbana.

1.5. A degradação da comunidade urbana

As políticas neoliberais de reestruturação do capitalismo, a expansão de mercados globais e a tecnologia da informação criaram condições para uma nova era – a era pós-moderna; as consequências dessas transformações para a cidade e comunidades urbanas foram em certa medida desestruturadoras e degradantes. Isto mesmo constata Harvey (1990) ao debruçar-se sobre a realidade das cidades americanas que espelham uma situação degradante das comunidades urbanas, marcada pela fragmentação e marginalização.

Um dos aspetos a destacar prende-se com o processo de aburguesamento que, de acordo com os estudiosos, abre horizontes para novas comunidades urbanas que são opulentas, culturais e ecológicas. Assim, a burguesia é a classe predileta para resgatar a cidade do declive e um meio para a regeneração urbana. Para os críticos, o aburguesamento não é mais senão a mercantilização do espaço urbano e ideologia do consumo. Entretanto, na década de 90 surgiram conflitos resultantes da reestruturação do espaço urbano e com eles a luta de classes que traduzia a deterioração do aburguesamento e o seu fim.

Não cabe dúvida de que, em consequência dessa reestruturação do espaço urbano se registre um aumento de desemprego, da delinquência, da violência, da contaminação atmosférica e de outros males que permeiam as comunidades urbanas. Aos poucos, a cidade se está transformando em um búnquer inseguro, que, se ainda resiste, tal facto se deve sempre à custa de significativos aparatos militarizados e sistemas de vigilância eletrónica.

Não obstante, alguns sociólogos como Borja e Castells (2000) creem que a cidade pode reinventar-se aproveitando-se das novas oportunidades proporcionadas pela globalização e argumentam, que esta não tem que significar necessariamente a destruição das comunidades locais, mas sim que pode potenciá-las. Assim, surgem iniciativas que sugerem que a comunidade local pode ser uma base para a criação de regimes de bem-estar alternativo para combater a exploração e a pobreza mediante estratégias de participação e autossustentabilidade, talheres de ciência, comunidades solidárias, administração de bens e serviços, minimização do consumo, recuperação de espaços verdes, estabelecimento de uma rádio local, etc.

1.6. A comunidade de comunicação

A comunidade de comunicação pode ser vista como uma iniciativa que visa criar uma identidade coletiva no seio dos movimentos sociais. A mesma surge a partir das críticas de comunidade levadas a cabo por Habermas. Em suas análises,

o autor objetiva recuperar a ideia de comunidade comunicativa que se encontra em perigo por força da instrumentalização introduzida pelas relações sociais mercantilizadas; delinea a comunicação como forma de toda ação social que se baseia na língua e, neste caso, a sociedade é uma entidade linguisticamente criada e sustentada. Para Habermas (1997), a comunicação não deve reduzir-se a uma relação instrumental, posto que o processo comunicativo sempre se opõe ao fechamento, e, em última instância resiste à dominação, pelo que, implica um grau de crítica e reflexão. A comunicação permite aos indivíduos formular decisões justas e legítimas, o que lhes torna capazes de pacificar o conflito e facilitar a compreensão dos factos que originaram a disputa.

Este entendimento de Habermas reforça o argumento de que os participantes da ação comunicativa não estão *a priori* orientados para o sucesso individual; eles buscam a realização dos seus objetivos individuais na base de uma plataforma de entendimento comum e harmonização com os planos dos demais membros da mesma comunidade. De facto, o que sucede na prática quotidiana, as opiniões individuais ou de grupos, formuladas e expostas em debate na esfera pública, apenas adquirem a qualidade de opinião pública se as mesmas merecerem uma ampla concordância da comunidade ou da sociedade no plano mais amplo. É a partir da compreensão deste facto que o autor destaca o papel da sociedade civil, que segundo ele, está constituída por organizações e associações livres, não estatais e não económicas, que têm a missão de trazer à público temas para a discussão, bem como a busca colectiva de soluções para os problemas de âmbito social. Com esta perspetiva, considera-se que “A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem a seguir, para a esfera pública política”(Habermas 1997, p. 99). Partindo deste pressuposto, a esfera pública adquire a qualidade de uma estrutura comunicativa que veicula raciocínios de natureza pública e que influenciam substancialmente a formação da opinião pública e política.

Outro argumento de força formulado por Habermas é que toda a ação social está mediada pela língua, cuja essência é o ato social dos mundos partilhados; ainda que as relações de poder dissimulem e distorcem as estruturas comunicativas torna-se possível, apesar das suas diferenças, que a gente possa estar de acordo em certas posturas. E, pelo facto de a ação social se expressar mediante a língua implica a possibilidade de uma teoria partilhada assente na verdade, justiça, ética e política. A ciência é para Habermas uma instituição da universidade moderna, é uma comunidade comunicativa aberta, já que se caracteriza pelo seu compromisso com a verdade que, em princípio pode estabelecer-se através do consenso.

Portanto, a ideia que advogamos com esta abordagem é que na comunidade de comunicação, a razão já não deve ser tida como um instrumento de dominação, mas

sim, um meio de construção de novas relações sociais voltadas à busca permanente do entendimento e que sejam capazes de produzir novos resultados. O diálogo e o entendimento oferecem soluções que não tornem os destinos das pessoas em meros desdobramentos de imposições institucionais; antes pelo contrário, que ofereçam possibilidades de uma verdadeira transformação social.

1.7. A comunidade local e global

A abordagem dos conceitos de comunidade local e global parte das definições clássicas e de suas reelaborações posteriores e contemporâneas com vista a explicitação das noções básicas que caracterizam ambos fenómenos, além de enfatizar as diferenças e proximidades que os mesmos encerram. A articulação entre o local, o global, a economia e as tecnologias de comunicação e informação constitui um processo interativo e aberto no qual o global condiciona o local em diversas vertentes da sua existência como realidade social. A comunicação e a informação enquanto repositórios e veículos das expressões culturais do imaginário dos indivíduos, grupos e sociedade em geral estão cada vez mais globalizadas e controladas pelos grandes centros de decisão financeira e tecnológica, representados nalguns casos pelas multinacionais. Por meio destes veículos e fluxos electrónicos incrementa-se a difusão de estereótipos, padrões de comportamento e modos de consumo das elites ocidentais, objetivando atingir e influenciar a cultura das sociedades à escala planetária e com maior incidência nas comunidades locais. No entanto, a colocação do problema nestes termos não deve ser vista como uma fatalidade, porquanto, a globalização e a revolução tecnológica através da qual se articulam estes fluxos comunicacionais e informacionais são processos potenciadores da criatividade cultural e do desenvolvimento, desde que se criem mecanismos eficazes de sua gestão ao nível das comunidades locais. Este argumento parece coincidir com as ideias de Borja e Castells (2000), que defendem para as sociedades locais o equacionamento de alguns fatores dos quais merecem destaque:

- a) A existência de infraestruturas tecnológicas e de redes de comunicações que assegurem a ligação territorial com os fluxos globais;
- b) A mobilização de recursos humanos em torno de um modelo educativo capaz de formar uma mão-de-obra qualificada;
- c) A organização de condições de vida como a habitação e os serviços diversificados, susceptíveis de tornar a vida individual, familiar e comunitária mais equilibrada.

No meio de toda a turbulência desencadeada pela globalização ressurge a tendência de valorização do próximo. Curiosamente, apesar da internacionalização da informação e da aparente homogeneização de valores, revitaliza-se, cada vez mais, o apreço pelo local. Não se trata de uma negação das vantagens que o mundo globalizado proporciona ao local, senão que, do interesse por aquilo que é peculiar e familiar, cujas raízes se inserem na complexidade das relações que se estabelecem entre o local e o global, numa dinâmica em que ambos interagem para criar e recriar as identidades que lhes são características. A comunidade local, por ser o fundamento da sociedade não pode esvaziar-se diante das tensões oriundas do mundo global; procura revitalizar-se e reafirmar-se para ser de facto um espaço de harmonia e solidariedade que são qualidades que tendem a desaparecer devido às constantes influências negativas oriundas do mundo globalizado. Como bem assinalam Peruzzo e Volpato (2009), “O local, a comunidade, a família, por nos serem próximos, tendem a representar segurança e proteção em um mundo aparentemente instável, de proporções globais, etc” (p. 140).

Entretanto, o conceito de comunidade local encerra uma certa complexidade devido a dificuldade de delimitar a localidade, ou seja, estabelecer limites e demarcações, pois, se trata, por um lado, de um espaço onde se distingue não somente aspetos geográficos e territoriais, mas também aspetos culturais, históricos, linguísticos, sociais, políticos, económicos, etc. Por outra, há que considerar que não existem territórios imutáveis e com limites absolutos, pois os contornos do local são efêmeros e por isso mesmo, passíveis de mudanças. Nesta linha, aproximamos a ideia de Santos (2006) para quem “a localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela” (p. 218). Ou ainda à Peruzzo & Volpato (2009) que afirmam que “(...) o global e o local fazem parte de um mesmo processo social com características sinérgicas, no qual, cada dimensão espacial é transformada, umas pelas outras” (p. 145).

O conceito de comunidade local pressupõe a consideração de um conjunto de variáveis: desde aspetos físico-geográficos como rios, lagos, montanhas, diferenças climáticas, características do solo, etc., aos aspetos que configuram o universo cultural, quais sejam, socioeconómicos, políticos, jurídicos, históricos, linguísticos, incluindo as tradições e os valores que dão sentido à vida e expressam as singularidades pelas quais se constroem as práticas sociais. Ainda assim, apesar dos argumentos até aqui avançados não se deve deixar de lado a ideia de que a proximidade física ou territorial não deve ser vista como característica universal do local, porquanto, com as tecnologias e as redes de comunicação é possível haver proximidade e sentimento de pertença mesmo com a distância física. Em suas asserções, em torno da problemática sobre o global e o local Bourdin (2000) consigna três dimensões a questão local: a) O local necessário - caracterizado pelo sentimento de pertença a um grupo comunitário, pelos vínculos de sangue, da língua e do território; b) local herdado - relacionado aos aspectos históricos, pois,

representa o peso que o passado pode ter sobre o presente, enfatiza a identidade local que se manifesta nos bens culturais, nas regras comuns, na religião, na etnia, na genealogia e nas relações familiares. O local é, pois, um lugar privilegiado de manifestação dessas, se admitirmos que as estruturas antropológicas são principalmente um conjunto de representações e de códigos transmitidos pela prática, como os mitos se exprimem nos ritos; c) o local construído - identificado com uma forma social de integração dos grupos, dos actores e das ações².

Estas três dimensões podem ser reconfiguradas de diversas formas, isto é, incorporadas nas regras de convivência e na religião ou ainda serem representadas através de objetos culturais, que os membros da comunidade local constroem e utilizam no dia-a-dia. Não obstante, a abordagem do local e do global não deve tender para posições extremadas ao ponto de pensar que a globalização seja vista como a varinha mágica capaz de promover uma suposta homogeneização cultural, ou ainda limitar o local a uma dimensão territorial, onde os contactos físicos sejam cada vez mais facilitados. A ideia que permeia o entendimento com respeito a esta abordagem é de que o global e o local não são conceitos que se opõem mutuamente; antes pelo contrário interagem numa lógica de interdependência progressiva que transforma e enriquece o próprio processo de construção social.

No entanto, quando se faz a abordagem do conceito de comunidade global, ressalta à vista a ideia de que a globalização desencadeia grandes transformações no mundo atual afetando profundamente as comunidades locais. Ora, ao mesmo tempo que a globalização dilui as comunidades locais, também reinventa outras que se denominam de cosmopolitas, mundiais, transnacionais, etc. Castells (1999) fala da glocalização – uma dimensão resultante da mistura entre o local e o global. Estas novas formas de comunidades que se apelidam de cosmopolitas se distinguem pelas seguintes características: por um lado, não estão limitadas no tempo e no espaço; por outro, estão inter-relacionadas através de processos comunicativos e transnacionais. Na mesma senda, Delanty (2003) distingue dois principais tipos de comunidade cosmopolita:

(...) la comunidad mundial y la comunidad transnacional. Las comunidades mundiales son aquellas que aspiran a ser globales en su alcance y a reconocer sólo un mundo y una humanidad universal. Por otra parte, las comunidades transnacionales están arraigadas a lo local y consideran el mundo global como un medio para alcanzar sus aspiraciones. (p. 186)

As comunidades mundiais não constituem algo novo na história da humanidade, porquanto as principais correntes religiosas - o cristianismo e o islamismo procuraram sempre idealizar uma comunidade mundial. Hoje em dia,

² Tradução própria.

alguns movimentos sociais que lutam pela democracia, direitos humanos, os movimentos ecológicos, etc, orientam as suas ações para um ideal de comunidade mundial.

A comunidade mundial apresenta uma característica dual; por um lado, se considera como uma entidade formada por governos nacionais; e por outro, como uma entidade formada por movimentos da sociedade civil organizados a escala mundial. Partindo desta perspectiva, importa corroborar com Delanty (2003) sobre os seis principais atores que podem constituir a comunidade mundial, nomeadamente: estados, organizações não-governamentais, agências governamentais internacionais, as Nações Unidas, a Cruz vermelha Internacional, a União Europeia e o próprio quadro de direito internacional. Neste sentido, a comunidade mundial pode englobar uma diversidade de atores sociais que, tanto podem ser governamentais, como podem ser de ativistas dos movimentos da sociedade civil.

Enquanto isso, as comunidades transnacionais resultam da apropriação do global pelo local; atuam em contextos globais, mas, na realidade, implementam projetos nas comunidades locais. Estas podem ser constituídas por grupos migratórios, pela diáspora (vitimada, comercial, cultural, laboral, etc.), ou mesmo organizações híbridas do ponto de vista cultural. Mesmo assim, nem todas as comunidades transnacionais são híbridas, porquanto a hibridez se converte em uma nova identidade, que pode ser étnica ou religiosa. É sobretudo nos campos de refugiados onde se formam e se afirmam as comunidades transnacionais devido a um crescente sentimento de pertença a partir de uma situação de trauma ou ainda de uma memória coletiva. Nesses campos, se forma, na maioria das vezes, uma forte identidade de pertença devido a experiências partilhadas, ou em razão da discriminação e da marginalização a que as populações nessas condições são alvo.

Por exemplo, quando as comunidades transnacionais se constituem a partir de um campo de refugiados há maior probabilidade de as pessoas envolvidas consolidarem as suas identidades culturais, políticas, etc, e inclusive criarem um poderoso sentimento de comunidade como fator de potenciação e de ação coletiva. Além disso, as comunidades transnacionais têm provocado mudanças culturais importantes, tanto em seus países de origem como em países de exílio; em muitos casos a pátria de origem é uma lembrança longínqua, para a segunda e a terceira geração que pode não mais falar a língua da comunidade étnica. Entretanto, o facto de não mais falarem a língua da sua comunidade não significa contudo que se tenham divorciado em definitivo com a comunidade de origem; pelo contrário, esta situação pode estar na base do surgimento de novas identidades que se fundamentam na resistência às tendências da modernidade, da pós-modernidade e da globalização.

Portanto, as comunidades mundiais devem a sua existência às relações comunicativas que se estabelecem entre os diferentes atores: governos, organizações não-governamentais e movimentos da sociedade civil; ao passo que as comunidades transnacionais também se fundamentam na consciência global, mas oferecem uma certa abertura a novas dimensões que de certo modo potenciam o local.

1.8. As comunidades virtuais

As tecnologias de comunicação e informação além de permitirem que o conhecimento e as informações se proliferem cada vez mais rápido e com maior dinamismo, possibilitam também a criação de relações virtuais, aproximando pessoas que se relacionam virtualmente e estabelecem espaços de construção de conhecimentos e laços de afetividade. Deste modo, as novas tecnologias de comunicação e informação estão criando novas expressões de comunidades poderosas que superam de longe as formas de comunidade existentes até ao momento em que nos encontramos. Este tipo de comunidades, mediadas tecnologicamente, também denominadas de ciber-comunidades ou simplesmente comunidades virtuais têm trazido na arena grupos sociais altamente expressivos, que adotam formas tradicionais, movimentos diversificados, abrangendo inclusive pessoas que se localizam em áreas rurais. Na realidade, o espaço, a localidade e as relações simbólicas parecem já não satisfazerem as necessidades de ordem relacional; por tal facto, tem surgido outras formas de relações sociais mais fluidas e temporais que se sustentam por processos comunicativos.

Isto pressupõe dizer, que as comunidades virtuais não são senão uma outra forma de comunidade que agora se associa às demais já existentes. Em segundo lugar, enfatizar o facto de que, na sua generalidade, as novas tecnologias, quais sejam, as tecnologias da informação e comunicação, as biotecnologias, as tecnologias reprodutivas, etc, apesar de adotarem a forma de tecnociência, parecem estar mais impulsionadas pela tecnologia e pelos mercados do que propriamente pela ciência.

Com o advento das tecnologias digitais o mundo tem registado novas formas de comunicação por meio do ciberespaço; em decorrência desta realidade de mudanças o ser humano se transforma alterando os seus valores e adquirindo novas formas de pensar e agir. As comunidades virtuais são compostas por grupos humanos que se relacionam por meio do ciberespaço e nele se constrói relações sociais e culturais diferenciadas das comunidades tradicionais caracterizadas pela ausência de contacto físico, onde a comunicação é assegurada pela internet. As comunidades virtuais imprimem uma nova dinâmica nas discussões públicas em

que as pessoas mantêm uma relação articulada por um sentimento aproximado; as pessoas interagem através do ciberespaço formando redes de relações sociais que têm lugar forado território, favorecidas pelas novas tecnologias de comunicação e informação próprios da era pós-moderna. Morin, Ciurana e Motta (2003) assinalam, que apesar das frustrações e erros por que passa a humanidade há valores que impelem as pessoas em busca de seu aprimoramento,

Para além dos erros, fracassos e frustrações, o planeta já conta com a infra-estrutura necessária à criação de uma sociedade planetária, graças ao vertiginoso desenvolvimento das tecnologias de comunicação. (...) Não é menos correto que elas também servem de suporte para a internacionalização dos movimentos sociais que a hélice da segunda mundialização impulsiona, dedicados a protestar e criticar as práticas antiecológicas dos grupos transnacionais, as políticas dos governos e sociedades que ferem os direitos humanos, o crescimento exponencial da fome, o desaparecimento de culturas pré-modernas e não ocidentais, a situação dos afetados pelo vírus de imunodeficiência humana – VIH. (p. 90-91)

O entendimento que se pode aduzir em torno destes argumentos de Morin é que as tecnologias de comunicação são instrumentos imprescindíveis para o processo de planetarização que tende a ser irreversível. Entretanto, com um posicionamento diferenciado Castells (2000) introduz a ideia da virtualidade real, que pressupõe a existência materializada ou simbolizada das pessoas. Esta tese de Castells põe de manifesto a importância da comunidade virtual que se converte em uma nova realidade que tem a capacidade de potenciar e transformar as relações sociais.

As ideias apresentadas por estes estudiosos permitem afirmar que as tecnologias da informação e comunicação se apresentam como principais impulsionadoras das comunidades fluídas, sobretudo, pela capacidade que têm de transformar a natureza humana e pelo facto de estarem enraizadas tanto no espaço doméstico como na fábrica. Os telemóveis, o correio eletrónico e a internet traduzem a forma mais expressiva de tecnologia capaz de eliminar a distância entre as pessoas. A comunidade mediada tecnologicamente supera aquela que se fundamentava na relação cara e cara e em um território comum e passa a ser concebida como um processo comunicativo aberto em que existe uma relação flexível com outras formas de comunidade.

1.9. A comunidade rural

A comunidade tal como referenciada em tópicos anteriores é uma realidade complexa de relações sociais que se desenvolvem em um espaço concreto, que se integra e se unifica em função dos interesses e das necessidades comuns dos seus membros. Além das dimensões (geográfica, territorial e demográfica), concorrem na sua configuração outras variáveis, tais como a consciência de pertença que é um dos pressupostos vertebradores, a existência de uma identidade e um sistema de valores, crenças e tradições que lhe servem de fundamento

A comunidade rural é uma construção socio-histórica que remonta da antiguidade, se afirma e se consolida ao longo de milénios; desde que apareceram os primeiros estudos sobre o homem, se concluiu que este se apresenta como um ser eminentemente natural, mas ao mesmo tempo social, cuja existência se materializa na relação que estabelece com a natureza, o meio ambiente e com seus semelhantes, formando grupos ou comunidades mais ou menos amplas, no seio das quais este desenvolve atividades económicas, sociais, culturais, profissionais, etc., isto é, toda a sua vida. Entretanto, com exceção dos países ocidentais e da América Latina são escassos os estudos que retratam especificamente os moldes como esta realidade social se desenvolve nas diferentes regiões e continentes do nosso planeta. Na Europa, por exemplo, até à Revolução Industrial, a grande massa populacional vivia nas comunidades rurais, que constituíam a base da sociedade e da economia, responsável pela produção de excedentes para a manutenção dos residentes urbanos, das elites eclesiásticas e até mesmo das entidades reais ou monárquicas. Em quase toda a Europa, o rural invadia os grandes núcleos urbanos (cidades e vilas) com hortas, animais e campos cultivados; havia ofícios não-agrícolas, mercadores, taberneiros, e uma variedade de artesãos que forneciam produtos necessários, tanto ao campo como à cidade. Havia na comunidade rural uma espécie de governo corporativo semi-autónomo que regulava os assuntos comunitários, tais como a construção e a manutenção de estradas, poços, lavandarias etc, e gozava de direito de eleger os seus próprios representantes junto dos poderes locais (Vassberg, 1992). Ficava, assim, diluída qualquer distinção explícita entre o campo e a cidade. Na América Latina, até a Revolução Mexicana de 1910, que despoletou um amplo movimento de reivindicações por reformas agrárias, a população que residia em comunidades rurais constituía uma percentagem superior a 50% do total dos habitantes dos países³.

Nas antigas civilizações orientais, principalmente na China e na Índia onde a principal atividade produtiva era a agricultura irrigada e intensiva, desenvolveu-se

³ Este dado foi retirado do artigo de Raúl Alegrètt publicado no Boletim da FAO sob o título: Reforma Agrária, Colonización y Cooperativas e pode ser consultado no site: www.fao.org/sd/ltldirect/landrf.htm

uma forma de organização social fundada na família, no clã e na aldeia, que eram os núcleos de base ou comunidades autosuficientes daquelas sociedades. Ao longo dos cinco milénios de história de sua existência, a China caracterizou-se como uma sociedade eminentemente rural pelo menos até 1949, altura em que deu início à transição demográfica moderna (García, 2014). Até 1949, a China se caracterizava por grandes desequilíbrios entre o rural e o urbano, o que motivou uma tendência migratória do campo para a cidade nos últimos dois séculos devido a escassez de solo que se verifica no meio rural. Não obstante, a população rural da China estima-se em 578 milhões de habitantes, enquanto na vizinha Índia a mesma se calcula em 893 milhões de habitantes (ONU, 2018). Em África, cerca de 70% da população habita no meio rural (Gari, 2004), embora exista também nalguns países uma tendência migratória do campo para cidade. Neste continente, a agricultura e a criação de gado constituem as principais atividades que dão sentido à vida das populações que habitam as comunidades rurais, porquanto representam as principais fontes de alimentação, de ingressos económico-financeiros, e, por conseguinte, de identidade e dignidade das pessoas comprometidas historicamente em viver nestes espaços. Não obstante, nas comunidades rurais africanas também se desenvolvem outras atividades como o comércio e serviços diversos.

A comunidade rural é objeto da sociologia rural que estuda a vida social dos homens que tradicionalmente habitam e desenvolvem a sua vida no campo. Em termos genéricos, a sociologia rural privilegia o estudo de temas como a personalidade do homem do campo resultante de uma socialização específica; a cultura rural traduzida em formas de comportamentos, sentimentos, ideias, crenças, etc, dos habitantes do campo; os grupos sociais e suas interações no campo; as instituições sociais e a dinâmica social no meio rural. A sociologia rural surge na Europa e alcança um desenvolvimento mais elaborado desde o início do século XX nos Estados Unidos da América. No entanto, os clássicos das ciências sociais desde Marx, passando por Weber e Durkheim auguravam um paulatino desaparecimento do rural em prol de uma urbanização progressiva, a conversão da agricultura em um ramo da indústria e os estabelecimentos agropecuários em fábricas verdes (Ratier, 2002). Desta feita, conformou-se uma tendência de formular as relações entre o rural e o urbano com uma perspectiva de oposição, enfatizando a ideia de que o campo e a cidade representavam modos de vida, cultura e civilização diferentes e opostos (Arcila y Silva, 2013). Por influência desta postura a sociologia rural clássica reproduzia o enfoque dicotómico da modernidade opondo o rural ao urbano; neste quadro de dualidade e oposição do rural diante do urbano, o primeiro passou a ter a conotação de um sistema social no qual as tradições e os costumes assumem maior preponderância. Alguns autores sustentam que o rural faz referência a espaços onde prevalecem culturas tradicionais não vinculadas a cultura urbana (Perico y Ribero, 2002).

Desde a perspectiva clássica, o conceito de rural passou a incorporar quatro características comuns: uma baixa densidade populacional; predominância das atividades agrícolas; uma forte relação entre os habitantes, a natureza e o meio ambiente que exerce uma forte influência na atividade econômica e na construção da identidade cultural; e, a existência de relações sociais marcadas por um forte sentimento de pertença entre os habitantes. Entretanto, durante o século XX assiste-se nos países industrializados a um desenvolvimento exponencial dos processos de urbanização e industrialização que se estendem aos territórios antes considerados como espaços rurais, tornando mais complexa a delimitação de fronteiras entre o rural e o urbano. A necessidade operativa de definir critérios de delimitação entre o rural e o urbano tem incentivado as instituições de investigação científica a optarem por duas perspectivas metodológicas: as que se baseiam em critérios qualitativos que têm como foco de análise o estatuto jurídico, as funções administrativas e os serviços; e, as que se baseiam em critérios quantitativos que consideram como foco de análise o número de habitantes, a densidade populacional e o exercício de emprego agrário (Saez, 1983). Os estudos realizados neste âmbito partiram de uma premissa de que as comunidades rurais não dispõem de estruturas organizativas (políticas, administrativas, econômicas, sociais e culturais), tratando-as de espaços territoriais historicamente construídos e que aspiram evoluir para patamares similares aos da modernidade. Em consequência, formularam-se argumentos que sustentaram a desvalorização das comunidades rurais que passaram a ocupar um lugar residual nos processos de desenvolvimento (Wilches, 2000).

Não obstante, estes delineamentos que associam a noção de progresso à dicotomia entre o rural e o urbano passaram a ser contrariadas pelas mudanças radicais que marcaram a expansão do capitalismo e pelos resultados das investigações levadas a cabo por instituições académicas dos países industrializados, assim como daqueles em via de desenvolvimento que propõem uma reformulação das estratégias de desenvolvimento rural que levem em conta as grandes transformações que estes espaços vêm registando ao longo do século passado e início do século XXI. Das transformações identificadas por alguns autores como Pérez (2004); Ribero & Perico (2002) destacam-se: a diversificação da estrutura produtiva que para além das atividades agropecuárias se alarga para os serviços; uma aproximação entre o rural e o urbano, proporcionada pelas novas tecnologias de informação e comunicação; interpenetração de estilos de vida e valores tradicionalmente associados quer ao rural, quer ao urbano; e a descentralização político-administrativa com vista a conceder maior poder às comunidades locais (Rodríguez y Saborío, 2008).

Em África, cerca de 70% da população habita no meio rural (Gari, 2004), embora exista em alguns países uma tendência migratória do campo para cidade. Neste continente, a agricultura e a criação de gado constituem as principais atividades que dão sentido à vida das populações que habitam as comunidades

rurais, porquanto representam as principais fontes de alimentação, de ingressos económico-financeiros, e, por conseguinte, de identidade e dignidade das pessoas comprometidas historicamente em viver nestes espaços. Não obstante, na maioria de países africanos regista-se atualmente um paradoxo quanto à valorização das comunidades rurais, devido à dicotomia, senão uma mesma percepção discriminatória do rural em relação ao urbano, herdada das políticas coloniais que definiam o rural como espaço atrasado, desprovido de infraestruturas e serviços, onde as estratégias de desenvolvimento deveriam limitar-se à produção agrícola e pecuária.

No caso de Angola que enveredou por uma guerra civil prolongada a situação tende a ser mais dramática se se considerar a atual dinâmica do êxodo rural em direção às cidades em busca de melhores condições de vida. Se durante a guerra civil a população rural angolana permaneceu maioritariamente nas suas aldeias, hoje o quadro é bem diferente, pois, os dados do último censo populacional de 2014 apontam para 37,4% de habitantes rurais, o que configura uma redução considerável se confrontada com o passado recente. É nesta realidade de marginalização e exclusão das comunidades rurais angolanas dos processos de desenvolvimento em que se inserem as comunidades *ovimbundu* que constituem objeto do presente estudo.

Conclusões do capítulo

Neste capítulo, abordamos a comunidade desde a perspetiva histórico-sociológica do pensamento contemporâneo, isto é, desde a Antiga Grécia, passando pela modernidade aos tempos atuais. Apresentamos algumas ideias que no período anterior ao século XIX tratavam a comunidade como uma forma de organização total, assim como das críticas que incidiram sobre a tendência de isolar a comunidade da sociedade global.

De acordo com tal tendência, a sociedade era uma realidade que englobava um conjunto de relações diretas e que se opunha ao domínio organizado do estado. O estado era considerado como uma entidade monstruosa que deveria ser eliminado; ao passo que, a comunidade era concebida como a entidade total que englobava as relações políticas, sociais, económicas e cívicas, e como tal, era um reto para o estado.

Considerou-se como aspeto destacável da época o fato de que, durante a modernidade a imaginação utópica de uma comunidade perfeita levou ao sentimento de perda da comunidade, alimentando a esperança da sua recuperação. Tal sentimento cristalizou-se nas ideologias políticas universalistas, particularmente, o liberalismo, republicanismo, o comunismo, o socialismo, o

sionismo, o fascismo e o nacionalismo que passaram a competir entre si, adotando distintas visões morais e políticas de sociedade.

Destacamos ainda neste capítulo, o facto de que, com o surgimento da Sociologia e da Antropologia, isto é, desde finais do século XIX aos tempos atuais a comunidade passou a ser estudada na ótica de distintas visões em que se destacam: a comunidade cultural, a comunidade urbana, a comunidade de comunicação, a comunidade local e global, as comunidades virtuais e a comunidade rural. No âmbito das distintas perspectivas desenvolveram-se ideias que superaram a dicotomia anterior entre a comunidade e a sociedade, e esta em relação ao estado, considerando-as como formas mútuas de sociabilidade. A comunidade passou a ser considerada como a principal fonte de força para todo o tipo de sociedade, sendo por isso mesmo concebida como uma sociedade global sobre uma base local, fluída e aberta às mudanças.

Portanto, a partir destes delineamentos advogamos neste estudo uma visão que considera a comunidade rural como uma forma de organização social, situada num espaço territorial delimitado, onde as relações entre os sujeitos se regem por um sentimento de pertença a um grupo humano e estejam impregnadas de uma consciência colectiva capaz de gerir os assuntos comunitários (políticos, sociais, culturais, económicos, ambientais, etc). Tais relações sejam sustentadas e dinamizadas por um repertório de valores culturais (tradicionalistas ou de outra espécie) historicamente construídos. Dito de outro modo, a comunidade que advogamos é aquela com características de um governo semi-autónomo com direitos de eleger os seus representantes junto dos poderes públicos locais.

Capítulo II

Educação e desenvolvimento

O tema atinente ao desenvolvimento tem estado no centro das atenções dos estados e figura na agenda das Nações Unidas como uma das prioridades da sua ação. Dada a importância que o desenvolvimento representa para o futuro da humanidade, as Nações Unidas adotaram em Assembleia Geral a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento através da Resolução nº 41/128 de 04 de Dezembro de 1986, considerando-o como um processo económico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes.

Nesta senda, e no cumprimento da sua missão, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem publicado relatórios sobre o desenvolvimento humano e social no mundo; no primeiro relatório publicado na década de 1990 do século XX, foram claramente descritos os desequilíbrios, as desigualdades e a pobreza que atravessam as comunidades humanas no planeta. O documento apresenta indicadores que atestam que mais de metade da população do mundo vive uma situação deplorável de pobreza, sem a possibilidade de satisfazer as necessidades básicas, o que levou ao estabelecimento dos objetivos do milénio, implicando os estados membros das Nações Unidas para a sua efetivação. No relatório sobre o desenvolvimento humano no mundo, publicado em 2013, destaca-se a ascensão do sul, fazendo alusão ao progresso registado nos países em desenvolvimento. De igual modo, o documento refere o facto de nas últimas décadas, ter havido em todos os países do mundo, uma certa convergência para níveis mais elevados de desenvolvimento humano, cujos indicadores atendem a três dimensões: longevidade, sucesso escolar e controlo sobre os recursos necessários para uma vida digna.

Entretanto, o relatório destaca que persistem grandes disparidades nos países do norte e do sul, tendo a desigualdade de rendimento aumentado, não só no seio

de muitos países como entre estes, pois, apesar de ter havido um bom desempenho na maioria dos países em desenvolvimento, contribuindo para o crescimento da economia mundial, os países do sul em conjunto, enfrentam ainda fortes desafios, porquanto neles reside a maioria dos pobres do mundo. O mais recente relatório publicado em 2014 reconhece haver uma redução da desigualdade de desenvolvimento humano na maioria das regiões do mundo nos últimos anos, em virtude dos ganhos registados na área da saúde. Mas as disparidades de rendimento cresceram em várias regiões e a desigualdade na educação manteve-se genericamente sem alterações. Mais ainda, o documento refere que, apesar dos progressos na redução da pobreza, mais de 2.2 milhões de pessoas (15% da população mundial) permanece vulnerável à pobreza multidimensional, 80% da população global não dispõe de proteção social alargada, 842 milhões, isto é, cerca de 12% da população mundial padecem de fome crónica, mais de 1.5 mil milhões de funcionários no mundo trabalha em regime de emprego precário ou informal e $\frac{3}{4}$ dos pobres do planeta vive em zonas rurais.

A realidade ora descrita permite afirmar que as sociedades atuais, profundamente marcadas pelos processos de globalização necessitam de cultivar uma mentalidade renovada assente numa racionalidade social, económica, cultural, política, etc, suscetíveis de reconciliar as pessoas em todas as dimensões da vida. É para este objetivo que a educação e o desenvolvimento das comunidades se afiguram prioritários, porquanto, como referem Vargas y Caride (2002)

(...) al educarse, al educar, al aprender e intercambiar conocimientos, las personas están fomentando y practicando una manera de interpretar y de transformar el mundo, de aceptar o rechazar un modelo de vida y de desarrollo, ya que en ellos se “presupone” y hasta “impone” una determinada forma de encarar la educación. Y, con ella, unos determinados modos de imaginar el desarrollo humano. (p. 10)

Portanto, a educação e o desenvolvimento são processos interdependentes, que ocorrem de forma diversificada em cada contexto social concreto e cuja dinâmica desperta animosidades e esforços cognitivos em busca de meios e recursos necessários para a sua plena realização. Sem a educação não seria possível as sociedades alcançarem elevados níveis de desenvolvimento; do mesmo modo, se a educação não promove o desenvolvimento ela torna-se absoleta.

2.1. A formulação do conceito de desenvolvimento

A noção de desenvolvimento surge como uma categoria atrelada à ideologia do capital. Apesar de ser uma preocupação que sempre centralizou a atenção dos mentores e fazedores do capital, nomeadamente os economistas clássicos, ela surge com um entendimento que lhe aproximava mais à forma de crescimento da produção e da riqueza, como algo substancial inerente ao capitalismo enquanto bandeira de afirmação da burguesia que dominava a economia e a industrialização das metrópoles ocidentais do século XVIII. As flutuações cíclicas que ocorriam na economia dos países industrializados naquela época eram explicadas buscando fundamento no pensamento evolucionista enquanto paradigma dominante. Não havia preocupação de teorização do que hoje se denomina desenvolvimento, muito menos de desenhar programas destinados a promover o bem-estar de todos os segmentos da população dos países.

Em sua formulação embrionária como conceito, o desenvolvimento atrelou-se nas teorias económicas sendo considerado como crescimento económico pelos clássicos liberais (Adam Smith, Malthus, Ricardo e outros) e pelos socialistas (Fourier, Owen e Karl Marx). Smith (1994) advogou a ideia de que o crescimento económico permite a melhoria da qualidade de vida individual e suporta o contínuo progresso das sociedades. Para o autor, o desenvolvimento de um determinado país só seria possível se os agentes económicos fossem capazes de satisfazerem seus interesses individuais de forma espontânea. Smith partia do princípio de que todo o homem vive para a troca, ou se torna, a dada altura, um mercador e a sociedade, por sua vez, se transforma no que é – uma sociedade mercantil. Apesar da reconhecida genialidade do seu pensamento para as ciências económicas, e, por extensão, para a teoria do Estado, Smith e seus seguidores tendem a confundir o desenvolvimento de uma sociedade com a simples capacidade de seus cidadãos em formular as leis do mercado e a busca incessante de interesses lucrativos.

Na esteira da formulação do conceito de desenvolvimento, Schumpeter deu um prestimoso contributo ao estabelecer claramente a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Para Schumpeter (1997) “nem será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza”. (P. 74)

O autor considera que os períodos de prosperidade e de recessão económica comuns no processo de desenvolvimento capitalista decorrem do facto de que, à medida que as inovações tecnológicas ou as modificações introduzidas nos produtos antigos são absorvidos pelo mercado e seu consumo se generaliza, a taxa de crescimento da economia diminui e tem início um processo recessivo com a redução dos investimentos e a baixa da oferta de emprego. A alternância entre a

prosperidade e a recessão constitui um obstáculo periódico e transitório no curso normal de expansão da renda nacional, da renda *per capita* e do consumo.

A segmentação da economia em setores como primário (agricultura, floresta, pecuária, caça e pesca); secundário (indústria, mineração, construção civil e energia eléctrica); e terciário (educação, saúde, transportes, serviços domésticos, administração pública e outros), fez com que os economistas se consciencializassem do facto de que, nem todas as sociedades viviam um sistema económico capitalista desenvolvido, visto que, tal ocorreria apenas quando a população economicamente ativa se deslocasse do setor primário para o secundário e o terciário. Ora, apesar do grande contributo que os autores emprestam à formulação do conceito de desenvolvimento, os argumentos que apresentam espelham claramente uma postura reducionista, porquanto limitam o desenvolvimento ao crescimento económico e à industrialização.

Depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se transformações que impulsionaram o desmoronamento do sistema colonial, sobretudo sob a influência da crise pós-guerra, do nascimento das economias socialistas, que tendiam expandir-se aos países que alcançavam as suas independências, surgiram novas posturas metodológicas e teóricas que buscaram incorporar a dimensão social no pensamento económico. Como resultado, sobressaiu a consideração da linearidade e progressividade temporal nas análises sobre o desenvolvimento económico, em que se destaca Rostow (1960). Este autor formulou ideias segundo as quais, todas as sociedades seguiriam o mesmo padrão histórico de desenvolvimento económico, e, seguindo esta lógica os países subdesenvolvidos encontrar-se-iam na primeira fase da sua linha histórica de progresso e o ocidente numa fase posterior. Para lograr este propósito, seria necessário mobilizar o investimento interno e externo a fim de gerar recursos suficientes para acelerar o crescimento económico.

Este seria, então, o manual de ajuda a todos os países para superar as suas diferentes etapas de desenvolvimento. As ideias desses autores não poderiam passar despercebidos e mereceram duras críticas daqueles que pensam que o desenvolvimento não é um processo tão linear, pois, a história atesta que muitos países não passaram pelas mesmas crises e etapas de crescimento económico, e atendendo ao facto de que, as realidades históricas diferem de um país a outro.

Os estudos posteriores empreendidos por Kuznets (1983), além de discordarem da linearidade das etapas do crescimento económico, reconhecem que cada país tem o seu próprio desenvolvimento e que as experiências podem diferir. Na mesma linha, Caride, Freitas e Vargas (2007) consideram as teorias unilineares e evolucionistas desajustadas das realidades sociais contemporâneas e argumentam que,

As análises das mudanças sociais viriam provar que as sociedades não evoluíram através das mesmas formas e conteúdos que serviram de padrão para as sociedades capitalistas desenvolvidas na Europa Ocidental e dos EUA, nem a sequência cronológica dos diferentes estádios de desenvolvimento seriam iguais de sociedade para sociedade, pese embora a existência dos mesmos factores contingentes de causalidade de mudança social: contradições no sistema socioeconómico, tecnologia, ciência, política, cultura, pressão demográfica e meio ambiente. (pp. 19-20)

Não obstante as críticas em desfavor das teorias dominantes da época, o desenvolvimento manteve-se equacionado ao crescimento económico, de tal modo que, os países subdesenvolvidos eram aconselhados a seguir esta orientação como uma fórmula mágica para o desenvolvimento das suas economias e das suas sociedades. O desenvolvimento continuou a ser confundido com o crescimento económico que, como referem Vasconcellos e Garcia (1998) deveria assegurar a alocação de recursos nos diferentes sectores da economia para assegurar o bem-estar económico e social (condições de saúde, alimentação, educação e habitação) e ainda reduzir a pobreza, o desemprego e as desigualdades entre os diferentes segmentos populacionais.

Na década de 50 do século XX, os teóricos da economia ajustaram a aceleração do desenvolvimento com o aumento da produção e a formação de capital. E, como revelam os autores acima citados, foi por iniciativa pioneira de desenvolvimento económico de Schultz (1963), que a produção teórica e empírica incorporou a necessidade de formação de capital humano no crescimento económico e no desenvolvimento da agricultura. Com esta iniciativa, a educação, a saúde e a formação passaram à condição de factores económicos que concorrem em pé de igualdade com os factores “capital” e “trabalho” do crescimento económico. Desde então, a análise económica passou a incluir as atividades familiares, as relações sociais não-mercantis e a nova teoria do consumidor. Esta mudança traduz um certo progresso no equacionamento de questões sociais e humanas na produção teórica, pois, abriu horizontes para uma compreensão mais abrangente da dimensão social e da sua relevância na análise do crescimento económico alcançado por uma determinada sociedade.

Alguns anos depois, na década de 70 do século XX, Seers e Joy (1971) viriam a redefinir o crescimento económico para além do aumento da produção *per capita*, ou seja, o crescimento económico significaria eliminar a pobreza, o desemprego e distribuir por igual a riqueza acumulada. A partir da redefinição feita por Seers, o crescimento económico passou a incluir a satisfação das necessidades das populações, priorizando a promoção das condições de vida dos grupos sociais desfavorecidos. Para tanto, a análise estende-se agora à valorização dos seres humanos e ao grau de satisfação das necessidades humanas, principalmente das

necessidades básicas, incluindo novos indicadores como a oferta de serviços essenciais (alimentação, habitação, educação, saúde e previdências); isto implicou a revisão das questões estruturais (urbanização, crescimento da população, desemprego, etc) para um atendimento global das variáveis que configuram a dimensão social.

No entanto, tal como se mencionou atrás, depois da Segunda Guerra Mundial seguiram-se transformações que impulsionaram o desmoronamento do sistema colonial; em consequência surgiram, por um lado, as economias socialistas, por outro, os chamados países do terceiro mundo. Esta nova realidade abriu horizontes para a compreensão do desenvolvimento e subdesenvolvimento que configuram o resultado histórico do processo de desenvolvimento do capitalismo. É neste contexto, que surge a questão sobre como implementar a industrialização dos países do terceiro mundo num cenário de dependência em relação aos países industrializados do ocidente? Em resposta a esta questão, Prebisch (1949) formula a teoria da dependência com a tese de que o mundo se tem desenvolvido numa relação de tipo centro-periferia, na medida em que, para seu prejuízo, os países do terceiro mundo produzem matérias-primas para as indústrias dos países industrializados, condenados, portanto, a uma estagnação provocada pela própria dependência. Neste sentido, a teoria da dependência, que surgiu na América Latina nos anos 60 do século XX, tenta explicar as novas características do desenvolvimento dependente que já se tinha consolidado nestes países.

A teoria do desenvolvimento e seu desdobramento para subdesenvolvimento pode entender-se como um empreendimento que procura enquadrar as burguesias locais emergentes dos países periféricos que constituem espaços para onde se transferem as disputas hegemônicas dos grandes e poderosos grupos económicos no âmbito dos processos de expansão do capitalismo mundial. Daqui se depreende que o problema do desenvolvimento desigual enquanto prática socioeconómica e modo de competição política e ideológica põe a descoberto as desigualdades entre as sociedades humanas, criadas pelo modo de produção capitalista.

Os países que conquistaram a sua soberania política nos anos 60 e 70 do século XX adotaram a industrialização como estratégia para o seu desenvolvimento, tomando por modelo os países desenvolvidos, tendo em conta que, historicamente, a acumulação de capital e a industrialização haviam sido os motores do crescimento desses países (Moreira e Crespo, 2012); pensava-se, então, que, por analogia haveria também de ser este o caminho a seguir pelos países em desenvolvimento. Apesar de terem optado por essa via, prevaleceu o estado de subdesenvolvimento desses países, originado por fatores como dificuldades financeiras, estrutura económica deformada, êxodo rural, despesas militares, regras adversas do comércio internacional, etc., que em certa medida, condicionaram a extensão do desenvolvimento a outros domínios da vida social. Partindo desta base comum, os

teóricos da modernização propõem visões alternativas sobre as causas do subdesenvolvimento (essencialmente de natureza interna) e as formas para a sua superação.

As décadas de 70 e 80 do século XX auspiciaram uma certa viragem no tratamento do crescimento económico com a introdução de novos rostos do comportamento humano e de organização social. Entretanto, foi sobretudo, na década de 80 do século XX que se tornou efetiva a articulação interdisciplinar entre a economia e a sociologia na abordagem de múltiplos domínios sociais como criminalidade, interações sociais, etc., e entre os tecidos produtivo e social, que se viria então a considerar que o crescimento económico permite atender as necessidades básicas da população. Como se pode perceber, é também nessa altura, que os economistas aperceberam-se do fracasso da transposição dos métodos aplicados nos países já industrializados aos países menos avançados e da extraordinária importância dos fatores sociais e políticos nos processos de desenvolvimento. Como se poderá notar mais adiante, os contributos advindos de diferentes autores fornecem uma riqueza teórica e conceptual que na sua globalidade permitem uma ampla compreensão da multidimensionalidade do processo de desenvolvimento, pois, objetivam a busca de um conceito de desenvolvimento mais humanista que considere a importância da participação das comunidades rurais na tomada das decisões que afetam as suas vidas e que dê prioridade à satisfação das necessidades básicas e alerte para os perigos da exploração exacerbada dos recursos naturais que provoca desequilíbrios ambientais.

Portanto, a formulação do conceito de desenvolvimento passou por várias fases: inicialmente, o desenvolvimento foi identificado com o crescimento do produto nacional bruto, passando pelo crescimento económico, industrialização e formação do capital humano; em finais do século XX, devido a utilização indiscriminada do desenvolvimento para aludir a múltiplas realidades, o conceito desvalorizou-se e esvaziou-se o seu real significado como expressão da maior aspiração humana de alcançar as melhores condições de vida. Atualmente, advoga-se a necessidade de analisar o desenvolvimento a partir de realidades concretas, não apenas como conceito, mas, sobretudo, como uma prática multidimensional que deve ser entendida no marco próprio de cada cultura e não como um processo monitorizado a partir da visão ocidental, sendo por isso mesmo, considerado como um caminho imprescindível pelo qual vem trilhando toda a humanidade.

2.1.1. O conceito ocidental de desenvolvimento

O conceito ocidental de desenvolvimento tem a sua génese, por um lado, na ideia cristã de felicidade que, com o decorrer do tempo, e em face da emergência da modernidade entrou em desuso. A promessa divina de felicidade converteu-se numa preocupação propriamente humana, esvaziando a confiança em um Deus provedor do bem-estar e dando lugar à razão e à vontade do homem que passa agora a ser o fundamento da felicidade terrena. O homem moderno deposita a confiança na razão, e como tal, o seu modelo de felicidade consiste no controlo da natureza e no aproveitamento dos seus recursos (Caride et al., 2007). Esta visão pressupõe a acumulação de bens, considerados então como riquezas, isto é, um capital que passa a ser a fonte de bem-estar e da felicidade para os homens e as nações.

Por outro, a génese do conceito ocidental de desenvolvimento tem sido associada à consolidação da ciência biológica, em que o processo evolutivo dos seres vivos incorpora a visão do mundo natural em transformação. Um organismo se desenvolve à medida que progride em direção a sua maturidade biológica. É com Darwin que o termo desenvolvimento passou a ter o sentido de transformação, isto é, visto como um movimento na direção da forma mais evoluída. A sua teoria evolucionista advoga que as mudanças na natureza decorrem de uma evolução a partir da qual os organismos alcançam a sua forma ou sofrem a sua extinção vital pela debilidade e incapacidade adaptativa, assim como pela falência genética que não lhes permite competir e evoluir com êxito. Este entendimento foi posteriormente transferido para o campo social e económico culminando com a conceitualização do desenvolvimento como fenómeno natural resultante da competição das espécies em presença. “(...) Esta leitura deu lugar ao paradigma do difusionismo cultural, que fomentou e legitimou a ideia de que a cultura europeia é a mais evoluída e perfeita frente a outras consideradas em estádios inferiores” (Caride et al., 2007). Desde então, este pensamento consolidou-se em forma de visão linear de que se servem alguns círculos ocidentais para rotular o diverso estigmatizando-o como primitivo e pouco evoluído, e que funcionou como bandeira colonial da supremacia europeia sobre os diferentes povos do mundo.

A visão de desenvolvimento concebido como evolução desvirtuou o seu significado tornando-o numa espécie de autoconhecimento para ilustrar que o progresso histórico, a expansão e o conhecimento eram virtualidades exclusivas do ocidente, sendo as suas sociedades as mais civilizadas, e conseqüentemente, as mais adequadas para indicar o caminho que as demais coletividades humanas teriam de seguir ou mesmo imitar. Assim, progredir passou a significar uma ação pela qual o ser humano se liberta da condição de um ser primitivo para assumir formas sociais mais perfeitas.

Ora, a ideia evolucionista inspirou inclusive pensadores como Karl Marx (teórico do socialismo) e Max Weber (1864-1920) (intérprete do fenómeno capitalista), pelo que, apesar do antagonismo, em ambos os casos o mundo parece ter-se rendido ao paradigma do progresso. Karl Marx (1818-1883) concebia o desenvolvimento em termos de progresso, isto é, na perspetiva de estabelecer a diferença entre a evolução social e a natural. Noutra vertente – a capitalista, a noção de mudança social passou a significar a transição da condição da pobreza para outra de bem-estar, e ainda a conversão das sociedades politicamente dominadas pelo totalitarismo para um sistema democrático.

Transposto para a visão contemporânea, o progresso designa, por um lado, a mudança das instituições para uma situação melhorada e, por outro, a acumulação de bens materiais e intelectuais em função de dois objetivos fundamentais: crescer economicamente e emular o modelo de vida ocidental. Neste sentido, o desenvolvimento concebido como crescimento económico é responsável pela ambição veemente de sobrevalorizar a opulência material e a capacidade de transpor etapas, de que resulta como benefício um certo capital social e económico, que é aumentado e multiplicado de modo sequenciado com o decorrer do tempo.

No século XX, a humanidade assistiu o acelerar do progresso e, em face disso, o desenvolvimento passou a ser identificado com o impulso cultural de que resultou a modernização tecnológica e industrial. Esta nova realidade implicou uma transformação política, económica, social e cultural das sociedades tradicionais e das nações em via de desenvolvimento que se viram pressionadas a renunciarem os seus modos de pensar, atuar e conceber a vida e o mundo (Caride et al., 2007) para alinharem com os ditames da cultura e da ideologia ocidentais.

Entretanto, o desenvolvimento tem sido associado também ao bem-estar que pode ser alcançado através de indicadores que traduzem a qualidade de vida das pessoas no plano social, económico, político, cultural, sanitário e ambiental. A qualidade de vida não é mais senão a consideração de um acesso amplo às oportunidades sociais, económicos, culturais, etc., que facilitam a prossecução de melhores condições de vida. Assim, o desenvolvimento tem lugar quando são concretizadas metas que relevam para a qualidade de vida das pessoas, através de objetivos visíveis e quantificáveis, desde a alfabetização, a esperança de vida, os níveis de poluição, a contaminação em si, o acesso às áreas verdes, o rendimento *per capita*, o ócio, a boa saúde física e mental, a estabilidade emocional, etc.

No decurso do tempo, o desenvolvimento tem merecido atualizações de modo a tornar o conceito cada vez mais amplo. Neste sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou em 1994 um conjunto de indicadores básicos a considerar, designadamente: a garantia de uma atividade e autonomia económica suficiente; o acesso a uma alimentação básica e serviços de

saúde, a preservação dos ecossistemas locais e os recursos necessários para as gerações atuais e futuras; a proteção das pessoas de qualquer tipo de violência, seja guerra, tortura, delinquência, abusos, etc.; a salvaguarda dos valores e das culturas de comunidades e grupos minoritários e; a garantia dos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Como se pode observar o conceito de desenvolvimento delinea em sua construção histórica a busca de algo que tendea uma forma perfeita e natural, o que supõe estar-se em presença de um certo dinamismo em que tem lugar processos de transformação em diversos âmbitos do pensamento e da ação humana; logo, no plano social, o desenvolvimento encarna o próprio processo de mudança, isto é, a superação de uma realidade problemática para outra que seja melhorada em termos de condições de vida, ou ainda para um agravamento da própria pobreza. Assim, o desenvolvimento passou a ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social, cujos efeitos se traduzem na satisfação das necessidades das pessoas em termos de alimentação, saúde, educação, habitação, transporte, lazer, etc. (Oliveira, 2002).

Durante a segunda metade do século XX, o modelo de desenvolvimento hegemónico ocidental adquire uma nova identidade, que

(...) cristaliza atitudes e valores individuais e coletivos que se singularizam por linhas como o antropocentrismo, a visão da natureza como recurso, o etnocentrismo, a estrutura hierárquica da sociedade, o individualismo, a busca da estabilidade económica e o horizonte existencial de ter mais para ser mais. (Caride et al., 2007, p. 37)

O desenvolvimento propiciou o surgimento de conflitos entre sociedades e indivíduos por sobrevalorizar o princípio de ganhar e acumular mais; nesta lógica de coisas, as sociedades e os indivíduos passam a encarar a vida como uma forma de luta permanente, em que aqueles que se acham economicamente mais fortes podem alcançar o tão desejado desenvolvimento, enquanto os perdedores são atirados à sua sorte. Neste particular, ainda que o desenvolvimento tenha possibilitado a realização de importantes transformações sociais, culturais, políticas e económicas no mundo, abrindo horizontes para o progresso e bem-estar material de um número considerável de pessoas pelo mundo fora, o rumo que tomou e os moldes em que se processou criou profundos desequilíbrios sociais e ambientais, deixando nações inteiras em situação de subdesenvolvidas.

2.1.2. O subdesenvolvimento como correlato do desenvolvimento

Desde os anos quarenta do século XX que as ciências sociais e os estudos em torno das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento centralizam a atenção dos teóricos como John Maynard Keynes, assim como outros que se identificam com a corrente da modernização, a neoclássica e a estruturalista. Keynes (1943) deu por finda a crença vigente na altura de que a economia de mercado conduziria automaticamente ao pleno emprego e advoga a necessidade da intervenção do estado.

A ideia dominante sobre os problemas e os vícios do subdesenvolvimento influenciou a construção do conceito de desenvolvimento que doravante passa a ser concebido como um processo de modernização em que países em desenvolvimento atingiriam progressivamente o nível alcançado pelos países desenvolvidos. Estes últimos são vistos como modelo a seguir pelos países em desenvolvimento tomando por referência a experiência historicamente construída de industrialização e acumulação de capital como principais motores do crescimento sustentado. Com esta ideia os teóricos da modernização criaram visões alternativas sobre as causas do subdesenvolvimento e os moldes de sua superação.

Em sua teoria Nurkse (1953) advoga o crescimento equilibrado e a necessidade de superar o círculo vicioso da pobreza que deriva do baixo rendimento *per capita* que embustece as economias dos países subdesenvolvidos. O autor identifica dois fatores de bloqueio à formação de capital: o fraco poder de compra e a fraca capacidade de poupança da população, que propiciam a reprodução da pobreza. O subdesenvolvimento é um problema de baixo nível de acumulação de capital e do fraco investimento na agricultura e na indústria. Para superar este círculo vicioso Nurkse sugere o incremento da capacidade produtiva para aumentar a renda, o aumento dos investimentos e a mobilização de recursos para financiamento como forma de dinamizar o funcionamento das empresas.

Diferentemente destes dois autores, Lewis (1954) propõe um modelo económico dual, onde coabitam o setor tradicional de subsistência e o setor moderno capitalista; a vantagem desta dualidade consiste na existência de um excedente de força de trabalho, que auferir um salário de subsistência e que pode ser absorvido pelo setor moderno, pode com isso oferecer um salário ligeiramente superior daquele, para estimular a migração do campo para as cidades, favorecendo deste modo a expansão do setor moderno capitalista e a contração do setor tradicional de subsistência e como forma de aumentar o rendimento à escala nacional.

Na busca das causas do subdesenvolvimento empenhou-se a corrente neoclássica em que, entre outros teóricos se destacam, Solow (1956) que enfatiza a

acumulação de capital e o progresso tecnológico como fatores determinantes do crescimento económico, enquanto, Rostow (1960) distingue as etapas do crescimento como um processo de transição desde a sociedade tradicional, caracterizada por estruturas sociais estáveis, renda de subsistência e falta de conhecimentos técnicos, estando a esse nível os países subdesenvolvidos; passando para outras etapas de maturidade, caracterizadas pela diversificação da economia, serviços, desenvolvimento tecnológico e aumento de consumo, em que se encontram os países desenvolvidos. Com a mesma perspectiva, Romer (1986) e Lucas (1988) avançam com ideias segundo as quais, a aplicação da tecnologia depende dos incentivos aos agentes económicos, e por isso, defendem a formação de capital humano, a escolaridade, o treinamento no trabalho no sentido de aprender fazendo, para permitir um desenvolvimento tecnológico endógeno.

Em meados da década de 1960 emerge a teoria da dependência ou estruturalista do desenvolvimento assumida por autores da Comissão Económica para América Latina (CEPAL). Na perspectiva do pensamento estruturalista, o subdesenvolvimento é primariamente analisado na óptica do crescimento económico para depois estender-se à esfera social. O pensamento estruturalista elege como foco de análise:

- a) A transformação estrutural das economias subdesenvolvidas e a utilização das tecnologias produtivas mais avançadas;
- b) O modo como as economias subdesenvolvidas e de carácter dualista se inseriram na economia internacional como fonte de matérias-primas para a indústria de manufacturas das metrópoles;
- c) A sua dependência da procura de matérias-primas pelo mercado internacional, o que as torna incapazes de gerar o seu próprio desenvolvimento;
- d) A necessidade de uma estratégia de industrialização para a substituição das importações assumida pelo estado.

A relação assimétrica consubstanciada no princípio discriminatório(capitalismo do centro e periférico) e o consequente declínio das trocas de produtos primários no mercado internacional são objeto de uma dura crítica nas teses de Prebisch (1949) e Furtado (1973). Para estes autores as relações internacionais e as trocas comerciais assentam na desigualdade e o desenvolvimento dos países industrializados do centro ocorre em detrimento da periferia ou países subdesenvolvidos.

Em sentido genérico, o termo subdesenvolvimento refere-se a um défice de desenvolvimento em qualquer área ou atividade. Fala-se de subdesenvolvimento

quando se está diante de um processo que teve um ponto de partida, e que se encontra em movimento progressivo rumo a um estágio quantitativa e qualitativamente melhor. O termo não passa de um eufemismo utilizado pelos membros das sociedades industriais dominantes para designar aquelas que são dependentes. Outrora, talvez as tivessem designado de primitivas ou atrasadas. Hoje, estes termos não são bem aceites na comunidade académica, dada as suas conotações colonialistas e etnocêntricas. A origem do termo subdesenvolvimento está associada às condições de estagnação económica e pobreza que caracterizam grandes áreas do planeta, sobretudo quando comparadas com o dinamismo dos estados capitalistas da América do Norte, da Europa ou da Ásia. A origem do subdesenvolvimento remonta aproximadamente a finais do século XIX e princípios do século XX, quando foi introduzido na análise económica no âmbito da segunda revolução industrial, tendo sido empregue quando se registava em alguma nação ou região um certo retardamento quanto ao desenvolvimento de seu setor secundário, permanecendo dependente todavia da agricultura, da pesca e da pecuária. Seguindo as ideias da escola alemã, o subdesenvolvimento se pode identificar tendo em conta várias situações como a falta de industrialização, o clima, os conflitos sociais, movimentos guerrilheiros, guerras civis, a tirania de alguns dirigentes políticos, a instabilidade, tanto política como económica, as pandemias, a religião, etc.

O subdesenvolvimento tem sido objeto de análise nas teorias de desenvolvimento económico: para a teoria neoliberal Rostow (1960), o subdesenvolvimento é uma fase do processo de desenvolvimento económico, que é gradual e ocorre através de etapas, que culminarão com o pleno desenvolvimento. Em suas análises, os neoliberais ignoram importantes fatores endógenos que confluem na criação de condições necessárias para que haja desenvolvimento. A teoria estruturalista assumida por teóricos da CEPAL define o desenvolvimento como uma consequência de diversos fatores que se completam, articulados entre si e em sintonia com a situação mundial. Baseados na realidade de cada país, vinculada à dinâmica histórica da exploração externa, os estruturalistas Prebisch (1963) e Furtado (1973) concluem que o subdesenvolvimento é outra face do próprio desenvolvimento. Os estruturalistas apresentam um conjunto de fatores endógenos responsáveis pela pobreza e subdesenvolvimento tais como: a fome, o desequilíbrio demográfico, a industrialização dependente, a urbanização irregular, as perversões na distribuição de renda, entre outros.

Assim, o subdesenvolvimento pode ser identificado através da comparação de alguns países em relação a outros em uma dada etapa ou conjuntura histórica. Com este entendimento é possível afirmar-se que em cada momento da história haverá povos que alcançarão níveis de progresso técnico e de organização sociopolítica, técnica e económica superiores em relação aos outros. Em um enfoque como este se deve relativizar os elementos constitutivos do subdesenvolvimento em termos de sua especificidade histórica, o que envolve uma comparação com a situação de

desenvolvimento, ou seja, com os padrões de referência dos países industrializados. O subdesenvolvimento possui raízes históricas e expressa as desigualdades económicas e sociais que permeiam as relações internacionais. É um termo que se utiliza para referir-se aos países cujo desenvolvimento económico e social está limitado, apresentando um alto grau de desigualdades sociais e um elevado nível de pobreza e miséria. Seguindo esta linha de raciocínio, as sociedades subdesenvolvidas seriam aquelas que apresentam um elevado índice de desemprego, altos níveis de corrupção, acentuadas desigualdades económicas entre os seus habitantes, insignificantes investimentos do estado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, baixa renda *per cápita*, elevada dívida externa, dependência cultural, alta taxa de mortalidade infantil, crescimento urbano desordenado, etc.

O subdesenvolvimento é um conceito que gravita em torno da noção de pobreza. A pobreza, como se sabe, refere-se à ausência ou carência de bens materiais e não-materiais necessários para se viver. A ausência ou carência de bens obriga viver em situação de indigência, inferioridade e dependência diante daqueles que possuem meios necessários. Mas a pobreza é um conceito relativo, posto que, os critérios para definir o que é ser pobre variam consoante as capacidades e possibilidades dos sujeitos em satisfazer as suas necessidades e ainda as representações sociais e culturais que se tenha deste fenómeno. Por outro, a pobreza se manifesta de duas formas; a primeira, expressa a carência material, a falta de meios para sustentar a vida; a segunda pode ser identificada mediante ausência ou privação de oportunidades para a realização das “(...) potencialidades humanas, como a cultura, a educação, a participação política, o direito à prática religiosa, o culto do intelecto, etc” (Caride et al., 2007, p. 44).

Em suas múltiplas dimensões, a pobreza gera marginalidade, passividade, conformismo, frustração e até isolamento (Caride et al., 2007), principalmente quando as pessoas que se encontram nessa condição perdem a esperança de um dia disporem de meios e de possibilidades de participação na sociedade a que pertencem. À longo prazo, esta situação pode constituir motivo para a exclusão e a formação de comunidades marginais. O fenómeno da pobreza tem origem em diversos fatores, sendo os mais comuns aqueles que atravessam a maioria das sociedades, como a distribuição desigual de bens, a escassez de recursos, a pressão demográfica, a falta de conhecimentos adequados para transformar o meio, as enfermidades, os conflitos armados, as calamidades naturais, entre outros.

No contexto das relações internacionais, a pobreza está associada ao subdesenvolvimento, que na sua acepção socioeconómica e política designa a situação de coletivos humanos que se caracterizam pela subordinação, dependência e pela exploração, fenómenos que pela sua essência são a causa e o efeito da pobreza. Neste particular, o subdesenvolvimento traduz a ideia de atraso histórico evidenciado por alguns países na relação com aqueles considerados desenvolvidos.

Porém, é indubitável a conexão dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo que o primeiro é gerador do segundo.

Desde esta perspectiva, a otimização e a maximização dos níveis de vida nas nações abastadas tem como resultado inevitável a pobreza nos países com dificuldades económicas. A compreensão das relações de interdependência entre desenvolvimento e subdesenvolvimento exige uma análise global sobre a pobreza das comunidades e das pessoas, e também em torno do subdesenvolvimento como um problema estrutural que afeta toda a população mundial e as suas instituições. (Caride et al., 2007, p. 46)

O subdesenvolvimento é um constructo epistémico e, ao mesmo tempo, uma categoria ideológica que funciona como engrenagem de controlo social ao serviço de interesses etnocêntricos que, desde uma perspectiva hegemónica, economicista, positivista e objetivista (Pérez, 2016) concebem os indivíduos e os países da periferia como pobres, culturalmente atrasados e subdesenvolvidos. Baseados em tais representações mentais alguns teóricos ocidentais tratam de desconstruir indivíduos e colectivos inteiros dos países em desenvolvimento silenciando os problemas engendrados propositadamente para perpetuar a miséria e o sofrimento das populações e ocultando a realidade idiosincrásica dessas nações. A pobreza induzida e agravada, desde a década de 1980 em África, América Latina e Ásia é uma construção socio-histórica que se reproduz através de mecanismos estruturais instituídos no sistema das relações internacionais e dinamizada por estratégias concebidas para destruir as economias de autoconsumo que eram sustentadas pelas comunidades rurais e funcionava como garante da estabilidade alimentar dos países em desenvolvimento. A implementação de tais estratégias originou a migração em massa em direção às cidades conformando um “(...) fenómeno de marginalidade urbana crescente” (Santos, 2016, p. 64), principalmente para os jovens que precisam de primeiro emprego.

O subdesenvolvimento expressa-se através de indicadores que aludem sobre um elevado crescimento demográfico, alto nível de desemprego, escassa produtividade, reduzidos rendimentos económicos, a presença deficiente de serviços sociais, etc. O subdesenvolvimento se manifesta em diversos aspetos, tais como o baixo nível de vida, descontrolo sobre o próprio destino, descuido identitário, a fraca motivação para o trabalho, capacidade insuficiente associada à falta de oportunidades para a promoção pessoal (Caride et al., 2007), etc.

Na vida real, tanto a pobreza individual como o subdesenvolvimento criam insegurança e apatia nos cidadãos, o que por vezes releva para uma situação extrema de degradação física e moral das pessoas, da desintegração familiar e social. A pobreza e o subdesenvolvimento provocam desequilíbrio e quando são mantidos por muito tempo, tendem a evoluir para aquilo que se designa de malefícios sociais

crónicos, de tal sorte, que os indivíduos e as sociedades que vivenciam esta realidade se vêm confinados num esquema existencial marcado pela dependência, sem perspectiva de transformação para uma vida melhor.

2.2. Teorias e modelos de desenvolvimento

A partir da escola clássica da economia instituída no século XVIII no ocidente o desenvolvimento começa a ser delineado sobre os pilares do crescimento económico e da modernização. Os economistas clássicos do século XVIII e princípios do século XIX centraram a sua análise ao crescimento de longo prazo, incluindo as suas causas, consequências e perspectivas. O ponto de partida dos clássicos é a ideia de que a acumulação de capital através da inversão do excedente constitui o principal motor do crescimento económico e, consequentemente da riqueza das nações.

Em suas análises, Adam Smith (1723-1790) postulava que uma vez cumpridas determinadas exigências institucionais (intervenção do estado limitada à justiça, defesa, ordem pública, obras públicas e comércio internacional livre), o crescimento se torna autossustentado. Além de Adam Smith, merecem também destaque as contribuições de Ricardo (1772-1823), cujo interesse centrou-se, entre outras questões, na distribuição que ele considerava como fator principal da acumulação e consequentemente do desenvolvimento. Ricardo postulava que o crescimento gerava aumento da demanda de trabalho, incremento dos salários, da população e da demanda de alimentos. Os clássicos, (Adam Smith, Thomas Malthus, Karl Marx e David Ricardo) preocuparam-se com as causas, consequências e perspectivas de análise do crescimento económico ao longo prazo. O interesse e motivação de estudar o fenómeno do crescimento económico permitiram à extensão da análise às áreas atrasadas, que atualmente representam os denominados países em vias de desenvolvimento.

Outros economistas clássicos como Jean-Baptiste Say (1767-1832), John Stuart Mill (1773-1836), John Ramsay McCulloch (1789-1864), Robert Torrens (1780-1864), Tomas Cooke (1774-1858), contribuíram com ideias sobre a política económica, a teoria dos preços e do dinheiro, os bancos, o comércio internacional, etc. Desde então, surgiram diferentes enfoques que viriam valorizar outras dimensões que se situam para além das perspectivas quantitativas, conformando no pensamento económico clássico a teoria ortodoxa do desenvolvimento e a teoria heterodoxa ou radical, que se caracteriza pelas críticas à primeira e por situar-se fora do delineamento convencional.

A teoria convencional advoga a ideia segundo a qual o subdesenvolvimento não passa de uma questão de “atraso” cronológico dos países menos avançados no

crescimento das suas estruturas e das suas economias rumo a sua modernização. Enquanto isso, a teoria heterodoxa do desenvolvimento nega que o problema seja de atraso e postula que o mesmo decorre da situação desvantajosa dos países pobres ou periféricos, na estrutura do sistema capitalista mundial.

Paralelamente a evolução das teorias acima aludidas desenvolveram-se modelos formalizados para explicar a evolução das capacidades produtivas de um país como expressão do processo de crescimento económico. Ora, o desenvolvimento pressupõe um processo mais amplo, cuja realização vai além do mero crescimento económico, pois integra aspetos relacionados com as mudanças estruturais, de modernização institucional, do progresso social e do equilíbrio do meio ambiente.

Assim, desde a sua génese, o desenvolvimento como conceito e prática esteve impregnado de diversas filosofias e ideologias, conforme as exigências da situação vigente, e por vezes, para justificar determinada opção política, económica e social; nalguns casos, como resposta aos elementos disfuncionais do sistema que reclamavam a reformulação ou criação de novas teorias e modelos para enfrentar as mudanças.

A partir deste cenário elaboraram-se teorias para justificar a pobreza e a riqueza das sociedades. A visão economicista, cujo auge em termos de resultados verificou-se nos anos 1950, 1960 e 1970 do século XX, produziu efeitos negativos nos países em desenvolvimento, o que originou o surgimento de enfoques como a teoria da dependência e das necessidades básicas.

2.2.1. A teoria da dependência

Em finais dos anos cinquenta verificou-se uma reação radical no pensamento sobre o desenvolvimento com a publicação em 1957 do livro *The political economy of growth* do economista Paul Baran, em que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento passaram a ser considerados como manifestações de um único processo histórico de desenvolvimento capitalista injustamente partilhado entre o centro e a periferia.

Os argumentos de Baran (1957) põem a descoberto a face oculta das injustiças que permeiam as relações internacionais, em que os países capitalistas do centro fazem finca-pé para bloquear o progresso dos países periféricos de modos a mantê-los na corda da subordinação e dependência. Não obstante, os teóricos da dependência (Fernando H. Cardoso, E. Faletto, Raúl Prebisch e outros) consideram ser possível a industrialização sustentada dos países da periferia; mas, ao mesmo tempo, criticam a manutenção da situação de dependência, pois se trata de um

fenómeno que gera um desenvolvimento com distorções ou deformações económicas e sociais, tais como a subordinação produtiva, tecnológica e comercial, a polarização industrial, a marginalização social crescente, o clientelismo e o autoritarismo político.

A teoria da dependência padecia de algumas debilidades: primeiro, pela sua similitude epistemológica com a teoria da modernização por retomar o mesmo paradigma metodológico dos neoclássicos, admitindo com isso que, a existência dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos simplificava a dependência, o estancamento e o subdesenvolvimento; para os dependentistas, a existência de uma produção direcionada ao mercado era a chave para considerar uma sociedade de capitalista; a indefinição a respeito dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento por confundirem os efeitos negativos da dependência com o desenvolvimento capitalista, ou seja, trataram de ignorar que o subdesenvolvimento não é apenas produto da dependência mas sim do próprio sistema capitalista. Apesar de algumas insuficiências, a teoria da dependência contribuiu ao surgimento de outras correntes do pensamento sobre o desenvolvimento tais como:

- 1) O enfoque do desenvolvimento autónomo, proclamado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Simpósio Especializado realizado em 1974 em Cocoyoc no México, que advoga a importância das estruturas sociais e económicas para fomentar processos de desenvolvimento, destacando-se a necessidade de um desenvolvimento centrado na harmonia dos seres humanos com o meio ambiente, assente em quatro dimensões: a) ser endógeno, isto é, basear-se nos valores culturais e circunstâncias de cada sociedade; b) ser autónomo e auto-suficiente, ou seja, o desenvolvimento deve ancorar-se nos recursos humanos, naturais, físicos e culturais de cada sociedade e deve orientar-se à satisfação das necessidades materiais e imateriais; c) ser adequado ao ambiente; d) orientar-se para uma transformação estrutural.
- 2) O enfoque do desenvolvimento a escala humana (Max-Neef, Elizalde y Hopenhayn, 1994) que se orienta para a satisfação das necessidades humanas, fundamentalmente a subsistência, o entendimento, a participação, a proteção e o ócio.

2.2.2. O enfoque das necessidades básicas

Em meados da década de sessenta despontava uma nova era na história do pensamento económico sobre o desenvolvimento dada a preocupação crescente em relação a melhoria da qualidade de vida da população. Em 1969 deu-se o início

formal de uma etapa de enorme preocupação pelos aspetos sociais do desenvolvimento. Nesse mesmo ano, a Organização Mundial do Trabalho (OIT), em colaboração com o Instituto de estudos do Desenvolvimento (IDS) iniciou com o programa de promoção de emprego no mundo, sob responsabilidade de destacados especialistas como Singer, Jolly e Seers. Esta reorientação se explica por várias razões, entre as quais se destacam:

- 1) As críticas ao crescimento económico, cuja tendência implicava importantes custos sociais nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que se revelava incapaz de reduzir o desemprego, a desigualdade e a pobreza no Terceiro Mundo;
- 2) O aparente fracasso económico e social da estratégia de industrialização pela substituição das importações (ISI), o desequilíbrio da balança de pagamentos, entre outros;
- 3) A crescente informação estatística sobre a pobreza e a desigualdade no Terceiro Mundo, entre outros aspetos deploráveis.

Assim, o crescimento económico não supõe necessariamente a diminuição da desigualdade, antes pelo contrário tende a agravá-la, embora alguns estudos o considerem como condição necessária para erradicar a pobreza. Como bem assinala Bustelo, (1999) a primeira preocupação social foi o desemprego; por um lado, a situação dos trabalhadores pobres que trabalhavam largas horas por uma contrapartida bastante baixa. Por outro, a ausência de postos de trabalho produtivo e bem remunerado associada à existência do desemprego constituído por pessoas sem formação adequada que era característica específica dos países pobres. Em tais circunstâncias, o importante não era criar emprego, mas sim, gerar mais oportunidades de emprego produtivo para reduzir a incidência da pobreza. Da preocupação pelo desemprego e subemprego passou-se para a análise dos meios necessários para melhorar a sorte dos trabalhadores pobres, especialmente no sector informal.

Ora, sempre que se aborda o problema do desemprego nos países em via de desenvolvimento, parece ser uma regra os estudiosos basearem-se em dados obtidos a partir dos setores urbanos desses países; a realidade porém, aponta para o facto de que o problema do desemprego é bastante mais complexo do que parece, se se tiver em conta o facto de o mesmo ser mais acentuado nas comunidades rurais do que nos meios urbanos. No entanto, com o decorrer do tempo se constatou que a criação de empregos produtivos exigia medidas adicionais, como por exemplo, a redistribuição da renda aos setores menos favorecidos, a redução das importações de bens de consumo de luxo e o inverso, isto é, o aumento da demanda interna de bens locais.

Ainda assim, o problema continuou a situar-se ao nível da distribuição nos países em via de desenvolvimento, onde os estudos realizados revelam que a distribuição da renda se mantinha muito desigual nos países em via de desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Para tanto, assumiu preponderância a ideia da redistribuição da renda e da riqueza aos trabalhadores pobres, tanto por razões morais como económicas; assim, a política de redistribuição consistiria em captar impostos, parte do qual seria redistribuído, acompanhado de serviços públicos orientados para o incremento da produtividade dos trabalhadores pobres.

A estratégia de redistribuição acabou por receber numerosas críticas, sobretudo porque ficou comprovado que a melhoria na distribuição da renda dependia, entre outros, de fatores como a distribuição inicial de ativos, as técnicas disponíveis, o crescimento demográfico, as políticas governamentais e o aumento das exportações de bens de consumo, etc., (Bustelo, 1999). Apesar das propostas parecerem animadoras, os inconvenientes teóricos e práticos da estratégia de redistribuição e do carácter politicamente conflitivo das propostas mais radicais sugeriam uma certa contenção das ambições. Em face disso, a preocupação por emprego e distribuição deu lugar a uma maior ênfase à pobreza; esta se concentrava sobretudo nos pequenos agricultores, nos camponeses sem terra, desempregados urbanos e a pessoas com ingressos inferiores a 1/3 da renda *per capita*. Esta situação viria obrigar o banco Mundial a apresentar um programa de luta contra a pobreza, mediante estratégias de desenvolvimento rural integral e com medidas tendentes a erradicar a pobreza urbana.

Bustelo (1999) assinala que, os meios propostos para o êxito desta estratégia são: o aumento de ingresso medio no setor informal, incremento de postos de trabalho no setor moderno, alargamento de serviços públicos básicos e a promoção da construção de vivendas. Assim, a conciliação da luta contra o desemprego, a melhoria da distribuição e a erradicação da pobreza virão conformar o enfoque das necessidades básicas. Por conseguinte, o enfoque das necessidades básicas delineou objetivos menos abstratos, de carácter geral e agregados, susceptíveis de alcançar a satisfação universal das necessidades básicas, definidas pela OIT como um nível de vida mínimo que toda a sociedade deveria estabelecer para os grupos mais pobres de seus habitantes. Na mesma senda, a Conferencia Mundial sobre o Emprego promovida pela Organização Mundial do Trabalho definiu quatro categorias de necessidades básicas: a) o consumo alimentar, a vivenda e o vestuário para ter um nível de vida minimamente digno; b) o acesso aos serviços públicos de educação, saúde, transportes e água potável; c) a possibilidade de um emprego adequadamente remunerado; d) o direito de participar nas decisões que afectam a forma de vida das pessoas e viver em um meio ambiente são, humano e satisfatório.

Em suma, a estratégia das necessidades básicas revelou-se como um progresso intelectual, em virtude de atrair a atenção dos economistas para variados aspectos de desenvolvimento, incluindo dimensões sociais que antes não haviam sido consideradas em toda a sua complexidade e profundidade. Perante esta situação elaboraram-se novas propostas, entre as quais se destaca o desenvolvimento humano e sustentável.

2.2.3. O desenvolvimento humano sustentável

No decurso da sua existência, a humanidade viveu momentos de selvageria, angústia, dor, incertezas e terror protagonizado sobretudo pelas duas grandes guerras mundiais, situação que veio agudizar ainda mais as desigualdades sociais e os problemas ecológicos já existentes. No que diz respeito aos processos de desenvolvimento observou-se, que durante muito tempo, o pensamento dominante gravitou em torno do crescimento económico entendido como sinónimo de desenvolvimento.

Não obstante, nas últimas décadas do século XX, produziram-se mudanças notáveis no pensamento sobre o desenvolvimento resultantes da aproximação havida entre as teorias ortodoxas e as teorias heterodoxas. Tais mudanças surgem da necessidade de considerar as pessoas como protagonistas, sendo ao mesmo tempo, destinatários desse processo e da necessidade de formulação de políticas concretas para alcançá-lo. Nesse período verificou-se um certo abandono da interpretação meramente economicista à favor de uma concepção mais complexa e multidimensional do desenvolvimento em que adquirem maior relevância os aspetos sociais.

Nesta mudança de paradigma assumiu um protagonismo notável a formulação do desenvolvimento humano, inspirado fundamentalmente nos trabalhos do economista indiano Amartya Sen, cujo enfoque operou um deslocamento do conceito de desenvolvimento da perspectiva predominantemente material para uma visão de desenvolvimento entendido como “(...) ampliação das capacidades e das opções da população para realizar atividades eleitas livremente” (Sen, 1998, p. 89), que foi posteriormente adotado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). De acordo com este enfoque, se pode falar de desenvolvimento quando as pessoas são capazes de exercitar as suas capacidades e ampliar as suas opções futuras. Para tanto, advoga-se o acesso a recursos económicos para suprir as necessidades materiais, assim como a consideração daqueles aspetos sociais que subscrevem e condicionam as capacidades das pessoas e que dizem respeito ao acesso à uma boa nutrição, aos serviços de saúde, à educação, à segurança contra todas as formas de violência física e moral, assim

como ao direito à dignidade, às liberdades políticas e culturais, bem como à participação em atividades comunitárias.

Esta visão pluridimensional do desenvolvimento veio a dar sustento ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) formulado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Com esta perspetiva, o desenvolvimento passou a ser entendido como algo inerente às pessoas e, concomitantemente asseverou-se que os benefícios do crescimento económico devem refletir-se na vida das pessoas; assim, uma comunidade pode ser considerada desenvolvida quando a riqueza que gera se transforma em bem-estar para todos os seus habitantes. A este respeito, se destaca a chamada de atenção que Ranis e Stewart (2002) fazem em relação a questão do desenvolvimento humano e o crescimento económico, posicionando o primeiro como factor causal do segundo. Para os autores, o objetivo fundamental da atividade humana é o desenvolvimento humano e não o crescimento económico.

No entanto, o contexto mundial se caracteriza por este processo de face dupla, em que se vislumbram o desenvolvimento e o subdesenvolvimento conformando uma realidade assimétrica imposta desde o exterior por interesses económicos privados representados por instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do comércio. A assimetria que sustenta o sistema capitalista mundial tem suscitado reajustes e reformas económicas, cujas consequências na maioria dos casos se revelam nefastas para o desenvolvimento social e humano. Diante deste cenário, persiste a controvérsia sobre o que deve ser o desenvolvimento económico opondo, de um lado, aqueles que consideram as desigualdades como um problema de estágios históricos do processo de crescimento económico, advogando a tese segundo a qual, cada país pode iniciar uma trajetória de crescimento económico sustentado como condição rumo ao desenvolvimento social. De outro lado, aqueles que consideram as desigualdades no plano internacional e no plano nacional como consequência de um relacionamento avassalador e perverso entre países ricos e pobres, em benefício de uma minoria nos primeiros e de uma pequena elite nos segundos. Nesta polarização, caracterizada por políticas, discursos e práticas neoliberais, tem lugar tensões alimentadas por visões conservadoras e críticas viradas para a busca de alternativas sobre o que deve ser o desenvolvimento.

A Declaração da Reunião de Tóquio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento redigida em Fevereiro de 1987 estabeleceu os seguintes princípios:

- 1) Necessidade de estabelecer políticas populacionais, que devem ser formuladas de modo integrado com outros programas de desenvolvimento nas áreas de saúde, educação e de crescimento

económico, que melhorem as condições de vida da população mais pobre;

- 2) Necessidade de medidas que estimulem a retomada do crescimento económico nos países em desenvolvimento, e que colaborem na eliminação da pobreza, considerando que a pobreza é uma das principais fontes de degradação ambiental;
- 3) Necessidade de reforma das relações económicas internacionais, estimulando a transferência de tecnologia, o acesso a mercados, como forma de ajudar os países pobres a adquirir sua auto-suficiência.

No âmbito desta reunião de Tóquio foram formulados de forma definitiva os conceitos fundamentais de uma nova aceção de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Embora tenha surgido em finais da década de 1980 do século XX, os antecedentes do desenvolvimento sustentável coincidem com as correntes alternativas que emergiram ainda nos anos 70 em consequência do fracasso evidenciado pelos modelos assentes na industrialização e ao problema do subdesenvolvimento e, sobretudo, da necessidade de alargar o desenvolvimento aos vários domínios da vida social. Nessa altura surgiram propostas que agregavam novas concepções, tais como ecodesenvolvimento, desenvolvimento integrado, crescimento zero, etc., cujas características comuns revelam a interdependência dos domínios económico, social e ambiental. As novas concepções consistem em:

- Desenvolvimento Integrado – um desenvolvimento que exige o crescimento articulado dos diferentes sectores da atividade económica e a articulação entre os domínios económico e social;
- Desenvolvimento socioeconómico, segundo a qual, a realidade socioeconómica apresenta-se como uma unidade indivisível. O desenvolvimento implica a interdependência entre o domínio económico e o domínio social;
- Desenvolvimento unificado que tem como objectivo a eliminação da pobreza, colocando a tónica na repartição dessa mesma pobreza;
- Ecodesenvolvimento – corrente nascida dos movimentos de reflexão crítica sob as formas de crescimento económico que degradam o meio ambiente, destruindo recursos não-renováveis. Esta corrente reclama um desenvolvimento alternativo à nível mundial, que tenha em atenção os limites de degradação dos recursos e do meio ambiente;
- Desenvolvimento Autónomo ou Autocentrado – baseando-se na situação de dependência em que se encontra a generalidade das

economias subdesenvolvidas, defende, do ponto de vista interno, que cada sociedade tem o direito de ser responsável pelo seu próprio desenvolvimento. Este deve assentar na mobilização das potencialidades dos seus habitantes, tendo em atenção os seus recursos e a sua herança cultural. No plano externo, dá prioridade ao relacionamento Sul/Sul e propõe uma nova ordem económica internacional;

- Outro Desenvolvimento, cuja prioridade é o desenvolvimento do homem, rejeitando todas as estratégias que colocam em primeiro lugar o desenvolvimento das coisas contra o desenvolvimento humano.

No conjunto das propostas ora delineadas destaca-se o ecodesenvolvimento, cujo foco recai sobre a importância da educação e da participação das pessoas em ações que visam a satisfação das necessidades básicas bem como a necessidade de preservação dos recursos naturais, advogando uma concepção de desenvolvimento que considere o ser humano como sujeito capaz de imaginação e de auto-realização, seja como indivíduo, ou como membro integrante de uma comunidade. Merece também destaque a proposta conciliadora desta corrente sobre o desenvolvimento, pois, considera possível manter o crescimento económico eficiente e sustentado a longo prazo, acompanhado da melhoria das condições sociais e respeitando o meio ambiente. Para tanto, são necessárias políticas públicas que devem ser desenhadas de modo a evitar que o crescimento beneficie apenas uma minoria, bem como políticas orientadas à preservação do equilíbrio ecológico, que estimulem o aumento da eficiência ecológica e reduzam os riscos ambientais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em Junho de 1972, veio marcar o início da era ecológica, colocando pela primeira vez a questão do impacto ambiental em face do modelo de desenvolvimento dominante, ao proclamar no ponto dois que a proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento económico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos. Na Declaração de Estocolmo de 1972 se constata ainda, que nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente as suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico.

As primeiras reações das Nações Unidas após a Conferência de Estocolmo, apoiadas pelos ecodesenvolvimentistas consistiram não somente na defesa da necessidade do crescimento económico para os países pobres, como também considerar a própria pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais enfrentados por estes países. A Declaração de Cocoyok produzida pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e pelo Programa das Nações Unidas para as Populações (PNUMA) considerou a explosão populacional como resultante da falta de recursos, o que, por sua vez, levaria esta população a super utilizar o solo, a água e outros recursos naturais, tendo responsabilizado os países industrializados em relação aos problemas do subdesenvolvimento pelo consumo exagerado e pela participação desproporcional na poluição da biosfera.

Mas foi sobretudo o relatório da Fundação Dag-Hammaraskjold produzido em 1975 que veio aprofundar as posições assumidas na Declaração de Cocoyok ao responsabilizar os países industrializados pelo legado colonialista. O relatório denuncia o facto do sistema colonial ter concentrado os solos mais férteis para a agricultura em mãos de uma minoria social e dos colonizadores europeus, em consequência da qual a população autóctone, na sua maioria, foi expulsa, marginalizada e forçada a usar solos menos apropriados.

A partir destes acontecimentos, o conceito de desenvolvimento incorporou com um protagonismo cada vez maior, a dimensão meio-ambiental deixando clara a evidência de que não pode haver um desenvolvimento sustentável se não se cria um certo equilíbrio com o meio natural. Desde então, um grande número de estudos passou a denunciar o impacto do crescimento económico sobre o ambiente (Caride et al., 2007), pois, seria particularmente o relatório de Meadows, Meadows, Randers e Behres, produzido em 1972, que provocaria maior impacto na comunidade científica e na opinião pública, tendo concluído que, se continuassem as atuais tendências do crescimento da população mundial, da industrialização, da contaminação e da produção de alimentos e exploração de recursos, os limites se alcançariam nos próximos cem anos e o resultado mais provável seria um declínio súbito e incontável, tanto da população como da capacidade industrial.

Decorridas duas décadas da publicação do relatório de Meadows, o Clube de Roma viria encarregar a mesma equipe para levar a cabo um estudo do mesmo género, e esta, por sua vez, apresentava advertências inquietantes que poderiam comprometer a expectativa de alcançar um futuro desejável, admitindo desde logo, a possibilidade de descampar num colapso se a humanidade continuasse a exceder os limites sem as devidas reduções e correções. Das inquietações apresentadas no relatório Meadows, Meadows para o clube de Roma destacam-se:

- a) A exploração excessiva de recursos naturais;
- b) A proliferação excessiva de contaminantes que provocam desequilíbrios na biosfera e nos ecossistemas;
- c) A diminuição *per capita* da produção de alimentos;
- d) A necessidade da revisão das políticas de crescimento e dos vícios de consumo;
- e) A necessidade da construção de uma cultura de sustentabilidade fundada na equidade e na qualidade de vida para todos os seres vivos que habitam o planeta.

As reações de todas as correntes à conclusão do relatório do Clube de Roma foram a dado momento de rejeição. Os economistas do *mainstream* (neoclássico) consideravam que havia, em primeiro lugar, razões teóricas para rejeitar a ideia de que os recursos naturais representassem um limite absoluto ao crescimento económico; em segundo lugar, pelas consequências socioeconómicas e políticas do crescimento zero tanto para países pobres como para países ricos. Para os representantes da segunda corrente não havia razões propriamente teóricas que justificassem a defesa da ausência de limites ambientais ao crescimento económico. O problema estava também nas implicações socioeconómicas dessa ideia, mas relativas à perpetuação da exclusão em benefício dos países capitalistas centrais.

A Conferência de Nairobi realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1982 decidiu a criação de uma Comissão Mundial sobre o meio Ambiente, chefiada pela Primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, que produziu o documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, tornado público em 1987, no qual o desenvolvimento sustentável foi definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. Partindo desta premissa, se pode asseverar que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado se forem implementadas políticas capazes de, simultaneamente, garantir o crescimento económico, o acesso aos direitos sociais básicos, particularmente o acesso à educação e saúde, sem descuidar a preocupação com a redução do impacto negativo que o aumento da produção e do consumo podem provocar ao meio ambiente.

A constatação de que o uso excessivo de recursos naturais poderia levá-los à exaustão levou a humanidade ao reconhecimento da importância que esses representam para a economia e a necessidade de mudança de comportamento dos agentes económicos para que passem a incorporar em suas análises aspetos relacionados com a preservação do meio ambiente. Neste sentido, uma sociedade somente poderia considerar-se sustentada se criasse condições e capacidades de suprir as necessidades económicas de seus habitantes, de perpetuar o meio ambiente e promover o desenvolvimento das comunidades locais. A este respeito, Sachs (1993) define o desenvolvimento desde uma perspectiva endógena, dependente das

próprias capacidades e que tenha por objetivo estabelecer uma harmonia entre as dimensões sociais e económicas com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio. Para tanto, assevera, que para alcançar os patamares da sustentabilidade as sociedades precisam de uma visão holística, isto é, planificar o desenvolvimento considerando as seguintes dimensões:

- a) Sustentabilidade social, cujo objetivo é a construção de uma civilização do ser, na qual haja maior equidade na distribuição da renda, para a melhoria das condições de vida da população abrangendo as necessidades materiais e não-materiais das pessoas;
- b) Sustentabilidade económica, que consiste em possibilitar uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e um fluxo regular dos investimentos públicos e privados;
- c) Sustentabilidade ecológica, que aconselha a intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas com danos mínimos aos sistemas de sustentação da vida; limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros produtos, facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais substituindo-os por recursos renováveis e inofensivos; reduzir o volume de resíduos e poluição; limitar o consumo material; investir em pesquisa de tecnologias limpas; definir e assegurar o cumprimento de regras para uma adequada proteção ambiental;
- d) Sustentabilidade espacial, que esteja voltada para uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades económicas; evitar a concentração excessiva de pessoas nas regiões metropolitanas e a destruição de ecossistemas frágeis; promover projectos da agricultura regenerativa e de agroflorestamento de pequenos produtores; descentralizar a industrialização associada a tecnologias novas da biomassa; estabelecer uma rede de reservas naturais e da biosfera, para a proteção da biodiversidade;
- e) Sustentabilidade cultural, que consiste em respeitar as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

No marco da sustentabilidade ecológica Max-Neef, Elizalde y Hopenhayn (1994) apresentam outra proposta conceptual que coloca a ênfase sobre o desenvolvimento à escala humana. A projeção de um desenvolvimento à escala humana pressupõe uma participação alargada das pessoas em todos os processos de sua construção e, sobretudo um aprofundamento do diálogo democrático em que tenham a possibilidade de expressar as suas aspirações. Para estes autores,

Tal desarrollo se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la sociedad civil con el Estado. (p. 30)

A introdução deste conceito que toma o homem em todas as suas dimensões deu lugar à emergência de um novo conceito – o desenvolvimento humano. Este novo conceito procura direcionar os esforços para a esfera humana, isto é, dar centralidade ao ser humano tendo por finalidade o seu desenvolvimento e não a acumulação de riquezas. Este entendimento tem respaldo no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde se afirma que a verdadeira riqueza de uma nação está em sua gente. O objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente propício para que os seres humanos desfrutem de uma vida prolongada, saudável e criativa (PNUD, 1990). Para clarificar o carácter pluridimensional do desenvolvimento (Haq, 1995) propõe quatro componentes essenciais do paradigma de desenvolvimento humano, que podem ser assim resumidos: 1) a equidade concernente ao acesso equitativo às oportunidades; 2) a sustentabilidade com a perspectiva de garantir que as gerações futuras venham a ter as mesmas oportunidades que as atuais; 3) a produtividade que requer investimentos nas pessoas secundados por um ambiente macroeconómico que permite a maximização do seu potencial; e, 4) o empoderamento das pessoas através de políticas adequadas.

A formulação adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define o desenvolvimento humano como sendo um processo de ampliação de uma gama de opções das pessoas, proporcionando-lhes maiores oportunidades de educação, cuidados médicos e emprego, liberdades económicas e políticas incluindo um ambiente saudável. O desenvolvimento humano advoga a liberdade política, a garantia e a realização plena dos direitos humanos, a participação das pessoas nas decisões que afetam as suas vidas, na produção e no consumo de bens materiais e culturais, a conservação e preservação do meio ambiente, a redução da pobreza e a consolidação da paz social.

Para alcançar estes reptos, requer-se a aplicação estratégica de reformas e medidas normativas que protejam contra a vulnerabilidade, assegurem a posse da terra e da habitação, promovam o compromisso político de proteção aos pobres e instituem redes de segurança social; a par da satisfação das necessidades básicas, da dotação de uma educação adequada, do planeamento familiar e, em geral, do fomento racional do crescimento económico para a redução sustentada da pobreza. Estas tarefas competem à sociedade civil e ao estado,

instituição última que deve oferecer os serviços sociais necessários e também uma formação adequada que permita aumentar a participação da população nas decisões políticas e na construção de uma sociedade democrática. (Caride et al., 2007:59)

Com a publicação do primeiro relatório sobre o desenvolvimento humano em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) procurou conciliar a visão económica de desenvolvimento com aspetos sociais que lhe são inerentes, o que tornou necessário estabelecer algumas variáveis económicas, socioculturais, demográficas e político-sociais, que viriam a conformar os indicadores de desenvolvimento humano e favorecer a medição da qualidade de vida das diferentes nações do mundo. Tais indicadores aludem fundamentalmente sobre:

- A esperança de vida;
- A educação e a taxa de alfabetização;
- O PIB *per capita* (dólar ppc);
- A escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.

Os indicadores de desenvolvimento constituem o principal instrumento através do qual se pode efetuar “(...) comparações internacionais sobre os níveis de bem-estar alcançados nos diferentes países” (Caride e tal., 2007, p. 60). A sua estrutura contrasta com as lógicas quantitativas tradicionais que são utilizadas para estabelecer os níveis de desenvolvimento das nações e traduzem uma reação à visão simplista de medição dos níveis económicos anteriormente considerados.

No entanto, os indicadores de desenvolvimento humano foram alvo de diversas críticas como as de Castells (1998) para quem muitas das afirmações e conclusões dos relatórios sobre o desenvolvimento humano resultavam de equívocos na interpretação das estatísticas, tanto dos dados utilizados quanto dos valores obtidos para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Geralmente, sempre que um país apresentasse uma posição melhorada de IDH do que do PIB supunha-se que o mesmo conseguiu transformar a sua renda em desenvolvimento humano. O autor toma por exemplo o caso de Omã para ilustrar o que pode acontecer quando não se observa rigor à respeito da qualidade de dados a usar no cálculo do IDH; por vários anos este país foi considerado nos relatórios como um caso limitado de desenvolvimento humano, apesar de contar com muitos recursos. Neste país, o PNUD calculava uma taxa de alfabetização de 30% e valor 0,9 para anos médios de escolaridade, enquanto a UNESCO reportava que a alfabetização no país era de 60% na educação primária. Uma das incongruências do IDH radica no facto de não ser um parâmetro aplicável a todas as realidades, uma vez que o uso de bens materiais e até mesmo sociais varia em função das circunstâncias históricas e culturais vividas por cada grupo humano. Em resumo, as críticas ao Índice de

Desenvolvimento humano apontam para aspetos metodológicos tais como variáveis consideradas, ponderadores utilizados, irrelevância dos resultados, as fontes de informação e suas implicações empíricas.

Apesar das críticas, o Índice de Desenvolvimento Humano é uma ferramenta importante para avaliar aspetos estruturais, que permite situar no centro dos debates internacionais questões como a pobreza, as desigualdades sociais e económicas, estabelecendo-se a relação entre crescimento económico e o bem-estar das pessoas. Além disso, o Índice de Desenvolvimento humano tem sido uma ferramenta imprescindível na análise das políticas públicas governamentais e das consequências que estas trazem para a vida dos cidadãos; do mesmo modo, tem permitido a efetivação de comparações internacionais sobre os níveis de bem-estar alcançados em diferentes países. A sua estruturação reflete, por um lado, uma conjuntura internacional marcada pela expansão do neoliberalismo e pela inserção competitiva e desafiante do modelo ocidental de qualidade de vida no seio de outras nações do planeta, buscando-se com isso, a homogeneização deste ideal através da globalização. Por outro, supõe uma reação à visão simplista de desenvolvimento estabelecida de forma arbitrária, situação que, do ponto de vista filosófico pode no futuro alterar o modelo de desenvolvimento socioeconómico das sociedades. Desta feita,

O desenvolvimento humano está relacionado com a eliminação da pobreza através da erradicação dos conflitos, da consolidação da paz, da reconstrução das nações e dos espaços devastados por catástrofes naturais ou contendas bélicas e da melhor gestão das ajudas para lutar contra o subdesenvolvimento. (Caride et al., 2007 p. 61)

Segundo os autores, tais exigências foram reconhecidas e o desenvolvimento humano foi reafirmado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e posteriormente na Cimeira Mundial de Copenhaga, realizada em 1995, no âmbito da qual foi reiterada a necessidade de trabalhar para um desenvolvimento humano sustentável, que seja combatível com as realizações de uma vida sã e produtiva e que esteja em harmonia com a natureza. Para a consecução destes propósitos foram formulados alguns requisitos tais como a participação ativa dos cidadãos e das coletividades, o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades civis, tendo como princípios básicos a livre determinação dos povos e o pleno respeito pela sua identidade cultural.

A Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, realizada em Joanesburgo (África do Sul) em 2002, sob o signo de “Cúpula de Rio+20” produziu o documento final com o título “o futuro que queremos”, que além de incluir novos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), lançou um Grupo de Trabalho intergovernamental para formular recomendações sobre o planeamento desses objetivos a serem presentes à

Assembleia Geral das Nações Unidas. Com propósitos semelhantes e como parte das iniciativas do Secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon, foi lançada em 2012 uma Rede de Soluções para o desenvolvimento sustentável (SDSN), a fim de mobilizar o conhecimento tecnológico e científico do mundo, relativos aos desafios deste complexo processo, incluindo o desenho e implementação de uma agenda pós-2015 sobre a mesma matéria. Estas instituições reafirmam a ideia de desenvolvimento sustentável como “um conceito holístico” que engloba as quatro dimensões: desenvolvimento económico, inclusão social, sustentabilidade ambiental, boa governação incluindo a paz e a segurança. Para tanto, propõem-se a trabalhar para que os objetivos do desenvolvimento sustentável reflitam as aspirações globais e sejam aplicáveis universalmente para todos, tendo em atenção as especificidades e as prioridades das políticas nacionais.

Como se pode observar, as metas do desenvolvimento humano convergem com as do desenvolvimento sustentável. Apesar da convergência, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido objeto de questionamento por autores e diferentes correntes de pensamento, desde a economia, a sociologia, as ciências da educação, etc., o que denota tratar-se de um conceito contraditório. Por um lado, não se traduz claramente nas práticas económicas e implica mudanças substanciais na ordem política vigente. Por outro, resulta da associação de dois termos oriundos de diferentes âmbitos do conhecimento, pelo que, denota alguma dificuldade de interpretação: o conceito de desenvolvimento construído e legitimado pela ideologia capitalista e neoliberal sobrevaloriza as magnitudes quantitativas da produção e do capital. Diferentemente deste, o Relatório Brandtland define o desenvolvimento sustentável como aquele que “satisface las necesidades de la generación presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades” (Naciones Unidas, CMMAD, 1987).

Embora haja uma tomada de consciência de que o desenvolvimento não se limita unicamente no crescimento económico, senão que, um conceito abrangente que se extrapola para outras dimensões da vida; embora esta ideia presida a política e a filosofia mundial, traduzida em declarações e acordos internacionais e regionais, a presença formal dos postulados defendidos por este paradigma, continua escassamente refletida nas políticas económicas e ambientais de muitos países, nomeadamente, a luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento e a degradação global do meio ambiente, que são desafios, cuja implementação parece caminhar em ritmo desacelerado, configurando uma certa contradição entre os discursos e as práticas sobre a sustentabilidade.

Esta situação quase generalizada nos países em desenvolvimento, não pode deixar-nos indiferentes, porquanto, advogamos um desenvolvimento centrado na integração e inclusão das populações, que se efetiva através da distribuição equitativa dos benefícios do crescimento económico, da implementação de políticas

orientadas para a eliminação das desigualdades socioeconômicas, promova o respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais, pluralismo e diversidade cultural e religiosa, isto é, um desenvolvimento assente na criação de condições e de capacidades interventivas e de participação ativa dos cidadãos sem quaisquer formas de discriminação (política, racial, étnica, religiosa, de gênero, etc).

Não obstante a lentidão relativa à implementação dos desafios acima mencionados, o desenvolvimento sustentável segue sendo um campo de atração cada vez maior, para o qual conflui uma diversidade de opiniões e princípios, que vêm sendo formulados ao longo das últimas décadas e que interpelam a humanidade para a tomada de consciência sobre a necessidade de adoção de estratégias e políticas orientadas à supressão das externalidades do desenvolvimento, da exacerbada exploração econômica da natureza por pequenos grupos hegemônicos, que provocam elevados danos ambientais que implicam elevados custos que são assumidos inclusive por aqueles segmentos da população que não participam dos benefícios dessa exploração.

Cabe, realçar, que, de acordo com as lógicas defendidas pelo paradigma de desenvolvimento sustentável é ao cidadão a quem cumpre o dever de exercitar os direitos e os deveres de cidadania, isto é, participar no esforço coletivo de reestruturação da sociedade, assumindo com isso uma atitude de responsabilidade individual e coletiva, devendo, para tanto, questionar e opinar sobre o modelo de sociedade em que se encontra inserido. Trata-se de uma atitude cívica e proactiva que subscreve a participação do cidadão na construção de valores e na realização dos interesses coletivos da sociedade, pois, a globalização em curso implica mudanças de atitudes profundas, que se traduzam no protagonismo em busca de soluções para os problemas sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais que surgem no âmbito local, regional, nacional e internacional. Neste sentido, (Caride et al., 2007) consideram que o modelo de desenvolvimento humano sustentável deve orientar-se para os seguintes propósitos:

- a) O reconhecimento da vida na sua diversidade e com pleno sentido da existência, a fim de obter uma mais alta qualidade do ser; uma missão onde prevalece o respeito pela terra e as suas formas de renovar-se, tanto nas suas dimensões naturais como culturais;
- b) A procura de um equilíbrio dinâmico e relacional entre os diferentes processos ou fenómenos que articulam o desenvolvimento em todas as suas sequências. O que supõe vínculos permanentes entre o local e o global, os sujeitos e as comunidades, o pensamento e a ação, o simbólico e o material, a ética e a razão, o particular e o geral, o racional e o emocional, etc;
- c) O propósito de um bem-estar humano generalizado, onde os critérios de qualidade e justiça sejam consubstanciais à imagem de uma sociedade que

combate a pobreza e a riqueza como causa-efeitos principais da ruptura ambiental que se experimenta desde há décadas;

- d) A promoção de uma ética integral, exigente com princípios, valores e atitudes que assentem na construção de uma consciência moral solidária e planetária, cujos limiares com o humano devem ser revistos. Por outras palavras, valorizando o protagonismo das pessoas como sujeitos morais, cuja autonomia e responsabilidade deverá ser congruente com o objetivo de mais e melhor desenvolvimento humano para todos e com a aceitação do valor intrínseco de outras manifestações da vida;
- e) A afirmação da participação e do diálogo social num contexto de paz, como suportes irrecusáveis para avançar na democracia e nas liberdades. Do mesmo modo que são condições indispensáveis para que os sujeitos- cidadãos possam ser considerados como membros de pleno direito de uma sociedade. (p. 68)

Visto nesta perspetiva, o desenvolvimento humano sustentável requer uma cosmovisão de tal magnitude que possibilite o atendimento das problemáticas atinentes ao homem e à vida humana em todas as suas dimensões.

Em suma, o desenvolvimento sustentável repousa na capacidade das pessoas e das sociedades em criar condições necessárias ao bem-estar das gerações presentes e futuras, isto é, ampliar as opções e as oportunidades de modo a que, cada indivíduo tenha acesso aos benefícios gerados nas diferentes atividades produtivas e não-produtivas. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável tem como finalidade a preservação do património cultural e natural dos povos, para a qual devem estar mobilizados esforços das pessoas, dos estados e das organizações da sociedade civil...

2.2.4. O desenvolvimento comunitário

Desde o seu surgimento, o ser humano apresenta a dupla característica – a de um ser natural e, ao mesmo tempo social. Devido a esta dupla característica, o ser humano procura satisfazer as suas necessidades fisiológicas recorrendo à reflexão, inter-ajuda e cooperação com seus semelhantes. Esta característica peculiar do ser humano impele-o para formas mais ou menos complexas de organização comunitária. A organização comunitária pode enveredar pelo dinamismo, apatia e inércia, em função dos valores e interesses fundamentalmente políticos, ideológicos, filosóficos, religiosos, etc., em presença. Estes factores permitem a compreensão das distintas perspetivas metodológicas e conceptuais do desenvolvimento comunitário. Enquanto estratégia de integração das populações marginalizadas pelos processos de desenvolvimento industrial emergente, hoje, porém, como ofício de relevância social, o desenvolvimento comunitário teve a sua

gesta em meados do século XX como um dos métodos clássicos de intervenção socio-profissional junto das comunidades.

Uma breve contextualização histórica nos remete ao século XIX, altura em que nos Estados Unidos da América (EUA) surgiram movimentos associativos que empreenderam diversas atividades e inspiraram a emergência do pensamento comunitarista. Ao associativismo contribuíram vários factores, nomeadamente, a descentralização política e administrativa, a inexistência de uma Religião de Estado e a proliferação de denominações no seio da igreja protestante, a liberdade de associação como forma organizativa sem entraves legais, etc. No entanto, o desencadeamento de um crescente associativismo nos Estados Unidos da América viria ocorrer apenas em finais do século XIX e início do século XX, como consequência de dois processos: a guerra civil e a imigração. Kaufman (2002) assinala, que depois da guerra civil americana, os custos de seguro de saúde e da poupança para funerais tornaram-se cada vez mais elevados, de modo que, apenas um pequeno segmento da população poderia suportá-los. Para a maioria de norteamericanos, a alternativa era filiar-se às ordens fraternais (*fraternal orders*), que eram responsáveis pela gestão desses serviços, beneficiando de uma carga fiscal muito baixa, o que lhes permitia reduzir os custos da actividade seguradora e aplicar preços baixos aos seus clientes. A imigração de alguns cidadãos europeus para os EUA também originaria o aparecimento de associações de carácter étnico e religioso. A imigração, além de ser um elemento dinamizador, trouxe na arena política e social um leque de problemas, tais como a situação de minorias nacionais, a sua integração cultural, a discriminação, o racismo, o desemprego e tantos outros factores inerentes à urbanização e à industrialização aceleradas. Nos anos 1920, surgem nos Estados Unidos da América os conselhos de planeamento da comunidade, também denominados conselhos locais para o bem-estar da comunidade, cuja missão era coordenar as actividades dos diferentes grupos e instituições, promover a cooperação entre agências sociais (públicas e privadas) que exerciam as suas actividades ao nível local. Lindeman (1921) foi pioneiro em utilizar a expressão «organização da comunidade» para enaltecer o esforço consciente dos comunitários em controlar os seus próprios problemas, buscar soluções endógenas e atrair os especialistas de organizações e instituições extra-comunitárias a contribuírem na resolução daqueles problemas que a comunidade por si só não os pode resolver. Como se pode perceber, advoga-se a necessidade de esforço por parte da comunidade, isto é, se enfatiza a participação comunitária na melhoria de serviços e na resolução de problemas. Volvidos alguns anos, Ross (1955) tratou de estabelecer os seguintes princípios básicos de organização da comunidade:

- As comunidades podem desenvolver as suas capacidades para enfrentarem os seus próprios problemas.
- As pessoas querem mudar e podem mudar.

- As pessoas deveriam participar da realização, modificação e controle das principais mudanças que tenham lugar em suas comunidades.
- Na vida comunitária, aquelas mudanças engendradas pelos próprios habitantes (*self-imposed*) ou auto-desenvolvidas por eles próprios (*self-developed*) têm um significado e uma permanência que não ocorre com as mudanças impostas.
- Um enfoque holístico pode resolver aqueles problemas que não seriam resolvidos através de um enfoque fragmentado.

Entretanto, foi em 1938 que foi utilizada a expressão “desenvolvimento da comunidade” nos Estados Unidos da América, num contexto de crise económica, e,“(…) em 1948 a *Colonial Office* Britânica utilizou-a para designar um programa de ação governamental” (Caride et al., 2007, p. 100), que se traduzia em um movimento de promoção cujo propósito era preparar a emancipação das colónias. A estratégia inglesa de um programa governamental de desenvolvimento comunitário nas suas colónias africanas e asiáticas significou um esforço de organização para um melhor controlo das nações que se encontravam sob seu domínio, que aspiravam alcançar as suas independências e, ao mesmo tempo, preparar a mão-de-obra para as indústrias ali instaladas. Na Conferência de Cambridge de 1948, sobre a Administração em África, convocada com o objetivo de estudar as políticas sociais das administrações coloniais, o desenvolvimento comunitário foi definido como sendo um movimento destinado a promover melhorias de vida de toda a população contando com a sua participação activa em programas agrícolas, de educação e da saúde. A estratégia inglesa foi inicialmente aplicada nos países da Ásia (Índia e Paquistão) onde foram implementados à escala nacional programas e projetos de melhoria das condições sociais, organização de serviços de educação e saúde através dos chamados centros comunais (Idañez, 2001). Em África, foram as colónias francesas e inglesas que experimentaram os programas de desenvolvimento comunitário antes mesmo da II Guerra Mundial, e naquele contexto, o mesmo estava quase exclusivamente orientado para as comunidades rurais e consistia na “educação fundamental, promoção de pequenas indústrias rurais, fomento de cooperativas, extensão agrícola, economia doméstica e saneamento rural”. (Caride et al., 2007, p. 102)

A partir dos anos 1950, o mundo testemunha a institucionalização do desenvolvimento comunitário como um método de intervenção mundial; e, na condição de protagonistas deste empreendimento entram em cena as organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁴, e muitas outras organizações, que participam activamente na construção do marco conceptual e metodológico do desenvolvimento comunitário através de conferências auspiciadas pela ONU, e ainda em cenários que se realizam em contextos académicos e noutros foruns de carácter científico de âmbito nacional e internacional. Assim, o conceito de desenvolvimento comunitário é concebido pelas Nações Unidas como um processo destinado a criar condições de progresso económico e social em que participam todos os membros da comunidade. No entanto, a sua aplicação como técnica foi impulsionada durante a reconstrução europeia que se seguiu à II Guerra Mundial; nos demais continentes aplicou-se a partir da ajuda internacional dos Estados Unidos e de organismos internacionais que revelaram interesse crescente pelo processo global de desenvolvimento comunitário bem como no desenvolvimento económico-social das regiões subdesenvolvidas da Ásia, África e América-Latina (Caride et al., 2007).

Desde então, multiplicam-se os esforços de muitos autores na conceptualização do desenvolvimento comunitário com a perspectiva de dar-lhe um sentido mais holístico, para abranger as mais diversas áreas da actividade humana, susceptíveis de melhorar as condições de vida, gerar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações. Ware (1954), considera o desenvolvimento comunitário como um processo para dinamizar grupos funcionais de cidadãos capazes de serem agentes activos e responsáveis do seu progresso, através da investigação conjunta de problemas locais, planeamento, execução, busca de soluções em coordenação com as autoridades oficiais, objetivando o bem-estar de todas as pessoas da comunidade. Visto neste prisma, o desenvolvimento comunitário se concebe como um modelo de organização em que as próprias comunidades se assumem como protagonistas da mudança social, através da participação e mobilização de recursos disponíveis para superar qualquer tipo de dominação que lhes seja imposta; Marchioni (1999), reitera os princípios de participação e autodeterminação das colectividades defendidos por outros autores; enquanto (Caride et al., 2007) definem o desenvolvimento comunitário como um processo que envolve a participação democrática da população, da administração local e dos profissionais científicos capazes de realizar projetos com as competências requeridas. Na base

⁴ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi criado através da Resolução 2029 da XX Assembleia Geral, de 22 de Dezembro de 1965, que estabeleceu a fusão de duas entidades já existentes: o United Nations Special Fund (Fundo Especial das Nações Unidas) e o Expanded Programme of Technical Assistance (Programa Extendido de Cooperação Técnica), e, está presente em 165 países do mundo, onde colabora com os governos, com as iniciativas privadas e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construir uma vida mais digna. No exercício da sua missão, o PNUD encoraja a protecção dos direitos humanos e a igualdade de género e raça. Em 1990, o PNUD introduziu na arena mundial o conceito de Desenvolvimento Humano, que parte do pressuposto de que, a avaliação da qualidade de vida de uma população deve basear-se, além do viés puramente económico em três dimensões básicas: renda, saúde e educação. Este conceito serve de fundamento para a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

deste vasto repertório conceptual elaborado por distintos autores e da sua assunção ao nível internacional, particularmente, pelas Nações Unidas, o desenvolvimento comunitário tornou-se um paradigma de desenvolvimento social, cultural e económico que vem sendo aplicado com sucesso em diferentes regiões do mundo. Nos países em desenvolvimento, foram criados centros sociais (educativos e recreativos) para melhorar o bem-estar social da comunidade e empreenderam-se projetos específicos de construção de estradas, vivendas, etc., organização de serviços educativos, sanitários e recreativos e desenvolveram-se outras ações comunitárias, tais como discussões de grupos, análise coletiva das necessidades locais, obtenção de assistência técnica e formação de pessoal, etc., (Caride et al., 2007).

Como se pode perceber, o binómio “desenvolvimento comunitário” entrou na linguagem internacional para designar o conjunto de processos pelos quais as coletividades humanas podem convergir os seus esforços com os poderes públicos com vista a melhoria da situação económica, social e cultural, contribuindo deste modo ao progresso do seu próprio país. Ressalta deste conceito, que a sua principal característica consiste na organização do auto-esforço e da cooperação. Neste sentido, o desenvolvimento comunitário se articula e se complementa com os processos globais, na medida em que pode restabelecer os desequilíbrios provocados pelo desenvolvimento económico e social de uma determinada região ou país. Para tanto, torna-se imprescindível a criação de serviços que concorrem para o bem-estar das populações, particularmente em áreas como agricultura, educação, formação técnico-profissional, promoção de cooperativas e de pequenas indústrias, criação de serviços de saúde e de preservação do meio ambiente. Desde então, o desenvolvimento comunitário passa a orientar-se pela filosofia segundo a qual, a melhoria das condições materiais não suplanta a mudança e o desenvolvimento humano, sendo por isso, necessário proporcionar às populações condições que lhes permitam

(...) expressar as suas necessidades e resolver os seus problemas; incorporar as vilas e aldeias na vida política da nação, incentivar o apoio local nos programas de desenvolvimento e enfatizar a intervenção e participação democrática do maior número de pessoas na planificação e execução dos programas. (Caride et al., 2007, p. 105)

Entretanto, terá sido em 1990, que o Relatório das Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano apresentara algumas novidades nas teorias de desenvolvimento, apontando a liberdade política e a garantia de outros direitos das comunidades locais para participar nos seus planos de desenvolvimento; no Relatório de 1997 em que se atribuiu às comunidades locais a possibilidade de tomarem decisões, serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento e no Relatório de 1998 em que os indivíduos e as comunidades passaram a ser considerados como parte de um conjunto de actores para o desenvolvimento.

Atualmente, aumenta cada vez mais a necessidade de promover a participação da população na formulação dos planos estatais de desenvolvimento que deve ser auspiciada pelas instituições da administração local. Em África, este princípio revela-se difícil de ser concretizado devido, por um lado, à carência de instituições administrativas e políticas à nível local e, por outro, o crescente índice de analfabetismo da maioria da população. Não obstante, se afigura imprescindível a reorientação educativa das populações indicando horizontes favoráveis à satisfação das suas necessidades básicas bem como os fatores de realização, tais como referências económicas, sociais e culturais que definem o bem-estar social e a qualidade de vida, contrariando, deste modo, a atual tendência generalizada de consumo e alienação destes povos.

O desenvolvimento comunitário é uma alternativa aos modelos e práticas de desenvolvimento convencionais em que as variáveis económicas como crescimento do PIB, controlo da inflação, do défice público, expansão industrial e comercial, etc., sobrepõem-se às necessidades das pessoas e dos grupos sociais, postergando os anseios mais elementares da existência de um ser humano. O desenvolvimento comunitário é um processo holístico e multidimensional, isto é,

Proceso de acción no que se integran diferentes estrategias prácticas, co obxecto de promove-lo benestar social e a mellora da calidade de vida dos membros dunha comunidade; neste senso, incentiva o desenvolvemento endógeno das súas potencialidades económicas, educativas, culturais, asociativas, sanitarias, etc. Trátase dun proceso complexo e multidimensional, mediante o que se pretenden equilibrar opcións de transformación e cambio cualitativo (actitudes, comportamentos, etc.) con outros de natureza cuantitativa (infraestructuras, produtividade, etc.), considerando os condicionantes sociais e naturais existentes no presente e de cara ó desenvolvemento socioeconómico no futuro. (...) Acostuma concretarse en comunidades que evidencian situacións de necesidade social e marxinación, ou con déficits manifestos na disponibilidad de recursos humanos, sociais, económicos ou naturais. (Caballo, Candia, Caride y Meira, 1996, p. 9)

O desenvolvimento comunitário se concebe como uma estratégia transversal e holística, cuja implementação requer um protagonismo mais ativo das comunidades locais, das administrações locais, dos técnicos versados em distintas áreas do conhecimento nos processos de transformação e mudança social, que deve efetivar-se com recurso às potencialidades endógenas, reduzindo deste modo a dependência da ajuda externa.

2.2.5. A educação como processo de desenvolvimento

O ser humano nasce imaturo e imperfeito, mas com potencialidades, que uma vez instruídas conduzem ao seu desenvolvimento. Esta condição humana justifica a sua manifesta tendência à perfeição, à felicidade, ao ótimo, isto é, o seu profundo desejo de saber e conhecer, que se expressa pela sua plasticidade e pela capacidade quase ilimitada de aprendizagem que o acompanha ao longo de toda a vida. O fator chave para que este ideal se efetive é sem dúvida a educação – uma prática social que compreende um conjunto de atividades pelas quais as pessoas constroem as representações sociais que dão sentido e significado à realidade circundante. O ser humano é um ente distinto de outros seres da natureza, pois, além de possuir as mesmas características biológicas que alguns animais, se diferencia pela capacidade de criar a sua cultura, entendida no presente estudo como um universo em que se circuncrevem as pautas axiológicas, a moral, a linguagem, a literatura, as artes, as tradições (hábitos, costumes, lendas, mitos, etc.), a religião, a ciência, a técnica e a tecnologia, partilhadas entre os membros de uma comunidade ou sociedade.

Etimologicamente, a palavra educação integra dois verbos latinos: *educare*, que significa, criar, alimentar ou sentir e *educere* que equivale a tirar de, ou extrair de dentro para fora (Navas, 2004); logo, educação como *educare* significa informar a partir de fora ou conduzir no sentido de dar direção a um processo intercomunicativo, de socialização pelo qual os sujeitos interagem, adquirem capacidades e qualidades necessárias à construção e aperfeiçoamento da sua identidade humana. Por sua vez, educação como *educere* consiste em atualizar o que está potencialmente no homem. Por conseguinte, a educação se concebe como aquela ação humana que conduz ao processo de maturação das potencialidades de cada indivíduo (*educere*), ao qual concorrem também as influências externas (*educare*), o que a identifica com a função de reproduzir a cultura da sociedade. Como se pode perceber, as diferentes formas de compreender a educação resultam de uma variedade de conhecimentos sobre este fenómeno social, que se refletem na diversidade de conceptualizações em torno da educação; assim, muitos autores a definem como um processo de modificação do homem, mas, alertam que a mesma não teria sentido se não elevasse para a perfeição (García Hoz, 1990); ação exercida pelas gerações adultas sobre as novas gerações ainda não amadurecidas (Durkheim, 2003); processo de socialização, influência, aperfeiçoamento e autorealização (Peris, Estébanez, Bondia, y Gomez, 1995); processo de aprendizagem que implica o cultivo da inteligência, da vontade e da afetividade orientado para a construção da experiência axiológica (Ruiz, Touriñán Lopes y Sánchez, 2006).

A educação é um conceito que encerra em si “(...) distintos significados semânticos e práticos, na medida em que responde a diferentes experiências dos sujeitos e das sociedades” (Caride et al., 2007, p. 159); em cada sociedade, as

peçoas dispõem de uma visão do mundo, traduzida em cultura e formas de organização familiar, política, social, económica, etc., que orienta as práticas educativas. A educação não pode prescindir ou dissociar-se da cultura que lhe serve de suporte para a realização das suas múltiplas funções, consistentes na distribuição e disseminação de conhecimentos (filosóficos, psicológicos, técnicos, tecnológicos, etc.), dos modos de perceber, sentir, pensar e agir, particularmente, na revitalização da diversidade cultural e na manutenção da coesão social. É na base da cultura e da cosmovisão que lhe dá suporte que se desenha o projeto de sociedade e o perfil de cidadão; trata-se de um fenómeno social, cuja compreensão teórica transcende qualquer perspectiva linear, e cuja realização prática não deve ser homogénea, admitindo-se desde logo, a complexidade e a diversidade do universo cultural que lhe informa, bem como as circunstâncias históricas da sua construção (Caride et al., 2007). A educação não deve restringir-se às pretensões hegemónicas dos grupos dominantes, porquanto, as mesmas condicionam a sua plena realização, tornando-a exposta às mudanças drásticas e traumatizantes, causadas por contradições e decisões inadequadas, que a vulnerabilizam ou conduzem à sua destruição, gerando uma permanente crise cultural e social. Não obstante, a educação constitui uma exigência permanente dos processos de desenvolvimento, pelo facto de que, o ser humano busca nela a sua plena realização e perfeição.

A educação é uma prática social que orienta a formação do homem em todas as suas dimensões. Numa primeira aproximação semântica, a educação pode definir-se como ato e efeito de educar, que são especificamente humanas. As ações humanas decorrem, segundo Allegrini (2000) de um conjunto de factores que podem ser agrupados em três níveis:

En el inferior aparecen los factores biológicos y fisiológicos, que determinan los instintos y tendencias básicos y que se concretan en las necesidades de base para la conservación de la vida. En segundo lugar, se encuentran el conjunto de factores que configuran la psicología personal y la organización de la vida de una sociedad determinada y se plasman en un conjunto de sensaciones e interpretaciones, vivencias emotivas, que identifican el estado concreto de cada persona en relación con el exterior (placer-displacer, tensión-relación, amor-odio...). Y en tercer lugar, es posible señalar los factores culturales y espirituales, los más específicamente humanos y la raíz de su iniciativa y creatividad, que se concretan en acciones con conocimiento y orientación en el mundo, acciones que permiten al hombre proyectar su comportamiento, con sentido y libertad humanas, acciones como cultura e interpretación, pertenencia, auto-estima, autodesarrollo... (p. 35)

No plano institucional, a educação é um processo organizado de formação das pessoas baseada em uma tradição e de acordo com as expectativas conjunturais e

históricas de cada sociedade; faz alusão aos processos de formação e de transmissão dos modos de saber ser, saber estar e saber fazer, que circunscrevem o processo de socialização, no âmbito da qual se adquire conhecimentos e destrezas necessárias à ação e à convivência humanas. Neste sentido, as práticas educativas institucionais não devem conceber-se como processos uniformes, mas sim como realidades, cujo sentido e significado variam de uma comunidade a outra; os conteúdos e as modalidades educativas se organizam tendo sempre presente os interesses e os objetivos das pessoas para quem se destinam. Como assinalam (Caride et al., 2007),

A organização e a complexidade das instituições que assumem a tarefa explícita de distribuir o conhecimento e as capacidades necessárias para a vida social variam em função do grau de desenvolvimento que alcançaram as coletividades humanas e do seu nível de exigência educativa. Por exemplo, as sociedades contemporâneas, caracterizadas pela massificação, ordenam os seus sistemas educativos oficiais em instituições formais singularizadas pela sua multiplicidade (escola do ensino básico, secundário, universidade, profissional, etc.); aspeto que as diferencia das sociedades tradicionais, nas quais o sistema educativo se transfere para a ação familiar e instituições próprias de cada comunidade, sem descartar a participação da escola e de outras entidades responsáveis na organização oficial-regulamentada dos processos de ensino-aprendizagem. (p. 161)

No entanto, os sistemas educativos estruturam-se em modalidades (formal, não-formal e informal); os sistemas educativos oficiais ou formalmente institucionalizados têm como finalidade elevar o nível de instrução do conjunto da população de um país, pelo que, tanto podem subordinar-se à idiosincrasia nacional, como podem, nalguns casos, subordinar-se apenas aos poderes dominantes. No primeiro caso, o sistema educativo formal é um mecanismo de reprodução dos esquemas sociais e cognitivos próprios de cada cultura; no segundo caso, é um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. Por tal facto, a educação formalmente institucionalizada exerce a função de transmitir e consolidar os conhecimentos que caracterizam uma sociedade, especialmente aqueles aspetos socioculturais e cognitivos que respondem aos interesses daqueles segmentos dominantes, dada a sua hegemonia cultural, económica, social e política. Nesta ordem, a educação formal se apresenta como uma modalidade educativa convencional e oficial, que se subordina a uma organização rígida e hierarquizada, que vai desde o ensino básico à universidade e gerida por pessoal especialmente formado para o efeito.

A educação não-formal apresenta-se como uma modalidade de ensino-aprendizagem organizada e sistemática, que se realiza fora do sistema oficial e destinada a grupos particulares da população (crianças, jovens e adultos) e pode ser

realizada por uma variedade de instituições estatais e não-estatais. Ambas modalidades cumprem a função de transmissão organizada de conhecimentos e de práticas vitais que se destinam tanto às gerações novas como aos adultos. Diferentemente destas duas, a educação informal é uma modalidade que se desenvolve durante toda a vida, no âmbito da qual as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e comportamentos resultantes da relação que estabelecem com o meio ambiente social e natural. Trata-se de um processo de aprendizagem com o sentido de socialização e atualização permanentes que se realiza através de processos não sistematizados que se filtram da própria existência quotidiana, subsidiados por um repertório cognitivo, moral, social e afetivo da comunidade em que têm lugar. É uma educação que se desenvolve no seio de instituições como a família, os meios de comunicação social, os sindicatos, as associações cívicas e profissionais, etc. Os seus conteúdos são constituídos por uma variedade de estímulos e experiências sociais que, apesar de não transmitirem uma intenção explícita, produzem resultados educacionais que, por um lado, podem contribuir para a formação e integração das pessoas na sociedade; por outro, podem conduzir a uma mera alienação.

Portanto, a educação no sentido amplo define-se como um processo de socialização através do qual os seres humanos aprendem e ensinam, isto é, partilham conhecimentos que relevam para a construção de representações sociais, que uma vez iluminadas por uma cosmovisão rica em valores facilitam a compreensão e a transformação da realidade vigente numa determinada sociedade.

2.2.5.1. Os agentes da prática educativa

A educação aspira cultivar e desenvolver as qualidades e potencialidades do indivíduo; desde a perspetiva do educador, a educação é um processo de ajuda que se presta a alguém para gerar nele um crescimento, isto é, cultivar o seu intelecto e gerar hábitos e modos de ser e de atuar que conformam a sua intimidade pessoal. Neste sentido, a educação se inspira no princípio de respeito à dignidade do ser humano. A dignidade humana só tem sentido quando o homem estabelece a inter-relação com seus semelhantes em um processo de comunicação homem-homem, no âmbito do qual há intercâmbio de variados aspetos do repertório cultural, isto é, a visão do mundo, a atitude diante da vida e da morte, o sentido de pertença e a dimensão espiritual, etc. Vista nesta perspetiva, a prática educativa é um processo eminentemente comunicativo fundado na interação de pessoas e destas com o mundo. Esta ideia coincide com os argumentos de (Caride et al., 2007) segundo os quais

O processo educativo, enquanto ação comunicativa e de construção cultural, não se limita à interação ``sujeito-racional, sujeito-racional``

mas abre-se a um amplo espectro de entes que podem interatuar com a inteligência humana e ajudar na promoção de um certo modo de estar na vida e de ser no mundo. Sem esse contexto saturado de "entes" vivos e inertes, reais ou simbólicos, míticos ou religiosos, o humano perde parte do seu sentido e as coisas perdem a sua razão de ser. A partir desta noção podem ser concebidos como seres comunicativos e agentes educativos o homem, a natureza e a divindade. Entes reais ou mítico-simbólicos que, na vida quotidiana, em determinados momentos e em condições específicas, adquirem a identidade de sujeitos educadores-comunicadores que geram mensagens capazes de influir na racionalidade humana, e, portanto, na educação, conservação ou mutação das coisas e dos modelos de vida. (p. 167)

A incorporação da dimensão cósmica no processo educativo coloca a necessidade de considerar como agentes da prática educativa as pessoas, entes naturais e sobrenaturais que participam do intercâmbio de conhecimentos num dinamismo relacional em que interatuam mutuamente os elementos do mundo real com entes mítico-religiosos circunscritos na cosmovisão do grupo ou comunidade. A interação dos agentes educativos se processa através de códigos verbais (preces, súplicas, rituais, etc.) e de mensagens não-verbais (sinais, gestos, desenhos) (Vargas, 2002), que requerem competências comunicativas e de interpretação das partes envolvidas. A cosmovisão é, por assim dizer, um conceito amplo que não se restringe ao conjunto de práticas culturais de carácter místico-religioso, pois, abrange também processos de abstração que orientam o indivíduo na compreensão e interpretação dos estímulos provenientes da natureza e dos acontecimentos do cotidiano e funciona como um fio condutor que elucida a ação dos agentes da prática educativa no cumprimento da sua missão de conscientização das pessoas e transformação da realidade social.

No exercício das suas funções, os agentes da prática educativa descortinam o vínculo que se estabelece entre a posse de conhecimentos, a liberdade e o poder como factores indissociáveis que fundamentam as relações. Para tanto, são chamados a serem agentes comprometidos com a criação e disseminação do pensamento crítico orientado ao combate contra as desigualdades sociais e na construção de sociedades democráticas. Ao assumir esta responsabilidade, os agentes da prática educativa põem de manifesto a sua experiência sociocultural traduzida em aspetos como a posição social, os valores que professam, a classe social a que pertencem, enfim, todos os elementos que configuram a sua situação na comunidade em que estão inseridos. Na execução das ações e no intercâmbio de mensagens, tanto o educando como o educador põem em evidência objetivos, ideias, propósitos, normas e valores pelos quais se regem, situação que permite, em certa medida, identificar o contexto sociocultural do qual são oriundos (Vargas, 2005). Dada a magnitude da sua missão, os agentes da prática educativa constituem

os arautos de uma ética humana comprometida com a defesa dos direitos humanos, a superação das desigualdades sociais, a equidade e a edificação de comunidades ecologicamente e ambientalmente sustentadas.

2.2.5.2 A relação educação e desenvolvimento

Educação e desenvolvimento formam um corpus cuja finalidade é criar bases para o bem-estar das pessoas. A educação é um fator chave para o desenvolvimento, isto é, uma estratégia adequada para superar o subdesenvolvimento das comunidades humanas. Esta ideia, orienta a ação das instituições e das políticas educativas e nutre as expectativas das famílias, que investem uma parte considerável do seu capital na formação dos seus membros, com a esperança de os tornar capazes de impulsionar o processo produtivo e, por via disso, alcançar níveis elevados de desenvolvimento económico. A visão da educação como fator de desenvolvimento vem plasmada nos documentos das Nações Unidas, que ao referir-se aos desafios prioritários para o desenvolvimento sustentável reafirma a necessidade de assegurar que rapazes e raparigas devam completar programas de desenvolvimento da primeira infância que sejam acessíveis e de alta qualidade, educação primária e secundária para prepará-los para os desafios da vida decente. E, mais ainda, assegurar que todos os jovens e adultos tenham acesso ao aprendizado contínuo, por toda a vida, para adquirir alfabetização funcional, aritmética e habilidades para ganhar o seu sustento através de trabalhos decentes ou autónomos. No intuito de esclarecer a evolução teórico-conceitual que terá marcado os processos de desenvolvimento e seu vínculo com a educação, Rolando (2007) apresenta três dimensões que impregnam esta relação:

- a) A dimensão humana intersubjetiva do desenvolvimento em que se imprimem mudanças cognitivas, afetivas e territoriais, assim como processos de sustentabilidade orientados ao melhoramento da qualidade de vida dos actores envolvidos;
- b) A dimensão projetiva da sociedade e da vida futura, que tem a ver com o medo, os anseios e as esperanças dos actores envolvidos nos processos de desenvolvimento;
- c) A dimensão das mudanças globais marcadas por contradições e em certa medida o debilitamento do sentido de pertença, do protagonismo do Estado e da esfera pública nos processos de desenvolvimento; uma situação que interpela para a necessidade de recuperar a esfera pública e a cidadania desde o local.

No seguimento das suas análises, o autor considera a educação como uma componente imprescindível para o desenvolvimento das pessoas, capaz de imprimir nelas uma cultura de mudanças enquanto sujeitos desse processo e delinear um futuro no qual a política, a cidadania e a qualidade de vida, estejam ao alcance dos atores envolvidos. Partindo da dupla vertente interpretativa da relação entre educação e desenvolvimento torna-se imprescindível a compreensão de ambos elementos como parte de um mesmo processo. Para Allegrini (2000), a educação é condição necessária para que haja desenvolvimento, porquanto habilita os indivíduos ou grupos comunitários a terem capacidades para participar na organização social, utilizando tecnologias sustentáveis no aproveitamento dos recursos locais.

Estas ideias permitem identificar o próprio processo de desenvolvimento com a educação. No entanto, desde uma perspectiva holística, a relação entre educação e desenvolvimento pressupõe a superação da concepção que se tem da educação como algo exclusivo da organização escolar institucional e do ensino regulado circunscrito nos marcos do sistema educativo, para compreendê-la como um processo aberto aos fenómenos da vida, à realidade económica e à interação social. Esta maneira de entender a educação e situá-la para além dos limites institucionais da instrução formal centralizou as reflexões da Conferencia Mundial sobre a Educação para Todos, que propôs uma noção abrangente de educação e que deve responder às seguintes necessidades: a) a sobrevivência; b) o desenvolvimento pleno das próprias capacidades; c) o objetivo de uma vida e de um trabalho dignos; d) uma participação plena no desenvolvimento; e) a melhoria da qualidade de vida; f) a intervenção nas decisões; g) a possibilidade de continuar a aprender (Artº 1º da Declaração de Jomtien, 1990).

As ações a empreender para a satisfação das necessidades ora delineadas coincidem com o processo de desenvolvimento, na medida em que se orientam na procura de melhores condições de vida. Por tal fato, a educação que o estado, a família e a sociedade em geral promovem não deve dissociar-se do processo educativo projetado para o desenvolvimento económico e social; trata-se, pois de processos que se influenciam e condicionam reciprocamente, apesar das suas diferentes funções e procedimentos. As práticas educativas devem estar orientadas para a satisfação das necessidades de conhecimento e formação que ampliam o espectro de oportunidades e capacidades que facilitem a solução dos problemas do dia-a-dia e o acesso às melhores condições de vida. Dito de outro modo, a melhoria das condições de vida passa necessariamente pelo acesso às oportunidades de formação e desenvolvimento de competências que permitam aos indivíduos participar dos processos de transformação e melhoria social. Partindo deste entendimento, (Caride et al., 2007) consideram que a reciprocidade intrínseca à relação educação-desenvolvimento só pode ser compreendida num contexto semântico que considere entre outros os seguintes aspetos:

- Tem lugar nas práticas da vida quotidiana e torna-se efetiva na relação diária dos sujeitos, e destes com o seu contexto social, económico, cultural e natural.(...) Nesse sentido, a relação educação-desenvolvimento tem como pontos de referência a vida pessoal, a atividade social e a interação humanidade-natureza. (...) Não obstante, a relação educação-desenvolvimento não é um processo oposto às formas institucionais e escolares mas, pelo contrario, integra todas as dimensões da experiência humana.
- Pode ter ou não um espaço definido. Como prática concreta, tem lugar nos diversos ambientes e espaços da vida, a qual também inclui o âmbito da educação institucional. Porém, não se limita ao dito espaço, mas transcende-o, transformando-se o mundo – nos seus múltiplos contextos e expressões – no lugar adequado para a prática do desenvolvimento como um processo educativo e vice-versa.
- Inclui toda a população ao não discriminar (entre) crianças jovens ou adultos, mulheres ou homens, pois está orientada para a formação e transformação das condições de vida de todos os sujeitos nas diversas culturas que povoam o mundo.
- Tem lugar com ou sem mediação pedagógica especializada e pode realizar-se a partir da ação de um educador ou prescindindo dele. Entende-se como educadores todos os sujeitos, o mundo e as suas circunstâncias económicas, sociais e naturais, bem como todos os processos de transformação em que os seres humanos estão imersos. Portanto, são educadores todas as pessoas, as circunstâncias da vida e a natureza.
- Não é neutra, já que tudo o que se aprende está ligado a um modelo de vida desejado ou recusado. Por tal fato, a educação, seja no sentido formal ou amplo, implica sempre o ato de optar por um modelo de vida, por uma forma de organizar a existência e por uma maneira de compreender a realidade social e natural.
- Aplica múltiplos métodos pedagógicos – o processo de educação-desenvolvimento não se limita a uma forma de transmissão de conteúdos educativos. Os saberes, os valores, as formas, as funções, os usos, os costumes, etc. são transferidos, apropriados e apreendidos através de diversos meios e métodos: dialogal, unidirecional, bancário, crítico, passivo, activo, etc.
- Pode ser emancipadora ou conservadora – o processo educação-desenvolvimento tem como finalidade promover o bem-estar humano; porém, dependerá do espaço vital em que se desenvolvam estes processos, cuja orientação positiva ou negativa será julgada a partir da vivência de cada pessoa e da percepção de cada cultura. Assim, a educação e o desenvolvimento, e de acordo com a experiência dos sujeitos, as suas

expetativas e necessidades, podem ter sentido como ações emancipadoras e transformadoras ou bem conservadoras.

- Transforma para um bom ou mau desenvolvimento. Este processo não tem fundamento ético definido, pois a sua percepção é relativa em cada cultura. Assim sendo, uma forma de educação ou de desenvolvimento pode ser valorada como positiva ou negativa, construtiva ou destrutiva, de acordo com a interpretação particular dos elementos de cada sociedade. Portanto, a educação e o desenvolvimento são ‘bons’ ou ‘maus’ apenas em contraste com outros processos e conforme a sua contribuição para a satisfação ou insatisfação das necessidades humanas.
- Incide na transformação de estruturas concretas. A educação e o desenvolvimento, processos transformadores por excelência, alteram de forma real a vida das pessoas, a organização social e o meio natural. (p. 199)

Estas características permitem aferir que um modelo de educação e desenvolvimento influi e transforma as condições de existência na sociedade, numa dialética constante entre o poder transformador do ser humano e os limites que a natureza impõe. Neste sentido, a educação e o desenvolvimento formam um processo em que se dinamizam os hábitos, as competências e os conhecimentos para repensar o sistema, a natureza, e o mundo com a finalidade de transformá-lo. Assim, a educação e o desenvolvimento radicam nas práticas e reflexões do homem sobre a sua existência e sobre o mundo, constituindo-se em um modo de pensar e fazer as coisas, isto é, uma estratégia de interpretação, transformação e assimilação da realidade. Em suma, toda prática educativa é uma ação para o desenvolvimento e todo o processo de desenvolvimento é um acto educativo (Vargas, 2002).

A relação educação-desenvolvimento configura um campo que pode assumir contornos de tensão, do qual emana um ser com uma personalidade esclarecida e transformada enquanto sujeito, no modo de ser, isto é, no pensamento, na forma de ser, estar, sentir, falar e agir; Partindo deste pressuposto, sobressai a compreensão com sentido crítico para com aquilo que se produz em nosso redor, uma atitude que não deve ser vista como uma reação negativa, mas sim, como um passo na construção de novos horizontes para a própria vida.

Conclusões do capítulo

A construção do conceito de desenvolvimento passou por várias fases: desde a sua vinculação ao crescimento económico, à industrialização e a formação do capital humano, até à sua consideração como uma prática multidimensional que deve ser analisada no marco de cada cultura. O conceito contemporâneo de

desenvolvimento é problemático, porquanto leva ao surgimento de conflitos entre sociedades e indivíduos por sobrevalorizar o princípio de ganhar e acumular cada vez mais. O modelo de desenvolvimento construído na base deste conceito possibilita a realização de transformações sociais, económicas, políticas, culturais e ecológicas importantes, mas, ao mesmo tempo, constitui a causa de profundas desigualdades sociais e da crise ambiental que atormenta atualmente a humanidade.

O subdesenvolvimento é outra face do desenvolvimento que se identifica com a situação de marginalidade em que se encontra mergulhada a maioria dos países do mundo, que apresentam um conjunto de fatores como a fome, a pobreza, a industrialização dependente, a urbanização desordenada, elevados níveis de corrupção e de desemprego, acentuadas desigualdades económicas e sociais entre os habitantes, ocasionadas pela distribuição perversa de renda, baixos investimentos do estado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, elevada dívida externa e dependência cultural, entre outros. O subdesenvolvimento tem raízes históricas e expressa as desigualdades económicas e sociais que permeiam as relações internacionais e denuncia as distorções e as injustiças do sistema capitalista mundial.

Não obstante, em finais do século XX produziram-se mudanças significativas no pensamento sobre o assunto em que assumiu protagonismo notável o desenvolvimento humano sustentável, tendo-se operado o deslocamento da perspetiva meramente material para uma visão que incorpora o meio ambiente e concebe o desenvolvimento como ampliação das capacidades e das opções das pessoas, o acesso à uma boa nutrição, aos serviços de saúde, à educação, à proteção contra todas as formas de violência, as liberdades políticas e culturais, e ainda a participação em atividades comunitárias. Este novo paradigma coloca enormes desafios perante as sociedades, que apontam para a necessidade de construção de uma nova cosmovisão que possibilite as realizações humanas em todas as dimensões, isto é, a afirmação do ser humano como portador de crenças, símbolos, atitudes, comportamentos e valores resultantes da relação que se estabelece com o meio natural e social em um contínuo processo educativo.

O novo paradigma materializa-se de forma mais explícita no exercício de direitos e deveres de cidadania, na construção de valores através da participação em processos educativos orientados para a democracia, a realização de interesses coletivos, a autonomia crítica, a criatividade e a responsabilidade perante as pessoas e o meio ambiente.

Capítulo III

Modelos e políticas de desenvolvimento na África Subsaariana

Analisar os modelos africanos de desenvolvimento e sendo este entendido como uma totalidade se revela tarefa difícil, porquanto a África subsariana constitui uma entidade global, mas heterogênea; aliás, tal pretensão configuraria um reducionismo quando se trata de analisar um continente, cujas sociedades apresentam realidades históricas, culturais, políticas, e económicas diferenciadas.

Com efeito, se torna necessário definir um quadro de referências conceptuais, de estabelecer as suas relações e coerência, traduzindo um esquema que permita a análise das informações e dos dados sobre o desenvolvimento social, económico, cultural e político em África. No caso vertente, o quadro de referências conceptuais é construído a partir de elementos fundamentais como sejam: sociedade, história, instituições e liderança. No entanto, considerando que o desenvolvimento se realiza simultaneamente nas vertentes (social, cultural, económico, político, ambiental, etc.), as referências conceptuais situar-se-ão aos diferentes níveis estreitamente relacionados entre si. Por tal facto, a análise centrar-se-á na interdependência entre o social, o económico, o político, o cultural e o ambiental no processo de desenvolvimento.

Importa, contudo, realçar, que apesar das diferentes opções ideológicas (capitalismo liberal e socialismo) assumidas pelos governos africanos, no início das independências, todos empenharam-se em maior ou menor medida na transformação das estruturas sociais, económicas, políticas e jurídicas herdadas do colonialismo, com vista ao desenvolvimento das suas sociedades, mas, condicionados, desta feita, pelos imperativos colocados pela própria conjuntura internacional da época, marcada pela guerra fria.

Mais importante na análise dos modelos de desenvolvimento implementados pelos governos africanos, depois das independências são os dados e as informações histórico-culturais das sociedades africanas pré-coloniais e dos processos que

marcaram o período da colonização. Tal demarche não objetiva adormecer a consciência dos africanos para se acomodarem ao “*statu quo*” ou se manterem indiferentes diante dos desafios a que são chamados a enfrentar; é, tão-somente, para elucidar que a história pré-colonial, e sobretudo, os processos que marcaram o período da colonização pesam sobre o presente deste continente. Dir-se-ia, de modo particular, que muitos dos problemas que os governos africanos enfrentaram e ainda enfrentam depois das independências têm origem no período pré-colonial, e, em grande medida no período colonial.

3.1. Organização e funcionamento das instituições políticas, sociais, económicas e religiosas na África pré-colonial

Analisar o desenvolvimento em África implica proceder, em primeiro plano, uma breve incursão naquilo que foi a organização e funcionamento das instituições políticas, sociais, religiosas e económicas do passado pré-colonial, em razão de que, em certa medida, a herança do passado tende a reproduzir-se e a influenciar por muito tempo o presente e o futuro das sociedades humanas. É a partir da organização e funcionamento das instituições políticas e sociais, assim como das atividades económicas que se deve buscar uma certa compreensão dos processos que tiveram lugar naquela época e que de certo modo influem ou condicionam o desenvolvimento posterior.

No plano de organização política e social os estudiosos caracterizam as sociedades africanas do passado pré-colonial como: anarquias, chefaturas e hegemonias. Para Giordani (2010), “Anarquias são estruturas sociais sem comando político central, orientadas somente por costumes sancionados pela religião ou pela moral. As anarquias são sistemas notavelmente equilibrados, estáveis, flexíveis e coerentes (p. 179) . Davidson (1981) denomina-as de governo de aldeia que se caracteriza por um poder político descentralizado e dividido entre vários chefes; é uma forma de governação que não podia ser ditatorial nem distanciar-se dos governados, que assentava na crença à igualdade humana, no respeito aos direitos dos outros povos e no dever de todos (crianças, jovens e adultos) trabalharem para o bem da comunidade.

As chefaturas aludem um tipo de organização que tem lugar quando uma família com maior prestígio estende a sua autoridade sobre os demais; as famílias que gozam de maior prestígio justificam a sua preponderância na existência de um antepassado cujos feitos marcaram positivamente a história da comunidade. Entretanto, mesmo nestes casos, a autoridade nunca poderia ser exercida em moldes absolutos.

Entretanto, ocorreu um período histórico em que as hegemonias dos estados, reinos e impérios começaram a sobrepôr-se às chefaturas tendo introduzido uma hierarquia administrativa que dispunha de um sistema de fisco e de um exército. No caso da África Ocidental a formação dos estados apresenta duas tipologias: na primeira figuram os estados que surgiram da conquista utilizando a religião islâmica, cuja influência marcou de forma indelével o funcionamento das esferas política, social, cultural e económica, como foram os impérios de Mali e Songhai; na segunda, figuram aqueles estados que surgiram da ampliação e consolidação das chefaturas (Giordani, 2010).

Sem pretender entrar na profundidade desta matéria, importa, contudo, referir que, de modo geral, as sociedades africanas do passado, assim como as atuais estruturas de liderança tradicional apresentam algumas semelhanças nos modos de organização sociopolítica. Na maior parte dos estados africanos pré-coloniais, o Rei era eleito ou nomeado pelo Conselho de Anciãos – O Conselho Real, que no ordenamento ocidental teria a denominação de Senado; a história atesta que quase todos os estados africanos estavam dotados de um Conselho Real sem o qual o Rei não podia exercer qualquer poder. Na África Subsaariana, o Conselho Real tinha características e funções semelhantes, mas com denominações diferenciadas; nos estados pré-coloniais da Angola atual, tais instituições denominavam-se: *Nzango*, entre os *Bakongo* e os *Kimbundu*, *onjango* entre os *Ovimbundu* e *tshota* entre os *Tchokwe*. Já entre os *Zulus* da África do Sul e os *Yoruba* da Nigéria, tais instituições denominavam-se: *Ibandla* e *Ilu*, respetivamente. Não havia reis auto-proclamados e despóticos; se um dado Rei adoptasse atitudes despóticas, o povo dispunha de mecanismos de sua destituição; por exemplo, entre os *Yoruba*, o chefe *Alaafin* podia ser destituído pelo povo que lhe enviava um painel simbólico preenchido de ovos de papagaio acompanhado da seguinte inscrição: «os ancestrais de rejeitam, o povo te rejeita e os deuses também». Entre os *Gikuyu* do Kenya, o mecanismo de destituição do Rei é denominado por *itwika* – sistema hierárquico de conselhos ao que se pode aceder pela passagem ao rito da circuncisão, pelo casamento, etc., isto é, alternância em que a jovem geração substitui os seus primogénitos (Ayithey, 2006).

Nos estados africanos pré-coloniais, mais especificamente, nos reinos *ovimbundu*, cada família alargada elegia um ancião tutor da família e legítimo representante junto do Conselho Real. O Estatuto de Membro do Conselho Real era e ainda é hereditário, o que impedia ao Rei rodear-se de conselheiros oriundos da sua parentela ou amigos; o Rei é uma figura simbólica, posto que, o poder é detido e distribuído pelas Linhagens Reais representadas no Conselho Real. O Rei não podia legislar sobre qualquer assunto da vida sem o beneplácito ou consenso do

Conselho Real, que era praticamente uma instituição política independente⁵. O Rei devia procurar constantemente a unanimidade sobre todos os assuntos importantes da governação junto de seus conselheiros, através de reuniões onde participavam todos os adultos, e os processos de tomada de decisão desenrolavam-se prolongadamente; se houvesse desentendimento entre o Rei e os conselheiros à respeito de um dado assunto, o mesmo era transferido para uma outra reunião em que participavam todos os habitantes da comunidade⁶. Tratava-se, pois, de um sistema político aberto em que ninguém podia ser excluído dos processos de tomada de decisões, nem ser obrigado a pertencer a um partido político ou à uma família influente para participar de tais processos; e o que é mais importante ainda, o papel do Rei não era submeter um estado a um partido único, e muito menos impôr uma ideologia importada ao seu povo como acontece atualmente em Angola e na maioria das sociedades africanas. No entanto, este modelo tradicional de funcionamento das instituições africanas com características democráticas não exclui a possibilidade de ocorrência de tensões no relacionamento entre dirigentes e dirigidos, sobretudo quando se tratasse de questões atinentes às taxas e às multas aplicáveis na administração da justiça.

Outro aspecto a considerar na análise do desenvolvimento na vertente do funcionamento das instituições é a religião. Esta tem implicações no modo como as pessoas estruturam as relações entre si, e, sobretudo, devido a interdependência entre a organização social e as concepções religiosas dominantes. A cosmovisão africana considera a Deus como a figura do topo da hierarquia e logo a seguir estão os anjos; no segundo nível da hierarquia estão os ancestrais fundadores das linhagens e os antepassados; depois, seguem-se os homens contemporâneos e na base se encontram os animais, as plantas, os minerais, etc. Esta cosmovisão africana busca fundamentos na ideia de harmonia com o universo. O universo é a totalidade de seres visíveis e invisíveis: desde Deus ao grão de areia. Entre os *ovimbundu*, o mesmo compreende, além de Deus, a natureza com todas as suas realidades visíveis e invisíveis, incluindo o homem, seus ancestrais e seus antepassados transfigurados, transmutados e tornados divindades, depois de passarem por um processo de purificação espiritual. O homem é concebido como um ente integrante do universo do qual é originário por via da reencarnação. A vida é o maior dom de Deus e, por isso mesmo, é sagrada; ela é energia e força misteriosa, mas real em suas

⁵ Em Angola, os sobas são atualmente indicados pelas administrações municipais sob forte influência do Partido político que controla o poder e sem observância dos princípios costumeiros. O Governo decidiu unilateralmente atribuir a todos os sobas o uniforme que era usado por cipaio – uma categoria de milícias coloniais, ao invés de investigar sobre as diversas vestimentas que as autoridades tradicionais usaram desde antanho. Por este e outros factores, os partidos que controlam o poder instrumentalizam os sobas para corresponderem aos seus interesses, numa clara reprodução das políticas e das práticas coloniais.

⁶ O Poder Tradicional baseado no direito costumeiro funciona, mesmo atualmente nas sociedades africanas contemporâneas.

manifestações. Cada ser está dotado desta realidade que se manifesta em moldes diferentes de acordo com o nível e/ou dimensão em que se situe. Por isso, existe uma unidade ontológica de todos os seres – uma espécie de comunhão universal, no seio da qual cada um desempenha funções que lhe são inerentes. A união entre os seres visíveis e invisíveis é indestrutível; por isso, ela se solidifica e se consolida permanentemente. A respeito da união entre os seres nas crenças tradicionais dos povos Bantu, o Padre Altuna (1985) escreve:

A união da vida, como a realidade mais atendível, impregna todos os seres com um realismo tão marcado que obriga todas as instituições socio-políticas a que tentem, sobretudo, conservar e fortificar este valor supremo da participação-comunhão numa mesma realidade: (...) Vida, força, existir, são uma idêntica realidade, o valor fundamental, ontológico, donde deriva a sabedoria bantu, com o qual elabora a totalidade dos raciocínios, motiva os comportamentos, funda a sua religião, desenvolve e justifica a magia, solidariza a sociedade e regula a ética. (p. 47)

O homem africano não concebe a religião apenas como uma crença ou um processo de adoração à Deus para uma futura acomodação da alma no paraíso, mas sim, como uma vivência moralizante do cotidiano em si, que tem por finalidade a busca de harmonia com os demais seres do universo. Decorre desta concepção a ideia de profunda influência dos antepassados sobre os vivos, sendo os primeiros considerados fiscalizadores do direito e da moral. Para os povos africanos, “(...) o mundo invisível torna-se constantemente visível por meio de símbolos” (Giordani, 2010, p. 232). Por tal facto, a participação em cerimónias adquire uma particular relevância social, pois, os ritos que nelas têm lugar traduzem a expressão suprema da vida moral e social e têm um carácter pragmático, como por exemplo, implorar para a abundância da fecundidade, da chuva e da colheita. Portanto, a participação e a solidariedade no seio da família, na comunidade e nos demais escalões da hierarquia social é um imperativo de pertença e de cidadania, que demanda de todos uma ética impregnada de sociabilidade.

Na vertente económica, a África pré-colonial obteve alguns progressos na agricultura e criação de animais, atividades que se realizavam e ainda se realizam em paralelo com a caça e a pesca. De entre os produtos cultivados na África pré-colonial destacam-se cereais como trigo, cevada, arroz, sorgo, gergelim, tubérculos, leguminosas, oleaginosas, etc., Os africanos desenvolveram diversas técnicas de cultivar a terra de acordo com as condições de cada região. Muito cedo os africanos aperceberam-se da importância de cultivar em florestas, de modo a protegerem-se das radiações solares, aproveitar o composto resultante das folhas mortas para servir de fertilizantes orgânicos e tirar vantagem das encostas dos montes para a drenagem dos solos, etc.

Havia no entanto uma abundância de terras; cada linhagem ou família alargada dispunha de terras e de meios de produção próprios e não dependia dos reis, pois esses nem podiam expropriar as terras por serem consideradas propriedade dos ancestrais. As famílias eram livres quanto à escolha do tipo de atividade a desenvolver, e, não havia necessidade de solicitar autorização para exercer uma atividade comercial. As sociedades pré-coloniais da África caracterizavam-se por largas liberdades de movimento de pessoas e de meios, assegurada por uma ampla rede de rotas comerciais que atravessavam o continente. Os africanos foram, desde sempre, conhecidos pela sua capacidade de percorrer longas distâncias para comprar mercadorias a baixos preços, a partir do estrangeiro, a fim de revendê-las com valores acrescidos.

A realidade acima descrita transmite uma imagem de um continente em ascensão caracterizado pela abundância de terras cultiváveis e de recursos minerais, que passam a ser utilizados para o progresso e desenvolvimento das respectivas sociedades. No entanto, a fertilidade da grande parte das terras cultiváveis do continente era relativamente fraca. A irregularidade das chuvas tornava difícil a produção agrícola durante o ciclo sazonal seco. Além disso, as técnicas agrícolas estavam orientadas para a utilização extensiva da terra.

A indústria artesanal, principalmente a metalúrgica centralizava as ocupações dos povos africanos. A propósito Giordani (2010) observa:

Por volta de 100 a 300 d.C. surgem comunidades que fundem o ferro em Ruanda-Burundi, no Quênia, na Tanzânia, no Malawi e na Rodésia. Embora não tenham sido ainda datadas, as do Catanga apareceram talvez pela mesma altura. Floresceram, pois, em toda a periferia e no interior da bacia do Congo, alcançando a costa na região de Mombaça”. “ (...) Entre os séculos IX e XIII a siderurgia alcança notável desenvolvimento na África Oriental, fato este que coincide com a expansão demográfica e com a intensificação do comércio árabe que compra em Sofala, cidade costeira, o ferro dos ferreiros negros para revendê-lo na Índia, donde passa para a Pérsia e Arábia onde se temperam as famosas espadas de Damasco que chegam até Andaluzia e Toledo; o que prova a alta qualidade dos produtos da siderurgia africana. (p. 216)

Mas os africanos trabalhavam também com perícia outros metais como o ouro, o cobre, o estanho, o bronze, o latão, etc., e não se limitavam à indústria metalúrgica, pois, outras atividades como a olaria, a tintura e a tecelagem fizeram parte do leque das ocupações de muitos povos africanos.

Além da agricultura e da indústria, sobretudo com o desenvolvimento da atividade metalúrgica surge também o comércio; criaram-se rotas comerciais, que iam da África Central e Austral com destino ao Cairo, Trípoli, Túnis, Marrocos e

Argélia. No eixo oriental as rotas comerciais atingiam o litoral do Oceano Índico. Cabe mencionar que o comércio de escravos também era praticado na África pré-colonial, mas, em moldes mais atenuados, de tal sorte que, em muitos casos, esses viviam e trabalhavam em condições semelhantes das pessoas normais. Tinham muitos direitos, como por exemplo, o direito de contrair o matrimônio com um dos membros da parentela do patrão, ter propriedade e exercer atividades comerciais por conta própria. Mas, tendo em consideração a conjuntura e a dinâmica dos mercados naquela época, o comércio dos metais e de outros produtos não trouxe para o continente capital suficiente para alavancar outras áreas suscetíveis de promover o seu desenvolvimento em períodos posteriores. Por conseguinte, e apesar da abertura de grandes rotas comerciais nos eixos norte-sul, norte-oriental, sul-norte e sul-oriental, as economias da África pré-colonial estavam maioritariamente orientadas para a subsistência.

3.2. Modelos de desenvolvimento na África pós-colonial

O termo desenvolvimento tende a incorporar o discurso dos anos vinte do século XX, que procurava revalorizar e legitimar a missão civilizadora atribuída a alguns grupos minoritários de interesses ocidentais, traduzida na metáfora das vias que devem permitir as sociedades africanas a entrarem na modernidade. A colonização polarizou as relações entre o centro – próspero, dominante, industrializado, possuidor de capitais, de recursos humanos e do saber-fazer, isto é, as metrópoles colonizadoras construíram as periferias dependentes, que deveriam seguir as suas diretrizes, transformando as colônias em mercados para onde seriam exportados os produtos industrializados, provenientes da metrópole. Durante a colonização observou-se uma aceleração não só de sinergias pré-existentes como também de criação e implementação de políticas e de mecanismos com vista a consolidação da dependência das sociedades africanas em relação às respetivas metrópoles colonizadoras. Decorridos mais de cinco décadas desde a proclamação das independências, a questão que certamente se levanta e com alguma justeza é: qual é o desenvolvimento que a África regista atualmente?

Ora, o Relatório da Comissão Económica para a África das Nações Unidas (UNECA, 2012) refere que desde a sua emancipação o desenvolvimento de África se tem limitado à exportação de produtos de base e fraca transformação económica, tendo registado uma elevada taxa de desemprego e pobreza em quase todos os países. O continente apresenta um elevado défice de desenvolvimento em infraestruturas, fraco crescimento empresarial, uma baixa aposta no capital humano, na ciência, na pesquisa e na tecnologia.

Entretanto, este panorama africano não se dissocia do contexto mundial marcado por uma crise financeira e uma acentuada baixa do preço do petróleo no mercado internacional, uma vez que, a mesma situação se tem refletido na diminuição dos preços dos produtos primários não transformados, exportados pela África, 81% dos quais são recursos naturais (minerais, hidrocarburentes e produtos agrícolas), restando apenas 19% para o resto de produtos manufacturados. Apesar de alguns sinais de recuperação das economias africanas nas primeiras décadas deste milénio, o continente ainda é referenciado como o mais pobre do mundo, porquanto o desenvolvimento em África continua a observar um ritmo bastante lento em relação às demais regiões do planeta. O Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015) atribui valores muito baixos relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para ambos os sexos, isto é, (0,480) para a sexo feminino e (0,550) para o sexo masculino, totalizando (0,872) em toda a África Subsaariana. Em 2015, a taxa de mortalidade infantil na África subsaariana foi de 86 óbitos por cada 1000 (mil) nados vivos; a taxa de mortalidade materna no mesmo ano foi de 510 (quinhentos e dez) mortes por cada 100 000 (cem mil) nados vivos. Isto pressupõe, que o continente africano continua a ser o mais pobre do mundo, como está também a atrasar-se em relação às outras regiões em vias de desenvolvimento. Na mesma senda, as sociedades africanas continuam a confrontar-se com uma crise social alimentada por problemas de analfabetismo, pobreza extrema, fome, dificuldades de acesso a água potável, habitações precárias, doenças, elevadas taxas de mortalidade, debilidades em infraestruturas de prestação de serviços básicos às populações como educação, saúde, saneamento básico, transportes e telecomunicações, informação, etc., para não falar das dificuldades de acesso às tecnologias.

3.2.1. Modelo Nacional desenvolvimentista

Em África, a década de 1960 marcou o início das independências da maioria dos países do continente. O modelo de referência adotado pelos estados africanos na primeira fase do período pós-colonial foi o denominado ‘nacional desenvolvimentista’, que na maioria dos países foi de índole socialista, inspirado na experiência da ex-URSS; noutros países como a África do Sul, aCote d’Ivoire, a Nigéria e o Marrocos foi de índole capitalista. Os governos constituídos logo a seguir as independências assimilaram a planificação como um meio efetivo e eficaz para aceder rapidamente à independência económica e política. A ideia segundo a qual a planificação constitui um meio importante para a aceleração do desenvolvimento, foi um dos princípios que orientou a política económica preconizada em África, tanto para países de opção socialista como para países de opção capitalista.

O paradigma nacional desenvolvimentista se inspira em duas principais fontes: a de economia socialista em que a primazia é dada a planificação centralizada e ao intervencionismo estatal preconizado por Keynes. Neste modelo de desenvolvimento, o Estado formula as políticas macroeconómicas, elabora os instrumentos de regulação como, por exemplo, os mecanismos de controlo dos preços, exerce ainda um controlo cerrado aos investimentos, planifica e executa projetos considerados importantes. As políticas de planificação e os modelos de economia mista ‘capitalismo do estado’, ‘liberalismo planificado ou comunitário’, inscrevem-se no âmbito deste modelo. No entanto, para os dois casos, a execução de projetos de desenvolvimento implicava a intervenção do Estado na economia traduzida na afetação de recursos e na acumulação do capital. O desenvolvimentismo é uma variante do conservadorismo, porquanto parte da premissa de que as estruturas económicas e sociais que se formaram no ocidente a partir da Revolução Industrial e que estão indissoluvelmente ligadas ao capitalismo podem ser extrapoladas para os países em desenvolvimento.

No caso dos países que adotaram o modelo socialista, a intervenção do Estado na afetação de recursos não dava margem para outras forças do mercado, na medida em que o esquema de crescimento necessitava duma orientação precisa dos investimentos. Nesta conformidade era o próprio Estado que se encarregava de realizar tudo, o que de certo modo, justificava a nacionalização generalizada de todos os sectores da economia nacional. Tratou-se de um contexto em que não havia limites no combate ao subdesenvolvimento, mas que, tal experiência de desenvolvimento não conheceu horizontes de sucesso por razões da natureza e do funcionamento do próprio sistema socio-económico e político adotado.

O socialismo em suas múltiplas variantes se fundamenta nos postulados do paradigma marxista-leninista, que em África atraiu simpatia de um número considerável de dirigentes políticos na primeira década da emancipação do continente. Os políticos que nos anos 1960 abraçaram o neo marxismo-leninismo africano manifestavam grande entusiasmo pelo socialismo, pois, julgavam tratar-se de um sistema incontornável para a resolução dos problemas suscitados pela descolonização do continente. De entre eles se destacaram Leopold Senghor, Kwame Nkrumah, Július Nyerere, Philibert Tsiranana, Modibo Keita, sekou Touré, Amílcar Cabral e tantos outros que consideravam o socialismo como uma forma de organização racional da sociedade, ou ainda como a melhor expressão de humanismo e de fraternidade entre os homens.

Entretanto, as iniciativas de estabelecer um socialismo africano, não se processaram sem manifestações de oposição e de recusa, em relação a adopção do marxismo em sua originalidade, por parte dos dirigentes políticos africanos. Muitos deles, como Leopold Sedar Senghor, Mamadou Dia, teceram críticas ao marxismo clássico, por considerarem que muitas das suas teses não acautelam determinados

processos que se produzem nos regimes capitalistas, muito menos, as especificidades das sociedades africanas; consideravam que o socialismo africano, não poderia ser exactamente ao de Marx e Engels, visto que, o mesmo foi elaborado há mais uma centena de anos e inspirado nas realidades da Europa Ocidental do século XIX. Por exemplo, no marxismo clássico, o papel do proletariado é sobrevalorizado, enquanto a capacidade revolucionária dos camponeses é subestimada. Por este, e outros motivos, Cabral, Bourguiba e Sekou Touré se opunham ao princípio da luta de classes defendido pelos clássicos do marxismo, considerando-o inadequado à realidade do continente e contrário às exigências da evolução africana. De notar, que, as manifestações de oposição e recusa dos princípios fundamentais do marxismo clássico refletem, por um lado, a dificuldade de adaptar ou implementar na prática uma teoria construída a partir de uma matriz cultural diferente das realidades socioculturais africanas, e ainda a imprecisão doutrinária do socialismo africano. Nesta senda, a divergência entre Senghor e Nkrumah sobre os princípios doutrinários espelha uma pluralidade conceptual com a qual o socialismo foi percebido em África; o primeiro entendia o socialismo como uma propriedade cultural da civilização africana; mas, para o segundo, o socialismo era um caminho para a unificação política do continente. A homogeneidade estrutural e ideológica seria uma prioridade, enquanto a unificação económica e política seria um desafio pelo qual se deve formular as trave-mestras do socialismo africano.

Ora, a construção da personalidade africana não é um simples processo de assimilação de padrões culturais ocidentais, muçulmanos e euro-cristãos presentes em África. A construção da personalidade africana é um processo que começa pela assumpção, aprimoramento, consolidação e atualização de valores próprios da matriz cultural africana, aos quais se vão inserindo valores oriundos de outras realidades do planeta, configurando, desta feita, um processo dinâmico de intercâmbio e socialização de valores, propiciado pela globalização. Entretanto, seja qual for o pensamento que se pretende veicular com o «consciencismo» advogado por Nkrumah, não parece ser esta a fórmula mais elaborada para resolver o problema do subdesenvolvimento em África. Como parte de um processo quase infinito que se designa por ‘desenvolvimento’, a solução do subdesenvolvimento implica a conjugação de vários fatores (endógenos e exógenos), sendo primordial o reconhecimento e a assumpção dos valores da tradição e da cultura africana, muitas vezes ofuscados por estudiosos ocidentais e nalguns casos pelos assimilados locais, enquanto substracto identitário da personalidade de sujeitos que se pode considerar de pseudo-africanos em razão da sua perplexidade idiossincrásica e da sua postura camaleonesca. Ademais, se deve considerar ainda como prioridade, o compromisso político de garantir a paz e a estabilidade social; encarar com seriedade o problema do crescimento económico, etc.; assegurar e promover o exercício das liberdades dos cidadãos, isto é, emponderar as pessoas para que possam participar das decisões que afetam as suas vidas em todas as dimensões (física, material, moral, espiritual,

etc.) e o esforço coletivo de reestruturação da sociedade; proteger as pessoas contra as vulnerabilidades, o que torna necessário a elaboração de uma agenda abrangente e minuciosa de curto, médio e longo prazo, que contemple um conjunto de variáveis, sendo fundamental a eliminação do analfabetismo, a oferta de uma educação obrigatória de qualidade, a institucionalização e a universalização do acesso à rede de segurança e proteção social; promover a participação de todas as pessoas nas atividades económicas com vista à construção do bem-estar coletivo.

Os neomarxistas africanos advogam a construção do socialismo através de uma revolução social, que não seja necessariamente dirigida por uma ditadura do proletariado, atitude que encerra um certo realismo se se considerar a inexistência dessa classe na maioria das sociedades africanas; ao mesmo tempo reflete a imprecisão doutrinária que caracteriza a utopia do socialismo africano. O que é importante sublinhar nesta análise é que o socialismo africano é uma variante da corrente neomarxista criada em reação à ideologia liberal do desenvolvimento. Esta corrente, se fundamenta em três características essenciais do conjunto de questões radicais que iam se desenvolvendo a partir da década de 1950 e que não são outra coisa senão críticas das teses centrais do pensamento neoclássico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Os neomarxistas advogam a tese segundo a qual o subdesenvolvimento não deve ser analisado como um retardamento do processo de desenvolvimento, mas sim, como um produto histórico da expansão do capitalismo à escala mundial. A riqueza e a pobreza apareceram com o desenvolvimento de um modo de produção capitalista. Os desvios crescentes entre nações é uma consequência da extensão desse modelo de produção e distribuição e não o resultado de um bloqueio económico interno. A partir deste entendimento sobre a origem da riqueza e da pobreza, se pode deduzir que os intercâmbios de mercadorias e os movimentos de capitais não traduzem automaticamente o crescimento económico. Além disso, uma larga integração ao mercado mundial não favorece necessariamente o desenvolvimento; pelo contrário, é a criação de um excedente a partir da produção nacional e a sua utilização para fins produtivos internos que permite a uma acumulação autónoma do capital.

No caso dos países que adotaram o capitalismo neoliberal, a tónica recai de igual modo à planificação. No entanto, nestes, a planificação foi implementada por insistência de instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que condicionavam os empréstimos à existência nos países receptores, de um plano de desenvolvimento económico coerente. Os estudos realizados pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) contribuíram na consolidação da planificação em toda região. A UNECA preconizou certas linhas de ação que deveriam servir de modelo aos estados africanos. O motor desse modelo seria para a África, a necessidade duma

industrialização, a modernização da agricultura, a intensificação e a diversificação do seu comércio externo. Para acelerar o desenvolvimento do continente, os estados africanos deveriam ainda levar a cabo reformas das suas estruturas internas.

Em cumprimento das recomendações produzidas em diversas reuniões regionais e internacionais e por forma a implementar os mecanismos de planificação, os governos africanos optaram pelo convite a técnicos e conselheiros estrangeiros, vulgarmente denominados de experts; estes últimos, não agiam de acordo com a realidade dos países, mas sim, em conformidade com as suas convicções e ideias pessoais sobre o desenvolvimento. Neste contexto, a política económica, o desenvolvimento e a planificação se tornaram elementos inseparáveis, sendo a segunda considerada o meio para a realização do primeiro.

De modo geral, o plano era apenas indicativo, ou seja, um corpo de informações ou instrumento de ajustamento e controle das diferentes variáveis a ter em conta durante a execução; dito de outro modo, e sem descurar dos resultados positivos que alguns países alcançaram, a planificação do desenvolvimento socioeconómico em África padecia da falta de viabilidade política, porquanto os seus fundamentos não tinham em conta as condições políticas e socioeconómicas deste continente; o que se explica pela ausência de um aparelho operacional no sistema de planificação, a descoordenação entre os planos e os orçamentos dos sectores públicos, ausência de projetos e de dados estatísticos, entre outros fatores. Não obstante, os esforços empreendidos com a planificação, os resultados obtidos não favoreceram a constituição de uma base socioeconómica sólida capaz de alavancar o desenvolvimento do continente.

3.2.2. Modelo de industrialização pela substituição das importações

No início dos anos 1960, altura em que o continente ascendeu à sua independência política, a situação dos países era caracterizada, por um lado, pela dependência económica e sujeição às antigas metrópoles, em matéria de mercados comerciais, pela importação de bens, equipamentos e mão-de-obra qualificada; ou seja, a situação económica era caracterizada por um desequilíbrio entre a exportação de matérias-primas e a importação de produtos manufaturados e de tecnologias; por outro, a situação era dominada pela adoção de políticas de desenvolvimento importadas, que encorajavam a industrialização. A maioria de países africanos adotou políticas de desenvolvimento económico ancoradas na estratégia de substituição das importações através da industrialização. Assim, foram criadas grandes empresas do Estado nos setores considerados estratégicos, e, ao mesmo tempo, criaram-se barreiras comerciais para proteger a produção nacional nascente; os poderes públicos adotaram mecanismos de controlo comercial e fixação de

preços. Mas como escasseavam os recursos financeiros para sustentar a industrialização, os governos optaram pelo reencaminhamento dos recursos inicialmente consignados à agricultura a fim de os afetar à indústria manufactureira e, essa política tornou-se um paradigma, de modo que, a maioria dos países africanos lançou-se na promoção da sua industrialização.

Ora, a estratégia de industrialização estava no centro da planificação económica dos estados africanos. O seu objetivo primário era garantir a autonomia económica nacional pela criação de uma capacidade industrial de substituição das importações e de transformação para a exportação dos produtos agrícolas e mineiros fora do continente (Bikoué, 2010). Os dirigentes políticos da época evidenciavam a convicção de que a industrialização era a melhor opção – o caminho certo para assegurar a autossuficiência e reduzir a dependência dos países mais industrializados. Criou-se a expectativa de que a industrialização iria acelerar o processo de transição dos países africanos, de uma economia predominantemente agrícola a uma economia moderna, criasse mais empregos, melhorasse os rendimentos das famílias e os seus níveis de vida, enfim, que reduzisse a vulnerabilidade e a deterioração dos termos de trocas assentes numa forte dependência das exportações dos produtos primários. De acordo com o autor acima citado, “O modelo de industrialização pela substituição das importações (ISI) é ainda nos dias de hoje visto como solução ao problema da industrialização do continente africano”. (p. 104)

Concebido por autores como Prebisch (1949) e Furtado (1967; 1969), destacados representantes da Comissão Económica Para América Latina das Nações Unidas (CEPAL) criada em 1948, influenciou a política de industrialização dos países africanos. Em sua primeira formulação, o modelo de industrialização pela substituição das importações teve origem no desequilíbrio da relação de preços do intercâmbio. A tese Cepalina original se baseava na assimetria da formação dos preços, em que os países do capitalismo periférico estabeleciam os preços das matérias-primas para a exportação em baixos custos, derivados da excessiva oferta da mão-de-obra, enquanto os países do centro aplicavam preços elevados em suas exportações de produtos manufaturados, para benefício das empresas sedeadas nas metrópoles. Segundo o autor ora citado, o modelo de industrialização pela substituição das importações se fundamenta na teoria estruturalista, cuja essência é a acumulação, o crescimento, a inversão, o emprego e a distribuição a longo prazo; a sua implementação conheceu duas etapas: a primeira consistia na substituição de bens de consumo massivo e não duradouros, insumos básicos com proteção aduaneira e abastecimento externo de bens de consumo duradouros, insumos complexos e bens de capital, na base de um mercado interno cativo, crédito, inversão e tecnologia; A segunda etapa consistia na substituição de bens de consumo duradouros, insumos complexos e bens de capital. Estes enfrentariam um mercado mais difícil de exportadores primários e consumidores de elite, que

exigiriam uma forte inversão em tecnologia, capacidade, competência e respaldo do governo. Com efeito, quase todos os países latino-americanos implementaram as propostas cepalinas, num contexto em que o keynesianismo estava em apogeu à escala mundial.

Entretanto, se a estratégia de industrialização pela substituição das importações produziu resultados palpáveis na América Latina; protegeu, por exemplo a economia colombiana das oscilações da economia mundial, alcançando um certo nível de desenvolvimento industrial, graças a participação do capital estrangeiro. Em África, a mesma não obteve êxitos, devido fundamentalmente a concorrência de vários fatores internos e externos implicados na sua implementação. Na maioria de países, o parque industrial é constituído fundamentalmente pelas indústrias ligeiras de transformação (agroalimentar e têxtil) e as indústrias de montagem. Entre 1970 e 1982, o valor acrescido dos produtos manufaturados do continente não ultrapassou os 0,5% em media por ano. O contexto económico e financeiro internacional dos anos 1970 foi marcado pela frequência de choques petrolíferos, agravados pela problemática do endividamento externo que inviabilizaram claramente a industrialização pela substituição das importações. A crise financeira que a África enfrentou na década de 1980 levou ao abandono de muitos projetos de industrialização por falta de divisas necessários à importação de *inputs* e de peças sobressalentes.

A dependência externa explica, em parte, o fracasso da industrialização em África; durante o período colonial, as autoridades haviam praticamente desencorajado qualquer iniciativa de uma industrialização em larga escala, favorecendo deste modo o domínio dos mercados africanos pelas empresas sedeadas nas metrópoles. Este aspeto constitui um problema que as independências ainda não conseguiram resolver. A sua perpetuação encontra respaldo nas políticas fiscais adotadas pelos países africanos, que agravam sobremaneira as importações, com taxas elevadas para captar receitas. Esta política, que em muitos países se prolonga até aos dias de hoje, longe de catalisar a industrialização, tratou de favorecer os mercados protegidos, dominados pelas filiais comerciais de sociedades estrangeiras. Em suas operações de montagem ou de transformação primária, as filiais estrangeiras não gastavam mais do que um pequeno valor acrescido para o país hospedeiro; em contrapartida, as mesmas arrecadavam proventos elevados e rejuvenesciam graças a sua condição monopolizadora. Como bem explica Grellet(1988),

A la recherche de recettes fiscales ceux-ci adoptèrent des taxes élevées à l'importation. Or cet obstacle, loin de susciter une industrialisation indigène de substitution, eut surtout pour effet de réserver aux filiales commerciales de sociétés étrangères des marchés protégés. (...) Leurs profits rapportés au capital engagé étaient élevés car le risque de telles opérations était limité et que ces filiales jouissaient d'une véritable

situation de monopole. Mais pour le pays, l'existence de telles filiales bloquait toute possibilité d'industrialisation en profondeur pour deux raisons. D'une part, les filiales étrangères limitaient fortement leurs opérations de production à l'intérieur du pays africain, important la majeure partie des inputs industriels et recrutant en Europe les personnels d'encadrement. Quant aux salariés africains, ils ne percevaient que des salaires permettant simplement le renouvellement de leur force de travail, une situation rendue possible par l'existence d'une vaste armée de réserve de travailleurs non qualifiés. Dans ces conditions, les effets redistributifs de l'industrialisation restaient très limités. D'autre part, la situation monopolistique des firmes étrangères leur permettait de percevoir des marges de profit élevées, réduisant d'autant le pouvoir d'achat des consommateurs indigènes et donc l'extension des marchés. Dans ces conditions, après un timide démarrage lié à l'installation des filiales étrangères, l'industrialisation se trouva rapidement limitée par la stagnation des marchés. Au lieu de créer un processus endogène, elle devenait soumise aux impulsions externes. (p. 1009-1010)

Além dos fatores acima mencionados, concorrem também ao fracasso da estratégia de industrialização pela substituição das importações a insuficiência de infraestruturas como estradas, telecomunicações, rede eléctrica, défice de mão-de-obra qualificada, o défice de informação sobre os produtos industrializados e as necessidades de consumo das populações, setor empresarial privado pouco estruturado, ausência de uma efetiva integração regional, o ambiente de negócios pouco favorável, insuficiência de meios financeiros e tecnológicos, etc. No entanto, constata-se que muitos países africanos obtêm da agricultura e da exploração mineira elevados lucros, que não são investidos no setor produtivo, mas largamente consumidos pela administração pública. O que se depreende da análise dessas políticas é que as mesmas não favoreceram o crescimento económico dos países, antes, pelo contrário contribuíram para a estagnação do setor agrícola. Esta compreensão decorre de um raciocínio muito simples; as empresas industriais sob tutela do Estado apoiavam-se em tecnologias de forte intensidade que eram inadequadas, pois, acabavam sempre tributárias de *inputs* importados para o seu funcionamento. Além disso, os seus produtos não tinham qualidade para competir nos mercados externos, e, por conseguinte, contribuíram sobremaneira ao agravamento do défice orçamental. Esta situação das economias africanas agravou-se ainda mais com os choques provocados pela queda dos preços das matérias-primas na arena internacional durante os anos 1970. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONUDI, 2011), referem que, nos 40 anos que se seguiram as independências, os países africanos afrontaram-se com três choques exógenos graves, ligados uns aos outros: a deflagração dos preços dos produtos alimentares, a alta dos preços de energia, a crise económica e financeira

mundial que eclodiu no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América em 2007. Essas crises anularam os avanços dos países africanos na redução da pobreza e comprometeram as perspectivas de atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Mesmo assim, a transformação económica e o desenvolvimento em África passam necessariamente pela estratégia de industrialização que é essencial para o crescimento e a redução da pobreza.

Em suma, uma estratégia de industrialização dependente dos apoios externos e amparada por uma política fiscal que agrava sobremaneira as taxas sobre as importações protege prioritariamente as filiais comerciais das sociedades estrangeiras, em detrimento das empresas nacionais; e, por extensão, aprofunda o fraco poder de compra dos cidadãos, o que tem por consequência o agravamento da qualidade de vida e da sua condição social. Não obstante a problemas evocados e que são reais, a África não deve prescindir da industrialização e sonhar com o desenvolvimento. A industrialização é incontornável por várias razões: primeiro, a indústria cria empregos, revoluciona e revitaliza o setor agro-pecuário, proporcionando-lhe meios para a sua maior expressão no contexto económico e favorece ao aumento dos rendimentos dos produtores agrícolas; em segundo lugar, a industrialização impulsiona as sociedades africanas para o progresso tecnológico e produz receitas que permitem aos governos reduzir e eliminar a pobreza; enfim, a industrialização é uma estratégia que irá permitir a África exercer maior protagonismo na produção, no comércio e ganhar maior expressão na economia mundial.

3.2.3. O enfoque da satisfação das necessidades básicas

O paradigma das necessidades básicas se fundamenta na ideia de que o desenvolvimento não é possível sem a satisfação das necessidades essenciais. A questão que se levanta neste caso é: como definir as necessidades básicas? A resposta parece dada por Marcuse (1973) que estabelece uma distinção entre verdadeiras e falsas necessidades do homem; o autor considera de falsas necessidades aquelas em que os interesses sociais particulares induzem o indivíduo ao trabalho perpetuo e penoso, à agressividade, à miséria e a Injustiça. Contrariamente a estas, as verdadeiras necessidades seriam aquelas, cuja satisfação garante a plena realização do homem, isto é, necessidades de nutrição, de habitação, de vestuário, etc. Assim, as necessidades básicas acabam sendo aquelas que possibilitam a vida, ou seja, as reais necessidades do homem. Entretanto, aquelas que são consideradas de verdadeiras não são mais reais que as falsas e nem essas últimas se consideram totalmente irreais; as falsas necessidades são tão reais como as verdadeiras necessidades.

No final da Segunda Guerra Mundial, e, paralelamente a evolução das teorias do crescimento e da economia do desenvolvimento, surgiram correntes de pensamento que refutaram a ideia de uma única teoria económica válida para a análise de qualquer tipo de situação real. No entanto, o estudo das economias subdesenvolvidas requeria um instrumental distinto daquele que foi criado para a análise das economias desenvolvidas, ao qual se destacaram os pioneiros do desenvolvimento Myrdal (1960), Lewis (1969), Nurkse (1951), Prebisch (1963), Rostow (1960), entre outros. Durante a primeira fase do desenvolvimento, e sobretudo, no período entre 1945 e 1957, os conceitos de desenvolvimento e crescimento económico eram analisados de modo indiferenciado, e, prestava-se pouca atenção aos efeitos distributivos e sociais do crescimento económico. Assim, o objetivo do desenvolvimento não era mais, senão o aumento da renda ou PIB *per capita*, cujos meios de seu alcance eram: o fomento da acumulação de capital por via da industrialização, a proteção do mercado interno e a intervenção do estado.

Em finais da década de 60 do século XX, iniciou-se uma nova fase da história do pensamento económico, em que o objetivo do desenvolvimento já não se centrava exclusivamente à expansão da renda *per capita*, pois, passou a ser a melhoria da qualidade de vida da população. Esta mudança implicou uma outra percepção do processo do desenvolvimento, cuja maior expressão foi a realização em 1969 da Décima Conferência Mundial da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento que teve lugar em Nova Dheli. Durante a Conferência foram apresentados enfoques com elevado sentido social centrado no emprego, na distribuição dos rendimentos do crescimento económico e na pobreza, que deram lugar ao paradigma das necessidades básicas. A ideia das necessidades básicas tinha sido antes afirmada pela Declaração de Cocoyok em 1974 e obteve maior expressão no Relatório Dag Hammarskjöld (que fazer?) de 1975, consagrado à problemática do desenvolvimento e da cooperação internacional. Esse documento, que foi produzido por iniciativa da Fundação Dg Hammarskjöld e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), considera o desenvolvimento como um processo global que deve ser endógeno e orientado para a satisfação das necessidades essenciais das populações mais pobres.

Posteriormente, a Conferência Mundial sobre Emprego realizada em 1975, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), definiu formalmente as necessidades básicas que todas as sociedades deveriam garantir para assegurar um nível mínimo de vida aos seus cidadãos. Tais necessidades agrupam-se, segundo a OIT, em quatro categorias: 1. Alimentação, habitação e vestuário; 2. Acesso aos serviços públicos (educação, saúde, transportes e água potável); 3. Emprego adequadamente remunerado; 4. Direito de participar nas decisões que afetam a forma de vida das pessoas e viver em ambiente são, humano e satisfatório.

O enfoque das necessidades básicas desenvolvido por destacados autores como Sen (1998), Singer (1989), Max-Neef (2010) e outros, alguns dos quais se constituíram em núcleo intelectual dos relatórios sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), representou um considerável progresso intelectual, pois, em seu entendimento mais amplo, trata de atender as necessidades materiais básicas das pessoas como alimentação, água potável, habitação e vestuário, bem como das necessidades imateriais (saúde, educação, saneamento, autodeterminação, segurança e confiança em si mesmo, identidade nacional e cultural, participação nas decisões públicas) mas, e sobretudo, de prestar mais atenção aos grupos mais vulneráveis das sociedades.

Em África, apesar dos esforços empreendidos nos primeiros anos das independências, com a planificação e a modificação das estruturas socioeconómicas, nas décadas que se seguiram prevaleceu uma economia tributária à produção e exportação de matérias-primas, devido fundamentalmente a existência de infraestruturas industriais obsoletas e mal distribuídas no interior de cada país, a manutenção de um sistema de transportes orientado para a exportação, a prevalência de elevadas taxas de analfabetismo e de uma percentagem considerável da sua população (mais de 75%) engajada na agricultura de subsistência.

O relatório do Banco Mundial (1990) sobre o desenvolvimento indicava que o período entre 1965 e 1985, o número de pobres em África aumentou em 55 milhões. Na maioria de países a pobreza acentuou-se mais nas comunidades rurais; por exemplo, na Tanzânia, o padrão de vida no meio rural declinou em 2,5% entre 1969 e 1983. Na Nigéria, os padrões de vida decaíram mais nos anos 1980 do que na década de 1950. Na década de 1980, 60% da população do Ghana e 50% do Botswana viviam com menos de 370 dólares americanos. Nas décadas que se seguiram, a pobreza em África vem aumentando de forma exponencial.

O relatório da Comissão Económica para a África das Nações Unidas (UNECA, 1990) sobre a economia em África refere, que a seca provocou uma crise alimentar e má nutrição em grande escala, de tal sorte que, o número de pessoas atingidas pela fome e a subalimentação passou de 80 milhões durante a década de 1970 a 150 milhões em finais da década de 1980. Paralelamente, a qualidade de infraestruturas sanitárias (hospitais, laboratórios, dispensários, etc) deteriorou-se consideravelmente na maioria dos países.

O relatório refere ainda, que o crescimento demográfico no continente acelerou-se tão rápido que em nenhuma outra parte do mundo. Em face desta explosão demográfica, a população que era avaliada em 257 milhões em 1960 atingiria 482 milhões em 1983 e 682 milhões em 1993. Estas cifras apontam para uma taxa média anual de 3,2% o que levaria a um crescimento de 1,1 mil milhões de habitantes em 25 anos, ou seja, até 2008. Embora hipotéticas, estas projeções

indicavam que as cidades atingiriam aproximadamente 472 milhões de habitantes; 479 milhões de crianças dos 0 aos 14 anos; 546 milhões de população dos 15 aos 64 anos; 178 milhões de alunos para o primário; 152 milhões de alunos para o secundário; e, 124 milhões de jovens para o ensino superior. Tendo em conta o aumento da população do continente, os centros urbanos atingiriam 377 milhões em 2000 e 1,271 milhões de habitantes em 2025.

No concernente à educação⁷ e de acordo com o mesmo documento, nas primeiras décadas que se seguiram as independências se considerou o sector como prioritário, e, em alguns países beneficiou de dotações orçamentais anuais de 20 a 30%. Já na década de 1980 o mesmo sofreu uma redução considerável nos orçamentos para fazer face à explosão demográfica e aos programas de ajustamento estrutural; em consequência o número de efetivos escolares baixou e a qualidade de ensino deteriorou-se. A taxa anual de escolaridade passou de 8,7% em 1975 para 2,9 em 1987; a taxa de abandono escolar aumentou afetando principalmente as raparigas que tendem a abandonar a escola devido às dificuldades económicas e financeiras que as famílias enfrentam. O abandono escolar tornou-se uma prática contínua mesmo nos dias atuais.

Além da educação e saúde, a agricultura é outro sector importante nas economias africanas. Os relatórios da Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação (FAO) indicam que a agricultura constitui a principal fonte de subsistência das famílias de baixa renda, pois, emprega mais de 67% do total da força de trabalho do continente. No entanto, com a implementação de programas de ajustamento estrutural os agricultores maioritariamente residentes nas comunidades rurais se viram confrontados com a deterioração dos termos de trocas e acesso limitado aos insumos agrícolas como sementes, fertilizantes, etc. Esta situação levou ao aumento da pobreza da população rural que representa aproximadamente 90% do total dos pobres do continente.

Neste contexto, a satisfação das necessidades básicas em África não passou de meras intenções declaradas em documentos oficiais se considerarmos o seu fracasso na maioria dos países. O exemplo elucidativo do fracasso da satisfação das necessidades básicas é o caso do Mali, país que desenhou um plano ambicioso de desenvolvimento para o quinquénio 1974/78, abrangendo quatro setores, designadamente: o setor da economia rural, o setor secundário (energia e minas), o das infraestruturas (comunicações, turismo e urbanismo) e o setor social em que se deu maior destaque à formação, à saúde pública, à informação e ao emprego. O plano havia fixado como objetivos: 1) a satisfação das necessidades fundamentais da população, particularmente nos domínios da água e cereais; 2) a reconstituição do gado; 3) a valorização dos produtos primários; 4) a melhoria do desenclavamento

⁷ A educação será abordada com mais detalhes nos próximos capítulos.

do país. Na realidade, não se concretizou nenhum desses objetivos, motivo pelo qual os mesmos foram transferidos para o plano quinquenal posterior, ou seja, 1981/85. Este, e tal como o plano quinquenal anterior, previa alcançar objetivos fundamentais, tais como a autossuficiência alimentar (água e cereais), a reconstituição do gado, a exploração de recursos minerais e energéticos, o desenclavamento interno e externo, o restabelecimento dos equilíbrios económicos e financeiros, entre outros.

Assim, os problemas ora evocados, associados ao fenómeno da explosão demográfica no continente, cujos efeitos se refletem no aumento da população escolar e na população ativa, a crescente urbanização que tem por efeito o aumento da procura dos serviços sociais influem sobre a alimentação, o vestuário, a habitação, a educação, a saúde, ao emprego, a desordem urbana e a consequente instabilidade social. Considerando todos os fatores acima descritos se conclui que os governos africanos não foram bem-sucedidos na satisfação das necessidades básicas das populações.

3.2.4. O Plano de Ação de Lagos como estratégia de desenvolvimento

Desde a aurora das independências que a África vem ensaiando políticas e estratégias com vista ao seu desenvolvimento. Em Fevereiro de 1979, a Organização de Unidade Africana (OUA) em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas Para a África (UNECA) organizou um colóquio em Monróvia (Libéria), para debater as perspetivas de desenvolvimento e de crescimento económico até ao ano 2000. Em Julho do mesmo ano a Assembleia de Chefes de Estado e de Governos adotou a Declaração de Monróvia na qual manifestaram o seu engajamento em realizar as diretrizes constantes deste documento bem como as medidas para a autossuficiência coletiva em matéria de desenvolvimento económico e social e com vista ao estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Intra-africana. Por esse documento, os chefes de Estado e de Governos engajavam-se em nome dos seus povos a promover o desenvolvimento económico e social, a integração das suas economias com vista a reduzir a dependência externa e favorecer o desenvolvimento endógeno e autossustentado aos níveis nacional, sub-regional e continental.

A Declaração de Monróvia se constituiu em antecâmara para a adoção em 1980 do Plano de Ação de Lagos (PAL), que era concebido como um plano africano, destinado não somente a conter as crises que atravessavam as economias africanas, mas também a fazer face aos problemas constantes de subdesenvolvimento no continente. A virtude do PAL gravitava em torno de dois aspetos importantes: primeiro, o PAL se constituiu em uma necessidade objetiva e imperiosa de tomada

de consciência perante uma situação global que requeria um certo protagonismo, que catapultasse o continente para um verdadeiro progresso; segundo, o PAL representava a expressão da vontade política africana para a realização de objetivos e interesses comuns; um guia para a integração económica do continente, cuja consecução estava idealizada em etapas a realizar em um horizonte de vinte anos, ou seja, até ao ano 2000.

O Plano de Ação de Lagos tinha por objetivos: promover um desenvolvimento coletivo, acelerado, endógeno e independente autossuficiente dos Estados Membros; promover a cooperação entre os países africanos e a integração em todos os domínios (económico, social e cultural). Mais especificamente, o Plano de Ação de Lagos propunha-se a atingir uma serie de objetivos como:

- 1) Agricultura e alimentação, cujo plano de desenvolvimento havia sido aprovado em Arusha (Tanzânia) e adotado na Declaração de Monróvia de 1979;
- 2) A industrialização do continente pela prossecução dos objetivos a curto, médio e longo prazos, visando atingir uma meta de 2% da produção industrial mundial no ano 2000, em conformidade com os objetivos da Conferência de Lima;
- 3) O exercício da soberania total dos países africanos sobre os seus recursos naturais, apoiando-se na formação de quadros capazes de dominar as tecnologias apropriadas;
- 4) O desenvolvimento e a utilização racional dos recursos humanos necessários ao Plano de Ação;
- 5) A utilização da ciência e da tecnologia ao serviço do desenvolvimento do continente nos níveis nacional, sub-regional e regional ou continental;
- 6) A adoção e a execução de uma estratégia geral em matéria de transportes e telecomunicações;
- 7) A promoção e intensificação das trocas comerciais e financeiras no plano nacional e inter-africano.

Não obstante, as boas intenções ora delineadas, a década de 1990 irá mostrar os resultados magros na realização dos objetivos do Plano de Ação de Lagos. As razões desses magros resultados são múltiplas: o baixo crescimento económico, a reabsorção do duplo défice estrutural da balança comercial e das finanças públicas, da dívida interna e externa, dos níveis de pobreza, da saúde, da educação, enfim, da melhoria do bem-estar social. Em todas estas áreas os resultados foram insignificantes e medíocres. À semelhança dos planos precedentes, o Plano de Ação de Lagos suscitou críticas internas e externas concernentes à estratégia global de

desenvolvimento que preconizava. As críticas ao PAL revelam que a África não conseguiu atingir os objetivos delineados para o seu desenvolvimento socioeconómico. Em 1988, a taxa de crescimento do PIB por habitante apenas atingiu uma cifra de 0,88%, a agricultura registou um crescimento de 2,3%, a indústria 4,9%, as indústrias extrativas 4,7%, enquanto as taxas de crescimento das exportações e das importações não somavam mais de 3,8% e 0,3% respetivamente. Diante deste quadro, a questão que se coloca é: por que motivo os indicadores económicos e a situação social não evoluíram à medida das expectativas do PAL?

Na Conferência sobre o desenvolvimento em África realizada conjuntamente em 2002 em Accra (Ghana), o Conselho Para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) e a Third World Network (TWN) consideraram que o Plano de Ação de Lagos (PAL) surge num contexto em que o Banco Mundial (BM) publicou o seu famoso Relatório de BERG que preparou o terreno para a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) de índole essencialmente neoliberal aos países em desenvolvimento. Durante os dois decénios que se seguiram, os países africanos enfrentaram condicionalismos que obrigaram a adotar medidas que acabaram por complicar ainda mais os problemas económicos da África. Em face disso, a década de 1980 foi marcada por enormes dificuldades sociais e económicas; entre 1980 e 1989, houve em África um declínio geral da atividade económica, dos níveis de vida e do bem-estar social. A grave crise que a África atravessou no decurso dos anos 1980 manifestou-se sob três formas: 1) a deterioração geral dos principais indicadores macroeconómicos; 2) A desintegração das estruturas de produção e das infraestruturas; 3) A rápida degradação do bem-estar social, nomeadamente, a educação, a saúde pública, a habitação, bem como a deterioração ecológica acelerada.

Na análise dos fatores que conduziram ao fracasso do Plano de Ação de Lagos há a considerar, em primeira instância o fato de os dirigentes africanos terem falhado no seu entendimento sobre a homogeneidade ilusória do continente em termos de interesses e visões acerca do desenvolvimento, e ao crerem que todos eles tinham a mesma vontade e determinação de realizar a integração dos seus estados. O Plano de Ação de Lagos resultou num fracasso pelo facto de os dirigentes africanos ignorarem a pertinência do factor político no projeto de integração regional. Cinco anos mais tarde, ao procederem a uma autoavaliação em 1985, os chefes de estado e de governos reconheceram em sua declaração sobre a situação económica em África, que a despeito da aceitação da Filosofia, dos princípios e dos objetivos do Plano de Ação de Lagos, continuava a levantar-se o problema da articulação das políticas continentais com as políticas e programas nacionais de cada Estado. Além disso, os objetivos e as ações a realizar no âmbito do Plano de Ação de Lagos não eram do pleno conhecimento das elites e da maioria da população em cada país. O Plano de Ação não considerava o papel dos agentes

sociais na sua execução e as medidas concretas a tomar com vista a mobilização das populações, sua implicação e participação nos projetos afins.

Por outra, o fracasso do PAL e de outros programas que o antecederam pode ser imputado a vários fatores:

- A incapacidade dos países africanos em traduzir os princípios adotados ao nível continental em políticas, programas e projetos nacionais;
- Ausência de determinação política em prosseguir com as estratégias e políticas adotadas. Na sua maioria, os governos africanos tendem sempre a desviarem-se dos compromissos assumidos ao nível continental, privilegiando a execução de planos e programas que visam perpetuar ou reforçar as estruturas socioeconómicas que a África herdou da era colonial, em clara atitude de reprodução das mentalidades daquela época;
- A ambiguidade de concepção e de perspectivas entre africanos, de um lado, e as instituições multilaterais de outro, relativamente à orientação a seguir em África;
- Ausência de vontade política da parte dos parceiros externos em apoiar o continente nos seus esforços de projetar um desenvolvimento autossustentado;
- A ilusão havida de que cada país podia avançar sozinho, agindo a título individual, situação que suscitou enormes dificuldades nos processos de desenvolvimento. Os programas de ajustamento estrutural reforçaram essa ilusão de um desenvolvimento nacional independente que prejudicou sobremaneira o ideal de cooperação regional e autossuficiência coletiva;
- A deterioração da situação económica e financeira internacional e a marginalização do continente africano, cuja economia está unicamente orientada à exportação de matérias-primas;
- O fato de os países africanos se preocuparem com as crises nomeadamente com a gestão dos desequilíbrios financeiros internos e a dívida externa. Em muitos países os serviços de planificação e estatísticas estão desvirtuados da sua função de formulação e concepção de planos de desenvolvimento, para abraçarem as rotinas impostas pelos programas de ajustamento estrutural;
- O crescente envolvimento de expertos e técnicos estrangeiros que direta ou indiretamente participam da tomada de importantes decisões

económicas no âmbito dos programas de ajustamento estrutural em detrimento de quadros nacionais;

- A vulnerabilidade dos sistemas de produção agrícola face às alterações climáticas que em alguns países aceleram a seca e o fenómeno da desertificação.

Portanto, além dos fatores que concorreram ao fracasso do Plano de Ação de Lagos se associa ainda outro aspeto importante concernente ao fato de que, desde a concepção até a sua formulação em detalhes, não passou por um processo de consulta abrangente, que permitisse a coleta de propostas dos diferentes segmentos da população como forma de abertura para a sua implicação e posterior participação em cada fase da sua implementação. A participação cidadã nas decisões políticas que afetam as suas vidas e delineiam o seu futuro continua a ser um elemento ausente nos modos de fazer política em África, devido sobretudo à falta de cultura democrática e à influência do dirigismo herdado da época colonial pelas elites que dirigem atualmente os estados africanos.

3.2.5. Os programas de ajustamento estrutural em África

Depois da Segunda Guerra Mundial, os países em desenvolvimento estabeleceram acordos com os seus credores dos países industrializados visando a estabilização económica e financeira; ora, tais acordos não implicavam uma profunda reestruturação das economias nacionais.

No plano internacional, a crise de 1970 seguida do choque petrolífero de 1973 evidenciava as fraquezas da ordem económica mundial; a decisão dos Estados Unidos da América de suspender a convertibilidade do dólar conduzia à reforma do sistema das relações monetárias e financeiras internacionais. A crise mundial afetava especialmente a África devido a fatores que entravavam o seu desenvolvimento, designadamente a recessão económica, a depressão dos mercados de matérias-primas e a diminuição em valor real da ajuda ao desenvolvimento. A situação configurava acentuados défices públicos e altas taxas de inflação que exigiam a implementação de medidas de estabilização. Em face desta realidade, os países africanos se viram confrontados com dificuldades de equilibrar as suas balanças de pagamento, de assegurar o serviço da dívida, de financiar as suas importações e de equilibrar as suas finanças públicas. Este conjunto de fatores levou os países africanos a abandonarem as propostas endógenas de desenvolvimento, para abraçarem os programas de ajustamento estrutural.

Os programas de ajustamento estrutural (PAE) foram introduzidos em África no início da década de 1980 pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário

Internacional (FMI). Segundo a lógica dessas instituições, a finalidade da política de ajustamento estrutural é de repôr uma posição viável à balança de pagamentos dos países interessados, visando a estabilidade dos preços e do crescimento económico. Os programas de ajustamento estrutural (PAE) eram constituídos basicamente por medidas de estabilização e assentavam em três componentes essenciais: o equilíbrio da balança de pagamentos, o crescimento económico e as políticas estruturais.

O Fundo Monetário Internacional recomendava o fim do controle dos preços e as medidas de restrição (redução das despesas públicas, desvalorização, subida das taxas de juro e abolição dos subsídios). Desta feita, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional puxaram para si responsabilidades e competências para o monitoramento e gestão da crise e do processo de desenvolvimento, exercendo uma considerável influência sobre a política social e económica dos países endividados que se viram obrigados abandonar as despesas públicas a favor dos sectores sociais.

Alguns anos depois da implementação dos programas de ajustamento estrutural constatou-se, que relativamente à Balança de Pagamentos em nada melhorou se comparada com a década de 1970, pois o seu défice aumentou progressivamente nas décadas posteriores. Nesta ordem, se se considerar que um dos objetivos dos programas de ajustamento estrutural (PAE) consistiu em inserir a economia africana no sistema económico mundial, facilmente se pode aferir que houve uma certa deterioração dos termos de trocas nas década de 1980 a 2000.

No concernente ao relançamento das exportações tratou-se de reativar o sistema colonial de especialização em matérias-primas (agrícolas e minerais), sobretudo estas últimas, cuja produção depende na sua quase totalidade das multinacionais ocidentais. Note-se, que os programas de ajustamento estrutural estimularam políticas de abandono das reformas agrárias e dos grandes projetos agrícolas que estavam a ser implementados em alguns países africanos, devido às debilidades financeiras, técnicas e tecnológicas que marcaram os processos de produção, que contribuíram para a fraca qualidade dos produtos para competir no mercado internacional. Apesar de ter havido uma relativa produção massiva dos produtos agrícolas, a evolução negativa dos termos de trocas acabou por anular o crescimento das exportações, o que contribuiu na estagnação e na marginalização do setor agrícola, tendo por consequência a permanência da dependência externa em matéria de bens alimentares.

3.2.5.1. Implicações dos programas de ajustamento estrutural na esfera social

Em África, quase metade da população vive uma situação de pobreza, sendo que a maioria de pobres se encontra nas zonas rurais. O acentuar da pobreza se traduz no acesso limitado a água, a educação, a saúde e a outros serviços sociais de base. Além disso, a gestão dos recursos financeiros públicos é feita sem equidade e transparência; no período de 1980-2000, os indicadores publicados pelos governos apontavam para uma média de crescimento macroeconómico de aproximadamente 5% mas, tal crescimento não se refletia nas condições de vida da população. Os estudos realizados nesse período convergem para um agravamento da pobreza, que na maioria dos casos é contrastada com um rápido enriquecimento de grupos minoritários que sustentam o poder nos seus países.

Quase todos os relatórios assinalam que os programas de ajustamento estrutural conduziram a liberalização dos mercados nacionais, a redução da participação dos estados nas atividades económicas e a ascensão da economia informal. A degradação dos indicadores sociais acelerou-se, sobretudo nos assentamentos urbanos, e, por conseguinte, os sistemas educativos não assumiram na totalidade as crianças que necessitam de uma educação de base. A alocação de recursos financeiros na educação, na saúde e noutros serviços sociais não se fez a favor das regiões ou dos grupos mais desfavorecidos, o que contribuiu para a multiplicação da população analfabeta. Ao procederem a análise da situação dos países africanos na sequência da aplicação dos programas de ajustamento estrutural Mazrui e Wondji (2010) assinalam que os mesmos produziram efeitos dramáticos nas economias, particularmente nos sectores da educação e da saúde.

Estes programas de austeridade traduzem-se, nestes países já pobres, por uma desestruturação económica e social, pelo crescimento do desemprego e por uma degradação nas condições de vida destas populações, cujas mais gravemente afetadas são aquelas das cidades, onde se amplificam os mecanismos de exclusão e marginalização social.(...) em cada grupo de dez países submetidos a programas de ajuste estrutural, seis registraram uma baixa do nível nutricional e um crescimento das doenças transmissíveis e cinco conheceram uma regressão no âmbito educacional. (p. 1136)

Segundo os mesmos autores, as políticas de ajuste estrutural limitam o recrutamento dos funcionários e por conseguinte dos professores, em um continente caracterizado por uma explosão escolar, acelerada pelo crescimento demográfico. Em alguns países como a Côte d'Ivoire, o Kenya, o Senegal, o Níger, o Gabão e o Burkina Faso, a educação foi demasiadamente sacrificada em razão da urgência da sobrevivência e os estudantes viram-se obrigados a protagonizarem movimentos de

contestação, devido ao encerramento das universidades. O encerramento das universidades evidencia a crise de um continente devastado pelo serviço da dívida, onde a falência dos sistemas educacionais reserva o mercado do saber a grupos minoritários privilegiados, aprofundando, desta feita, as desigualdades sociais. Estes e outros fatores evocados têm por efeito, a desestruturação do tecido social, que regista um certo enfraquecimento da solidariedade tradicional, que sempre funcionou e ainda funciona atualmente como mecanismo de proteção social, de equidade e de harmonização social intra-familiar.

3.2.5.2. Fatores internos e externos que conduziram ao fracasso dos programas de ajustamento estrutural

a) Fatores internos

No contexto em que se deu início a implementação dos programas de ajustamento estrutural já vibravam os ventos da mundialização em que todos os países se encontram numa situação de relativa interdependência em quase todos os aspetos da vida, o que pressupõe dizer que o desenvolvimento do continente africano não seria realizável sem uma ajuda substancial dos países industrializados e desenvolvidos que dispõem de capital, *know how* e tecnologia. Além disso, não pode haver desenvolvimento sem a cooperação internacional, o que pressupõe uma tomada de consciência e de responsabilidade por parte das elites que lideram os estados africanos, diante dos desafios que se impõem ao nível nacional, regional, continental e internacional.

Entretanto, a eficácia dos programas de ajustamento estrutural e do desenvolvimento de África não poderia ser efetivada sem que determinados processos tivessem lugar no continente; trata-se de processos de integração regional sem os quais a África, cuja economia se caracteriza pela prevalência de mercados internos incipientes, não poderia criar e consolidar bases de seu desenvolvimento autónomo.

Nas últimas décadas do século XX, assistiu-se ao nível do continente várias iniciativas que culminaram com a criação de comunidades económicas: a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO, que integra os chamados países francófonos, anglófonos e países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), nomeadamente Cabo-Verde e Guiné Bissau; A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Mas a integração regional decorre lentamente o que dificulta a concretização de determinadas etapas como sejam, harmonização de políticas em matéria de

(educação e cooperação interuniversitária, saúde pública e serviços sociais, a harmonização do Direito Comercial, a abertura das fronteiras e a superação das barreiras alfandegárias, a adequação das infraestruturas, a harmonização e disseminação da informação comercial, a superação das diferenças em matéria de direitos aduaneiros, controlo da qualidade dos produtos, enquadramento da economia informal), entre outras prioridades.

Paralelamente a questões inerentes aos processos de integração regional, os programas de ajustamento estrutural e o desenvolvimento em África deparam-se com uma ausência de estratégias de formação de recursos humanos necessários às diferentes áreas e capazes de assumir a execução exitosa de ações e projetos de curto, médio e longo prazo. A esta lacuna se associa a ausência ou negligência na maioria de países, de políticas sobre a investigação científica e tecnológica, que constitui o suporte incontornável de qualquer processo de desenvolvimento; um meio de aceder aos conhecimentos da tecnologia moderna.

Além dos aspetos ora mencionados, os governos africanos adotaram estruturas e formas de fazer política herdadas do colonialismo, cujo traço característico é a personalização do poder por parte da elite que no passado colonial exerceu funções burocráticas, e que, à semelhança do regime anterior procura tirar partido da diversidade étnica de seus países. A isto se associa o carácter neo-patrimonialista dos estados africanos, em que a governação formal parece coexistir com uma outra forma de governação informal, constituindo-se por via disso, uma ordem política e social onde os governantes asseguram a lealdade de seus clientes dando-lhes benefícios diversos (materiais, etc.) retirados de forma ilícita dos recursos públicos. As nomeações, os contratos públicos, os créditos, as licenças, etc., não se outorgam por procedimentos regulamentares, mas sim, como favores prestados pela elite à clientela. É um Estado híbrido onde o poder real e o exercício de importantes funções do Estado como por exemplo, a distribuição dos recursos, está fora das instituições formais do Estado e funciona através de redes clientelares, constituídas na maioria dos casos na base do parentesco, configurando um sofisticado esquema de corrupção.

b) Fatores externos

No concernente aos fatores externos há a considerar entre outros, a prevalência de uma inserção internacional das economias africanas dependente da especialização na produção de matérias-primas; as medidas restritivas impostas pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e a ineficácia das suas recomendações aos países destinatários dos programas de ajustamento estrutural (por exemplo: a liberalização brusca das economias, do comércio e dos preços, etc.); a evolução negativa dos termos de trocas, cujos efeitos foram devastadores para as economias africanas; a ausência de termos de compromisso sobre as áreas

específicas para as quais seriam aplicados os financiamentos externos, o que dificultou de certa maneira a sua fiscalidade por parte dos investidores; a marginalização da África com a deslocação das atenções dos investidores aos países da Europa do Leste.

As análises que se fazem sobre os programas de ajustamento estrutural e os investimentos aplicados permitem perceber, que muitos projetos implementados com o financiamento externo não se faziam acompanhados de estudos de viabilidade económica e dos possíveis impactos sociais que os mesmos iriam causar a vida das populações. Este argumento é corroborado por Torres (2011) para quem os programas de ajustamento estrutural exerceram uma influência negativa na abordagem dos processos de desenvolvimento em África. O autor considera como aspectos negativos a imposição das privatizações de empresas públicas, as desvalorizações brutais de moedas, o desemprego, os cortes nas despesas públicas, a supressão da proteção social, o abandono das estratégias de substituição das importações e a eliminação das barreiras alfandegárias. Além disso, considera que,

Este panorama desarticulou as sociedades e provocou o desânimo das populações, tanto mais que estas foram confrontadas quotidianamente com uma distribuição de rendimento profundamente desigual, e um empobrecimento generalizado a contrastar com o enriquecimento absurdo e até megalómano de uma pequeníssima minoria. (p. 11)

Portanto, não obstante a sobreposição da ideia segundo a qual, os programas de ajustamento estrutural conduziram a desestruturação económica e social, ao crescimento do desemprego e a uma deterioração das condições de vida das populações residentes, tanto nas cidades como nas comunidades rurais, devido, sobretudo, a ampliação cada vez mais de mecanismos da exclusão e da marginalização social, não se pode descurar da necessidade e da pertinência de transformações estruturais profundas em África para catapultar o seu desenvolvimento. A África não deve continuar a apegar-se aos particularismos que coartam o seu desenvolvimento; as especificidades existem em todas as regiões do mundo e não podem justificar o isolamento que alguns estudiosos africanos defendem para impedir a consolidação da cultura democrática no continente.

3.3. A situação socioeconómica e pobreza em África

Desde os primórdios das independências, a África percorreu três etapas marcantes: a primeira, desde 1960 a 1970, caracterizada por uma relativa estabilidade económica; a segunda que se estendeu de 1970 a 1990, caracterizada por flutuações em termos de crescimento económico; e a terceira, que se estende de 1990 aos dias de hoje, caracterizada pela retomada do crescimento económico. Um

estudo realizado Por Zamfir (2016) revela que, “l’histoire économique de l’Afrique depuis l’indépendance se caractérise par des fluctuations considérables. Le continent a connu deux périodes de croissance: une entre 1961 et 1975, puis une seconde de 1995 à aujourd’hui, avec une période de stagnation entre les deux” (p. 5). Na mesma senda, Hugon (2002) considera que,

L’Afrique subsaharienne est en outre caractérisée par trois types de situations : des structures inadéquates (manque d’infrastructures, étroitesse des marchés, secteurs industriels ébauchés, faiblesse de l’environnement institutionnel), des politiques inadéquates (économie administrée, poids de la corruption, mauvaise gestion des secteurs publics et privés) et, enfin, des vulnérabilités internationales (endettement, prix des matières premières). Elle reste en effet marquée par une économie de rente, où l’enrichissement résulte davantage de prélèvements que de créations de richesses, qui se marginalise à l’échelle internationale. (p. 109)

O pensamento dominante na altura procurava explicar a situação vigente como tendo origem a partir de três fatores: o contexto geográfico do continente, a herança da escravidão e o colonialismo que marcaram sobremaneira a história recente de África. Tal pensamento levava a uma postura pessimista, que insinuava que os africanos estavam definitivamente condicionados a enveredarem pelos caminhos do subdesenvolvimento. Entretanto, esses fatores não justificam em absoluto o abrandamento em termos de desenvolvimento socioeconómico do continente, pois, no fim do período colonial, os recursos e a estabilidade relativa do continente permitiam comparações favoráveis em termos de perspectivas de desenvolvimento com o sudoeste asiático, que na época se encontrava mergulhado em conflitos e aparentemente condenado ao fracasso económico.

Performances comparadas da África Subsariana e de outras regiões em desenvolvimento.

Quadro1. Adaptação do quadro de Razafindrakoto

Variável	África subsahariana			Ásia do Sul			Ásia Oriental			América Latina		
	1970	1997	%	1970	1997	%	1970	1997	%	1970	1997	%
PIB/Habit.	525	326	-36	239	449	+88	157	715	+355	1216	1890	55
Invest/Hab.	80	73	-9	48	105	+118	37	252	+581	367	504	+37
Expot/Hab	105	105	0	14	51	264	23	199	+765	209	601	+188
	1987	1998	%	1987	1998	%	1987	1998	%	1987	1998	%
% (Pobres)	46.6	46.3	+34	44.9	40	+10	26.6	15.3	-33	15.3	15.6	+23

Fonte: Banco Mundial, 2000a e 2000b.

Ora, seja quais forem os argumentos em torno da problemática do subdesenvolvimento do continente, o certo é que durante os quarenta anos de independência que antecederam o terceiro milênio, o crescimento económico na maioria de países da África Subsaariana foi caracterizado de quase estagnação, embora a situação se tenha alterado para uma relativa melhoria durante a década de 1990. A maioria de países registou um decréscimo do seu PIB, pelo menos de 1960 a 1990, ou seja, “O crescimento do PIB real do continente foi em média de 4,5 por cento apenas ao ano, no período de 1960-1980, com a renda *per capita* real crescendo a uma média de apenas 1,7 por cento no mesmo período” (BAD, 2011, p. 13).

Os dados do BAD têm alguma aproximação com outros constantes do estudo realizado por Hugon (2002) que apontam para um crescimento do PIB real, cujas oscilações variaram de 3% em 1970, passando para 2,1% em 1980 e 2,5% em 1990. A deterioração da situação socioeconómica começou a tomar rumos preocupantes entre finais da década de 1970 e início da década de 1980; mesmo nos anos posteriores, e numa altura em que as outras regiões em desenvolvimento, nomeadamente a Ásia do Sul e Oriental e a América Latina davam sinais de retorno ao crescimento, em África, a estagnação e o declínio económico continuaram durante a década de 1990.

O quadro 2 ilustra as flutuações em termos de crescimento médio anual do PIB no período em referência.

Quadro 2. Crescimento médio anual (%) do PIB em África, 1965-1999

Região	1965-1969	1970-1979	1980-89	1990-99	1990-1994	1995-1999
África	4.5	4.2	2.5	2.3	0.9	3.5
África do Norte	5.3	6.7	4.2	3.1	2.1	4.2
África Subsaariana	2.4	4.0	2.1	2.4	0.8	3.9
(incluindo África do Sul)	4.2	3.3	1.7	2.0	0.4	3.2
Nigéria	3.5	3.9	2.5	2.3	0.3	4.2

Fonte: Banco Mundial, 2001.

Entretanto, depois de alguns anos de estagnação e pessimismo, a situação económica do continente viria registar uma ligeira recuperação, com a taxa média de crescimento da renda a aumentar durante cerca de cinco anos consecutivos, entre 1995 e 1999 (quadro 3), tendo-se traduzido numa ligeira progressão da renda *per capita* em todo o continente. Ora, esta ligeira melhoria de desempenho económico reflete o engajamento político dos estados africanos, mas não deve ser entendido linearmente, pese embora, na década de 1990 muitos desses estados tenham desencadeado importantes reformas estruturais, nomeadamente a supressão do monopólio ineficiente do setor público sobre as empresas sua consequente privatização, a eliminação de barreiras não-tarifárias⁸, a redução das tarifas de impostos aduaneiros, a liberalização do controle sobre os preços, etc.

Quadro 3. Taxa anual de crescimento em (%) do PIB (adapt. Do quadro do CNUCED, 2001)⁹

Região	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
África do Norte	3.4	2.0	2.0	0.5	3.9	1.5	6.5	2.6	5.6	3.9
África Subsariana	2.5	1.8	-0.3	0.0	0.9	4.3	5.3	3.8	3.2	2.7
Incluindo a África Do Sul	1.1	0.4	-1.2	0.6	2.1	3.7	4.7	3.2	2.0	2.0
Nigéria	1.4	1.2	-1.0	-0.5	1.1	4.7	5.5	4.1	3.7	3.1

Fonte: CNUCED, 2001.

Em 1997, a recuperação económica de África continuou pelo terceiro ano consecutivo; mas, apesar desses sinais encorajadores, o Produto Interno Bruto (PIB) cifrou-se apenas em 3,7%, em termos reais, contra os 5% em 1996 e uma média anual de 1,9% no período 1990-1995¹⁰ (BAD, 1998), tal como se pode perceber no quadro 4. Isto pressupõe, que as flutuações e a tendência para a melhoria resgistadas durante a década de 1990 ainda se situavam longe de se constituírem em uma base sólida, necessária para corresponder com as expetativas do continente em termos de crescimento económico. Por conseguinte, o rendimento *per capita* continuou abaixo dos 7%, recomendados, o desemprego e a pobreza atinge cada vez mais um número considerável de pessoas em todo o continente. Um outro aspeto imprescindível a considerar na análise da situação socioeconómica de África é a questão dos investimentos, mais especificamente investimento no capital humano;

⁸ Angola mantém, todavia, as barreiras não tarifárias com a existência de controis policiais estabelecidos ao longo das principais estradas nacionais, inter-provinciais e inter-municipais que interpelam os utentes das mesmas exigindo-lhes aquilo que chamam de gasosa.

⁹ Tradução própria.

¹⁰ Tradução própria.

os investimentos em África enfrentam uma situação de penúria em termos de capital; uma taxa elevada de poupança contribuiria para a redução da dependência externa e constituiria um novo estímulo para alavancar a economia dos países.

Não obstante, o início do século XXI estaria marcado pela Declaração da Cimeira de Nova Iorque/2000 das Nações Unidas e a adoção da Agenda de Desenvolvimento do Milénio consubstanciada em oito objectivos: Erradicar a Pobreza e a Fome, Alcançar a educação Primária Universal, Promover a Igualdade de Género e Capacitar as Mulheres, Reduzir a Mortalidade Infantil, Melhorar a Saúde Materna, Combater o VIH/SIDA, a Malária e outras Doenças, Assegurar a Sustentabilidade Ambiental, Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento.

Quadro 4. Indicadores macroeconómicos(Adapt. Do quadro do BAD e FMI)

Indicadores	1990	1994	1995	1996	1997
Crescimento do PIB real (%)	2.4	2.6	2.8	5.0	3.7
Crescimento do PIB real por habit. (%)	-0.4	-0.3	0.0	2.2	0.9
Inflação (%)	16.7	40.4	32.5	24.4	17.6
Ratio de investimento (em % do PIB)	21.2	19.9	20.3	19.6	20.3
Saldo orçamental (em % do PIB)	-4.7	-5.4	-4.0	-3.2	-1.9
Crescimento da massa monetária (%)	18.9	35.1	22.9	20.3	13.3
Crescimento exportações volume (%)	3.6	2.8	10.2	8.9	6.7
Crescimento importações volume (%)	4.2	3.5	5.5	5.1	7.4
Termos de trocas (%)	5.1	-1.7	-1.8	2.8	-0.2
Balanço comercial (milh. USD)	6.9	-5.5	-4.0	2.5	1.7
Conta corrente (milh. USD)	-4.3	-12.0	-12.5	-7.0	-7.2
Conta corrente (% PIB)	-1.0	-2.8	-2.4	-1.3	-1.2
Serviço da dívida (% exportações)	26.3	22.3	18.7	19.4	21.7

Fonte: Divisão estatística BAD e FMI, 1998.

Em África, além deste acontecimento de alcance universal, o século XXI estaria marcado pela transformação em Lomé-Togo em 2000, da Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA) e o lançamento em 2001 em Abuja-Nigéria da Agenda da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), que é, na essência, uma plataforma política continental que espelha as

orientações para o desenvolvimento do continente africano. Trata-se de uma agenda que traduz a vontade política, o compromisso e o optimismo dos líderes africanos em alterar o quadro de subdesenvolvimento que caracteriza este continente.

Estamos convictos de que uma ocasião histórica se apresenta para pôr fim à praga do subdesenvolvimento que aflinge a África. Os recursos, incluindo o capital, a tecnologia e as competências humanas, necessárias para lançar uma guerra mundial contra a pobreza e o subdesenvolvimento são abundantes e estão ao nosso alcance. Para mobilizar esses recursos e utilizá-los correctamente é necessário uma liderança corajosa, imaginativa e verdadeiramente resoluta a empreender esforços sustentados, a fim de melhorar as condições de vida e erradicar a pobreza, tendo em conta uma nova parceria mundial assente na responsabilidade conjunta e interesse mútuo. (NEPAD, 2001 p. 2)¹¹

A vontade política e o optimismo dos líderes africanos em reorientar o desenvolvimento do continente parece respaldar-se no ideal de um maior protagonismo do Estado em direccionar e monitorar o desenvolvimento social, cultural e económico, através de processos de integração sub-regional, regional ou continental, da harmonização de políticas, da implementação de programas de combate à pobreza, promoção da qualidade de gestão económica e financeira, bem como da boa governação. Com esta perspectiva, os países africanos se propõem a implementar políticas que visam a provisão de serviços públicos básicos (educação, saúde, comércio, transportes, energia, água, saneamento, TIC e proteção do meio ambiente), ao mesmo tempo que, se comprometem realizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (OMD). Paralelamente, os países têm pela frente a responsabilidade de implementar dois programas continentais da NEPAD, nomeadamente o Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PDDAA) e o Programa de Desenvolvimento de infraestruturas em África (PIDA).

Com estes engajamentos e propostas, parece estarem lançadas as bases, as expectativas e a esperança de um virar da página, rumo ao desenvolvimento de um continente caracterizado por um acelerado crescimento demográfico, com uma população estimada em 1,2 mil milhões de habitantes em 2015 e uma média de 4.7 crianças por mulher durante o período 2010-2015 (UNICEF, 2014), ou ainda uma média de 6 crianças por mulher em 2017. A taxa de fecundidade em África prevalece acima da média mundial. Em 2016, a taxa média africana era de 4,5 crianças por cada mulher contra 2,5 da média mundial; este crescimento demográfico tende a elevar-se nas próximas décadas.

¹¹ Tradução própria.

No entanto, no domínio económico, a África começa a dar passos significativos, que revelam uma certa capacidade de virar a página e, desde o ano de 2000, apresenta sinais de recuperação, para contrapor a imagem negativa que lhe era tributária em décadas anteriores em que era considerada como um continente perdido, em razão do quadro de estagnação que caracterizou as economias dos países. Na realidade, em 2000 a África deu uma revira-volta e evoluiu para um crescimento impressionante, tendo alguns países do continente figurado entre aqueles que mais cresceram nos últimos 15 anos. O crescimento económico em África tem registado melhorias espetaculares com o aumento de 3,6% em média do Produto Interno Bruto (PIB) real (BAD, 2015). Mas o crescimento de África nos últimos anos não tem sido consistente nem sustentável em muitos países. Neste particular, a UNECA (2017) esclarece que o crescimento económico em África registou uma baixa considerável, passando de 3,7% em 2015, para 1,7% em 2016, devido à baixa dos preços do petróleo no mercado mundial e as alterações climáticas desfavoráveis. Segundo a Organização, a baixa reflete a fragilidade das grandes economias africanas, nomeadamente, África do Sul, Angola, Argélia, Egito, Marrocos e Nigéria.

Como se pode constatar no quadro 5, apesar de os países terem alcançado um espectacular crescimento até 2012, o mesmo não se reverteu na melhoria do PIB por habitante e na redução da pobreza como seria de esperar, uma vez que, as pessoas pobres vivendo com menos de USD 1,9 por dia em África passou de 56% em 1990 para 43% em 2012 Zamfir (2016). Na realidade, apesar de certas melhorias relativas ao bem-estar, nomeadamente, às taxas de alfabetização, a esperança de vida, a malnutrição infantil, etc, o número de pobres era bem superior em 2012 do que na década de 1990, embora se tenha que considerar o elevado crescimento demográfico que o continente regista atualmente.

Ora, por não sermos especialistas em economia, e não sendo propósito deste estudo a análise económica, admitimos, desde logo, as nossas limitações em analisar as questões relacionadas com a problemática do crescimento económico. Em todo o caso, procuramos tão-somente enfatizar que o crescimento económico dos países se reveste de suma importância na análise da situação económica e social em razão da relação que o mesmo tem com a problemática da pobreza. Partimos de um entendimento básico de que, o crescimento económico acaba sempre por traduzir-se no aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Logo, a variável Produto Interno Bruto (PIB) constitui o poder económico disponível num dado país. A relação entre o PIB e a pobreza depende do modo como é aplicado na diversificação e dinamização de setores económicos com maior capacidade de geração de empregos (educação, saúde, agricultura, infraestruturas, indústria e serviços) mas, sobretudo, do modo como o mesmo é distribuído pela população inteira do país. Se, por exemplo, o PIB real por habitante se distancia de modo abismal do PIB nacional, este facto, por si só, permite ajuizar, que a política distributiva desse país

não visa promover o equilíbrio entre os cidadãos, muito menos realizar o ideal da justiça social.

Com efeito, constata-se diferenças significativas entre as taxas de crescimento e a amplitude dos níveis de pobreza; na maioria dos países, as taxas de crescimento económico não se revertem para os índices de redução da pobreza, embora se tenha de reconhecer as dificuldades que ainda existem quanto à fiabilidade dos dados que são geralmente apresentados. Ainda assim, há que reconhecer, que na generalidade, o continente realizou muitos progressos, visto que, pela primeira vez, se assiste a uma redução de doenças infecciosas, do número de pobres (embora lentamente) e das taxas de mortalidade infantil; além disso, aumentaram as taxas de escolarização primária e secundária. Todos estes desenvolvimentos indicam que uma boa combinação entre o crescimento económico e as políticas públicas pode conduzir a resultados positivos.

Quadro 5. Taxa de crescimento anual do PIB/habitante

Nome do País	1980-1990	1990-2000	2000-2010	2010-2012
Angola (dados anteriores a 1985)	0,57%	-2,00%	10,38%	2,12%
Benin	0,22%	1,20%	0,72%	1,62%
Botswana	10,25%	3,75%	3,63%	4,05%
Burkina Faso	0,94%	2,74%	3,33%	4,13%
Burundi	1,38%	-3,12%	0,03%	0,79%
Camerun	0,26%	-1,32%	0,68%	1,80%
Rep. Centro Africana	-1,35%	-1,01%	-0,73%	1,58%
Tchad	2,61%	-1,02%	7,23%	0,23%
Rep. Democ. Congo	-1,76%	-5,82%	2,21%	4,20%
Rep. Do Congo	2,07%	-1,22%	1,97%	0,89%
Côte d'Ivoire	-2,67%	-0,57%	-0,54%	-0,11%
Etiópia (dados anteriores:1981)	-0,90%	-0,45%	6,95%	5,27%
Gabon	-0,82%	-0,89%	-0,41%	4,11%
Ghana	-0,86%	1,84%	3,69%	9,36%
Guiné-Bissau	3,07%	-1,64%	0,26%	-0,35%
Guiné (dados anteriores:1986)	0,79%	0,10%	0,41%	1,29%

Kenya	0,34%	-0,98%	1,48%	1,70%
Lesotho	1,88%	2,53%	3,75%	2,80%
Libéria	-7,20%	-0,58%	4,55%	7,28%
Madagáscar	-2,02%	-1,29%	-0,37%	-0,35%
Malawi	-1,79%	1,70%	1,66%	0,17%
Mali	-1,02%	1,53%	3,11%	-2,21%
Moçambique	-0,92%	2,62%	6,15%	4,81%
Namíbia	-1,91%	1,25%	3,59%	3,51%
Níger	-2,56%	-1,58%	-0,84%	2,69%
Nigéria	-1,43%	0,23%	4,33%	4,10%
Rwanda	-1,29%	-1,07%	6,72%	5,27%
Senegal	-0,43%	0,32%	1,34%	0,20%
Sierra Leone	-1,41%	-2,46%	3,41%	8,77%
África do Sul	-0,90%	-0,42%	2,45%	1,81%
Sudão	-0,52%	3,13%	3,63%	3,28%
Swazilândia	6,95%	0,85%	1,17%	2,12%
Tanzânia (dad. anter. 1988)	2,16%	0,12%	4,84%	3,54%
Togo	-2,02%	-0,33%	-0,45%	2,54%
Uganda (dad. anter. 1982)	-0,11%	3,58%	4,64%	1,56%
Zâmbia	-1,73%	-1,70%	3,20%	3,83%
África	-0,19%	0,22%	3,16%	1,95%
África Subsaariana	-0,77%	-0,26%	3,21%	2,35%
África Subsa (sem Áf. Sul)	-1,08%	-0,16%	3,91%	2,94%

Fonte: Banco Mundial, BAD, 2015.

No entanto, durante muitos anos assitiu-se em África, a uma tendência de atrelar o crescimento económico e o desenvolvimento na indústria extractiva e na exploração de recursos minerais, principalmente nos países ricos em recursos naturais; predominou entre as elites governantes desses países a ideia de que, a exploração desses recursos resolveria automaticamente os problemas da pobreza.

Ironicamente, em questões de combate à pobreza, os países ricos em recursos naturais são os que geralmente apresentam os piores resultados em relação aos países que não dispõem desses recursos. O que é certo e observável na maioria de países, o crescimento económico contribuiu muito pouco na mitigação da pobreza, o que levanta uma série de inquietações a julgar pelas taxas que a economia vem registando nos últimos 15 anos. Um estudo conjunto realizado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, Comissão da União Africana, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento e a Comissão Económica para África das Nações Unidas (BAD, CUA, PNUD, UNECA, 2014) refere, que o número de africanos que vivem abaixo da linha da pobreza passou de 290 milhões em 1990 para 376 milhões em 1999 e 414 milhões em 2010.

Embora o estudo tenha identificado a maior concentração de pobres em quatro países, sendo a Nigéria com 25,89%, a República Democrática do Congo com 13,6%, a Tanzânia com 6,8% e a Etiópia com 5,2%, a pobreza em África é um fenómeno generalizado, que em cada país afecta diversamente os diferentes segmentos da população; mas, é sobretudo no seio das comunidades rurais que a mesma se regista com maior incidência e assume uma amplitude preocupante. A pobreza não é um fenómeno que se pode ocultar ou simular, porque os pobres são pessoas reais com necessidades, aspirações e direitos que podem ter qualquer cidadão deste mundo; a pobreza é um fenómeno social e multidimensional que expõe os seres humanos numa condição de indigência, provocando neles um sentimento de exclusão e inutilidade. A pobreza não é uma condição inata; ela deriva das contingências e circunstâncias históricas, que os indivíduos e as colectividades humanas experimentaram, ou se viram obrigados a submeter-se nelas. Logo, a sua perpetuação de geração a geração consubstancia um crime contra a humanidade e ilustra claramente o descompromisso e a imoralidade daqueles que ao longo dos tempos assumiram a missão de liderar e desenhar o destino dos povos. Não resta dúvida de que terá sido este um dos motivos que nortearam a elaboração da agenda de desenvolvimento do milénio e a sua adoção à escala mundial em 2000. A questão que sobressai à partida consiste em saber – quem são afinal os pobres deste mundo?

A resposta parece dada por um outro estudo do Banco Mundial (2016) realizado junto de famílias em 89 países em via de desenvolvimento, que considera, que os pobres no mundo são maioritariamente pessoas que vivem com menos de \$1,90 USD por dia nas zonas rurais, jovens, pessoas pouco instruídas, empregados do setor agrícola e famílias alargadas. “En effet, 80 % des pauvres de la planète vivent en milieu rural ; 64 % d’entre eux travaillent dans l’agriculture ; 44 % sont âgés de 14 ans au plus ; et 39 % sont analphabètes” (p. 6). Com relação à África, o estudo, refere que o número de pobres na África subsariana baixou de 4 milhões somente entre 2012 e 2013, ou seja, um recuo de 1,6 pontos de percentagem, pelo que o índice numérico de pobreza permanece elevado estabelecendo-se em 41%.

Em África, a estratificação dos pobres não difere em quase nada do que vem acima descrito; mas, no seio dos países, além dessas categorias a pobreza afeta inclusive trabalhadores da administração pública, da economia informal e de outros setores da economia que auferem baixos salários. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2007-2015) sobre o trabalho decente revela que em África, cerca de 80% dos trabalhadores vivem com menos de 2 dólares por dia, e que os números se alteraram muito pouco durante os últimos dez anos.

Não obstante, o estudo conjunto BAD, CUA, PNUD, UNECA (2014) destaca com um certo optimismo os progressos realizados na redução da pobreza em África. O documento refere, que nos últimos dez anos, o número de africanos vivendo em extrema pobreza continuou a baixar, sendo que, a proporção dos habitantes que vivem com menos de 1,25 USD por dia, do conjunto das sub-regiões da África Austral, África Central, África Oriental e África Ocidental registou uma redução passando de 56,5% em 1990 para 48,5% em 2010. Estes números representam apenas uma redução de 8 pontos percentuais, situando-se aos 20,25 pontos abaixo da meta estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para 2015.

A maior parte dos estudos realizados sobre o desenvolvimento em África advertem para o facto de que, a pobreza está perpetuada no continente devido a persistência das desigualdades, do desemprego, da explosão demográfica da juventude, da urbanização selvática, falta de diversificação económica, etc. No entanto, caberia associar a este rol de factores outros malefícios, nomeadamente, o défice de cidadania e democracia, o autoritarismo, o nepotismo, a predação, o clientelismo político ou política do ventre, o neo-patrimonialismo¹², a fuga de capitais, o cabritismo e a corrupção, que alimentam a pobreza e o subdesenvolvimento neste continente.

Portanto, como se pode perceber, o impacto do crescimento económico sobre a pobreza teria sido maior se os países adotassem políticas realistas e coerentes, tanto no domínio da diversificação da economia dando prioridade aos setores (agropecuário, serviços, infraestruturas e indústria), como na esfera social dando prioridade aos setores da educação, saúde e proteção social mais abrangente.

3.4. Crescimento, desigualdades e pobreza

No início do século XXI, a economia mundial entrou num ciclo de expansão impulsionada pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países,

¹² O neo-patrimonialismo, o cabritismo e a corrupção são malefícios originados pelos modelos de socialismo que a África experimentou nas primeiras décadas das independências dos países.

decorrentes da maior liquidez do mercado de capitais, do aumento expressivo dos fluxos comerciais e da redução da incerteza no cenário macroeconómico internacional.

Entretanto, em 2008, a economia mundial viu-se abalada pela crise financeira desencadeada nos Estados Unidos da América devido ao aumento de 1% para 5,25% das taxas de juro das hipotecas chamadas de subprime operado na *Federal Reserve* entre 2004 e 2007. A crise económico-financeira tem produzido efeitos devastadores nos países em desenvolvimento, e de modo particular nos países africanos que já enfrentam restrições de vária índole em seus processos de crescimento económico. No entanto, o crescimento tem sido objeto de debates por parte dos economistas e estudiosos das distintas áreas das ciências sociais por ser considerada como a arma necessária para o desenvolvimento dos países.

A problemática das desigualdades de rendimentos tem vindo a centralizar de modo crescente a atenção de importantes organizações internacionais que procuram soluções possíveis para conter a tendência inquietante deste fenómeno pelo mundo. O problema vem alcançando níveis de elevada gravidade chegando mesmo a ponto de ser um dos assuntos dominantes da agenda do Fórum Económico Mundial¹³ que identificou o fosso entre ricos e pobres, sendo que, cerca de metade das riquezas do mundo se encontram concentradas em mãos de 1% de ricos enquanto 99% da população mundial partilha a metade de riqueza restante, assim como o desequilíbrio provocado pelas desigualdades considerando o enorme risco para o progresso da humanidade. Dois anos mais tarde, em 2015, a problemática das desigualdades viria a ter um reconhecimento ao mais alto nível com a realização da Assembleia Geral das Nações Unidas que adotou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para pôr fim à pobreza, fazer face às mudanças climáticas, lutar contra as desigualdades e as injustiças, no âmbito de um novo programa previsto para o horizonte 2030.

As desigualdades passaram a atingir proporções alarmantes nas décadas de 1980 e 1990, período em que triunfou o modelo neo-liberal de desenvolvimento, principalmente nos países ocidentais, articulado pela mundialização das economias. A expansão gradual da mundialização das economias assentava na hipótese segundo a qual, as populações pobres e vulneráveis acabariam por beneficiar dos rendimentos gerados pelo crescimento e pelas forças do mercado.

De modo geral, predomina ainda a crença na teoria tradicional sobre o processo de desenvolvimento, que estabelece a relação directa entre o crescimento económico e o aumento do PIB por habitante como condição primária para a redução das desigualdades de rendimento e da pobreza. O que é facto, porém, é que, mesmo nos períodos em que a taxa de crescimento conheceu aumentos

¹³ O Fórum Económico Mundial realizou-se em Davos/Suíça (2013).

substantivos, os países africanos continuaram a registar o aumento considerável do número de pobres. As evidências do fosso entre o crescimento económico e os níveis de pobreza permitem ajuizar que existem outras variáveis imprescindíveis (educação e saúde, etc.) a considerar nos processos de desenvolvimento, e que o crescimento económico não é de facto suficiente para resolver o universo de problemas que participam da construção do bem-estar das pessoas e eliminar a pobreza, embora seja considerado como a pedra angular desse processo. Nesta senda, a questão que se levanta é: por que razão o crescimento económico em África não se reverte na redução das desigualdades e da pobreza? No caso vertente, e tendo em conta a questão ora formulada, a análise nesta seção se articula em duas dimensões: a dimensão económica, em que se analisa de maneira não exaustiva a questão das desigualdades com base nos dados provenientes dos estudos econométricos, incluindo algumas noções do estudo sobre o capital humano, embora essa teoria tende a reduzir o ser humano como simples agente produtivo ao serviço dos interesses económicos; e a segunda dimensão em que se analisam as desigualdades e a pobreza do ponto de vista social e político.

3.5. A dimensão económica das desigualdades

Relativamente à dimensão económica, a África Subsariana registou um crescimento notável na primeira década do século XXI, mas, esse desempenho animador não se reverteu a favor da redução das desigualdades e da pobreza. Uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento do continente permite constatar a ausência de um banco de dados completos em coeficientes de Gini criteriosamente elaborados que incluam inquéritos sobre (famílias, demográficos, educação, saúde, património, nível de vida, pobreza, desigualdades), enfim sobre indicadores múltiplos, que permitem uma apreciação mais abrangente da realidade dos países.

Por outra, os estudos levados a cabo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2017) indicam que a questão das desigualdades não tem merecido a devida atenção nas políticas e nas instituições de investigação científica do continente, o que torna difícil o seu estudo com maior acuidade, e mesmo porque as origens, os níveis e as tendências variam de um país a outro, embora existam algumas similitudes. Com efeito, em qualquer sociedade, a distribuição dos rendimentos pelo conjunto da população é resultado final dos processos económicos em todas as vertentes, na qual entram em jogo múltiplos fatores e relações, que nem sempre se orientam pelos princípios da justiça social.

As desigualdades são elevadas no continente em razão das disparidades entre países, e no seio destes, também entre as suas populações; elas consistem nas diferenças entre pobres e ricos, e, entre os mais ricos e os mais pobres. Cabe contudo

distinguir as desigualdades de rendimento, (riqueza material e seu consumo) das desigualdades de oportunidades, embora não tenhamos que descrever em detalhes cada uma destas variantes, por não ser propósito do presente estudo. As primeiras estão relacionadas com o acesso à riqueza material do crescimento económico; as segundas dizem respeito ao acesso à riqueza não-material (bens públicos e serviços sociais); mas, tanto umas como as outras formam um conjunto de direitos dos cidadãos à riqueza do seu país. Daí a necessidade de realizar regularmente os inquéritos nacionais para a obtenção dos coeficientes de Gini em todas as variáveis da riqueza material e daquilo que são os bens de consumo e serviços disponíveis em cada país. O rendimento, a riqueza e o consumo são geralmente consideradas como medidas para a identificação dos ativos acumulados por um determinado período de tempo, e, nalguns casos, transmitidos de uma geração a outra.

A utilização da renda *per capita* e do coeficiente de Gini como referências para identificar os níveis de pobreza apresenta muita vantagem, pois permite analisar as opções feitas em termos de compras e de consumo, bem como definir a linha de pobreza de uma determinada população. Neste particular, a insuficiência de dados sobre a renda e o consumo ao nível das famílias não permite uma análise sistemática de fatores subjacentes às desigualdades. Além disso, as desigualdades de rendimento variam de uma sub-região à outra. Por contraste, as desigualdades estão mais pronunciadas nos países de rendimento intermédio, principalmente na sub-região da África Austral, onde se encontram 7 dos 10 países mais desiguais do mundo, e de entre esses, 5 possuem uma população inferior a 5 milhões de habitantes zamfir (2016).

Com respeito à relação entre crescimento económico e redução da pobreza em África, alguns estudos revelam a predominância de enormes disparidades entre as duas variáveis. O estudo da África Progress Panel, (2013) refere que os dados disponíveis apontam para a existência de bons e maus resultados:

A Tanzânia reduziu a extrema pobreza de 84 para 67% entre 2000 e 2007. Moçambique conheceu igualmente um grande avanço ao baixar a pobreza de 74% em 2002 para 59% em 2007. O Ghana reduziu a extrema pobreza de 1/3 entre finais de 1990 e 2005. No entanto, nos Camarões e no Mali, o aumento do crescimento não teve nenhum efeito visível sobre a pobreza, enquanto a Nigéria e a Zâmbia registaram ligeiros aumentos da pobreza a despeito de um crescimento mais importante. (p.19)

As transformações estruturais constituem um outro ângulo das desigualdades em África, pois a maior parte dos países dispõem de uma economia agrária que emprega cerca de 2/3 da mão-de-obra, mas pouco desenvolvida. Em condições de uma economia normal haveria emigração da massa trabalhadora para setores de

maior produtividade, mas, tal não acontece porque a indústria manufactureira também está muito pouco desenvolvida em África.

Entretanto, o estudo realizado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD 2015) revela que em média, as desigualdades espaciais contribuem com 35-40% para as desigualdades totais, mas observam-se lacunas entre os países. Esses valores percentuais indicam quão preocupantes são as desigualdades patrimoniais em África.

Quadro 6. Desigualdades Patrimoniais

PERÍODO	Coefficiente de Gini médio património	Componente desigualdades espacial	Componente desigualdades de chances	Componente outros fatores
Antes de 1995	0,42	0,37	0,11	0,52
1996-2000	0,43	0,34	0,13	0,53
2001-2005	0,38	0,32	0,13	0,54
2006-2009	0,40	0,34	0,14	0,51
2010-2013	0,44	0,39	0,13	0,47

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento, 2015.

As desigualdades em África se registam também ao nível das infraestruturas. O crescimento económico, a redução das desigualdades e a luta contra a pobreza não seriam possíveis sem o concurso de infraestruturas modernizadas, capazes de assegurar empregos a um número considerável de pessoas, reduzir o custo dos transportes dos produtos de uma localidade a outra, aumentar a produtividade dos fatores de produção e estabelecer o elo de ligação com os mercados internos e externos. Em 2010, as instituições continentais BAD, CUA e NEPAD) adotaram conjuntamente um Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA) visando a melhoria daquelas que já existem e a construção de uma nova rede de infraestruturas (aeroportuárias, energéticas, portuárias, rodoviárias e ferroviárias, assim como das tecnologias de informação e comunicação (TIC). O estudo do BAD (2015) revela que entre países do continente melhor dotados de infraestruturas figuram as Seychelles, a África do Sul, o Egipto, a Líbia, Maurícias, a Tunísia, o Marrocos, a Argélia, o Cabo-Verde e o Botswana e entre os países menos notados, estão a Somália, o Níger, a Etiópia, o Tchad e o Madagáscar.

Ora, os planificadores da economia em África insistem em considerar a educação e a saúde como setores improdutivos, o que constitui uma profunda aberração; o fato de a educação levar muitos anos com a formação do homem, aquele que será o construtor do amanhã não deveria levar a tais equívocos. Senão

vejamos: quem constroi uma fábrica de calçados ou um monstruoso hotel de cinco estrelas investe avultadas somas de seu capital. O seu propósito e a sua esperança é ver um dia o retorno do valor investido e eventualmente acompanhado de lucros; mas isso não significa que os resultados surjam no mês seguinte. O investimento na área social (educação, saúde, etc) pressupõe, geralmente, que os resultados sejam esperados à longo prazo, o que não significa tratar-se de áreas improdutivas.

Ademais, foi precisamente contra essa visão imediatista e ortodoxa que Schultz (1959b) se opôs nas décadas de 50 e 60 do século XX, tendo introduzido uma nova visão no pensamento sobre o crescimento e o desenvolvimento das nações. Schultz publicou um artigo intitulado: «Investimento no homem: a visão de um economista¹⁴», no qual expõe a ideia de que as pessoas, em si mesmas são uma forma de riqueza e essa não deve ser negligenciada por cálculos económicos. Desde então, Schultz notabilizou-se na defesa do aumento de investimentos na área social, nomeadamente na educação. No início da década de 1960, Schultz criticou duramente a tendência dos países desenvolvidos de reduzir o stock de capital em relação à renda no longo prazo; ele considerava que o desenvolvimento depende menos dos investimentos em capital fixo e mais dos investimentos em recursos humanos. Um país não pode beneficiar-se das vantagens da tecnologia e dos procedimentos modernos de trabalho na agricultura e na indústria se não realizar grandes investimentos em seres humanos.

É praticamente um equívoco, supor (por exemplo) na análise do crescimento económico e desenvolvimento, que o simples aumento dos investimentos em capital fixo e da taxa de poupança, ou ainda, que o aumento da produtividade e do consumo se traduzam automaticamente na eliminação da pobreza, sem que existam políticas que regulem a distribuição equilibrada da renda nacional. Por outra, os países em desenvolvimento têm uma população maioritariamente analfabeta ou semi-analfabeta e pobre, e precisam de direcionar recursos enormes na área social, onde os investimentos têm efeitos demorados mas duradouros. Além das variáveis não quantificáveis (educação, saúde, etc) é necessário considerar que os investimentos em capital fixo estão condicionados ao comportamento dos mercados, tanto internos como externos, cujas lógicas de concorrência, assentam numa base desigual entre países ricos e pobres.

3.6. A dimensão social das desigualdades

O relatório sobre as ciências sociais UNESCO (2016) publicado um ano depois da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS), assinala que as desigualdades não devem ser compreendidas e tratadas somente sob o ângulo dos

¹⁴ Tradução própria.

rendimentos e das riquezas. Elas são tão económicas como políticas, sociais, culturais, ambientais, espaciais, bem como relativas aos conhecimentos.

Entretanto, depois da América Latina, a África é a segunda região mais desigual do mundo, onde “O número de ultra-ricos cresce constantemente”¹⁵ (Zamfir, 2016, p. 29), o que tem estado a suscitar temores e contestações daqueles que consideram que os benefícios do crescimento económico privilegiam exageradamente a pequena elite que se enriquece a cada dia que passa, enquanto os pobres se tornam cada vez mais pobres. As desigualdades em África atravessam quase todos os setores da vida, mas, é sobretudo nos domínios da distribuição dos rendimentos do crescimento económico, da educação, da saúde, do emprego e da proteção social onde estão mais pronunciadas e diferem de uma sub-região a outra.

Um relatório da UNESCO (2013) revela a existência de desigualdades de acesso à educação entre as sub-regiões do continente. Segundo a Organização, as disparidades entre países são ainda consideráveis; na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), cerca de 2% de crianças em idade escolar não estão escolarizadas¹⁶ no Malawi e na Tanzânia; mais de 10% não estão escolarizadas em quase 50% dos países membros. Na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Benin apresenta uma taxa de 6%, ao passo que em Cabo-Verde e Togo, ela situa-se acima de 15%; noutros países, nomeadamente Burkina Faso, Côte d’Ivoire Níger e Nigéria, a taxa é de mais de 36%. Na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a taxa varia de 2% em São Tomé à 44% na Guiné Equatorial. As desigualdades entre meninas e meninos é ainda maior. Na CEEAC, por exemplo, a taxa de meninas não-escolarizadas é o dobro da taxa geral de 21%; para a sub-região da SADC são 56% as meninas não-escolarizadas.

Por outra, a saúde e a alimentação influem consideravelmente na educação, particularmente nos resultados de aprendizagem; uma situação de carências em nutrientes, as infeções diversas (por exemplo, distúrbios de visão e de audição), entre outras enfermidades, podem constituir um sério obstáculo ao sucesso escolar e à conclusão dos estudos. Uma boa nutrição na primeira infância, na adolescência ou ao longo de todo o percurso escolar favorece o desenvolvimento intelectual do aluno. O VIH/SIDA e outras infeções correlatas a esta pandemia constituem um enorme desafio à educação em África.

As desigualdades de rendimentos também influem fortemente no acesso das populações aos serviços de saúde. As desigualdades de acesso aos serviços sanitários têm implicações na saúde daquelas populações pobres que residem em

¹⁵ Tradução própria

¹⁶ A educação e a escolarização em África serão analisadas com mais pormenores nas próximas sub-seções deste capítulo.

localidades longínquas, principalmente nas comunidades rurais, onde, além da sua situação de indigência e pobreza se vêem obrigadas a viverem durante muito tempo com a doença, o que lhes torna ainda mais vulneráveis. No caso de Angola a situação é deveras crítica; apesar dos quinze anos de boom económico suportado fundamentalmente pelas receitas do petróleo, o fenómeno das desigualdades neste País é bastante elucidativo. Com um Coeficiente de Gini de 0,6 em 2012, a riqueza do País está concentrada numa pequena elite do poder e o mundo assiste a entrada de personalidades angolanas na lista de bilionários, enquanto a mortalidade infantil se multiplica a cada dia que passa, por deficiência de assistência médica e medicamentosa.

Um estudo da OMS (2012) que abrangiu dez países revela desigualdades no acesso aos serviços de saúde em África. As populações não dispõem de capacidade financeira para acederem aos serviços de qualidade aceitável. Os resultados demonstram que as populações padecem de várias enfermidades (malária, diarreias agudas, hipertensão, diabetes, etc), mas, os serviços de saúde urbanos, periurbanos, locais ou comunitários têm poucos recursos e precisam de mais investimentos para melhorar a sua capacidade de atendimento a favor das pessoas pobres e vulneráveis, entre crianças, adultos e idosos. Além disso, os sistemas de saúde dos países apresentam debilidades em termos de prestação de serviços, pessoal especializado, vacinas e tecnologias, liderança, governação e principalmente a afetação insuficiente e desigual de recursos financeiros.

O emprego é outro domínio onde se registam profundas desigualdades em África; o continente suporta atualmente o maior número de desempregados em condições degradantes. Ora, no seio dos países africanos, as desigualdades se constroem com a implementação de políticas sempre baseadas na mesma lógica de estratificação social, isto é, pela diferenciação entre populações do centro e da periferia, populações do centro e das províncias ou distritos e no interior destas, entre as populações urbanas e populações rurais. Assim, ao longo de décadas passadas os seguimentos da população menos escolarizada ou menos instruída, residente maioritariamente nas comunidades rurais foram sempre preteridos, ou quase esquecidos nas prioridades políticas de desenvolvimento e mais especificamente nas oportunidades de emprego. A implementação prologanda dessas políticas levou a que os excluídos transmitissem de forma natural a sua condição social aos seus descendentes, criando-se assim, um fenómeno que se poderia denominar de transmissão intergeracional da exclusão social e da pobreza entre as famílias. A marginalização sistemática desses segmentos populacionais desencadeou o êxodo rural dos jovens em direção às cidades em busca de emprego, ainda que seja de carácter informal, consubstanciado geralmente em atividades muito mais precárias e degradantes, se comparadas com aquelas que exerciam anteriormente nas comunidades de origem. O êxodo rural, além de constituir um outro desafio para a gestão das cidades representa um reforço ao exército de

desempregados que os sistemas económicos estabelecidos não conseguem absorver.

Em face desta situação, os países menos dotados de recursos naturais têm procurado alternativas com a regulamentação do setor económico informal, de modo a permitir uma maior adesão de pessoas que não conseguem encontrar oportunidades no setor económico formal. Os países ricos em recursos minerais são os que apresentam maior incidência deste fenómeno e são os que adotam, há várias décadas, políticas e estratégias económicas que priorizam o setor da indústria extrativa, que por natureza absorve somente uma pequena quantidade de mão-de-obra altamente qualificada, em detrimento daqueles setores que poderiam absorver a grande massa da mão-de-obra menos qualificada. Essas políticas contribuíram para a multiplicação do número de desempregados, e por sinal não vislumbram iniciativas políticas adequadas para dar solução a essas desigualdades à curto e médio prazo.

Paradoxalmente, muitos países africanos detentores de enormes recursos naturais ainda não despertaram de modo a perceber melhor os desafios que o continente espera enfrentar em termos de desenvolvimento humano nos próximos anos. Os países como Angola, a República Centro-Africana, a Guiné Equatorial, a Libéria e a Nigéria têm sido referenciados em muitos estudos como piores exemplos em matéria de justiça distributiva dos rendimentos provenientes das receitas dos recursos naturais.

A proteção social constitui igualmente uma das variáveis imprescindíveis na análise das políticas de desenvolvimento, e para a compreensão do fenómeno das desigualdades e pobreza em África. Durante muitas décadas a proteção social em África permaneceu limitada aos trabalhadores do setor formal (público e privado); as populações não empregadas nestes dois setores e aquelas residentes em comunidades rurais não estão abrangidas pelos sistemas de segurança social vigentes na maioria dos países. Seria então preciso esperar pelo século XXI, para que novos horizontes despontassem no sentido de repensar o alargamento da proteção social aos segmentos da população mais pobre ao nível de cada país. Vários são os fatores que estão na base da reforma da proteção social em África. No contexto mundial, a adoção das agendas 2000-2015 e 2015-2030 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) respetivamente que abriram novas perspectivas para um maior escrutínio das políticas susceptíveis de eliminar o fosso entre crescimento, desigualdades e pobreza. Ao nível continental, esta dinâmica é uma correspondência à política social da União Africana adotada em 2008 e à Declaração de Cartum sobre a Acção Social para a Inclusão social de 2010. A adoção da política social da União Africana traduz o despertar dos estados africanos

na criação de mecanismos de implementação da estratégia de desenvolvimento em que o emprego seja considerado como ponto de partida na luta contra a pobreza.

Apesar desta dinâmica, o desemprego é ainda elevado e as desigualdades de acesso ao emprego entre homens e mulheres e entre grupos etários constituem um grande desafio no combate à pobreza em África. A política social pode constituir-se em um mecanismo de assistência e proteção das famílias contra os riscos que ameaçam a sua sobrevivência, desde que esteja inserida numa estratégia integrada de combate às vulnerabilidades e promoção do desenvolvimento humano num longo prazo. Assim, além da Política Social e da Declaração de Cartum, constituem marcos assinaláveis: a Declaração e Plano de Ação de Ouagadougou de 2004 e os Apelos à Ação de Livingstone e de Yaoundé de 2006 que podem convergir numa plataforma pana-africana sobre a proteção social. Constituem ainda marcos assinaláveis: o Regime de Seguro de Saúde Nacional do Ghana que abrange trabalhadores informais; o Programa Livelihood Empowerment Against Poverty adotado em 2008 no Ghana para prover a assistência sanitária aos idosos e deficientes físicos e mentais; o Programa Child Support Grant criado em 1998 para promover investimentos e a inclusão socioeconómica de crianças pobres; a Pensão de Vilhice do Lesotho que abrange todos os cidadãos com idade superior a 70 anos; o programa Vision 2020 Umurenge do Rwanda destinado a proteger, entre outros, as populações vulneráveis; o Programa Rede de Segurança Produtiva da Etiópia orientado para as obras públicas; o Programa Home Grown School Feeding (alimentação na escola) do Kenya destinado às crianças da escola primária. Com a mesma perspetiva, países como Benim, Burkina Faso, Camarões, Comores, Congo Brazzaville, Côte d'Ivoire, Gabão, Ghana, Kenya, Madagáscar, Mali, Moçambique, Rwanda, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia e Uganda desenvolvem iniciativas com vista a institucionalização de sistemas nacionais de proteção social. No entanto, apesar destes progressos assinaláveis, existem ainda muitos desafios que a África deverá enfrentar para institucionalizar um sistema continental mais abrangente de proteção social.

Além das desigualdades genéricas, a África precisa ainda de fazer face a um outro desafio relacionado com a realização da paridade do género em todas as políticas de desenvolvimento vigentes no continente. Em todas as sociedades humanas, a mulher e o homem devem trabalhar lado a lado na busca de meios para a satisfação das necessidades das respetivas famílias, agindo, desta feita, na base da justiça social. Em muitos países africanos, a mulher enfrenta enormes dificuldades no acesso à educação formal, aos serviços de saúde, à participação nas atividades económicas e nos fóruns políticos de tomada de decisão. As desigualdades de género em África são mais visíveis no acesso ao emprego, aos ativos económicos e na participação na tomada de decisões. Por contraste, a mulher assume a quase totalidade da responsabilidade dos trabalhos domésticos, além de cuidar das crianças.

Nas comunidades rurais, onde se pratica a agricultura, além dos trabalhos domésticos e cuidados às crianças a mulher participa das atividades agrícolas, o que faz dela a figura mais ocupada em prover mantimentos necessários a sobrevivência da família e mais sacrificada em relação ao homem. Um estudo do PNUD (2016), refere que as perdas económicas anuais devido à disparidades de género entre 2010 e 2014 poderiam ultrapassar USD 90 bilhões em África, atingindo um máximo de cerca de USD 105 bilhões em 2014. Estes dados confirmam a perda de grande potencial económico e social quando as mulheres são limitadas no acesso às oportunidades económicas e aos serviços sociais, nomeadamente à educação formal. Foram registados alguns progressos assinaláveis na atribuição de assentos nos parlamentos nacionais e de cargos de responsabilidade política às mulheres, mas, a sua representação em todas as esferas de responsabilidade pública é ainda diminuta se se considerar que elas constituem a população maioritária em muitos países do continente. Portanto, empoderar as mulheres e eliminar as desigualdades entre as pessoas em todas as suas dimensões deve ser um lema para todo o século XXI, porque só deste modo será possível realizar o ideal do desenvolvimento humano.

A pobreza e os elevados níveis de desigualdades em África têm estado a centralizar a atenção das instituições internacionais que cooperam com este continente. Os estudos que têm sido realizados sobre o desenvolvimento nesta região consideram as desigualdades como um autêntico obstáculo ao crescimento económico e ao desenvolvimento social das sociedades africanas. Alguns estudiosos atribuem a origem das desigualdades em África ao período colonial; na realidade não existem evidências que confirmem a inexistência das desigualdades em África no período pré-colonial; tudo indica que as desigualdades sempre existiram, mesmo no período pré-colonial e os poderes instituídos depois das independências em África parecem estarem mais comprometidos com a reprodução das desigualdades em todo o continente africano. Na mesma linha de pensamento, Cogneau (2007) retoma o passado pré-colonial e colonial para explicar a origem das desigualdades que permeiam as sociedades africanas. Para este autor,

Antes da chegada dos colonos europeus, tudo leva a pensar que muitas sociedades africanas já apresentavam desigualdades marcantes. (...) O tráfico de escravos, o comércio mineiro e agrícola, depois a ocupação colonial não meteram em causa essas desigualdades iniciais e nelas acresceram novas. A gestão descentralizada, regional e étnica dos impérios coloniais legou um espaço particularmente fragmentado, um mosaico de regiões limítrofes desigualmente desenvolvidas e grupos humanos politicamente divididos. As instituições extrativas estabelecidas pelos colonos europeus engendraram economias e sociedades dualistas onde a mobilidade social é reduzida. Independentemente do tipo de colonização praticada (povoamento, plantação, exploração mineira, tráfico de produtos agrícolas), o estilo

de colonização ligado à identidade nacional do colono foi igualmente determinante para o legado das desigualdades¹⁷. (p. 8)

Se por um lado, se pode concordar com a ideia segundo a qual algumas das desigualdades de que o continente padece atualmente tenham sido herdadas do passado pré-colonial e do período da colonização europeia; por outro, há que admitir, que o período pos-independência também é responsável pela reprodução dessas desigualdades. A África tem mais de cinquenta e quatro anos desde a proclamação das suas independências e muitas dessas desigualdades que permeiam as sociedades africanas nos dias de hoje resultam dos processos de construção social desencadeados depois das independências. Com a proclamação das independências, as elites africanas adotaram formalmente o modelo republicano de organização do Estado, para o qual desenharam um quadro político-institucional, jurídico e burocrático de seu funcionamento, pelo menos teoricamente. Depois dessas formalidades, o quadro que se desenhava evidenciava claramente uma progressão para um sistema neo-patrimonialista de gestão do Estado, para o qual se construiu uma hierarquia social dominada por uma pequena elite que detém o controlo do poder e das instituições do estado, e, por via desta, criaram-se redes de beneficiários, através de esquemas do clientelismo político ou política do ventre. Esse fenómeno impregnado de injustiças foi uma das principais causas das desigualdades, que deve ser considerado como uma das variáveis imprescindíveis na análise e na compreensão das desigualdades que caracterizam as sociedades africanas e se prolongam até aos dias de hoje. Como bem assinala o estudo do PNUD (2017),

(...) Quando uma elevada desigualdade de rendimento é perpetuada de geração em geração, ela impede um acesso equitativo a bens, à educação e a oportunidades para pessoas de baixo rendimento e de grupos étnicos marginalizados. (...) Na ausência de reformas vigorosas, a mobilidade entre gerações nos grupos excluídos e marginalizados é gravemente limitada tornando-se assim, a pedra de toque de conflitos e tensões internas no país. (p.1)

No caso de Angola a realidade em torno das desigualdades é mais dramática, pelo facto de a pequena elite do poder ter dissimulado a sua verdadeira face predatória logo nos primeiros anos da independência, advogando de forma enganosa uma utopia socialista que ela própria se esforça a enterrar, pois, na prática, tal modelo não conheceu sequer um único passo de sua implementação. A problemática das desigualdades em Angola é deveras deplorável como bem ilustra o relatório da África Progress-Panel (2013). De acordo com o mesmo documento,

Angola apresenta um dos esquemas de redistribuição dos rendimentos dos mais desiguais do mundo. As elites do País não se contentaram

¹⁷ Tradução própria

em aproveitar a oportunidade para se enriquecer. Elas também trabalharam duro para garantir que as receitas do petróleo do país atendessem aos seus interesses. Enquanto as residências à beira-mar habitadas pelas elites recebem água e eletricidade com muitos subsídios pagos pelas receitas do petróleo, as favelas atrás da Avenida Marginal são privadas de eletricidade e são as mais pobres do país alguns são forçados a comprar água muito cara de revendedores privados¹⁸. (p. 20)

Em Angola, as injustiças na redistribuição da renda nacional, no acesso às oportunidades e aos cargos políticos produz uma série de desigualdades afetando todas as esferas da vida de uma sociedade, anulando, desta feita, todos os esforços de construção do bem-estar das pessoas e do seu desenvolvimento.

3.7. O desenvolvimento das comunidades rurais em África

Neste apartado, se faz necessário esboçar algumas conceptualizações sobre o desenvolvimento rural para subsidiar a análise em torno das políticas que vêm sendo implementadas nos países em desenvolvimento, particularmente neste continente, que é referenciado como tendo registado nos últimos quinze anos níveis animadores de crescimento económico, que em situação normal produziriam reflexos assinaláveis nos níveis de vida das populações mais empobrecidas. No entanto, a realidade demonstra o contrário, com as comunidades rurais a empobrecerem cada vez mais, apesar das políticas que teoricamente vêm sendo desenhadas na maioria de países africanos. Quase todos os estudos realizados nesses últimos anos destacam a marginalização e o agravamento da pobreza nas comunidades rurais. A pobreza das comunidades rurais representa um enorme handicap às iniciativas de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Atendendo a esta conjuntura começou a desenhar-se um cenário em que, os resultados menos satisfatórios das propostas de desenvolvimento, particularmente na redução da pobreza colocam a necessidade de repensar novos enfoques teóricos para conceptualizar o desenvolvimento rural. A necessidade de uma nova abordagem sobre o desenvolvimento rural ganha maior dinamismo com a proliferação de ideias que animam os debates em torno das atividades rurais, incluindo as não-agrícolas, as relações rural-urbano, a problemática ambiental a que se associa o paradigma da sustentabilidade. Qualquer que seja a perspectiva de abordagem, não pode prescindir do atual cenário profundamente marcado pela crescente interdependência nas relações sociais, económicas, políticas, etc, ao nível internacional. Considerar também os condicionalismos impostos pela globalização, nomeadamente a expansão do capitalismo neoliberal através das empresas

¹⁸ Tradução própria.

transnacionais para países e localidades da periferia antes consideradas marginais, por via da descentralização industrial e sua integração no capital financeiro global, a crescente proliferação das tecnologias de informação e comunicação, a emergência e o protagonismo incontornável das organizações não governamentais da sociedade civil e a perda da hegemonia dos estados nacionais, etc. Todos estes factores não podem ser ignorados nas abordagens sobre o desenvolvimento das comunidades rurais.

3.8. Abordagem conceptual sobre o desenvolvimento rural

O desenvolvimento rural é um conceito em construção permanente, cuja abordagem tem sido marcada por convergências, divergências e críticas. No processo de sua construção houve posições hegemónicas que se impuseram para favorecer a dicotomia entre o rural e o urbano, dando ao primeiro um sentido mais assimétrico e excludente; até a década de 70 do século XX se confundia o desenvolvimento rural com o aumento da produtividade agrícola através da utilização de técnicas e meios tecnológicos, ou seja, a modernização agrícola atrelada à revolução verde e orientada para o crescimento económico, excluindo as outras dimensões (ecológico-ambiental, cultural, espiritual, ética, etc) do processo de desenvolvimento.

Nesse contexto, a sociologia distinguia o rural do urbano, tendo em conta as variáveis que naquela época permitiam a compreensão daquilo que diferenciava um espaço do outro. As abordagens tratavam o rural como um espaço atrasado, dominado pela tradição, que precisa de modernização para ser incorporado na civilização urbana. Assim, na tentativa de conseguir uma aproximação entre o rural e o urbano, os países ocidentais industrializados, optaram pela implementação de estratégias que visaram a extensão da indústria e dos serviços para os espaços rurais, para diluir gradualmente as diferenças culturais entre o campo e a cidade. Nesses países, o cidadão ou urbano, já procura o espaço rural, não só para trabalhar na indústria que se encontra ali implantada, mas também para ter acesso a outros bens da natureza de que necessita em suas atividades. Tratou-se de estender e consolidar o paradigma da modernização no meio rural através da implementação de um sistema agroindustrial dominado pelas grandes corporações transnacionais, que modificou o panorama sociocultural dos espaços rurais de países ocidentais, cujos efeitos, se traduziram na perda de protagonismo de pequenos produtores agrícolas, no êxodo da população rural activa para as cidades, deixando naqueles espaços apenas candidatos à velhice. O paradigma da modernização agrícola foi igualmente aplicado nos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina, onde a presença de grandes corporações, o domínio do capital financeiro atrelado à agroindústria provocou, igualmente, a perda de protagonismo dos pequenos

produtores, a precarização do emprego rural e acelerou as migrações para as cidades.

Em África, o processo de modernização dos espaços rurais não se realizou com a mesma intensidade que na Europa e na América Latina. Na década de 80 de século XX, na sequência da implementação dos programas de ajustamento estrutural, os governos africanos abandonaram os grandes projetos agropecuários que estavam em pleno processo de implementação e essa situação ditou a sorte e o destino das populações residentes nas comunidades rurais. Nestes países, a população mais jovem procura emigrar para as cidades em busca de uma oportunidade de emprego para melhorar as suas condições de vida, em razão das transformações se produzirem muito lentamente no meio rural.

Ora, desde tempos imemoráveis, os assentamentos humanos se construíram em função das dinâmicas dos processos de desenvolvimento que marcaram a cada época. A sociologia daquela época considerava como variáveis de estudo o perfil ocupacional, ambiental, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, etc, isto é, os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam num determinado espaço.

As abordagens recentes se orientam para a busca de convergências sobre o conceito de rural, mas este desígnio parece estar longe de ser alcançado; não existe, por enquanto, uma definição universalmente consagrada, mas há uma aproximação nos

trabalhos que vêm sendo realizados por estudiosos europeus, norte-americanos e do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em que o rural não se concebe em oposição, mas sim pela relação que esse pode ter com o meio urbano Abramovay (2000). Enquanto isso, há países que definem os assentamentos rurais na base do critério demográfico. Em Espanha, Portugal, Itália e Grécia, são considerados rurais os assentamentos com menos de dez mil habitantes Abramovay (2000); na América Latina, os países como Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá também utilizam o mesmo critério para distinguir o rural do espaço urbano. Enquanto isso, outras visões acometem à noção do rural dimensões culturais e políticas em que a ruralidade é concebida como uma forma de vida fundada em uma cosmovisão e uma cultura, considerada em alguns casos como marginal ou excluída das atenções daqueles que decidem sobre as políticas de desenvolvimento, e que, normalmente, privilegiam a economia urbana, industrial ou terciária. Dirven, Echeverri, Sabalain, Rodriguez, Candia, Peña e Faiguenbaum (2011) consideram de visão extrema sobre o rural a imposição da ideia de que o desenvolvimento rural seja visto como estratégia orientada para populações marginais, empobrecidas, ou

seja, populações rurais. No entanto, isso não significa que as cidades sejam os únicos assentamentos onde se concentram as atividades económicas, os mercados mais diversificados e dinâmicos dos países. Ademais, o critério demográfico não é suficiente para a compreensão de toda a complexidade que os assentamentos rurais apresentam. Veiga (2003) corrobora desta ideia ao considerar anacrônicos os critérios aplicados por diversos países na divisão dos territórios.

Retomando a questão inicial, até a década de 70 do século passado, se confundia o desenvolvimento rural com a modernização agrícola no âmbito da revolução verde orientada para o crescimento económico, tendo negligenciado as outras dimensões do processo de desenvolvimento. Apesar de ter introduzido novas formas de racionalidade produtiva na cultura das famílias, lá onde foi implementada a modernização agrícola, o mundo rural passou à condição de mera peça dependente das formas de vida e de consumo urbanas Navarro (2001) que os novos interesses hegemónicos das transnacionais impuseram em graus variados nos países do chamado capitalismo periférico. Para este autor, a abordagem sobre o desenvolvimento rural varia com o tempo, influenciado por diversas conjunturas e condicionalismos da vida social que a dinâmica do desenvolvimento em sua globalidade impõe às sociedades e às populações rurais. Em face desta realidade, os especialistas em ciências sociais empenharam-se em abordagens e enfoques sobre o desenvolvimento rural, cuja tónica assenta em quatro elementos-chave: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência, a preocupação com a sustentabilidade e a problemática ambiental Schneider (2004). No quadro das abordagens e enfoques sobre o desenvolvimento rural se destacam Caride et al (2007) para quem,

Os espaços rurais caracterizam-se cumulativamente por terem baixas densidades populacionais em diferentes modos de povoamento (dos pequenos aglomerados ao povoamento disperso), por dependerem económica e simbolicamente de formas de exploração dos recursos naturais, quer na produção quer nos serviços, e por neles existir um modo de vida centrado na intensidade das relações locais de interconhecimento e na ligação à natureza como factor de identidade colectiva.(p. 220)

Na mesma linha de pensamento, Abramovay (2000,) considera três aspetos básicos que caracterizam o meio rural: “A relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano” (p. 6). Esta asserção de Abramovay remete para o entendimento de que, o desenvolvimento decorre principalmente do contacto que as populações locais estabelecem com o meio natural envolvente, do que com os centros urbanos.; por outra, enfatiza a relação com outros seres humanos, na qual os indivíduos e as famílias estabelecem relações afectivas, assistem-se em momentos de necessidade e cooperam na busca

de objetivos que não podem ser alcançados de forma solitária. Em contraste, os habitantes do meio urbano levam um estilo de vida anónimo e competitivo despojado da solidariedade e ajuda mútua; na cidade, cada indivíduo é dono e senhor das suas possibilidades, bastando para isso, ficar isolado e desvinculado dos problemas dos demais. Finalmente, devido a fraca densidade populacional, o bem-estar do meio rural depende, em parte, da atividade económica dos centros urbanos que estão mais densamente povoados. Kageyama (2004) sugere que os estudos rurais devem considerar três enfoques:

O do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões. (p. 383-384)

O desenvolvimento rural foi então considerado como um fenómeno intrinsecamente local e regional. Alguns autores enfatizam o facto de as regiões serem espaços privilegiados para a abordagem do desenvolvimento rural. Schneider (2004) considera o desenvolvimento rural, “(...) como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconómicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (p. 98). Kageyama (2004) destaca o fato de haver na maioria desses debates alguns pontos consensuais, como sejam: o rural não é sinónimo de agrícola; o rural é multisetorial e multifuncional (função produtiva, ambiental, ecológica, social); as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas, etc.

Ora, mais importante ainda é associar a este debate a noção da sustentabilidade do desenvolvimento rural, que em muitos casos tem sido relegada ao esquecimento. Neste particular, constata-se importantes progressos em termos de formulação de indicadores relativos às emissões de gás com efeito de estufa, o que permite monitorizar o estado do ambiente nos diferentes ecossistemas do nosso planeta. No entanto, o mesmo não ocorre com a formulação dos indicadores sociais válidos, que refletem o nível de receptividade desta ou daquela atividade económica por parte das populações enquanto destinatários ou beneficiários dos resultados de tal

atividade, que também é um dos critérios de avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento. A sustentabilidade do desenvolvimento implica uma certa capacidade de adaptação de um sistema socioeconómico à realidade social, cultural, ambiental e económica a que serve, de modo a evitar as possíveis perturbações na vida das pessoas. Nas últimas décadas, a promoção do desenvolvimento rural nos países em desenvolvimento tem decorrido a par e passo com uma evolução constante e dinâmica de modelos e de abordagens de desenvolvimento (desenvolvimento comunitário, desenvolvimento das pequenas explorações agrícolas, desenvolvimento rural integrado, desenvolvimento participativo, o desenvolvimento humano, o modo de vida sustentável, estratégias de redução da pobreza, programas de segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento rural sustentável).

No concernente às comunidades rurais, o desenvolvimento sustentável consistiria basicamente na responsabilidade assumida em dois níveis: o nível do Estado e o nível das próprias comunidades; ao nível do Estado caberia desenhar políticas com vista a criação de condições nas comunidades, isto é, criar uma rede de escolas para a educação dos comunários, um sistema de assistência sanitária com ênfase para a saúde preventiva, infraestruturas económicas e de prestação de serviços diversos, incluindo a gestão ambiental com ênfase na preservação dos ecossistemas; ao nível das comunidades caberia a concepção e execução dos projetos e de outras atividades para benefício das populações concernentes. Tudo isso só será possível se os comunários estiverem capacitados em participar na execução de importantes tarefas, nomeadamente capacidades de inventariar as potencialidades locais (económicas, culturais, ambientais, etc.), capacidades de identificação e gestão dos ecossistemas locais, capacidades de realizar a equidade inter-geracional entre comunários e capacidades de resiliência diante das alterações climáticas e calamidades naturais. Naturalmente, essas capacidades não são inatas, o que pressupõe dizer, que elas podem ser adquiridas através de processos educativos, desde que as comunidades disponham de uma rede de escolas dotadas de condições para uma educação de qualidade.

Portanto, pese o facto de os estudos realizados no passado tenderem para a sobrevalorização do espaço urbano, enquanto realidade societal emergente e privilegiada do paradigma da mundialização, os estudos e as análises que animam o debate contemporâneo se revelam, em certa medida, consistentes com a necessidade de revitalização e atualização dos espaços rurais. De tudo isto, sobressai a ideia da necessidade de uma abordagem holística do paradigma do desenvolvimento rural, susceptível de abarcar todas as dimensões que interagem nos espaços rurais (produtiva e/ou agrícola, ambiental, ecológica, cultural e costumeira, sistema de valores paisagística, turística e até mesmo o lazer), envolvendo uma multiplicidade de atores sociais, ambientalistas, culturais e económicos naturalmente. Desde então, as abordagens e os critérios de definição e

diferenciação entre o rural e o urbano passaram a ser mais abrangentes para permitir o entendimento sobre a via a seguir na busca de soluções que levem à melhoria da qualidade de vida e devolvam a dignidade que as populações rurais bem merecem.

3.9. Políticas e estratégias de desenvolvimento rural

Desde a aurora das independências que as lideranças africanas da época manifestaram a vontade política de desenvolver o campo e refinaram o discurso público a favor das populações residentes nas comunidades rurais. O desenvolvimento rural era concebido, não só como uma via de realizar o crescimento agrícola, mas também como uma forma de levar os serviços de educação e saúde junto das populações rurais. Para realizar essa vontade, alguns países criaram ministérios de desenvolvimento rural e comissões intersectoriais a fim de proporcionarem sinergias necessárias ao enfrentamento dos desafios que a própria realidade impunha. Alguns países desenharam programas integrados de desenvolvimento rural de curto prazo, cuja execução implicava o envolvimento de atores provenientes de vários setores do aparelho do estado, o que exigia elevados custos financeiros. Além disso, no contexto de uma planificação centralizada que caracterizou a gestão dos países africanos nas décadas de 1960, 1970 e 1980, uma démarche desta envergadura dificilmente poderia produzir resultados animadores, tendo em conta o burocratismo e outras anomalias inerentes a esse modelo de gestão.

No entanto, com a implementação dos programas de ajustamento estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial entre as décadas de 1980 e 1990, os países africanos e as instituições financeiras internacionais se desinteressaram, e praticamente abandonaram os programas de desenvolvimento agrícola e rural, em razão da predominância no *consensus* de Washington da ideia segundo a qual, o crescimento económico repousaria acima de tudo sobre uma política económica global e que não seria realmente necessário elaborar políticas setoriais. Essa visão acabou por influenciar os preços dos produtos agrícolas, tendo contribuído para a baixa dos produtos alimentares e ao desinvestimento no setor agrícola africano. Ademais, essa visão enganosa levou os países africanos a um círculo vicioso de endividamento externo e sem mais capacidade para fazer face às suas necessidades internas. Desde então, as comunidades rurais caíram na situação de abandono quase total, o que conduziu a aceleração e exacerbação dos níveis de pobreza. A situação de abandono do desenvolvimento agrícola e das comunidades rurais em África somente se altera com a adoção da agenda 2000 sobre o Desenvolvimento do Milénio, a partir da qual os estados africanos e a comunidade internacional parecem ter compreendido que a fome e a pobreza estão atingindo duramente as comunidades rurais e que seria necessário adotar, tanto ao nível

mundial como ao nível continental e nacional, políticas e programas que privilegiassem o desenvolvimento agrícola e das zonas rurais.

A Agenda do Milénio inspirou a transformação da Organização de Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA) e a adoção pelos chefes de estados africanos da Nova Parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD¹⁹) em 2001. A NEPAD é, por assim dizer, uma plataforma continental que tem a função de coordenar as políticas e estratégias de desenvolvimento em África. Em 2003, a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana realizada em Maputo/Moçambique adotou uma estratégia denominada Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PDDAA) e uma Declaração – a Declaração de Maputo, pela qual os líderes africanos se comprometem alcançar um crescimento agrícola de 6% ao ano e alocar 10% dos orçamentos nacionais ao setor agrícola. Enquanto instrumento político que espelha a racionalidade orientada para o crescimento agrícola, a segurança alimentar e nutricional bem como o desenvolvimento rural, o Programa Detalhado para o desenvolvimento da Agricultura em África persegue os seguintes objetivos prioritários:

- Promover o crescimento acelerado e o desenvolvimento sustentável;
- Erradicar a pobreza generalizada e extrema;
- Acabar com a marginalização da África no processo de mundialização;
- Preencher o défice em infraestruturas de energia, transportes, água e saneamento;
- Formar os recursos humanos, preencher o défice educacional, reverter a tendência de fuga de cérebros;
- Melhorar a saúde;
- Acelerar a autonomia das mulheres;
- Desenvolver um sector agrícola forte e sustentável;
- Assegurar a salvaguarda e a defesa do meio ambiente;
- Promover a cultura em todo o continente;
- Desenvolver a ciência e a tecnologia

¹⁹ A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) foi criada na 37ª Sessão da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo realizada em Lusaka/Zâmbia em Julho de 2001. Em 2018 a NEPAD foi transformada em Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) pela Assembleia da Organização realizada em Nuequechote/Mauritânia.

O Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África assenta em quatro pilares fundamentais FIDA e ROPPA (2004): 1) Gestão de terras e das águas, com o objetivo de aumentar as superfícies exploradas no âmbito de uma gestão sustentável; 2) Melhorar o acesso aos mercados reforçando as infraestruturas rurais e focalizando as intervenções na área do comércio; 3) Aumentar o aprovisionamento alimentar e reduzir a fome no conjunto da região, elevando a produtividade dos pequenos produtores reduzindo a vulnerabilidade das famílias rurais; 4) Melhorar a pesquisa agrícola, difundir as novas tecnologias e dinamizar o apoio aos agricultores. Os argumentos que sustentam estes pilares podem ser assim resumidos:

A gestão de terras e das águas, o aumento das superfícies exploradas no âmbito de uma gestão sustentável de terras se justifica devido à grande dependência da produção agrícola às precipitações irregulares que não permite uma grande variedade de culturas de alto rendimento e muito menos a realização do potencial produtivo. Em África, a percentagem de terras aráveis irrigadas é de 7% (apenas 3,7% na África subsariana, enquanto na América do sul, na Ásia do sul e na Ásia Oriental, as mesmas representam 10%, 29% e 41% respetivamente. Esta situação apela para a necessidade de reforçar as capacidades nacionais no domínio da gestão sustentável das terras, o seu reflorestamento, a restauração da fertilidade dos solos, aumento das superfícies irrigáveis e da capacidade de retenção da água, para possibilitar o aumento da produção sob uma base sustentável, tendo sempre presente a proteção dos direitos de acesso das coletividades locais a esse bem comum;

O acesso aos mercados, a melhoria das infraestruturas rurais e o desenvolvimento das capacidades relacionadas com o comércio consistiria na reconstrução e construção de estradas, entrepostos, instalações portuárias e aeroportuárias, mercados e sistemas de condicionamento e de manutenção, assim como as redes de aprovisionamento, para permitir uma maior circulação de bens que se destinam a rede comercial local, sub-regional, continental e mundial. A África necessita de melhorar as infraestruturas para possibilitar o desenvolvimento, porquanto representa atualmente menos de 2% de frete ferroviário mundial, 11% de frete marítimo (grande parte de propriedade estrangeira), embora instalada em África, menos de 1% de frete aéreo e fraca capacidade de produção de energia eléctrica; o fornecimento de produtos alimentares e luta contra a fome, tendo como prioridade o aumento das disponibilidades alimentares, a redução da vulnerabilidade das famílias rurais e a gestão de riscos; o continente africano enferma de profundas debilidades no que diz respeito a produtividade agrícola para assegurar a autossuficiência alimentar e a segurança nutricional às suas populações. O aumento da produtividade agrícola é um imperativo, tendo em conta o rápido crescimento demográfico; além disso, constitui uma premissa para a autossuficiência alimentar e nutricional, e naturalmente para o aumento dos

rendimentos dos produtores rurais, o que possibilitaria também a criação de novos empregos;

A pesquisa agrícola, o desenvolvimento da investigação científica, a gestão e partilha dos conhecimentos e as tecnologias são dimensões que, à semelhança da educação e da saúde constituem elementos-chave do desenvolvimento. A África precisa de consignar enormes investimentos na biotecnologia, nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para dinamizar a pesquisa, a divulgação dos resultados e promover o desenvolvimento de uma agricultura moderna, da agro-indústria, que de resto são indispensáveis para um desenvolvimento sustentável.

Os resultados menos satisfatórios e particularmente os obstáculos identificados na implementação do PDDAA viriam a ser objeto de análise da 23ª Sessão Ordinária da Cimeira da União Africana realizada em Julho de 2014 em Malabo-Guiné Equatorial na qual os chefes de estado reiteraram a sua firmeza em considerar a agricultura e a segurança alimentar como uma prioridade do seu programa de trabalho e aprovaram a Declaração de Malabo sobre o PDDAA, mas desta vez, com um teor que vai muito além daquilo que foi o teor da Declaração de Maputo (NEPAD, 2014). A Declaração de Malabo destaca entre outros os seguintes aspectos:

- A reafirmação dos princípios adotados sobre o processo PDDAA.
- manutenção do compromisso de consignar 10% dos orçamentos nacionais ao sector agrícola.
- Estabelecimento do African Investment Bank (BAI).
- Engajamento “fome zero”: eliminação da fome até 2025.
- Encajamento em reduzir para metade a pobreza até 2025, graças ao crescimento inclusivo e a transformação agrícolas.
- Apoiar o crescimento do PIB agrícola à taxa mínima de 6% por ano.
- Engajamento em melhorar a resiliência dos meios de subsistência e os sistemas de produção à variabilidade climática e a outros choques.
- Velar para que até 2025, pelo menos 30% das explorações agrícolas/famílias pastorais sejam resilientes aos choques climáticos.

Como já mencionado acima, o balanço dos dez anos de implementação do PDDAA revela-se pouco satisfatório e longe das expectativas criadas na Cimeira de Maputo de 2003, pese embora se tenha expressado algum optimismo quanto a sua validade e atualidade, os progressos realizados na criação de mecanismos favoráveis ao seu

arranque, nomeadamente a assinatura de pactos ou convenções nacionais do PDDAA, a formulação de políticas, a definição de prioridades, o desenho de programas de investimentos, a atração da simpatia das instituições financeiras externas e a tomada de consciência de alguns segmentos sociais africanos a favor do desenvolvimento da agricultura em África. Os obstáculos identificados durante os dez anos terão certamente levado a organização continental a produzir a Declaração de Malabo/2014 e a desenhar um quadro previsional dos resultados do PDDAA para o horizonte 2015-2025, que é praticamente uma ferramenta que serve de guia, porquanto inclui os objetivos, os indicadores ou parâmetros *standards* e a modalidade bienal de avaliação-seguimento sobre os progressos alcançados no cumprimento das disposições da declaração, para favorecer a transformação agrícola e o desenvolvimento rural nos próximos dez anos. Neste particular, assinala-se, que o meio rural deve ser considerado como motor de crescimento e transformação, destacando-se a gestão de terras e água, bem como a priorização dos pequenos produtores como principais protagonistas do processo.

Mas, ainda assim, há uma questão que não pode ser silenciada, pois precisa ser explicada. Quais os fatores que constituíram entraves à implementação efetiva do PDDAA? Primeiro, destacar que entre 2003 e 2013 os países concentraram maior atenção na realização de consultas entre as partes concernentes (governos, setor privado, organizações da sociedade civil, organizações de produtores agrícolas e parceiros de desenvolvimento), formulação de pactos nacionais, identificação de áreas susceptíveis de gerar um crescimento visível, desenho de Plano Nacional de Investimentos Agrícolas (PNIA) ou ainda Plano Regional de Investimento Agrícola (PRIA). Tudo isso constituiu uma mais-valia no processo de criação de condições necessárias à implementação do PDDAA. No entanto, cabe igualmente destacar, que até 2014 havia menos de dez países que tinham alocado 10% dos seus orçamentos ao setor agrícola e muito poucos países tinham alcançado um crescimento de 6% ao ano conforme estipulado na Declaração de Maputo. Segundo, o PDDAA de Maputo limitava a sua implementação aos setores (agrícola, pecuária, pesca, alimentar e ambiente) o que levava a pensar que a responsabilidade recaía unicamente aos ministérios da agricultura, pesca e ambiente. O ideal seria uma intervenção multisetorial de modo a permitir a complementariedade e capitalizar as sinergias em todo o processo, desde a concepção até à implementação. Em terceiro lugar, por altura da formulação dos dispositivos que circunscrevem o processo de implementação do PDDAA os decisores partiram de uma visão linear ao considerarem que o simples facto de conceberem o Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) ao qual se poderia conseguir facilmente angariar fundos a partir de doadores externos, constituía de *per si* uma garantia suficiente para desenvolver a agricultura e o meio rural. Ao cabo de dez anos de implementação do PDDAA de Maputo foram realizados alguns estudos que buscavam compreender as razões que estavam na base dos magros resultados alcançados com a sua implementação. Esses estudos revelam a existência de incompatibilidades na concepção do Plano

Nacional de Investimentos Agrícolas (PNIA) que acabaram por comprometer todo o processo; nalguns países, o PNIA é um plano global, enquanto noutros ele é exclusivo ao sector agrícola.

Ora, nos discursos políticos em torno do PDDAA transparece uma forte vontade das lideranças africanas face a necessidade imperiosa de uma mudança do modismo habitual para uma postura de determinação política transformadora. No entanto, não foi desta vez, que os africanos podem contar com a possibilidade de realizar as suas aspirações de desenvolvimento. Os resultados da implementação do PDDAA em dez anos são bastante ilustrativos; com a excepção do Rwanda, Cabo-Verde e Ilhas Maurícias, dos mais de 40 países africanos que elaboraram e aprovaram os seus pactos nacionais do PDDAA, somente seis, ou seja, Burkina Faso, Etiópia, Malawi, Mali, Níger e Senegal realizaram o objetivo de alocar 10% do orçamento nacional ao setor agrícola (Cabri, 2013, p. 5). A maioria de países africanos continuou remetida a um cinismo, que nem sequer iniciou com as ações de domesticação ou apropriação do PDDAA para a sua transformação em programa nacional de desenvolvimento agrícola e rural. Muitos países revelam incapacidade de formular as suas políticas agrícolas e desenhar programas setoriais orientados para a redução da pobreza devido a falta de conhecimentos sobre a complexidade, a heterogeneidade e as necessidades que as suas populações apresentam. Neste particular, uma avaliação feita em torno das políticas agrícolas e desenvolvimento rural em África assinala:

Pour répondre aux questions relatives au développement agricole et rural, il faut donc disposer de connaissances spécifiques au pays concerné, concernant par exemple la politique et le rôle de l'État face aux défaillances des marchés et aux conditions internationales défavorables, le rôle que pourraient jouer l'État et le secteur privé dans la diffusion des nouvelles techniques et des innovations institutionnelles, et les conséquences de la répartition des rôles économiques entre hommes et femmes dans les sociétés rurales africaines. (BAD et FIDA, 2010, p. 14)

Em 1999, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) lançaram uma iniciativa de redução da pobreza, que inspirou a elaboração de estratégias nacionais que visavam o aumento da eficácia da ajuda externa aos esforços de luta contra a pobreza em muitos países africanos. Os países africanos, ao invés de canalizarem os apoios externos para as zonas rurais, onde reside a maioria de pobres que depende da atividade agrícola, o que seria um incentivo ao desenvolvimento dessas comunidades, trataram de negligenciar o sector agrícola. Ao nível de cada país, a agricultura é uma atividade que proporciona muitos benefícios ao desenvolvimento rural, visto que, além de abastecer as cidades com alimentos, contribui ao rendimento das famílias, ao aumento das receitas públicas e prepara a mão-de-obra que pode ser útil para outros setores. Por alguma

ignorância, o potencial agrícola de África tem sido negligenciado. Um estudo conjunto FAO e BANCO MUNDIAL (2001) aponta para a existência de oito grandes sistemas de produção agrícola nos países em desenvolvimento: 1) Sistemas de produção irrigada; 2) sistemas de produção centrada em terras baixas; 3) sistemas de produção pluvial em zonas húmidas de alto potencial em recursos; 4) sistemas de produção em declives íngremes e terras altas; 5) sistemas de produção pluvial em zonas áridas e frias; 6) sistemas de produção que associam grandes fazendas; 7) sistemas de pesca costeira artesanal; e 8) sistemas de produção intra-urbana.

Em África, a negligência evidenciada demonstra claramente que, por estarem muitos anos à frente dos destinos dos países, as elites que dominam os poderes públicos já não têm mais nada a dar às populações que eles governam. Apesar de haver sinais de vontade política de transformação da situação nas comunidades rurais a tendência é de confundir o aumento da produtividade agrícola com o desenvolvimento rural. Assim, para ilustrar essa tendência tomamos como exemplo a política da África Ocidental.

3.10. A política agrícola da África Ocidental

Depois de um longo período de negligência, a Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO) recoloca a agricultura no centro das prioridades políticas orientadas no combate a fome, na redução da pobreza e no crescimento com vista ao desenvolvimento desta sub-região que integra quinze estados membros (Benim, Burkina Faso, Cabo-verde, Côte d'Ivoire, Ghana, Gâmbia, Guiné Konakry, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra-Leoa e Togo). Com uma população de 367,6 milhões de habitantes em 2017 (UNECA, 2018), constituindo mais de um terço da população total do continente, a África Ocidental regista uma taxa de crescimento demográfico das mais elevadas do continente.

Nos últimos anos, a sub-região da África Ocidental vem registando transformações demográficas e socioeconómicas aceleradas mercê do ambiente de democratização, descentralização e liberalização que permite uma larga participação dos mais variados segmentos da população destes países. Em 2005, os chefes de Estado e de governo da CEDEAO adotaram em Accra/Ghana a ECOWAP/PDDAA, a política agrícola regional dos países da Comunidade Económica da África Ocidental, depois de um processo complexo de negociação iniciado em 2003, envolvendo os quinze estados membros, a Comissão da CEDEAO, a União Africana, as instituições e organizações técnicas especializadas regionais e internacionais como o Comité Permanente Inter-Estado de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS), a Conferência dos Ministros da Agricultura da África

Ocidental e Central (CMA/AOC), a Plataforma de Apoio ao Desenvolvimento Rural e à Segurança Alimentar na África Ocidental e Central (HUB RURAL), o Conselho da África Ocidental e Central para a Pesquisa e o Desenvolvimento Agrícola (CORAF/WECDR), o Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes (IFDC) e a Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda (IITA) respectivamente; e ainda os parceiros da cooperação internacional e desenvolvimento, destacando-se a participação em todo o processo dos atores socio-profissionais, setor privado e organizações da sociedade civil, nomeadamente a Rede das Organizações Campestinas e de Produtores da África Ocidental (ROPPA), a Plataforma das Organizações da Sociedade Civil da África Ocidental (POSCAO), a Rede das Câmaras da Agricultura da África Ocidental (RECAO), a Associação para a Promoção da Pecuária em Savana e no Sahel (APESS/APAGA), a Confederação das Organizações de Pastores Tradicionais em África (CORET), a Rede Billital Marroobé (RBM), a Rede dos Cereais da África Ocidental (ROAC), a Confederação das Federações Nacionais de Carne-bovina (COFENABVI-A.O.) e a União das Organizações da Filial Avícola (U.O.F.A.-A.O.).

A ECOWAP/PDDAA perspectiva uma agricultura moderna e sustentável, fundada na eficácia e eficiência das explorações familiares e na promoção de empresas agrícolas graças a implicação do setor privado. Esta Organização, propõe-se ser produtiva e competitiva no mercado intra-comunitário e nos mercados internacionais, pois, deve garantir a segurança alimentar e procurar os rendimentos decentes para as populações. Em 2009, foi adotado em Abuja/Nigéria um Pacto Regional para a implementação da ECOWAP/PDDAA através do qual a CEDEAO reafirma um forte compromisso de liderança regional e um forte engajamento no sentido de criar um quadro institucional regional e mobilizar meios financeiros para assegurar os investimentos necessários a uma efetiva implementação da política agrícola ora adotada. Nesta senda, a ECOWAP/PDDAA propõe-se a contribuir de maneira sustentável à satisfação das necessidades alimentares da população, ao desenvolvimento económico e social e à redução da pobreza nos estados membros, assim como das desigualdades entre os territórios, zonas e países. Para tornar firme a sua vocação a ECOWAP/PDDAA persegue os seguintes objetivos:

- Garantir a segurança alimentar da população rural e urbana da África Ocidental e a qualidade sanitária dos produtos, no âmbito de uma abordagem que garanta a soberania alimentar da região;
- Reduzir a dependência vis-a-vis às importações, dando prioridade a produção alimentar e a sua transformação, pela valorização e exportação das complementaridades e das vantagens comparativas no seio da região, tendo sempre em conta as especificidades inerentes ao carácter insular ou enclave de algumas zonas rurais ou países;

- Favorecer uma integração económica e comercial equitativa das explorações agrícolas nos mercados nacionais, regionais e internacionais, melhorar os rendimentos da população agrícola, nomeadamente os rendimentos das mulheres;
- Desenvolver as capacidades humanas, criar empregos, garantir as receitas ascendentes e a jusante da produção e contribuir ao desenvolvimento dos serviços no meio rural;
- Garantir uma intensificação dos sistemas de produção, adaptada aos diferentes contextos agro-ecológicas;
- Contribuir na redução da vulnerabilidade das economias da África Ocidental e limitar os fatores de instabilidade e de insegurança regional;
- Contribuir em dotar a agricultura da África Ocidental de mecanismos apropriados de financiamento e à diversidade das explorações e das filiais, assim como à multiplicidade das necessidades.

Com vista a materialização destes objetivos a CEDEAO definiu seis domínios prioritários, nomeadamente:

- 1) a melhoria da gestão da água incluindo a promoção da irrigação e a gestão integrada dos recursos hídricos;
- 2) a gestão melhorada de outros recursos naturais, incluindo a organização da transumância, o reordenamento dos percursos, a gestão sustentável dos recursos florestais e piscatórios;
- 3) o desenvolvimento sustentável das explorações agrícolas incluindo a gestão integrada da fertilidade dos solos, o reforço dos serviços de apoio aos produtores e a disseminação de tecnologias melhoradas;
- 4) o desenvolvimento das filiais agrícolas e a promoção dos mercados incluindo as filiais (alimentares, agricultura peri-urbana, as culturas de exportação, pecuária de ciclo curto, produtos agro-florestais alimentares, pesca artesanal, aquacultura, desenvolvimento da transformação dos produtos, o reforço dos serviços de apoio aos operadores, a promoção do comércio nacional, regional e internacional;
- 5) a prevenção e a gestão das crises alimentares e outras calamidades naturais incluindo a promoção de sistemas de alerta precoce, o desenvolvimento de sistemas de gestão das crises, apoio à reabilitação

das zonas após as crises e o desenvolvimento de mecanismos de compensações asseguradas contra as calamidades;

- 6) o reforço institucional incluindo a integração da abordagem do género, apoio à melhoria das capacidades de formulação das políticas e estratégias agrícolas e rurais, o financiamento sustentável da agricultura, a comunicação, o reforço das capacidades de pilotagem e da coordenação e ainda das capacidades de seguimento e avaliação.

Enquanto política regional, a ECOWAP/PDDAA foi traduzido para um plano Regional de Investimento Agrícola (PRIA) e refletida em 15 Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA) que expressam as prioridades de cada Estado Membro. O Plano Regional de Investimento Agrícola integra instrumentos que na essência refletem os objetivos de robustecer a produção agrícola regional, regular o funcionamento do mercado e garantir um melhor acesso das populações vulneráveis à alimentação. Por vocação, o Plano Nacional de Investimento Agrícola cobre diversas dimensões deste setor (agricultura, pecuária, pesca, silvicultura ou atividade florestal e ambiente) incluindo aquelas áreas transversais ao desenvolvimento agrícola como infraestruturas, reforço das capacidades dos atores vinculados em diversas instituições, pesquisa, etc.

Cabe assinalar que a implementação de uma política agrícola e de desenvolvimento rural envolvendo vários países pressupõe, desde logo, o enfrentamento de uma série de desafios, e no caso da África Ocidental como no resto do continente, os desafios consistem no reordenamento do espaço rural e sua infraestruturização, na gestão sustentável das zonas agro-ecológicas e dos recursos naturais partilhados (bacias hidrográficas, paisagens naturais e reservas da biodiversidade, áreas agro-pastorais e de transumância, etc.); na gestão dos mercados que devem ser estruturados de modo a favorecer uma dinâmica de complementaridade, na criação de fundos financeiros e na criação de oportunidades de emprego para absorver o elevado número de candidatos ao primeiro emprego.

Assim, desde o início de 2000, a África Ocidental vem demonstrando uma dinâmica notável traduzida na adopção de políticas orientadas para o desenvolvimento agrícola e rural, nomeadamente, o Quadro Estratégico de Segurança Alimentar na Perspectiva de Luta Contra a Pobreza em 2000, a Política Agrícola (PAU) da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e, posteriormente, a Política Agrícola Regional ECOWAP/PDDAA em 2005. No concernente a ECOWAP/PDDAA a sub-região realizou progressos assinaláveis tendo definido um quadro político-institucional que permitiu uma participação inclusiva de atores de diferentes segmentos da sociedade na construção de instrumentos necessários para a implementação de uma política orientada ao desenvolvimento agrícola e rural.

Entretanto, a despeito das boas intenções, desde a concepção da política agrícola à formulação dos planos de investimento, o modo como são implementados os programas de desenvolvimento agrícola e rural, levanta uma série de questões quanto à disponibilidade da capacidade financeira, técnica e humana da sub-região em realizar uma revolução de tamanha envergadura. Um dos problemas que a sub-região enfrenta prende-se com o modo como se implementa o programa das subvenções sobre os *ímputs* agrícolas (fertilizantes, sementes melhoradas, pequenos equipamentos agrícolas, etc.). A falta de recursos financeiros constitui um dos principais desafios para esta sub-região, pois, persistem as debilidades no cumprimento da Declaração de Maputo de 2003, que orienta a alocação de pelo menos 10% dos orçamentos nacionais à agricultura. O financiamento da ECOWAP/PDDAA depende ainda dos apoios externos.

Outro problema que a sub-região enfrenta se relaciona com as dificuldades de coordenação institucional. A capacidade de coordenação é fundamental para que as instituições consigam articular os diferentes interesses e ações para uma direção apropriada e em tempo útil; implementar uma política regional coerente com múltiplas intervenções é um exercício de elevada complexidade. Ademais, a sub-região padece ainda de um problema que atravessa quase todas as demais comunidades africanas sub-regionais de desenvolvimento, que se relaciona precisamente com a falta da capacidade humana, técnica e tecnológica para a realização de tarefas complexas. A sub-região enfrenta dificuldades em matéria de colecta e análise de dados. Por conseguinte, observa-se um défice em termos de análise de dados para identificar os ganhos obtidos ao longo de um certo período. Além disso, se por um lado tenhamos que reconhecer importantes progressos alcançados pela CEDEAO em termos de congregação e mutualização de interesses entre os diferentes segmentos da população; por outro, temos que admitir que a sub-região vive ainda um certo défice de integração ou domesticação do processo de transformação e desenvolvimento rural, pois as suas políticas, para além de serem menos abrangentes em termos de inclusão de outros domínios da vida social, visam prioritariamente os produtores agro-pecuarios em detrimento, certamente, daqueles que não se dedicam a esse tipo de atividade. Ora, as sociedades atuais tendem a uma maior proximidade entre as zonas rurais e urbanas, o que configura uma nova relação socio-espacial que aponta para uma ruptura da antiga dicotomia (rural-urbano) e que, de certo modo, apela por uma reformulação das políticas de integração e desenvolvimento rural.

Como se pode perceber, a informação e as análises refletidas nesta seção ilustram claramente a predominância de uma visão economicista nas políticas e estratégias africanas de desenvolvimento rural, que privilegiam o setor agro-pecuário em detrimento de outras áreas sociais (infraestruturas, serviços de educação, saúde e saneamento básico, preservação do ambiente, nomeadamente das fontes de acesso coletivo à água, as florestas, etc.) que têm igualmente um impacto

inquestionável no bem-estar das populações rurais, embora uma tal demarche se afigure complexa e onerosa em termos financeiros. O desenvolvimento rural é um processo de negociação e de construção permanente entre os atores envolvidos, que deve orientar-se por objetivos, prioridades e metas claras e concretas, uma vez que não existe um modelo universal de desenvolvimento rural que seja extrapolável para todas as realidades. Tendo em conta a realidade social, cultural, espiritual, económica e os valores axiológicos reconhecidos por todos os membros, cada sociedade, região ou estado pode conceber um modelo de desenvolvimento rural.

Em África, a abordagem de questões sobre o desenvolvimento das comunidades rurais tendem a negligenciar um aspeto-chave desse processo e que tem a ver com as autarquias ou poder local. A questão de governança é crucial tendo em conta a necessidade de promover a parceria e a visibilidade no sentido de permitir que todos os atores representados coletiva ou singularmente tenham o direito e a oportunidade de participar na tomada das decisões que determinam o rumo das suas vidas. Não é possível imaginar um desenvolvimento rural à margem de uma instituição que assegure a coordenação de todos os atores envolvidos nesse processo. As reformas políticas em África são tão lentas que quase anulam em definitivo o direito das populações ao desenvolvimento. Neste sentido, se afigura necessária para toda a África uma visão holística na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento rural para tornar possível a realização de iniciativas multisetoriais que podem gradualmente superar o quadro de pobreza extrema que assola as populações deste continente, frequentemente utilizado para ilustrar as injustiças que a humanidade vem experimentando ao longo da sua história.

3.11. As políticas educativas em África

No início das independências, na década de 1960, os líderes africanos tinham, a convicção de que as mesmas só seriam consolidadas se as sociedades fossem capazes de realizarem o seu próprio desenvolvimento. De igual modo, partilhavam a convicção de que, o desenvolvimento social passaria basicamente pela educação das populações, entendida como consequência da emancipação política e mecanismo de construção da unidade nacional e, naturalmente como imperativo do progresso social. Para tanto, seria necessário desenhar políticas e estratégias de sua realização. Essa convicção se traduziu na prática com a realização em 1961 em Addis-Abeba da Conferência de Ministros da Educação dos Estados Membros de África (MINADEF I), sob os auspícios da UNESCO e da Comissão Económica para a África das Nações Unidas, na qual foram estabelecidas algumas metas a alcançar em 20 anos, isto é, até 1981 e para as quais foram definidos os seguintes objetivos:

- Ensino primário universal, gratuito e obrigatório;
- Ensino do segundo grau dispensado a 30% das crianças que tenham concluído os seus estudos primários;
- Ensino superior dispensado para cerca de 20% de jovens que tenham concluído os seus estudos secundários.

A implementação da plataforma de Addis-Abeba produziu efeitos notáveis, logo nos primeiros anos da década de 1960, tendo atingido em alguns países, entre 60% e 70% de pessoas em idade escolar. Com efeito, esses resultados foram possíveis na sequência de esforços financeiros consideráveis empreendidos na construção de escolas, provisão de material didático e recrutamento de um número considerável de mestres educadores. Mesmo assim, alguns anos depois, as estatísticas estimavam uma taxa média de escolarização de apenas 30%, pressupondo, desde logo, que 70% de crianças ficavam privadas do direito à escolarização. No entanto, volvidos 7 anos de implementação da plataforma educativa continental, os resultados da sua adaptação e implementação através das estratégias educativas nacionais dos países revelaram-se aquém das expectativas criadas em Addis-Abeba.

Em 1968, realizou-se a Conferência sobre Educação e Formação Técnica em Nairobi que fez um balanço provisório dos resultados da primeira fase de implementação da plataforma de Addis-Abeba tendo constatado que, à despeito de sacrifícios financeiros consentidos e dos progressos alcançados pelos países, ainda há um longo caminho a percorrer para atingir as metas que haviam sido acordadas. Apesar de reiterar a manutenção dos objetivos formulados na Conferência anterior, a segunda Conferência, ao proceder o balanço da implementação das recomendações da primeira Conferência de Addis-Abeba constatou uma série de debilidades dos sistemas educativos africanos (insuficiências de recursos financeiros, fraca capacidade técnica e tecnológica dos recursos humanos, a falta de flexibilidade dos programas escolares, a penúria de professores técnica e cientificamente qualificados, o abandono escolar por parte dos alunos, etc.). Na sequência dessas constatações foi adotada uma série de resoluções apelando a UNESCO a proceder em tempo útil uma revisão desses objetivos educacionais destacando-se, para todos os efeitos, a necessidade de os países africanos introduzirem as línguas nacionais no ensino, melhorar a qualidade do ensino primário e secundário, melhorar a formação técnica e científica dos professores para as escolas do meio rural, adequar os programas de estudo, os métodos pedagógicos e as condições de aprendizagem das populações rurais.

Decorridos oito anos da Conferência de Nairobi, a OUA, a UNESCO e a UNECA voltariam a organizar em 1976 uma outra Conferência de Ministros da Educação em África, desta vez em Lagos/Nigéria. A semelhança de Nairobi, a Conferência de Lagos também realizou um balanço dos progressos alcançados no

domínio da educação em África mas, desta vez, concluiu-se que a origem dos males que atravessam a educação em África radicava nas graves insuficiências herdadas do período colonial (conteúdos e orientação do ensino), o que faz da escola uma instituição distanciada do meio social. Em face destas constatações foi igualmente formulada uma série de recomendações, destacando, pois, a necessidade de uma reforma global.

Desde então, África registou um crescimento notável dos efetivos escolares entre a década de 1960 e 1970, fruto dos esforços empreendidos pelos países neste domínio. Em 1982, a UNESCO voltou a convocar a quarta Conferência de Ministros da Educação e da Planificação Económica realizada em Harare/Zimbabwe para debater questões atinentes à política e a cooperação em matéria de educação. Mais especificamente, a Conferência de Harare realizou o balanço do Plano de Addis-Abeba e traçou novas orientações para os próximos 20 anos concernentes nomeadamente: a eliminação do analfabetismo, a renovação do ensino das ciências e da tecnologia e o ensino superior ao serviço do desenvolvimento das sociedades africanas.

Entretanto, os desafios que pesam sobre os sistemas educativos continuam sendo os mesmos (democratização, pertinência socio-cultural e económica e mobilização de recursos. A preocupação com o combate ao analfabetismo remonta a década de 1970, altura em que muitos países reconheceram o direito dos adultos à educação encorajando-os a participar no desenvolvimento de seus países. Os países optaram por generalizar o acesso à educação criando condições para garantir aos jovens e adultos a instrução de base a que têm direito. A finalidade consistia em ajudar todos os interessados a desenvolverem as suas possibilidades como seres humanos e exercer um papel útil enquanto cidadãos. Essa estratégia foi adotada por países como Kenya, Zâmbia, Burundi, Lesotho, Madagáscar, Maurícia, Somália, Swazilândia UNESCO, OUA e UNECA (1982).

No concernente ao ensino secundário e ao ensino superior as políticas visavam responder às necessidades de mão-de-obra, à expansão e a diversificação do ensino do segundo grau e o estabelecimento de um sector pós-secundário. Na década de 1970, as economias nacionais estavam em rápida progressão o que implicava uma grande demanda de competências técnicas diversas e em todos os níveis de formação de pessoal qualificado (básico, médio e superior). E, foi precisamente nessa altura que foram criados estabelecimentos especializados de ensino técnico-profissional de segundo grau e de formação técnico-científica, agrícola de nível superior. Os países que já possuíam universidades privilegiaram as faculdades de ciências, tecnologias, agricultura, particularmente as matemáticas que são fundamentais para os estudos técnicos e científicos, em detrimento das ciências humanas.

No período em referência, e com vista a proporcionar à criança uma educação adaptada ao seu meio, os países africanos²⁰ integraram nos programas de ensino primário as línguas nacionais ou maternas e as tradições africanas como suporte pedagógico imprescindível, porquanto, essas, além de facilitarem a aquisição de conhecimentos constituem igualmente ferramentas incontornáveis de criatividade que qualquer ser humano deve dominar para exteriorizar o potencial intelectual e criativo que lhe é inerente por natureza.

3.12. O ensino primário

A necessidade de universalização do ensino primário foi, desde logo um dos grandes objetivos da Conferência de Addis-Abeba e faz atualidade mesmo nas décadas posteriores. A Conferência de Addis-Abeba havia estabelecido uma taxa de progressão de 5,6 % por ano; ora, uma demarche desta magnitude implica necessariamente um exercício de cálculo da população a escolarizar nos estados membros, e mais do que isso, a projeção do crescimento da população no período previsto. Mas, tudo indica que os cálculos feitos subestimaram o ritmo de crescimento que se registava naquela época e por conseguinte, o crescimento demográfico ultrapassou as projeções fixando-se em 6,2% por ano em contradição com os 5,6 % de progressão da escolarização projetados. Globalmente, os progressos de escolarização primária entre 1960 e 1980, observada na população com idades entre 6 e 11 anos variam mediante a realidade de cada país. Enquanto alguns países atingiam o objetivo, outros estavam ainda longe da meta prevista UNESCO, OUA e UNECA (1982).

3.13. O ensino secundário

No período de 1970-1980 registou-se um certo crescimento da taxa de passagem no ensino secundário na maioria de países, mas, a diversidade é ainda mais acentuada entre si. Segundo dados da UNESCO, OUA e UNECA(1982) em países como Argélia, Congo, Líbia, Gabão, Ilhas Maurícias e togo, a taxa bruta de escolarização no ensino secundário foi superior a 20%, mas a maioria de países africanos enfrenta ainda um grande défice em pessoal técnico para o subsistema do ensino secundário. Em 1978, a população estudantil estava assim distribuída: ensino geral 85 %, ensino normal 5% e formação profissional 10 %, contra 84 %, 4 % e 12 % respetivamente em 1970. Entre os efetivos estudantis, o número de raparigas inscritas no ensino secundário aumentou passando de 30% em 1970 para

²⁰ A iniciativa de integrar as tradições e as línguas africanas não abrangiu o sistema educativo angolano que continua a educar as crianças utilizando unicamente a língua portuguesa e sem definição clara de ser a língua primeira ou língua segunda.

37% em 1980. Com efeito, o crescimento da taxa de passagem no ensino secundário, se deve em parte, pela reorientação observada através das reformas que permitiram um maior acesso a este subsistema antes considerado seletivo e reservado à elite.

Entretanto, nalguns países, o ensino secundário continua a ser ministrado significativamente pelo setor privado e, contrariamente ao ensino primário, a percentagem dos efetivos no ensino privado não registou qualquer redução. O estudo em análise alude, que em 1979, dos 30 países com dados disponíveis, 11 possuíam mais de $\frac{1}{4}$ dos efetivos do ensino secundário nos estabelecimentos privados. Contudo, a diminuição dos efetivos nos estabelecimentos privados regista-se naqueles países que implementam políticas de alargamento do acesso aos anos de estudo que correspondem ao primeiro ciclo do secundário. Em ambos casos são estabelecidos mecanismos para garantir o controlo da qualidade do ensino oferecido aos escolares, até porque, esses estabelecimentos beneficiam das contribuições do estado.

Considerado como instrumento importante para dinamizar a economia dos países, o ensino secundário em África não tem todavia beneficiado de investimentos significativos de modo a proporcionar-lhe condições necessárias ao seu pleno funcionamento. Neste particular, a importância não deve ser atribuída unicamente ao subsistema de ensino secundário, abrindo horizontes para uma tendência de fragmentação dos sistemas educativos. É importante sublinhar que todos os subsistemas que compõem o edifício educativo têm o mesmo peso, a mesma importância na medida em que todos são interdependentes, pois nenhum deles se desenvolve sem a concorrência de outros. Deste ponto de vista, as análises sobre a educação em África devem insistentemente priorizar os aspetos relacionados com a qualidade do produto que as escolas expedem para o conjunto da sociedade.

3.14. O ensino Superior

No período em análise, o ensino superior registou um crescimento superior em relação aquele verificado nos demais níveis dos sistemas educativos nacionais. Esta ideia é corroborada pelos estudos realizados pela UNESCO segundo os quais, dos 43 países africanos dotados de instituições de ensino superior, os efetivos estudantis passaram de 142.000 em 1960 para 1.169.000 em 1980. Embora as estatísticas em África padeçam de fiabilidade, se poderia aferir que estas cifras refletem um crescimento da taxa bruta de escolarização de 3,0 % entre 1960-1980. De acordo com o mesmo estudo,

Produziu-se um importante desenvolvimento a partir de 1965, nomeadamente durante o período de 1965-1970, no decurso do qual

número de países (Angola, Benim, Guiné, Burkina Faso, Malawi, Mali, Maurícia, Rwanda, Somália, Tanzânia, Togo) apresentam uma taxa de expansão anual de efetivos compreendida entre 30 e 82 %, se bem que em cifras absolutos o número de estudantes implicados seja relativamente baixo. Esse tipo de evolução concerne essencialmente aos países onde o ensino superior vem sendo criado. Naqueles em que já existia (Argélia, Egípto, Etiópia, Madagáscar, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Tunísia), o número de estudantes continuou a aumentar regularmente a partir de 1965, em taxas da ordem de 15 % por ano pelo menos” (UNESCO, OUA e UNECA, 1982, p. 25).

A despeito do crescimento espetacular, o ensino superior em África é uma realidade diversa e complexa, que enfrenta enormes desafios no seu desenvolvimento. Esses desafios que são comuns em quase todos os países advêm das tentativas de sua instrumentalização e marginalização pelos grupos hegemônicos que exercem uma pressão produtivista dos docentes sem se preocuparem com o investimento na capacitação e qualidade desta classe de profissionais.

Além de difícil acesso a esse nível de ensino, o seu funcionamento está marcado por fatores desmotivadores como a baixa remuneração, as precárias condições de trabalho, a falta de interação com a sociedade, a baixa produção científica por falta de recursos financeiros para a investigação, a sujeição aos interesses politico-partidários o cinismo e o conformismo dos docentes, etc. Apesar dos discursos favoráveis ao desenvolvimento do ensino superior, insistentemente pronunciados em fóruns nacionais e internacionais, as elites do poder em África se revelam adversos à manutenção e valorização das instituições onde se desenvolve esse tipo de ensino por serem laboratórios de produção da massa crítica.

Por outra, cabe sublinhar, que entre as décadas de 1980 e 1990 a educação na sua globalidade em África sofreu uma profunda marginalização na sequência da implementação dos programas de ajustamento estrutural que levaram a redução drástica nos orçamentos nacionais das assignações destinadas aos setores sociais, nomeadamente à educação. Essa marginalização veio a ser mitigada pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (EPT) Jomtien/1990, Pelo Forum Mundial de Educação Dakar/2000 e pela Agenda de Desenvolvimento do Milénio, no âmbito da qual foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Estes três eventos traçaram horizontes para uma tomada de consciência à favor de uma concepção de desenvolvimento assente no homem, pela sua capacitação através da educação para enfrentar os mais variados desafios da vida.

3.15. A educação para todos em África no limiar do terceiro milénio

O Forum Mundial de Educação realizado em Dakar em 2000 abriu uma nova era de mobilização internacional para o desenvolvimento da educação. Desde então, todas as atenções se centram na escolarização universal, para a qual será necessária uma revisão das políticas educativas, a clarificação dos objetivos da educação nas dimensões (formal, não-formal, informal, profissional, adulta, etc), a redefinição das suas prioridades, o financiamento, enfim, toda uma racionalização das ações a empreender para a educação e o desenvolvimento do homem.

No concernente à África, o panorama educativo no limiar do terceiro milénio era caracterizado por enormes desigualdades entre regiões e países e no interior destes, também se distinguem (homens e mulheres), sobretudo, as desigualdades demo-espaciais, isto é, entre as comunidades rurais e urbanas.

Em 2000, a África contava com uma população de 631 milhões de habitantes e apresentava os seguintes indicadores educacionais: a taxa bruta de escolarização no ensino primário era de 82% com importantes disparidades entre regiões (67 % na África Central e 100 % na África Austral); a taxa de conclusão do ensino primário era de 47 %, sendo 34 % para a África Central e 43 % para a África Ocidental. A taxa bruta do ensino secundário não passava dos 28% no primeiro ciclo e 19% no segundo ciclo; em média, somente 10 % de uma geração de crianças terminava o ciclo secundário completo; a formação técnico-profissional era débil, pois, os efetivos não passavam dos 8 %, sendo 21 % na África Central. O número de adultos alfabetizados era de 58 %, tendo-se destacado a África Oriental com 72% e a África Austral com 74 %; Enquanto isso, a África Ocidental apresentava ainda uma elevada percentagem de analfabetos (39%). A cobertura no ensino superior era bastante fraca, ou seja, 217 estudantes para 100.000 habitantes, mas alguns países como a Nigéria e as Ilhas Maurícias tinham uma cobertura na ordem de 1000 estudantes por 100.000 habitantes; ou ainda a Libéria e a África dos Sul que tinham uma cobertura de cerca de 1500. As desigualdades entre meninas e meninos no primário apresentavam uma média de 85 meninas escolarizadas contra 100 rapazes UNESCO (2015).

Este quadro pouco animador interpelava as lideranças dos estados para um reposicionamento favorável ao desenvolvimento da educação. Em face disso, os estados trataram de aumentar os recursos financeiros destinados à educação; decorridos que foram 12 anos, em 2012, o quadro viria alterar-se para uma relativa melhoria. O PIB para educação passou de 8 % para 21 %, sendo a África Austral e a África Central as regiões que assignaram taxas mais elevadas (27,4 % e 26 %) respetivamente, conforme se pode observar no (quadro 7).

Quadro 7. Financiamento da educação por região-2012 (Adapt. Do quadro do IIPE)

	África Ocidental	África Oriental	África Austral	África Central	África subsariana
Recursos próprios do Estado % PIB	17,1 %	20,0 %	27,4 %	26,1 %	21,0 %
Evolução global 2000-12	+19 %	+8 %	-3 %	+32 %	+8 %
Despesas da educação, % despesas correntes do estado (sem dívida)	24,5 %	24,0 %	19,9 %	21,3 %	22,8 %
Evolução global 2000-12	+1 %	+13 %	-7 %	+39 %	+11 %
Despesas totais da educação sobre recursos internos em % PIB evolução global 2000-12	4,3 %	4,3 %	5,6 %	4,3 %	4,5 %
	+15 %	+3 %	-4 %	+48 %	+13 %
Parte do primário nas despesas correntes da educação.	48,6 %	42,0 %	40,5 %	41,2 %	44,2 %
Evolução global 2000-12	+7 %	-18 %	-23 %	+10 %	-6 %
Parte do secundário geral/EFTP nas despesas correntes educação.	30,9 %	31,4 %	29,5 %	29,8 %	30,5 %
Evolução global 2000-12	-11 %	+16,2 %	+14 %	-9 %	+0 %

Fonte: IIPE/Polo de Dakar, UNESCO, 2015.

O incremento financeiro para a educação favoreceu a melhoria do Índice Africano de Desenvolvimento (IAD/EPT), que pode ser calculado na base de três indicadores: a taxa de conclusão do primário (objetivo 2), a proporção de alfabetizados entre a população de 15 anos ou mais (objetivo 4) e a paridade rapariga/rapaz (objetivo 5) em matéria de escolarização primária. A maior progressão do índice registou-se na África Ocidental, que em 2000 apresentava um nível inicial mais débil. Em 2012, a África Austral foi a sub-região que alcançou o índice médio mais elevado (71,6) pontos UNESCO (2015).

A progressão do índice por países pode ser descrito do seguinte modo: na África Austral²¹, destaque para a África do Sul, o Botswana e a Namíbia que alcançaram um índice superior a 80 pontos, enquanto o Lesoto, a Swazilândia, a

²¹ A divisão regional da UNESCO que aludimos nesta página difere daquela utilizada pelas instituições continentais africanas.

Zâmbia e o Zimbabwe alcançaram 70 pontos; na África Oriental destaque para as Ilhas Seychelles, as Ilhas Maurícias e o Kenya todos se aproximaram aos 90 pontos, enquanto a maioria de países desta sub-região (Comores, Madagáscar, Rwanda, Uganda e Tanzânia) pontuaram entre 55 a 65; a Erytreia e a Etiópia pontuaram 35 e 150 respetivamente; já na África Central o destaque para o Gabão com 82,1 pontos, Burundi 110 pontos e o Tchad com mais de 90 pontos; na África Ocidental destacaram-se o Ghana e o Cabo-Verde com 77,2 e 83,6 pontos respetivamente; os demais países não alcançaram acima dos 30 pontos UNESCO (2015). Globalmente, os resultados em África não são todavia satisfatórios. O quadro 8 resume os resultados da Educação Para Todos em África.

Quadro 8. Resumo dos resultados da EPT- África Subsariana/2012

Objetivo	Resultado	
	2000	2012
Objetivo-1: A educação e a proteção da pequena infância	11,1 %	19,9 %
Objetivo-2: A escolarização primária Universal	46,8 %	66,6 %
Objetivo-3: Necessidades educativas de jovens e adultos	94 %	128 %
Objetivo-4: A educação de adultos	57,9 %	68,6 %
Objetivo-5: A paridade de género na educação	0,85 %	0,94 %
Objetivo-6: A qualidade da educação	46 Alunos/mestre	44 Alunos /mestre

Fonte: UNESCO, 2015.

Como se pode observar, apesar de alguns progressos na realização da Educação Para Todos (EPT) em África os objetivos não foram alcançados em 2015 conforme havia sido mundialmente estabelecido.

3.16.A educação nas comunidades rurais

A abordagem da educação nas comunidades rurais implica uma caracterização genérica dos espaços rurais e discernir posteriormente sobre o lugar da educação nos processos de desenvolvimento dessas comunidades. Antes porém, lembrar o facto de que, nos primeiros anos das independências predominou uma concepção economicista na formulação das políticas em África, mas, mesmo assim, essas políticas negligenciaram as comunidades rurais. Esta grande falha alastrou-se pelo menos até a década de 1990, embora se tenha escrito tanto a respeito da importância

da agricultura no panorama económico dos países e sobre o papel da educação no desenvolvimento agrícola. Não obstante, houve no passado iniciativas por parte de alguns países (Angola, Benim, Botswana, Burundi, Congo, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Kenya, Lesotho, Malawi, Rwanda, Seychelles, Swazilândia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia) em integrar nos currículos escolares matérias relacionadas com a agricultura. No entanto, esta demarche suscitara acesos debates na época, que culminaram com a sua exclusão dos programas escolares. Um estudo realizado pela FAO et UNESCO (2005) assinala que,

Desde o início dos anos 1970, a noção de educação de base era definida no sentido muito mais amplo remetendo para a aquisição de conhecimentos e do saber-fazer nos domínios complementares: alimentação, nutrição, higiene, saúde, planificação familiar, etc. O debate sobre a educação e o desenvolvimento rural incluiu então formas diversas de educação não formal, incluindo programas de alfabetização de adultos (p. 40).

Entretanto, seria necessário esperar pelas iniciativas da comunidade internacional sobre os novos paradigmas de desenvolvimento para que os países despertassem relativamente à necessidade de integrarem as comunidades rurais nos processos de desenvolvimento, e mesmo assim, de maneira ainda tímida. Retomando a ideia inicial, as comunidades rurais em África se caracterizam por uma acentuada penúria consubstanciada na falta de serviços básicos, nomeadamente a educação, serviços sanitários, aprovisionamento da água e saneamento, serviços de apoio a produção, transporte e de infraestruturas como estradas, pontes, etc.; nos países de baixa renda, a falta de estruturas escolares obriga as crianças a estudarem debaixo das árvores, naquilo que simboliza os níveis de desigualdades entre as crianças que estudam numa comunidade rural em relação aquelas que estudam em escolas relativamente confortáveis da cidade e arredores. A fome e a malnutrição são outros indicadores da pobreza que caracteriza as comunidades rurais; as crianças das famílias de muito baixa renda não têm a possibilidade de ter sucesso escolar, uma vez que, elas se alimentam mal e às vezes, têm que percorrem longas distâncias que separam a escola da sua comunidade de residência. Um outro problema que assola as comunidades rurais tem a ver com a qualidade e a pertinência das aprendizagens escolares; em muitos países, os currículos ou programas escolares não contemplam aquelas dimensões susceptíveis de consolidar os aspetos sociais, culturais e ambientais das comunidades rurais. Os conteúdos dos programas e dos manuais escolares privilegiam os aspetos da vida urbana sem qualquer relação com a vida rural.

3.17. A implementação da Educação para Todos (EPT) nas comunidades rurais

Em 2005, sob iniciativa da ADEA, realizou-se em Addis-Abeba um seminário dedicado à educação das populações rurais, numa organização conjunta da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Instituto Internacional de Planificação da Educação (IIPE) no âmbito do qual os participantes descreveram a realidade dos seus países neste domínio. Os resultados das apresentações sobre a Educação Para Todos (EPT) foi objeto de uma publicação cujo teor abaixo se resume:

Objetivo-1 Proteção e educação da pequena infância

Poucos foram os países que adotaram políticas de proteção e educação da pequena infância: África do Sul, Burkina Faso, Etiópia e Uganda; 1) na África do Sul, o programa de Proteção e Educação da Pequena Infância registou um aumento de 12 % na sequência do alargamento do acesso das crianças de cinco anos aos fundamentos educativos de qualidade; 2) no Burkina Faso, a educação pré-escolar é apenas embrionária, pois contava apenas com 1,17 % de crianças de menos de seis anos. As poucas estruturas existentes estão concentradas nas cidades e o acesso é apenas para crianças de famílias abastadas. No entanto, foi criado um centro familiar na aldeia de Bisongo vocacionado a cuidar de crianças dos três aos seis anos; o centro procura inculcar nas crianças competências de base (saúde, alimentação e higiene), bem como estimular-lhes o desenvolvimento sensorio-motor e psico-afetivo. O programa é gerido pelas mães e papás da própria aldeia; 3) Na Etiópia, existe um serviço que se encarrega de cuidar das crianças dos quatro aos seis anos; a taxa de efetivos é de 2,2 %. A gestão do serviço é assegurada pelas ONG e privados, mas nenhuma criança do meio rural tem acesso a esse serviço; 4) em Uganda, os cuidados da pequena infância estão confiados aos privados e particulares. A maioria dos jardins-de-infância se concentram nas cidades e as crianças acedem para o primário sem contudo terem recebido ferramentas da pré-escola; as crianças que estão nessa condição descendem de famílias não escolarizadas.

Objetivo-2 Escolarização primária universal

Em 1990, a África do Sul estava praticamente ao nível da escolarização universal com 95 % de crianças em estabelecimentos de educação e proteção de

infância. A Tanzânia, contava com uma taxa de 90,5 % de crianças em 2004; o Uganda, reporta uma taxa do ano 1996 na ordem de 7,7 milhões ou 89 % de crianças inscritas no primário; em Moçambique, o número de crianças inscritas aumentou de 1,7 para 2,8 milhões, ou seja, uma taxa de 44 % em 1997 para 70 % em 2003; na Etiópia, o número de crianças inscritas no primário perfaz mais de 9,5 milhões, com uma taxa de crescimento de 10,2 %. No entanto, entre os anos 2003 e 2004 as taxas foram de 68,4 % e 57,4 %; no Níger, a taxa de escolarização primária era de 42 % à escala nacional com 52 % nas cidades e 36 % nas comunidades rurais; no Madagáscar, na sequência de inúmeras dificuldades mais de 56 % de efetivos não têm acesso à escola.

Ora, nos últimos 20 anos, a educação tem estado a centralizar os debates, quer em foros internacionais e regionais, quer ao nível dos países. Os debates e os discursos tendem a conferir à educação uma importantíssima missão, não somente de desenvolvimento cultural, tecnológico ou mesmo económico, mas sobretudo, por ser ela mesma a chave do desenvolvimento humano. Mas será que esta concepção de desenvolvimento está devidamente domesticada e socializada nas instituições africanas? E por que razão as agendas de desenvolvimento não se cumprem em África?

A educação é de facto, a esfera social que está vocacionada a socializar os ideais de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. É o meio onde a inovação se torna crucial, mas, é também aqui onde a marginalização e a inércia parecem ganhar terreno na atualidade. Para compreender as causas do incumprimento das políticas e das reformas educativas em África, precisa-se de descortinar alguns aspetos que são pertinentes. No início das independências, registou-se um rápido desenvolvimento dos sistemas escolares em África impulsionado por dois fatores: o primeiro consistiu na vontade política dos estados em desenvolver a educação sendo essa considerada, por um lado, como instrumento necessário para a construção da unidade nacional; por outro, como instrumento privilegiado do processo de desenvolvimento económico dos países. O segundo fator foi a explosão brusca da demanda educativa, uma necessidade que os colonizadores frenaram durante vários séculos. Foi a partir desta realidade que se considerou prioritária a definição do objetivo de uma escolarização primária universal na Conferência de Addis-Abeba em 1961. Os líderes africanos de então visualizavam uma escolarização primária generalizada, desde o início das independências. Em 1982, volvidos mais de 20 anos, a Conferência voltaria a reunir-se em Harare para proceder ao balanço dos resultados desse longo período, tendo constatado a não-realização dos objetivos fixados. O relatório da Conferência de Harare limitou-se a tomar nota da taxa média de escolarização (62 %) do grupo etário dos 6 aos 11 anos, sendo que, apenas 15 países registaram uma taxa superior a 75 % e nenhum de entre eles atingiu a meta de universalizar a escolarização primária. As razões do fracasso não foram suficientemente analisadas e os conferencistas limitaram-se em declarar

que o objetivo da escolarização de todas as crianças no ensino primário, não foi atingido em razão essencialmente de uma elevada taxa de crescimento demográfico. Ora, não é sensato imputar o fracasso das políticas a um único fator demográfico, omitindo problemas estruturais (socioculturais, ideológicos, institucionais, económicos, financeiros, etc), que concorrem igualmente para esse quadro. A este respeito, e sem pretender ser exaustivo, caberia apenas mencionar alguns, de entre os problemas acima evocados; o fator sociocultural – para as comunidades autóctonas africanas que são maioritariamente agrícolas e nalguns casos pastoris, a educação laboral desde a infância é algo sagrado, que não pode ser substituída ou postergada por uma educação escolar formal de matriz greco-romana, que não tem nenhum vínculo com os modos de produção, as pautas simbólicas, o sistema de valores, etc., vigentes nessas sociedades. Daí considerarem a educação escolar formal como um mecanismo de promover a preguiça e a alienação. Isto explica em parte a resistência dessas comunidades em relação a escola e o elevado índice de analfabetismo entre as populações rurais. Por outra, o fator económico e financeiro pesa sobre a atitude das pessoas. As famílias autóctonas, por exemplo, se estruturam em uma espécie de associações de produção, onde todos os membros têm os mesmos deveres de participarem das atividades produtivas para terem direitos aos benefícios daí resultantes. A ausência prolongada de um dos membros cria um vazio que precisa de ser preenchido por outrem; o percurso escolar é longo e as famílias não têm a certeza se o investimento com a escolarização trará alguma compensação. A escolarização tem custos e para quem sobrevive com baixos rendimentos, investir em algo que só a longo prazo poderá dar resultados significaria postergar o destino.

No caso das instituições – elas são geridas por pessoas que estabelecem relações entre si e com a macro-sociedade; as mentalidades e as ideologias dos agentes institucionais, tanto podem favorecer, ou pelo contrário, frenar a educação e o desenvolvimento humano. As instituições africanas modernas padecem de fenómenos como o nepotismo, o clientelismo político, o cabritismo e outras anomias que constituem um verdadeiro freio ao desenvolvimento. Numa sociedade onde as relações são dominadas pelo clientelismo político, os recursos financeiros são sistematicamente desviados para esse fim, em detrimento dos setores sociais que são os mais sacrificados. Enfim, se poderia esmiuçar mais profundamente estes aspetos, o que não parece ser propósito desta abordagem. O reto, neste caso, é sem dúvida a necessidade de realizar previamente estudos susceptíveis de subsidiar a formulação de políticas de desenvolvimento.

Conclusões do capítulo

A África é, na generalidade, um continente em desenvolvimento. Com efeito, a realidade socioeconómica, cultural, política e de modo geral, o seu estágio de

desenvolvimento, se caracteriza, de certo modo, pela prevalência das experiências produzidas nas sociedades pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais.

Durante a colonização, polarizaram-se as relações entre o centro dominante, detentor de capital, de recursos humanos, do “*know-how*” e de tecnologias e a periferia dependente, isto é, criaram-se mecanismos para a transformação das colônias africanas em mercados, para onde seriam exportados os produtos industrializados provenientes da metrópole, através da implementação de políticas orientadas para a consolidação da dependência das sociedades africanas em relação às metrópoles colonizadoras. Foi nesse período que os países africanos especializaram-se na extroversão económica, através da exportação de matérias-primas, com especial destaque à exportação de minérios e produtos minerais, isto é, se cristalizou em África o fenómeno rendeiro, consubstanciado no enriquecimento sem desenvolvimento.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial pareciam vislumbrar horizontes para uma nova era de desenvolvimento em África, com o nascimento do panafricanismo e com ele, os movimentos de libertação dos países, que, desde logo, começaram a formular propostas de contrato social pós-independência, embora as mesmas não tenham sido suficientemente esclarecedoras quanto aos modos de relacionamento entre as elites detentoras do poder político e o povo, nem delineadas as formas de participação da população nos processos de desenvolvimento. Foi nessa altura que se começa a construir o distanciamento entre as elites detentoras do poder político e o povo e se cristaliza a legitimidade dessas elites na formulação das políticas de desenvolvimento para o conjunto da sociedade, sem a participação dos diferentes segmentos societários.

O início das independências de países africanos na década de 1960 ocorre sob influências das superpotências protagonistas da guerra-fria (ex-URSS e EUA), tendo por conseguinte fragmentado o continente em países de alinhamento capitalista e países de alinhamento socialista ou comunista. Não obstante, o modelo de desenvolvimento adotado por uns e outros foi o nacional-desenvolvimentista assente na centralização das decisões e da planificação de todos os serviços. Embora tenham sido ensaiadas a industrialização para a substituição das importações, a satisfação das necessidades básicas, o Plano de Ação de Lagos, as políticas e as estratégias de integração sub-regional e continental, com a finalidade de inverter a dependência externa, dando primazia ao desenvolvimento endógeno, o certo, porém, é que, na maioria de países, o quadro se mantém, e o protagonismo ainda não se deslocou do epicentro “das elites” para os diversos segmentos da sociedade, a fim de permitir uma maior participação da população, não somente na tomada de decisões, mas, sobretudo, no conjunto das ações que circunscrevem os processos de desenvolvimento. No entanto, na maioria de países, o modelo nacional-desenvolvimentista e centralizado não assentava no princípio da justiça e não

respeitava os direitos humanos de modo a providenciar os serviços básicos a toda a população e promover o equilíbrio entre os diferentes segmentos sociais. A sua implementação durante várias décadas teve por consequência o aprofundamento das desigualdades entre as elites do poder e a maioria da população, mas, sobretudo, a pauperização dos pobres residentes maioritariamente nas comunidades rurais. Além disso, o distanciamento entre as elites que controlam o poder político e económico e o povo, explica em grande medida as profundas desigualdades que permeiam as sociedades africanas, bem como o fracasso das políticas e das estratégias de desenvolvimento endógeno ensaiadas ao longo de mais de 50 anos.

No concernente à educação, no início das independências, os líderes africanos partilhavam a visão de que, o desenvolvimento social passaria basicamente pela educação das populações, entendida como instrumento de construção da unidade nacional e como imperativo do progresso social. Para transformar este ideal em políticas e programas concretos realizou-se: a Conferência de Addis-Abeba de Ministros da Educação em 1961; a Conferência de Nairobi sobre a Educação e Formação Técnica em 1968; a Conferência de Lagos de Ministros da Educação em 1976; e, a Conferência de Ministros da Educação e da Planificação Económica que teve lugar em Harare, auspiciadas pela Organização de Unidade Africana (OUA), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e cultura (UNESCO) e Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), que produziram importantes recomendações sobre a melhoria dos sistemas educativos e destacaram a necessidade de uma reforma global. Desde então, a África registou um crescimento notável dos efetivos escolares entre a década de 1960 e 1970, fruto dos esforços empreendidos neste domínio. Nos períodos que se seguiram, os desafios que pesam sobre os sistemas educativos continuaram a ser os mesmos, nomeadamente, a falta de democratização, fraca pertinência socio-cultural e económica, assim como a consignação marginal de recursos financeiros ao setor educacional.

Quanto ao meio rural, a educação se caracteriza por um défice de instituições escolares, situação que faz com que, em alguns países, as crianças estudem por debaixo das árvores, naquilo que simboliza os elevados níveis de desigualdades entre aqueles que estudam numa comunidade rural e os que estudam em escolas da cidade que dispõem de condições relativamente confortáveis; em muitos países, as crianças das comunidades rurais oriundas de famílias de baixa renda não têm a possibilidade de ter algum sucesso escolar, uma vez que, elas se alimentam mal e, às vezes, têm que percorrer longas distâncias que separam a escola das suas aldeias.

Por outra, constitui igualmente um fator constrangedor a qualidade e a pertinência das aprendizagens escolares; os currículos e programas escolares não contemplam aquelas dimensões susceptíveis de consolidar os aspetos sociais, culturais e ambientais das populações rurais. Os manuais escolares privilegiam os

aspectos da cultura urbana profundamente influenciada pela matriz ocidental, sem qualquer vínculo com a vida rural; na maioria de países não se aplica na educação aquele princípio que pode ser considerado de discriminação positiva entre o rural e o urbano, no desenho das políticas educativas. O modelo educativo adotado pela maioria de países africanos é homogeneizador, promotor da marginalização cultural e da exclusão social, tendo em conta que os currículos, os planos de estudo e os conteúdos dos manuais escolares são concebidos, sem ter em consideração as necessidades educativas específicas das populações residentes habitualmente nas comunidades rurais. Apesar do esforço que os estados empreendem em construir escolas nas comunidades rurais, no entendimento das populações residentes nessas comunidades, tal esforço representa tão-somente uma extrapolação das necessidades educativas da cidade para a comunidade rural, ou seja, uma estratégia de alienação cultural das suas crianças. Além do problema da língua de escolarização primária, que na maioria de países é sempre aquela do colonizador, mal dominada pelas crianças e adultos nas comunidades rurais, as propostas educativas e de aprendizagem que essas escolas realizam, estimulam a emigração de jovens para as cidades, por ser ali onde podem aplicar e tirar proveito dessas aprendizagens; essa emigração tem duas consequências: o despovoamento do meio rural que fica desprovido da força de trabalho ativa, capaz de empreender e enfrentar os desafios de desenvolvimento local; e uma segunda consequência do êxodo rural está relacionada com o sobrepovoamento dos espaços urbanos. Ora, o sobrepovoamento urbano, além dos problemas com a distribuição da água, da rede eléctrica, dos serviços de saneamento básico, do desequilíbrio em termos de distribuição da população pelo território e do desemprego que este fenómeno ocasiona, o mesmo é também uma das principais causas da degradação ambiental que permeia os espaços urbanos em África.

Além dos aspectos acima afluídos, há que considerar que, o desenvolvimento do continente africano começa a figurar no centro da pesquisa social depois da Segunda Guerra Mundial, numa altura em que nasce o pan-africanismo, o projeto de libertação nacional e o contrato social pós-independência delineado pelos nacionalistas. Nos debates sobre a problemática do desenvolvimento há questões que parecem estar sempre ocultas pelos teóricos do desenvolvimento. Quem afinal deve formular as estratégias de desenvolvimento? Em relação a que modelo de referência as estratégias devem ser desenhadas?

Ora, durante muito tempo, a função de formular os projetos de desenvolvimento coube ao Estado enquanto sistema institucional que preside os destinos duma sociedade, sendo por isso, o único detentor da legitimidade do poder instituído. O tipo de relações existentes entre o Estado e a sociedade, a natureza dos poderes políticos e dos mecanismos de tomada de decisão vigentes na maioria dos países africanos, não poderiam ser de outro modo, senão à semelhança dos poderes autocráticos e coloniais, instituídos no ocidente nos séculos XVII, XVIII e XIX que

durante muitos anos geriram as sociedades africanas. A luta contra o colonialismo, levada a cabo em nome da soberania do povo, com o alargamento da esfera de competências dos governos em detrimento das sociedades, parecia algo necessário e admissível numa primeira fase. Esta realidade das sociedades africanas apresenta uma clara analogia em relação aos modelos de sociedade que marcaram a história recente dos países ocidentais. No entanto, se nas sociedades ocidentais a burguesia destacou-se como a principal força concorrente que encarnou o sonho de emancipação dos respetivos povos durante os séculos XVIII e XIX, já nas sociedades africanas, são as elites que controlam o poder do Estado – as principais concorrentes que lideram as realizações socioeconómicas de maior amplitude, depois das independências e mesmo na actualidade. Depois de cumprirem a sua missão nacionalista, as elites do poder em África vêm demonstrando, ao longo de mais de meio século, que elas não estão comprometidas com os anseios de bem-estar das populações que diziam representar ou defender; antes, pelo contrário, são as elites do poder que submetem, subjulgam, exploram, e reprimem as populações que dizem representar. Este constitui um fenómeno *sui generis* na história das lideranças africanas e está em absoluta contradição com os modelos de liderança tradicional africanos havidos antes da colonização. Depois de se instalarem no poder com a prestimosa ajuda das populações, as elites em causa investiram seriamente nos mecanismos de sua perpetuação à frente das instituições do Estado Pós-colonial sem preocupação com o desenvolvimento. Para tanto, instituíram a corrupção, o nepotismo, o clientelismo político, a cultura predatória e o peculato como mecanismos sofisticados de domesticação de uma cultura perversa, tendo por finalidade a sua perpetuação à frente das instituições do Estado. Estes vícios constituem os principais obstáculos ao desenvolvimento, à boa governação, a promoção da equidade e da justiça na gestão das sociedades africanas. Em consequência, as sociedades africanas vivem uma tensão e frustração permanentes decorrentes da perda de esperança quanto a possibilidade de ter oportunidades de autorealização enquanto cidadãos de pleno direito no seio das nações a que pertencem.

Capítulo IV

Modelos e políticas de desenvolvimento em Angola

4.1. Breve descrição histórica

O espaço geográfico que hoje se designa por Angola foi no passado pré-colonial um território no qual estavam implantados vários reinos organizados na base étnica, mas que mantinham intensas relações culturais, políticas, diplomáticas e comerciais entre si, e nalguns casos, o comércio se estendia para outros reinos africanos que se situavam longe do espaço angolano. A falta de fontes escritas não permite estabelecer um quadro cronológico exacto da formação desses reinos, mas, os estudiosos admitem que a mesma ocorreu em épocas distintas. O estudo da UNESCO (2010) menciona que as chefarias se desenvolveram antes de 1500 e aponta como referência a bacia do rio Lui, afluente do alto *Kwango* onde se estabeleceram os habitantes governados pelos Pende. E mais adiante afirma:

Finalmente, o mais tardar pouco depois de 1500, viu-se no planalto ao sul de Libolo um Estado Kulembe, que talvez tenha sido uma das primeiras formações estatais dos *ovimbundu*. Sua organização era diferente: caracterizava-o uma associação de iniciação militar, o quilombo (kilombo). (...) Os *Ovimbundu* falam uma língua bantu do sudoeste, e alguns grupos, como os Huambo, indicam a borda sul do planalto como seu lugar de origem, especificamente um lugar chamado Feti, para o qual as escavações dão as datas de 710 ± 100 e 1250 ± 65 . A última data se refere certamente ao grupo *ovimbundu*, mas é possível que o mesmo valha já para a data anterior. As escavações precisam, portanto, ser retomadas nesse local. É possível que a formação de alguns dos 14 Estados *ovimbundu* tenha começado antes do século XVI; a língua, a presença do gado e o sistema de parentesco ligam essa civilização à dos povos de língua *bantu* da Namíbia e do sul de Angola. (p. 645)

Os dados acima levam a admitir que a formação desses reinos deve ter ocorrido entre (1100 e 1500 d.c), ou seja, entre os séculos XII e XVII, mas ainda assim, somente com a realização de investigações arqueológicas, etnográficas e linguísticas este período será definitivamente confirmado.

Seja como for, os processos de desenvolvimento têm lugar nos mais variados estágios de formação das sociedades humanas e, como é óbvio, antes mesmo da formação dos reinos; as populações que habitavam a região que constitui a Angola contemporânea praticavam a agricultura, o artesanato e o comércio; os assentamentos populacionais estabeleceram-se nas florestas densas e nas savanas que propiciaram um meio ambiente favorável a existência humana e ao desenvolvimento de atividades agro-pecuárias, da caça e da pesca. Assim, cultivava-se cereais como o sorgo, tubérculos, principalmente inhames de várias espécies, legumes (feijão e amendoim), palmeiras, etc, domesticavam animais (galinhas, cabritos, carneiros, cães, porcos e bois), atividades que eram complementadas com a pesca e a caça.

Entretanto, a agricultura, a caça e a pesca não seriam possíveis sem instrumentos apropriados, o que levou a fundição artesanal do ferro e ao desenvolvimento de outras técnicas artesanais (cerâmica, olaria, tecelagem, etc). Como é óbvio, o desenvolvimento da agricultura e do artesanato favoreceu uma dinâmica produtiva que permitiu a obtenção de excedentes para serem comercializados. As atividades ora mencionadas, (particularmente o comércio), permitiram a formação e afirmação sociopolítica de certos grupos ou elites, cuja dinâmica e desenvolvimento caracterizou os assentamentos humanos da época e favoreceu a formação dos reinos ou estados que antecederam a expansão europeia e a chegada dos portugueses no território da Angola contemporânea.

4.2. A colonização portuguesa e os processos de desenvolvimento em Angola

No século XV, o crescimento que a África havia alcançado com a intensificação do comércio durante o século anterior foi interrompido pela expansão europeia, cujas pesadas consequências ainda se fazem presentes nos dias de hoje. Depois da conquista de Ceuta²², em Marrocos em 1415, os marinheiros portugueses comandados pelo Príncipe D. Henrique descenderam gradualmente ao longo da costa africana e em 1446 chegaram ao espaço que constitui as atuais ilhas do arquipélago de Cabo Verde.

²² Ceuta é uma cidade autónoma da Espanha, situada na costa do Mar Mediterrâneo no continente africano.

Em 1482, o navegador português Diogo Cão, que procurava um caminho que o levasse à Índia, chegou à foz do rio zaire e estabeleceu contactos com as autoridades do Reino do Kongo, localizado no Baixo-Kongo, cuja capital era a cidade de Mbanza – Kongo. Desde então, os portugueses estabeleceram alianças com o Reino do Kongo tornando-o num centro de influências, a partir do qual projetaram novas estratégias de penetração com vista a conquista de outros reinos implantados nos territórios do interior da atual Angola. Nesta senda, em 1560, o navegador português e capitão-general Paulo Dias de Novais (1510-1589), acompanhado de 100 famílias e religiosos da Companhia de Jesus, recebeu instruções para ir a Angola com o objetivo de conquistar o Reino do Ndongo, que se encontrava sob o consulado do Rei Ngola Kilwanji mas acabou preso, tendo sido posteriormente libertado em 1565. Novais que recebera do Rei D. Sebastião uma Carta de Doação em 1571 para conquistar e povoar os territórios do Reino Ngola, desembarcou na Ilha de Luanda, onde encontrou alguns portugueses que ali se refugiaram para escaparem dos ataques de Guerreiros Jagas²³. Na Ilha de Luanda Novais recebeu uma Embaixatriz do Rei *Ngola Kiluanji Kya samba* em 1576 da qual obteve a permissão de mudar-se para o antigo morro em terra e que mais tarde passou a denominar-se de São Paulo de Loanda. Nos termos da Carta de Doação, Paulo Dias de Novais tinha por missão expandir o território para norte até às margens do Rio Dande; para o sul e o interior ao longo do Rio Kwanza²⁴, bem como a obrigação de construir uma igreja, fortalezas e doar sesmarias para assentamento dos colonos. Seguiu em Direção às terras do Reino do *Ndongo* em busca de minas de prata de *Cambambe*, tendo avançado pelo vale do Rio *Kwanza* até à confluência com o Rio *Lucala*, onde fundou a vila de Nossa Senhora da Vitória de Massangano em 1583 (Wikipédia a Enciclopédia Livre, 2020).

Desde então, a ocupação portuguesa dos territórios do interior de Angola conheceu novos desenvolvimentos, impulsionados pelas sucessivas campanhas de guerra contra os reinos e soberanos que se opunham a invasão portuguesa. Apesar da resistência demonstrada pelos reis e seus povos, o avanço dos colonizadores prosseguiu com vista a consecução da sua expansão ultramarina, embora a conquista e a ocupação se tenham limitado inicialmente aos territórios que fazem a faixa litoral angolana. As campanhas de guerra perseguiram vários objetivos como a conquista de territórios e a captura de escravos para vendê-los aos fazendeiros do Brasil, sendo que o tráfico de escravos se tornara num negócio rentável que impulsionava o comércio, constituindo-se em principal atividade económica da época. Nessa altura, o maior interesse da metrópole era alcançar as minas de cobre no Reino do Kongo e as de prata no Reino do Ndongo, porquanto os metais preciosos estavam na base da formulação económica de crescimento.

²³ Jagas é uma distorção que os portugueses fizeram da palavra *tchiyaka*, um dos reinos *ovimbundu*.

²⁴ Nome atribuído à moeda da Angola atual.

Os portugueses enfrentavam sérias dificuldades em localizar as minas de metais preciosos, visto que dependiam das informações dadas pelas populações locais, numa altura em que a pesquisa geológica era rudimentar. Além disso, as dificuldades decorriam do facto de as minas de metais serem a base do poder dos reinos africanos, tendo em conta a relação que esses estabeleciam com as mesmas, que transcendia a simples perspectiva económica. A povoação de São Paulo de Loanda, fundada em 1576 serviu de retaguarda e centro de todas as atividades económicas, políticas e militares.

Os portugueses lançaram-se na conquista do território angolano – numa aventura assumida por Paulo Dias de Novais que tinha como uma das linhas da sua missão estabelecer famílias portuguesas como agricultores, mas, até a sua morte em 1589, ele não só não tinha conseguido estabelecer as famílias, como não tinha conquistado novos territórios a sul do Rio Kwanza. As razões de tal fracasso foram inúmeras mas, autores como Wheeler e Pelissier (2009) apontam: (i) a elevada mortalidade por doenças tropicais; (ii) a hostilidade africana; (iii) o clima árido na costa de Luanda, tornando-a imprópria para a agricultura; (iv) a prevalência do comércio de escravos sobre todas as atividades; (v) a qualidade inferior dos colonos que Novais trouxe consigo para Angola. Estima-se, que entre 1574 e 1594 tenham morrido mais de 2000 soldados portugueses por doença.

Não obstante, durante os 14 anos de campanhas militares, Paulo Dias de Novais conseguiu construir uma rede de fortes denominados ‘presídios’ ao longo do vale do Rio Kwanza. No entanto, confrontados com este rol de dificuldades os portugueses adotaram o sistema de vassalagem, por via da qual, recrutavam aliados africanos a fim de os integrar nas suas fileiras militares, que por vezes se processava através de suborno ou ameaças infringidas aos sobas, que se viam obrigados a assinarem tratados formais ou acordos verbais com vista a sua participação em campanhas militares. Como afirmam a este respeito Wheeler & Pelissier (2009),

Estipulou-se o costume de os «vassalos» africanos pagarem um tributo ou taxas aos portugueses. O tributo poderá ter começado logo em 1600, sob a forma de tributo religioso, ou dízimo, que depressa perdeu a conotação religiosa. A taxa poderia ser paga de diversas maneiras: em escravos, marfim, uso de carregadores ou, mais tarde em dinheiro. (p. 71)

Durante a primeira metade do século XVII os portugueses enfrentaram ameaças de africanos e holandeses, tendo estes últimos ocupado a cidade de Luanda entre 1641 e 1648. No entanto, com a expulsão dos holandeses pelo exército português proveniente do Brasil e comandado por Salvador Correia de Sá em 1648, os colonos portugueses levaram a cabo campanhas de guerra que permitiram a conquista daquilo que veio a chamar-se o Reino de Angola, que se estendia entre o Rio Kwanza e o Reino do Kongo. De acordo com os autores acima citados, Salvador

Correia de Sá “Lançou as sementes da destruição dos reinos africanos vizinhos do Congo, Ndongo e Matamba, bem como da revitalização do comércio de escravos para o Brasil”. O comércio de escravos dominava a vida e obra dos colonos, de tal sorte que, os primeiros séculos da presença portuguesa em Angola ficaram marcados pelo comércio de escravos e as políticas implementadas durante esse período tinham por objetivo encorajar e proteger esse tipo de atividade. Assim, o mercantilismo dinamizado principalmente pelo comércio de escravos se constituiu em sustentáculo do modelo escravocrata de desenvolvimento que, no caso vertente, se poderia denominar a variante luso-africana de feudalismo.

Na segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX, tiveram lugar importantes acontecimentos da história americana, da Europa e do Mundo: a Revolução americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789, que difundiram os ideais da liberdade e da igualdade entre os homens, condenando firmemente a escravatura, produziram efeitos que se repercutiram em Angola, suscitando temores nos segmentos dominantes do trato negreiro. Em 1807, o movimento abolicionista se afirmava de forma mais expressiva na Inglaterra, onde a Câmara dos Comuns pressiona o Parlamento para aprovar o Acto contra o comércio de escravos, declarando, desde então, de «pirata» qualquer navio negreiro. Na sequência deste acontecimento, Londres exerceu fortes pressões sobre Lisboa no sentido de parar com o tráfico de escravos. No entanto, nem a proclamação da independência do Brasil em 1822 significou o fim do tráfico de escravos²⁵ de Angola para aquele país, porquanto, em 1840 cerca de 15.000 escravos foram exportados anualmente de Angola para as américas (Wheeler & Pelissier, 2009). Em 1836, o governo português emitiu um decreto de abolição da escravatura, mas o tráfico clandestino continuou nos portos e no interior de Angola. Os anos que se seguiram pareciam traçar novos horizontes para o setor económico e empresarial, com perspectivas agrícolas orientadas para a exploração do café, que viria registar um aumento das superfícies cultivadas; paralelamente, vislumbrava o comércio de cera, marfim e borracha destinados à exportação. Do lado das importações, o vinho²⁶ foi a mercadoria mais privilegiada na sustentação do setor comercial. No entanto, a transição da economia escravocrata para a economia meramente capitalista foi longa e a gestão das colónias na segunda metade do século XIX não propiciou estímulos que orientassem Angola na criação de condições para o seu desenvolvimento. Com efeito, e como bem afirma Madureira (1988),

Quando o século XIX caminhava para o fim, quando a Europa industrial despertava para o continente africano e mostrava as suas ambições, a classe dirigente portuguesa defrontava-se com problemas económicos e sociais de grande amplitude, resultantes quer da

²⁵ Estima-se que o tráfico de escravos levou mais de 3.000.000 de angolanos para o Brasil.

²⁶ O vinho foi, o principal produto de exportação e principal fonte de receitas portuguesas durante o período colonial.

exploração a que no quadro da ordem económica internacional era sujeita, quer das políticas económicas que ela erradamente havia concebido e deficientemente posto em prática. (p. 9)

Com a abolição do tráfico transatlântico de escravos, criaram-se expectativas de que os homens ora libertos aceitariam empregos remunerados, o que não sucedeu; em face desta realidade, as autoridades coloniais adotaram uma política de «Trabalho Indígena», que consistia na imposição sobre os poderes tradicionais locais, no sentido de fornecerem trabalhadores para empreendimentos coloniais, e, de forma indirecta, através da cobrança de impostos e do dízimo, criando uma situação financeira insustentável para as populações das comunidades rurais, que eram maioritariamente pobres.

Em finais do século XIX vislumbrava um novo contexto socio-político, a partir do qual a África foi incorporada na jurisdição das potências coloniais europeias legitimada pela Conferência de Berlim de 1885. A Conferência de Berlim viria alterar profundamente o destino dos povos africanos, cujas desastrosas consequências ainda se refletem na vida das nações africanas contemporâneas, devido a afixação de fronteiras arbitrariamente concebidas. Na partilha da África, as potências coloniais não respeitaram os direitos políticos dos africanos no sentido de permitir que eles próprios formassem as suas nações na base de princípios por eles defendidos, tal como aconteceu com a formação dos estados europeus da época. A este respeito, Capoco (2013) assinala que “Daí em diante os processos políticos da administração dos territórios africanos por governos europeus conheceram fases em que se constituíram novas formas de implantação muito acima dos interesses reais dos povos africanos” (p. 14). A partilha do continente africano operada pela Conferência de Berlim foi antecedida de uma disputa acentuada pelo controle de zonas de influência, entre as potências coloniais europeias mais poderosas (Alemanha, França e Inglaterra), cujas ambições e pretensões ameaçavam os pequenos países como a Bélgica e Portugal. Com a partilha do continente, a África integrou-se no sistema económico capitalista mundial e começou a reger-se efectivamente pelas leis e regras de produção e de governação emanadas das metrópoles colonizadoras.

No concernente a Portugal, a sua presença em África tinha sido motivada, não só por interesses económicos, mas sobretudo, por interesses geopolíticos e hegemónicos, orientados para a sua afirmação como império transcontinental, embora a sua maior atração estivesse virada mais para o Brasil do que Angola. Com a nova conjuntura internacional desenhada pela Conferência de Berlim, Portugal viu-se obrigado a efectivar a ocupação territorial de Angola, e o fim do século XIX ficou marcado com a implantação de uma administração colonial orientada ao território e às populações a governar. No plano político, a ocupação do território angolano foi uma resposta às pressões internacionais, mas, Portugal encontrou

formas de implantação do sistema colonial que integrasse Angola ao modo de produção da metrópole e que sustentasse a gritante carência dos investimentos. O governo português apercebeu-se da necessidade de garantir a manutenção dos territórios que lhe foram atribuídos pela Conferência de Berlim, pois, como refere Madureira (1988), esse objetivo seria alcançado se Portugal conseguisse: 1. Ocupar efectivamente esses territórios e consolidar neles o seu domínio; 2. Destruir a resistência armada dos povos indígenas transformando-lhes em trabalhadores e contribuintes dóceis; 3. Impor uma orientação política e económica que subordinasse as colónias à sua área metropolitana; 4. Assegurar a legitimidade internacional. No entanto, a ocupação militar e administrativa dos territórios tornou-se uma questão imediata que a liderança portuguesa tinha que resolver para instalar uma administração colonial, que correspondesse aos sonhos da metrópole.

No plano económico, a estratégia colonial assentava na agricultura e na exportação de matérias-primas. A expatriação das riquezas que durante vários séculos foi feita através do tráfico de escravos, venda de armas, bebidas alcoólicas, tecidos, comércio da borracha, marfim, etc., foi substituída pela exportação de matérias-primas necessárias aos processos de industrialização em curso nas metrópoles europeias. Mas, ainda assim, outros desafios vislumbravam, nomeadamente a definição de um modelo de desenvolvimento, cuja realização estava dependente da consolidação das estruturas do poder político. Com efeito, Madureira (1988) refere: “Até a elaboração de cartas geográficas, a realização de estudos geológicos, a análise de solos, a inventariação da flora e da fauna, o levantamento de instalações adequadas para a habitação, estábulos, oficinas e armazéns, acabavam por estarem dependentes dessa realização” (p. 14).

Óbviamente, a liderança portuguesa não dispunha de nenhum plano concebido para enfrentar os desafios que se avizinhavam, porquanto, em 1912, Norton de Matos lamentava em suas memórias, que as dificuldades que os seus compatriotas atravessavam se deviam da falta de uma planificação adequada, que permitisse vencer os obstáculos naturais e as estruturas sociais indígenas.

Não obstante, para realizar os seus objetivos, as potências coloniais incluindo Portugal adotaram uma ‘estratégia de conveniência’ que lhes permitia obter uma certa liberdade de movimento e que, consistia no pagamento de taxas de passagem e oferta de presentes quando as circunstâncias assim aconselhavam. No entanto, sempre que os métodos pacíficos se revelavam insuficientes recorria-se às chamadas campanhas de submissão.

Com o derrube da monarquia em Portugal em 1910, as novas autoridades enveredaram pelas reformas em domínios como administrativo, agrário e educativo; e, no plano económico, inicia-se a exploração intensiva de diamantes e alguns anos depois em 1921 é fundada a Companhia de Diamantes de Angola

(DIAMANG²⁷), cujas operações remontam de 1916. Nessa altura, Angola adquire o estatuto de Província Ultramarina e o ambiente político era aparentemente tranquilo. Com efeito, a década de 1920 foi de grandes sucessos na implantação de estruturas da administração colonial por quase todo o país e a economia florescia com a produção de diamantes e café na ordem de 98.682 quilates e 10.000 toneladas respetivamente. Além do café e dos diamantes, também o açúcar, o milho e o peixe seco registaram níveis de produção animadores. Destaque vai também nas pesquisas de jazidas de petróleo, embora com resultados incipientes; porém, o empreendimento prosseguiu com sucesso na década de 1950. Merece ainda menção o facto de que, na década de 1950, a economia angolana foi impulsionada por grandes investimentos que consistiram, de modo mais incisivo, na construção dos caminhos-de-ferro de Benguela e de Moçâmedes²⁸, que asseguravam a ligação entre o litoral e o interior, tornando possível o relacionamento da economia angolana com a economia internacional, mas, obviamente, e como sempre, à custa do aumento do imposto indígena e do trabalho forçado, para o qual foram compulsivamente mobilizados homens e mulheres, principalmente das comunidades rurais. Foi igualmente na década de 1950 que foram construídos os primeiros aeródromos de articulação internacional (Luanda e Huambo), respetivamente.

Entretanto, a reativação económica e do setor produtivo em Angola ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, com a subida dos preços das matérias-primas, em particular do café, sisal, diamantes e algodão, cuja exportação conduziu a um crescimento acelerado. No período entre as décadas de 1960 e 1970 registou-se importantes transformações na economia angolana traduzidas na implementação das primeiras experiências de industrialização, naquilo que foi uma consequência da substituição do Pacto Colonial de 1930 por espaço económico português, cuja finalidade consistiu na integração económica dos territórios metropolitanos e ultramarinos. Na década de 1970 ganha consistência uma política de substituição das importações para encorajar a diversificação e solucionar os desequilíbrios macroeconómicos, que, no entanto foi interrompida pelos processos políticos que conduziram a proclamação da Independência de Angola em 1975.

4.3. As políticas sociais do período colonial

Na sua essência, o colonialismo é um sistema que se desenvolve através de estratégias de destruição das estruturas políticas, socio-económicas e culturais das nações visadas e subjugação das respetivas populações, obrigando-as a assimilação de padrões e códigos que circunscrevem a visão de mundo do colonizador, com

²⁷ A DIAMANG foi uma corporação de capitais portugueses, belgas, franceses, britânicos e norte-americanos.

²⁸ O Antigo Distrito de Moçâmedes é atualmente denominado Província do Namibe.

vista a sua adaptação compulsiva à matriz societal por si idealizada. Assim, depois da adoção do Acto Colonial de 1930 e sua integração na Constituição Política em 1951 e da reformulação da Lei orgânica do Ultramar em 1953, as autoridades portuguesas procuraram adequar o Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas (diplomas orgânicos que regem as Relações entre indígenas e não-indígenas), nomeadamente os decretos nº 16.473 e 16.474 de 6 de Fevereiro de 1929 à nova regulamentação da política ultramarina. Neste sentido, foi aprovado em 1954, o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique com o propósito de codificar a relação a ter com as populações autóctonas das três colónias. O objetivo de tal estatuto consistiria em considerar supostas situações especiais pelas quais os autóctones caminhariam para a civilização, isto é, passariam do indigenato para a cidadania, através da assimilação. A justificação dos mentores da ideologia colonial pela adoção deste instrumento discriminatório consta do Art. 1º nº 1. Sobre o Estatuto de Indígena, que insinua:

O facto de os nativos das províncias portuguesas da África continental se encontrarem ainda em determinado grau inferior de civilização implica a necessidade de processar um ordenamento jurídico adequado à possibilidade de efectivação de poderes e deveres por parte desses nativos. (capit. 1, Art.1.)

Mais adiante, o Art. 2º Sobre a Noção Legal de Indígena define:

Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descententes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. (p. 14)

Único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho àquelas províncias, para onde os pais se tenham temporariamente deslocado. (p. 14)

Ora, apesar da justificação baseada na diferenciação cultural, os critérios de definição dos indígenas foram meramente raciais, o que contraria a política assimilacionista colonial portuguesa que, teoricamente advoga a igualdade entre as raças. A política de assimilação²⁹ teve origem num processo de miscigenação iniciado ainda em séculos anteriores, pelo qual, um número não significativo de africanos incluindo mestiços de origem diversa se assimilaram à cultura portuguesa. A condição de assimilados permitia-lhes o acesso ao emprego e o exercício de

²⁹ Existiram autóctones e até mesmo mestiços que possuíam hábitos, usos e costumes e níveis de instrução semelhantes aos dos assimilados de direito, mas que, em função da escassez das oportunidades socioeconómicas provocada pelo aumento da imigração de colonos metropolitanos, não conseguiram obter legalmente o estatuto oficial de assimilado, e consequentemente se mantiveram inseridos na categoria de indígenas.

funções na Administração Pública (Tesouro, Alfândega, Correios, Polícia, tribunais) e noutros serviços, ascendendo por vezes, a importantes cargos de chefia, onde auferiam salários razoáveis. Como observam Wheeler & Pelissier (2009), antes de 1900, a posição desses africanos e mestiços na sociedade não dependia tanto da sua raça ou cor da pele, das suas personalidades ou do nível de instrução que possuíam. As leis dos regimes liberais em Portugal após 1820 decretaram que todas as pessoas de Angola eram cidadãos portugueses.

Mesmo assim, na prática, a política assimilacionista obrigava os autóctones a darem prova de que tinham abandonado efetivamente as suas tradições, os usos e costumes para adquirir a cidadania portuguesa. Por exemplo, para ter acesso ao bilhete de identidade e adquirir o estatuto de cidadão, os autóctones eram submetidos a um processo de verificação e avaliação do seu comportamento, que incluía o domínio da língua portuguesa, a qualidade da sua residência, a vestimenta, os hábitos alimentares, a religiosidade, etc., que, em nenhum caso deveriam desviar-se da matriz cultural portuguesa, entendida como superior de acordo com uma visão etnocêntrica. Além disso, o domínio da língua e de outros artifícios do universo cultural português só seria possível, se os candidatos à assimilação passassem pelos processos de alfabetização, educação, ensino ou instrução, o que constituía um enorme desafio, dada a exiguidade de escolas nos então chamados territórios ultramarinos.

Entretanto, fruto do crescimento que Angola registou na década de 1950 e como parte de novos projetos coloniais, as autoridades portuguesas adotaram uma política de povoamento em forma de colonatos agrícolas, com populações emigradas da metrópole, para consolidar a presença portuguesa no interior do país, onde a mesma não se fazia sentir de forma efetiva. O aumento da imigração de colonos portugueses a Angola veio, desta feita, anular igualmente o prestígio socio-profissional de que gozavam os assimilados.

Segundo os autores acima referenciados, por força de um decreto governamental de 1911, estabeleceram-se novas qualificações académicas para o ingresso nos níveis inferiores da burocracia, exigindo cinco anos de estudos secundários, colocando os assimilados numa situação de incertezas quanto ao seu futuro, se se considerar que até 1919, ano em que foi inaugurado o primeiro liceu de Luanda, não existiu ensino secundário oficial em Angola. O preconceito racial acentuou-se a medida que chegavam mais europeus a Angola e os assimilados se confrontavam com uma onda crescente de antagonismos sociais e conflitos raciais.

Deste modo, a vaga migratória de colonos para Angola veio acentuar ainda mais as rivalidades entre colonizadores e colonizados, porquanto aumentou a competição no acesso ao mercado de trabalho, mesmo para aqueles empregos que não exigiam um alto nível de instrução e competências, pelo que, o estatuto do

indigenato constituiu um autêntico obstáculo à realização e ascensão social dos autóctones.

4.4. A educação no período da colonização efetiva

Uma nova reorientação político-económica de Portugal em relação Angola começa a ganhar corpo a partir do século XIX, na sequência da Independência Política do Brasil (1822-1825). Até essa data, a presença portuguesa em Angola estava circunscrita à zona costeira (Luanda e Benguela) principalmente. Além disso, antes da Independência do Brasil, Angola era considerada terra de degredo, para onde eram enviados os condenados, maioritariamente homicidas e os excluídos sociais da metrópole; esses eram na sua maioria criminosos que eram enviados para cumprirem as suas penas, ao invés de estarem nas cadeias. Referindo-se a esta categoria de emigrantes portugueses, Samuels (2011) escreve: “Ainda que estes homens nem sempre fossem escrupulosos, uma população de ladrões, assassinos e inadaptados em geral ocupou as cidades e começou a expandir a sua presença no interior” (p. 30). A fixação desta categoria de emigrantes desencorajava a emigração daquelas famílias portuguesas que não se enquadravam neste substrato populacional, o que de certo modo, condicionou o investimento no ensino formal público.

Para inverter o quadro, tornou-se necessário criar um sistema de ensino em Angola suscetível de atrair os imigrantes portugueses a este país. Com efeito, foi instituído, pela primeira vez, um sistema oficial coordenado de ensino fora de Portugal, através de um Decreto de 14 de Agosto de 1845, do Ministro do Estado da Marinha e do Ultramar, pelo qual foram criados alguns estabelecimentos escolares, nomeadamente a Escola Elementar e a Escola Principal de Instrução Primária e um Conselho Inspetor de Instrução Pública. O Decreto atribuía uma série de prerrogativas a cada Governador-Geral de Província e até a liberdade no recrutamento de professores e na adoção de princípios de organização, desde que fossem considerados adequados ao contexto em que seriam aplicados. Assim, o documento distinguia as escolas primárias em dois níveis, ou seja, uma escola de nível mais baixo e uma escola principal de nível mais elevado com carácter terminal.

Assim, nas escolas primárias ensinava-se aquelas matérias mais elementares, nomeadamente, leitura, escrita, aritmética, história de Portugal e a doutrina cristã destinadas às populações indígenas. Nas escolas localizadas em cidades das zonas costeiras, onde a presença portuguesa era dada como consolidada e nos principais centros comerciais do interior, ensinava-se a gramática portuguesa, o desenho

linear, a geometria, a escrita, economia da provincia, noções de física aplicada à indústria e ao comércio (Oliveira, 2015).

No entanto, se se considerar a educação como um fenómeno social inerente e presente a todas as comunidades humanas, se torna inquestionável a ideia segundo a qual, antes mesmo da chegada dos portugueses, já existia no território angolano, à semelhança do resto do continente africano, um sistema educativo assente nas experiências e nas tradições africanas, com preponderância para uma educação prática, feita através da observação, da imitação e da transmissão oral, muitas vezes enriquecida com histórias, máximas e provérbios que refletem a sabedoria dos antepassados, transmitida de geração em geração.

Não obstante, e numa clara demonstração de um desconhecimento ou ignorância das particularidades da realidade angolana, Sá da Bandeira, nas vestes de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, assinava, dez anos mais tarde, em 1856, uma portaria que estabelecia que os filhos dos régulos, sobas e outros potentados indígenas deveriam ser instruídos em Luanda, sob custódia das autoridades portuguesas e à custa do Estado. Para Sá da Bandeira, com a aprendizagem da língua e cultura portuguesa, esses iriam transmitir os conhecimentos adquiridos aos seus confrades, contribuindo deste modo, à consolidação do domínio português em áreas de onde eram oriundos (Liberato, 2014).

Embora de importância notável, a iniciativa corporizada no decreto de 1845, visava essencialmente dar satisfação aos portugueses e seus descendentes, uma vez que, não havia motivação para que as populações aderissem em massa à educação escolar formal. A implantação de um modelo de ensino formal, semelhante àquele que existia na metrópole, feita através da língua estrangeira que as populações autóctonas mal dominam e assente nos pilares da cultura portuguesa, não poderia ocorrer sem constrangimentos por parte desses. Mesmo assim, a importância do decreto de 1845 reside no facto de constituir uma base sobre a qual seriam construídos outros desenvolvimentos futuros. Nesta senda, o destaque recai para o decreto de 1869 assinado pelo ministro da Marinha e do Ultramar, Luis Augusto Rebelo da Silva, que refinava e expandia as regulamentações do decreto de 1845, mas este introduz algumas inovações; uma delas consistiu na readmissão das escolas missionárias que antes tinham sido eliminadas pela extinção das ordens religiosas em 1835, apesar de conferir a responsabilidade de controlo financeiro e pedagógico das escolas missionárias ao governo; uma segunda inovação consistiu na transformação da Escola Principal que, de uma escola primária de segundo grau, passou para uma escola secundária de primeiro grau. Esta tinha uma finalidade muito prática, ou seja, “educar os rapazes das comunidades locais para assumirem a liderança no comércio e na função pública” (Samuels, 2011, p. 49).

Além das inovações operadas com a transformação da Escola Principal, o decreto de 1869 descentralizou a gestão do sistema, de tal sorte que, os professores primários passaram a ser selecionados em concursos locais, de modo que o desenvolvimento de um sistema de ensino em Angola, já não dependia das autoridades metropolitanas, mas sim, de recursos e interesses do governador-geral. Entretanto, a educação no período que se seguiu depois de 1869 foi marcada por uma estagnação, ao invés de um crescimento; a Escola Principal estava já a funcionar de forma incompleta, com a existência de apenas três níveis de classes e tinha apenas 46 alunos de língua e literatura portuguesa, francês e matemática avançada (Samuels, 2011). “As outras duas, contudo, oferecendo cursos de história, geografia, ciências básicas, economia política e desenho, não tinham alunos” (Samuels, 2011, p. 51) com qualificações primárias adequadas, devido a escassez de professores qualificados.

Em finais do século XIX, aumentou em Angola a preocupação com a formação prática dos jovens; surgiu a ideia do Governador geral Ponte e Horta “(...) que em 1872 recomendou que a Escola Principal fosse transformada numa Escola Comercial ou industrial à semelhança daquelas na Bélgica e na Alemanha” (Samuels, 2011, p. 64), iniciativa que visava a formação de operários e capatazes. A realização de tais ideias encontrou uma certa consistência com a vinda a Angola de Manuel Rafael Gorjão, figura determinada em modernizar as obras públicas e reorganizar as oficinas estatais. Gorjão tinha a convicção de que os africanos tinham a capacidade de aprender vários ofícios e eram bons trabalhadores com aptidões diversas, que poderiam ser bem aproveitadas para as tarefas de desenvolvimento. Gorjão avançou com a proposta de uma escola profissional adistrita às oficinas estatais, onde poderia funcionar alguma instrução primária. O curso duraria seis anos e uma vez aprovados os aprendizes seriam enquadrados num emprego garantido pelo governo, mas tudo terminou num fracasso.

Doravante, são as missões que mais se destacaram no desenvolvimento da educação em Angola, pois, “A expansão da actividade missionária levou a uma mais ampla disponibilização de escolas e a um ensino melhor” (Samuels, 2011, p. 130). Um dos factores que contribuíram para este crescimento espectacular foi a rapidez com que os africanos mostravam interesse em se tornarem professores-catequistas. No mesmo sentido, Henderson (2001) refere que “Em 1880 havia apenas um total de vinte e sete escolas em Angola” (p. 161). Logo de início, os padres do Espírito Santo na Missão da Huíla iniciaram o ensino primário quase em simultâneo com o secundário, tendo para o efeito operado uma combinação de Seminário e Colégio. No conjunto das missões protestantes foi sobretudo a Sociedade Missionária Baptista (BMS)³⁰, que mais se destacou no ensino secundário, seguida pela Missão Canadiana que criou o Instituto Cúrrie do Dondi

³⁰ Sigla em inglês.

em 1914. O mesmo tinha por objetivo formar pastores da igreja, professores e leigos, mas combinava a vertente missionária com a agricultura, considerada como atividade de suma importância, capaz de dar sustentabilidade ao trabalho cristão. No concernente ao Instituto Cúrie do Dondi Henderson (2001) refere que “O curso tinha a duração de três anos e dividia-se em três secções: a académica, a bíblica e a industrial. Na primeira estudava-se português, história, geografia, ciências e matemática. Era obrigatório em todos os anos estudar-se a Bíblia” (p. 167). Além da agricultura considerada como uma componente imprescindível da formação de futuros cristãos, o Instituto ministrava também cursos industriais, nomeadamente carpintaria, alvenaria e alfaiataria, sendo que os aprendizes frequentavam também aulas de pedagogia. Neste particular, as missões (católicas e protestantes) prestaram um serviço incomensurável ao desenvolvimento da educação em Angola.

Com a proclamação da república em 1910, vislumbravam esperanças para a regeneração da sociedade portuguesa e, por extensão, nas colónias, onde as elites locais e as populações ansejavam por uma mudança nas relações entre estas e a metrópole. A situação política, socioeconómica, cultural e educativa apontava para mudanças em função da nova realidade, e no que diz respeito à educação, a nova liderança passou a considerá-la como prioridade da república. O decreto de 1911 institucionalizava a primeira reforma do ensino infantil, primário e normal.

Segundo Oliveira (2015), o decreto advogava pela primeira vez a defesa da educação como motor do desenvolvimento integral do indivíduo (físico, intelectual e moral) e os professores vistos como grandes obreiros da civilização. Pretendia-se, assim, um novo modelo educativo que preparasse as novas gerações para a realidade do mercado de trabalho, que os tornasse mais competitivos e menos obsoletos.

No entanto, ainda que pareça despontar caminhos do progresso, as medidas defendidas por esse decreto não produziram os mesmos efeitos em Angola, embora mereça realce o empenho de Norton de Matos, enquanto Governador-geral (1912-1915) e depois Alto-Comissário (1921-1924), tendo promovido, entre outros, o desenvolvimento local assente na agricultura e o ensino obrigatório gratuito. Ainda assim, Norton de Matos foi um dos mentores da política social discriminatória ao diferenciar uma educação destinada aos indígenas e outra para os não-indígenas (europeus e assimilados), tendo mesmo proibido o uso das línguas africanas no ensino.

Os trabalhos de Oliveira e Liberato oferecem um quadro ilustrativo daquilo que foi o modelo formal de educação em Angola durante o período da administração de Norton de Matos e outras que se seguiram em períodos posteriores, cuja análise permite a compreensão de que, a educação para os indígenas, consistia na leitura e escrita da língua portuguesa, operações aritméticas, história de Portugal, palestras

sobre higiene, contra os vícios e práticas nocivas, contra os usos e costumes dos indígenas, etc.; para os não-indígenas, o modelo educativo advogava o primado da instrução técnica e profissional em detrimento da instrução literária e humanística. Com vista a alcançar este objetivo, foram criadas as chamadas escolas-oficinas, tanto para os rapazes como para as raparigas; para as raparigas, além das aprendizagens acima mencionadas, a educação formal consistia no ensino teórico e prático ao nível primário elementar, com um currículo que enfatizava a arte de costura, trabalhos domésticos, educação moral e a cultura física; para os rapazes, de igual modo, o ensino era teórico e prático de nível primário elementar, mas, com um currículo que, além das aprendizagens genéricas acima mencionadas, enfatizava as artes e ofícios (carpintaria, marcenaria, pedreiro, alfaiataria, sapataria, siderurgia, serralharia), entre outras.

Ora, o modelo educativo acima descrito vigorou durante um longo período de relativa instabilidade política na metrópole entre 1926 e 1974, marcado pela queda do regime liberal e sua substituição por um regime corporativista, autoritário e fascista denominado ‘Estado Novo’, embora se tenha registado algumas tentativas de reformas; assim, entre os anos 1961-1962 registou-se a aprovação do novo Código do Trabalho Rural, a revogação do Estatuto do Indigenato, a aprovação do Plano de Ensino Primário Rural e a criação das escolas do Magistério Primário, para a formação de professores, monitores e regentes escolares, o que na prática se traduziu no aumento de escolas para expandir o ensino da língua portuguesa nas comunidades rurais e a transformação das instituições escolares em instrumentos para veicular a ideologia fascista salazarista. Em 1964 a escolaridade obrigatória fixou-se em quatro anos, tendo por objetivo a transformação dos angolanos em portugueses, bastando para isso saber ler e escrever em português, dominar algum ofício, para inscrever-se à categoria de mão-de-obra barata e, por via disso, bloquear a emergência e desenvolvimento da massa crítica que pudesse eventualmente opor-se ao regime vigente.

No concernente ao ensino superior o quadro era de carência absoluta, visto que, até a década de 1960, Angola não dispunha de nenhuma instituição de ensino superior e quem desejasse ingressar a esse patamar deveria criar condições para viajar à metrópole. No entanto, apesar da existência de uma linha de bolsas de estudo, as mesmas não estavam ao alcance da maioria dos angolanos, situação que constrangia sobremaneira a juventude desejosa de continuar com os estudos para depois optar por uma carreira profissional. Na sequência das pressões advindas dos meios académicos e da população em geral, as autoridades de Luanda apresentaram ao ministro do ultramar uma proposta de criação do ensino superior, e em 1962, o Conselho Legislativo de Angola aprovou o diploma legislativo que instituía os centros de estudos universitários; “Estes funcionarão junto ao Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), ao Instituto de Investigação Médica de Angola (IIMA) e ao Laboratório de Engenharia de Angola (LEA)” (Liberato, 2014,

p. 1012). Apesar de o ministro do ultramar ter decretado no mesmo ano a anulação do diploma das autoridades de Luanda, acabou por aprovar a criação em Agosto de 1962, os denominados Estudos Gerais de Angola e Moçambique, integrados na Universidade Portuguesa da época, que em 1968 passaram a denominar-se Universidade de Luanda e ministravam cursos de medicina, engenharia, veterinária, agronomia, silvicultura e ciências pedagógicas.

Entretanto, na sequência das pressões exercidas pela comunidade internacional, com a aprovação da Carta das Nações Unidas, na qual foi consagrado o princípio da autodeterminação dos povos colonizados, bem como pela emergência dos movimentos de libertação, a metrópole viu-se obrigada a introduzir reformas na sua política colonial, tal como se referiu atrás. Neste sentido, nas décadas de 1950 e 1960 foram adotadas algumas reformas consubstanciadas na revogação do Estatuto do Indigenato, pelo qual foi estabelecida, pelo menos teoricamente, a igualdade em termos de direitos e deveres entre europeus e africanos; abolição do regime das culturas obrigatórias e publicação do Código do Trabalho Rural, pelo qual, foi proibido o trabalho forçado, as sanções penais e qualquer tutela paternalista.

No que diz respeito à educação, registou-se a expansão escolar que levou a um aumento de alunos do ensino primário, com maior incidência nas comunidades rurais, o que no entendimento dos teóricos da colonização constituiria um mecanismo eficaz de aculturação acelerada dos indígenas para a sua transformação em portugueses. Em termos gerais, as políticas reformistas adotadas pelas autoridades coloniais portuguesas, particularmente no domínio da educação, longe de contribuírem ao desenvolvimento socioeconómico e cultural dos angolanos, constituíram-se em mecanismos de domesticação ideológica e cultural dos angolanos.

4.5. As políticas de desenvolvimento do período pós-independência

Desde o início, a estratégia da colonização portuguesa fundou-se na segmentação e diferenciação social das elites, na qual se associou o grupo crioulo, introduzindo no seu seio elementos de antagonismo (supremacia racial e sobrevalorização socio-cultural) que, doravante, se constituirão em ferramentas imprescindíveis ao exercício de uma pretensa hegemonia no xadrez político da preconizada nação angolana. Tal estratégia baseou-se na política assimilacionista e no Estatuto do Indigenato, que convergiram na configuração da matriz social da Angola colonial. Delineadas dessa forma a segmentação racial e a diferenciação sociocultural das elites e seu enquadramento numa estratégia de colonização de longo prazo, esses acabaram por se refletirem na formação dos movimentos de

libertação de Angola que rapidamente se lançaram para uma espiral de confronto e antagonismos.

A queda do Estado Novo em Portugal a 25 de Abril de 1974 e o delineamento do processo de descolonização de Angola e de outras colónias portuguesas de África, culminou com o Acordo de Alvor (Portugal), assinado a 15 de Janeiro de 1975, por três movimentos de libertação: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reconhecidos como os únicos legítimos representantes dos povos de Angola, por terem sido os principais atores da luta armada de libertação de Angola. No essencial, o Acordo de Alvor definia as condições pelas quais se deveria processar a independência de Angola, mas, revelou-se frágil por ter ignorado os antagonismos criados pela segmentação racial e diferenciação sociocultural entre as elites angolanas maioritariamente de matriz cultural africana, historicamente consolidadas e aquelas constituídas por assimilados da cultura ocidental, que foram forçadas por obra da colonização portuguesa.

O Acordo assentava num modelo de Estado e de governação que ignora a realidade histórica, cultural e política do País ao excluir os grandes interesses das elites regionais, constituídas maioritariamente por membros das linhagens dos poderes pré-coloniais que aspiram uma representação equilibrada e partilha do poder no atual Estado Angolano. Esta e outras fragilidades criaram contradições profundas entre os três movimentos que, tendo evoluído para confrontos armados, obrigaram a proclamação da Independência num ambiente de guerra civil, da qual saiu victorioso o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiado pelo exército cubano e por uma das superpotências da guerra fria, a União das Repúblicas Socialistas soviéticas. Desde então, Angola enveredou por um modelo socialista de desenvolvimento de matriz soviética.

4.6. A Lei Constitucional de 1975 e os planos de desenvolvimento socio-económico

Tendo conseguido expulsar os seus adversários de Luanda, em vésperas de 11 de Novembro de 1975, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclamou a República Popular de Angola, adotando um modelo de Estado Socialista de Partido Único e instituindo formas específicas de exercício do poder, consagradas na 1ª Lei Constitucional de 1975. Desde então, assistir-se-á a uma dinâmica interna de reposicionamento de grupos com tendências hegemónicas ao nível da estrutura central do Partido-Estado, que defendendo visões, ideologias e políticas adversas e, até certo ponto antagónicas, condicionaram a definição dos

objetivos de desenvolvimento social, económico, político e cultural da 1ª República. As reivindicações de 1977 protagonizadas por uma ala dissidente do MPLA liderada por Bernardo Alves Baptista (Nito Alves), que o discurso político oficial denominou de «fraccionismo», aniquilado com uma crueldade excessiva, os desenvolvimentos posteriores que levaram a realização do I Congresso do Partido no mesmo ano e a sua transformação em MPLA-Partido do Trabalho, confirmaram e ratificaram a ascensão de um grupo hegemónico e elitista, que doravante assumiu o controlo absoluto do Aparelho do Estado. Os períodos posteriores serão caracterizados pelas alterações socio-económicas e políticas que estarão refletidas na revisão da Lei Constitucional de 1978 e na Constituição Económica Estatutária (1975-1991) que, segundo Teixeira (2011) consagrava, entre outros, os seguintes fundamentos: 1) Independência Económica a favor do Bem-estar social das populações exploradas pelo colonialismo; 2) Reconhecimento e proteção da economia pública, cooperativa e privada; 3) Tributação dos impostos indirectos.

Esses princípios advogavam os ideais socialistas da igualdade e justiça social, que no caso vertente da recém-nascida República Popular de Angola, tal não passou de mera teoria, numa altura em que se assistia a uma deterioração da situação socio-económica, em que as cidades dependem das importações para satisfazer as suas necessidades, devido a paralisação do sector produtivo, e as comunidades rurais têm apenas a agricultura de subsistência como fonte de sobrevivência, agravada pelo êxodo dessas mesmas populações para as cidades.

Diferentemente da Lei Constitucional, a Constituição Económica Estatutária (1975-1991), assentava fundamentalmente nos princípios de dirigismo acentuado do Estado e intervenção directa e indirecta do Estado na economia, cuja essência consistia na planificação centralizada, em conformidade com as ideias socialistas da época. Estava assim consumada a transição para um novo modelo de organização e gestão do país assente na planificação centralizada, mas que, na prática se articula em sub-planos de desenvolvimento aos diferentes níveis da hierarquia do Estado. Os planos eram de curto prazo, que não passavam de um ano e tinham por objetivo revitalizar aqueles setores considerados como fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente educação, saúde, construção civil, telecomunicações, transportes e energia. Por serem de curto prazo não pareciam inserir-se numa estratégia de desenvolvimento de longa duração. Os programas de desenvolvimento económico e social da 1ª República compreendiam uma série de orientações, tais como reforço da planificação centralizada com vista a alcançar os níveis de produção de 1973/1974.

A revisão da Lei Constitucional em 1978 permitiu a abertura de horizontes para as iniciativas privadas no sector da economia, que entretanto, não poderiam ter uma visibilidade significativa num contexto dominado por um modelo socialista de

produção, em que tais iniciativas poderiam reear de represálias por parte Estado. Neste particular, Teixeira (2011) assinala:

É ainda neste período que se verificam as nacionalizações, confiscos, participações públicas, sociedades de economia mista, extinção de empresas estatais, (re) privatizações, reforma do mercado, do sistema financeiro e bancário, criação e fomento de empresas privadas, cooperativas, abertura ao investimento estrangeiro e ou privado e ao comercio externo. (p. 7)

No período em referência e na senda das transformações visadas, foram nacionalizadas várias empresas, das quais se destacam as seguintes: 1. Angol Sociedade de Lubrificantes e Combustíveis, subsidiária da SACOR, que doravante passou a denominar-se Sociedade Nacional de Cmbustiveis de Angola (SONANGOL); 2. Divisão dos Transportes Aéreos de Angola (DTA), que desde então, passou a denominar-se Transportes Aéreos de Angola (TAAG), atual Companhia de Bandeira; 3. DIAMANG, que doravante passou a denominar-se Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA); 4. Banco Central de Angola (BCA), Transformado em Banco Nacional de Angola (BNA); 5. Companhia Portuguesa Rádio Marconi, tornado Empresa Pública de Telecomunicações (EPITEL), denominada atualmente ANGOLA – TELECOM; e 6. Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos (SONEFE), nacionalizada sob a denominação de Empresa Nacional de Electricidade (ENE).

A nacionalização das grandes empresas constituía, pois, um passo importante na consolidação do poder instituído e na criação de condições básicas para a construção de um estado socialista, sob liderança de um partido único de vanguarda que, à semelhança dos seus congéneres, aspirava um Estado desenvolvimentista, centralizado e autocrático. A opção de Angola pelo socialismo ocorre numa altura em que já tinham fracassado as experiências de construção do socialismo em África. Mas a construção do socialismo com matizes que lhe são peculiares, implicaria necessariamente uma transição profunda e mais abrangente, ou como a descreve Gomes (2009),

Em termos abstractos, uma transição para o socialismo implicaria, num primeiro momento, a destruição de um modo de relações de produção (e de poder) e a sua substituição por um alternativo que almejasse, num segundo momento, instaurar um sistema construído com o magno propósito de redefinir a distribuição do poder político e económico de forma mais igualitária. Assim, na senda do homem novo, o Estado deveria ser também novo, observando-se uma rejeição formal, frequentemente impetuosa e acritica, da arquitectura do estado colonial (p. 179).

Tal não foi o caso de Angola como se poderá observar na análise que se segue. A transição para o socialismo em Angola foi feita através de estratégias políticas e institucionais que favoreceram a manutenção e a afirmação das elites formatadas na perspetiva da política colonial de segmentação racial e diferenciação sociocultural. A aderência massiva dessas elites ao MPLA, Partido que, desde então assumira o controlo do Estado, a sua onnipresença e ação bastante expressiva nos diferentes escalões da hierarquia do Partido, influenciaram sobremaneira a arquitectura do sistema político hegemónico, ancorado na centralização do poder pela figura do Presidente, mas, obviamente dinamizado por trocas recíprocas de favores entre essas e o centro do poder. A herança colonial influenciou profundamente a construção do modelo de Estado pós-colonial, particularmente na forma autoritária de conceber a governação, em que a representatividade política e étnica é ignorada, dando primazia ao exercício do poder através de uma burocracia excessiva na administração pública.

Assim, a opção pelo socialismo e com ele o centralismo democrático, enquanto paradigma defendido pelo marxismo-leninismo, bem como a negação de uma ampla representatividade das elites regionais na distribuição do poder político e económico acabaram por reforçar a reprodução dessa tradição autoritária na construção do Estado-nação pós-colonial. Neste contexto, se durante o período da luta anti-colonial o discurso político acentuava (por exemplo) a defesa da diversidade étnico-cultural, nos anos posteriores à Independência, a tonalidade do discurso orientou-se para a negação das especificidades étnicas e regionais, consideradas como obstáculo à unidade nacional, e, aqui confunde-se o termo unidade com homogeneidade. Além disso, a transição para o socialismo e a construção do Estado-nação não poderiam prescindir da transformação socioeconómica, cuja ênfase recai sobre a planificação centralizada, o que constituía um enorme desafio se se considerar o facto de haver no País um número insignificante de quadros técnicos capazes de assegurar o funcionamento da Administração do Estado. Não obstante, foi cooptada uma parte substantiva das elites herdadas da administração colonial, que foram rapidamente redistribuídas nos cargos da Administração Pública para assegurar a implementação das políticas orientadas à construção de um Estado de perfil desenvolvimentista.

Na esfera económica, as políticas adotadas nos primeiros anos da Independência orientaram-se, como já referido atrás, na planificação centralizada, o que implicou um acentuado controlo político-ideológico exercido por um aparato burocrático-administrativo, onde estava suficientemente assegurada a presença do Partido, para banir qualquer tentativa de desvio das directrizes emanadas pelos órgãos de decisão. Para tanto, foi criada em 1976 uma Comissão Nacional do Plano encarregada de coordenar em todos os setores o planeamento do desenvolvimento económico e social.

No entanto, a política económica assente no planeamento centralizado revelou-se ineficiente, devido a fatores condicionantes como a falta de gestores qualificados, a inexistência de dados estatísticos fidedignos que tornavam o planeamento em um ato aleatório, a dependência do petróleo, etc., agravados pela guerra civil que se intensificava por todo o país. Uma vez identificadas as principais fragilidades que enfermavam o sistema, o Comité Central do Partido, na qualidade de entidade supervisora³¹ da ação governativa, apresentou ao Iº Congresso do Partido realizado em 1977, as orientações fundamentais que deveriam inspirar a formulação de estratégias de desenvolvimento económico e social para o período de 1978-1980. Das orientações apresentadas destacam-se: o reforço da direção centralizada e planificada das políticas de desenvolvimento, o fortalecimento da economia socialista pela criação de empresas estatais e cooperativas, bem assim como a proclamação da agricultura como sendo a base e a indústria como fator decisivo do processo de desenvolvimento.

Com efeito, registou-se, desde então, uma intensa produção de leis, com destaque para as leis 13/78, 5/79 e 10/79, sendo (Lei das Atividades Petrolíferas, Lei das Minas e Lei dos Investimentos Estrangeiros), respetivamente. Na mesma senda, e no plano financeiro, a produção de leis incidiu principalmente sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) e a circulação monetária. Uma outra iniciativa consistiu no estabelecimento de um sistema centralizado de fixação dos preços considerado essencial para a estabilidade económica.

Em finais de 1980, um Congresso Extraordinário procedeu a avaliação do cumprimento das orientações de 1977, tendo constatado a persistência de um rol de problemas estruturais, dos quais sobressai a fragilidade das estruturas do Estado em matéria de planificação e controlo da execução de tarefas constantes dos planos adotados. No entanto, cabe acrescentar a este fator a tendência dos próprios agentes do Estado de apropriarem-se das orientações emanadas, com o propósito de sobrepor os interesses pessoais aos interesses nacionais, orquestrando esquemas sofisticados de corrupção, quebrando, desta feita, a coerência desejável entre as orientações políticas e a sua implementação prática. As fragilidades sistémicas e outras anomias foram devidamente identificadas na avaliação feita pela Direção do Partido no Congresso Extraordinário de 1980 que denunciava o incumprimento generalizado das funções de controlo, a impunidade, o descrédito pela legislação, a corrupção, o incremento do individualismo, do nepotismo, etc.

Nos anos posteriores, as fragilidades estruturais e as políticas baseadas no planeamento centralizado conduziram a um quadro de saturação, que aconselhava uma viragem para a economia de mercado, naquilo que poderia ser considerado como resposta adequada “(...) à luz do receituário neoliberal que se impunha no

³¹ No contexto em que nos reportamos, era o Comité Central do Partido que exercia a fiscalização da ação governativa.

cenário económico mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia” (Goularti e Chimbulo, 2014, p. 94), traduzido na prática, em Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), ainda que tal constituísse uma espécie de traição diante dos aliados externos, que viam em Angola a esperança da sua regeneração no âmbito da guerra fria. Para tanto, foi adotado em 1987, um programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), aprovado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que visava a estabilização financeira, a redução dos desequilíbrios internos e do défice orçamental e o reescalonamento da dívida externa.

Por um lado, a adoção do SEF pode ser entendida como uma iniciativa com vista a promoção do crescimento económico através do aumento da produtividade. Ao mesmo tempo, representa uma tentativa de ruptura face ao modelo vigente, que buscava a reinserção da economia do país no circuito económico internacional em que Angola já tivera conquistado um lugar assinalável. Por outro, o SEF não constituiu todavia, uma verdadeira renúcia ao modelo autoritário inicialmente adotado por força da filiação ao bloco socialista, mas sim, tão-somente uma tática de sobrevivência económica face à crise profunda em que o país mergulhou, que ameaçava a sobrevivência do regime político vigente. No entanto, não tardou para que o SEF redundasse em fracasso, pois, a sua implementação não poderia ocorrer sem a resistência daqueles segmentos da sociedade que prosperavam com os esquemas favorecidos pelos mercados paralelos, resultantes das distorções da economia socialista. Por outra, os constantes adiamentos das medidas correctoras dos desequilíbrios, tanto internos como externos da economia angolana refletem bem a resistência dos agentes bem posicionados nas estruturas da hierarquia do Governo e do Partido face às reformas anunciadas no âmbito do SEF.

Não obstante, o SEF pode ser considerado como uma iniciativa que visava a reanimação da economia angolana que despontou para a necessidade de restituir à sociedade o ideário liberal da propriedade privada, embora tal abertura tenha favorecido um certo revigoramento do sistema de privilégios que, como assinala Gomes (2009),

(...) Com a paulatina e problemática abertura económica anunciada pelo SEF, novas oportunidades de enriquecimento surgiram, transformando o até então dominante sistema de privilégios político-administrativos num sistema de privilégios político-económicos, o que por seu turno, assinala a transfiguração do paradigma do Estado patrimonial no modelo de Estado predador. (p. 243).

Para imprimir um certo ânimo que permita o prosseguimento das reformas económicas, o governo adotou em anos posteriores outros programas³² que, entretanto, não tiveram resultados esperados devido a incoerência da política económica alimentada pelo dirigismo e ainda aquilo que Ferreira (1993) considera ser “a falta de percepção do real funcionamento dos mecanismos económicos” (p. 141). Entretanto, as décadas de 1990 e 2000 Angola iria passar por transformações iniciadas com o Acordo de Bicesse de 1991 para o restabelecimento da paz, a ruptura com o modelo socialista, a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo, o retorno ao capitalismo neoliberal e à economia de mercado. A Lei Constitucional de 1992 estabelece no seu Artigo 2º:

A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamento a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados. (p. 13)

Na mesma senda, e no concernente à esfera económica, o Artigo 10º consagra o princípio da democracia económica, ou seja, um sistema económico que assenta na coexistência de diversos tipos de propriedade (pública, privada, mista, cooperativa e familiar), gozando todos de igual proteção do Estado, ao mesmo tempo que incumbe a este a responsabilidade de criar condições para o funcionamento eficaz da economia. Na esfera social, a década de 1990 assinalou a transição de um Estado protector de bem-estar (Estado-Providência), para um Estado democrático e de direito, o que significou para aqueles segmentos sociais maioritários de baixa renda, uma espécie de abandono ou um alvorecer de uma era de ‘salve-se quem poder’.

A despeito dos progressos acima referenciados, com a transição para um Estado Democrático e de Direito, a década de 1990 assinalou o retorno à guerra e o consequente agravamento da situação socioeconómica das populações, caracterizada desde então, pela prevalência de profundas assimetrias entre as cidades e as comunidades rurais. A guerra foi um dos fatores conducentes ao agravamento da situação socioeconómica de Angola na década de 1990, pois, além

52 O Programa de Recuperação da Economia (PRE, 1989), o Programa de Ação do Governo (PAG, 1990), o Programa de Estabilização Económica (PEE, 1993), o Programa de Emergência do Governo (PEG, 1993), os Programas Económico e Social (PES, 1994; PES, 1995-1996), o Programa Nova Vida (1996), o Programa de Estabilização Económica de Médio Prazo (1998-2000) e o Programa Económico e Social (PES, 2001), visavam fundamentalmente corrigir os graves desequilíbrios e as distorções na economia, o défice orçamental, a estabilização monetária e cambial, entre outros.

de obrigar um esforço financeiro para sustentá-la, destruiu uma parte considerável das infraestruturas e provocou um desequilíbrio na distribuição da população pelo país, uma vez que, forçou grande parte desta a abandonar as suas terras de origem, para se concentrar nas cidades.

Foi ainda na década de 1990, que Angola aderiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), num contexto de profunda estagnação económica e social, decorrente do fracasso dos programas experimentados durante a transição para a economia de mercado, que contribuíram ao aumento das desigualdades e da pobreza entre as populações. O relatório do Fundo Monetário Internacional de 1997 reconhecia a dificuldade técnica do Estado em honrar os seus compromissos, assim como a falta de transparência nas estruturas governamentais, principalmente no próprio Banco central. Além destes fatores, o retorno à guerra obrigou a realização de despesas não previstas com a importação de produtos básicos; as políticas (fiscal e monetária) condicionadas ao combate da inflação e ao financiamento do défice fiscal. A balança de pagamentos revelou-se deficitária, levando o país a contrair dívida junto dos credores internacionais (FMI, Club de Paris), para honrar os seus compromissos. Em síntese, foram vários os fatores que contribuíram aos resultados negativos do período de transição e levaram a considerar a década de 1990 como década perdida.

4.7. Estratégias de combate à pobreza e sua incidência no desenvolvimento das comunidades rurais (2000-2013)

O fim da guerra em 2002 abriu uma nova era de profundas transformações políticas, económicas e sociais em Angola; o país reconquistou a estabilidade político-militar e iniciou uma etapa de reconstrução das infraestruturas económicas e sociais destruídas na sua maioria durante os 27 anos de guerra civil. Desde então, o Governo Angolano vem implementando estratégias de combate à pobreza: A Estratégia de Combate à Pobreza Reinserção Social, Reabilitação, Reconstrução e Estabilização Económica (ECP) 2003-2007 e o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), da responsabilidade do Presidente da República que vem sendo reeditado até aos dias de hoje, ou seja, de 2010 a 2020.

4.7.1. Estratégia de Combate à Pobreza (2003-2007)

A Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) inscreve-se no quadro dos compromissos assumidos na Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social (1995), na Cimeira de Desenvolvimento do Milénio (2000), que definiu oito

objetivos e respetivas metas de desenvolvimento a serem alcançados no horizonte 2015; no programa da Nova Parceria para o desenvolvimento de África (NEPAD), que advoga a necessidade de redução da pobreza e das desigualdades no continente africano; no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC que advoga a erradicação da pobreza nesta sub-região. E, como não deixaria de ser a ECP é uma resposta à problemática da pobreza, que reflete o engajamento do governo angolano em reduzir à 50% o número de angolanos que vivem com menos de um dólar no horizonte 2015.

A Estratégia de Combate à Pobreza, cujo objetivo geral consiste na consolidação da paz, unidade nacional e melhoria das condições de vida dos angolanos, constitui uma resposta ao ODM 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome e se orienta para áreas de intervenção identificadas pelo governo como sendo prioritárias: 1) a reinserção social; 2) a segurança e proteção civil; 3) a segurança alimentar e desenvolvimento rural; 4) VIH/SIDA; 5) educação; 6) saúde; 7) infraestruturas básicas; 8) emprego e formação profissional; 9) governação; 10) gestão macro-económica. De acordo com o documento em análise, constituem objetivos específicos da ECP:

- a) Apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para zonas de origem ou reassentamento integrando-os de forma sustentável na vida económica e social;
- b) Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desminagem, do desarmamento e da garantia da lei e ordem por todo o território nacional;
- c) Minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e realçar a economia rural como setor vital para o desenvolvimento sustentado;
- d) Controlar a propagação do VIH/SIDA e mitigar o impacto nas pessoas vivendo com o VIH/SIDA e suas famílias;
- e) Assegurar o acesso universal ao ensino primário, eliminar o analfabetismo e criar as condições para a proteção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo sempre a equidade de género;
- f) Melhorar o estado de saúde da população, em especial através do aumento do acesso aos cuidados primários de saúde de qualidade e do controlo da propagação do VIH/SIDA;
- g) Reconstruir e expandir as infraestruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano;

- h) Valorizar o capital humano nacional, promover o acesso a emprego e autoemprego e dinamizar o mercado de trabalho garantindo a proteção dos direitos dos trabalhadores;
- i) Consolidar o Estado de Direito, tornar mais eficiente a prestação da administração pública, aproximando-a mais ao cidadão, às suas necessidades, e assegurar a transparência e responsabilização na formulação de políticas, e na gestão dos recursos públicos;
- j) Criar um ambiente de estabilidade macroeconómica que evite desequilíbrios nos mercados (prejudiciais para os mais pobres) e estimule o crescimento económico assegurando uma redução sustentável da pobreza.

Em função destes objetivos definiram-se as seguintes metas:

- i. Inserir na sociedade 3.8 milhões de deslocados, 293.000 refugiados e 160.783 desmobilizados de guerra e seus dependentes até 2006;
- ii. Desativar as minas anti-pessoais e outros engenhos explosivos em todo o território nacional com potencial agrícola e próximo de zonas habitacionais até 2006;
- iii. Aumentar de forma sustentável a produção agrícola interna para níveis que assegurem a segurança alimentar para toda a população;
- iv. Assegurar o conhecimento do VIH/SIDA e das suas formas de transmissão por 85% da população até 2006;
- v. Garantir o acesso à escolaridade primária obrigatória de todas as crianças até 2015;
- vi. Erradicar o analfabetismo de adultos até 2015;
- vii. Assegurar a cobertura universal de vacinações contra as principais doenças infantis (sarampo, DTP3, BCG e Pólio3), até 2015;
- viii. Reduzir a taxa de mortalidade de menores de cinco anos em 75% até 2015;
- ix. Reduzir a taxa de mortalidade materna em mais de 75% até 2015;
- x. Reabilitar e realizar trabalhos de manutenção periódica na rede nacional de estradas que permitam a circulação (15.500 km);
- xi. Melhoria da operacionalização dos caminhos-de-ferro, através da implementação de programas de reabilitação dos caminhos-de-ferro de Angola;

- xii. Aumentar o acesso à água potável para 76% nas áreas urbanas e 48% nas áreas rurais, até 2006;
- xiii. Aumentar o acesso a sistemas de saneamento para 79% nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais, até 2006;
- xiv. Aumentar a proporção de agregados familiares com energia eléctrica em casa para 25%, até 2006;
- xv. Disponibilizar habitação social para as famílias vivendo em situações mais precárias (11.500 famílias em Luanda e 17.000 famílias nas províncias), até 2006;
- xvi. Assegurar o registo de nascimento e a emissão do Bilhete de Identidade a todo o cidadão até 2015;
- xvii. Reduzir e estabilizar a taxa de inflação média anual em torno dos 10% até 2006.

O documento alude ainda que, constituem grupos-alvo da Estratégia de Combate à Pobreza os indivíduos cujo rendimento seja inferior ao estabelecido como linha de pobreza, objetivamente qualificáveis como pobres, bem como aqueles que pela sua condição de vulnerabilidade necessitam de uma atenção e proteção especial, ou seja, os deslocados internos e refugiados no estrangeiro, os militares e paramilitares, desmobilizados (inclusivamente jovens e crianças) e os seus dependentes :

- a) As crianças, os adolescentes em situação de exclusão e os jovens;
- b) Os portadores de deficiência física ou psíquica;
- c) Os idosos;
- d) As mulheres.

Em síntese, a Estratégia de Combate à Pobreza visa, entre outras ações:

- 1) A reinserção social dos deslocados e refugiados de guerra, os desmobilizados das forças militares e paramilitares e suas famílias, assim como as pessoas em situação de vulnerabilidade, através de projetos municipalizados orientados para as comunidades rurais, envolvendo a participação dos beneficiários, com vista o reassentamento, a instalação de serviços sociais básicos, o relançamento das atividades produtivas e o fortalecimento das suas estruturas de base;
- 2) Desminagem para prevenir a ocorrência de acidentes e garantir a circulação em segurança de pessoas e mercadorias;

- 3) Segurança alimentar e desenvolvimento rural baseado no município enquanto núcleo estratégico de planificação, intervenção, acompanhamento e avaliação, cuja implementação prática é assegurada pela estação municipal de desenvolvimento agrário (EDA), as organizações não-governamentais (ONGs), envolvendo sempre a participação ativa das comunidades, das associações e cooperativas agrícolas. As ações neste domínio incidem fundamentalmente na extensão rural, na produção de culturas alimentares (cereais, leguminosas, tubérculos, café, etc.), na pesca, na criação de gado, produção de leite, suinicultura, avicultura, apicultura, reativação do comércio rural e valorização dos recursos naturais como condição para o desenvolvimento sustentável;
- 4) Educação básica e alfabetização, com vista a universalização do acesso à educação primária e a erradicação do analfabetismo; a realização da educação universal e a erradicação do analfabetismo assenta no princípio da liberalização da oferta dos serviços educativos, constituição de parcerias eficazes, descentralização e desconcentração da gestão da ação educativa com a participação das comunidades, sem prejuízo dos valores universais da equidade e da transparência na gestão. As ações neste domínio incidem sobre a construção e reabilitação de infraestruturas educativas e escolares, a formação e qualificação contínua de professores, gestores e inspetores escolares, no abastecimento de material didático e equipamentos escolares;
- 5) Promoção da saúde e serviços sanitários para aumentar e melhorar o acesso aos cuidados primários de saúde das populações, particularmente na área materno-infantil e grupos vulneráveis (rapazes, raparigas, órfãos, portadores de deficiência, camionistas e idosos); as ações nesta área se orientam na construção e reabilitação de infraestruturas sanitárias, na formação de pessoal, supervisão, diagnóstico de doenças (malária, cólera, tuberculose e VIH/SIDA), disponibilização de vacinas e de medicamentos essenciais;
- 6) Construção e reabilitação de infraestruturas básicas e de comunicação, que visa a normalização da vida das populações e o relançamento da atividade económica; as ações nesta área se orientam na reabilitação e manutenção da infraestrutura rodoviária (estradas e pontes), reparação e equipamento de pistas aeroportuárias, reabilitação de caminhos-de-ferro e modernização de infraestruturas portuárias;
- 7) Abastecimento de água e saneamento a fim de proporcionar o acesso à água potável às populações dos centros urbanos, das áreas suburbanas e das comunidades rurais, bem como a recolha e tratamento de resíduos sólidos, obras de drenagem e controlo de ravinas;

- 8) Revitalizar o setor de energia eléctrica, a fim de normalizar o serviço público de distribuição de energia eléctrica em todo o país. As ações neste domínio se orientam na implementação de projetos de construção, reabilitação de centrais, produção e distribuição de energia eléctrica, bem como a utilização de energias renováveis, tais como a acólica, a solare e a fotovoltaica;
- 9) Promover o acesso a habitação para melhorar as condições de vida das populações dos centros urbanos, zonas peri-urbanas e nas comunidades rurais; as ações nesta área incidem sobre a reabilitação dos prédios degradados das zonas urbanas, construção das habitações sociais, implementação de projetos imobiliários para a construção de cooperativas habitacionais e instalação de infraestruturas de saneamento básico;
- 10) Emprego e formação profissional a fim de fomentar o emprego e auto-emprego, através do alargamento de centros de formação, disseminação de oficinas móveis de formação profissional, promoção e dinamização de micro e pequenas empresas nas comunidades.

O documento de estratégia refere, que os Diagnósticos Rurais Participativos que antecederam a elaboração da Estratégia de Combate à Pobreza para as comunidades rurais, consideram que a pobreza expressa-se através da vulnerabilidade a situações que causam rupturas no seu nível de bem-estar, nomeadamente a perda de habitação ou morar em casas de estrutura inadequada, a falta de acesso aos serviços sociais básicos de educação e saúde, a falta de acesso e posse de bens e fatores de produção, a falta de capital social, a falta de proteção jurídica ou de direitos de cidadania, etc., que são agravadas por um conjunto de fatores agro-ecológicos e estruturais, tais como a situação climática, a aptidão dos solos para a produção agrícola, o mau estado das estradas e pontes que dificultam a reativação do comércio rural, entre outros fatores.

Ora, a pobreza em si mesma é a consequência do subdesenvolvimento. Tal como vem ocupando espaço nos debates em vários foruns, a problemática da pobreza no mundo e particularmente nos países em desenvolvimento, tem constituído uma preocupação crescente dos respetivos governos e da comunidade internacional. O baixo nível de crescimento económico, o analfabetismo, a precariedade dos serviços públicos, nomeadamente dificuldades de acesso aos serviços de educação e saúde, assim como outros fatores, formam parte de uma teia de obstáculos que retardam o progresso dos países em desenvolvimento.

No âmbito da ECP, o governo estabeleceu metas e definiu áreas de intervenção, entre outras, as da reinserção social, segurança alimentar e desenvolvimento rural, educação, saúde, infraestruturas básicas e vias de comunicação, abastecimento de água e saneamento, em que a aposta recai sobre o restabelecimento das condições

materiais e humanas para o desenvolvimento nacional, quer ao nível rural, quer ao nível urbano. A sua implementação consistiu na instalação dos serviços sociais básicos, a construção e reabilitação de infraestruturas rodoviárias (estradas e pontes), de sistemas de abastecimento de água (chafarizes e furos artesianos), construção e reabilitação de infraestruturas educativas e escolares, postos de saúde para assistência sanitária, etc.

No concernente à prioridade 5 sobre a educação e associada ao ODM 2: alcançar o ensino primário universal, foram registados importantes progressos se se considerar os dados espelhados no relatório/2010 do governo sobre esta matéria; segundo o mesmo documento, o número de alunos matriculados no ensino primário passou de 1.296.560 em 2001, para 3.967.886 em 2009, representando uma evolução de 206%. Mais especificamente, 80% de crianças e adolescentes com idades compreendidas entre 7 e 17 anos haviam sido matriculados no ano 2008/2009; nesse mesmo período, a taxa de frequência líquida situava-se em cerca de 77,2%. Em relação ao meio rural, as taxas de matrícula no ensino primário e de frequência líquida foram de 70,8% e 68,5% respetivamente. Mas, ainda assim, para as comunidades rurais, os serviços básicos prevalecem muito deficientes e nalguns inexistentes, devido ao nível insignificante de investimentos públicos orientados, não só à educação, à saúde e ao setor agrícola, como também em infraestruturas.

Desde a assinatura dos acordos de paz que colocaram fim ao conflito armado em Angola, registaram-se alguns progressos na redução da pobreza, tal como revela o Inquérito Integrado sobre o bem-estar da população (IBEP) realizado entre 2008 e 2009 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Dados do IBEP revelam que 68% de pessoas que em 2001 viviam com uma renda inferior a um dólar americano passou para 36,6% em 2009; mas, ainda assim, a percentagem de pobres no meio rural era de 58% em 2009, ou seja, em cada 100 habitantes das comunidades rurais, 58% são pobres, enquanto nas áreas urbanas a percentagem é de 19% em cada 100 habitantes. Estes dados ilustram claramente as grandes assimetrias que gravitam em torno da pobreza e denunciam os desequilíbrios na distribuição da renda nacional, embora o Relatório da UNECA (2014) sobre a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (OMD) em África coloque Angola entre os cinco (Tunísia, Marrocos, Mauritânia, Angola e Rwanda) que reduziram em mais de 50% o nível da sub-alimentação das suas populações, no período que se estende de 1990 a 2013.

Apesar dos progressos resultantes da implementação dessas estratégias, Angola continua a registar elevados níveis de pobreza, sendo que a maior parte da sua população residente nas comunidades rurais prevalece sem acesso aos serviços básicos (educação, saúde, água e saneamento básico) devido a um conjunto de factores, principalmente as anomias que enfermam o próprio modelo de gestão das

estratégias. A ECP foi concebida por uma Comissão Interministerial criada pelo Conselho de Ministros, apoiada por uma Comissão Técnica Multisectorial responsável pela monitorização e avaliação; mas, a sua implementação foi feita através de programas sectoriais sob a coordenação do Ministério do Planeamento. Na prática, a ECP é executada pelos órgãos provinciais e municipais da Administração do Estado, a quem compete a elaboração de relatórios primários que são remetidos ao Ministério do Planeamento. Este, por sua vez, produz o relatório nacional que deve ser analisado pelas comissões acima mencionadas, para ser remetido posteriormente ao Conselho de Ministros. No entanto, as administrações municipais enfrentam sérias dificuldades em termos de condições humanas e técnicas para elaborar relatórios credíveis com todos os detalhes necessários. Além disso, o modelo de gestão centralizada e a hierarquia de instituições intervenientes apresentam uma complexidade, que explica em parte, as insuficiências na implementação dessas estratégias.

4.7.2. Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP)

Em 2010, o governo procedeu a revisão da Estratégia de Combate à Pobreza, ampliando-a para a dimensão de um programa transversal denominado Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), a fim dar solução aos problemas nacionais de alto impacto sobre a qualidade de vida da população e o desenvolvimento: a pobreza, a desnutrição e a baixa produção e produtividade agrícola. O PMIDRCP objetiva integrar os grupos vulneráveis da população dando prioridade à agricultura familiar, à construção e à reabilitação de infraestruturas, acesso aos serviços sociais básicos, participação das comunidades nos processos de tomada de decisões e o reforço da capacidade institucional para execução do programa. O PMIDRCP reflete a política de combate à pobreza inscrita no Plano Nacional de desenvolvimento para 2013-2017, pois, abrange os 164 municípios do País e é implementado com uma perspectiva de descentralização administrativa e financeira.

O PMIDRCP não menciona as modalidades de sua avaliação; os únicos documentos de análise são os relatórios de balanço que destacam os investimentos no setor da educação com a construção e apetrechamento de escolas primárias, a merenda escolar, as residências para professores; melhorias na área da saúde e mais especificamente na construção, reabilitação e apetrechamento de postos e centros sanitários, farmácias, residências para enfermeiros nos municípios e comunas, inclusive melhorias nas consultas pré-natais; na área de serviços comunitários básicos, mormente a construção de chafarizes e fontenários para abastecimento de água nas comunidades rurais; e no setor agrícola o acesso a *inputs* agrícolas e

pequenos sistemas de irrigação para aumento da capacidade produtiva e de comercialização, redução da fome e da vulnerabilidade alimentar das populações residentes nas comunidades rurais. Mesmo com a descentralização financeira que permitiu aos municípios gerirem os seus orçamentos, a pressa de apresentar os resultados aliada a insuficiência de técnicos qualificados nestas circunscrições não tem permitido a avaliação sistemática dos impactos destes investimentos.

Apesar dos investimentos feitos, os resultados são todavia pouco animadores; a maioria das infraestruturas sanitárias funcionam sem água, electricidade, medicamentos e técnicos em número razoável para atender as necessidades das populações. As escolas não possuem mobiliário (carteiras) em número suficiente para acomodar todos os alunos; no concernente o aumento da produção agrícola, o acesso aos equipamentos de irrigação e aos *inputs* continua a ser um sonho para os produtores agrícolas das comunidades rurais. Neste particular, apesar de ter sido declarada como área prioritária no âmbito da Estratégia de Combate à Pobreza, as dotações orçamentais para a agricultura continuam sendo insignificantes, num país onde cerca de 2/3 da população depende da agricultura em termos de provimento de alimentos, de renda e geração de empregos e onde as mulheres constituem a maior parte da força de trabalho. O baixo investimento público no setor agro-pecuário se reflete na baixa produção e produtividade entre as populações empenhadas na produção agrícola, sobretudo na agricultura familiar que é a chave para o combate à fome, configurando uma situação de precariedade recorrente, devido aos elevados custos de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, pesticidas e ferramentas diversas), para não falar da falta de outros componentes, tais como instalações para armazenagem e conservação dos produtos, sistemas de irrigação tradicional, como por exemplo, a irrigação através de canais e modernos (irrigação mecanizada e semi-mecanizada), transportes para os mercados, etc. Note-se, que antes da independência, Angola era auto-suficiente em principais produtos alimentares e exportava vários produtos agrícolas, principalmente café, cereais, leguminosas (feijão e soja) e açúcar. A guerra que se seguiu à independência obrigou a um desinvestimento no setor agro-pecuário, tendo por conseguinte, produzido um impacto negativo à produção agro-alimentar, remetendo o país à dependência da importação, para satisfazer as necessidades alimentares da população. Cabe aqui assinalar que, em Angola, a guerra foi uma política que permitiu o acesso ao poder político, militar, económico, financeiro e sua manutenção por uma pequena elite que se revela mais comprometida com os interesses estrangeiros, do que com os nacionais. A guerra foi também uma política para cristalizar o poder das castas que integram a elite dominante; mas também para justificar as debilidades e os fracassos da governação.

No concernente ao modelo de gestão, as administrações municipais vivem uma situação de elevada dependência financeira na relação com as delegações Provinciais do Ministério das Finanças, pois, funcionam não como unidades

orçamentais tal como está estabelecido pela Lei. Esta dependência constrange a gestão eficiente de recursos financeiros que lhes são disponibilizados pelo Orçamento. Neste particular, carecem de autonomia financeira para atenderem as necessidades de desenvolvimento das comunidades, porquanto, uma fatia significativa do investimento para o sector social destinado aos municípios continua a ser canalizado através de programas ministeriais. Logo, enquanto gestores, o seu papel se limita à execução de programas que não atendem às necessidades locais. Este constrangimento se agrava com a falta de previsibilidade das quotas financeiras mensais que as administrações municipais têm direito, sendo frequente as mesmas estarem sujeitas a cortes imprevistos. Além disso, os recursos técnicos e humanos são bastante limitados e persistem sérias debilidades concernentes à capacidade de planeamento e execução orçamental ao nível dos municípios. Como não deixaria de ser, este conjunto de fatores contribuíram a que Angola não cumprisse com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

4.7.3. As políticas educativas do período pós-independência

Quando em 1975 Angola tornou-se independente do domínio colonial português havia 85% de analfabetos entre a sua população e uma rede escolar maioritariamente concentrada nas grandes cidades. Esta situação tornou imperiosa e urgente um quadro institucional, a partir do qual vislumbra-se uma verdadeira consciência de autodeterminação, liberdade, democracia e desenvolvimento. Na agenda política sobressaía a necessidade de erradicar todos os vestígios do colonialismo, principalmente a cultura e a educação coloniais, através de uma reforma educativa e do sistema de ensino. Embora com algumas especificidades, partilhamos com Ngaba (2012) para quem,

Os primeiros anos da independência foram marcados por uma ligeira continuação do sistema educativo colonial até que em 1977, altura em que se realizou o Iº Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), foi aprovado o diploma orgânico que atribuiu ao Ministério da Educação de Angola (MED) a competência de implementar a política educativa definida e aprovada neste mesmo congresso. (p. 132)

Foi realmente nesse congresso de 1977 onde se delineou a política educativa que vigorou durante a Iª República, isto é, de 1978 a 1991 e que inspirou a reforma educativa iniciada naquele mesmo ano. Desde então, conferiu-se ao Ministério da Educação competências para organizar um sistema de educação e ensino para absorver todas as crianças em idade escolar em todo o país, formar professores necessários a generalização do ensino e criar condições para a alfabetização de toda a população. Com estas orientações, o estado angolano demonstrava, pelo menos

teoricamente, a vontade política e proclamava o seu comprometimento em universalizar a educação tornando-a gratuita e obrigatória pelo menos ao nível primário.

4.7.4. A reforma educativa de 1977

A reforma educativa de 1977 baseou-se na linha político-ideológica marxista-leninista adotada pelo MPLA – Partido do Trabalho que era a âncora da construção do socialismo científico em Angola. A importação de ideologias e de modelos políticos deve ter sido um dos grandes erros de partida dos países africanos, e no caso vertente, da República Popular de Angola, na medida em que, essas opções não foram antecedidas de uma avaliação sobre a realidade histórica, cultural e socioeconómica do País, embora existissem justificativas que apontassem para a necessidade de alinhamento no contexto da guerra fria em que sucederam as independências africanas, no qual os países socialistas tinham um posicionamento favorável à independência dos povos que ainda se encontravam sob o domínio colonial.

Ora, o Iº Congresso de 1977 constituiu uma viragem no desenvolvimento da sociedade angolana, indicando claramente a ideologia que iria presidir o sistema educativo da recém-nascida República Popular de Angola e as mudanças que se impunham para realizar o ideário de construção de um Estado Socialista. Antes, porém, foi promulgada a Lei nº 4/75 de 09 de Dezembro sobre a nacionalização do ensino, pela qual o Estado atribuía-se si a autoridade de controlar todo o sistema de educação e ensino. Em 1978, ou seja, um ano depois da realização do Iº Congresso, procedia-se a revisão da Lei Constitucional de 1975 – Lei que marcou o nascimento da Iª República. A Lei Constitucional revista em 1978, criou um quadro jurídico que,

(...) legitimava o MPLA – Partido do Trabalho como partido único em torno do qual se realizariam todas as actividades políticas, sociais e económicas da sociedade angolana. (...) Estávamos, assim, nos primórdios da homogeneização política, cultural e de opinião, própria dos regimes monopartidários. (Vieira, 2007, p. 101-102)

Assim, o novo sistema educativo resultante da reforma de 1977 perseguia objetivos gerais que o autor ora referenciado assim resume:

- Formar as novas gerações e todo o povo trabalhador sob a base da ideologia marxista-leninista;
- Desenvolver as capacidades físicas e intelectuais de forma a que todo o povo possa participar na construção da nova sociedade;

- Desenvolver a consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais;
- Desenvolver o amor ao estudo e ao trabalho coletivo e o respeito pelos bens que constituem a propriedade do povo angolano;
- Desenvolver a unidade nacional;
- Garantir o desenvolvimento económico e social e a elevação do nível de vida população.

O sistema de educação e ensino estruturou-se em três subsistemas que Ngaba (2012) descreve nos seguintes moldes:

O subsistema do ensino de base que compreendia a formação regular e a formação de adultos; a formação regular estava organizada em oito classes, subdivididas em três níveis de formação: um primeiro nível de quatro classes (ensino primário), um segundo nível de duas classes e um terceiro nível também de duas classes, ou seja, 4+2+2. Assim, o ensino de base estendia-se da 1ª a 8ª classe e tinha como objetivos principais fornecer aos alunos:

- a) Os conhecimentos e pensamento necessários para a compreensão dos fenómenos naturais e sociais que os rodeavam;
- b) A adequada utilização dos instrumentos do conhecimento, para que no futuro pudessem estar aptos ou a adquirirem uma profissão, ou prosseguir com os seus estudos. A idade de ingresso era de 6 anos e o término aos 14 anos;

A formação de adultos era e ainda é uma possibilidade que se dá àqueles que durante a infância não frequentaram a escola ou tiveram insucesso escolar; estava organizado em doze semestres, que uma vez concluídos supunha-se que o adulto adquiriu o mesmo nível de conhecimentos da criança que terminou a 8ª classe.

O subsistema do ensino secundário (médio e pré-universitário) sub-dividido em três estruturas: ensino médio, ensino pré-universitário e a formação técnico-profissional; o ensino médio compreendia quatro classes (9ª, 10ª, 11ª e 12ª) classes. Era realizado em institutos de nível médio e tinha como objetivos:

- a) Formar técnicos médios em áreas de interesse para o desenvolvimento socioeconómico do país;
- b) Adquirir conhecimentos gerais que permitissem o ingresso ao ensino superior, pois englobavam os conhecimentos gerais e técnicos.

O ensino pré-universitário, que era a via mais rápida de acesso ao ensino superior realizava-se em quatro semestres e mais tarde em seis semestres (três anos), e dava-se uma formação meramente académica em disciplinas que,

praticamente, constituíam o propedêutico para aceder a um curso de nível superior; subdividia-se em pré-universitário de ciências exactas e pré-universitário de ciências sociais.

O subsistema do ensino secundário compreendia ainda a formação profissional propriamente dita, destinada a formação técnica de trabalhadores para a sua qualificação; este subsistema era reservado aos trabalhadores e pessoas adultas que aspiram entrar ao mercado de trabalho, mas não possuem alguma qualificação. Essa formação realizava-se em modalidade conjunta entre o Ministério da Educação e a instituição interessada na qualificação dos seus trabalhadores.

O terceiro subsistema concerne ao ensino superior que se realizava em institutos superiores e faculdades adstritas à Universidade de Angola, que mais tarde passou a denominar-se Universidade Agostinho Neto em homenagem ao primeiro Presidente da República Popular de Angola.

Ora, para um Estado recém-estabelecido como é o caso do estado angolano, os desafios da educação e as necessidades de quadros formados e qualificados eram e ainda são enormes e para fazer face aos mesmos adotou-se um sistema de atribuição de bolsas de estudo a ser realizado no estrangeiro, no âmbito da cooperação internacional existente.

4.7.5. Modelo elitista de organização do sistema de educação

A construção do Estado socialista assente no princípio do centralismo democrático requeria que todas as estruturas que lhe integram estivessem organizados de acordo com este modelo. O sistema educativo não escapou a essa regra centralizadora e elitista, pois, foi hierarquizado em formato piramidal em que os órgãos de gestão do sistema, do topo à base, se estruturam obedecendo a lógica da dependência vertical. Assim, no topo da hierarquia estava o Ministro, coadjuvado por dois Vice-ministros, um do ensino de base e outro do ensino superior; a seguir a lógica vertical se posicionam as direções nacionais e mais abaixo as estruturas intermédias (delegações provinciais) que tutelam em sua jurisdição as delegações municipais e estas, por sua vez, subentendem as coordenações comunais. E, como é regra nos sistemas de gestão centralizada, não coube lugar para qualquer proposta que pudesse advir das estruturas de base para serem analisadas ou discutidas no seio das estruturas imediatamente superiores. Em um contexto como este de dependência verticalizada, os problemas se acumulam com o decorrer do tempo, até atingirem um nível de saturação; e, somente nessas circunstâncias as estruturas superiores se apercebem da existência de tais problemas e tomam medidas de remediação que, na maioria dos casos não conduzem à resolução plena dos mesmos.

No concernente a educação foi concebida de modo a atender as necessidades de construção de um Estado socialista. Os currículos e os manuais didáticos refletiam necessariamente conteúdos que enalteciam a vitalidade da ideologia adotada, que deveria ser seguida por todos sem exceção, tal como acontecia no ensino colonial. Ao referir-se sobre o currículo da época Ngaba (2012), assinala:

Como consequência de um ensino sob o modelo elitista e centralizado, tanto os programas de ensino, como a sua calendarização, na 1ª República, estavam padronizados para todo o país independentemente da situação socioeconómica das regiões ou dos estudantes. Trata-se de um currículo nacional, uniforme e padronizado. (p. 141)

Entretanto, apesar das iniciativas empreendidas pelo Estado angolano com a criação de um sistema de educação acessível a todos os cidadãos, as dificuldades não se fizeram esperar e novos desafios começaram a surgir pela frente. Angola assistiu na década de 1980 a uma explosão escolar, numa altura em que o país se confrontava com a insuficiência de infraestruturas escolares e a necessidade de aumentar o número de professores qualificados para atenderem as necessidades de aprendizagem das crianças angolanas. Diante dessa realidade, as autoridades educativas adotaram medidas de recrutamento massivo de pessoas que possuíam algum nível de instrução, a fim de serem submetidas a uma formação de curta duração para atenderem as necessidades colocadas pela explosão escolar. À respeito da explosão escolar Vieira (2007) afirma:

(...) verificamos que o número de crianças que frequenta a escola nos primeiros anos de Independência é bastante significativo e em muitas zonas do país improvisam-se escolas, muitas em armazéns abandonados, igrejas, ou construídas à pressa em aldeias recônditas, onde as autoridades coloniais não tinham implantado uma escola. (p. 112)

A carência de professores em número satisfatório para atenderem as necessidades educativas das crianças angolanas levou o Estado angolano a recorrer à cooperação internacional inicialmente com a República de Cuba, que enviou o primeiro contingente de professores que foram rapidamente distribuídos por todas as províncias do país, a fim de assegurarem a docência no 2º e 3º níveis, no ensino médio e no ensino superior. No entanto, para Angola vieram não só professores cubanos, mas também os vietnamitas, os da Antiga Alemanha do Leste, da Bulgária e da Antiga Checoslováquia, sendo que na sua maioria não tinha o domínio da língua portuguesa – língua de escolarização em Angola.

Em termos de captação de propostas de aprendizagem e em termos de interação aluno-professor, as dificuldades linguísticas não devem ser negligenciadas, e no caso de Angola, elas não passaram despercebidas, pois se manifestaram de forma mais pronunciada, que, inclusive, deixaram máculas no repertório das

aprendizagens, principalmente daqueles alunos que, trazem desde casa e do meio de onde são oriundos dificuldades assinaláveis. Como é óbvio, tanto a situação de professores estrangeiros com dificuldades linguísticas como a de educadores angolanos recrutados e formados à pressa sem receberem as ferramentas necessárias ao exercício da docência, terão certamente contribuído, em certa medida, na qualidade menos satisfatória do ensino praticado naquela época.

Assim, embora tenha havido uma melhoria quantitativa da escolarização no ensino regular entre os anos 1977 e 1985 (1.220.210) alunos como resultado da massificação do ensino, do carácter obrigatório e gratuito do ensino primário e do funcionamento do sistema de bolsas internas, tem-se pois, que admitir a existência de uma série de debilidades que convergiram na ineficácia do sistema educativo angolano, como se poderá observar em análises subsequentes.

Portanto, a política educativa do Estado angolano nos primeiros anos da independência e as medidas tomadas no âmbito da sua implementação desde a nacionalização à monopolização e homogeneização do ensino refletem a vontade política de estabelecer um sistema de educação e ensino que tornasse possível a realização dos objetivos de construção do Estado-nação assente no centralismo democrático, da construção e consolidação da unidade nacional, da legitimação do poder político instituído, da instrumentalização da educação para a manutenção e reprodução desse mesmo poder.

4.7.6. A reforma educativa da 2ª república

Em 1986, foi criado um grupo de trabalho junto do Gabinete de Estudo do Ministério da Educação constituído por técnicos angolanos e cubanos, para realizar um estudo prognóstico sobre o sistema educativo angolano, abarcando o ensino de base e o secundário. O estudo de que resultou o documento denominado «Relatório de Balanço (2013)» identificou uma série de fatores que contribuíram para a ineficácia do sistema educativo vigente naquela altura, dos quais se destacam:

- A estrutura do sistema educativo organizado em três níveis diferentes na sua concepção não satisfaz a formação básica, na medida em que conserva o antigo critério do ensino primário, do ciclo preparatório e dos cursos gerais existente no período colonial;
- Existência de deficiências de comunicação entre a escola e as instâncias superiores, o que constringe a circulação das orientações e a recepção da informação sobre o cumprimento das mesmas; a Relação entre as direções e os departamentos nacionais é muito limitada e circunscreve-se ao envio de documentos e à recepção de relatórios;

- Existência de um número considerável (1.616.200) crianças e jovens de idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos fora do sistema de educação, dos quais 1.008.600 são crianças com idades compreendidas entre 6 e 14 anos;
- Existência de um número elevado de repetências e alunos que abandonam a escola quer por motivos de guerra, quer por outros motivos relacionados com o funcionamento deficiente do sistema educativo; por cada 1,000 alunos que ingressam na 1ª classe somente 142 concluem o 1º nível, dos quais 34 transitam sem repetições de classes, 43 com uma repetição e 65 alunos com duas ou três repetições;
- Baixo nível de aproveitamento escolar motivada entre outros factores, pela deficiente preparação dos professores, pela falta de instalações e meios de ensino adequados e a falta de condições sociais dos próprios alunos;
- Entre 1981 e 1984 saíram 10.000 professores do Ministério da Educação em razão da degradação das suas condições sociais e do agravamento da situação político-militar;
- Incumprimentos do calendário escolar e do horário estipulado no sistema de avaliação, nos programas escolares e nos planos de estudo;
- Os professores não dispõem de programas e quando os têm são desatualizados e às vezes modificados arbitrariamente;
- No Plano de Estudo, a formação geral completa não é considerada como uma etapa de ampliação, de generalização e de aprofundamento dos conteúdos;
- O tempo definido para o ensino de base (7.356) horas de aulas é insuficiente para adquirir uma formação básica;
- O Plano de Estudo não define o perfil de saída do ensino de base;
- Os alunos saem do ensino de base sem a educação básica completa, pressupondo desde logo que o sistema educativo não cumpre com os objetivos consignados a esse nível de ensino;
- Falta de um serviço que acompanhe a dinâmica demográfica por regiões, o que provoca o movimento migratório dos alunos para as zonas urbanas;
- Não existe um sistema regular de dotação das escolas de equipamentos, mobiliário escolar e de meios didácticos.

Com efeito, e tal como referido atrás, nos primeiros anos que se seguiram a independência foram tomadas iniciativas políticas que visaram a criação de condições que permitissem o acesso de todos os angolanos à educação e a elevação do nível educacional das populações. Para tanto, foi elaborado e adotado no Iº Congresso do MPLA – Partido do Trabalho um documento intitulado: Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na República Popular de Angola, que inspirou a reforma do sistema educativo de 1977 e tornado público em 1978. Embora a educação seja definida em termos progressistas e considerada como uma condição imprescindível ao desenvolvimento integral e harmonioso do indivíduo, tais formulações não relacionam a educação com os problemas reais do país, com o mercado laboral, nem com a necessidade de trabalhar conhecimentos multifacetados e pluridimensionais, para cultivar hábitos e habilidades que o tornem apto a criatividade, à criação e melhoria das condições de vida. Além disso, a Reforma do Sistema Educativo inspirada no documento acima mencionado não teve a devida cobertura legal, por ausência de uma Lei de Base que orientasse o sistema e os agentes nele envolvidos. A sua implementação foi marcada por muitas debilidades e arbitrariedades que levaram a uma degradação e desorientação generalizada. Apesar da pertinência da proposta, de 1986 a 1992 não foi tomada nenhuma iniciativa para mitigar os problemas identificados e espelhados no relatório do grupo de trabalho do Gabinete de Estudo.

Entretanto, a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento do bloco socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) impulsionou a assinatura em 1991 do Acordo de Paz para Angola em Bicesse/Portugal, tendo por efeito, inaugurado uma nova era traduzida na mudança de sistema político de partido único para o multipartidário e o início de um processo de democratização e liberalização económica. Em 1992, adotou-se um programa de Educação de Urgência adaptado ao contexto da reconciliação nacional. O programa de Educação de Urgência que fazia parte das novas linhas de reformulação do sistema educativo, teve inúmeras dificuldades na sua implementação, devido ao retorno à guerra civil Ngaba (2012). Além desta iniciativa, seguiram-se outras, como por exemplo, o Plano-Quadro para a Reconstrução do Sistema educativo 1995-2005 que, na essência traduziria um consenso nacional sobre o futuro da educação e o seu papel na reconstrução nacional, mas que, terminaram igualmente em fracasso pelo mesmo motivo de retorno à guerra civil.

Em 2000, Angola participou do Fórum Mundial sobre Educação realizado em Dakar/Senegal, no âmbito do qual comprometeu-se em realizar os objetivos e as metas do Plano de Ação adotado nesse Fórum. A partir deste grande evento enveredou-se por iniciativas que levaram à reforma do sistema educativo que constitui o marco histórico da educação na 2ª República, cuja prossecução continua nos dias de hoje. Em 2001, o Estado angolano promulgou a Lei nº 13/2001 – Lei de Base do Sistema Educativo em Angola que define aos pormenores a sua

organização e o seu funcionamento; o sistema educativo da 2ª República define como objetivo principal adequar o ensino às exigências do desenvolvimento humano sustentável assegurando a todos o acesso à educação de qualidade. Assim, a 2ª Reforma do Sistema Educativo persegue os seguintes objetivos e metas:

- Expandir a rede escolar;
- Inclusão de maior número de alunos e professores no sistema de educação;
- Universalização da classe de iniciação e do ensino primário de seis classes;
- Introdução e generalização da Carta Escolar do Ensino Primário e Secundário;
- Expansão e modernização do ensino técnico-profissional;
- Integração das crianças com necessidades educativas especiais no sistema normal de ensino;
- Construção e reconstrução de infraestruturas escolares;
- Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- Adequação e harmonização do sistema de educação, dos objetivos gerais da educação, do currículo e da organização e gestão escolar aos desafios da formação de sujeitos cidadãos;
- Valorização do docente através da formação (inicial e contínua) e sua promoção na carreira;
- Melhoramento da qualidade das aprendizagens dos alunos e do desempenho dos docentes;
- Aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos materiais pedagógicos;
- Garantia da participação ativa de todos membros da sociedade na vida da educação formal, ou seja, melhorando a relação entre a escola e a comunidade;
- Redução do analfabetismo e expansão do programa de recuperação do atraso escolar;
- Modernização e reforço da capacidade de intervenção da inspeção escolar;
- Reforçar a eficácia do sistema de educação;

- Melhoramento dos indicadores de qualidade de ensino;
- Construção do Sistema Nacional de Avaliação Educacional;
- Melhoria do sistema de informação entre os diferentes integrantes do setor a todos os níveis, ou seja, garantir a fluidez da informação para facilitar a criação de uma base com dados fiáveis e credíveis;
- Formação de gestores da política educativa a todos os níveis de aplicação, em especial dos gestores escolares, inspectores e investigadores;
- Aplicação permanente dos dispositivos de avaliação do desempenho institucional a todos os níveis;
- Redimensionamento do perfil da escola, dando-lhe a possibilidade de rentabilizar os recursos disponíveis através de alternativas que escapam a uma gestão centralizada;
- Melhorar a equidade do sistema de educação.
- Garantia da igualdade de acesso à educação a todos os cidadãos através de um ensino de qualidade, atingindo particularmente as classes mais desfavorecidas;
- Redução das disparidades de género, incluindo particularmente os portadores de deficiência;
- Redução das assimetrias regionais no acesso à educação;
- Garantia da participação ativa de todos os alunos matriculados nas diferentes situações de aprendizagem em salas de aulas, mediante a utilização de métodos participativos pelos professores, ou seja, pela criação de condições psico-pedagógicas para uma educação inclusiva.

Como se pode notar, nem todos os enunciados são realmente metas; por exemplo, por sua natureza, os enunciados constantes dos pontos 2.1., 2.2., 2.5., 3.3, 3.5., 4.1. e 4.4, se inscrevem nas medidas correctivas permanentes, próprias da gestão administrativa do sistema educativo como um todo. Além disso, o estabelecimento de metas expressa o compromisso de realizar em termos mais concretos determinados objetivos previamente definidos, e este procedimento requer a fixação de números ou percentagens, para reduzir, superar ou eliminar os problemas (défice, lacunas e obstáculos) que entravam o desenvolvimento do sistema educativo.

Entretanto, à semelhança do sistema educativo anterior, também no atual o ensino primário mantém o seu carácter gratuito e obrigatório, e retoma o princípio

da laicidade. No entanto, embora mantenha a ação social escolar, o atual sistema educativo introduziu novos elementos, nomeadamente a co-participação financeira dos cidadãos nas despesas da educação, a supressão das bolsas internas que existiram no sistema anterior e a instituição do ensino particular³³. Por outra, o atual sistema educativo apresenta uma estrutura hierárquica de três níveis (primário, secundário e superior) organizados em 6 subsistemas:

- 1) O subsistema de educação pré-escolar – que cuida da primeira infância através de ações de condicionamento e de desenvolvimento psico-motor; tem, de entre outros objetivos, os de promover o desenvolvimento intelectual, físico, moral e afetivo da criança a fim de facilitar a sua inserção no subsistema de ensino geral. Este subsistema estrutura-se em creche e jardim-de-infância;
- 2) O subsistema de ensino geral – consiste em realizar uma formação integral, harmoniosa e sólida que possibilite o ingresso nos subsistemas posteriores; objetiva realizar uma formação integral e homogênea com vista a um desenvolvimento harmonioso e educar para a cidadania. Este subsistema estrutura-se em: a) ensino primário de seis classes; e b) ensino secundário de dois ciclos, sendo que o 1º compreende a 7ª, 8ª e 9ª classes, e o 2º ciclo que vai da 10ª a 12ª classe.
- 3) O subsistema de ensino técnico-profissional – visa a formação técnica e profissional e tem por objetivo capacitar os jovens e os adultos para o exercício de uma profissão; a formação neste subsistema subdivide-se em básica e média-técnica;
- 4) O subsistema de ensino de formação de professores – consiste na formação docente para os subsistemas de educação pré-escolar, ensino geral, ensino de adultos e especial; aqui a formação estrutura-se em: a) média normal vocacionada ao desenvolvimento da educação pré-escolar, ensino primário, ensino de adultos e ensino especial; e b) formação superior para desenvolver a educação ao nível secundário.
- 5) O subsistema de educação de adultos – este subsistema tem por objetivo assegurar o acesso da população adulta à educação a fim de adquirir competências técnico-profissionais necessárias ao exercício das suas atividades; à semelhança do ensino geral também este estrutura-se em dois ciclos.
- 6) O subsistema de ensino superior – considerado como aquele que garante a formação ao mais alto nível e compreende a graduação que vai de 4 a 5 anos e a pós-graduação (mestrado e doutoramento).

³³ O ensino particular foi instituído através do Decreto-Lei nº 21/91 de 22 de Junho.

Ora, o relatório de balanço MED (2011) faz perceber, que a implementação da 2ª Reforma do Sistema Educativo compreendeu cinco fases: 1) Fase de Preparação 2002-2012, que consistiu na edição dos manuais, programas, planos de estudo e guias metodológicas, formação de professores experimentadores e seleção das escolas de experimentação; 2) Fase de Experimentação 2004-2010, que consistiu na experimentação dos novos materiais pedagógicos; 3) Fase de Avaliação e Correção 2004-2012, que foi na prática a fase de correção dos materiais pedagógicos e dos dispositivos da reforma; 4) Fase de Generalização 2006-2011, que consistiu na generalização de novos materiais pedagógicos; e, 5) Fase de Avaliação Global a partir de 2012, que diz respeito a avaliação de todo o processo de reforma educativa. Além disso, o relatório de balanço transmite a qualquer leitor um certo optimismo quanto aos resultados provisórios da implementação da reforma do sistema educativo.

Com a implementação da reforma registou-se um aumento considerável de alunos, ou seja, se em 2004 existiam 4.393.497 alunos matriculados no ensino geral, dos quais 1.922.634 eram do sexo feminino, já em 2010 os efetivos escolares passaram para 6.168.454 alunos, dos quais 2.775.804 eram do sexo feminino. A média de matriculados no ensino geral de 2001 a 2003 era de 2.836.727 alunos, enquanto de 2004 a 2010 a mesma era de 5.325.619 alunos o que representa um crescimento na ordem de 87,7% de alunos matriculados e o índice de paridade de género aumentou de 0,7% para 0,9%; durante a reforma foram construídas 53.592 salas até 2010, representando um crescimento médio de 96,4%. Enquanto isso, o ensino superior obteve um aumento de 46% em termos de estudantes matriculados, tendo atingido 50.000 estudantes em 2006, o que no entendimento dos seus autores representa uma melhoria da eficácia do novo sistema de ensino.

Na mesma senda, o relatório de avaliação global MED (2014) do período 2004/2011 aponta para um aumento de 40.729.056 alunos entre 2004 e 2011. Em síntese, o crescimento registado pode ser resumido nos termos seguintes: em termos de salas de aulas o crescimento passou de 36.011 para 56.857; o ensino primário cresceu em 61.3% passando de 3.022.461 em 2004 para 4.875.868 em 2011; o 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral passou de 197.735 para 619.841 ou seja, 68.1%; o 2º Ciclo passou de 30.397 para 71.370 57.4%; o 2º Ciclo do Ensino Secundário Técnico Profissional passou de 67.328 para 139.350; 51.7%; o 2º Ciclo do Ensino Secundário Formação de Professores passou de 61.616 para 98.234 37.3%; o Ensino Especial passou de 11.710 para 23.593 alunos 50.34% e a alfabetização cresceu em 42.4%, ou seja, 3.527.665 cidadãos alfabetizados no período em referência; No mesmo período, o corpo docente cresceu de 113.523 para 233.160 efetivos perfazendo cerca de 51.3% em 7 anos; o Ensino Secundário Geral (formação de professores e técnico-profissional) passou de 113.523 para 233.160 representando um aumento médio anual de 18%; enquanto isso, as escolas de

formação de professores produziram 30.000 professores para o ensino primário e 40.000 professores para o 1º Ciclo do Ensino Secundário.

A despeito da nova perspectiva de adequar o ensino às exigências do desenvolvimento humano sustentável assegurando a todos o acesso à educação de qualidade, a 2ª Reforma do Sistema Educativo parece ser um processo gradual e evolutivo, que mesmo sendo implementado em período diferente daquele em que se realizaram outras reformas educativas, continua a enfrentar os mesmos problemas, pelos quais procura-se insistentemente aplicar as mesmas soluções como no passado. Por exemplo, procurou-se implementar a nova reforma optando pela manutenção do modelo elitista e centralizado que é considerado como inadequado para um projeto que busca alcançar eficiência, eficácia e qualidade em termos de resultados. Em segundo lugar, não foi tida em consideração a participação das bases na concepção do projeto de reforma educativa e muito menos daqueles que são os seus principais agentes (professores, alunos e encarregados de educação), que vivenciam no seu dia-a-dia os problemas que enfermam o sistema educativo em si.

No entanto, a análise dos resultados de uma reforma educativa não deve ser tão linear e circunscrever-se unicamente numa lógica quantitativa, ignorando a perspectiva qualitativa, assim como outras variáveis e dimensões que pendem igualmente para uma análise realista e mais abrangente. Se por um lado corrobora-se com a evolução do sistema educativo em termos quantitativos, o mesmo já não ocorre se se considerar o ratio de alunos por turma ou ratio professor/alunos³⁴, paridade de género, a gestão democrática do sistema, a flexibilidade curricular³⁵, a língua de escolarização, o tempo de aprendizagem (horários triplos), a duração das avaliações, a eficácia do modelo de avaliação, a motivação dos educadores e educandos, a distribuição equitativa de materiais e equipamentos escolares, adequação dos currículos e planos de estudo às especificidades socioculturais regionais ou étnicas, particularmente aquelas que atendem às dimensões axiológicas e linguísticas e às necessidades de aprendizagem dos alunos, ou ainda às exigências do mercado de trabalho e da própria sociedade em rápidas transformações, a variável económico-financeira (percentagem da dotação orçamental para a educação nas despesas públicas), o nível de alfabetização³⁶ da população em geral, entre outras, que em conjunto convergem para a melhoria da

³⁴ Na maioria das províncias angolanas, o ratio professor/alunos situa-se acima de 50.

³⁵ Por flexibilidade curricular se entende a autonomia que se dá às escolas em procederem as adaptações necessárias em função das especificidades da localidade ou região em que se encontrem localizadas.

³⁶ Dados do relatório/2005 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontam para a existência de apenas 67% da população angolana alfabetizada e uma desigualdade considerável em termos de paridade de género neste domínio, isto é, 83% de homens adultos alfabetizados contra 54% de mulheres adultas que sabem ler e escrever.

qualidade do sistema educativo, tendo em conta a sua adequação aos padrões e às metas definidas em fóruns internacionais promovidos pelas agências das Nações Unidas.

Conclusões do capítulo

Ao longo da sua história Angola experimentou vários modelos de desenvolvimento, com destaque para o modelo escravocrata que predominou entre os séculos XV e XIX, um período longo e nebuloso, marcado pela conflitualidade entre angolanos e colonos portugueses. A abolição formal do tráfico de escravos em 1836 não se traduziu na sua erradicação, porquanto as autoridades coloniais portuguesas trataram de substituí-lo pelo ‘trabalho Indígena’, que consistia no recrutamento forçado de trabalhadores indígenas para empreendimentos coloniais, cobrança de impostos e do dízimo, criando uma situação financeira insustentável e pobreza, principalmente entre os indígenas das comunidades rurais.

Com a realização da Conferência de Berlim em 1885 na qual foi determinada a partilha de África entre as potências europeias da época, Angola integrou-se no sistema económico capitalista e passou a reger-se pelas leis de produção emanadas de Portugal, que no plano económico inauguraram uma nova era – a era da exportação de matérias-primas para a metrópole. Com efeito, os anos 1920 imprimiram uma nova dinâmica com a implantação da administração colonial por quase todo o país, o que no plano económico impulsionou a produção de diamantes, café, açúcar, milho, peixe, etc. Essa dinâmica prolongou-se até a década de 1950 e contribuiu para a realização de grandes investimentos consubstanciados na construção da rede viária nacional, linhas ferroviárias, aeródromos, bem como de outras infraestruturas. Esse quadro de sucesso económico terá levado as autoridades coloniais portuguesas a desenvolverem as primeiras experiências de industrialização para a substituição das importações nas décadas de 1960 e 1970.

Durante a colonização as autoridades coloniais portuguesas adotaram políticas discriminatórias, nomeadamente o Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, por via do qual se regiam as relações entre indígenas e não-indígenas, a política de assimilação e uma política educativa orientada à aculturação dos indígenas para a sua transformação em portugueses.

Enquanto isso, no período Pós-Independência, Angola experimentou um modelo socialista de desenvolvimento, centralizado e autoritário, que negava a partilha do poder político com outras forças políticas, o que propiciou a sua contestação por uma larga maioria de angolanos que não se reviam nele, tendo evoluído para uma guerra civil que durou 27 anos.

No plano económico, o modelo socialista assentava na planificação centralizada e negação explícita do mercado. Já na esfera social, embora as políticas advogassem teoricamente a igualdade, a justiça social, a melhoria das condições de vida do povo e a elevação gradual do seu bem-estar, na prática, esses princípios foram inviabilizados pelos preconceitos herdados do período colonial, que favoreceram a manutenção, a afirmação e a consolidação das elites formatadas na perspectiva da política colonial de discriminação e diferenciação sociocultural, e por vícios como o cabritismo, a corrupção, o nepotismo, o peculato, a impunidade, etc., inerentes a própria natureza dos regimes neo-patrimonialistas.

Com o fim da guerra e a consumação dos acordos de paz em 2002, Angola vem experimentando políticas públicas orientadas para a reconciliação nacional, a reconstrução de infraestruturas e no relançamento da economia para o combate à pobreza. Com esta perspectiva, foram desenhadas algumas Estratégias de Combate à Pobreza, teoricamente destinadas às comunidades rurais, mas, na prática não vislumbra quaisquer resultados em termos de redução da pobreza entre as populações residentes nessas áreas, devido à prevalência dos vícios atrás mencionados. Embora a Constituição de 2010 estabeleça um conjunto de princípios, garantias e direitos sociais dos cidadãos, nem sempre são transformados em actos práticos.

No concernente a educação, durante o período colonial as escolas formais funcionaram como instrumentos para veicular a ideologia colonial e fascista, com a finalidade de transformar os angolanos em sujeitos dóceis ou assimilados, para serem inseridos na sociedade portuguesa como cidadãos de terceira classe, visto que, os de segunda classe eram portugueses nascidos em Angola. Esse sistema de discriminação e diferenciação sociocultural culminou na conformação de uma sociedade marcada por conflitos de carácter político-ideológico, social e racial, que se reproduzem na atualidade, devido à apatia e inércia das elites e das instituições do poder. No período Pós-Independência, Angola implementou duas reformas educativas, cujos resultados traduzem um crescimento em termos de escolarização, em todos os níveis do sistema educativo nacional, embora persista um défice em termos de qualidade.

À semelhança do que ocorre na maioria de países africanos, também em Angola não se aplica o princípio da discriminação positiva entre o rural e o urbano no desenho das políticas educativas e de desenvolvimento. O modelo educativo que vem sendo implementado atualmente em Angola é homogeneizador e promotor da discriminação social e cultural, porquanto, os currículos, os planos de estudo e os conteúdos dos manuais escolares são concebidos, sem ter em consideração as necessidades educativas específicas de cada sub-região, nem das populações autóctones e muito menos daqueles que residem habitualmente nas comunidades rurais. A sua implementação nas comunidades rurais traduzida na construção de

escolas formais nesses espaços é percebida por essas populações como uma extrapolação das necessidades educativas das cidades para o meio rural, isto é, uma estratégia de alienação cultural das suas crianças. A extrapolação das necessidades educativas das cidades para o contexto ruaral tem produzido dois efeitos correlacionados: a) a emigração da população activa para as cidades (êxodo rural); e, b) o sobrepovoamento dos espaços urbanos. Ora, o êxodo rural promovido, em grande parte, pelas políticas educativas e de desenvolvimento que vêm sendo implementadas em Angola, tem propiciado o sobrepovoamento das cidades, agravando ainda mais o fonómeno da desordem urbana, o desemprego, a criminalidade e a degradação ambiental nos espaços urbanos.



SEGUNDA PARTE

MARCO CONTEXTUAL E METODOLÓGICO





Capítulo V

Contextualização. *Ekovongo*: uma comunidade rural *Ovimbundu*

Ekovongo é um espaço geográfico, histórico, social, económico e cultural diferenciado e pleno de significados para o sustento material e espiritual dos seus habitantes. Nesta complexa realidade societal ocorrem vários processos educativos e de desenvolvimento que traduzem o modelo de vida adoptado e o sentido de bem-estar; ou pelo contrário, se vive em condições precárias decorrentes da insatisfação das necessidades básicas.

Ekovongo é uma comunidade rural que possui o estatuto de capital simbólica do antigo Reino do Bié (*Ombala*³⁷ *yo Viyé*). Nesta condição, pode ser considerado como um exemplo paradigmático para o conhecimento das transformações operadas na cultura *umbundu* e, por conseguinte, no modo de vida das pessoas, impulsionadas por uma relação dialéctica entre a tradição assumida ao nível comunal e a modernidade urbana que aos poucos vai conquistando o espaço comunitário. O conhecimento desta realidade afigura-se importante para:

- O entendimento das práticas educativas e dos processos de desenvolvimento que ocorrem nesta comunidade;
- O conhecimento das mudanças impostas pela guerra e pelas inovações de ordem cultural e económica, bem como dos seus efeitos no modo de organização social comunitária;
- A compreensão das contradições e dos conflitos gerados ao nível comunitário decorrentes da atual tendência de sobrevalorização das condições materiais de existência;
- O conhecimento das estratégias educativas adoptadas pelos habitantes de *Ekovongo* no âmbito da sua integração ao estado moderno;

³⁷ *Ombala* é um termo *umbundu* que em português significa Capital do Reino.

- A visão e a prática de desenvolvimento articuladas pela própria experiência dos sujeitos no âmbito da reconstrução da sua comunidade.

Desta feita, descrever a comunidade de *Ekovongo* implica uma análise dos seus problemas, carências, potencialidades e necessidades para a compreensão das estratégias e das atitudes que os habitantes assumem, com vista a melhoria das suas condições de vida. No plano mais amplo, esta descrição permite um melhor conhecimento da realidade social, económica, cultural e espiritual dos habitantes de *Ekovongo* e dos *ovimbundu* em geral, visto que, os processos de transformação que se experimentam nesta comunidade podem ser transferidos a outros espaços com características geográficas e socioculturais similares.

5.1. Contextualização geográfica

O conhecimento e a compreensão da realidade comunitária de *Ekovongo* não pode efectivar-se à margem da sua inserção numa estrutura geográfica maior, que é, neste caso, a Província do Bié. O topónimo Bié em português ou *Viye* em língua *umbundu* é um cognome atribuído ao *Vingongombanda* – o Fundador de *Ekovongo*. Passou a denominar-se Bié por distorção introduzida pela administração colonial portuguesa. O antigo Reino do *Viye*, actualmente transformado em Província do Bié foi baptizado com este nome em homenagem ao seu fundador.

Para tanto, afigura-se pertinente descrever alguns aspectos relacionados com esta parcela do território angolano, principalmente nas vertentes geográfica e sociocultural. Esta Província insere-se num amplo espaço denominado Planalto Central, abrangendo a própria Província do Bié e as províncias do Huambo, Benguela, a parte norte da Província da Huíla e a parte Sul e Sudeste da Província do Kwanza-Sul. O Planalto Central é um espaço geográfico habitado maioritariamente pelo grupo etnolinguístico *ovimbundu*, mas, existem nele outras comunidades, cujos habitantes são oriundos de outros grupos etnolinguísticos. Os *ovimbundu* constituem um grupo etnolinguístico mais representativo da estrutura demográfica do Planalto Central, e, é o mais numeroso (1/3 da população) de Angola. O Planalto Central abrange a superfície de maior altitude do território angolano; situa-se acima da curva de nível dos 1500 metros, e é uma região de particular importância económica, pelo facto de, além de abrigar cerca de um terço da população rural de Angola, é uma zona privilegiada e estratégica, isto é, percorrida pelas grandes vias de penetração ou corredores de desenvolvimento (terrestres, ferroviários e aéreos) do interior do continente africano em direção ao litoral, e, nele nascem importantes rios de caudal quase permanente ao longo do ano, que percorrem o território em direção ao sul, ao sudeste, ao norte e noroeste do País.

Geograficamente, o Planalto Central ocupa uma área de 79,040 km² (6,33%) do território angolano e dispõe de “(...) pontos extremos compreendidos sensivelmente pelos paralelos 10° 27’ e 14° 16’ de latitude Sul e pelos meridianos 14° 14’ e 17° 37’ de longitude Este” (Castanheira, 2006, p. 349). O espaço geográfico que compreende o Planalto Central enquadra-se numa zona tropical de alternância de climas (húmido e seco) que, devido a sua altitude, regista ao longo do ano, uma temperatura máxima que oscila entre os 20°C e os 30°C, e, temperaturas mínimas que oscilam entre os 0°C e os 8°C, com uma precipitação que oscila entre os 1100 mm a Sul e Sud-Oeste, e 1400 mm no sentido Centro-Oeste; a humidade relativa média anual do Planalto Central oscila entre os 40% e os 80%.

Figura 1. Mapa de África



Fonte: Depositphotos, 2020

Figura 2. Mapa Político-Administrativo de Angola



Fonte: Governo de Angola, 2020.

Figura 3. Mapa da Província do Bié



Fonte: Governo de Angola, 2020.

Figura 4. Mapa do Bié que acolhe o Município do Kuito e a Comunidade de Ekovongo



Fonte: I.G.C.A/Bié, 2013.

No entanto, à semelhança do que ocorre em todo o País, esta zona tem apenas duas estações durante o ano: a estação chuvosa, e a estação seca ou cacimbo; a chuvosa tem uma duração de sete meses, ou seja, de Outubro a Abril, registando-se a maior intensidade das chuvas entre os meses de Novembro e Dezembro, intercalada por um curto período de quase seca (Janeiro e Fevereiro), e uma relativa redução das quedas pluviométricas nos meses de Março e Abril. O período seco ou cacimbo verifica-se entre os meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro; pelas suas características, esta zona também pode ser considerada de clima temperado com um inverno frio e seco e um verão chuvoso e quente.

Segundo Castanheira (2006), além das características gerais que são extensivas quase a todo o conjunto do território angolano, o Planalto Central se singulariza por ser uma zona potencialmente agrícola e apresenta um conjunto de especificidades de que se destacam:

- 1) Numa certa unidade morfológica, sustentada por um relevo ondulado, sendo que, na parte ocidental o mesmo se encontra atravessado por cadeias montanhosas;
- 2) Abundância de rios de caudal permanente ao longo do ano, o que permite a prática de uma agricultura irrigada e mecanizada;
- 3) Predominância de solos ferralíticos que apresentam um baixo conteúdo em nutrientes minerais e em matéria orgânica;
- 4) Predominância de uma vegetação menos densa, constituída principalmente por um mosaico de floresta aberta ou mata de panda e a denominada savana bosque, cujas espécies de arborização são de pequeno porte, variando entre 12 a 14 metros de altura, ou ainda, um extracto arbustivo de apenas 8 metros de altura, onde a drenagem das águas pluviométricas é acelerada, culminando na erosão acentuada dos solos e fraca capacidade de retenção da humidade e da matéria orgânica, tornando-os pouco produtivos, sobretudo quando se trata de uma agricultura sanzonal ou naturalizada, que é praticada maioritariamente pelos habitantes das comunidades rurais, que em Angola constituem o substracto populacional mais marginalizado e empobrecido pelas políticas públicas.
- 5) Existência de anharas de alto³⁸ e anharas de vale, sendo estas últimas autênticas planícies ou pradarias, que na maioria de casos se estendem ao longo dos rios, constituindo-se em uma espécie de bacias de retenção das águas pluviométricas que conservam a humidade dos solos. As anharas de vale funcionam como terras alternativas de cultivo, onde os habitantes das

³⁸Anharas são planícies ou pradarias que fazem a retenção das águas da chuva.

comunidades rurais desenvolvem a agricultura durante a estação de seca ou cacimbo.

É neste contexto do Planalto Central, que apesar de ser uma zona potencialmente agrícola, é caracterizado por adversidades geográficas, condicionalismos ecológicos e climatológicos, ao que se associa um reduzido nível de fertilidade dos solos onde se inscreve a Província do Bié³⁹. Morfologicamente, o território bienense caracteriza-se por altiplanos que alcançam uma altitude máxima de 1.852m. A sua superfície é de 70,314 km² e tem uma população estimada em 1.338.923 habitantes de acordo com o censo de 2014; administrativamente a Província estrutura-se em 9 municípios (Andulo, Kamacupa Katabola, Chinguar, Chitembo, Kuito, Kunhinga, Kwemba e Nharea. Limita-se ao norte com a Província de Malanje, a noroeste com a Província do Kwanza-Sul, a oeste com as províncias do Huambo e Huila, a sul com a Província do Kwando Kubango, a leste com a Província do Moxico e a nordeste com a Província da Lunda-Sul.

A comunidade de *Ekovongo*⁴⁰ que constitui o campo do presente estudo situa-se à cerca de 20 km a Sul da cidade do Kuito – o Centro Administrativo da Província do Bié; tem pouco mais de 412 habitantes e limita a Sul com a comunidade de *Tchavaya*, a Leste com as comunidades de *Kambweyo* e *Sapiti*, a Oeste com a comunidade de *Nguengu* e a Norte com a comunidade de *Longulu*⁴¹. Nos últimos anos, *Ekovongo* tem registado uma destruição acelerada das poucas florestas de que dispunha, uma situação agravada pela redução considerável da frequência das chuvas em toda a região, acentuando ainda mais a precariedade das actividades agrícolas que os seus habitantes desenvolvem para a sua sobrevivência.

Em *Ekovongo* residem e convivem pessoas, cuja existência se funda nas condições do território, nas normas emanadas, tanto pelas instituições costumeiras e tradicionais, como pelas instituições exógenas implantadas pela administração estatal e, acima de tudo, na cosmovisão dos *ovimbundu*, por vezes contrastada por influências advindas da modernidade e por interações com sujeitos oriundos das cidades mais próximas (Kuito e Huambo), assim como de outros espaços socioculturais.

³⁹ É na Província do Bié e mais especificamente no Município de *Kamacupa* onde se situa o Centro Geodésico de Angola.

⁴⁰ Em 2018, *Ekovongo* foi elevado a categoria de Património Histórico-cultural Nacional.

⁴¹ Estas aldeias, assim como outras comunidades circunvizinhas têm origem em *Ekovongo*.

5.2. Contextualização histórica

Os estudos históricos específicos sobre *Ekovongo* que era a capital do Antigo Reino do Bié são praticamente inexistentes. Entretanto, existem algumas versões obtidas através da tradição oral, cujo conteúdo permite a compreensão de importantes acontecimentos que se produziram neste espaço e oferece algumas pistas que podem ser seguidas em estudos posteriores para um conhecimento mais acurado sobre a origem e a história de *Ekovongo*.

A primeira versão da história oral⁴² obtida na comunidade durante o trabalho de campo, atribui a origem de *Ekovongo* à figura de *Vingongombanda Kopeta*, um exímio caçador oriundo da região de *Humbi*⁴³ que se localiza na vizinha Província da Huila. Certo dia, *Vingongombanda* dirigiu-se à mata para caçar e deparou-se com um elefante, o qual atingiu com arma de fogo, sem reparar se o disparo havia causado morte imediata ao animal ou não; apenas lembrou-se que o animal foi atingido e ele sozinho não conseguiria levar toda a carne para a aldeia. Na época não era comum matar elefantes e julgava-se que só um feiticeiro ou mágico poderia fazê-lo; o povo atemorizou-se com a notícia e expulsou *Vingongombanda* da aldeia. Alguns homens em número de 6 (seis) que também eram caçadores creram em *Vingongombanda* e seguiram-no até ao local onde ele atingira o elefante. Não tendo encontrado o animal seguiram o seu rastro, convencidos de que o encontrariam caído. Depois de uma longa caminhada sentiram-se cansados e dirigiram-se a uma aldeia chamada *Etalala* para descansar; como as suas provisões em alimentos tinham acabado decidiram realizar uma caçada de pequenos animais a fim de reabastecerem-se e continuar com a perseguição do elefante. Nesta aldeia de *Etalala* havia criadores de bovinos e *Vingongombanda* pediu-lhes que lhe emprestassem os bois para com eles realizar caçadas durante os dias de pausa nesta aldeia, pois ele sabia que os bois atraem os pequenos animais selvagens, tais como coelhos, veados, gazelas, seixas, etc. *Vingongombanda* e seus acompanhantes estavam determinados em perseguir o elefante onde quer que fosse e, para tanto, precisavam de preparar muita carne e outros alimentos para consumir durante a caminhada; todas as manhãs *Vingongombanda* se dirigia aos criadores de bois dizendo: “*olongombe viye*”, o que em português quer dizer: “que venham os bois”. Como a maioria de habitantes de *Etalala* não sabia do seu nome alcunharam-lhe de “*Viye*”.

⁴² Esta história oral baseia-se nos depoimentos recolhidos através das entrevistas em profundidade realizadas durante a observação participante e na narrativa dos líderes comunitários.

⁴³ *Humbi* é uma localidade que pertence à vizinha Província da Huila. Alguns informantes apontam a região do *Ngalangui* como sendo a verdadeira origem de *Vingongombanda*. O certo é que ambas pertencem à mesma província, onde os *ovimbundu* constituem a segunda maior comunidade etnolinguística.

No seguimento da perseguição do elefante, *Viye* partiu apenas com um dos seus acompanhantes, talvez por insuficiência de mantimentos, deixando em *Etalala* outros cinco companheiros. Ele e seu companheiro rumaram para o norte de *Ekovongo* seguindo o rastro do elefante e percorreram uma longa distância até que atingiram as matas que circunscrevem a margem esquerda do Rio *Kwanza*. Nesta região encontraram outro caçador oriundo da região dos *songos*⁴⁴ pertencente à vizinha Província de Malanje, que construiu uma cubata de caça no meio da floresta, onde se estabeleceu em companhia de sua irmã de nome *Kahanda*, sendo ambos filhos da velha *Tembo*. À *Kahanda* cabia a tarefa de secar e armazenar a carne num lugar previamente preparado no meio da floresta. *Viye* e seu companheiro aproximaram-se da cubata, causando pânico aos seus ocupantes, por ostentarem a arma de fogo e outros instrumentos como a *mutaka*⁴⁵, e, por estarem trajados de peles de animais que são vestimentas próprias dos mestres de caça. Tomado de pânico, o caçador encontrado fugiu para a sua aldeia deixando no local a *Kahanda* com os intrusos; ao chegar à aldeia ele explicou o sucedido aos pais e estes caíram numa tristeza, pois julgaram que a sua filha estivesse morta, porque se presumia que *Viye* e seu companheiro eram fantasmas. O pai obrigou o filho caçador regressar ao local em busca da irmã a todo o custo; pediu auxílio aos anciãos da aldeia para que esses cedessem os seus filhos para integrarem a caravana de socorro e resgate da *Kahanda*. Partiram para esta missão 6 (seis) rapazes e 6 (seis) raparigas que, ao chegarem ao local encontraram a *Kahanda* sã e salva em companhia de *Viye* e seu acompanhante. Na verdade, *Viye* e *Kahanda* estavam apaixonados e aproveitou a presença da caravana para expressar reiteradamente o sentimento que nutria de *Kahanda*, pedindo-lhe consentimento para ser sua esposa; *Kahanda* respondeu dizendo: “se na verdade fosse fantasma eu morreria; por isso aceito o seu pedido”. O companheiro de *Viye* também escolheu uma das seis raparigas que vinham em socorro da *Kahanda* para ser sua esposa; essa não ofereceu resistência e aceitou o pedido. Desta feita, constituíram-se dois casais naquele local. Passados alguns dias, *Viye* decide retornar à aldeia de *Etalala* visitar os cinco companheiros que havia deixado, e contou-lhes toda a ocorrência; esses ficaram animados com a notícia e decidiram acompanhar *Viye* até ao local da ocorrência. Postos no local criaram laços de amizade e cada um deles escolheu uma das cinco raparigas restantes propondo-lhes a serem suas esposas. Os sete casais que se constituíram naquele local partiram para a aldeia de *Etalala* onde foram bem acolhidos e ali se estabeleceram. Com o decorrer do tempo, *Viye* ficou doente e trataram de contratar um curandeiro que se encarregasse da sua cura. O curandeiro contratado orientou a *Kahanda* que fosse acarretar a água no riacho que banhava a área não muito distante de *Etalala*, para com ela preparar o medicamento. Quando

⁴⁴Os *songos* formam uma tribo do grupo etnolinguístico *Kimbundu* que habita o centro-norte de Angola.

⁴⁵A *mutaka* é um pequeno machado de fabrico artesanal usado habitualmente pelos caçadores e que é, ao mesmo tempo artefacto que exerce funções específicas em múltiplos rituais *ovimbundu*.

a *Kahanda* chegou ao riacho, ao introduzir a cabaça para enchê-la de água ouviu uma voz que dizia: “*ove Utapi wovava, yayulako, Viye yofa*”! Interpretando esta frase em português seria: “tu que acarretas a água, apressa-te porque o *Viye* está morrendo”! A *Kahanda* assustou-se, olhou à sua volta e não viu ninguém; ao tornar a introduzir a cabaça para enchê-la de água ouviu de novo a mesma voz repetindo as mesmas palavras. Ela apressou-se a levar água ao curandeiro, mas não se atreviu em perguntar de quem vinha o clamor, nem mesmo contar o sucedido aos demais. No entanto, depois da cura de *Viye* e do retorno da vida à normalidade, *Kahanda* decidiu explicar o sucedido ao seu esposo. Depois de ouvir a narrativa, *Viye* decidiu colocar a sua esposa à prova, pedindo-lhe que se deslocassem juntos ao mesmo local; chegados ao riacho *Viye* orientou a *Kahanda* a introduzir a cabaça na água mas, desta vez, não se ouviu nenhum clamor. Mesmo assim, por ele ter curado, achou que alguma força sobrenatural intervira a seu favor; e, em sua homenagem chamou aquele local de *Ekovongo*, o que significa chamamento, invocação ou apelação. *Viye* compreendeu que o clamor na voz da água significa que aquele é o local predilecto para eles habitarem; é uma invocação divina que lhes orienta a habitarem naquele local que doravante passará a chamar-se *Ekovongo*. Com esse entendimento, o casal regressou à aldeia de *Etalala* e *Viye* pediu ao Soma⁴⁶ de *Etalala* autorização para se estabelecerem naquele local que ficou definitivamente baptizado com o nome de *Ekovongo*: ali construíram as suas residências com os companheiros que o seguiram desde *Humbi* ou *Ngalangi*. *Viye* tornou-se o líder da comunidade. Com o decorrer do tempo *Ekovongo* cresceu e tornou-se o berço de onde partiram os fundadores das comunidades periféricas e de pequenos reinos tributários; posteriormente ascendeu ao estatuto de Capital do Reino de *Viye* até à invasão e ocupação colonial portuguesa. O poder político e /ou tradicional no Reino de *Viye* era e ainda é rigorosamente hereditário, cujo direito se adquire, tanto pela descendência paterna como pela descendência materna.

A segunda versão é da autoria de Cornélio Bonifácio Inácio, funcionário da Direção Provincial da Cultura do Bié. Segundo esta versão, na região que compreende a atual Província da Huila havia um homem da tribo *Humbi* de nome *Kopeta*; este teve um filho a quem pôs o nome de *Vingongombanda Kopeta*, que se consagrou como um exímio caçador. Tendo por hábito caçar nas margens do rio *Kelembi* decidiu construir ali mesmo um casebre, de onde partia para as caçadas, acompanhado de seus auxiliares que tinham a tarefa de transportar os animais abatidos e tratarem da sua conservação. Certo dia, encontrando-se em plena caçada deparou-se com um elefante tendo-o atingido com dois tiros. Ao aperceber-se que o elefante caiu rebolando no chão, *Vingongombanda* convenceu-se que o animal estava morto; correu à aldeia comunicar que abatera um elefante e precisava de pessoas para ajudá-lo a transportar a carne. Nessa época havia uma crença segundo a qual, somente alguém dotado de poderes mágicos ou “feiticeiro” poderia abater

⁴⁶Designação de Rei em língua *umbundu*.

animais de grande porte. Presumia-se que os caçadores iniciados denominados *Ukongo* possuíam poderes mágicos e com este estatuto eram temidos. Por ter abatido um elefante, *Vingongombanda Kopeta* foi acusado de feiticeiro e expulso da aldeia. A família materna inconformada com a expulsão decidiu acompanhá-lo para confirmar o abate do elefante, e, chegados ao local apenas constataram um enorme rastro do animal e a destruição de árvores. Expulso da aldeia, *Vingongombanda* decidiu seguir o rastro do elefante, acompanhado de cinco homens munidos de armas de pólvora. Ele próprio encarregou-se de chefiar o grupo que assumiu a missão de perseguir o animal, por ser considerado um caçador habilidoso e valente que inspirava a confiança. O grupo seguiu o rastro do elefante durante vários dias até que alcançou uma aldeia denominada *Etalala*, situada na margem direita do rio *kukema*, cujo *Soma* (Líder) era apelidado com o mesmo nome; pararam na periferia da aldeia e, como era de hábito, *Vingongombanda* enviou um emissário para solicitar autorização de entrada. Uma vez aceites ali se hospedaram alguns dias para repouso. No *onjango* de receção de visitas, *Vingongombanda* informou ao *Soma* de *Etalala* os objectivos da sua viagem por aquelas terras longínquas e solicitou apoios para continuar com a perseguição do elefante. Como precisava de mantimentos para reforçar a sua logística, *Vingongombanda* pediu ao *Soma* autorização de realizar caçadas de animais de pequeno porte. Para tal efeito foi celebrado um contrato com os criadores locais de bovinos, pois, os pequenos animais sentem-se atraídos com a presença de bois. *Vingongombanda* aprendeu nesta localidade a técnica de caçar pequenos animais com bois. O contrato estabelecia que ele passasse a pastar os bois para depois os levar a caça, e no fim desta partilhar a carne com os proprietários dos mesmos. Sempre que precisasse dos bois, *Vingongombanda* tinha o hábito de dizer em *umbundu*: “*olongombe viye*”! Traduzindo para o português seria: “que venham os bois” para irem ao pasto e posteriormente à caça. Como os habitantes de *Etalala* não o conheciam nem sabiam do seu nome alcunharam-lhe de *Viye* – expressão que ele usava sempre que precisasse dos bois. Depois de vários dias de repouso e pensando no lucro que obteria com a venda de produtos da caça (marfim, peles e carne), *Vingongombanda* decidiu continuar sozinho a perseguição do elefante, tendo solicitado do *Soma* de *Etalala* guarida para os cinco homens integrantes da sua caravana desde Humbi. Seguiu o rastro em direção ao norte, que, depois de atravessar o rio kuito e chegar ao alto da colina, onde se encontra atualmente o Cemitério Monumento constataram novamente o rastro do elefante com arbustos destruídos. Cogitou-se que o animal tinha pernoitado naquele espaço e como tal, atribuiu ao local o nome de *Njamba*⁴⁷, topónimo que se mantém até aos dias de hoje.

Vingongombanda prosseguiu a caminhada em direção ao norte até ao Monte da Lúbya, onde se deparou com uma casota no meio da floresta, que, por sinal,

⁴⁷Traduzido para português *Njamba* significa “Elefante”.

também era de caçadores. *Vingongombanda* dirigiu-se a casota, mas como ele ostentava uma arma de fogo e usava uma indumentária de peles de animal e instrumentos de fabrico artesanal, tais como a *mutaka*⁴⁸ e facas penturadas na cintura, aparentava um fantasma que na cosmovisão *ovimbundu* denominam *Embelenguenje*⁴⁹. Na casota encontrou uma linda rapariga de nome *kahanda* que se ocupava de secar a carne de caça; inicialmente, a rapariga queria fungir mas a responsabilidade da carne obrigou-lhe a manter-se no local. *Vingongombanda* saudou-a e procurou saber, por que motivo estava ela sozinha na casota? A *Kahanda* respondeu que estava ali com o irmão mais velho de nome *Njimbo*, mas que se encontrava ausente porque tinha ido à caça.

Vingongombanda decidiu aguardar pelo seu homólogo repousando debaixo de uma árvore frondosa denominada *mufuka*, situada há poucos metros da casota. Ao cair do dia, quando o *Njimbo* retorna ao local, a *Kahanda* explicou o sucedido ao seu irmão; este, impulsionado pelo susto da irmã ordenou-lhe que o chamasse para saber dos seus propósitos. *Njimbo* observou-o enquanto se aproximava da casota e certificou-se de que se tratava de um caçador. *Vingongombanda* explicou a sua trajetória ao *Njimbo*, tendo acrescentado que desconfiava da carne que a *Kahanda* esfumava, pois segundo ele, era mesmo do elefante que ele perseguia; *Njimbo* convidou-lhe a entrar na casota para certificar-se se havia carne de elefante. Tendo constatado a inexistência da carne de elefante, *Vingongombanda* pediu desculpas ao seu homólogo. Não obstante, *Njimbo* ordenou a *kahanda* para que preparasse uma boa refeição ao visitante à boa maneira e hospitalidade africana. Depois da refeição trataram de procurar o rastro do elefante até que encontraram e concluíram que o mesmo se dirigiu sempre ao norte e terá provavelmente atravessado os rios Kwanza e Lwando, para atingir a área mais longínqua, habitada pelas comunidades Songo na Província de Malanje. Ao escutar esta informação hipotética de *Njimbo*, *Vingongombanda* imaginou a distância entre a sua localidade de origem e Malanje, optando por desistir da perseguição do elefante. Como estava muito cansado decidiu repousar alguns dias para posteriormente empreender a viagem de regresso à aldeia de *Etalala* onde havia deixado os seus companheiros de Humbi.

Durante os dias de repouso no local e aproveitando-se das ausências de *Njimbo* que ia a mata caçar, *Vingongombanda* criou laços de amizade com a *Kahanda* e não parava de dirigir-lhe expressões de admiração pela sua beleza, tendo culminado num ambiente de atração mútua. *Vingongombanda* manifestou o desejo de um possível matrimónio com a *Kahanda*, mas esta não acolheu de imediato a proposta do seu hóspede, preferindo ouvir primeiro a opinião de seu irmão o *Njimbo*. De

⁴⁸ Pequeno machado artesanal que se usa em muitos ritos (exorcismo, cura de enfermidades, etc.).

⁴⁹Na cosmovisão *umbundu* *Embelenguenje* é uma divindade ou espírito padroeiro dos caçadores que não pode ser visto por qualquer pessoa. Quem fizer encontro com *Embelenguenje* na floresta desmaia na hora, mas depois de submetido a tratamento tradicional recupera-se e torna-se um exímio caçador profissional.

regresso ao local, *Njimbo* opôs-se categoricamente à proposta de *Vingongombanda*, justificando a sua posição com o facto de o seu hóspede ser de outra linhagem e pertencer a um espaço sociocultural com hábitos, costumes e língua diferentes. Mas *Kahanda* estava mesmo enamorada por *Vingongombanda* e não partilhou da decisão de *Njimbo*, tendo preferido acolher de bom agrado a proposta de seu pretendente. Neste diferendo entre irmãos, *Njimbo* decidiu abandonar o local e regressar a sua terra de origem. Para empreender essa viagem, *Njimbo* aprovisionou-se de mantimentos e dirigiu-se a uma aldeia denominada *Kahoko* a fim de pedir homens para o ajudarem a transportar a carne. Assim, empreendeu a viagem acompanhado de alguns homens da aldeia de *kahoko*, tendo atravessado o rio Kwanza de canoa em direção a comunidade dos songo em Malanje, onde residiam os seus familiares: *Mbongo ya Mukuma* (pai), *Mukuma ya Kahanda* (mãe), *Kambongo ya Kahanda ka Njimbo* (tio paterno) e outros. Apesar de *Njimbo* ter trazido muita carne, a recepção dos pais não foi calorosa, em razão da ausência da filha *Kahanda*. Depois da refeição e repouso, *Njimbo* apresentou o seu relatório de viagem aos pais e demais familiares, informando que a *Kahanda* tinha ficado sob a responsabilidade de um caçador sem escrúpulos, oriundo da região dos Humbi na Huila que pretendia casar-se com ela. Ouvindo a narração os pais indignaram-se desconfiando que a filha tivesse morrido ao atravessar o rio Kwanza. Como *Njimbo* insistia afirmando que a irmã ficou com um caçador que a queria como esposa, o *Soma* (Rei ou Líder) *Mbongo ya Mukuma* decidiu enviar emissários em busca da filha e do suposto caçador. *Njimbo*, acompanhado de emissários de seu pai dirigiram-se a aldeia de *Kahoko* onde se encontrava a *Kahanda* e o dito caçador seu pretendente para retratar-se. *Kahanda* e *Vingongombanda Kopeta* seguiram prontamente com os emissários até a comunidade dos Songo, onde foram bem recebidos pela família. Como era norma inquiriram *Vingongombanda Kopeta* sobre as suas origens, o seu percurso, as suas atividades e as suas pretensões para com a jovem *Kahanda*. Os seus depoimentos não convenceram os pais e estes rejeitaram o namoro. *Kahanda* insistiu implorando que, queria mesmo ter aquele homem como futuro esposo; desta feita, a família acabou por aceitar e satisfazer o desejo da *Kahanda* e realizaram a cerimónia matrimonial com o estranho caçador. Depois de alguns dias de matrimónio, os pais de *Kahanda* ofereceram bens materiais a sua filha para iniciar a vida conjugal. O pai de *Kahanda*, o *Soma Mbongo ya Mukuma* ordenou a seu filho *Njanja* e seu sobrinho *Ehamba*, que integrassem a caravana dos nubentes de regresso à origem para serem educados pelo casal ora constituído. “Sigam a vossa irmã *Kahanda*, permaneçam lá até atingirem a idade de casar; organizem uma aldeia para servir de elo de comunicação entre *Etalala* e Songo”. Em gesto de reforço a esta recomendação, a família de *Kahanda* proferiu um adágio que ainda se faz presente na filosofia popular *umbundu*; “*Nda otunda omundo yila, vokwenda muli oku tyuka*”, ou seja, (se saís de casa fecha a porta, porque quem vai sempre regressa). Assim ambos regressaram a aldeia de *Etalala*, com os seus cunhados, corroborando com um outro adágio *umbundu* segundo o qual, “*wale*

wale, ka suki aka kalyendela”, ou seja, quem sai trás sempre algo de volta, fazendo alusão a trajetória de *Vingongombanda*, que ao invés de trazer o elefante, trouxe consigo uma linda mulher. O *Soma* de *Etalala* cedeu-lhes um espaço para construírem uma aldeia para eles, situada além do rio Kukema, mas, *Vingongombanda* continuou a sua atividade de caçador, reativou as relações comerciais com os criadores de bois de *Etalala* para prosseguir com as caçadas. Daí continuaram em *Etalala* e o casal gerou um filho a quem nomearam de *Viye*, a alcunha que foi atribuído ao pai quando solicitava os bois para ir à caça. A criança recém-nascida morreu pouco depois. O casal gerou outro filho a quem nomearam *Eyambi ya Viye*. Este, cresceu até se tornar jovem. Quando seu pai foi atingido por uma enfermidade, *Eyambi* e outros membros da família decidiram levar-lhe a um curandeiro. O curandeiro orientou que um dos membros da família fosse à procura de um fontenário natural e trazer da sua água para preparar o medicamento que sirva de cura da enfermidade que assola *Vingongombanda*. Um dos homens da caravana que o acompanhou desde Humbi encarregou-se de ir à procura da fonte de água, atravessou o rio Kukema e na margem esquerda deste rio encontrou uma fonte natural. Introduziu na fonte uma cabaça que ele trazia para acarretar a água, tal como fora solicitado pelo curandeiro. À medida que a água entrava na cabaça, ouviu uma voz dizendo: “tu que acarretas a água, apressa-te porque *Vingongombanda* está morrendo.” Ele assustou-se, olhou ao seu redor e não viu ninguém. Para certificar-se da voz que ele ouviu, entornou a água que já tinha acarretado e voltou a mergulhar a cabaça na fonte. A voz soou de novo dizendo: “apressa-te porque *Vingongombanda* já morreu”. Entrestecido levou a cabaça com água, mas, quando chegou à periferia da aldeia de *Etalala* ouviu choros e gritos que o fizeram acreditar na voz misteriosa que ouviu na fonte de água. Depois do funeral, o *Soma* de *Etalala* mostrou-se admirado e indignado com a morte prematura, algo que nunca tivera acontecido naquela aldeia; questionou-se sobre a causa desta morte que nenhum terapeuta conseguira curar. Na reunião familiar, como é de costume entre os africanos, o homem que ouviu a voz misteriosa na fonte de água explicou aos presentes (família, Curandeiro e *Soma* de *Etalala*) o que ouviu quando se encontrava a acarretar a água na fonte. Ao analisarem o fenómeno concluíram que a voz ouvida na fonte era mesmo de *Vingongombanda* e o curandeiro também confirmou no cesto de adivinhação que era ele que os chamava para habitarem naquele local. Todos interpretaram que aquela voz é do próprio *Vingongombanda*, que, se calhar fê-lo para apelar aos seus descendentes a mudarem-se para residirem nos arredores daquela nascente. Assim, a nascente ficou baptizada com o nome de *Ekovongo* que em português significa “chamamento” ou “apelação”. Foi a partir daquele momento que *Eyambi* filho de *Vingongombanda* assumiu a liderança do grupo e solicitou do *Soma* de *Etalala* autorização para fixar residência nos arredores daquela nascente onde se ouviu a voz apelativa, em companhia dos elementos que integravam o grupo de *Vingongombanda* desde Humbi, e aqueles que acompanharam a *Kahanda* – todos se mudaram para a nova localidade agora

denominada *Ekovongo*. Com o decorrer do tempo, *Ekovongo* passou por várias transformações socioeconómicas e culturais e *Eyambi* adquiriu maturidade política; contraiu casamento com uma mulher de *Ekovongo* e o casal gerou três filhos: *Njilahulu*, *Epomba* e *Kangombe*. O primogénito *Njilahulu* gerou o primeiro filho a quem atribuiu o nome de *Mbândwa*, que depois isolou-se do seio familiar e fundou a *Ombala* de Sewe, actual localidade de Kambândwa. O segundo filho *Epomba* gerou o *Tulumba* que veio a fundar a *Ombala* de *Tulumba*; o mesmo *Tulumba* gerou também o *Tchipumu* e este gerou Kamale. Kamale gerou *Ndulu yepanda ka Yiliwa Lonjila* – uma expressão da língua *umbundu*, que em português quer dizer “fel de Avestruz não pode ser consumido por pássaros”. O último filho de *Eyambi*, o *Kangombe* atravessou o rio Kukema e fundou a *Ombala Mbewu*; posteriormente, seguiu a marcha em direção a uma enorme serra denominada *Tchimbangu* – uma localidade onde se realizava muita caça de perdizes. Por esta particularidade, a mesma passou a designar-se *Tchingwali*, atual Município do Chinguar.

Entretanto, a *Kahanda* tinha uma irmã que vivia sob sua tutela de nome *Nzanza* que celebrou casamento com *Kalembe* um dos integrantes do grupo de *Vingongombanda Kopeta*; o casal decidiu deixar *Ekovongo* e criar um espaço independente. Ali fundaram a denominada *Ombala yo Kalembe*, vulgarmente chamada *Kalembe ka Nzanza*. Esse casamento não obteve legitimidade, pois, foi rejeitado por muitos membros da família nobre, em particular, por *Ehamba* que era primo de *Nzanza*, que, desapontado decidiu regressar a Songo, a sua comunidade de origem. Na sua viagem a Songo, *Ehamba* se fez acompanhar de um séquito de homens; na época as viagens se realizavam a noite e como ele era o último da caravana desequilibrou-se ao pisar uma cova feita por animais roedores e caiu clamando por socorro em vernáculo Songo “*muteke, muteke*”, ou seja, “fraturei o pé”. Com o decorrer do tempo, o local do acidente começou a ser habitado e passou a denominar-se *Ombala Tchiteke*, que se situa ao sul da actual Comuna de *Chipeta*. Depois de socorrido, *Ehamba* foi transportado pelos seus servos numa tipoia até a comunidade Songo onde residia seu tio *Mbongo ya Mukuma*, pai de *Kahanda*, figura que sempre se opôs a casamentos entre primos. Decorridos muitos anos, *Kahanda* pereceu e seu filho *Eyambi* fundador de *Ekovongo* também teve o mesmo destino. Decorrido um longo período de tempo, *Ekovongo* evoluiu para patamares que exigiam uma estrutura política e de gestão bem organizada. Essa estrutura desenvolveu-se, consolidou-se e evoluiu para o estatuto de Capital do Reino do *Viye*, mas, com a chegada dos portugueses distorceram o termo *Viye* para Bié.

Ora, como já referenciado atrás, os estudos específicos sobre a história, a vida e o desenvolvimento de *Ekovongo* no período anterior à colonização são praticamente inexistentes; as poucas informações disponíveis não abrangem um período superior a cinco séculos e apenas destacam um relevante papel económico que os habitantes de *Ekovongo* desempenharam no denominado “comércio de longa distância”, que se desenvolvia numa espécie de triângulo, cujos principais eixos

partiam das cidades portuárias de Benguela e Luanda, passando por *Ekovongo* com destino à África central e vice-versa; tratava-se de um comércio protagonizado principalmente pelos *ovimbundu* ao qual se juntaram colonos portugueses com o envolvimento de alguns brasileiros e africanos radicados nessas cidades costeiras, e que atingiu o seu apogeu no período anterior à colonização efectiva do Planalto Central de Angola⁵⁰; a colonização portuguesa no Planalto Central viria somente a acontecer em finais do século XIX⁵¹, isto é, por volta de 1890 (Duglas e Pelissier, 2009).

A tentativa de realizar na prática o sonho idealizado no chamado “mapa cor de rosa” para estender o seu domínio de Angola até Moçambique levou as autoridades portuguesas a tomar em 1889 uma decisão precipitada de envio de seus representantes, o capitão-mor Teixeira da Silva e o capitão Paiva Couceiro à Barotselândia, que era um dos reinos mais importantes do Alto Zambeze, uma região da actual República da Zâmbia, com o objetivo de estabelecerem uma Embaixada e construir um forte militar, para marcar a presença portuguesa naquele território. Essa decisão irá criar uma crise diplomática, com Lord Salisbury, o Primeiro Ministro Britânico a dar ultimatum aos portugueses em 1890, para se retirarem dos territórios de seu domínio, sob pena de romper as relações diplomáticas com Lisboa. A crise irá obrigar Guilherme Augusto de Brito Capelo, Governador-Geral de Angola (1886-1892) a recuar nas suas decisões e reorientar a missão dos seus capitães. Desta feita, o capitão Paiva Couceiro desdobra as suas tropas para o Bié com o objetivo de construir uma fortaleza e um quartel militar (Pelissier, 1986), numa clara provocação ao Rei *Ndunduma*⁵² de *Ekovongo*, que na qualidade de soberano nunca poderia admitir o estabelecimento de militares estrangeiros no seu território. O Rei *Ndunduma* mandou escrever pelo seu Secretário, dando *ultimatum* aos capitães portugueses a abandonar o seu território. Terá sido essa crise que suscitara a iniciativa do Sertanejo Silva Porto de contactar o Rei *Ndunduma* para uma possível mediação do conflito. A resposta de *Ndunduma* foi uma humilhação que levou Silva Porto a suicidar-se a 1 de Abril de 1890 (Pelissier, 1986). Este acontecimento servirá de pretexto para as autoridades portuguesas delinear uma guerra de grande envergadura contra *Ekovongo*, com o objetivo de aniquilar o poder instituído e pôr fim à independência deste estado africano. Foram mobilizados cerca de 1321 efectivos militares, isto é, 591

⁵⁰ O Planalto Central de Angola é considerado o berço dos *ovimbundu* por ser uma região habitada predominantemente por este grupo étnico.

⁵¹ A ocupação efectiva do interior de Angola foi um processo iniciado em 1877 com as expedições realizadas, numa primeira fase, por Serpa Pinto que enveredou por explorar o centro e leste de Angola para estabelecer a ligação com Moçambique e chegar até Durban em 1879; Brito Capelo e Robert Ivens, para explorar o centro-norte de Angola até ao rio Cuango no mesmo período, mas sem êxito; numa segunda fase, por Henrique de Carvalho (1884-1887) e, Capelo e Ivens (1884-1885).

⁵² *Ndunduma* é um nome iniciático – um epónimo que o iniciado adquire por iniciativa própria no momento da sua entronização como *Soma* ou Rei em português. O seu verdadeiro nome é *Tchikunyo*.

combatentes, 260 caçadores indígenas, 300 auxiliares damaras e 40 bastardos, 80 boers, 5 oficiais, 6 sargentos, 15 artilheiros, 12 dragons, 12 cavaleiros, 800 bois e 50 carros de tracção animal e 150.000 cartuchos⁵³. O ataque deu-se a 4 de Novembro de 1890 e resultou na destruição de *Ekovongo* e a captura de *Ndunduma* que se refugiara na Tchicala a 4 de Dezembro de 1890 Pelissier (1986). Com a intensificação das campanhas de guerra de ocupação efectiva do Planalto Central, levadas a cabo em finais do século XIX e princípios do século XX pelas autoridades coloniais portuguesas, o Reino do Viye perdeu a sua soberania e o seu espaço jurisdicional reduzido ao estatuto de Distrito do Bié. Não obstante, as autoridades coloniais portuguesas não aniquilaram em absoluto a estrutura político-organizativa do Poder Tradicional. *Ekovongo* manteve simbolicamente o seu estatuto de Capital Política do Reino do Bié até 1975, altura em que Angola alcançou a sua independência. Assim, desde a fundação do Reino do Bié até 1976 reinaram em *Ekovongo* vários titulares conforme o quadro seguinte:

Quadro 9. Nomes dos reis de *Ekovongo* e tempo de reinado

Nome do Rei	Período de Reinado
Vingongombanda/Viye	1650-1750
Tchivava e Ndalú	1750-1778
Eyambi e Njilahulu	1778-1795
Kangombe	1795-1833
Moma e Vasovava	1833-1839
Mbândwa	1839-1842
Kakembemba e Hundungulu	1842-1847
Lyambula	1847-1850
Kayangula	1850-1857
Mukinda	1857-1859
Nguvengue	1860-1883
Koñya Tchilemo	1883-1886
Tchipongue (Jamba ya Mina)	1886-1888
Tchiyuka	1888-1890
Tchikuñyo (Ndunduma)	1890-1891
Kalufefe Kaningululu	1891-1893
Tchiyuka	1893-1915
Kavova	1915-1928
Ngungu	1928-1940
Tchiyuka II	1941-1963
Tchongolola, Kavova, Njanjo, Tchiyoka Tchipongue (Mixikita)	1963-1976

Fonte: Elaboração própria, 2020.

De 1976 em diante foram proclamados como reis sem a devida formalização os seguintes: *Kolôfwe*, *Mbêmbwa* e *Kanjo Kolombinga*. Embora as datas apresentadas constem dos documentos oficiais, as mesmas suscitam dúvidas, visto

⁵³ Os números variam consoante o autor.

que, nos períodos referidos os habitantes de *Ekovongo* não dominavam todavia a arte de escrever. Além disso, os depoimentos dos comunários sobre a fundação de *Ekovongo* remetem para um período anterior à chegada dos colonizadores portugueses em Angola. Logo, não se deveria admitir que sejam eles a forjarem as datas da fundação dos reinos que eles encontraram.

Com a Independência e a Proclamação da República em 1975, o poder instituído em Angola não reconheceu formalmente o Poder Tradicional que foi desde então marginalizado. A Lei Constitucional de 1975 e a Lei de Revisão Constitucional de 1992 omitiam em absoluto qualquer referência às instituições do Poder Tradicional. Decorridos trinta e cinco anos desde a Independência, a Assembleia Nacional viria aprovar somente em 2010 a Constituição da República de Angola, que nos artigos 223º, 224º e 225º reconhece as instituições do Poder Tradicional. A exclusão por não reconhecimento formal no ordenamento jurídico levou a que, durante o período da guerra civil angolana (1975-2002) as instituições que simbolizam o Poder Tradicional fossem profanadas, e no caso vertente, essas instituições foram vandalizadas e totalmente destruídas porque *Ekovongo* foi transformado em campo de batalha, primeiro por forças militares governamentais e posteriormente pelas tropas da UNITA que se opôs ao poder instituído em Angola. A maioria de seus habitantes dispersou-se a procura de localidades onde pudessem viver com alguma segurança, e desses apenas alguns regressaram ao *Ekovongo*, depois da Paz alcançada em 2002. No período de conflito armado, os habitantes de *Ekovongo* caíram na situação de extrema pobreza, pois, perderam tudo o que tinham antes da guerra. O seu meio natural, particularmente as florestas densas de que dispunham foram devastadas pela exploração desregrada, nomeadamente, o abate indiscriminado de árvores a fim de servirem de lenha e fabrico artesanal de carvão vegetal, para a sua comercialização na cidade do *Kuito*, onde era a principal fonte energética destinada ao consumo doméstico. Actualmente, *Ekovongo* apresenta uma periferia semidesértica e enfrenta sérios problemas de erosão do solo, sendo que, a terra constitui a principal riqueza patrimonial colectiva com a qual os habitantes contam para uso multiforme, incluindo a exploração agrícola e a criação de gado.

5.3. Contextualização socio-cultural e económica

No plano socio-cultural e de acordo com os depoimentos dos informantes, antes de 1975, apesar da marginalização colonial, as instituições culturais e do Poder Tradicional mantiveram-se intactas, funcionando normalmente. Os habitantes de *Ekovongo* constroem as suas relações tendo por fundamento a estrutura organizativa costumeira e ancestral de organização social das famílias, naquilo que pode ser considerado como um paradigma que atravessa toda a

organização sociocultural *ovimbundu*; no topo da hierarquia situa-se o denominado *usambo* (linhagem); na base da estrutura situa-se a *epata* (família alargada) constituída por famílias nucleares. Cada membro integrante da família alargada representa em si mesmo uma dupla descendência na qual o ego advém simultaneamente da descendência paterna (*k'oluse*, *k'onele y'ohonji*)⁵⁴ e da descendência materna (*k'oluina*, *k'onele y'ohumba*)⁵⁵.

A descendência paterna (*k'oluse*, *k'onele y'ohonji*) é a parte responsável pela defesa de todos os membros contra tudo o que pode constituir perigo para a existência do conjunto familiar. A descendência materna (*k'oluina*, *k'onele y'ohumba*) é a parte responsável pela economia; no entanto, ambas as partes partilham a responsabilidade pela manutenção da ordem, do vigor e bom nome da família, do bem-estar social, económico, espiritual e psicoemocional de todos os membros do clã.

5.4. Sistema educativo tradicional umbundu

Para manter a funcionalidade desta estrutura foi criado um sistema educativo tradicional que se realiza em quatro instituições: na família nuclear, no *Onjango*, na *Evamba*⁵⁶ e na *Úso* ou *otchisambwe*⁵⁷.

- 1) A família nuclear é a responsável pela socialização primária de todos os seus membros; é na família nuclear, onde os membros recebem as pautas de conduta para se inserirem no convívio social da comunidade, a educação laboral e o conjunto das experiências vitais acumuladas pela família alargada.
- 2) *Onjango* é uma instituição educativa e de tomada de decisões consensualizadas. Existem diferentes escalões de *Onjango*:
 - a) *Onjango* familiar que funciona como Assembleia do clã familiar;
 - b) *Onjango* da *Elombe*⁵⁸ que poderia ser equiparado a um Senado junto da Corte Real, constituído por tutores ou representantes das

⁵⁴ Descendência paterna, o lado do Arco e da Flecha responsável pela defesa do indivíduo.

⁵⁵ Descendência materna, o lado da quinta responsável pela economia do indivíduo.

⁵⁶ *Evamba* é uma Escola Tradicional de iniciação masculina que é gerida exclusivamente por homens.

⁵⁷ *Úso* ou *Otchisambwe* é uma Escola Tradicional de iniciação feminina que é gerida exclusivamente por mulheres.

⁵⁸ *Elombe* é um neologismo da língua *umbundu* que em português significa Corte Real.

linhagens, que tem a função fiscalizadora do desempenho do *Soma* (Rei ou Autoridade Tradicional);

- c) *Onjango* da *Ombala* (Reino) e da Comunidade que é Tribunal Costumeiro, onde se analisam as estratégias, os planos, os projetos comunitários, se discutem os problemas comunitários e os diferendos inter-familiares e se tomam decisões jurídicas e civis definitivas (punitivas ou de outra índole); e,
- d) *Onjango* das corporações de ofícios que são escolas dos mestres artesãos.

Onjango familiar é a instituição que consolida a educação realizada pela família nuclear, mas, este aprofunda-a com outros ensinamentos vitais, tais como o *owanji* que é a capacidade de exercer a justiça, através da eloquência e da argumentação nas sessões do tribunal costumeiro, nas contendas interfamiliares e na resolução de conflitos. É no *Onjango* onde se transmite o capital cultural (a história das linhagens, as suas experiências sociais, económicas, culturais, militares, a mitologia *umbundu* os provérbios, as adivinhas, os contos, as lendas, etc., que conformam a filosofia da vida e a moral deste povo. É também no *Onjango* onde se processa e se desenvolve a transmissão dos conhecimentos e da sabedoria, isto é, a educação sobre *oviholo* (tradições), cuja aplicação prática na vida é feita através de um conjunto de normas denominadas *ovihandeleko*⁵⁹.

Ovihandeleko é um sistema de normas que funcionam como mandamentos ou leis sagradas imprescindíveis da própria existência, do qual fazem parte as pautas constantes do quadro que se segue:

Quadro 10. Pautas educativas do *Onjango* familiar *umbundu*

<i>Ovihandeleko</i> (Pautas educativas <i>ovimbundu</i>)	Equivalência em português
<i>Èsanju</i>	Alegria;
<i>Èsepu/èsepwi</i>	Indigência, pobreza, miséria;
<i>Èsumbilo</i>	Respeito;
<i>Èsumbiso</i>	Honra, dignidade humana;
<i>Epokolo</i>	Reverência, obediência;
<i>Ohenda</i>	Compaixão, piedade;
<i>Ongetchélo</i>	Perdão;
<i>Ômilami</i>	Ganância;

⁵⁹*Ovihandeleko* é um sistema de normas vitais.

<i>Ósoyi</i>	Vergonha;
<i>Ótchame</i>	Advocacia;
<i>Ótchika</i>	Simpatia;
<i>Otchikémbe</i>	Amor, carinho, ternura;
<i>Otchisola</i>	Amor ao próximo;
<i>Otchisola lofeka</i>	Amor à Pátria, patriotismo;
<i>Òvisila</i>	Tabús ou proibições;
<i>Ówanji</i>	Capacidade de eloquência na resolução de conflitos, nas seções do Tribunal Costumeiro; jurisdiprudência;
<i>Uhwatepata</i>	Solidariedade;
<i>Ùhiti</i>	Comodidade, bem-estar, abundância;
<i>Ùlandu</i>	Exposição oral, retrospectiva dos principais acontecimentos históricos que marcaram a vida do clã familiar, da linhagem, da comunidade e da etnia no seu todo;
<i>Ùlonga</i>	Narração oral detalhada sobre o estado de saúde da família e de toda a comunidade;
<i>Úlogño</i>	Sabedoria, prudência, inteligência, ciência;
<i>Úmanji</i>	Irmandade, compadrio;
<i>Ùnu</i>	Honestidade, pureza, fidelidade, generosidade, modéstia, decência, pudor.

Fonte: elaboração própria, 2020.

- 1) A *Evamba* é uma escola iniciática masculina, onde os meninos são iniciados a conhecer as características diferenciadoras do ente masculino em relação ao ente feminino. É nesta escola onde os meninos e rapazes são iniciados a adentrar-se ao mundo das divindades e aos códigos diferenciadores da sabedoria masculina *umbundu*. É uma instituição onde o neófito é submetido a um processo de treinamento para a aprendizagem das destrezas masculinas, principalmente aquelas que o habilitam a enfrentar os grandes desafios da vida e culmina com a avaliação das habilidades adquiridas perante o Juri ou tribunal apropriado, para aferir se realmente ele está apto a passar para o estatuto de cidadão. Os neófitos da escola iniciática aprendem segredos que jamais ousarão explicar aos amigos não iniciados, nem mesmo às futuras esposas.

- 2) A *ùso* ou *Otchisabwe* é uma escola iniciática feminina, onde as meninas e as raparigas aprendem a serem futuras esposas e mães; elas aprendem as habilidades próprias de gestão de uma economia familiar, as categorias estéticas específicas da sua condição de mulher para melhor atrair os homens e outros segredos, que entretanto, jamais ousarão explicar aos futuros maridos ou às amigas não iniciadas.

As relações sociais entre os *ovimbundu* em geral e os habitantes de *Ekovongo* em particular se articulam em torno destas pautas e qualquer tentativa de ingorá-las pode ser considerada como desvio passível de alguma sanção. Os habitantes de *Ekovongo* comunicam-se primordialmente em vernáculo *umbundu*, sendo o português uma língua agregada por razões históricas. Com relação à língua de comunicação, a população divide-se em duas categorias: os jovens são maioritariamente bilingues enquanto os adultos e as adultas preferem sempre o uso da língua materna *umbundu*.

Quanto às crenças, à semelhança das comunidades *ovimbundu* e africanas em geral, em *Ekovongo* têm uma dimensão incomensurável, a julgar pelo papel preponderante que essas assumem na compreensão dos fenómenos da vida. Para os habitantes de *Ekovongo*, a existência do homem neste mundo está estabelecida no universo e é influenciada pela ordem dos seres na natureza. O homem estabelece um parentesco original com a natureza, reverenciando-a para viver sem turbulências. O universo, por sua vez, se compõe de duas partes relacionadas entre si: uma invisível habitada por entes espirituais e outra visível habitada pelos homens, animais, vegetais da qual fazem parte os minerais. Os vegetais simbolizam a fecundidade e a vida em geral. Daí considerarem a floresta como espaço privilegiado para realizar a iniciação (masculina e feminina) e pela sua sacralidade de providenciar a fecundidade aos neófitos. Os *ovimbundu* concebem a natureza como obra de Deus (Ente Supremo), uma realidade material e espiritual do universo ou da ordem cósmica, cuja estrutura compreende entes invisíveis ou espíritos intermediários com funções diversas, os ecossistemas e seus componentes, alguns dos quais são sagrados, por neles estarem encarnados os ancestrais ou espíritos protectores das linhagens, dos clãs ou famílias alargadas; consideram os defuntos como entes sagrados ou espíritos protectores das linhagens e das famílias, que medeiam a relação com Deus na ordem cósmica, razão pela qual constroem santuários⁶⁰ de veneração aos antepassados⁶¹.

⁶⁰ À semelhança do que ocorre com o *onjango*, o santuário também obedece à múltipla categorização. Assim, se distingue: 1) santuário da família alargada ou do clã familiar; 2) santuário de *Embelengenje*; 3) santuário da corporação de ofícios; 4) santuário da Corte Real; e, 5) santuário do Reino no seu todo.

⁶¹ Esta crença vem sendo combatida com a chegada da religião cristã ocidental, desde o século XV aos dias actuais.

Entretanto, à semelhança do que ocorreu com o Poder Tradicional, depois da Independência, as novas autoridades marginalizaram as instituições socio-educativas tradicionais, rotulando-as como veículos do atraso e contrárias ao primado da civilização e modernidade ocidental, com a qual se identificam as elites do poder. A marginalização tem sido a causa da renúncia dos traços identitários autóctones, assim como da desorientação socio-cultural e a consequente desintegração das famílias. Além disso, a comunidade de *Ekovongo* sofre de assédio quase permanente da globalização que dissemina pelo mundo elementos culturais contrários à realidade cultural local; mas, os seus habitantes mantêm a resistência, contra a marginalização e aculturação imposta pelas elites defensoras da modernidade ocidental, assim como contra o assédio da globalização.

Com relação à religião formal, em *Ekovongo* predomina a religião cristã ocidental e monoteísta, representada por várias denominações: Católica, Evangélica ou Protestante, Apostólica e Bom-Deus, que coexistem com a Igreja Adventista do Sétimo Dia, cujos fiéis se sentem atraídos por elementos das crenças tradicionais com tendência a um sincrétismo religioso. Com excepção da Igreja Evangélica Congregacional local que dispõe de um Templo de grande dimensão, as outras denominações dispõem de uma capela local dirigida por um diácono ou catequista, onde realizam os seus cultos religiosos. Entretanto, nem todos os habitantes de *Ekovongo* se revêem na religião cristã ocidental; alguns se mantêm fiéis às crenças e aos ritos tradicionais (exorcismo, por exemplo) em que participam em moldes clandestinos alguns fiéis cristãos, sobretudo quando se trata de rituais de cura de seus parentes assolados por enfermidades.

No plano organizativo e social, apesar de a família alargada ser o foco de referência, e, do fenómeno da desintegração sofrida (migrações), que no caso de *Ekovongo* se acelerou com a guerra civil, ainda assim, é a família nuclear que constitui o fundamento da vida comunitária, e, por conseguinte, o espaço privilegiado para a socialização primária. Para a transmissão de saberes concernentes à esfera socio-cultural, às formas e rudimentos de organização socio-económica, a preponderância recai como sempre ao tutor de cada família alargada.

Quanto à organização política, em *Ekovongo* coexistem dois tipos de poder: o poder costumeiro tradicional, herdeiro do sistema de Poder Pré-colonial, representado por um Soba⁶² que, por regra, é indicado e legitimado pela população de todas as comunidades que integravam o Antigo Reino do Bié; e o poder administrativo, representado por um Administrador nomeado pela Administração Municipal do Kuito. A comunidade de *Ekovongo* tem o estatuto de Centro

⁶²Soba é uma corruptela da palavra *soma* (Rei) – uma distorção introduzida pela administração colonial e retomada pelo actual governo; no contexto actual é um líder tradicional ou costumeiro que, todavia não está formalmente legitimado no ordenamento político-administrativo e territorial de Angola.

Administrativo, ao mesmo tempo *Ombala* ou capital simbólica do Antigo Reino do Bié; nesta condição dispõe de uma dupla liderança: por um lado, é dirigido por um Administrador de Centro, que representa a Administração Municipal e o Governo Provincial do Bié; por outro, é dirigido por um Soba com a categoria de Regedor⁶³ que representa as comunidades. Nesta condição, o Regedor é uma autoridade tradicional, que preside o Tribunal Costumeiro e responde pela gestão de todos os assuntos relacionados com a tradição e o costume; o Regedor é auxiliado pelos representantes das linhagens e pelos tutores das famílias alargadas, pois a sua influência se estende a todo o território que outrora pertenceu ao Antigo Reino do Bié e exerce as suas funções em *Ekovongo*, a capital onde reside. Estabelecido nestes moldes o formato de liderança comunitária, cabe ao Administrador do Centro a gestão mais abrangente dos assuntos da região, excepto aqueles que só podem ser tratados à luz do direito costumeiro. Nesta função, o Administrador é coadjuvado por várias entidades, nomeadamente, o Regedor, o Adjunto do Regedor e o colégio dos sobas que integram a Regedoria, o Chefe da Esquadra Policial, o chefe do Centro de Saúde, o Coordenador da Educação. Todas estas entidades integram o Conselho de Auscultação Local, presidido pelo Administrador do Centro, do qual fazem parte os representantes dos partidos políticos, representantes das organizações femininas adstritas aos partidos políticos ao nível local e os líderes das igrejas locais.

No concernente à participação dos habitantes de *Ekovongo* nos assuntos políticos, sociais, culturais e económicos ao nível provincial é em certa medida visível, porquanto existem entre eles alguns a exercerem funções de responsabilidade junto das instituições governamentais; ao nível nacional a participação é praticamente nula, à semelhança da maioria das populações residentes em comunidades rurais angolanas. O único acto político de cidadania em que participam as populações das comunidades rurais é o exercício do voto quando se realizam os pleitos eleitorais para eleger o Presidente da República e os deputados à Assembleia Nacional⁶⁴. Ora, sendo a Assembleia Nacional unicameral, os deputados eleitos indirectamente através de listas apresentadas pelos partidos políticos não estão comprometidos com nenhum círculo eleitoral, senão com o seu próprio partido, e, por conseguinte, não possuem a plena legitimidade do povo e nem sequer sabem que comunidade ou grupo de cidadãos representam concretamente.

A economia local repousa sobre a agricultura e a criação de gado (bovino, caprino, suíno, ovino e aves domésticas). Em *Ekovongo*, a terra é propriedade

⁶³ Regedor é uma categoria administrativa correspondente a uma unidade de Administração Territorial portuguesa, adotada em Angola durante a colonização e extinta depois do 25 de Abril de 1974. Em Angola, esta categoria tem sido reproduzida na atualidade sem respaldo legal.

⁶⁴ A Assembleia Nacional Angolana é unicameral e como tal integra apenas os deputados eleitos indirectamente através de listas apresentadas pelos partidos políticos.

colectiva, mas, distribuída entre as famílias alargadas, cuja gestão recai aos tutores das famílias e às famílias nucleares. Além das terras distribuídas entre as famílias, a comunidade dispõe de uma Associação de produtores locais que exploram um espaço de terra, onde a produção agrícola é feita com apoio político da Confederação Provincial de Produtores Agrícolas/Bié – uma Filial da União Nacional de Apoio às Cooperativas Agrícolas (UNACA) e com o apoio de técnicos ligados à Direção de Extensão e Desenvolvimento Agrícola (EDA) do Município do Kuito. Os habitantes de *Ekovongo* cultivam preferencialmente produtos como milho, feijão, mandioca, rabanetes, inhames, couves, repolho, tomate, batata rena, batata doce, cebola, alho, cenoura, etc., que se destinam ao auto-consumo e à comercialização na cidade do Kuito. A produção agrícola é feita com o emprego de instrumentos manuais rudimentares como enxada, catana, machado, pás, charrua de tracção animal e outros de fabrico artesanal local.

A criação de animais é outra actividade bastante difundida na comunidade de *Ekovongo*, onde os habitantes preferem galinhas, cabritos, ovelhas, porcos e bois; as galinhas e cabritos, além de serem fontes alimentares mais vulgares, constituem um dos principais fundos de ahorro a que as famílias recorrem para acudir-se diante de necessidades emergentes. A agricultura familiar como é comumente denominada é sazonal, pois, depende quase totalmente das chuvas, de tal sorte que, uma calamidade natural como é o caso da seca ou uma estiagem podem provocar um descalabro na cadeia produtiva. A precariedade da produção agrícola e pecuária associada à dependência das chuvas tornam o sistema produtivo local bastante vulnerável às alterações climáticas e às calamidades a elas inerentes. Esta situação tem encorajado o êxodo em direção às cidades em busca da sobrevivência⁶⁵ através do emprego temporário, onde os jovens podem conseguir algum biscate ou emprego precário trabalhando nas obras de construção civil como ajudantes de mestres, nas fazendas agrícolas de setores empresariais urbanas, ou ainda como empregadas ou empregados domésticos, etc.; dos rendimentos que obtêm com essas actividades retiram uma parte para a sua própria sobrevivência e outra parte é posta em poupança ou enviada como inversão aos familiares que ficaram na rectaguarda para apoiar os trabalhos agrícolas.

No concernente à educação, em *Ekovongo* como em qualquer outra sociedade coexistem as modalidades de educação formal, não-formal e informal, sendo a primeira e a segunda de origem exógena e a terceira de carácter endógena. A educação formal é assegurada por duas escolas públicas, cujos edificios foram construídos de raiz e apetrechados com mobiliário apropriado para este nível de

⁶⁵ O êxodo de jovens do meio rural para as cidades é uma aventura desafiadora e degeneradora, posto que, os mesmos não possuem competências profissionais que os habilitam a aderirem ao emprego urbano. Esta situação obriga-lhes a enveredarem na sua maioria para uma vida marginal, sem a possibilidade de regressarem às suas comunidades de origem.

escolarização; a Escola Primária foi construída pelo Estado e oferece a instrução da pré-primária à 6ª classe.

Figura 5. Imagem fotográfica da Escola Primária de Ekovongo



Fonte: Autoria própria, 2012.

Figura 6. Imagem fotográfica da Escola Primária com alunos em Ekovongo



Fonte: Autoria própria, 2012.

A Escola Secundária foi construída por uma Organização Não-governamental (ONG) da República Checa no âmbito da parceria com o governo provincial e dá uma instrução de nível médio que se estende da 7^a à 9^a classes; em ambas as escolas estudam também alunos provenientes das comunidades vizinhas, uma vez que, *Ekovongo* sozinha não possui o número suficiente de alunos para preencherem todas as vagas disponíveis. Até 2010 *Ekovongo* dispunha apenas de uma Escola Primária, mas agora dispõe de mais uma Escola do Ensino Secundário.

Figura 7. Imagem fotográfica da Escola Secundária de *Ekovongo*



Fonte: Autoria própria, 2012.

Mesmo assim, as dificuldades prevalecem para quem pretende continuar com os estudos, pois, deve deslocar-se ou mudar-se para a cidade do *Kuito*, onde pode ter acesso aos níveis subsequentes de formação académica, o que constitui uma enorme barreira para aqueles alunos que almejam concluir com o ensino secundário e ingressar no ensino superior, se não tiver parentes que lhes possam acomodar na cidade.

Na escola primária funciona um gabinete do respectivo Director, assim como o gabinete do Director da Escola do Primeiro Ciclo, este último acumula as funções de coordenador de todas as escolas sedeadas nas comunidades periféricas de *Ekovongo*; o Director do Primeiro Ciclo é coadjuvado por um Sub-Director Pedagógico e um Sub-director Administrativo, cujos gabinetes funcionam no edifício da escola secundária. Além dos dois edifícios que albergam as escolas primária e secundária, o espaço escolar comunitário conta ainda com uma residência para os professores e dois pátios adjacentes às escolas para práticas recreativas e desportivas. Ambas as escolas, incluindo a residência dos professores possuem serviços de higiene de tipo (*WC*), mas servidas em moldes deficientes em

termos de água corrente; dispõem de instalação eléctrica, mas raramente as escolas e a residência dos professores são iluminadas, visto que, nem sempre a Direção da Escola possui recursos financeiros para pôr em funcionamento o pequeno gerador de energia eléctrica.

As matérias de estudo da escola formal estão descontextualizadas da realidade socio-cultural e socio-económica de *Ekovongo*, pois, se centram em aspectos básicos como a leitura, a escrita, as operações aritméticas e matemáticas, as ciências naturais e sociais, que no caso da instrução primária, estas últimas são denominadas de estudo do meio, mas sempre dicotómicos porque não contemplam sequer algum aspecto (cultural, social e económico) local. Ademais, a língua de escolarização em Angola, desde a base ao topo é o português⁶⁶, considerado politicamente como instrumento ideológico de homogeneização cultural, sendo esta uma anomia vigente desde o período colonial e reproduzida com maior intensidade na actual Angola Independente. A partir desta anomia socio-cultural e ideológica já se pode imaginar a enormidade das dificuldades de aprendizagem que os alunos de *Ekovongo* e de outras comunidades rurais enfrentam, sendo na sua maioria falantes do vernáculo *Umbundu*, desde o berço e com elevado défice em termos de domínio da língua portuguesa. Em linhas gerais, a educação formal em *Ekovongo* enfrenta os seguintes problemas:

- Baixo nível de instrução da população em geral;
- Baixo nível de instrução dos pais e encarregados de educação dos alunos;
- Conteúdos e métodos de educação formal inadequados;
- Fraca colaboração dos pais na instrução de seus filhos;
- Calendário escolar inadequado ao calendário socio-laboral da comunidade;
- Dificuldades de adaptação dos professores primários ao modelo de monodocência⁶⁷ introduzido no âmbito da reforma do sistema educativo angolano;
- Absentismo dos alunos que se vêem na necessidade de ajudar os pais nas actividades agrícolas.

Estes problemas refletem as distorções que enfermam a educação formal oferecida às comunidades rurais e explicam o baixo rendimento escolar, visto que, a maioria

⁶⁶ Não existe em Angola a distinção entre a língua primeira e a língua segunda; logo, o português é considerado como língua oficial mas, o seu ensino e a sua aprendizagem são tão deficitários, o que contribui sobremaneira à fraca qualidade de ensino que se realiza em todos os sub-sistemas de ensino angolano.

⁶⁷ A monodocência é um modelo de educação e ensino em que um Maestro de Instrução Primária deve trabalhar com classes que vão desde a pré-primária até à quarta classe.

dos alunos está confrontada com dois desafios: o primeiro desafio é aprender a língua portuguesa que lhes é imposta pela escola; o segundo desafio é aprender outras matérias de estudo através da língua portuguesa que mal dominam. Este constitui um dos motivos das desistências; é também o motivo pelo qual a maioria dos alunos não consegue dominar sequer as competências básicas como a leitura, a escrita, as operações de cálculo aritmético e matemático, que são imprescindíveis para a capacitação e o desenvolvimento humano.

Relativamente à educação não-formal *Ekovongo* conta com um curso de alfabetização de adultos, assegurado por três alfabetizadores voluntários, que realizam aprendizagens na base de um programa fornecido pelo serviço municipal de alfabetização do Kuito e funciona com um horário adaptado à realidade local. O curso tem produzido resultados satisfatórios, porquanto os próprios beneficiários consideram-se como pessoas minimamente potenciadas com ferramentas que lhes são úteis na resolução dos problemas do dia-a-dia. Entretanto, além da educação formal e não-formal, tem lugar em *Ekovongo* uma educação informal, cuja eficácia se manifesta com uma acutilância visível na vida quotidiana dos seus habitantes, principalmente nas suas relações com a natureza, o meio social e o universo mítico-divino, numa dinâmica que iremos abordar nos próximos apartados.

No plano da saúde, *Ekovongo* tem um posto de saúde que foi criado em 2003 e iniciou o seu funcionamento numa infraestrutura inapropriada coberta de capim. Em 2005, a *AFRICARE*, uma Organização Não-Governamental (ONG) Norte-Americana construiu uma infraestrutura física financiada pela *EXXON MOBIL*, que foi posteriormente entregue à Direção Provincial de Saúde do Bié em 2006. O Posto de Saúde de *Ekovongo* conta actualmente com uma equipa técnica constituída por seis elementos dos quais: dois técnicos de enfermagem geral, quatro enfermeiros auxiliares e uma parteira eventual. O Posto de Saúde é dirigido por um enfermeiro sénior e está vocacionado a prestar serviços em educação para a saúde, através de palestras sobre a saúde pública, saúde preventiva e imunização por via de campanhas de vacinação, saúde materno-infantil, controle de gravidez e assistência de partos, consultas de medicina geral, farmácia e atendimento de urgência. As doenças mais frequentes nesta comunidade são as respiratórias agudas, malária, diarreias agudas, parasitoses, conjuntivite, infecções cutâneas, gastrite e reumatismo; as mesmas têm origem no consumo de água não potável e no deficiente saneamento básico do meio. Não se descarta a possibilidade de existir outras patologias etiológicas virais decorrentes das mudanças climáticas. Os casos de enfermidades que requerem um tratamento mais refinado são encaminhados ao Hospital Provincial na cidade do Kuito⁶⁸.

⁶⁸ Os dados e a informação sobre a saúde em *Ekovongo* foram fornecidos pelo Chefe do Posto de Saúde local durante a conversa informal com o investigador aos 10 de Agosto de 2012.

A existência e o funcionamento do Posto de Saúde local constitui um passo progressivo na luta contra as enfermidades que assolam os habitantes de *Ekovongo* e comunidades periféricas, pois, por aquilo que foi possível observar *in situ* a população não se opõe à medicina convencional e reconhecem a sua importância. Entretanto, a existência de um Posto de Saúde não pressupõe o abandono da medicina natural e tradicional; existem enfermidades que podem ser sanadas com recurso à medicina convencional e outras com recurso à ervanária, terapias tradicionais, ritos e cerimónias como exorcismo que são de foro espiritual. No caso de cura das enfermidades que requerem da medicina tradicional, destacam-se duas figuras: a do *onganga* (bruxo) portador de espíritos malignos e por vezes violentos, responsáveis pela disseminação de doenças mortais; e, a figura de *Tchimbanda* (curandeiro ou terapeuta tradicional) que cura as enfermidades causadas por esses entes malignos. A coexistência de dois tipos de medicina nem sempre é pacífica, tendo em conta o facto de alguns dos métodos utilizados pela medicina tradicional estarem em contravenção com as normas da medicina convencional. Além disso, as acusações de bruxaria podem resultar em conflitos entre as famílias.

No cômputo geral, a situação sanitária de *Ekovongo* é ainda precária devido à factores como: baixo nível de instrução da maioria da população, o consumo inadequado de alimentos, agravado com a inexistência de um serviço de informação nutricional, o deficiente serviço de educação sanitária, insuficiência de infraestruturas sanitárias para uma elevada demanda de serviços afins e a existência de um deficiente serviço de abastecimento de água potável. A estes factores se juntam as habitações precárias, construídas com adobo, piso de terra, tecto coberto com chapas de zinco em formato meia-água ou simplesmente coberto com capim, sem água canalizada, nem energia eléctrica. As habitações são maioritariamente de pequena dimensão, ou seja, de dois domitórios e uma sala de estar, havendo, todavia outras de média dimensão comportando três a quatro dormitórios, tendo em ambos os casos uma sala de estar; todas as casas têm um ou dois anexos, sendo que, o primeiro funciona como cozinha onde as senhoras se acomodam durante a preparação das refeições. Outros são aposentos onde repousam os animais domésticos como cabras, porcos, cães e as galinhas.

O mobiliário comum na maioria das residências são mesas de madeira e plásticas com as respectivas cadeiras; além disso, são poucas residências que dispõem de fogão a gás, pois, a maioria utiliza a lenha e o carvão vegetal como únicos recursos energéticos. Os electrodomésticos como refrigeradoras, televisor e video são raros, mas a maioria dos habitantes possuem rádios para escutar notícias do País e do mundo. Os habitantes preferem escutar programas noticiosos e de entretenimento (desportivos, musicais, etc.), particularmente aqueles que são transmitidos em língua local *umbundu*.

O abastecimento de água é feito por um chafaris construído por cima de um furo artesiano, a partir do qual foi instalado um sistema de bobagem conectado aos painéis solares que fornecem a energia eléctrica. O abastecimento de água é deficiente, pois, o sistema não tem capacidade para satisfazer a todos os habitantes, situação que obriga a maioria a recorrer a outras fontes de abastecimento de água, sendo o rio o mais comum. Ademais, a comunidade não dispõe de uma rede eléctrica nem de abastecimento de água potável.

Com relação às infraestruturas comunitárias, além da escola, Posto de Saúde e chafaris, *Ekovongo* possui um conjunto histórico de infraestruturas remotas do Poder Político Ancestral, actualmente em escombros, que integravam a *Elombe* (Palácio Real), dos quais se destacam *Onjo ya Soma* (Residência do Rei do Bié), dois *Atambo v'Elombe* (Santuários do Palácio Real), *Akokoto* (Cemitério Real) e um *Onjango y'Elombe* (Assembleia do Palácio Real). Além disso, a comunidade dispõe ainda de três cantinas comerciais, uma moagem para moer milho e mandioca, um campo de futebol construído por iniciativa dos jovens com materiais arcaicos, um Templo pertencente à igreja Protestante e três capelas pertencentes às igrejas Católica, Adventista do Sétimo Dia e Apostólica, uma lavandaria comunitária em desuso e um cemitério comunitário.

Ekovongo está ligada à cidade do *Kuito*, num percurso de cerca de 20 km, através de uma estrada não asfaltada que atravessa a comunidade pelo meio, passando pela Comuna de Chikala, Penitenciária de *Kapolo I*, Município de *Chitembo* e se prolonga até à Província do *Kwando Kubango*. Por essa estrada circulam as pessoas, os produtos das comunidades rurais para a cidade do *Kuito* e vice-versa.

No que concerne aos meios de comunicação exógena, o destaque vai para a Rádio já referenciada atrás e o telefone móvel; porém existe na comunidade outra forma tradicional e rudimentar de comunicação verbal denominada *Olwiya* (alarme, convocatória) que é executada por um sujeito o *Kalongwiya* (Porta-voz do Rei) que circula caminhando por toda a comunidade à noite, utilizando a sua viva voz e transmitindo aos habitantes todo o tipo de orientações emanadas pelo Rei, pela Administração Local ou pela Administração Municipal. Fora deste sistema formal, os habitantes estabelecem vínculos com o meio natural através da interpretação dos sinais provenientes da natureza, como por exemplo, as mutações de certos vegetais e o canto de algumas aves como *Epumumu* que pressagia algum evento climático e o Mocho que anuncia alguma desgraça na comunidade; ou ainda, o comportamento dos animais, como por exemplo, o ladrar do cão que anuncia a presença de pessoas estranhas ou de entes sobrenaturais (seres invisíveis).

Neste espaço comunitário se inserem também algumas instituições exógenas (agentes externos de desenvolvimento) com residência permanente, dos quais se

destacam o Centro Administrativo, a Coordenação das Escolas, o Posto de Saúde, a Unidade Policial, as igrejas (Católica, Evangélica Congregacional, Adventista do Sétimo Dia, a Apostólica e Bom-Deus), bem como aquelas que marcam a sua presença de forma esporádica, nomeadamente, a Extensão e Desenvolvimento Agrário (EDA), a Direcção Executiva-Confederação Provincial das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias/Bié – uma Filial da União Nacional de Apoio às Cooperativas Agrícolas (UNACA), a Organização Não-Governamental (ONG) da República Checa denominada *PEOPLE IN NEED* e outras sem residência permanente como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (*UNICEF*).

O Governo exerce o papel de agente externo de desenvolvimento em razão da sua presença permanente na comunidade, representado por um Centro Administrativo, que coordena a execução de todas as ações e orientações emanadas dos organismos hierarquicamente superiores, nomeadamente da Administração Municipal do Kuito, o funcionamento dos serviços públicos de educação, saúde, Esquadra Policial, Extensão e Desenvolvimento Agrário (EDA); e, de forma indirecta fiscaliza o funcionamento de outras instituições não governamentais.

A Unidade Policial, que representa o Comando Provincial do Bié da Polícia Nacional e por extensão o Ministério do Interior, exerce as funções concernentes à manutenção da ordem pública, a fiscalização das transgressões administrativas e a resolução de alguns diferendos que afectam as relações entre os habitantes.

A extensão e Desenvolvimento Agrário (EDA) que exerce as funções de extensão rural, criação de associações de produtores e respectivas escolas de campo em *Ekovongo* e comunidades periféricas, realização de ações formativas destinadas aos produtores agrícolas, distribuição de *inputs* agrícolas, prestação de assistência técnica sobre o cultivo e tratamento de culturas específicas, servir de elo de ligação entre as comunidades, a Direcção Municipal da EDA/Kuito e instituições afins.

As igrejas são instituições vocacionadas à educação religiosa e promoção de ações sociais junto da comunidade. Estas instituições de origem ocidental surgem na comunidade na sequência do processo da colonização portuguesa e actualmente exercem a sua influência aos habitantes de *Ekovongo* e das comunidades periféricas como instituições defensoras da religião e da cultura ocidental. Para tanto, realizam a formação catequética destinada aos seus membros, e na vertente social desenvolvem ações de educação familiar para jovens que pretendem criar os seus lares familiares, desde que sejam membros da Igreja. Além disso, participam das campanhas de vacinação e dinamizam ações de educação para a saúde.

A Direcção Executiva da Confederação Provincial das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias/Bié é uma Organização Não-Governamental (ONG) que tutela politicamente as associações de produtores

agrícolas e criadores de gado, que defende os seus interesses junto das instituições do Estado. Em colaboração com a EDA, promove a criação das associações de produtores agrícolas, a realização de feiras de produtos agrícolas, de ações de formação técnica destinada aos produtores associados e participa da distribuição de *inputs* agrícolas.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (*UNICEF*) é uma Agência que objetiva promover a defesa e a realização dos direitos das crianças, suprir as suas necessidades básicas e contribuir para o seu desenvolvimento. Em *Ekovongo*, o *UNICEF* promove campanhas de sensibilização sobre o combate à desnutrição infantil junto das famílias, identifica crianças indiciadas com a desnutrição para o seu devido acompanhamento e colabora das ações do governo que visam a sua recuperação.

A Organização Não-Governamental da República Checa (ONG) denominada *PEOPLE IN NEED*, tem por missão implementar projetos de desenvolvimento nas comunidades rurais, educando as pessoas para superar a pobreza. A sua ação incide sobre as condições já existentes nas comunidades, priorizando a educação e saúde comunitária. Em *Ekovongo*, a *PEOPLE IN NEED* desenvolve um projeto denominado Saneamento liderado pela comunidade, no âmbito do qual realiza campanhas de sensibilização dos habitantes e seminários sobre a necessidade de construir latrinas e erradicar a prática de defecar ao ar livre.

Os dados ora apresentados fazem de *Ekovongo* uma realidade complexa em que subjazem formas peculiares de organizar o meio envolvente, enquanto espaço no qual se produzem todos os acontecimentos inerentes à vida. *Ekovongo* é, na realidade, uma comunidade que se singulariza pelas seguintes características:

- Um espaço geográfico relativamente favorável à vida, mas com escassos serviços básicos.
- Uma economia centrada na agricultura e criação de gado.
- Incidência de pobreza.
- Deficiente educação formal.
- Elevada taxa de emigração para as cidades em busca de melhores condições de vida.
- Convivência dominada pela tradição contrastada pela incipiente modernidade.

A partir desta realidade e dos processos de desenvolvimento que nela se produzem tratou-se de conhecer e explicar as causas do subdesenvolvimento que se vive nesta comunidade, compreender e interpretar os processos de construção próprios de uma sociedade em transição para a modernidade ainda incipiente.

Capítulo VI

A metodologia de investigação

A realidade objeto do presente estudo é um assentamento humano, uma micro-sociedade com especificidades idiossincráticas próprias de uma comunidade rural. Para o seu estudo foi necessário recorrer às ciências sociais e aos seus métodos, definir regras que permitissem uma maior aproximação ao objeto de investigação em uma dupla perspectiva: teórica e empírica.

No plano empírico, optou-se por uma metodologia qualitativa-etnográfica para corresponder com o problema formulado. A metodologia aplicada permitiu a compreensão de aspectos conceptuais como a educação, o desenvolvimento e a pobreza, bem como o registo e a análise daqueles aspectos antropológicos, ideológicos, espirituais, simbólicos, etc., que em conjunto formam o universo cultural e a cosmovisão dos habitantes de *Ekovongo*. A par disso, procurou-se captar as representações sociais sobre a educação, o desenvolvimento, a pobreza e o ambiente, assim como os projectos que se pretende implementar na comunidade. As informações obtidas através da aplicação de técnicas qualitativas como a observação participante, a entrevista em profundidade e a discussão grupal permitiram identificar as transformações sofridas no plano socio-cultural, económico e ambiental, traduzidas em mudanças nas formas de vida dos habitantes da comunidade de *Ekovongo*, tratando de valorizar o papel exercido pelas práticas educativas e pelas acções de desenvolvimento neste processo. Ademais, a opção metodológica qualitativa permitiu uma melhor percepção da pertinência dos saberes endógenos e dos conhecimentos exógenos para o desenvolvimento da comunidade, bem como a sua inserção no contexto nacional e global do desenvolvimento.

A aplicação da metodologia qualitativa e o discernimento sobre os aspectos acima mencionados confirmam o cumprimento dos principais objetivos da tese: 1. Analisar o conceito e a prática de desenvolvimento gerado a partir de processos educativos (formais, não-formais e informais), que têm lugar em *Ekovongo*, para compreender as transformações produzidas pela relação tradição-modernidade nas

comunidades rurais. 2. Contribuir com ideias e propostas que podem subsidiar a elaboração de políticas educativas e de desenvolvimento ajustadas à realidade das comunidades rurais. E, de modo complementar responder à questão, se a situação de pobreza e subdesenvolvimento que se vive nas comunidades rurais, especificamente na de *Ekovongo* advém da incapacidade e ignorância de seus habitantes ou resulta da implementação de práticas educativas (produção, distribuição, intercâmbio e consumo de conhecimentos), de modelos, políticas e processos de desenvolvimento inadequados à realidade comunitária?

A opção por uma metodologia qualitativa para responder ao problema formulado obrigaram a presença do investigador na comunidade de *Ekovongo*, o que resultou na elaboração do presente relatório. Essa presença como investigador implicou a participação activa na vida comunitária, o que poderia condicionar, de certo modo, a objetividade dos resultados; no entanto, e tendo em conta esse perigo, enveredou-se por uma postura mais objetiva possível, para que os resultados reflectissem um trabalho feito com veracidade e rigor científico, e, portanto, não fossem uma mera descrição de intenções pessoais.

6.1. A investigação etnográfica

No prosseguimento do propósito de realizar uma investigação qualitativa optou-se pela etnografia como estratégia mais apropriada para se aproximar ao objeto de estudo, cujas características podem ser descritas e compreendidas através de uma visão holística. A etnografia objetiva descrever e compreender a realidade estudada.

O termo etnografia deriva do grego “*ethnos*” (tribo ou povo) e “*graphein*” (representar, escrever ou descrever), o que literalmente se pode traduzir como a descrição do estilo de vida de um grupo de pessoas habituadas a viver juntas. Assim, o *ethnos*, tanto poderia ser uma comunidade, um grupo linguístico, uma nação, como também, qualquer grupo humano organizado, que constrói as suas relações reguladas pelo costume e por outras pautas que estabelecem os direitos e as obrigações recíprocas. Portanto, em sua génese, a etnografia foi concebida como a ciência que estuda, descreve e classifica as culturas ou povos, e este termo nasceu ligado a antropologia como ramo que trata da descrição científica de culturas.

Na atualidade, a etnografia tem por finalidade interpretar uma determinada forma de vida, uma realidade socio-cultural, considerando o ponto de vista dos seus membros; o objetivo primário de uma etnografia é captar a visão de mundo que os nativos advogam, a sua perspectiva de vida, o significado das suas ações, das situações em que vivem e das relações que estabelecem com os demais membros da comunidade. Como afirma Martínez (1998),

El enfoque etnográfico se apoya en la convicción de que las tradiciones, roles, valores y normas del ambiente en que se vive se van internalizando poco a poco y generan regularidades que pueden explicar la conducta individual y de grupo en forma adecuada. En efecto, los miembros de un grupo étnico, cultural o situacional comparten una estructura lógica o de razonamiento que, por lo general, no es explícita, pero que se manifiesta en diferentes aspectos de su vida. (p. 30)

Como se pode perceber, a etnografia é uma modalidade de investigação que atualmente dinamiza os estudos em ciências sociais e humanas, que surge da antropologia, e da sociologia (Bresler, 2006). Para Rubio e Varas (2004),

El método etnográfico intenta estudiar las distintas sociedades y grupos a partir del análisis de sus producciones culturales. Entendiendo por tales tanto los productos materiales (objetos de consumo, instrumentos, edificios, distribución del espacio...) como las intenciones y conductas sociales (ritos, comportamientos, costumbres, hábitos, usos del espacio y del tiempo...) y los productos simbólicos (mitos, tradición oral, producciones artísticas, simbología...). (p. 251)

No entanto, a este conjunto de produtos culturais (materiais, imateriais e simbólicos) se pode associar uma análise que inclua a ecologia, as crenças religiosas, a organização do tempo e do espaço, o sistema político, o sistema de linhagens e o sistema hierárquico entre grupos etários para entender o complexo universo cultural dessas sociedades. A este propósito, Hurtado (2006) descreve as variáveis comuns a considerar numa investigação etnográfica, destacando-se, entre outras, o idioma, a população, os costumes, a alimentação, as vivendas, as vestimentas, o transporte, a economia, a política, os esquemas de produção, os ritos de nascimento, a iniciação à vida adulta, as crenças religiosas, as interpretações mitológicas e artísticas.

Todo este emaranhado de variáveis e elementos identitários fazem da etnografia uma estratégia mais adequada para abordar com propriedade o nosso tema “Educação e Desenvolvimento nas Comunidades *Ovimbundu* de Angola: estudo etnográfico da comunidade de *Ekovongo-Bié*”; um estudo que busca compreender o que pensam as pessoas acerca do conceito de desenvolvimento, que experiências vitais e históricas constituem o cerne da gestação desta ideia, e como a mesma se concretiza nas práticas educativas que subscrevem a dinâmica de desenvolvimento actual. Com esta perspectiva buscou-se compreender, até que ponto, o que as pessoas dizem e fazem (consciente ou inconscientemente) está influenciado pela situação socioeconómica e cultural actual, profundamente atingida pelos processos da globalização. A investigação etnográfica permite conhecer melhor a identidade étnica, social e cultural da comunidade, perceber se a

mesma ainda está viva e se ela constitui uma importante ferramenta necessária a sua auto-gestão e ao seu desenvolvimento sustentado.

Entretanto, o estudo qualitativo das realidades socioculturais e das pessoas que as integram pode desembocar ao perigo de subjetivismo, passível de beliscar a qualidade da própria investigação. No caso da investigação etnográfica, esta situação, pode ser evitada, se forem aplicados com rigor os mecanismos de controlo, isto é, se forem equacionados aspectos imprescindíveis como a seleção da amostra, a seleção e aplicação dos instrumentos de colecta de dados, as estratégias de contrastação e validação da informação que consiste, entre outros procedimentos, na triangulação da informação obtida através de diversas fontes, isto é, pela aplicação de vários instrumentos ou técnicas de colecta de dados.

6.2. A objetividade, a validez e a confiabilidade em um estudo etnográfico

A objetividade, a confiabilidade e a validez num estudo etnográfico são garantidas pelo modo como se equaciona as teorias com as técnicas de colecta da informação, e, sobretudo, pela forma como se procede a triangulação da informação obtida através da aplicação de diversas técnicas no âmbito da investigação empírica; isto porque a objetividade em si é um constructo abstracto, poi, não existe sob forma material. O que se conhece e se confirma na práxis é o acto de objetivação. A investigação etnográfica alcança um nível de objetividade satisfatório por usar um enfoque fenomenológico, mas também, em razão da seleção cuidadosa da amostra, que deve ser mais representativa possível, constituída por informantes-chave, bem como da empatia do investigador para com os sujeitos que ele estuda e que exercem um importante papel de participantes do estudo. Em um estudo etnográfico a objetividade se refere à confirmabilidade (Olabuénaga, 2012); ou ainda como referem Sánchez y Suárez (2018),

La objetividad puede ser de dos formas: Una objetividad relacionada a la persona (ontológica) que consiste en la voluntad por parte del investigador de establecer una versión verdadera de la realidad, que permita además su verificabilidad, por tanto, aunque la investigación cualitativa navega en el mundo de la subjetividad, lo que se desea ver y saber en el estudio son hechos que realmente están ahí fuera; y, otra objetividad vinculada a los procedimientos, que hace referencia a que los métodos y técnicas utilizadas pretenden evitar o eliminar la parcialización del juicio personal en la descripción y valoración de los fenómenos estudiados. (p. 101-102)

O termo objetividade é um princípio filosófico – que deriva de uma construção social, e, portanto subjetiva, que se cristaliza e se perpetua no discurso do cientista através da linguagem. Enquanto princípio filosófico, a objetividade entendida desde um prisma positivista não se aplica de forma linear ao estudo de realidades sociais, que são construções do próprio homem – um ente dotado de sentimentos, emoções, etc., que são variáveis dificilmente verificáveis através do critério da objetividade positivista. Por conseguinte, advoga-se também a validade e a confiabilidade, na medida em que, são critérios imprescindíveis na abordagem do rigor científico em estudos qualitativos. A validade se refere a algo tido como certo e aprovado para ser aplicado no dia-a-dia e considerado pelas ciências sociais como a opção possível. A confiabilidade se refere a algo que seja credível, que mereça confiança e que quando aplicado confere um grau de segurança aos indivíduos. A confiabilidade consiste na possibilidade de encontrar resultados similares, estáveis, congruentes ou iguais a si mesmo.

Para tanto, seguimos a Taylor e Bogdan (1987) para quem, os métodos qualitativos são humanistas, ou seja, os métodos que se aplicam ao estudar as pessoas influem no modo como elas são vistas pelos estudiosos; estes autores argumentam:

Cuando reducimos las palabras y actos de la gente a ecuaciones estadísticas, perdemos de vista el aspecto humano de la vida social. Si estudiamos a las personas cualitativamente, llegamos a conocerlas en lo personal y a experimentar lo que ellas sienten en sus luchas cotidianas en la sociedad. Aprendemos sobre conceptos tales como belleza, dolor, fe, sufrimiento, frustración y amor, cuya esencia se pierde en otros enfoques investigativos. (p. 21)

Na mesma linha, Martinez (2006) esclarece que a garantia dos investigadores de que os estudos qualitativos possuem um alto nível de validade depende do modo de colectar a informação e das técnicas de análise que se usam. De acordo com o autor,

Esos procedimientos los inducen a vivir entre los sujetos participantes en el estudio, a recoger los datos durante largos períodos del tiempo, revisarlos, compararlos y analizarlos de manera continua, adecuar las entrevistas a las categorías empíricas de los participantes y no a conceptos abstractos o extraños traídos de otro medio, a utilizar la observación participante en los medios y contextos reales donde se dan los hechos y, finalmente, a incorporar en el proceso de análisis una continua actividad de realimentación y reevaluación. Todo esto garantiza un nivel de validez que pocas metodologías pueden ofrecer. (p. 7)

De tudo o que foi acima exposto, desponta a ideia de que, o que confere rigor científico a um estudo qualitativo não é a generalização dos resultados, mas sim, a presença do investigador no contexto em estudo, a sua capacidade de explicar o fenómeno em profundidade e a triangulação das fontes de informação. O investigador que empreende uma etnografia busca captar a realidade tal como é percebida pelos sujeitos que participam do estudo.

Seguindo esta orientação, as etapas de uma investigação etnográfica não são, nem sistematicamente, nem claramente pre-estabelecidas como sucede em trabalhos de corte quantitativa; o seu desenho é de carácter emergente e circular, o que torna quase impossível a fixação antecipada de todos os procedimentos a seguir.

Não obstante, o presente estudo não partiu de um trabalho improvisado; antes, pelo contrário, o empreendimento exigiu uma preparação que incluiu os principais aspectos que orientam uma investigação etnográfica Goetz e LeCompte (1988). Para tanto, procedeu-se a um delineamento do estudo, tratando de formular o tema, o problema, as questões de estudo, os objetivos, a amostra, etc., sem descuidar a necessidade de equacionar as ferramentas, as técnicas mais adequadas a este empreendimento e as estratégias de colecta e armazenamento de dados e informações.

A opção pela etnografia implicou a presença do investigador na comunidade de *Ekovongo* localizada na Província do Bié, onde se intentou uma integração, ainda que provisória durante um período de tempo relativamente longo, observando e participando nas realizações de âmbito comunitária e, em alguns casos, naquelas que são estritamente familiar, escutando e registando o que as pessoas diziam, ou seja, recolhendo informações pertinentes para a abordagem do problema e das questões de estudo. Nesta senda, o interesse orientou-se mais na captação de ideias que refletem as concepções que os comunarios têm acerca do desenvolvimento, os problemas que enfrentam no dia-a-dia, as expectativas das pessoas acerca do bem-estar, os processos de aquisição e intercambio de saberes, as crenças, enfim, todo um conjunto de aspectos que permeiam as relações entre os habitantes de *Ekovongo*.

No contexto de uma comunidade rural as barreiras psicológicas não faltaram, pelo que, não houve outra alternativa senão adotar uma atitude empática para com os habitantes, mediada pela flexibilidade que caracteriza um etnógrafo e facilitada pela comunicação em língua vernácula que é a mais usual naquela localidade. O domínio da língua *umbundu* permitiu uma rápida adaptação à realidade local e aproximação a todos os segmentos etários da população local, tornando possível a consumação da expectativa e do propósito de realizar o estudo empírico naquela circunscrição.

Nesta conformidade, e tendo em conta o contexto escolhido para a realização do estudo optou-se por conceber um esboço metodológico que orientasse a realização de tarefas de carácter teórico e prático compreendendo:

- 1) A formulação do tema.
- 2) A eleição do cenário objeto de estudo.
- 3) A eleição da amostra
- 4) A revisão bibliográfica das experiências similares.
- 5) Estabelecer um cronograma de realização do estudo.
- 6) Conceber um plano e preparar os instrumentos para o trabalho de campo.
- 7) Definir as variáveis que orientaram as entrevistas em profundidade e a observação participante.
- 8) Colecta e registo da informação.
- 9) Definir os critérios de validação de dados?
- 10) Sistematizar e interpretar os dados.
- 11) Redação do relatório de estudo.

Estes pontos correspondem às etapas que foram aplicadas para que o processo de investigação se concretizasse dentro dos parâmetros da flexibilidade e adaptabilidade e tendo em conta as especificidades da realidade em estudo. As abordagens que se seguem descrevem de forma mais detalhada os aspectos que marcaram este processo.

6.3. A escolha do cenário de estudo

A comunidade de *Ekovongo* e as pessoas que nela habitam constituem o universo espacial, social e cultural da presente investigação; a sua escolha obedece a uma estratégia de seleção intencionada, pois, como afirma Martinez (2005, p. 7), “El acto en si no es humano; lo que lo hace humano es la intención que lo anima, el significado que tiene para el actor, el propósito que alberga, la meta que persigue”; ou seja, uma seleção orientada por critérios de significação estabelecidos com anterioridade, embora alguns autores Goetz y LeCompte (1988) considerem a seleção como um processo aberto ao aperfeiçoamento, a modificação e a reorientação. Por conseguinte, o processo de seleção não é estático, mas sim

dinâmico e sequencial; logo, ainda que por sua relevância algumas situações possam ser definidas com anterioridade, à entrada no campo de estudo, o investigador pode deparar-se com novas situações emergentes que obriguem a alterar a sua opção inicial.

Em face das considerações acima referenciadas, a seleção adotada na presente investigação basea-se nos critérios que exigem do investigador a definição antecipada de um conjunto de atributos ou factores que dão sentido a abordagem do problema e das questões atinentes ao estudo da comunidade de *Ekovongo*. Nesta linha, os critérios aplicados na eleição do cenário foram de carácter temático, histórico, antropológico, cultural, espacial e de acessibilidade. O quadro que segue abaixo descreve os critérios de seleção do cenário de estudo.

Quadro 11. Critérios de seleção do cenário

Critérios para seleção do cenário de investigação	
Temático	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade com uma concepção e prática de desenvolvimento diferente daquela que é difundida pelo pensamento ocidental. • Vigência de relações educativas e comunicativas ancestrais • Presença de elementos tradicionais.
Histórico	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade que carrega consigo uma historicidade. • As experiências cognitivas de grupos humanos, os costumes, as tradições, os códigos de conduta, as crenças e os valores resultam de um processo de construção histórico-social.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade situada no universo cultural <i>ovimbundu</i>. • Apresenta características de transição do rural ao urbano e do tradicional ao moderno. • Que conte com a presença de diversos agentes externos de desenvolvimento (Estado, igrejas, ONGs).
Antropológico	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade autóctone que usa a língua <i>umbundu</i> como principal veículo de comunicação. • Primazia de elementos tradicionais em sua visão do mundo.
Geo-espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade pequena, territorialmente aboradável em trabalho de campo. • Pouco dispersa. • Localizada próximo da cidade do Kuito (pouco mais de 20 km).
Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Acessível com mobilidade durante todo o ano. • Com um serviço de transporte (táxi colectivo) para chegar a cidade e vice-versa.

Fonte: Adaptação do quadro elaborado por Vargas, 2002.

Ekovongo reúne estes requisitos, pois, além de ser uma comunidade autóctone situada no espaço socio-cultural *ovimbundu*, conserva tradições ancestrais e encontra-se num acelerado processo de mudança de mentalidade, auspiciada pelas transformações modernizantes decorrentes da globalização. Esta mudança é perceptível e visível no comportamento das pessoas, nas vestimentas, na arquitectura e no modo de relacionamento entre si. Também é perceptível o conflito (tradição-modernidade), isto é, entre o modelo de vida tradicional e o moderno-ocidental. A comunidade de *Ekovongo* proporciona algumas vantagens para aqueles que nela afluem para realizar um estudo ou por motivos meramente turísticos, dado o carácter hospitaleiro dos seus habitantes e por situar-se próximo do Centro Administrativo da Província do Bié.

A eleição desta comunidade baseou-se nos critérios acima descritos e tendo em consideração a utilidade e significação que o estudo possa representar para os seus habitantes, devido sobretudo, a presença da cultura globalizadora ocidental. Esta condição converte esta comunidade num lugar privilegiado para estudos antropológicos e etnográficos ou culturais, que objetivam compreender as transformações impostas pelos processos de globalização económica e cultural aos seus habitantes.

Os critérios utilizados na eleição deste cenário reflectem a inquietação inicialmente manifestada, decorrente da necessidade de realizar estudos aprofundados e abrangentes, tendentes a conhecer e salvaguardar as experiências que subscrevem os processos de desenvolvimento comunitário, a cultura *umbundu* e de outros povos que em conjunto conformam a rica diversidade cultural angolana. Além dos critérios ora mencionados se juntam as motivações pessoais e a responsabilidade científica que concorreram a esta eleição.

Em síntese, os motivos pessoais e de índole académica e científica que concorreram para a eleição da comunidade de *Ekovongo* como espaço de realização do presente estudo foram:

- A oportunidade de conhecer pela primeira vez a comunidade histórica de *Ekovongo* e de aceder à vida dos seus habitantes.
- O domínio da língua *umbundu* que é o principal veículo de comunicação dos seus habitantes.
- A facilidade de acesso por estrada, a hospitalidade dos seus habitantes e o baixo custo económico de estadia naquela localidade.
- A necessidade de conhecer as mudanças desencadeadas pelos processos de colonização, a guerra civil e a globalização, bem como

as transformações operadas na esfera social, cultural, económica e política daquela que foi a antiga capital do Reino do Bié.

- A transição e o conflito resultante da prevalência de uma cultura tradicional agora confrontada com a introdução de padrões da cultura ocidental e moderna.
- Os processos de assimilação e de resistência cultural que têm lugar em *Ekovongo* no âmbito das transformações sociais, culturais e económicas em curso na comunidade.
- A carência de estudos etnográficos consistentes com a necessidade de desvendar e compreender os processos de educação e desenvolvimento desde a perspectiva dos próprios habitantes da comunidade.

A eleição da comunidade de *Ekovongo* respondeu a estes critérios e facilitou a própria inserção e a sincronia existencial com os habitantes locais, sem perder de vista o compromisso de realizar um estudo com objetividade científica. A inserção como investigador em suas dimensões (física, anímica, e espiritual) foi facilitada também por uma atitude de humildade e auto-crítica que marcaram o comportamento em todo o processo de colecta de informações, com vista ao seu posterior processamento e interpretação.

6.4. A amostra

Em um estudo etnográfico a eleição da amostra requer que o investigador especifique com precisão o fenómeno ou a população relevante para o estudo, aplicando critérios que tenham em conta aspectos teóricos e conceptuais, interesses pessoais, etc. A seleção de pessoas que conformaram a amostra revelou-se uma tarefa desafiadora pelas características da população alvo de estudo, constituída maioritariamente por adultos/os, anciãos/os e uma fraca representatividade de seguimentos juvenis. Desde a perspectiva metodológica, a amostragem realizada pode considerar-se como intencionada e de conveniência (Martinez, 1998), (Goetz e LeCompte, 1988), baseada em critérios que enfatizam os aspectos paradigmáticos e mais representativos, isto é, que dão uma imagem global do grupo a estudar.

A definição da amostra compreendeu duas fases; a primeira consistiu numa perspectiva meramente teórica em que foi previamente considerada a possibilidade de encontrar grupos ou entidades sociais endógenas e exógenas na comunidade, a partir das quais se poderia obter informações relevantes e de qualidade. Tratou-se de envolver não só sujeitos de *Ekovongo*, mas também aqueles indivíduos

provenientes de outras localidades do espaço sociocultural *ovimbundu*. A segunda consistiu na deslocação à comunidade para contactos com as pessoas seleccionadas e realização de entrevistas em profundidade, bem como as discussões grupais. Os sujeitos contemplados na amostra foram:

- Autóctones residentes permanentemente em *Ekovongo*.
- Agentes externos de desenvolvimento que trabalham em *Ekovongo* de forma permanente e/ou residentes.
- Agentes externos de desenvolvimento não residentes, que se deslocam a comunidade de *Ekovongo* de forma esporádica.

a) Os autóctones de *Ekovongo*

Constituem o principal substracto populacional que protagoniza ativamente as ações educativas e de desenvolvimento e formam o grupo alvo que trabalha com os agentes externos de desenvolvimento e ao qual se destinam os resultados de todas as ações. Ao desenhar a amostra definiu-se o número de sujeitos que seriam entrevistados, assim como aqueles que iriam participar das discussões grupais. A intenção inicial era de abarcar diversos grupos de idade dando maior ênfase ao seguimento juvenil. No entanto, esta intenção foi contrariada pela realidade encontrada no campo, uma vez que, o número de adultos e anciãos revelou-se superior ao de jovens. Em face disso, foram entrevistados autóctones de ambos sexos com idades compreendidas entre 18 e 89⁶⁹ anos considerando o volume e a qualidade de informações que cada um revelou possuir e a sua disponibilidade em participar do estudo. Os critérios de seleção para a amostra foram:

- Autóctones de *Ekovongo*.
- Residentes permanentemente na comunidade;
- Praticantes da agricultura e de outras atividades dentro e fora da comunidade.
- De idades compreendidas entre os 18 e os 89 anos.

Uma vez definidos estes critérios gerais, foi necessário idealizar as possibilidades de estabelecer contactos preliminares com os habitantes da comunidade, para identificar aquelas pessoas que iriam exercer o papel de informantes e informantes-chave, tendo em conta as diferenças etárias e de sexo dos mesmos. Assim, no final do estudo a amostra conformou-se do seguinte modo:

⁶⁹ Todas as idades apresentadas não foram averiguadas em cifras exactas, pois, ninguém exibiu o seu certificado de nascimento para a sua confirmação.

-*Oito jovens do sexo masculino*, com idades compreendidas entre os 18 e 33 anos, que foram seleccionados seguindo critérios de idade, sexo, estatuto profissional e ocupação actual. Entre esses, os quatro sabem ler e escrever, sendo que: um deles é agricultor rudimentar, mas, obteve uma formação de curta duração tendo-se qualificado como promotor de saúde pública, uma função que ele próprio deixou de exercer por falta de remuneração; dois são pedreiros mas, além dessa atividade, se dedicam ao empreendedorismo, exercendo atividades económicas informais e diversificadas. Um é agricultor rudimentar mas, ao mesmo tempo, exerce o pequeno comércio numa cantina adstrita a sua própria residência. Os demais são alunos do ensino secundário.

-*Duas jovens do sexo feminino*, com idades compreendidas entre 18 e 20 anos; ambas são alunas do ensino secundário.

-*Uma mulher adulta*, de idade não revelada, que exerce as funções de Maestra de instrução primária na escola local.

-*Cinco adultos do sexo masculino*, de idades compreendidas entre os 42 e 55 anos; o primeiro é agricultor rudimentar que no passado recente foi funcionário público até 2016, mas que, atualmente se encontra desempregado por motivos não especificados; o segundo é Maestro da instrução primária, uma atividade que ele exerce em paralelo com a agricultura rudimentar. O terceiro exerce funções de coordenador de um Partido Político, mas, também é agricultor rudimentar. O quarto e o quinto são Maestros do ensino primário e secundário respectivamente.

-*Cinco mulheres anciãs*, de idades compreendidas entre 68 e 82 anos, das quais quatro são atualmente viúvas e foram seleccionadas com a necessidade de recuperar aquilo que elas possuem como memória histórica da comunidade onde elas nasceram, cresceram e onde estão agora a envelhecer, ou seja, obter a sua visão de vida, a leitura que fazem sobre o atual funcionamento das instituições consuetudinárias, a percepção que elas têm sobre as transformações que essas instituições sofreram com a guerra civil e com o acelerado processo de globalização; assim como a percepção que têm sobre as mudanças ocorridas na comunidade durante os últimos 60 anos. De entre elas, apenas duas sabem ler e escrever. O contacto e o convívio com estas senhoras que ostentam o estatuto de princesas no quadro da hierarquia do poder tradicional *ovimbundu* aportaram informações tão relevantes, que ultrapassaram de longe as expectativas como investigador alheio à realidade local.

-*Oito anciãos*, de idades compreendidas entre 68 e 89 anos, que foram seleccionados intencionalmente para se obter informações sobre a visão que têm em relação a sua memória histórica, a sua percepção relativamente aos efeitos da globalização e das transformações verificadas nos últimos 60 anos, as mudanças de

mentalidade dos habitantes e os efeitos causados no panorama socio-cultural da comunidade. Os anciãos selecionados apresentam as seguintes características:

- Dois são líderes comunitários (Regedor e Regedor-Adjunto), isto é, Reis da *Ombala Ekovongo* na Nomeclaturado Poder Tradicional *Umbundu*);
- Um Catequista da Igreja Católica, que é ao mesmo tempo Tutor e Representante da família e da linhagem, Membro do Conselho Real na Hierarquia do Poder Tradicional *Umbundu*, categoria que se assemelha à de Senador na matriz cultural ocidental, Secretário e porta-voz da *Ombala Ekovongo* junto das entidades públicas funções que ele acumula atualmente com as de agricultor rudimentar;
- Um Marceneiro Reformado, Tutor e Representante da família e da linhagem, Membro do Conselho Real na Hierarquia do Poder Tradicional *Umbundu*, categoria que se assemelha à de Senador na matriz cultural ocidental, função que ele acumula com a de agricultor rudimentar;
- Um Comerciante Reformado que exerce atualmente atividades agrícolas como fazendeiro em *Ekovongo*;
- Um enfermeiro reformado que exerce actualmente atividades agrícolas e é ferreiro artesanal.
- Um Tripulante de Barco de Pesca Reformado, que exerce atualmente a função de Soba ou líder da comunidade vizinha de Kambweyo⁷⁰
- Um Soba que é líder da comunidade vizinha de Tchavaya.

Todos sabem ler e escrever embora para alguns de forma muito rudimentar.

b) Os agentes externos de desenvolvimento que trabalham em *Ekovongo* de forma permanente e/ou residentes

Por agentes externos de desenvolvimento residentes entendemos aquelas pessoas não originárias da comunidade, mas, por motivos laborais, de promoção social, económica e cultural têm a presença constante em *Ekovongo*. De entre estes figuram os maestros de escola primária e secundária, assim como os enfermeiros. Os critérios adotados para seleccioná-los e qualificá-los como agentes externos de desenvolvimento foram:

⁷⁰ As comunidades vizinhas que aqui se faz referência são comunidades fundadas por pessoas oriundas de *Ekovongo* em datas ainda não conhecidas.

- Sujeitos não originários da comunidade mas que exercem nela as funções inerentes a sua profissão.
- Que têm vínculo permanente com a comunidade.
- Membros das instituições sociais (educação e saúde) estabelecidas em *Ekovongo*.

Desta feita, de entre os agentes externos residentes em *Ekovongo* foram seleccionados os mais representativos e com uma longa permanência, ou seja: dois maestros da escola primária, o Coordenador e Director geral das escolas e dois enfermeiros. Os mesmos podem ser assim caracterizados:

-*Dois maestros* de escola primária e secundária do 1º Ciclo são jovens de 30 e 32 anos de idade respectivamente, sendo ambos originários da cidade do Kuito que é o Centro Administrativo da Província do Bié. Ambos estudaram na Escola de Formação de Maestros denominada “Professores do Futuro”, uma instituição de ensino sediada no Município de Catabola e vocacionada em formação de maestros que se destinam ao magistério primário. Ambos trabalham em *Ekovongo* desde 2003 e têm a família nuclear (esposa e filhos) a residirem na cidade do Kuito.

-*O Coordenador e Director Geral* das escolas é um Senhor de 45 anos de idade, originário da vizinha Província do Huambo e radicado definitivamente na Província do Bié, onde cumpriu o serviço militar obrigatório durante os anos da guerra civil. Estudou na escola de formação de maestros que se destinam ao magistério primário sediada na cidade do Kuito. Encontra-se actualmente a estudar na Escola Superior Pedagógica do Bié. Trabalha em *Ekovongo* desde 2003 e tem a sua família nuclear (esposa e filhos) a residirem na cidade do Kuito.

-*Dois Enfermeiros* adultos de idade não revelada Um é originário da cidade do Kuito. O mesmo estudou na escola técnica de saúde sediada na cidade do Kuito. Iniciou a sua carreira de enfermeiro na década de 1980 tendo trabalhado em centros de saúde periféricos da cidade do Kuito e transferido posteriormente para *Ekovongo* em 2003, onde continua actualmente a exercer as mesmas funções. O segundo é Enfermeiro Sénior; reside na vizinha comunidade de Kambweyo e exerce as funções de Chefe do Posto de Saúde Local.

c) Agentes externos de desenvolvimento (não residentes) que têm vínculos com *Ekovongo* de forma esporádica e/ou indirecta

Entende-se por agentes externos de desenvolvimento (não residentes) aquelas pessoas não originárias da comunidade, mas, por motivos laborais, de promoção social, económica e cultural estabelecem vínculos esporádicos com *Ekovongo*. Nesta categoria de agentes externos enquadram-se: Membros das agências das Nações Unidas destacados na Província do Bié, especialistas das ONGs e técnicos

da Administração do Estado. Quase todos eles exercem cargos de direção nas instituições em que estão afiliados. Os critérios adotados para seleccioná-los e qualificá-los como agentes externos de desenvolvimento foram:

- Sujeitos não originários da comunidade, mas estabelecem vínculos esporádicos e/ou indirectos com a *Ekovongo*.
- Membros das agências das Nações Unidas representadas na Província do Bié.
- Técnicos das instituições da Administração do Estado.
- Membros das ONGs, cujas ações estão orientadas para o desenvolvimento das comunidades rurais.

Foram entrevistados sete membros destas organizações em razão de que todos eles realizam projetos ou atividades em áreas estratégicas (agricultura, ambiente, educação e saúde) direcionadas ao desenvolvimento das comunidades rurais. Os mesmos ostentam os seguintes perfis:

- *Um Enfermeiro* de profissão que exerce as funções de Chefe do Posto de Saúde de *Ekovongo*. O mesmo não revelou a instituição onde se formou como profissional de enfermagem, mas a exposição por ele feita mostrou claramente tratar-se de um especialista que possui uma longa experiência profissional.
- *Um Professor de profissão* que exerce as funções de Oficial de Programa e Assistente do Representante da UNICEF/Angola na Província do Bié.
- *Um Agente de Desenvolvimento* da ONG “*PEOPLE IN NEED*” da República Checa que realiza projetos de desenvolvimento nas comunidades rurais na Província do Bié.
- *Um Chefe de Departamento* Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.
- *Dois Extensionistas rurais*, de entre os quais um Engenheiro Agrónomo e um técnico agrónomo que desenvolvem o projeto “escolas de campo”, da autoria da FAO, cuja filosofia consiste na formação em serviço.
- *Um técnico agrónomo*, Presidente da Direcção Executiva da Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias/Bié.
- *Uma Engenheira Agrónoma*, Responsável do Escritório Regional da ONG “Ação de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) sedeada na vizinha Província do Huambo.

d) Os grupos de discussão de jovens e adultos autóctones

Os elementos que integraram os grupos de discussão foram selecionados obedecendo aos critérios de idade, sexo e tendo em conta as diferentes visões de desenvolvimento que cada um apresenta. Assim, foram constituídos dois grupos: um de jovens com idades compreendidas entre os 18 e 35 anos e um grupo de adultos com idades que variam dos 42 a 57 anos. Embora tenha comparecido um grupo de 15 jovens selecionou-se apenas aqueles que foram identificados como informantes-chave. Os assuntos abordados serão tratados no ponto sobre a aplicação desta técnica de discussão grupal.

O quadro que a seguir se apresenta resume os dados da amostra selecionada, cujas cifras diferem das que foram indicadas no projeto inicial desta investigação.

Quadro12. Amostra geral

SUJEITOS OU ENTIDADES	SEXO	Nº	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
Líderes Comunitários	Mulheres	0	<ul style="list-style-type: none"> - Autóctones com residência permanente na comunidade e exercendo cargos de poder. - Idade compreendida entre 18-89 anos. - Abertura a comunicação.
	Homens	4	
Comunários ou Aldeões	Mulheres	7	<ul style="list-style-type: none"> - Autóctones com residência permanente na comunidade e exercendo atividades. - Idade compreendida entre 18-89 anos. - Abertura a comunicação.
	Homens	18	
Agentes Externos (Residentes)	Mulheres	0	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas não-originárias da comunidade. - Exercendo alguma função, residentes e relacionadas de forma permanente com a comunidade. - Vinculadas a uma instituição estabelecida na comunidade.
	Homens	4	
Agentes Externos (Não-Residentes)	Mulheres	1	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas não-originárias da comunidade. - Desenvolvem projetos ou actividades diversas nas comunidades rurais <i>ovimbundu</i> e com experiência de trabalho neste domínio.
	Homens	6	
Grupos de Discussão	Mistos	2	<ul style="list-style-type: none"> - Um grupo de jovens (autóctones) de ambos sexos com idades compreendidas entre 18-35 anos e residentes na comunidade. - Um grupo de adultos (autóctones) com idades compreendidas entre 47-59 anos e residentes na comunidade. - Constituídos em função da conjuntura local.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Cabe assinalar, que além das informações obtidas a partir das fontes mencionadas na amostra geral, durante o período de observação participante houve oportunidades de participar em diversos cenários (serão, conversas informais, óbitos, casamentos costumeiros, sessão de julgamento do Tribunal Costumeyro, visitas guiadas nos locais históricos da comunidade, etc.), em que foi possível entrar em contacto com sujeitos não abrangidos pela amostra, mas que nos prestaram informações e dados importantes para a nossa investigação.

6.5. As fases da investigação

A investigação organizou-se em fases que conformaram um processo sistemático, que iniciou com a concepção inicial do projeto e culminou com a apresentação do relatório final. O processo em si exigiu uma série de passos que foram ordenados em conformidade com as necessidades do projeto, as condições proporcionadas pelo contexto e as circunstâncias de sua implementação. A seguir se descrevem as diferentes fases de implementação desta investigação, cuja duração foi de dez anos, ou seja, de 2010 a 2020.

a) A concepção inicial do projeto

A concepção do projeto inicial resultou de encontros exploratórios realizados entre 2008 e 2009 com pessoas e personalidades (entidades tradicionais ou do poder costumeyro, professores, líderes de igrejas, etc.) que, apesar de residirem atualmente nas cidades de Kuito, Huambo e Luanda, onde se deslocaram por motivos de guerra, são oriundas das comunidades rurais *ovimbundu* com as quais mantêm vínculos permanentes. Além disso, o próprio investigador, apesar de viver muitos anos nas cidades é oriundo de famílias pertencentes a linhagens reais *ovimbundu* com fortes raízes nas comunidades rurais.

Os encontros e as discussões com pessoas e personalidades acima referenciadas despertaram o investigador para a preocupação com a atual situação social, cultural, económica e política vivida nas comunidades rurais *ovimbundu*. Com o ingresso do investigador em 2009 ao Máster de Investigación en Educación, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Comunitario da Universidade de Santiago de Compostela e sua conclusão em 2010, cristalizou-se então o interesse em perceber os processos de desenvolvimento que têm lugar nessas comunidades, o que veio a concretizar-se com a eleição do tema da Tese de Doutoramento intitulada “Educação e Desenvolvimento nas Comunidades *Ovimbundu* de Angola: estudo etnográfico da Comunidade de *Ekovongo-Bié*”.

b) A investigação central

Em termos mais concretos, a primeira fase consistiu na concepção do projeto de investigação em 2010 sob o tema acima mencionado que foi objeto de análise e discussão com o tutor, tendo-se evoluído para consensos sobre os pontos imprescindíveis que a sua estrutura deveria comportar, considerando o facto de ser um estudo de corte etnográfico, bem como as fases de sua realização prática. Esta fase culminou com o desenho da estratégia metodológica e das técnicas de colecta de dados a ela inerentes. A segunda fase foi dedicada a revisão bibliográfica o que permitiu a identificação de temáticas relacionadas com a educação e desenvolvimento das comunidades rurais, as problemáticas e os desafios que se colocam aos estudiosos dessas temáticas, bem como o contacto com autores que refletiram profundamente sobre as mesmas. A revisão bibliográfica não se limitou a temáticas relacionadas com educação e desenvolvimento das comunidades rurais, pois, a mesma estendeu-se aos autores que trabalham sobre as metodologias de investigação e mais especificamente aos estudos etnográficos.

A terceira fase consistiu na criação de condições necessárias a aplicação das técnicas de colecta da informação. Esta fase obrigou a deslocação à Província do Bié onde se permaneceu durante o mês de Junho de 2011 e iniciou-se com o estabelecimento de contactos junto da Administração Municipal do Kuito para obter autorização de realizar a investigação empírica numa das comunidades rurais adstritas nesta circunscrição municipal. Em razão da proximidade com as entidades municipais, não foi necessário uma autorização expressa, pois, os responsáveis da Administração Municipal do Kuito tiveram a gentileza de fornecer os nomes e os terminais telefónicos dos líderes comunitários, o que permitiu estabelecer contactos com eles. Depois de estabelecer contactos preliminares com os líderes comunitários por via telefónica, o meu próprio Pai predisôs-se a dirigir o caminho até a comunidade de *Ekovongo*, posto que o investigador não conhecia antes a localidade.

Chegados ao dia combinado viajou-se de táxi até *Ekovongo*, onde ambos foram bem recebidos pelo Regedor (Soba Grande ou Rei na Nomeclatura do Poder Tradicional *Ovimbundu*) e seus dignitários da Corte e pelo Administrador local, aos quais se procedeu a apresentação verbal dos objetivos da visita e solicitou-se a autorização para uma estadia de um ano. A recepção teve lugar numa das salas da Escola Primária Local e decorreu num ambiente de hospitalidade e abertura para com os visitantes, apesar de tratar-se de sujeitos por eles desconhecidos. Depois de responderem positivamente à solicitação realizou-se na ocasião a primeira entrevista grupal e exploratória com três das cinco individualidades presentes no acto de recepção, da qual foi possível colher algumas informações preliminares e identificar os primeiros informantes, o que foi surpreendente para o investigador, tendo em conta a abertura por eles demonstrada.

Terminada a recepção, o Regedor apresentou o investigador ao Director geral das escolas sedeadas em *Ekovongo* pedindo-lhe que o acomodasse na residência colectiva dos professores. Feitas todas estas diligências junto das autoridades comunitárias o investigador e acompanhantes apresentaram agradecimentos pela recepção calorosa que lhes foi brindada e regressaram no mesmo dia a cidade do Kuito, com a promessa de retornar a comunidade de *Ekovongo* para uma estadia prolongada.

A quarta fase consistiu na imersão propriamente dita do investigador na comunidade de *Ekovongo* em Junho de 2011 para a aplicação das técnicas de colecta da informação (observação participante, entrevista em profundidade e discussão grupal). Esta fase foi praticamente de adaptação, estabelecimento de laços de amizade, identificação de informantes-chave e realização de entrevistas exploratórias. Esta fase de estadia relativamente curta durou apenas três meses, ou seja, de Junho a Agosto de 2011, ao fim dos quais decidiu-se retornar a cidade de Luanda para rever a estratégia de actuação e criar condições logísticas necessárias a uma estadia com uma duração mais prolongada.

A quinta fase durou seis meses, ou seja, de Março a Setembro de 2012, período durante o qual foram observados cenários que proporcionaram informações relevantes sobre a vida naquela comunidade, realizou-se a maior parte das entrevistas em profundidade (individuais e grupais) com os comunários e com os agentes externos residentes em *Ekovongo*; foram organizadas e efectuadas as discussões grupais com os jovens e adultos da comunidade seleccionados para o efeito. Desta feita, o investigador regressou à cidade do Kuito para realizar a última fase de colecta de dados.

A sexta fase se traduziu no prosseguimento com as entrevistas em profundidade, desta feita, com os agentes externos não residentes em *Ekovongo*. Esta fase durou três meses, ou seja, de Janeiro a Março de 2013, período durante o qual o investigador deslocou-se à vizinha Província do Huambo para entrevistar uma individualidade ligada ao Escritório Regional da ONG denominada Ação de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), considerando a experiência de trabalho com as comunidades *ovimbundu* que a mesma organização possui. A sétima e última fase consistiu na transcrição de toda a informação colectada durante os doze meses de investigação empírica, visto que, durante o período de observação participante e realização das entrevistas em profundidade não foi possível realizar esse trabalho em simultâneo devido a falta de energia eléctrica em *Ekovongo*. Esta fase se traduziu também na organização e classificação ou categorização da informação recolhida para a sua posterior análise e interpretação, de que resultou o presente relatório e estendeu-se por um período relativamente longo, ou seja, de Abril/2014 a Novembro/2020, porquanto houve oportunidades de participar em várias atividades académicas, nomeadamente, um Seminário Internacional

Resclima I realizado em Dezembro/2014, uma Mesa Redonda sobre “Tendência da Pedagogia Italiana Actual”, “Jornadas de Pedagogia da Oportunidade”, uma sessão de treinamento sobre o manuseio de ATLAS-TI, todas promovidas pelo Grupo de Investigação SEPA-INTEREA, entre Novembro/2017 e Abril/2018, e ainda no Seminário de Doutoramento en Educación “O cerne da traxectoria investigadora” promovido pela Coordenação do Programa de Doutoramento en Educación e a Rede “RIES”.

Além disso, o investigador participou durante este longo Período do 3º, 4º e 5º Congresso Internacional de Educação Ambiental dos países ou comunidades de língua portuguesa e Galiza realizados em 2015, 2017 e 2019 em três países (Aveiro/Portugal, Ilha de Príncipe/ São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau) respectivamente. A participação nestes eventos permitiu proceder a divulgação preliminar de alguns aspectos relacionados com os resultados da investigação empírica, através de comunicações orais e sua posterior publicação em revistas. O quadro que a seguir se apresenta reflete as diversas etapas que marcaram o processo de realização da investigação empírica.

Quadro13. Cronograma das etapas de investigação empírica

Tipo de Atividade	2010	2011	2012	2013	2014/2020
-Concepção do projeto	XXX				
-Revisão da literatura					
-Apresentação na comunidade: (fase preliminar da observação participante e entrevistas exploratórias)		XXX			
-Observação participante e entrevistas em profundidade (comunários e agentes externos residentes)					
-Observação participante e entrevistas em profundidade (comunários, agentes externos residentes) e grupos de discussão			XXX		
-Entrevistas em profundidade (agentes externos não-residentes)				XXX	
-Transcrição, codificação, categorização, análise e elaboração do relatório da pesquisa empírica.					XXX
-Redação da Tese.					

Fonte: Elaboração própria, 2018.

6.6. As técnicas de colecta da informação

A etnografia se efectiva com a aplicação de técnicas que permitem aceder aos dados e informações empíricas em posse dos sujeitos situados num determinado contexto natural e social. Essas técnicas devem corresponder com as exigências do estudo que se pretende realizar e com as características específicas do meio social e cultural visado. Nesta senda, elegeu-se a observação participante, a entrevista em profundidade e a discussão grupal como ferramentas de acesso a realidade e colectar a informação que possa ser significativa e relevante ao estudo. A seguir se descrevem essas técnicas e a sua aplicação no contexto da comunidade de *Ekovongo*.

6.7. A observação participante

A observação científica pode ser entendida como um processo sistemático (Bueno-Sanchez, 2003); sistemático e formal (Angrosino, 2012); a observação científica é uma técnica que consiste em contemplar sistematicamente a vida social sem qualquer intento de manipulação dos fatos e acontecimentos. Assim, observar implica uma intencionalidade orientada para um objetivo explícito e/ou concreto, que requer uma planificação sistemática prévia, com vista a obtenção da informação que o investigador necessita para responder às questões de estudo. No entanto, a aplicação dos formalismos da cientificidade, depende do tipo de observação (participante ou não-participante), isto é, da envolvimento ou não do investigador no contexto a estudar e das circunstâncias em que se realiza a investigação. Considerando estes factores e a necessidade de obter dados de qualidade pode-se optar por um ou outro tipo de observação.

No caso vertente, optou-se pela observação participante, ou seja, aquela em que o investigador se integra em um grupo ou comunidade humana a investigar com a qual deve partilhar os usos, costumes e estilos de vida (Miguel, 1998). A observação participante permite aproximar-se dos sujeitos e à informação relevante que, de outro modo, seria inacessível, e, sobretudo, para adentrar-se ao sistema de códigos culturais vigentes na comunidade em estudo. Esta técnica objetiva captar os dados e informações, principalmente aquelas que dizem respeito às crenças, às ações e seus significados, às relações interpessoais e sociais, aos conflitos, às atitudes e aos comportamentos; descrever ou interpretar os fenómenos em seu contexto natural, vistos desde a óptica dos próprios sujeitos. A sua finalidade consiste em organizar um *corpus* de informações acerca do universo cultural que o grupo humano ou comunidade preserva, das crenças e dos códigos de conduta que orientam as relações entre os seus membros, para a sua posterior interpretação e análise.

A opção pela observação participante responde ao objetivo de radiografar as realidades observadas através de uma efectiva participação do investigador, isto é, colectar dados com uma autenticidade e proximidade descritiva (Vargas, 2002) o que permite observar aqueles factos, situações e comportamentos que não ocorreriam, que poderiam ser ocultados ou alterados com a aplicação de outras técnicas; além disso, proporciona uma maior proximidade dos sujeitos, das suas representações sociais (Mónico, Alferes, Castro e Pereira 2017) e de outras dimensões (histórica, socio-cultural, espiritual, etc). Esta técnica requer que o investigador esteja plenamente inserido nas vivências das pessoas interagindo com elas para captar as mensagens das conversas, o sentido e o significado das ideias por elas expressas, os anseios, os interesses, os projetos, as inquietações e as expectativas que circunscrevem o seu quotidiano. Neste particular, Delgado e Gutierrez (2007) consideram que a observação participante deve cumprir com os seguintes pressupostos:

- O investigador deve ser estranho aos sujeitos ou comunidade a estudar.
- Deve inserir-se e conviver integralmente no sistema em estudo.
- O sistema em estudo deve ter uma definição própria de suas fronteiras.
- A sua integração deve ser funcional, sem descurar-se da sua condição de analista externo.
- O produto da observação participante deve ser uma monografia etnográfica realista.

Tendo em conta os aspectos atrás referenciados esta técnica foi considerada como a mais apropriada para aproximar-se da realidade comunitária de *Ekovongo*. Inicialmente foi concebido um plano provisório de observação participante que, no entanto, revelou-se inadequado à realidade comunitária, posto que, no terreno, as situações, os factos e os acontecimentos se produzem de modo imprevisível. Entretanto, não dispondo de elementos suficientes sobre a agenda comunitária optou-se pela elaboração de um guião temático no qual foram consignados os aspectos que constituíram objeto da observação.

A realização de uma observação participante não sistematizada não significou uma desordem na colecta de dados, uma vez que, houve sempre cuidado de registar apenas aquela informação de interesse para o nosso estudo, considerando as variáveis consignadas no guião temático. Esta situação levou a implementar uma observação não sistematizada e não estruturada, mas que, permitiu analisar os aspectos da vida comunitária desde um enfoque mais integral e holístico (Vargas,

2002). Numa primeira fase tratou-se de conhecer o espaço geográfico e observar os aspectos externos da comunidade, nomeadamente, as características do meio, as pessoas que nela habitam, o tipo de moradias, as vestimentas, etc., bem como aqueles que circunscrevem os cenários interativos e comunicativos, registar os acontecimentos, dedicando maior atenção naqueles que ocorrem com alguma frequência.

Com efeito, a prioridade consistiu em identificar aqueles sujeitos que, sendo possuidores de algum conhecimento sobre a realidade comunitária, são também receptivas, com quem se poderia estabelecer relações de amizade, para posteriormente, acometer-lhes a missão de serem guias da minha observação participante. Uma vez alcançado este objetivo, passamos para a segunda fase que consistiu em passeios espontâneos realizados sempre em companhia de um guia, para se evitar a tendência de ser identificado como sujeito totalmente estranho (Vargas, 2002) e, reduzir deste modo, as barreiras psicológicas e o sentimento de desconfiança da parte dos sujeitos com os quais o investigador estabeleceu contactos, com maior ou menor grau de proximidade. Neste particular, o domínio da língua *umbundu* foi decisivo, porquanto facilitou a empatia e desencadeou um sentimento de irmandade e solidariedade dos comunários para com o investigador. Com o transcurso do tempo, ou seja, ao cabo de um mês, a maioria dos habitantes da comunidade se convenceu de que se tratava de alguém não muito estranho, nem mal-intencionado. Durante esse período conquistou-se um grau razoável de confiança perante os habitantes, o que facilitou o acesso ao convívio dos informantes, bem como aos diversos cenários ocorridos na comunidade de *Ekovongo*.

O convívio com os informantes e demais membros da comunidade não poderia ser consolidado de outro modo, senão através da participação do investigador em atividades comunitárias e nos trabalhos de algumas famílias com as quais foram estabelecidos laços de amizade relativamente mais intensos. Com esses, o investigador se deslocava aos campos de cultivo, participando em seus labores como forma de motivá-los, encorajando-lhes, ao mesmo tempo, a prosseguirem com a produção agrícola e criação de animais domésticos. Entretanto, a observação participante não se limitou unicamente a isso, pois, tratou-se de abarcar todos os cenários relevantes da vida comunitária; Com efeito, o investigador teve oportunidades de acompanhar o Ervanário à floresta quando esse se deslocasse à procura de plantas e ervas medicinais. Além disso, o investigador participou em cenários interativos públicos como assembleias, palestras, seminários, visitas guiadas aos locais históricos, casamentos costumeiros, julgamento do tribunal costumeiro, óbitos e/ou velórios, funerais, serão da cantina comercial, e em diversões desportivas, mais especificamente nas partidas de futebol. Cabe destacar, que a participação do investigador em funerais não consistiu apenas em observar o que neles ocorria, pois, ele próprio contribuiu com valores monetários, que na

cultura africana e dos *ovimbundu* em particular é uma das formas simbólicas de apresentar condolências e expressar solidariedade com a família enlutada. O investigador ajudou a transportar a urna com o cadáver no momento de ir ao cemitério. Esta participação nos mais variados cenários da vida comunitária cristalizou ainda mais a confiança perante os comunários de todas as idades, na medida em que o investigador passou praticamente a fazer parte do colectivo, de tal sorte que, em alguns cenários acometiam-lhe tarefas para executar⁷¹ e na aquisição de meios para atividades desportivas. O investigador se viu no dever de adquirir bolas de treino de futebol para granjear a confiança junto dos jovens que praticam essa modalidade desportiva com os quais partilhava as expectativas para o desenvolvimento desta modalidade desportiva. Cabe ainda salientar, que todos estes cenários interativos em que o investigador participou se constituíram em momentos singulares de intercâmbio de opiniões, partilha de sentimentos, esperanças e expectativas em relação a vida e o bem-estar, e foram, sobretudo, oportunidades para registar as pautas culturais, as ideias que conformam as crenças religiosas e a visão dos habitantes sobre o desenvolvimento.

A realização da observação participante permitiu captar dados da comunidade e obter informações de qualidade para uma compreensão profunda da realidade social, o que foi possível graças à imersão do investigador na comunidade e o contacto directo com os seus habitantes. As modalidades de registo de dados e da informação variaram consoante as circunstâncias: nalguns casos, optou-se pelo registo dos factos e acontecimentos num caderno de notas, e noutros casos utilizou-se uma gravadora portátil de campanha. A estadia em *Ekovongo* durou 9 (nove) meses⁷² de convívio com os habitantes e, uma vez terminada esta etapa se procedeu a despedida com as entidades do Poder Tradicional, das autoridades administrativas e de todos aqueles com os quais se estabeleceu laços de amizade em maior ou menor grau de intensidade, mas com a promessa de regressar, sempre que fosse possível realizar uma visita, ou ainda fosse necessário actualizar alguns dados. Não obstante, os estreitos laços de amizade estabelecidos durante a estadia, a colecta, o registo de dados e das informações foram feitas com o espírito de cientificidade e com uma atitude crítica, de modo que, os sentimentos e as emoções geradas pelo convívio não obstruíssem nem ofuscassem a realidade em estudo.

Como se pode perceber, a observação participante foi uma técnica de muita utilidade para o presente estudo, porquanto tornou possível a integração do investigador na comunidade, permitiu o acesso aos dados sociais relevantes e facilitou a obtenção de informações sigilosas que encerram uma certa complexidade. Trata-se de uma técnica que oferece muitas vantagens, sobretudo na

⁷¹ Numa das visitas realizadas nos escombros do Palácio do Antigo Rei do Bié, exerci o papel de prelector da Lenda e História do surgimento do Reino do Bié.

⁷² A estadia teve início no mês de Junho e prolongou-se até Agosto de 2011; e, posteriormente, numa segunda fase, que se estendeu do mês de Março a Setembro de 2012.

obtenção de dados sociais, e, para o presente estudo deu oportunidades de observar o comportamento das pessoas, ouvir as suas opiniões sobre determinados assuntos da vida que concorrem para a formação de conceitos de educação e desenvolvimento (Vargas, 2002).

Não obstante, as vantagens confrontam-se com algumas desvantagens, pois, como referem Delgado y Gutiérrez (1994), a observação participante pode em certa medida produzir uma redução da complexidade do sujeito e justificam a sua hipótese recorrendo aos aspectos como a reflexividade, os valores pessoais, a consciência e o desejo, que eles consideram como obstáculos que podem inibir o conhecimento integral do objeto de estudo. Na mesma senda, (Mónico, Alferes, Castro e Pereira, 2017) evocam a presença do investigador como um factor que pode levar os sujeitos a agirem com pouca naturalidade, por acharem que estão sendo observados. A estes factores associa-se o problema do tempo insuficiente para tomar notas e fazer perguntas sobre determinadas situações e com perspectivas diferenciadas; enquanto isso (Mónico, Alferes, Castro e Pereira, 2017) consideram inadequado parar no meio de uma observação participante ou de um diálogo com os sujeitos (interlocutores) para tomar notas ou gravar a ocorrência. Nessas circunstâncias, o ideal é reter ou conservar em memória os dados e as informações proporcionadas pelos acontecimentos observados.

Atendendo às limitações evocadas pelos autores acima referenciados e considerando a experiência vivenciada, cabe afirmar que, como todo e qualquer investigador qualitativo não se ficou isento da tendência à subjetividade que pode levar a uma leitura parcial da realidade ou obstruir a capacidade crítica de julgar os factos e os acontecimentos. Entretanto, sem obviar essa tendência à subjetividade, pautou-se pela observância do princípio da cientificidade, procurando abarcar a realidade tal como ela se apresenta aos protagonistas da sua construção. Para o efeito, e no intento de assugar a validade e a confiabilidade dos dados da observação participante (Vargas, 2002), recorreu-se a triangulação de dados, que consistiu em considerar informações oriundas de múltiplas fontes para obter distintas visões acerca de uma mesma realidade.

6.8. A entrevista⁷³ em profundidade

A entrevista pode ser conceituada como uma conversa verbal entre dois ou mais sujeitos (entrevistador e entrevistados) em que, geralmente se busca um propósito expresso; existe de antemão um objetivo pré-estabelecido que articula um processo de comunicação inter-pessoal. A entrevista constitui, pois, um processo interativo

⁷³ Com a excepção de uma todas as entrevistas em profundidade com os comunários de *Ekovongo* foram feitas em língua umbundu.

mediante a aplicação de uma técnica que permita estudar um indivíduo ou uma colectividade humana; consiste num intercâmbio comunicativo entre dois sujeitos que na base de um acordo desencadeiam um processo relacional, pelo qual, um de entre eles se propõe a indagar e o outro se assume como informante.

Assim, uma entrevista qualitativa não assume características de uma entrevista formal, mas também não é uma conversa cotidiana, porquanto persegue uma finalidade previamente definida e obedece a determinadas regras de comunicação (Vargas, 2002), que remetem para segundo plano a participação do entrevistador. Numa entrevista, o sujeito entrevistador trata de favorecer a produção de um discurso conversacional contínuo por parte do informante e com um sentido argumentativo orientado para um tema definido no marco de uma investigação. Neste tipo de entrevista, o investigador apenas actua como um construtor de cenários e situações que estimulam uma maior liberdade ao informante para que este possa expressar-se naturalmente.

Nesta perspectiva, a entrevista qualitativa pode ser considerada como uma das técnicas de colecta de dados mais utilizada na investigação de fenómenos sociais (Del Cid, Mendez y Sandoval, 2011), com o objetivo de obter informações diversas de forma oral, à respeito dos acontecimentos, das crenças, das atitudes e valores (Bisquerra, 2004). Trata-se de uma entrevista com elevado grau de intencionalidade que permite captar de imediato a informação sobre os mais variados temas da vida social; em suas diversas aplicações, pode ser caracterizada como uma técnica de interação social, interpenetração informativa, pluralização de vozes e distribuição democrática da informação (Miguel, 2010). Neste particular, e no intuito de explicitar a dimensão interacionista da entrevista qualitativa, Bonilla-Castro y Sehk (1997) afirmam: “Es una interacción en la cual se exploran diferentes realidades y percepciones, donde el investigador intenta ver las situaciones de la forma como la ven sus informantes, y comprender por qué se comportan de la manera en que dicen hacerlo” (p. 159).

Numa entrevista qualitativa, é importante dedicar atenção ao contexto, ao conteúdo das palavras, às emoções, a expressão visual e corporal. Trata-se de uma técnica que toma a forma de um diálogo coloquial em que tem lugar o intercâmbio de vivências, conhecimentos crenças e pensamentos (Troncoso-Pantoja, C. y Amaya-Placencia A. 2017), o que implica uma grande capacidade comunicativa entre ambos sujeitos, usando sobretudo uma linguagem apropriada.

A entrevista qualitativa é mais eficaz em relação ao questionário, porque permite obter informação mais completa e profunda, e é vantajosa quando aplicada nos estudos descritivos. Não obstante, Diaz-Bravo, Torruco-García, Martinez-Hernandez y Varela-Ruiz (2013) consideram que, independentemente do modelo a utilizar a entrevista deve caracterizar-se tendo em conta os seguintes elementos:

- Ter como propósito obter informação a respeito de um determinado tema.
- Procurar que a informação recolhida seja a mais precisa possível.
- Deve buscar os significados que os informantes atribuem aos temas em análise.
- O investigador deve manter uma atitude activa durante o desenvolvimento da entrevista e fazer uma interpretação contínua, a fim de obter uma compreensão profunda do discurso do entrevistado.

A este tipo de entrevista qualitativa que permite aproximar-se aos sujeitos e aos fenómenos sociais que permeiam as suas vidas através de uma interação comunicativa denomina-se entrevista em profundidade, que Taylor e Bogdan (1987) definem como “reiterados encuentros cara a cara entre el investigador y los informantes, encuentros éstos dirigidos hacia la comprensión de las perspectivas que tienen los informantes respecto de sus vidas, experiencias ou situaciones, tal como las expresan con sus propias palabras” (p. 101).

Por natureza, a entrevista em profundidade deve ser aberta, não estruturada, não directiva e não estandardizada, na qual o investigador formula uma pergunta exaustiva para permitir que o informante fale livremente e expresse de forma detalhada as suas motivações, as suas crenças, os seus sentimentos. Esta técnica se distingue pela postura que o investigador assume na sua operacionalização. Neste sentido, Olabuénaga (2012), caracteriza a entrevista em profundidade, tanto em moldes da sua praticidade, como em termos da postura do entrevistador. Em moldes da sua praticidade:

- Pretende compreender mais do que explicar.
- Busca maximizar o significado.
- Adota o formato de estímulo/resposta sem esperar a resposta objetivamente verdadeira, senão que, subjetivamente sincera.
- Obtém com frequência respostas emocionais, passando por alto a racionalidade.
- Relativamente ao papel do investigador o autor assinala que este não deve assumir uma postura rígida, ou seja:
- Formula perguntas sem esquema fixo de categorias de resposta.
- Controla o ritmo da entrevista em função das respostas do entrevistado.
- Explica o objetivo e a motivação do estudo.

- Altera com frequência a ordem e a forma das perguntas, acrescentando novas sempre que necessário.
- Permite interrupções e intervenções de terceiros se for conveniente.
- Se for requerido não oculta os seus sentimentos nem juízos de valor.
- Explica quanto haja falta do sentido das perguntas.
- Com frequência improvisa o conteúdo e a forma das perguntas.
- Estabelece uma relação equilibrada entre familiaridade e profissionalidade.
- Adota o estilo de ouvinte interessado mas não avalia as respostas.

Numa entrevista em profundidade, o investigador concebe o sujeito entrevistado como um actor social que constrói sentidos (Olabuénaga, 2012) e atribui significados aos elementos que compõem o seu meio, percebe-os, interpreta-os de acordo com as crenças e valores partilhados com os demais membros; como tal, a sua postura é de pura empatia, de um ignorante consciente daquilo que pretende alcançar, que não exterioriza precipitadamente os seus conhecimentos, dando maior liberdade e confiança ao entrevistado, para este expressar sem receios toda a riqueza cultural por ele acumulada. Por isso, a entrevista não se rege por um questionário tal como ocorre nos estudos quantitativos; esta rege-se por um guião temático flexível e sujeito a mudanças, dependendo do rumo que a conversa vai tomando, mas que, na essência espelha as variáveis que orientam o investigador na operacionalização desta técnica. Dai a necessidade de combinar as perguntas abertas (aquelas que conferem maior liberdade de opção) com as perguntas fechadas que ajudam a verificar a veracidade das informações aportadas.

Na presente investigação e durante a pesquisa empírica aplicou-se a entrevista em profundidade semi-estruturada, com uma amostra intencional constituída por autóctones de *Ekovongo*, agentes externos residentes e agentes externos não residentes, tendo sempre em consideração os objetivos do estudo.

a) Autóctones

A amostra para as entrevistas em profundidade aos autóctones incidiu sobre os critérios seguintes:

- Originários de *Ekovongo*.
- Residentes permanentes na comunidade e suas periferias.
- Dedicados à agricultura ou ocupados com outras atividades.

- Com idades compreendidas entre 18 e 89 anos.
- Pessoas de trato fácil e comunicativas.
- Relevância social.

O número de entrevistados e participantes em grupos de discussão foi de 29 comunários selecionados tendo em conta o seu papel social na comunidade, a sua idade e a facilidade comunicativa (veja-se o quadro abaixo).

Quadro14. Amostra de comunários

SEXO	GRUPO DE IDADE	Nº
Mulheres	Jovens	2
	Adultas	1
	Anciãs	5
Homens	Jovens	8
	Adultos	5
	Anciãos	8
TOTAL		29

Fonte. Elaboração própria, 2018.

A discrepância entre homens e mulheres advém do facto de que, nas sociedades tradicionais africanas em geral e nas comunidades *ovimbundu* em particular, a aproximação com frequência de um homem a uma mulher é sempre objeto de muitas especulações, independentemente do nível de relações de amizade que existam entre ambos, sobretudo quando se trata de alguém que ostenta o estatuto de esposa. Nas comunidades autóctones *ovimbundu*, o *Onjango* que é uma instituição educativa masculina não é acessível às mulheres, e, do lado oposto, o *Otchiwo* que é espaço educativo feminino também não é acessível aos homens. Existe uma separação nítida que incide em todas as formas de relacionamento entre ambos sexos, excepto quando se trate de um membro do mesmo parentesco. Além disso, nas comunidades rurais as mulheres são as principais gestoras dos lares familiares; em função disso estão constantemente ocupadas com as atividades do campo, incluindo aquelas rotineiras próprias da gestão doméstica do lar familiar. No entanto, esta condição das mulheres não deve ser encarada em termos absolutos, pois existem aqueles casos em que a mulher é autorizada a dar entrevista na presença do marido ou de um outro membro do mesmo parentesco, o que se afigura como um inconveniente quando se trata de uma investigação de corte qualitativa,

devido à timidez e o receio que podem obstruir as informações a prestar. Não obstante, foram entrevistadas algumas senhoras anciãs de quem se obteve informações relevantes para o presente estudo.

A organização da amostra em grupos etários obedeceu à lógica de classificação dos sujeitos em três categoriais: os jovens com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos, os adultos entre 30 e 50 anos e os anciãos entre 50 e 89. A eleição da amostra não se baseou apenas neste critério, mas também foram considerados outros critérios como o papel e as funções que os sujeitos desempenham na comunidade, e até mesmo aqueles que, sem ocupar algum cargo de responsabilidade, são construtores activos do mosaico socio-cultural, e como tal, carregam consigo uma rica experiência de vida comunitária.

Os guiões das entrevistas foram elaborados de acordo com a idade dos respondentes, obedecendo ao seguinte esquema temático:

1) A vida na comunidade: práticas socioeducativas e culturais para a construção do conceito de desenvolvimento em Ekovongo.

- O conceito de educação.
- A educação familiar e comunitária no passado: o papel das instituições educativas tradicionais nos processos de socialização.
- A educação familiar e comunitária na actualidade.
- As manifestações culturais da comunidade.
- As relações educativas e comunicativas na comunidade.
- A educação formal
- Problemas com a educação actual na comunidade.

2) As crenças religiosas e a cosmovisão autóctone.

- A relação com a natureza: leitura e interpretação dos sinais oriundos da natureza.
- As relações educativas comunários-seres da natureza (visíveis e invisíveis).
- As relações educativas entre vivos e mortos (deidades e ritos).
- A relação comunário-meio ambiente.

3) O conceito de desenvolvimento: a percepção dos comunários sobre os processos de desenvolvimento que têm lugar em Ekovongo.

- O conceito de desenvolvimento.

- A participação dos comunários em programas e projetos de desenvolvimento.
- O intercâmbio de conhecimentos e experiências entre comunários e agentes externos que trabalham em *Ekovongo* como factor de desenvolvimento.
- A autogestão comunitária.
- As estratégias, as expectativas e os horizontes para a melhoria da vida familiar e comunitária
- Perspectivas para um desenvolvimento alternativo

4) *A pobreza e o bem-estar (físico, moral e material)*

Estes temas desdobraram-se em assuntos mais concretos e foram apresentados aos diferentes grupos de idade e sexo adequando-os à capacidade de compreensão e às características peculiares das pessoas selecionadas. Na sua formulação foram tomadas em consideração a percepção passada, presente e futura da questão ou problema colocado, a fim de obter uma ideia global das transformações havidas na comunidade e das mudanças operadas no comportamento dos seus habitantes. Com a entrevista em profundidade procurou-se obter a compreensão dos autóctones sobre o conceito de desenvolvimento, as implicações da educação, dos agentes externos (Vargas, 2002), a participação de cada sujeito e as expectativas criadas em relação a este processo.

As entrevistas tiveram lugar em pátios das residências habituais dos entrevistados; as mesmas realizavam-se sempre que as circunstâncias temporais assim o permitissem, mas era preferencialmente aos fins-de-semana por tratar-se de pessoas maioritariamente engajadas em actividades agrícolas e ocupadas durante os dias normais da semana. A duração das entrevistas variava de uma a duas horas e meia, em função da predisposição comunicativa do informante e da sua capacidade de exteriorizar o seu pensamento; o número de sessões também variava de uma a cinco vezes, dependendo da relevância e da riqueza das informações prestadas.

Durante a realização das entrevistas constatou-se, que havia sempre um parente ou vizinho que aproximava ao local com o intuito de comunicar alguma informação, e talvez de captar algo daquilo que estava a ser tratado. Sempre que isso acontecia interrompia-se o diálogo para não desviar a atenção e obstruir o raciocínio do informante, e retomar depois da sua retirada. Outra dificuldade estava relacionada com a tradução de termos como “expectativa”, “benefício” e outros para o idioma *umbundu*. Neste tipo de situações a solução consistiu em utilizar expressões aproximadas sem desvirtuar o sentido que as mesmas palavras transmitem em língua portuguesa.

Como já referenciado atrás, além das entrevistas, muitas outras informações relevantes para o presente estudo foram obtidas em conversas informais havidas em cenários como serão da noite, óbitos, cerimónias matrimoniais, durante a execução de trabalhos agrícolas, visitas guiadas, etc.; tais informações foram recolhidas sem utilização de qualquer guião mas, contribuíram, mesmo assim, ao grande propósito do presente estudo.

6.9. Agentes externos de desenvolvimento (residentes)

Na amostra geral, definimos os agentes externos residentes como sendo aquelas pessoas não originárias da comunidade, mas, por motivos laborais, de promoção social, económica e cultural têm a presença constante em *Ekovongo*. A eleição da amostra dos agentes externos residentes foi intencional e os seus critérios de seleção são os mesmos que foram descritos na amostra geral. Os agentes externos selecionados para a entrevista em profundidade foram: dois Maestros de Escola Primária e Secundária, um Coordenador e Director Geral das escolas e um Enfermeiro do Centro de Saúde Comunitário sedado em *Ekovongo*.

O guião de entrevistas aos agentes externos foi elaborado tendo em conta as suas funções e o papel que exercem na comunidade; com estes foram tratados os seguintes temas:

- O objeto social da instituição em que trabalham.
- A concepção de desenvolvimento que orienta a política da instituição na comunidade e a ação dos agentes que nela trabalham.
- A percepção dos agentes institucionais sobre os processos de desenvolvimento em *Ekovongo*.
- O impacto do modelo de desenvolvimento nacional na comunidade de *Ekovongo*
- A adequação do modelo educativo nacional à realidade e às necessidades educativas das comunidades rurais.
- A percepção dos agentes externos sobre os habitantes de *Ekovongo*.
- A participação dos habitantes em programas e projetos de desenvolvimento comunitário.
- A autogestão da comunidade de *Ekovongo*.

As entrevistas com os agentes externos tiveram lugar nas suas residências; a duração das mesmas foi de uma a duas horas e todas elas ocorreram em uma única sessão por alegarem escassez de tempo. Com estes, as entrevistas realizaram-se com toda a normalidade, um vez que, todos eles entendiam melhor a minha missão como investigador.

6. 10. Agentes externos de desenvolvimento (não residentes)

A amostra para as entrevistas em profundidade foi completada com a inclusão de sete agentes externos empenhados em tarefas de educação e desenvolvimento nas comunidades rurais. Os critérios para a sua seleção foram descritos na amostra geral e as entrevistas com estes incidiram sobre os seguintes temas:

- Problemas essenciais que atravessam as comunidades rurais *ovimbundu*.
- Adequação do modelo de desenvolvimento à realidade das comunidades rurais.
- O impacto do modelo de desenvolvimento nas comunidades rurais.
- As estratégias de integração das comunidades rurais em processos de desenvolvimento.
- Adequação do modelo educativo à realidade e às necessidades educativas das comunidades rurais.
- O papel e a participação das igrejas e das organizações não-governamentais (ONG's) nos processos de desenvolvimento nas comunidades rurais.
- Autogestão das comunidades rurais.
- Aspectos-chave da vida social, cultural e económica dos *ovimbundu* a ter em conta para um desenvolvimento alternativo.

Os agentes externos de desenvolvimento (não-residentes) foram na sua maioria entrevistados nos locais de trabalho nas cidades do Kuito e Huambo, excepto o Engenheiro e o Técnico Agrónomo, sendo ambos extensionistas rurais que aceitaram que a entrevista colectiva se realizasse na residência provisória do investigador no kuito/Bié. As entrevistas duraram entre uma e duas horas e ocorreram em uma única sessão por estes alegarem falta de tempo.

Depois de realizadas as 15 entrevistas em profundidade com os comunários selecionados na amostra, e uma vez constatada uma saturação temática, concluiu-se que as mesmas já não aportavam mais nada de substancial para o nosso objeto de investigação e decidiu-se terminar com estas, passando para as discussões em grupo em que participaram aqueles comunários de *Ekovongo* maioritariamente jovens que, por estarem muito ocupados com as tarefas escolares não foram abrangidos nas entrevistas.

6.11. O grupo de discussão

O grupo de discussão é uma técnica qualitativa de colecta de informação, na qual os seus integrantes dialogam, debatem, negociam e consensualizam ideias (Molina, García, Roche, Sánchez, Ríquez y Viguera, 2017) acerca de um tema dado, com a participação do investigador que actua neste processo como moderador. Trata-se, pois, de um processo de reconstrução discursiva do grupo social, através da interpretação do sentido das vivências colectivas. Na opinião de Gallego (2002), são esses “Discursos que adquieren su máximo valor como representación simbólica del grupo frente al fenómeno social estudiado y, por lo tanto, expresan la norma del grupo (el ideal del grupo) ante tal fenómeno” (p. 419). Este autor considera ainda a necessidade de uma relativa homogeneidade social entre os participantes da discussão, para que as suas ideias reflitam as representações do segmento social no qual eles se inserem. Na mesma linha, Ortí (1986), assinala que “el grupo tan solo es un marco para captar las representaciones ideológicas, valores, formaciones imaginarias y afectivas, etc., dominantes en un determinado estrato, clase o sociedad global” (p. 180), o que permite ao investigador uma aproximação empírica à realidade social em estudo.

A técnica de discussão em grupo remonta dos finais da década de 30 do século XX a partir dos desdobramentos das técnicas de tipo entrevistas não-directivas levadas a cabo pelos investigadores sociais da época, e, por extensão, também em técnicas de tipo terapia de grupo aplicadas na psiquiatria. A aplicação desta técnica parte do princípio de que as pessoas que enfrentam um problema comum se mostram interessadas a interagirem, trocando impressões uns com os outros em busca de soluções possíveis. Para Flores (1992), o tipo de informações que se obtém por intermédio deste procedimento refletem as preocupações, os sentimentos e as atitudes dos participantes que não se limitam aos conceitos previamente estabelecidos pelo investigador como acontece com os questionários e entrevistas estruturadas. Tal como já se afirmou, reiteradamente, o grupo de discussão inscreve-se à família das técnicas qualitativas que, na opinião de Olabúnaga (2012) requerem três condições para a sua efectivação, ou seja, as pessoas possuem um elemento comum que as relaciona entre si; essa relação pode ser estimulada pela

pertença ao mesmo grupo ou extracto socioeconómico, cultural, político, etc.; ou ainda, “que sean puestas en comunicación para el logro de la investigación” (p. 248).

Na implementação desta técnica, cabe ao investigador criar um ambiente psicológico, propiciador de diálogo e equilíbrio entre os intervenientes, para que esses possam interagir e intercambiar ideias e opiniões, mas também conflitos e contradições, que de outro modo não seriam exteriorizados. O papel do moderador depende do enfoque, da questão central do estudo e da natureza da informação que se pretende. Autores como Ibañez (1989) considera que o moderador não deve intervir activamente, limitando-se a expôr o tema, estimular nos participantes o desejo de discutí-lo, desfazer os eventuais bloqueios e exercer controlo sobre o processo. Em oposição a uma suposta passividade do moderador, López y Pascual (2008) atribuem-lhe um papel mais activo; para estes autores, ao moderador cabe suscitar uma conversa dinâmica e aberta:

- Incitando a que hablen quienes permanecen en silencio y a que dejen de hablar quienes no callan y así tratan de imponer su critério.
- -Repartiendo juego pero sin imprimir un ritmo determinado al grupo.
- -Manteniendo una actitud de escucha y observación activas.
- -Ser un motor del grupo.
- Lanzar preguntas al grupo y a la vez ofrecerle respuestas (desde una posición de liderazgo) a las que este plantee.
- Controlar al grupo (decidiendo así quién, cuánto y cuándo interviene) para conseguir que los participantes del mismo no dejen de abordar los temas que les propone. (p. 105)

O papel do investigador enquanto moderador consiste em permitir as intervenções de uns e de outros, para que todos possam expressar os seus sentimentos, as suas aspirações e as suas expectativas culturais, sociais, políticas, económicas, em relação à vida, etc., sem descurar-se de ser o principal orientador que deve criar o ambiente necessário para que os sujeitos falem com liberdade. A intervenção do moderador é sobretudo necessária naquelas circunstâncias em que dois ou três sujeitos se põem a falar simultaneamente, ou quando um deles pretenda monopolizar o diálogo. Não obstante, ele deve ser um moderador sensível, expressivo, simpático e com sentido de humor.

No presente estudo, esta técnica foi aplicada em duas ocasiões: uma com jovens e outra com adultos; Uma semana antes da realização das discussões contactou-se alguns adultos com os quais se havia estabelecido uma estreita relação de amizade por serem Maestros de Escola Primária e Secundária e, consequentemente, companheiros de profissão convidando-os para um debate sobre alguns problemas

actuais na comunidade de *Ekovongo*. De igual modo, durante os treinos de futebol em que o investigador participava com frequência, formulou-se um convite aos jovens para um debate sobre os mesmos temas. Apesar da proximidade existente, os comunários não foram seleccionados intencionalmente, pois, na data prevista compareceram inclusive aqueles que não tinham sido contactados; cada grupo estava constituído por sujeitos de ambos sexos; as discussões tiveram lugar na residência colectiva dos professores onde se encontrava hospedado o investigador. Cada sessão teve a duração de uma hora e meia, sendo que as mesmas realizaram-se em datas diferentes; ambos grupos refletiram e discutiram sobre a problemática do desenvolvimento e da pobreza em *Ekovongo*.

Para o efeito, preparou-se um pequeno guião temático compreendendo os seguintes temas:

a) Grupo de discussão de jovens

- Conceito de educação; que educação os adultos transmitem aos jovens?
- Conceito de desenvolvimento; o que entendemos por desenvolvimento?
- Conceito de pobreza; somos pobres?
- Como superar a pobreza?

b) Grupo de discussão de adultos

- Conceito de desenvolvimento; o que entendemos por desenvolvimento?
- Desenvolvimento *vs* crescimento económico. Que diferença entre ambos conceitos?
- Conceito de pobreza. Somos pobres?

Na operacionalização desta técnica foram dados os seguintes passos:

- Apresentação do investigador-moderador e dos propósitos do estudo.
- Apresentação dos participantes ao debate.
- Apresentação do tema
- Desenvolvimento da discussão.
- Conclusão e comentário sobre a pertinência e relevância das ideias afloradas.
- Agradecimentos e despedida.

A língua de trabalho foi o *umbundu* – idioma mais falado na comunidade, apesar de um número significativo de habitantes de *Ekovongo* ser bilingue. Em ambas sessões pediu-se aos participantes o seu consentimento para que a discussão fosse

gravada, o que permitiu captar todas as ideias apresentadas por eles. A composição dos grupos variou em número, idade e sexo, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Quadro15. Composição dos grupos de discussão

Grupo	Composição	Idade	Nº	Modalidade
1	Misto	15-30	6	Convencional
2	Misto	30-50	3	Convencional

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em ambos casos adoptou-se a modalidade convencional que consistiu em posicionar os participantes em forma de círculo, dando oportunidade a todos para intervirem na discussão de temas que eles dominavam. Ao moderador coube a tarefa de gerir o processo para que todos os intervenientes tomassem a palavra de forma equilibrada.

A técnica de grupos de discussão forneceu muitas ideias acerca daquilo que eles pensam sobre a sua condição de cidadãos sujeitos de direitos e preocupados com o seu próprio desenvolvimento, que foram consideradas como válidas, tanto para as suas vidas como para o presente estudo.

6.12. A revisão bibliográfica

A pesquisa bibliográfica e documental é um processo de busca, identificação e seleção de fontes de informação acerca de um problema ou pergunta da investigação. Trata-se de um processo de leitura da informação, que deve realizar-se de maneira sistemática e objetiva (Olabuénaga, 2012), de registo das ideias relevantes extraídas dos textos consultados e sua análise crítica, resultando numa síntese que sirva de suporte para credibilizar o estudo. A revisão bibliográfica e a pesquisa documental são exercícios de grande utilidade para contrastar e validar (Alsina, 2004) a informação obtida com a implementação de outras estratégias de estudo.

A presente investigação conta com um suporte bibliográfico, cuja temática reflete fundamentalmente a realidade europeia e latinoamericana. Em Angola, a bibliografia específica sobre o tema em estudo é quase inexistente, o que tornou difícil este tipo de exercício. Não obstante, para obter uma ampla compreensão dos processos de desenvolvimento registados no passado e no presente, recorreu-se aos livros que descrevem a história e a cultura dos povos de Angola e das comunidades

ovimbundu em particular, tendo em conta as suas múltiplas vertentes e com maior realce para aquelas que estão precisamente relacionadas com o contexto espacial e socio-cultural da presente investigação. Com esta revisão bibliográfica objetivou-se ampliar a compreensão da realidade comunitária desde uma perspectiva social e histórica.

6.13. O papel do investigador

A investigação qualitativa de fenómenos sociais é, por natureza, um processo pelo qual o investigador e o etnógrafo em particular coloca à prova a sua cultura, as suas experiências e a capacidade de honrar os seus compromissos ético-morais e profissionais. O papel e o *modus operandi* do etnógrafo assentam fundamentalmente no tipo de projeto de estudo, do contexto social e cultural (Vargas, 2002) em que o mesmo se insere; logo, torna-se quase impossível o etnógrafo assumir-se como um ente asséptico, pois, o seu papel pode ser plural porquanto ele terá sempre a necessidade de aplicar diferentes técnicas como observador, entrevistador, investigador (Baez y Tudela, 2014) para alcançar os seus objetivos.

Um etnógrafo comprometido em estudar uma realidade comunitária procura uma maior aproximação a ela com o propósito de conhecê-la, tendo em conta o contexto sociocultural (sujeitos que nela habitam, as relações e as interações que os mesmos estabelecem entre si). Trata-se de um empreendimento em que o etnógrafo se integra numa realidade antes desconhecida para assimilá-la e ser assimilado, em um processo complexo de relações dialógicas e participativas, cuja finalidade é obter informações que facilitem a sua profunda compreensão.

Ao assumir-se como membro da comunidade ele deve adoptar uma série de estratégias: falar com as pessoas, prestar atenção no que dizem à seu respeito como reação à sua presença (Miguel, 1998); além disso, deve evidenciar uma postura de humildade, honestidade, ter respeito para com todos, e, negociar continuamente o seu papel em cada cenário que se produz na comunidade, mas, acautelando sempre que não seja totalmente absorvido e controlado pelos informantes.

Como já referenciado no apartado 5.7, depois de obter a autorização de instalar-se na comunidade de *Ekovongo* por um período de um ano, e ciente da necessidade de inserir-se nela de maneira efectiva, tratou-se de assumir o papel de um investigador, isto é, de alguém que necessita de aprender e que não veio para dar lições ou exercer o papel de conselheiro; nos primeiros dias optou-se por observar, ouvir e escutar (Restrepo, 2016), para apreender aqueles dados que possam orientar o plano de ação. Neste particular, a ação consistiu no que Goetz e LeCompte (1988) chamam de “*vagabundeo*” para registar as características geográficas e

demográficas da comunidade, as infraestruturas comunitárias⁷⁴, o tipo de vivendas e de vestimentas; familiarizar-se com as pessoas⁷⁵, conhecer aqueles lugares onde as pessoas se concentram para o serão e intercâmbio de ideias, identificar os informantes-chave, etc. Quanto às vestimentas, a presença do investigador não implicou quaisquer constrangimentos, posto que, à excepção de algumas mulheres adultas e anciãs que usam panos e lenços à boa maneira da estética africana, uma parte considerável dos habitantes veste-se de acordo com os padrões estéticos da cultura ocidental.

O papel de investigador não seria realizável se prescindisse da empatia, em que um sujeito se coloca na situação de outrem para juntos partilharem os sentimentos de alegria, amor, dor, sofrimento e frustrações (Taylor y Bogdan, 1987). A empatia é, pois, uma condição essencial para que haja uma interação de autêntica comunicação interpessoal (Olabuénaga, 2012), que torna as relações mais adequadas à natureza e às expectativas humanas. A empatia foi, portanto, um dos valores mais importantes que facilitou o esvaziamento das barreiras psicológicas, fazendo com que, aqueles que se distanciavam do investigador, devido a condição de sujeito estranho se tornassem amigos em um curto período de tempo. Com a ajuda destes criaram-se novas amizades e estabeleceu-se um grau de confiança com importantes personalidades políticas e religiosas daquele espaço comunitário.

Não obstante, a postura do investigador orientou-se no sentido de evitar qualquer alinhamento de ordem política ou religiosa, ou ainda emitir juízos de ordem moral que pudessem, de algum modo, comprometer a sua missão; antes, pelo contrário, optou-se por uma conduta de tolerância, flexibilidade e respeito pela diversidade político-ideológica e religiosa, ciente de que, nem sempre a realidade social se apresenta de acordo com as expectativas teóricas que orientam o desenho inicial de um projeto de estudo. Esta postura de respeito, tolerância e flexibilidade aliada ao espírito hospitaleiro e cooperativo (Vargas, 2002) dos habitantes de *Ekovongo* convergiram na criação de condições subjetivas favoráveis a um término desejável do trabalho de campo.

6.14. O processo de análise e interpretação

As informações colectadas como resultado das interações entre o investigador e os sujeitos que constituíram a amostra do estudo devem ser classificadas, ordenadas e interpretadas. Esta fase pode ser concretizada de diversas maneiras;

⁷⁴ Em termos de infraestruturas comunitárias Ekovongo dispõe de Onjango, Centro administrativo, escolas, posto de saúde, chafariz e lavandaria inoperante.

⁷⁵ Em quase todos os momentos e cenários comunicativos utilizamos o umbundu a língua vernácula local e de toda a região do Planalto Central de Angola.

Mason (1996) sugere três formas de ler as informações: 1) a leitura literal, em que o investigador procura conhecer o conteúdo e a estrutura; 2) A leitura interpretativa, em que se busca conhecer o significado das palavras; 3) A leitura reflexiva, que reivindica o papel do investigador como sujeito participante do processo de produção e interpretação da informação. Para Miguel (1998) “La meta básica de toda etnografía es crear una vivida reconstrucción del fenómeno estudiado” (p. 107). Essa reconstrução coloca ao investigador a necessidade de “ (...) reproducir y analizar el contexto, las personas y las situaciones; sus características y discursos para estructurar un todo, en el cual se expresen los múltiples significados y relaciones del objeto de estudio” (Vargas, 2002, p. 241).

A análise de dados qualitativos tem início quando o investigador se põe a reflectir sobre a necessidade de desenvolver um projeto de investigação e se formulam as questões de partida, ou seja, com o estabelecimento do plano conceptual do estudo, compreendendo todas as fases subsequentes. Assim, como bem assinala Vargas (2002),

Disenar el proyecto de investigación, establecer los instrumentos de recolección de datos; optar por una muestra, un escenario, un enfoque de investigación, así como el proceso mismo del trabajo de campo implican una constante clasificación y categorización en unidades de análisis, variables, etc. (p. 242)

O processo de análise e interpretação de dados qualitativos encerra uma complexidade que o investigador não pode ignorar; Borda, Dabenigno, Freidin, Güelman (2017) acometem ao investigador qualidades, habilidades e capacidades múltiplas necessárias ao exercício deste ofício. García y Moya (2014) dão ênfase à capacidade de integração e síntese; para estes autores, além do esforço reflexivo e crítico que se requer do investigador, na análise e interpretação de dados deve-se ter em conta as características dos participantes e o tipo de fenómenos que têm lugar no contexto real em que se realiza o estudo.

No presente estudo, este exercício foi realizado tendo em conta as ideias expressas por Gialdino (2006) e Álvarez (2011), que advogam a necessidade de proceder uma leitura reiterada e minuciosa das informações e dos dados colectados durante o trabalho de campo, para descobrir o sentido e os significados que os sujeitos participantes do estudo dão às ações e aos fenómenos que têm lugar no contexto em que se situam, bem como das ideias expressas por Navarrete (2011) que defende uma análise de tipo holístico tendo em conta a ideia de que os sujeitos são estudados considerando as mais variadas dimensões das suas vidas; e também García y Moya (2014), que consideram a análise como um processo artesanal que não se sujeita a regras e procedimentos pré-estabelecidos senão pela intuição e imaginação do próprio investigador. Esta postura permite ao investigador desenvolver a criatividade, a capacidade reflexiva e a uma visão holística do

processo de investigação. Neste sentido, corrobora-se com Sampieri, Collado y Lucio (2014), para quem os prósitos centrais da análise qualitativa são:

1) explorar los datos, 2) imponerles una estructura (organizándolos en unidades y categorías), 3) describir las experiencias de los participantes según su óptica, lenguaje y expresiones; 4) descubrir los conceptos, categorías, temas y patrones presentes en los datos, así como sus vínculos, a fin de otorgarles sentido, interpretarlos y explicarlos en función del planteamiento del problema; 5) comprender en profundidad el contexto que rodea a los datos, 6) reconstruir hechos e historias, 7) vincular los resultados con el conocimiento disponible y 8) generar una teoría fundamentada en los datos. (p. 418)

A análise e interpretação começa mesmo durante a colecta de dados, durante a qual o investigador se depara com situações inéditas que requerem uma certa capacidade de interpretação, justamente no momento em que as mesmas ocorrem, visto que, oferecem pistas para a compreensão de outras situações que poderão ocorrer no decurso da investigação.

Como se pode perceber, diferentes autores apresentam igualmente diferentes perspectivas; alguns sustentam que os matizes de análise podem variar consoante o método adotado (Gil y Arana, 2010); outros, porém, consideram que independentemente do método adotado, o processo de análise qualitativa não apresenta limites rígidos, admitindo desde logo, justaposições, interrelações e até mesmo contradições, cabendo ao investigador adotar uma postura de flexibilidade à medida que a informação em análise se reconfigura permanentemente (Zuluaga y Ospina, 2018). Neste sentido, apresenta-se uma proposta em que se considera o alcance da análise e não o método, conforme se pode constatar no quadro 16.

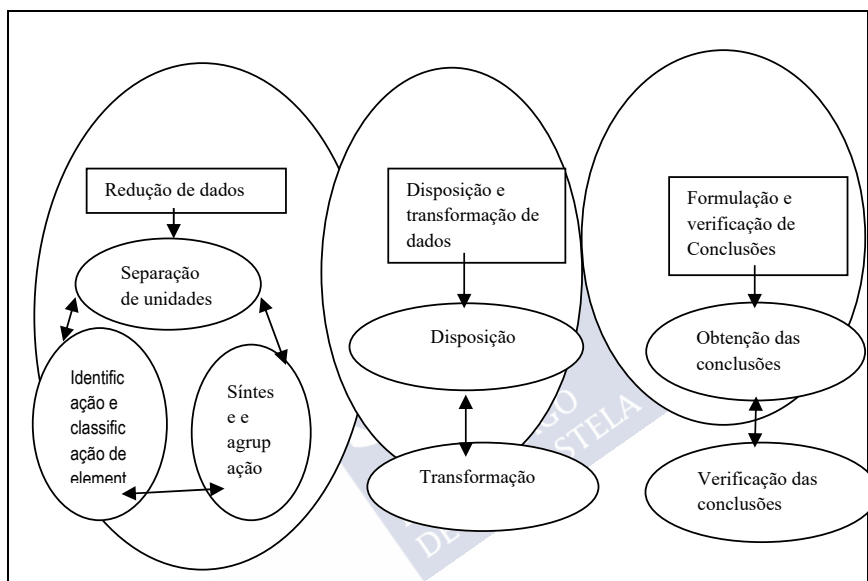
Quadro16. Classificação da análise de acordo com o seu alcance.

Estudo	Método associado	Objetivo da análise
Estudos Descritivos	Etnografia	Descrever analiticamente os modos de vida dos grupos humanos abarngidos pelo estudo, a sua economia, as suas leis, os sistemas de parentesco, as crenças religiosas, a sua cosmovisão, as suas tecnologias, a arte, a ciência, a magia, os seus rituais, etc.
Estudos interpretativos	Teoria Fundamentada	Procura compreender ou explicar aspectos da vida social que vão para além dos participantes da investigação; gerar constructos teóricos que explicam a ação no contexto social onde ocorre o estudo.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Ora, apesar das diferentes perspectivas, a maioria de autores contemporâneos (Taylor e Bogdan, 1987; Goetz & LeCompte, 1988; Gómez, Flores y Jiménez 1996; Patton, 2002; Koffey e Atkison, 2003; Navarrete, 2011; Borda, Dabenigno, Freidin y Güelman (2017), converge para a análise de dados qualitativos em termos genéricos considerando três etapas imprescindíveis: 1) a redução de dados; 2) a disposição e transformação de dados; e 3) a formulação e verificação das conclusões, que podem ser esquematicamente representadas tal como segue na figura 8.

Figura Nº 8. Processo geral de análise de dados qualitativos



Fonte: Adaptação da figura de (Rodríguez et al, 2005)

Desta feita, a análise e a interpretação objetivam uma organização global da informação obtida para a sua posterior segmentação em unidades de análise ou macrocategorias abstractas que reflectem as temáticas que subjazem da realidade em estudo; a partir da informação organizada em macrocategorias se procede a redução, isto é, a reorganização das mesmas em subcategorias das quais se extrai uma explicação que venha ao encontro do problema e dos objetivos do estudo. Neste processo de redução da informação tem lugar um complexo sistema de relações que culmina com a fase final de interpretação, ou seja, a construção de um discurso global que sustenta o problema em estudo.

No caso vertente, o processo de análise e interpretação da informação consistiu na realização de uma série de fases interdependentes; 1) numa primeira fase a tarefa

consistiu na transcrição das entrevistas feitas aos comunários, agentes externos de desenvolvimento e grupos de discussão para a conformação do texto integral; 2) na segunda, criaram-se os códigos para assegurar o anonimato dos sujeitos participantes do estudo e a sua segmentação em função das suas características específicas, isto é, com base em critérios de idade e sexo, conforme se apresenta no quadro 17.

6.15. Categorização dos sujeitos

Quadro 17. Classificação e codificação por grupo de idade e sexo

Descrição	Idade	Código
Mulher jovem	18-30	MJ
Mulher adulta	30-50	MA
Mulher anciã	50-89	MAC
Homem jovem	18-30	HJ
Homem adulto	30-50	HA
Homem ancião	50-89	HAC

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Na mesma ordem, considerou-se pertinente atribuir um código a cada grupo da amostra para possibilitar que os mesmos sejam distinguíveis em termos de identidade e procedência dos seus integrantes (quadro 18). Este procedimento visou não só configurar de forma implícita os elementos da amostra, mas também, e sobretudo, reduzir o volume da informação, de modo a facilitar o seu manejo nos mais variados momentos do processo da análise e interpretação.

6.16. Categorização das entrevistas e grupos de discussão

Quadro 18. Códigos de identidade e procedência

Categoria de entrevista	Código
Entrevista ao comunário	EC
Entrevista grupal comunário	EGC
Entrevista aos agentes externos residentes	EAGEXTER

Entrevista aos agentes externos não residentes	EAGEXTNR
Grupo de discussão de jovens	GDJ
Grupo de discussão de Adultos	GDA

Fonte: Elaboração própria, 2018

3) Uma vez concluída a codificação dos elementos constituídos como fonte da informação, a terceira fase consistiu no estabelecimento de unidades de análise (categorias e subcategorias), naquilo que se pode considerar como primeiro passo decisivo na redução de dados, ou seja, um processo articulado por uma lógica relacional para descobrir os vínculos, as causalidades, as similitudes, as contradições, etc., entre acontecimentos ou fenómenos estudados. Este processo foi levado a efeito atendendo ao seguinte questionamento: que tipo de acontecimentos ou fenómenos apresentam semelhanças? Que temas se relacionam entre si? Que informações fazem referência a um mesmo tema? Que informações se contradizem? etc. Em função das respostas, e através de um exercício de comparação e contrastação para determinar relações, causalidades e contradições entre os diversos aspectos do problema em estudo, foram criadas algumas taxonomias. 4) Na sequência destes desdobramentos procedeu-se a codificação aberta que é um modo de adentrar-se ao texto integral para desvendar conceitos, ideias e sentidos isto é, “(...) abrir el texto y exponer los pensamientos, ideas y significados contenidos en él” (Strauss y Corbin, 2002, p. 111). Desta feita, a codificação aberta consistiu num exame minucioso da informação colectada durante a investigação empírica para identificar e conceptualizar os significados, isto é, criar padrões que expressam o essencial da informação que o texto contém. Este processo foi facilitado através do recurso ao software ATLAS-TI (versão 8.0). 5) Enquanto isso, a quinta fase tratou do estabelecimento de relações (comparação e contrastação) dos dados. É um procedimento que consiste em estruturar e estabelecer coerência entre fragmentos extraídos das entrevistas para a sua análise e interpretação conceptualizada. Trata-se de análise e interpretação propriamente dita, durante a qual, os enunciados de carácter conceptual e explicativo são meticulosamente examinados para permitir uma compreensão mais ampla e mais fecunda do fenómeno em estudo. Embora se afirme reiteradamente que a análise e interpretação ocorrem simultaneamente em todos os momentos da investigação, na prática, é durante esta fase que se procede de forma mais completa a integração da informação empírica com os conceitos e teorias desenvolvidas pelas ciências sociais; 6) formulação e verificação das conclusões, isto é, identificação dos elementos que constituem a trave-mestra da informação obtida durante o processo de investigação para reconstruir um todo estruturado e significativo. As conclusões consistem em afirmações e proposições resultantes do entendimento e da capacidade de interpretação do investigador sobre os fenómenos observados e a

- 3) Leitura minuciosa da informação constante do texto, destacando as ideias mais relevantes expressas pelos informantes-chave.
- 4) Identificação das categorias e subcategorias.
- 5) Codificação de fragmentos que expressam as ideias mais relevantes do texto.
- 6) Reconstrução do discurso e elaboração de um conjunto fluido de ideias conceptualizadas.
- 7) Formulação e verificação das conclusões.

Apesar das implicações de recortes da informação e da própria realidade estudada, decorrentes do processo de sistematização, codificação, comparação e contrastação, procurou-se respeitar a complexidade que permeia a vida dos habitantes de *Ekovongo*. Nesta perspectiva, as informações expressas neste relatório recuperam com um alto grau de sinceridade e veracidade a visão original dos habitantes com relação ao tema desenvolvido no presente estudo.

6.17. A credibilidade da investigação

As investigações ancoradas no paradigma qualitativo registaram nas últimas décadas do século XX importantes contribuições tendentes a estabelecer critérios de qualidade para assegurar a credibilidade da investigação interpretativa e etnográfica (Guba y Lincoln, 2002); (Sandin-Esteban, 2000); (Goetz e LeCompte, 1988) para só citar alguns.

Sendo a etnografia um método de investigação pelo qual se busca apreender a cultura, isto é, o modo de vida de uma comunidade humana em toda a sua complexidade, a sua abordagem parte da premissa de que, as realidades sociais resultam de uma construção intersubjetiva e partilhada de símbolos e significados. Esta condição requer de uma certa credibilidade que advenha de um grau de fiabilidade e validez que o estudo possa proporcionar. A credibilidade requer que sejam equacionadas a fiabilidade e a validez (Goetz e LeCompte, 1988, p. 213). Para Báez e Tudela (2014), credibilidade

Se refiere a la confianza en la "verdad" de los hallazgos. Se logra cuando, a partir de los datos recogidos, el investigador produce hallazgos que son reconocidos por los informantes como una aproximación auténtica sobre lo que ellos piensan, sienten y hacen. (p. 293)

A credibilidade implica que as informações recolhidas sejam credíveis (Cortés e León, 2004), aprovadas ou legitimadas pelos construtores da realidade em estudo (Escalona, 2014; Godoy, 2005). Desta feita, a credibilidade consiste em demonstrar que a investigação foi realizada de forma consistente e pertinente, desde que, na sua execução tenham sido aplicadas as estratégias como observação prolongada no cenário objeto de estudo, triangulação, juízos críticos de colegas e legitimação por parte dos sujeitos participantes do estudo.

No entanto, como já referenciado acima, à credibilidade estão precisamente associadas a fiabilidade e validade. Para Goetz e LeCompte (1988) a fiabilidade se refere à medida que se podem replicar os estudos. A fiabilidade pode ser analisada em duas perspectivas: uma interna e outra externa: a fiabilidade interna se refere aos resultados no sentido em que se avalia se os mesmos estão relacionados com as variáveis estudadas. A fiabilidade externa tem a ver com a replicabilidade dos resultados, isto é, com a técnica e a coerência de modo que, qualquer outro investigador que realize estudo no mesmo cenário chegue à conclusões parecidas (Schettini y Cortazzo, 2015). No entanto, embora seja este o entendimento das autoras, a fiabilidade externa se mede pela transferibilidade dos resultados à outras realidades similares. A fiabilidade externa não se alcança com exactidão em razão da dinâmica que permeia os fenómenos sociais, ou seja, as situações específicas que se produzem nas interações humanas não podem ser duplicadas nem reconstruídas com precisão, devido ao que Goetz e LeCompte (1988) denominaram “el problema de Heraclito” (p. 215), pois, segundo ele, a investigação etnográfica ocorre em cenários naturais onde se registam processos cambiantes que dificultam a replicação. Ora, o comportamento humano não é estático e as condições de vida, as crenças e os valores que orientam a conduta das pessoas mudam; o que pressupõe que, nenhum estudo pode ser replicado com exactidão, independentemente do desenho e dos métodos aplicados. Além disso, a própria dinâmica da vida social, as normas de organização e desenvolvimento humano se tornam imprevisíveis com o decorrer do tempo, levando a que, a aplicação de um desenho idêntico, de um mesmo método ou das mesmas técnicas de investigação produza resultados diferenciados. Por conseguinte, a fiabilidade depende da planificação, da metodologia e dos procedimentos aplicados; nunca se chega aos mesmos resultados, mas sim a algo similar.

Outro critério que concorre para a credibilidade é a validade; esta pode ser definida como reflexo de uma certa coerência entre os dados recolhidos, os resultados e a finalidade do estudo. Nesta linha, a validade constitui uma estimação em relação aquilo que os investigadores pretendem que seja a representação real da experiência humana (Vargas, 2002). A semelhança da fiabilidade, a validade também se define em duas perspectivas: a validade interna “(...) si las categorías conceptuales que se cree poseen los mismos significados para los participantes y el observador son realmente compartidas” (Goetz e LeCompte, 1988, p. 225); ou como grau em

que os resultados da investigação refletem “(...) una imagen clara y representativa de una realidad o situación dada” (Miguel, 1998, p. 119); e a validade externa que consiste em averiguar até que ponto os resultados de um estudo podem ser aplicados a grupos similares.

Por outra, os resultados de um estudo dependem muito da personalidade do investigador, das suas crenças, visões filosóficas, religiosas, das suas convicções político-ideológicas, isto é, da sua visão do mundo. Além disso, a investigação etnográfica dá maior ênfase à subjetividade ao interpretar os dados, e, como os estudos etnográficos são marcadamente influenciados por seus autores, dificilmente se pode esperar a replicabilidade absoluta de uma investigação social.

Conscientes do rol de dificuldades que concorrem na realização de uma investigação com um elevado nível de credibilidade, durante a implementação do presente estudo procurou-se refletir com maior precisão possível o contexto em que vivem os habitantes de *Ekovongo*, tratando de estabelecer a relação entre o discurso e a sua real existência, ou seja, entre a conceptualização e a realidade concreta, com vista a produzir um saber autêntico.

Um dos aspectos importantes que centralizaram a atenção do investigador prende-se com a problemática da objetividade enquanto critério de rigor e da qualidade científica, que uma vez trazido para o campo da investigação qualitativa tem suscitado uma acesa polémica que se arrasta desde inícios da década de 1980. O cerne da polémica radica em dois posicionamentos diametralmente opostos: por um lado a posição dos que consideram que pela sua natureza a investigação qualitativa não precisa de preocupar-se com os critérios de cientificidade adoptados pelo paradigma quantitativo, de cariz positivista e normativo; por outro, os que defendem uma posição menos radical segundo a qual, a investigação qualitativa deve pautar por critérios de qualidade científica, mas, em termos distintos dos padrões positivistas assumidos pelo paradigma quantitativo (Goetz e LeCompte, 1984).

No entanto, sem pretender entrar nesta polémica considerou-se de suma importância conhecer a realidade ontológica dos sujeitos envolvidos no presente estudo, com o intuito de reconstruí-la através de discursos e conceitos por eles próprios criados e interpretados pelo investigador, que, como é óbvio, estão em maior ou menor grau impregnados de subjetividades. E, para atenuar a influência da subjetividade os métodos qualitativos recorrem a técnicas que tratam de assegurar o controlo de fiabilidade e validade, aumentando de certo modo a margem de credibilidade. Cabe sublinhar, por um lado, que as técnicas estatísticas que são muito utilizadas nos estudos quantitativos dificilmente podem expressar a verdade de uma observação ou uma entrevista. No entanto, isto não pressupõe afirmar que um estudo qualitativo se descuide de elementos como a fiabilidade e validade; antes,

pelo contrário, defende-se o uso combinado de distintas técnicas de colecta de dados e a análise cruzada dos mesmos.

Desta feita, recorreu-se a triangulação que é um procedimento que consiste em assegurar a veracidade e a validade da informação obtida. A triangulação é um processo de análise, comparação e contrastação de métodos, teorias, bem como da informação a partir de distintas técnicas e fontes, que inclui pessoas, espaços, períodos de tempo, etc. Considerando a importância que representa para o êxito do processo de análise foram aplicadas as seguintes modalidades de triangulação:

- a) A triangulação de dados; pelo facto de *Ekovongo* ser uma comunidade rural habitada maioritariamente por agricultores, optou-se por realizar a observação em dois períodos distintos: período de cacimbo⁷⁶ e época chuvosa. No período de cacimbo, a colecta da informação ocorreu entre os meses de Junho, Julho e Agosto de 2011; no segundo período, a colecta da informação abrangiu as duas estações do ano, tendo-se prolongado entre os meses de Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2012. Este procedimento permitiu participar dos principais acontecimentos que ocorrem somente no cacimbo ou na época chuvosa; observar, comparar e contrastar o comportamento das pessoas numa e noutra estação do ano. Permitiu igualmente apurar a persistência e a veracidade da informação recolhida.
- b) A triangulação espacial consistiu na observação não só de *Ekovongo*, mas também das comunidades vizinhas ou periféricas nas quais conquistou-se alguma simpatia e estreitaram-se laços de amizade com os seus líderes comunitários com os quais foram realizadas as entrevistas em profundidade que foram bastante exitosas.
- c) A triangulação teórica foi pouco efetivada no presente estudo, porquanto o próprio processo de investigação em si constitui uma tentativa de construção teórica orientada para a compreensão dos fenómenos em estudo.
- d) A triangulação de técnicas foi uma das estratégias mais aplicadas em razão das vantagens que a mesma oferece na colecta da informação sobre um determinado fenómeno através de diversos procedimentos. Esta foi a estratégia que conferiu maior confiabilidade, validade e credibilidade ao presente estudo, pois, permitiu aceder a um mesmo fenómeno desde vários ângulos. Para tanto, foram aplicadas técnicas como análise de

⁷⁶ Em Angola existem apenas duas estações do ano: o cacimbo que vai de Junho à Agosto e a estação chuvosa que dura de setembro à Maio do ano seguinte.

documentos, revisão bibliográfica, a observação participante, a entrevista em profundidade e o grupo de discussão.

Apesar do recurso à triangulação, a credibilidade de um estudo etnográfico está propensa a distorções à vários níveis (Vargas, 2002). Para o autor, os erros na aplicação de instrumentos de colecta da informação, a atitude de sujeitos e colectivos implicados no estudo, a aplicação de teorias para fundamentar a interpretação da realidade, as condições em que se realiza o estudo, as contingências e contextos irrepetíveis e outros factores como:

- a) A teoria constitui o esteio que articula a investigação e faz parte de um processo orientado a explicar e compreender melhor os fenómenos do mundo; é por assim dizer, o fundamento argumentativo que subsidia a elaboração do projeto, a sua implementação prática e a sua interpretação (Vargas, 2002). Não obstante, em uma investigação qualitativa o desenvolvimento teórico tem uma certa particularidade que consiste em assumi-lo como um guia para a compreensão e síntese dos dados e não como um marco a partir do qual se ordenam os dados (Sandoval, 1996). A fiabilidade e validez de um estudo podem ser questionados quando o marco teórico se mostra desajustado da realidade em estudo. No caso vertente, para evitar esta situação realizou-se uma revisão bibliográfica e elaborou-se uma teoria ajustada à realidade estudada.
- b) Os instrumentos de colecta de dados podem ser factores de distorção quando se mostram desajustados à amostra e ao contexto em que se aplicam. Esta situação foi superada graças à elaboração cuidadosa dos instrumentos de colecta de dados e a aplicação de mais de uma técnica para contrastar os resultados no processo de interpretação.
- c) Os sujeitos participantes da investigação constituem os elementos mais difíceis de controlar quando a tónica de análise recai sobre a objetividade, em razão de que, diferentes realidades sociais apresentam diferentes formas de interpretação e compreensão da vida; isto pode afectar a credibilidade do estudo, mas não anula a sua validez. Para evitar o excesso de subjetividade, tanto do investigador como dos sujeitos participantes do estudo adotou-se uma titude de prudência e permaneceu-se o tempo necessário em *Ekovongo*. Além disso, recorreu-se a triangulação de fontes de dados e contrastou-se o que diziam as pessoas com aquilo que eles faziam no dia-a-dia e que foi possível observar.
- d) As condições sociais e económicas, assim como os imperativos académico-profissionais têm relevância na credibilização do estudo. Estes factores condicionam a atividade do investigador e influem de forma implícita nos resultados finais. Para controlar a influência

contraproducente de factores (previsíveis e imprevisíveis) optou-se pela planificação das principais ações a empreender no âmbito deste projeto de estudo. Este facto foi reforçado com uma adequada dotação financeira e logística para uma estadia prolongada e tendo em conta a necessidade de uma imersão profunda na vida da comunidade de *Ekovongo*.

- e) A irrepetibilidade de certos acontecimentos da vida constitui outro factor de distorção. De facto, as mudanças aceleradas que circunscrevem as realidades sociais atuais requerem de uma postura de considerar a investigação como um acto processual e não como uma situação estática. Para a constância dos factos ou acontecimentos irrepetíveis que tiveram lugar em *Ekovongo*, optou-se por uma permanência prolongada, uma descrição minuciosa de tudo que foi observado e uma subsequente interpretação dos dados obtidos.

Em termos mais gerais, e com vista a assegurar a credibilidade, a confiabilidade e validez do estudo achou-se necessário considerar os seguintes aspectos:

- A descrição detalhada do papel do investigador, de sua imersão na comunidade e do grau de confiança granjeado diante dos habitantes.
- A caracterização dos sujeitos seleccionados como informantes.
- A descrição dos espaços físicos e sociais.
- A disciplina metodológica e a autovigilância.

Em suma, a objetividade, a replicabilidade e a transferibilidade estão garantidas pelo próprio processo em si e pela atitude do investigador etnógrafo. Destarte, é o compromisso ético do próprio investigador, a sua honestidade, a sua disciplina e seriedade na aplicação das técnicas que outorgam a credibilidade e validez do presente estudo, cuja finalidade é reconstruir a vida da comunidade desde a sua complexidade e tal como é experimentada pelos seus habitantes.



TERCEIRA PARTE

EMPIRICO-INTERPRETATIVA





Capítulo VII

A vida na comunidade de *Ekovongo*: práticas socioeducativas e culturais para a construção do conceito de desenvolvimento

Desde os primórdios, o homem procura dar sentido à vida através das relações que ele estabelece com os seus semelhantes, o que permite asseverar que, por natureza, o ser humano tende à sociabilidade, sem a qual, não seria possível criar o sentido do real e empreender a produção de significados para compreender e explicar os fenómenos do mundo. A sociabilidade é um princípio estruturante das relações humanas e dos processos de socialização, que orienta as múltiplas formas de interação social. A sociabilidade é um imperativo, uma necessidade natural das sociedades e dos indivíduos que as habitam, posto que, lhes proporciona o senso da existência de si mesmo e dos outros como seres sociáveis, e da necessidade de uma relação recíproca e harmónica com a natureza⁷⁷. É a partir das relações que se estabelecem entre humanos, e estes com a natureza, que se elaboram os conceitos, as visões, as ideias, os conhecimentos, o senso comum, as representações sociais, as crenças, a religião, a ciência, a filosofia, enfim, a cosmovisão que sustenta e norteia os processos de construção cultural e transformação da realidade.

Os processos de construção cultural e transformação da realidade são essencialmente processos comunicativos, que se efectivam através da palavra e das ações, na base das quais se elaboram normas sociais, se instituem direitos e deveres e se traçam projetos para a vida futura. Nesse tipo de processos comunicativos, se elaboram, se discutem e se estruturam os conhecimentos, conformando-se um processo que identificamos com as práticas socioeducativas. Assim, em qualquer grupo de seres humanos podemos identificar determinadas práticas socioeducativas que regem a sua existência e se expresam como fluxos comunicativos através dos quais se produzem, se permutam e se utilizam conhecimentos e saberes, que servem

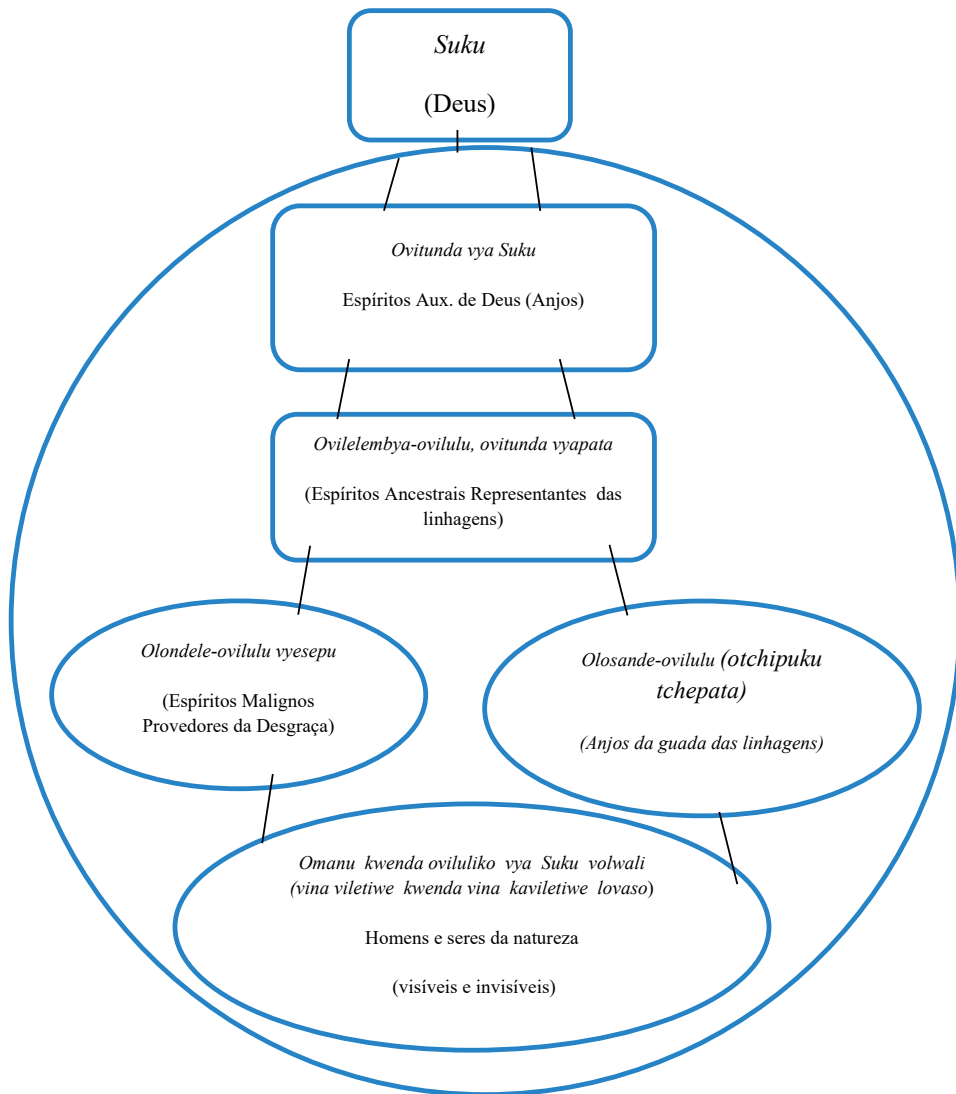
⁷⁷ O homem precisa libertar-se da visão antropocêntrica que o autonomiza da natureza, para colocar-se acima desta e proclamar-se como seu dominador.

de matéria-prima para a produção material , intelectual e espiritual necessária à melhoria das condições de vida das pessoas.

As ações que os habitantes de *Ekovongo* empreendem para melhorar as condições de vida têm como suporte os conhecimentos que eles próprios elaboram nas suas relações com o meio natural e social, que na sua essência constituem as práticas educativas intencionais ou não intencionais, que se dinamizam no dia-a-dia, para dotá-las de sentido e significância, enquanto experiência cognitiva e comunicativa individual ou colectiva, capaz de provocar transformações e mudanças qualitativas nos padrões de vida comunitária.

Em um plano mais amplo, o mundo se concebe em *Ekovongo* como um complexo sistema de entes, no qual se articulam múltiplas relações entre humanos, as divindades e outros seres da natureza, que se comunicam e se influenciam entre si, conformando uma realidade complexa que só pode ser compreendida com uma percepção global e holística. Nesta ordem, não é unicamente o ser humano que empreende transformações ao mundo, porquanto estão implicados outros entes naturais e sobrenaturais, cuja influência comunicativa e educativa condiciona a construção do modelo de vida e de desenvolvimento. A figura abaixo ilustra a hierarquia de entes que participam dos processos educativos e de desenvolvimento na cosmovisão *umbundu*.

Figura 10. Hierarquia de entes educadores na cosmovisão *umbundu*.



Fonte: elaboração própria, 2019.

Para os habitantes de *Ekovongo*, o universo⁷⁸ compreende duas dimensões fundamentais (material e espiritual), que se expressam através de uma multiplicidade de seres (visíveis e invisíveis). No topo do universo está Deus, seguindo-se-lhe os espíritos auxiliares, os espíritos ancestrais, os homens, os animais, os vegetais e outros seres da natureza (visíveis e invisíveis). Todos se relacionam mutuamente, conformando um complexo processo de interações comunicativas, no âmbito das quais o homem se encontra em aprendizagem permanente. Neste processo, o homem age como um ser carente, que procura compreender a razão de ser da sua existência no mundo, o que explica a sua implicação em relações conscientes ou racionais, assim como em outras que são inconscientes, mas que, na generalidade, fornecem informações relevantes para a concepção de um modelo de vida mais adequado à sua visão de mundo. Ademais a implicação do homem nos processos comunicativos para a apreensão dos dados do mundo constitui um acto racional de interpretação das informações provenientes da natureza e da sociedade, para a sua reelaboração e outorga de sentido e significado. A partir desta racionalidade, os habitantes de *Ekovongo* constroem a sua identidade colectiva como sujeitos situados no tempo e espaço concretos. A apreensão e reelaboração dos dados oriundos da natureza e da sociedade através do tempo torna-se um modo de ensinar e aprender que se materializa em múltiplas manifestações que têm lugar no quotidiano da comunidade, envolvendo protagonistas de todas as categorias etárias.

7.1. Aproximação ao conceito de educação em *Ekovongo*

A educação é um fenómeno social que permeia todas as comunidades e sociedades humanas, pois, constitui um processo de construção, aquisição e transmissão da cultura, em que tem lugar a aprendizagem de normas, comportamentos e a interiorização de modos de pensar, perceber e compreender o mundo; é graças à educação que o ser humano se constroi como portador de uma cultura e se torna membro de uma comunidade ou sociedade. A educação é aqui entendida como uma prática de transmissão de conteúdos culturais que se materializa de diversas maneiras segundo a época, o espaço, o contexto e os actores sociais.

Em *Ekovongo*, a educação se fundamenta na união ontológica de todos os seres (visíveis e invisíveis) pautando sempre pelos princípios da participação, interação e convivência, que funcionam como a trave-mestra de toda a organização social. Trata-se de uma educação que assegura a transmissão da cultura de geração em geração, assente nas necessidades da comunidade e da sociedade global, integrada

⁷⁸A cosmovisão *umbundu* não distingue a natureza e o homem do conjunto do universo, porquanto todos constituem um todo interrelacionado.

no sistema produtivo, em que a aprendizagem é feita através da observação, imitação, demonstração e experimentação; é uma educação em que a transmissão da sabedoria, dos conhecimentos e dos ensinamentos é feita de forma oral em língua vernácula *umbundu* e os agentes educativos são: a família nuclear, a família alargada (clã familiar), constituída por membros de descendência (materna e paterna) e liderados por um tutor, os vizinhos, a categoria etária e o conjunto dos habitantes da comunidade. A educação em *Ekovongo* pode ser descrita como aquela em que toda a sociedade participa directa e indirectamente do processo educativo, visto que, a criança, além de pertencer aos progenitores e parentes (directos e colaterais), ela é também pertença da comunidade; tem um carácter colectivo pronunciado e envolve uma diversidade de agentes educativos, ou seja, todo o colectivo funciona como agentes da ação educativa.

No entanto, os sujeitos das linhagens reais considerados como potenciais candidatos à Corte Real, além da educação geral destinada à todos, passam por processos iniciáticos em que se realizam aprendizagens de pautas específicas necessárias ao exercício de funções futuras. Para estes é obrigatório o domínio das tarefas específicas de cada linhagem, da história da região em que está inserida a sua comunidade, a história da própria comunidade e das linhagens que nela habitam, as alianças e os acordos estabelecidos com os estados vizinhos, a arte de conduzir a guerra e outros ensinamentos.

Em termos genéricos, a educação em *Ekovongo* apresenta as seguintes características:

- 1) Uma educação que se processa de maneira espontânea, que se confunde com a própria vida comunitária e ocorre em contextos familiares, no trabalho, nas actividades lúdicas e em outros cenários de carácter público;
- 2) É uma educação permanente e omnipresente, que tem lugar em todos os espaços da vida quotidiana;
- 3) É multiforme e multidimensional, visto que, está orientada à formação da personalidade nas suas dimensões (intelectual, ética, estética, moral e espiritual), ou seja, uma educação holística;
- 4) É uma educação activa e funcional, assente no saber empírico e na experiência cognitiva do colectivo;
- 5) É uma educação que se fundamenta na experiência quotidiana e consolidada com a experimentação na vida real;
- 6) Enfatiza o respeito pelos valores, a responsabilidade perante si, o outro e o colectivo;

- 7) É uma educação que valoriza principalmente o bem colectivo, em que a competição não é suprimida, mas, orientada ao interesse comunitário;

A educação em *Ekovongo* se fundamenta na experiência quotidiana e na experimentação real. Tal educação consiste na participação do adulto e da criança nos cenários do quotidiano. A criança *umbundu* é socializada nos hábitos e costumes, isto é, iniciada desde logo a convencer-se de que a vida real é uma espécie de competição entre os seres da ordem natural, para a qual é necessário prover-se de ferramentas ou condições de sobrevivência. Uma das condições é reconhecer e convencer-se de que o trabalho dignifica o homem. A socialização ao trabalho deve começar desde à infância e progredir durante o ciclo da vida ativa; em vida adulta já é muito difícil socializar ao trabalho. Outra condição é saber o lugar que cada membro ocupa na hierarquia da família alargada e as responsabilidades que lhe são inerentes. Os *ovimbundu* consideram aberração deixar a criança sob responsabilidade de alguém de quem não se conhecem referências virtuosas⁷⁹, que pode exercer sobre elas influências perversas e comprometer a afirmação futura da sua personalidade. Por isso, as crianças nunca devem ser deixadas sòzinhas; quando as circunstâncias obrigam a ausência dos pais e dos irmãos, elas são orientadas a estarem com outros membros da família alargada, com os quais devem interagir e comunicar-se permanentemente para manterem a relação afectiva sempre atualizada. Esta é uma forma de testar a capacidade altruísta de cada membro da família alargada; em caso de morte dos pais, a família alargada reúne em conselho para decidir quem tem as capacidades (altruísta, económica, etc.) para ficar com os órfãos e assumir a responsabilidade de assegurá-los até se tornarem adultos. Por isso, desde a infância, a criança deve ser educada a participar das realizações e dos acontecimentos que têm lugar na família e na comunidade, excepto aquelas que são inadequadas à sua idade em que não se permite a sua presença.

A relevância desta educação assenta no seu carácter colectivista e no facto de combinar as dimensões (material, ética, moral, estética, social e espiritual) da vida. Toda a ação educativa está impregnada destas dimensões que formam a comunhão indestrutível, que deve ser auspiciada pela lareira do *onjango*⁸⁰, onde se processa a transmissão da experiência cognitiva, moral e espiritual da própria comunidade através de contos, lendas, provérbios, adivinhas, máximas, música, dança, jogos, etc. Uma educação deste género regula a ética e cristaliza a solidariedade comunitária.

⁷⁹ Os *ovimbundu* têm receios de enviar os seus filhos à creche ou ao jardim infantil para serem educadas por terceiros.

⁸⁰ Existem várias categorias de *Onjango*; as mais frequentes são: 1) *Onjango* do clã familiar liderado por um tutor; 2) *Onjango* da corporação de ofícios; 3) *Onjango* do Tribunal Costumeiro que acolhe a Assembleia Comunitária; e, 4) *Onjango* da *Elombe* junto da Corte já descritas no apartado 5.12.2.1.

A educação em *Ekovongo* refere-se a tudo quanto as pessoas tratam nos relacionamentos do dia-a-dia e abrange todas as dimensões da vida, desde a transmissão de pautas ou normas de convivência social e se estende à esfera económica, onde o comunário adquire aprendizagens sobre os modos de realizar as atividades de produção de bens necessários ao bem-estar individual e colectivo; é um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida. As afirmações que se seguem refletem esta concepção holística sobre educação:

De tudo que as pessoas tratam em serão é educação. (...) Tudo é educação e na língua local denominamos *ovilongwa*, mas diferenciam-se os modos de realização; (...) a educação continua por toda a vida no *onjango*. Não há nenhum ancião ou anciã que se arroga dizer que foi educado de forma acabada; a aprendizagem só termina com a morte da pessoa (EGC-11: HAC).

O processo educativo em *Ekovongo* compreende várias modalidades, de entre as quais se distinguem: *ovilongwa* (educação em sentido amplo), *elongiso* (ensino ou instrução), *epokwiso* (educação, moralização), *epindiso* (treinamento de habilidades e aprimoramento das destrezas), *Epakiso* (verificação, avaliação). Esta constatação é confirmada na entrevista (EC-6: HAC) com um dos informantes, que afirma:

Na educação temos: *ovilongwa*, que equivale à educação no sentido amplo; compreende todo o processo educativo em que se distingue: *Elongiso*, que equivale ao ensino, ensinamento ou instrução, *okulongisa*, que corresponde aos verbos ensinar e instruir; *okulonga* ou *okuhandeleka*, que correspondem ao verbo educar; *epokwiso*, que equivale à educação e moralização, *okupokwisa*, que corresponde aos verbos educar e moralizar; *okupokola*, que corresponde ao verbo obedecer, *epindiso*, que equivale a treinamento, adestramento, *okupindisa* que corresponde ao verbo treinar, *okulipindisa*, que corresponde ao verbo treinar-se; *epakiso*, que equivale à verificação e avaliação, *okupakisa*, que corresponde aos verbos verificar e avaliar, *okulipakisa*, que corresponde aos verbos avaliar-se e autoavaliar-se (EC-6: HAC).

Como se pode perceber, o conceito de educação é polissémico, pois encerra em si um conjunto de variantes que expressam os diferentes modos de educar o ser humano, para estar apto a participar em distintos cenários da vida social, cultural, económica e política, que têm lugar na comunidade ou na sociedade em geral. Apesar de ser assistemática, a educação comunitária é intencional na medida em que objetiva inculcar valores ou transmitir conhecimentos de que carece o ser humano. A tarefa dos agentes educativos consiste em transmitir ideias que estejam de acordo com as normas vigentes no seio da família, do clã, da classe de idade e concomitantemente na comunidade, para que o seu membro consiga participar das

relações sociais vigentes. A existência do indivíduo só tem sentido quando ele se sente inserido e aceite no seio da família, do clã, da classe de idade e integrado numa estrutura mais ampla – a comunidade. Esta concepção de vida, e por extensão, da educação do homem, releva fundamentalmente para um princípio comunitarista, em que os problemas individuais são assumidos e tratados pelo grupo, que, para a sua resolução mobiliza toda a energia e potencialidades a fim de estarem ao serviço do interesse comum. Esta concepção de organização social, em que o indivíduo se sente amparado pelo grupo em todas as etapas da vida, traduz a virtude de uma solidariedade comunitária, suportada por um conjunto de referências comuns sobre: a origem e a história comum, os valores, as crenças, os costumes, enfim, a visão de mundo, que conformam um património simbólico comum, que é produto de uma construção social permanente, sendo por isso, necessário preservá-lo e transmiti-lo às novas gerações. O amparo que a família, o clã, a classe de idade e a comunidade proporcionam ao indivíduo, configura uma solidariedade com vantagens recíprocas que dá conforto a todos os membros e reforça a coesão social.

7.2. Práticas socioeducativas e comunicativas entre comunários

Nas interações e nas relações sociais que estabelecem entre si no dia-a-dia, e em múltiplos contextos (na família, no *onjango*, na produção de bens, na festa e noutras atividades lúdicas comunitárias), os comunários de *Ekovongo* elaboram ideias que vão conformando a sua visão sobre o lugar e o papel do homem no mundo. Eles percebem o meio circundante e idealizam as formas de ser e estar, cuja concretização se traduz em ações práticas que dinamizam a sua transformação, dando origem a um modelo de vida. Ao realizar as ações práticas, os comunários interagem e se comunicam com entes (reais ou míticos) e com sujeitos (endógenos e exógenos) que intervêm e participam dessas práticas educativas e de desenvolvimento que objetivam a transformação da sua comunidade. As relações humanas e sociais entre comunários podem ser entendidas como relações comunicativas conscientes, em que uma ou várias pessoas se interessam mutuamente em partilhar ideias, afectos, experiências e projectos de interesse comum. Essas relações humanas e sociais são essencialmente comunicativas e baseadas em contactos físicos ou de outra índole, que permitem a percepção do mundo externo, a produção de sentidos e a compreensão desse mesmo mundo. Enquanto portadores de conhecimentos, os comunários dispõem da capacidade de julgar tudo quanto acontece no meio e actuar em conformidade com os motivos e os interesses em presença. As interações e as relações sociais entre os comunários potenciam o conhecimento e ampliam a comunicação, ao mesmo tempo em que tornam possível o intercâmbio de saberes.

7.3. As relações socioeducativas no seio da família nuclear

Para analisar as práticas socioeducativas vigentes em *Ekovongo*, afigura-se imprescindível considerar dois aspectos: primeiro, *Ekovongo* é, tal como foi referenciado atrás, a capital simbólica do Antigo Reino do Bié, cuja estrutura social é dominada por uma gerontocracia constituída maioritariamente por membros das linhagens reais; segundo, à semelhança de outras comunidades *ovimbundu*, em *Ekovongo* predomina um sistema de filiação bilateral, assente no princípio da dupla descendência (matrilinear e patrilinear) e da união inquebrantável entre ambas entidades, pois, entre os *ovimbundu*, existe a crença segundo a qual, no corpo do ser humano habitam dois espíritos: o espírito da linhagem materna e o espírito da linhagem paterna. Por conseguinte, o ser humano configura a união de duas entidades de carácter (política, económica, social, cultural, moral e espiritual) que influem na sua vida: a primeira é de origem matrilinear, denominada *koluina-kohumba*, responsável entre outras tarefas, pela gestão económica; a segunda é de origem patrilinear, denominada *koluse-kohonji*, responsável entre outras tarefas, pela defesa de todos os membros do clã. Ambos os sistemas de filiação funcionam conjuntamente, confluindo na educação das novas gerações. Em face desta realidade cultural, a educação e a socialização do menino, da menina e dos jovens em geral se processam: primeiro, em função das linhagens a que pertencem os seus progenitores, no âmbito das quais aprendem pautas e ensinamentos específicos, necessários ao exercício de funções acomedidas a essas linhagens; segundo, em função da classe de idade a que pertencem o menino, a menina ou o jovem em geral; logo, a educação dos filhos e das filhas não é tarefa exclusiva dos pais biológicos, mas sim de todos os membros integrantes do parentesco, tanto os da linhagem materna como os da linhagem paterna, tal como se pode perceber na afirmação abaixo:

Os filhos e as filhas de uma família nuclear são orientados a participar não só no serão dos pais, mas também no serão dos tios, das tias e dos avós; se os filhos e as filhas se limitam ao serão dos pais, adquirem uma educação incompleta e, consequentemente, juízos também incompletos, porque não dominam suficientemente o raciocínio dos membros da linhagem paterna e o raciocínio dos membros da linhagem materna (EC-1:HAC).

Esta maneira de conceber a educação torna praticamente difícil delimitar as esferas de competências educativas entre a família nuclear e a família alargada. Assim, depois de passarem pela iniciação específica para rapazes, assim como pela iniciação específica para raparigas, os filhos de ambos os sexos são considerados candidatos à vida adulta, mas a sua educação continua sendo tarefa não só do pai e da mãe, como também dos avós, dos tios e tias, dos primos e primas (maternos e paternos), que agem como educadores liderados e supervisionados pelos tutores

clânicos de ambas as linhagens; Tanto para os rapazes como para as raparigas, existem ainda outros educadores complementares como o *Nawa*, que, na qualidade de tutor da iniciação masculina ou da iniciação feminina fiscaliza o cumprimento dos ensinamentos e a observância escrupulosa dos tabus aprendidos na escola iniciática, coadjuvado pelo representante da classe de idade. Além desta hierarquia de educadores, a comunidade em geral educa e fiscaliza o comportamento individual de cada um dos seus membros. Nesta realidade cultural, o *onjango* enquanto instituição socioeducativa familiar e comunitária exerce um papel de capital importância na educação das novas gerações.

Entretanto, com o recrudescimento da guerra civil que se prolongou cerca de três décadas, as estruturas políticas e socioeducativas da *Ombala Ekovongo*, que ostenta o estatuto de capital simbólica do Antigo Reino do Bié foram vandalizadas pelos exércitos em conflito e marginalizadas pelos poderes públicos, configurando-se uma situação que propiciou a desestruturação das famílias e a emigração da maioria de seus representantes para as cidades. Na atualidade, existe uma tendência endógena de reabilitação dessas estruturas comunitárias que, no entanto, é contrariada por outra tendência exógena, auspiciada pela expansão e generalização da escola formal de origem ocidental, reforçada pela globalização com seus principais instrumentos de expansão – as tecnologias de informação e comunicação (TIC), que fluem com maior intensidade na comunidade, veiculando informações e outras componentes da cultura ocidental, cujos efeitos repercutem-se nos modos de vida e no comportamento dos habitantes de *Ekovongo*. É nesta realidade contextual actual em que se busca compreender a relação educativa entre pais, mães, filhos e filhas, marcada por um lado: pela reverência aos progenitores, enquanto representantes legítimos da família alargada no seio da família nuclear; por outro, por uma tendência de desobediência ao *status quo*, dominado pela gerontocracia local, que procura por todos os meios reabilitar os mecanismos de controlo social, que no passado recente funcionaram como agências de promoção da unidade, da harmonia e coesão social comunitária. A relação educativa no seio da família nuclear está revelada nas seguintes afirmações:

Entre pai e filho tem de haver necessariamente uma boa relação, porque senão, onde é que o filho poderá dirigir-se quando arranjar problemas? Entre pai e filho tem de haver uma relação de respeito. Se o filho não participa do serão com o pai ele autoexclui-se e não tem hipótese de conhecer a memória do passado, muito menos saber coisas importantes para a vida de uma pessoa. Cabe ao pai explicar aos filhos qual fora o passado da família, como se relacionavam com outras famílias, que actividades a família vem desenvolvendo no decurso da sua história, com que famílias celebram casamentos, etc., etc. É com base a este historial que o filho traça os seus planos de vida (EC-9:HA).

O pai tem o dever de transmitir ao filho aquela educação que um homem necessita na sua vida; o filho, por sua vez, deve assimilar essa educação e encher a sua bagagem, para no futuro poder os transmitir também aos seus filhos. A educação dos pais constitui para os filhos a primeira escola que ilumina os caminhos da vida futura. Mesmo quando o filho dorme à noite, ele fica pensando naquele ensinamento que o pai lhe deu durante o dia; quando alguém, seja ele conhecido ou não, aparece diante dele, ele tem a capacidade de raciocinar, distinguir ou equipará-lo à categoria sócio-etária de seu pai; logo, ainda que entendesse praticar alguma arbitrariedade ele reconsidera a sua actuação (EC-1:HAC).

A relação educativa entre pais, mães, filhos e filhas, embora pareça efectivar-se através de um diálogo que objetiva a transmissão de pautas educativas, ela é ainda unidirecional e tem pendor autoritário por parte dos pais e das mães, que pensam que os filhos e as filhas devem apenas obedecer à ordem gerontocrática vigente. A relação unidirecional e com pendor autoritário cria um clima de tensão entre pais, filhos e filhas, sobretudo quando o rapaz e a rapariga são coagidos a prestarem alguma ajuda aos idosos que não circunscrevem o seu parentesco. Prestar ajuda aos idosos é uma atitude altruísta – um valor moral que os pais procuram inculcar na consciência dos filhos e das filhas, para que estes possam reproduzi-lo no futuro quando se tornarem pais e educadores da sua própria prole. No entanto, a juventude atual que constitui a força motriz da sociedade sobre a qual pesa a responsabilidade de reproduzir os valores que permitem a boa convivência social e criar novos mecanismos de controle social não entende a boa intenção de seus pais e consideram-na como uma tentativa de domesticá-los para colocá-los ao serviço da gerontocracia. A unidirecionalidade na relação educativa entre pais, mães, filhos e filhas está implicitamente expressa na frase que se segue:

Os filhos são educados a respeitarem os próprios pais, porque ao fazê-lo aprendem a respeitar os pais dos seus companheiros. São educados a respeitarem-se a si mesmo, a respeitar os companheiros das brincadeiras, assim como os adultos, isto é, cumprimentar sempre que estiver a passar perto de pessoas e sempre que fizer encontros com indivíduos maiores de si e adultos em geral. Nos nossos tempos, por exemplo, éramos educados a ajudar os mais velhos nos seus trabalhos; e sempre que deparássemos com um ancião que levasse uma bagagem pesada, ajudávamos e levávamos até em sua casa. Eram outros tempos; os jovens de hoje não aceitam adoptar este tipo de atitudes (EC-6:HAC).

A relação educativa no seio da família nuclear não se limita à transmissão de pautas ou normas de convivência social, pois ela se estende ao domínio de ofícios que os pais procuram passar aos filhos e filhas como herança... No contexto rural e mesmo nas cidades, os pais tendem a passar o legado aos filhos e às filhas no sentido

de darem continuidade àqueles ofícios ou profissões que, ao longo da vida produziram algum sucesso e bem-estar das famílias. Essa boa intenção dos pais nem sempre é bem entendida pelos filhos e filhas que pensam dispôr de capacidade de autonomia e poder de decisão. A opinião que se segue aponta para este entendimento.

Em primeiro lugar, o filho é aquele que obedece às instruções e às orientações de seu pai. Se o filho se considerar incapaz de cumprir com uma determinada tarefa deve manifestar-se para o pai rever a sua decisão, ou simplesmente perdoá-lo. Um pai não deve castigar o filho pelo simples facto de se mostrar incapaz de realizar a tarefa que lhe foi dada. Eu nasci noutra comunidade onde residia meu pai, mas, passei toda a minha infância aqui, e é mesmo cá onde cresci até que me tornei homem adulto, sempre junto de minha mãe e de meus irmãos, porque muito cedo, meu pai e minha mãe separaram-se. Quando atingi a idade de menino, o pai quis estreitar a relação connosco e aparecia com frequência em casa. A mãe me chamava e dizia que o pai chegou, mas eu respondia que ele não é meu pai, porque se fosse, estaria cá connosco; eu era rebelde! Era pequeno, mas o meu desejo era pegar num varapau e bater meu pai. Ele continuou visitar-nos e às vezes trazia-nos roupa; a minha atitude com ele continuou até que adquiri uma certa idade e comecei a ter outro pensamento e por fim arrependi-me, mudei de atitude e comportamento em relação ao meu pai. A mãe e os irmãos me sensibilizavam sempre dizendo: «este é mesmo seu pai». Um pai deve habituar o seu filho a respeitar-se a si mesmo e às outras pessoas, pois, mesmo se um dia o filho ficar órfão, poderá lembrar sempre como o pai lhe havia educado. Por isso, todo o pai deve educar seu filho ao respeito, ao amor ao próximo e ao trabalho, assim como ao espírito de inter-ajuda na relação com os outros; o pai que se faz acompanhar do filho nos seus afazeres acaba por dar-lhe oportunidades de ver e ouvir daquilo que os homens tratam nos seus encontros e nas suas conversas. Se for um filho ajuizado pede explicações ao pai sobre os assuntos tratados. Às vezes, o próprio pai se esquece dessas coisas mas o filho pode lembrar-se. Se o pai for pedreiro deve transmitir o ofício ao filho e mostrar-lhe que caminhos seguir para evitar certos problemas na vida. Nosso pai é nosso Deus cá na terra e a mãe é nossa progenitora (EC-7: HA).

Em certa medida, a existência de alguns desentendimentos na relação entre pais, mães, filhos e filhas se explica pelo facto de os primeiros serem portadores de uma experiência acumulada pelas gerações passadas e os segundos viverem um período conturbado, marcado pela expansão da democracia e por rápidas transformações, em que as pessoas dispõem de múltiplas fontes de informação que lhes aporta conhecimentos sobre os fenómenos que afetam as suas vidas e os valores que presidem as diferentes formas de organização das sociedades, o que torna quase

obsoleta a forma de transmissão unidirecional da sabedoria de pais para filhos e filhas. Por outra, as tensões intergeracionais ocorrem em todas as sociedades do mundo e têm origem nas diferentes visões que as novas gerações possuem e que, nalguns casos, resultam em questionamentos sobre os interesses e os valores da vida defendidos pelas gerações anteriores, visto que, a maioria de jovens se mostra muito propensa a abraçar os modismos culturais advindos do exterior em detrimento das suas referências identitárias e culturais.

7.4. As relações socioeducativas interfamiliares

A maioria dos habitantes de *Ekovongo* está vinculada às chamadas famílias alargadas, e estas, por sua vez, estão interrelacionadas, quer por consanguinidade, quer através de casamentos. Esta forma de organização das famílias facilita a consolidação da própria sociabilidade que se materializa em todos os acontecimentos do quotidiano. Analisar as relações interfamiliares nesta comunidade é penetrar nas profundezas da cultura *umbundu*, que coloca no centro das atenções o essencial da natureza humana que, uma vez enriquecida pelo costume e pela tradição busca a harmonia existencial com os demais. A harmonia existencial só pode ser alcançada na relação com o outro e com o meio circundante, ou seja, numa relação na qual, o homem se sente carente e busca a sua maturidade no intercâmbio educativo e comunicativo, que o habilita como um ser capaz de compreender os mistérios da natureza, apto para interagir com essências ou realidades do mundo material e com essências ou realidades do mundo espiritual. As relações interfamiliares revelam a maior expressão de solidariedade, porquanto reflectem o compromisso individual para com o seu semelhante e a responsabilidade colectiva de um grupo familiar para com outros grupos que integram a macro-estrutura social, quer na dimensão de uma comunidade ou na dimensão de uma sociedade mais ampla, como reportam os seguintes depoimentos:

Em cada família alargada, além de pais, mães, tios, tias, primos, primas, avós, etc, existem filhos e filhas considerados como primogénitos e primogénitas; tanto esses, como os demais, cada um age de acordo com o lugar e as funções que lhe são inerentes na hierarquia da grande família. Todos são aconselhados no seguinte: «se um membro da nossa família cometer algo contra o membro de outra família, e essa, por sua vez, exigir a multa ou indemnização vocês devem pagar; se a família ofendida não exigir nada, devem considerar esse gesto, para no futuro agirem da mesma maneira, quando alguém daquela família cometer contra a nossa. Entretanto, não devem ser reincidentes ao ponto de cometerem duas ou mais vezes contra a mesma família. Lembrem-se do ditado que diz: *oku wafelelā ongumbu kavandalandalako otchiñymame*», ou seja, não se atreva marchar de

retaguarda em direcção ao sítio onde você próprio cavou um abismo. Essas são algumas das principais pautas educativas que *onjango* e *otchiwo* familiares transmitem a todos os seus membros para serem recordados no relacionamento com outras famílias (EC-7: HA).

Cada família alargada elege o ancião principal que exerce a função de educador e responsável da lareira daquele *onjango*. É ele o mediador que articula a relação entre a família alargada e as demais instituições da corte, principalmente o Conselho Real. Os conteúdos da educação são geralmente os ensinamentos herdados dos antepassados e aquelas orientações que emanam da Corte Real (EC-3: HAC).

Em *Ekovongo*, assim como em outras comunidades *ovimbundu*, existe um princípio que funciona como a trave-mestra que preside as relações entre as pessoas. Quem se ausenta do convívio familiar por um período igual ou superior a 24 horas deve comunicar o facto aos parentes da família alargada e aos vizinhos mais próximos. Se alguém se ausenta sem despedir-se dos demais, ainda que surgir algum problema (enfermidade, incêndio, etc.) em sua residência, os parentes podem prestar a ajuda às vítimas, mas os vizinhos mais próximos não podem intervir em gesto de ajuda para dar solução ao mesmo, porque se sentem menosprezados pelo vizinho que se ausentou sem os comunicar da sua ausência. É deste princípio que alude o testemunho abaixo.

De princípio, se eu decidir ausentar-me, devo informar, tanto a minha esposa, aos meus filhos, aos meus parentes, assim como aos vizinhos mais próximos. Quando eu chegar ao destino, devo de igual modo informar à comunidade hospedeira sobre o estado de saúde da minha família, dos meus vizinhos e dos comunários em geral. O primeiro homem que eu encontrar na comunidade de destino, também deve proceder da mesma maneira, isto é, deve descrever-me detalhadamente o estado de saúde da sua família, dos vizinhos e de seus conterrâneos em geral; a isto se denomina *ulonga*⁸¹. Além disso, ao ausentar-me, se no destino existir parentes meus, devo levar comigo um menino, para, por um lado, se acontecer algo, ele possa informar o sucedido; por outro, para o menino ser conhecido pelos meus parentes que residem noutra comunidade, pois, se com o tempo eu falecer, os meus filhos conheçam onde se localizam os demais membros da família alargada. Ao proceder desta maneira, não se rompe o elo de ligação parental, mesmo em caso de morte de uns e de outros. Esta é uma das pautas fundamentais deixadas pelos nossos antepassados. Entretanto, nos dias de hoje, este procedimento tem sido ignorado por muitas famílias devido ao uso de transportes de elevado custo como bicicletas, motorizadas, carros, etc, e em

⁸¹Relatório detalhado de ocorrências acontecidas no seio de famílias, assim como acontecimentos relevantes do quotidiano de uma comunidade.

consequência, as novas gerações têm caído na perdição. Esta é a primeira relação entre os homens (EC-6: HAC).

Entretanto, esta forma de organização sociocomunitária tem sofrido ameaças de sua desestruturação devido à factores já mencionados atrás como a guerra civil, a emigração para as cidades, a expansão da escola formal de matriz ocidental, a globalização e as rápidas transformações que têm lugar em *Ekovongo*. Como consequência da desestruturação, as famílias vivem alguma fragilidade e angústia, situação que se reflecte nos níveis de solidariedade interfamiliar como faz notar as seguintes afirmações do ancião Sapwile e do Jovem Visese:

Actualmente não existem responsáveis que lideram as famílias alargadas como no passado recente; o que existe actualmente são zonas. Mas, ainda assim, cada família nuclear mantém a relação com outras que compõem a mesma família alargada, em todos os aspectos da vida. No entanto, não há aquela organização que havia em tempos passados, em que as famílias se juntavam em torno de um parente ancião tido como responsável, para ouvirem ensinamentos durante o serão no *onjango*. Actualmente, cada família alargada se auto-orienta e se auto-controla. Quando surge um problema grave na comunidade, o caso de morte, por exemplo, todas as pessoas solidarizam-se (EC-1: HAC).

As relações inter-familiares diferem de família a família; em casos de doenças, óbitos e casamentos, as relações se articulam consoante o modelo educativo vigente na família em causa. Existem famílias unidas e solidárias, e outras que são desunidas. Aqui na comunidade temos algumas famílias que têm aquela cultura de abertura e flexibilidade; com essas famílias, ainda que eu tiver algum desentendimento com um dos seus membros é mais fácil fazer a acareação e restabelecer o bom relacionamento no dia seguinte. Com as famílias cínicas, um diferendo pode levar ao corte no relacionamento por muito tempo. No plano intra-familiar a situação é bem diferente, pois, ainda que existir diferendo entre membros da mesma família alargada, eles próprios criam mecanismos de acareação internamente (EC-14: HJ).

A desestruturação das famílias foi tema de um debate havido em um dos velórios em que participamos em solidariedade com a família enlutada. Por aquilo que percebemos das inquietações dos intervenientes ao debate, a família em causa está dividida; alguns residem na cidade do kuito, outros permanecem em *Ekovongo*. A maior inquietação foi manifestada entre os residentes da cidade do kuito que disseram em gesto de desabafo:

Nós estamos perdidos porque residimos na cidade do Kuito; sentimo-nos isolados do convívio da família residente aqui em *Ekovongo*. Os

outros que ficaram aqui praticamente já não nos conhecem como parentes; não nos procuramos uns aos outros e sentimo-nos quase abandonados. Quando o nosso pai mudou-se para a cidade não se preocupou em manter a ligação com os demais parentes que ficaram cá na comunidade e o resultado está à vista; como nunca nos apresentou aos demais parentes eles não nos conhecem como membros da grande família. (lamentações da família enlutada).

No entanto, as relações interfamiliares são mais expressivas em acontecimentos como festas, cerimónias matrimoniais, óbitos, etc., que congregam todos aqueles que directa ou indirectamente se consideram vinculados a esse tipo de eventos. A participação nestes eventos obriga a uma reciprocidade, sem a qual o indivíduo arrisca-se a ser socialmente excluído. Este mecanismo sancionatório de exclusão social por não participação em acontecimentos que afectam coletividades inteiras constitui um instrumento de persuasão para todas as pessoas que demonstram pouca sensibilidade para com os problemas que assolam os seus confrades. Por exemplo, o óbito é um infortúnio porque a pessoa falecida deixa um vazio que ninguém pode preencher. Entre os *ovimbundu*, a morte é um acontecimento transcendental que tem uma dimensão festiva e religiosa, pois, requer a realização de ceias acompanhadas de ritos, ao qual devem estar presentes todas as pessoas ligadas ao defunto, quer por consanguinidade, quer por afinidade matrimonial ou por amizade plena; logo, todos aqueles que não participam do óbito ser-lhes-á dado um tratamento recíproco quando tiverem um infortúnio deste género, principalmente no momento das ceias de despedida com o defunto, ou seja, todos contribuem para a logística das mesmas, mas as pessoas ausentam-se do local propositadamente para não consumirem as comidas preparadas para o efeito, como sinal de protexto ao comportamento anti-social da pessoa enlutada. Além dos acontecimentos ora mencionados, as relações interfamiliares se expressam também na concretização de alguns projetos. Durante o período de observação participante foi possível notar actividades de construção de residências, em que algumas famílias se envolviam em número considerável para simbolizar a sua solidariedade para com os problemas habitacionais que afectam as outras famílias.

Ora, à semelhança de outras comunidades *ovimbundu*, *Ekovongo* não é um espaço habitado unicamente por famílias alargadas; existem também habitantes que, pela sua história de vida e por destino não se enquadram em nenhuma dessas famílias alargadas; são imigrantes da guerra civil que escolheram *Ekovongo* como espaço para residir definitivamente e que tudo fazem para adaptarem-se à realidade local. Além disso, não é uma comunidade livre de assimetrias socioeconómicas internas, egoísmos, injustiças, invejas e maldades de vária índole. Existem famílias que desfrutam de uma situação económica próspera para um contexto rural; mas também existem famílias em situação socioeconómica difícil, que tudo fazem para melhorarem a sua situação social. Durante a

observação participante registou-se um cenário de maldade em que um homem de uma comunidade vizinha contraíu matrimónio com uma senhora de *Ekovongo*. Durante o tempo de convívio a senhora contraíu uma deficiência em uma perna. Este infortúnio da senhora serviu como argumento para o marido justificar o divórcio. Devolvida à sua família em *Ekovongo*, a senhora abriu um novo capítulo de relacionamento afectivo com outro senhor. O ex-marido apercebeu-se da nova relação amorosa de sua ex-esposa e decidiu fazer uma queixa ao Tribunal Costumeiro de *Ekovongo*, exigindo do seu rival uma indemnização com o argumento de ter sido ele o primeiro marido da senhora. No julgamento costumeiro em que obtive autorização de participar como investigador observador gerou-se um conflito entre a família da senhora e a família do ex-marido queixoso, que por pouco terminaria em pancadaria. O pior não aconteceu porque o Tribunal Costumeiro soube inteligentemente gerir a crise, exigindo do ex-marido indemnização a favor da senhora em causa.

O cenário ora descrito revela claramente, que *Ekovongo* não é uma comunidade livre de conflitos interfamiliares ou de outra natureza, pois, durante o período de observação participante os comunários descreveram com realismo determinadas atitudes e comportamentos negativos de algumas pessoas, que comprometem a boa convivência entre famílias, nomeadamente a falta de diálogo, a desconfinça em relação aos vizinhos, a tendência para a superstição, etc.

Esta situação tem criado perturbações no bem-estar das pessoas aqui na comunidade, porque aqui mesmo em casa onde estou se aparecer uma criança do vizinho e eu oferecer-lhe uma banana, dias depois, se a mesma criança queixar-se de dor de barriga, os pais perguntam-lhe se tivera comido alguma coisa; ao explicar que tivera comido a banana em casa do vizinho, os pais não pensam outra coisa senão desconfiar do vizinho que tivera dado a banana. Agora, com esta situação, a caridade que sempre nos caracterizou já não pode ser feita a qualquer que seja, senão aos próprios filhos, sobrinhos e netos; de contrário, pode criar-nos alguns problemas com os vizinhos. Entretanto, a situação que acabei de descrever não é genérica, observa-se apenas em algumas famílias, pois, em muitas outras ainda se praticam esses valores. (...) Essa forma de organização permitia a identificação de gatunos, feiticeiros e outros malfeitores que eram bem conhecidos e não tinham como disfarçar-se ou esconder-se (EC-6: HAC).

Portanto, as relações interfamiliares têm um papel educativo de transcendente importância para o reforço e a preservação da ética individual e colectiva, apesar da penetração da ética capitalista que tem provocado a erosão dos valores tradicionais locais. A organização social fundada em famílias alargadas constitui uma referência organizativa que garante proteção aos seus membros, não só em uma comunidade rural, como também no contexto urbano. Não obstante, esta

forma de organização social também se revela vulnerável a conflitos, cuja gestão requer de uma liderança sábia e capaz de compreender o impacto das transformações em curso no mundo contemporâneo e a crise de valores que as mesmas provocam quer ao nível das famílias, quer ao nível das sociedades.

7.5. As relações socioeducativas adulto-adulto

Por ser carente, o homem busca insensatamente interagir e relacionar-se com seus semelhantes. Nessas interações, em que se busca sentido e se desenham as relações socioeducativas e comunicativas os homens intercambiam ideias e delineam projetos para satisfazer as necessidades individuais e colectivas. Nos encontros do dia-a-dia, os adultos estreitam relações de proximidade, o que lhes permite criar redes de amizade ou grupos que se conformam de acordo com as motivações e os interesses de seus integrantes. Este entedimento corrobora com a seguinte afirmação:

Nos contactos e nos encontros que mantemos entre nós, muitas vezes obtemos outras informações e outras instruções de como realizar isto e aquilo e muitas vezes nos pode impulsionar para coisas que vão melhorar a nossa vida (EC-15: HAC).

Nas suas interações, as pessoas agem como educadores e ao mesmo tempo como aprendizes, situação que permite a sua evolução para um nível que se pode considerar de relações socioeducativas, porquanto objetivam o intercâmbio de conhecimentos sobre as técnicas de produção agrícola que relevam para sucessos nas colheitas, e, conseqüentemente para o bem-estar material das famílias como testemunham as opiniões que abaixo se reproduzem.

Nos encontros do dia-a-dia os homens falam sobre as variações do clima durante o ano e os tipos de produtos que se deve cultivar nessas épocas. Há pessoas que só cultivam por cultivar porque não têm conhecimentos sobre as variações climáticas e o tipo de sementes a aplicar no solo para que possa obter uma boa colheita. É também nesses encontros onde os homens abordam assuntos relacionados com o bem-estar da família e outras questões de relacionamento entre as pessoas na comunidade em geral. (EC-10:HA)

Bem, os homens geralmente procuram-se uns aos outros e juntam-se em pequenos grupos conforme o grau de proximidade que existe entre eles. No grupo cada um expõe o assunto que lhe interessa ou lhe preocupa, para escutar a opinião dos outros; é um momento de aprendizagem, por exemplo, há pouco me viste com um papel na mão. O mesmo é um documento sobre as eleições, que explica como votar; logo, quando certos indivíduos se juntam num mesmo lugar é porque

precisam aprender algo uns dos outros, perguntar uns aos outros, o que é que falta na nossa comunidade? (...) Isto quer dizer aprendizagem! (...) Quem escutar na rádio informações sobre coisas que se passam no mundo faz sempre o possível de explicar aos outros. Por exemplo, durante estes dias temos escutado informações sobre acidentes como capotamento de veículos que têm ocorrido em várias localidades do país; pode calhar que no momento em que a informação passou, o outro vizinho não tinha o seu rádio ligado, logo, ao encontrar-se com ele, há que explicar-lhe a informação que foi veiculada pela rádio (EGC-4:HAC).

Nas suas interações, os adultos tratam de tudo, mas evitam expor aquelas questões que dizem respeito à vida interna do lar familiar, nomeadamente os diferendos entre marido e esposa. No entanto, existem aquelas questões internas do lar familiar a exemplo das questões de saúde que não devem ser ocultados, visto que, a sua resolução pode advir dos conselhos dados pelos vizinhos, como aludem as opiniões que se seguem:

Bem! Os assuntos do lar não são abordados nesses encontros, ainda que existir alguns problemas, não se deve falar deles nos encontros com os vizinhos; se existir no lar complicações com a nossa parceira, o assunto deve ser levado às tias dela. Portanto, não se deve levar os assuntos do lar aos vizinhos (EGC-4:HAC).

Os assuntos do lar podem ser abordados com os vizinhos! Senão vejamos: quando cá cheguei foi mesmo o cunhado que informou que a saúde da prima não vai lá tão boa. Há assuntos do lar que não se deve informar aos vizinhos, mas os problemas de saúde podem ser levados ao conhecimento dos vizinhos; às vezes, o vizinho conhece algum medicamento que pode superar a enfermidade que atormenta a saúde do nosso familiar (EGC-4:HAC).

Nos seus encontros, os adultos trocam opiniões sobre assuntos que afectam as relações interfamiliares, que no contexto rural podem evoluir para situações conflituosas, minar as relações de boa vizinhança e o espírito cooperativo entre as famílias.

Nos encontros do dia-a-dia os homens trocam ideias sobre vários aspectos da vida. Por exemplo, falam das famílias, das suas virtudes e dos seus defeitos; se forem indivíduos do mesmo parentesco opinam em que famílias se pode escolher alguém por noivo ou noiva, sobretudo se existir no seio deles rapazes e raparigas em idades de contrair matrimónio. Alguns falam de famílias preguiçosas que não gostam de se esforçarem no trabalho, outros falam de famílias intriguistas que promovem a separação no seio delas, etc. (...) Os homens analisam também aspectos económicos; por exemplo, se

existir parentesco entre vizinhos não pode haver inveja e ódio, mesmo quando a galinha e o cabrito do outro passeiam pelo pátio da nossa casa; mesmo quando os animais do outro comem as folhas das nossas plantas não se pode cobrar por isso, porque os nossos animais também poderão fazer o mesmo no pátio da casa do outro (EC-6:HAC).

No contexto rural, onde não existem políticas de proteção social, nem serviços de assistência social estatais, são as próprias famílias que criam mecanismos internos que prestam apoios múltiplos às pessoas que deles necessitam; desta feita, é nas relações socioeducativas entre as pessoas, que o princípio de inter-ajuda se torna preponderante, pois, além de expressar um sentimento afectivo de um ente para com os seus semelhantes, constitui uma necessidade e ao mesmo tempo, um dever político e socio-moral, através do qual cada elemento integrante de uma família alargada procura construir e consolidar uma espécie de segurança social, que lhe permite superar as dificuldades decorrentes de situações de precária assistência sanitária, de carências económicas, sociais e financeiras que podem afectar a sua própria vida, bem como a vida da sua família. Este entendimento está refletido no testemunho a seguir.

(...) se o vizinho contrair uma enfermidade numa altura em que o mesmo não dispõe de recursos financeiros para custear o seu tratamento, devemos estender-lhe a mão, isto é, ainda que não tivermos dinheiro, podemos ajudar-lhe com um cabrito para vender, sabendo-se de antemão, que, qualquer dia, serei eu, ou os meus filhos a contrair uma enfermidade e a necessitar de uma ajuda. (...) Nas cidades, por exemplo, o vizinho pode ser ele mesmo o seu principal inimigo; o nosso filho não pode passar pela casa dele; a galinha e o cabrito muito menos, porque, inclusive, a própria casa está cercada de um murro com um portão sustentado por uma fechadura. Aqui na comunidade não é assim; se eu crio animais, o outro também faz o mesmo e quando morre alguém, ficam todos sensibilizados a vender ou a hipotecar o seu animal à família enlutada, para servir no óbito⁸². (...) quando o indivíduo pretende realizar uma actividade que requer o uso de instrumentos que ele não possui; neste caso, dirige-se aos vizinhos que dispõem dos mesmos solicitando apoio de prestação

⁸² Entre os *ovimbundu*, além do velório, a melhor maneira de homenagear o defunto é realizar-lhe um óbito em que haja ceias de despedida. Nessas ceias é praticamente obrigatório o sacrifício de (bois, cabritos, porcos e galinhas). Sem o sacrifício de animais domésticos, o óbito pode ser igualado à morte de um cão e não de uma pessoa. Aqui está implícito o princípio de que a pessoa é aquela que em vida cria animais domésticos. Se alguém morre e não se sacrificam animais nas ceias de seu óbito é porque em vida não foi visionário e andou distraído sem se preocupar com a última etapa do ciclo de vida na terra.

de serviços. O vizinho pode ceder a sua charrua e bois para apoiarem a execução desse trabalho (EC-6:HAC).

Em alguns casos, os homens de *Ekovongo* estabelecem relações privilegiadas com aqueles de quem esperam obter alguma contrapartida para satisfazer as suas necessidades; nestes casos, as relações entre os adultos têm um carácter utilitarista. A este respeito, o comunário afirma:

Existem vários tipos de relações entre os homens: existe a relação entre o indivíduo que tem algo para satisfazer as suas necessidades e o indivíduo que quase não tem nada, assim como existe aquela relação entre dois homens que têm algo nas suas vidas. Esses últimos se relacionam mutuamente e a relação entre ambos se traduz na troca de ideias sobre vários aspectos das suas vivências e na busca de soluções que podem melhorar as suas vidas; ao passo que, entre aquele que possui algo e aquele que não possui quase nada o relacionamento é débil e só ocorre quando aquele que não tem quase nada se dirige ao indivíduo que tem algo com intuito de prestar-lhe algum serviço e receber em contrapartida algo que ele necessita. Nestes casos, pode haver certo grau de aproximação entre ambos. As relações entre indivíduos que não possuem quase nada também se traduzem na troca de ideias em que sobressaiem ensinamentos importantes; por exemplo: que actividades a empreender? E, como realizar esta ou aquela actividade para que tenhamos sucessos na vida futura (EC-1:HAC)?

Entretanto, seria incoerência considerar *Ekovongo* como uma comunidade onde as relações entre os homens se processam harmoniosamente sem contradições inerentes às sociedades humanas. A realidade ora descrita, por mais que represente a tendência dominante não expressa a totalidade; a competição, a ganância, a inveja e o ódio são factores perturbadores que afectam o bom relacionamento entre as pessoas. Estes factores têm influenciado negativamente a solidariedade que permeia as relações entre as pessoas em *Ekovongo*.

A solidariedade está a sofrer ruptura a favor do individualismo. Os jovens e mesmo alguns adultos têm manifestado receios e desconfianças distanciando-se da fiscalização colectiva, pensando que deste modo evitam os males que podem afectar as suas vidas, mas, em contrapartida os males são frequentes e as mortes multiplicaram-se (EGC-8:MAC).

Actualmente, esta solidariedade está desaparecendo pouco a pouco, devido às transformações por que está passando a própria sociedade em geral, o individualismo e a ganância que tem acelerado a competição, provocando alterações no comportamento das pessoas aqui na comunidade. Alguns fazem esforços e conseguem resultados

satisfatórios, outros não conseguem e criam inveja e ódio, chegando mesmo ao ponto de arranjam falsos argumentos para acusarem aqueles que conseguem de feiticeiros. (...) o esforço e a competição entre os homens, por si só, não constituem maldade, senão repare; as motorizadas chegaram pouco a pouco, mas agora muita gente tem procurado adquirir este meio de transporte, e isto é bom! Que fazer? Os outros se locomovem através deste meio de transporte; logo, também eu tenho que trabalhar muito no campo para poder adquirir este meio de transporte. (...) Quando toda a gente se empenha no trabalho, mesmo havendo competição, há possibilidades de todos triunfarem e viverem bem (EC-6:HAC).

No meio entre os apologistas da necessidade de diferenciação etária, equilíbrio e harmonia nas relações humanas existem também aqueles que consideram as adversidades como qualidades inerentes à natureza do próprio homem. Ainda que todo o homem fosse justo e perfeito desde a nascença haveria, mesmo assim, necessidade de educá-lo para adaptar-se ao meio e enfrentar os desafios do mundo em transformações. À medida que as sociedades conceberem a educação como um instrumento de manutenção da hegemonia de grupos ela se tornará em um mecanismo catalizador da diferenciação social. Enquanto ser sociável, o homem é um ser das adversidades. Este é de facto o entendimento que transmite a seguinte narrativa:

Em relação a nossa vida aqui na comunidade bem... É verdade! Se repararmos, nós os humanos Deus nos criou; alguém explicou dizendo; no início, tanto o homem como o animal Deus criou-os da mesma forma e deu-lhes o mesmo coração. Com o andar dos tempos alguém foi reclamar junto de Deus dizendo-lhe que não nos criou tão bem assim com esta homogeneidade de corações; o melhor é morrermos todos, extrair todos os corações, espalhar no balaio para redistribuí-los de novo. É a partir dessa redistribuição que observamos que certas pessoas aparentam ser boa gente mas os seus corações... Um ficou com o coração de cão e passa a vida a rir com os outros; outro ficou com o coração de leão e passa a vida a conflitar com os outros... Outro ainda ficou com o coração de cínico e vive a solidão. Por isso, tudo está complicado; é por isso que constatamos que as pessoas são distintas e se repararmos concluímos que somos diferentes uns dos outros, ou não? (EC-2:HAC).

Ora, desponta desta análise que as relações entre os homens em *Ekovongo* se caracterizam, por um lado, pela proeminência de valores humanos como o compadrio, a cooperação e a solidariedade; por outro, para uma tendência de ruptura, porquanto esses valores são contrariados por anomias sociais como o individualismo, a ganância, a competição e a superstição. Embora esta seja a dialética que articula as relações humanas, o individualismo, a competição e a

ganância se constituem em factores nocivos que são propiciados de forma exacerbada com a expansão do modelo de desenvolvimento neoliberal.

7.6. As relações socioeducativas entre jovens e anciãos

Em *Ekovongo*, assim como em outras comunidades *ovimbundu*s anciãs e os anciãos são considerados bibliotecas vivas, por serem detentores da sabedoria, de conhecimentos das ciências da natureza, da tradição, do direito costumeiro, da origem das tribos, das linhagens e dos clãs familiares; gozam de respeito e prestígio no seio dos habitantes, e nesta condição formam a gerontocracia da comunidade. Ora, como já foi assinalado atrás, as comunidades e as sociedades *ovimbundu* estão genericamente constituídas por famílias alargadas, que em sua génese, são grupos representativos das linhagens que asseguram a sua continuidade. Em obediência à sua cultura, à tradição e ao direito costumeiro, cada membro de uma família pode ser considerado potencial candidato à tutoria ou liderança da família alargada quando alcançar a idade avançada. Em função disso, deve ser educado e socializado tendo em conta o exercício futuro dessas responsabilidades e, por extensão da liderança comunitária. É nesse processo educativo e de socialização que as anciãs e os anciãos adquirem o estatuto de bibliotecas vivas e assumem um papel de transcendente importância – o de transmitir às novas gerações a sua sabedoria e o acervo cultural para a sua perpetuação. No entanto, o cumprimento desta nobre missão de transmitir aos jovens o acervo cultural desencadeia expectativas no ego das anciãs e dos anciãos, a respeito de um comportamento compensatório de reverência por parte daqueles que seriam seus sucessores, o que nem sempre acontece atualmente; o comportamento dos jovens parece estar a defraudar as expectativas dos idosos.

No passado havia temor pela vida e as pessoas respeitavam os seus progenitores, assim como os adultos, as adultas, as anciãs e os anciãos. Quando nós éramos adolescentes participávamos do serão, sentávamos juntos com os nossos pais e as nossas mães e eles nos contavam daquelas coisas que não devem ser praticadas na vida em sociedade; diziam-nos, que ao fazer encontro com um adulto ou com um ancião devíamos priorizar-lhe a passagem pelo caminho; que sempre que fizéssemos encontro com um ancião ou anciã que carrega uma trouxa sobre a sua cabeça, devíamos ajudar a carregar a mesma até à sua residência. Inclusive advertiam-nos: “quem desrespeitar os seus progenitores morrerá! Se desrespeitares sua mãe morrerás! Se desrespeitares um adulto, uma adulta, uma anciã ou um ancião morrerás”! Quando reflectíamos sobre tais advertências criávamos temor pela vida (EC-5:MAC).

O facto de as relações entre jovens e anciãos se basearem no temor por represálias permite compreender a tendência de irreverência demonstrada pelas novas gerações no modo como se relacionam com os idosos. Se o contexto do passado aconselhava os jovens a pautarem por uma atitude de temor e reverência às anciãs e aos anciãos, por serem os detentores e guardiões da sabedoria, das normas, etc.; o contexto atual oferece inúmeras possibilidades e alternativas de os jovens resolverem os seus problemas do quotidiano fora do círculo gerontocrático a que estavam confinados anteriormente. Não obstante, existem jovens que respeitam e reverenciam os anciãos por serem figuras de referência para todos os comunários.

Bem! Existem alguns jovens que têm mesmo respeito. No ano passado e mesmo neste ano de 2011 eu posso mencionar alguns jovens, que quando fazem encontro comigo me recebem a bicicleta carregada de coisas e levam até à minha casa. Posso ainda mencionar o filho do Ernesto Kanjundu, um vizinho que reside naquela área; é um rapazito, mas tem respeito. Em Fevereiro fiz encontro com ele quando empurrava a minha bicicleta carregada de cebola numa subida; olhou para mim e disse: avô deixa-me empurrar a bicicleta e veio mesmo até em casa. Da parte dos rapazes existem alguns que têm mesmo respeito pelos mais velhos (EGC-4:HAC).

Em *Ekovongo*, as relações entre jovens e anciãos tendem a evoluir para uma competição intergeracional dinamizada pela lógica da acumulação de bens económicos que, para uma comunidade em transição, são considerados como meios legitimadores do poder, e, por conseguinte, de prestígio e reconhecimento social. Os jovens têm consciência da existência dessa competição e sentem um alívio, por disporem da possibilidade de emigrar temporariamente para as cidades em busca de bens económicos que lhes outorgará prestígio na comunidade, onde se sujeitam a empregos precários. O seguinte pronunciamento ilustra claramente esse espírito competitivo:

Agora, há muitas bebidas alcoólicas e muito dinheiro, mas, o que temos observado é que os jovens têm mais dinheiro do que nós os mais velhos e isto tem criado situações de falta de respeito da parte dos jovens, que olham para os mais velhos como carentes e incapazes de autosustentarem-se. Os jovens recusam-se a prestarem apoios aos mais velhos. Em suma, este é o quadro que caracteriza a relação entre os homens nesta comunidade (EC-6:HAC).

Não obstante, alguns jovens reconhecem a importância dos ensinamentos e das experiências que os anciãos transmitem, uma vez que, tem sido sempre com o concurso desses que se resolvem os diferendos que surgem no dia-a-dia.

Existem relações entre nós e as pessoas de maior idade, porque de contrário não estaríamos aqui; «*malanga okutunda olombinga, wanda*

utate leñyanga», ou seja, se a palanga cresceu até lhe saírem chifres é porque acautelou-se dos caçadores. Para que possamos atingir a idade dos mais velhos devemos andar com eles; por isso existem relações entre nós e os mais velhos. Se um jovem lesar a outrem, o lesado recorre aos mais velhos, a fim de explicar o sucedido, para esses procederem a acareação entre irmãos desavindos; nessas circunstâncias, como será resolvido o diferendo, se o jovem lesado não tiver relações com os mais velhos? Simplesmente eles dirão: não conhecemos este jovem. (EC-14:HJ)

Entretanto, as transformações que se operam em Angola, auspiciadas pelo neoliberalismo e impulsionadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) atingem o meio rural, em particular, a comunidade de *Ekovongo*. Esta comunidade regista um fluxo de instituições exógenas que prestam serviços diversos, nomeadamente, as escolas e a Coordenação de Escolas Formais, o Posto de Saúde, a Unidade Policial, o Centro Administrativo, as ONGs e as igrejas. Estas instituições, além de veicularem informações diversas, vão dando respostas a determinadas preocupações dos comunários esvaziando, em alguns casos, o papel antes exercido pelos anciãos. Além disso, a própria mídia, em particular, a televisão, invade o espaço familiar e comunitário, com a divulgação dos valores da democracia, exaltando e publicitando, ao mesmo tempo, o individualismo e outros excessos da cultura ocidental. A invasão cultural propiciada pelos mídias tem provocado a desestruturação das famílias e das formas tradicionais de organização social, que se reflete nas relações entre jovens e anciãos, marcadas por uma ruptura de diálogo intergeracional, como testemunha a seguinte afirmação:

O bebé que chora precisa de mamar, mas no caso presente o bebé ainda não chorou. Esse bebé que ainda não chorou será que tem fome? É assim que a juventude local está a ser pisoteada pelos outros que sabem aproveitar o bem que temos aqui. Durante estes meses que vives aqui connosco alguma vez viste um jovem daqui a participar das visitas junto da *Ombala*? Eles não participam. Se um jovem bater-me a porta de manhã é porque tem uma preocupação pessoal, para o pai ou avô lhe prestar ajuda. Enquanto não tiver alguma preocupação ele é dono de si mesmo; e se estiver na estrada a conduzir uma bicicleta ou motorizada, o mais velho tem de afastar-se quanto antes, porque senão pode ser atropelado propositadamente. (EGC-4:HAC)

A crise económica que se agrava com a implementação de políticas públicas que excluem as comunidades rurais, têm sido os principais factores de empobrecimento comunitário. A maioria de jovens prefere emigrar para as cidades em busca, não só de emprego, mas também de novas referências para reorientar a sua vida, visto que, para eles os conhecimentos e os ensinamentos transmitidos pelos anciãos já não satisfazem as suas expectativas e as suas necessidades presentes e futuras. O subdesenvolvimento que a comunidade

enfrenta é vista pelos jovens como resultando de uma educação conservadora, orientada para a manutenção do *statu quo* que coloca o ancião no topo das decisões pelas quais se definem o destino dos demais, sem perspectivas animadoras de inovação e desenvolvimento. Os anciãos são vistos como elementos que freiam as iniciativas de desenvolvimento.

Actualmente, os jovens não aceitam aprender os ensinamentos transmitidos pelos adultos, muito menos dos anciãos porque consideram que tais ensinamentos estão ultrapassados. Alguns dizem mesmo: não me apresentem a esses feiticeiros (EGC-8:MAC).

Nos dias de hoje, o comportamento dos jovens para com os adultos, ou mesmo, para com os anciãos está marcada pela irreverência e falta de respeito (EGC-8:MAC).

Alguns jovens respeitam, outros pensam que estão ultrapassados (EC-7:HA).

Para lá dos factores que influenciam negativamente o relacionamento com os anciãos, a superstição parece ser um dos motivos de desconfiança, pois, os jovens consideram os idosos como sujeitos portadores de um suposto poder invisível, que pode ser usado para desestabilizar ou destruir as suas vidas. Os anciãos têm a percepção dessa desconfiança, ao mesmo tempo em que atribuem a prática da bruxaria aos jovens pela sua vulnerabilidade aos bens materiais, como bem justifica o ancião Kapoko em seu depoimento.

Bem, os nossos filhos dos tempos atuais não dão ouvidos a um ancião que lhes fala da sua experiência de vida; respondem dizendo que isto passou no vosso tempo. Nós vivemos a actualidade que nos é proporcionada pelos ventos dos tempos novos e denotam algum receio em frequentar as sessões educativas dos anciãos, porque pensam que ali podem transmitir-lhes ensinamentos de bruxaria. Na realidade, não são os anciãos que estão preocupados em ensinar a bruxaria; é a própria juventude atual que se denota preocupada com o dinheiro, os bens materiais para embelezar a casa, assim como a riqueza, o que lhes leva por vezes, a procurar a bruxaria para consegui-los o mais depressa possível. São essas coisas aliciantes que têm seduzido e fragilizado a nossa juventude de hoje, chegando mesmo a renunciar a memória do seu passado. É a partir desta realidade que se torna praticamente complicado e difícil transmitir aos jovens de hoje aqueles ensinamentos que lhes podem ser úteis na vida. Quando alguém lhes propõe a assistir uma sessão educativa, eles recusam-se e dizem mesmo que preferem gastar esse tempo na discoteca. (EC-3:HAC)

Em *Ekovongo*, os anciãos manifestam-se bastante preocupados com a mentalidade da nova geração impregnada de irreverência e anarquia. O alvoroço dos anciãos não surge por acaso; entre os *ovimbundu*, existe uma crença segundo a qual os deuses mediadores, protectores das linhagens e das famílias, são espíritos ancestrais de defuntos, purificados e divinizados de acordo com as funções ou papéis que em vida exerceram na sociedade. Para os anciãos, a irreverência, a inobservância das normas de comportamento e a anarquia evidenciada pelos jovens constituem “heresias” susceptíveis de penas severas se forem levadas ao tribunal costumeiro. O testemunho do ancião Kapoko reflete este alvoroço.

Isto só acontece agora, e o que temos constatado é algo incomum, porque o soba está com a Bíblia na mão, o ancião está com a Bíblia na mão, o governante está com a Bíblia na mão, o polícia também está com a Bíblia na mão. Toda esta conjuntura favorece e legitima a generalização do desrespeito e da anarquia. Já não há temor pela morte e quando alguém adverte um jovem ou uma jovem que este ou aquele comportamento, esta ou aquela acção podem ter consequências mortais, geralmente, respondem dizendo mesmo que a morte não é algo por temer porque na pós-morte, na eternidade, também há vida em sociedade. (EC-3:HAC)

A situação acima descrita reflete a crise nas relações intergeracionais e nas formas tradicionais de organização social comunitária, resultante de factores endógenos (exclusão das comunidades rurais nas políticas públicas, a desestruturação das famílias e a erosão das instituições socioeducativas tradicionais); mas também exógenos, como a invasão dos valores e dos excessos da cultura ocidental através da *mídia*.

7.7. As relações socioeducativas entre autoridades e comunários de base

Como já foi referenciado atrás, em *Ekovongo* coexistem dois tipos de autoridades: a autoridade costumeira tradicional⁸³, herdeira do sistema de Poder Pré-colonial, com as respectivas infraestruturas, simbolicamente representada por um *Soma* (Rei) e *Kasoma* (Vice-Rei), atualmente denominados por Regedor e Regedor Adjunto, ambos coadjuvados por sobas das comunidades periféricas na condição de subordinados; e, ainda a autoridade político-administrativa moderna, que representa a Administração Municipal do Kuito e exerce de forma indirecta a

⁸³ A Autoridade Costumeira Tradicional dispõe de um conjunto de infraestruturas integradas no Palácio Real. Actualmente o Palácio Real se encontra em escombros, pois, as suas estruturas físicas foram destruídas durante a guerra civil. Não obstante, o espaço físico onde se situam os escombros do Palácio Real tem sido palco de visitas de estudo e de várias entidades e personalidades interessadas em conhecer a história do Antigo Reino do Bié.

tutela da Coordenação Escolar com a sua rede de escolas situadas, tanto em *Ekovongo*, como nas comunidades periféricas, o Posto de Saúde e a Unidade Policial. O Administrador⁸⁴ de *Ekovongo* exerce as funções burocráticas e faz cumprir as orientações oriundas da Administração Municipal para *Ekovongo* e que são extensivas às comunidades periféricas. Como gestor dos assuntos políticos, ele é responsável pelo crescimento económico e desenvolvimento social das comunidades que integram o Centro Administrativo de *Ekovongo*.

Com efeito, ambas as autoridades se comunicam e interagem com os comunários de base, mas, em moldes diferenciados; se o Administrador privilegia a interação formal através de reuniões, palestras, etc.; o *Soma* e o *Kasoma*, ou simplesmente regedores, além das sessões habituais do *Onjango*, eles se comunicam e interagem com os comunários em múltiplos contextos e cenários da vida quotidiana (cerimónias matrimoniais, óbitos, etc.) e com maior pendor para aqueles de carácter informal. Neste particular, o estatuto de líderes tradicionais lhes confere mais prerrogativas em relação ao Administrador; eles são de facto os líderes de *Ekovongo*. Por exemplo, no plano relacional e costumeiro, o actual Administrador é filho e comunário de *Ekovongo*; nesta condição, ele também deve obediência às normas costumeiras, cuja gestão é da responsabilidade do *Soma* e do *Kasoma* (Regedor e Regedor Adjunto). No exercício das suas funções, os líderes tradicionais se comunicam e interagem com os comunários através das sessões do *Onjango*, que é praticamente a Assembleia Comunitária, onde se decide sobre os assuntos de interesse familiar e comunitário.

Entretanto, apesar de ser uma instituição recentemente introduzida no cenário comunitário, o Centro Administrativo vai, aos poucos, diluindo os poderes e o prestígio dos regedores, que vêem algumas das suas funções e prerrogativas a serem exercidas pelo Administrador. Esta nova realidade institucional de um poder dual tem-se refletido negativamente nas relações entre as autoridades e os comunários de base, principalmente no que diz respeito à defesa da integridade física e moral das pessoas e à distribuição das oportunidades, como alude o seguinte pronunciamento:

Tivemos um líder comunitário de nome Pedro que durante o seu consulado defendeu os jovens, sobretudo em ocasiões de recrutamento compulsivo dos jovens para ingressarem ao serviço militar obrigatório durante o período da guerra. Nos dias de hoje, não temos quaisquer relações com os actuais líderes. (...) Além disso, as

⁸⁴ Durante os nove meses da observação participante em que fixamos residência nesta comunidade, o Administrador era um quadro nomeado pela Administração Municipal do Kuito, que residia esporadicamente em *Ekovongo*, pois, a sua residência permanente era naquela cidade do Kuito. Depois da nossa retirada da comunidade, foi nomeado um novo Administrador, desta feita, um filho de *Ekovongo* com residência permanente nesta comunidade, com quem interagimos em ocasiões posteriores.

coisas aqui não vão nada bem, porque o administrador cessante apenas arranjava empregos para os seus parentes. Com a indicação do novo administrador as coisas começaram a mudar e eu mais outros elementos fomos seleccionados para exercer as funções de promotores de saúde na comunidade. (EC-12:HJ)

A relação entre autoridades e comunários de base constitui uma das variáveis que mais críticas mereceram de ambas as partes durante o período de observação participante no âmbito da presente investigação; maioritariamente, os comunários dirigem duras críticas às autoridades, devido à inércia e à fraca capacidade interventiva junto das entidades públicas provinciais, com vista a pronta resolução dos problemas.

Existem relações entre comunários e autoridades comunitárias, mas, tais relações não são efectivas como se desejaria que fossem; no passado, o exercício do poder era simples e tinha outro carácter. Agora, como o soba recebe salários, a atitude das pessoas também mudou. As pessoas evitam uma proximidade efectiva com o soba porque o mesmo pode pensar que esses pretendem o seu trono. No entanto, há outros anciãos com os quais temos mantido relações efectivas porque nos contam como era a vida no passado, como se relacionavam e nos transmitem alguns ensinamentos das suas experiencias de vida. Nos óbitos e nos casamentos os anciãos narram de tudo como era a vida no passado e fazem comparação com a vida de hoje; têm sido momentos em que aproveitamos conhecer melhor a vida do passado. (EC-10:HA)

Por sua vez, as autoridades costumeiras dirigem críticas aos comunários por não respeitarem as pautas educativas, mas também por se mostrarem indiferentes e apáticos quando são convocados para sessões interativas públicas, principalmente quando se trata de abordar os problemas comunitários ou transmitir orientações provenientes de entidades públicas, nomeadamente da Administração Municipal do Kuito. Os depoimentos dos líderes refletem esta preocupação.

Portanto, não é normal o que temos observado nos dias de hoje em que a noiva com 18 anos de idade vai ao casamento já com o bebé ao colo; as raparigas só podiam ir ao casamento quando completassem 25 anos, e os rapazes quando completassem 30 anos de idade. Hoje em dia, as pessoas dizem que são modernas, civilizadas e comem na mesa com guardanapos para limpar os lábios porque pensam que a comida lhes suja a boca, mas é nesses guardanapos onde eles apanham as doenças. (EGC-11:HAC)

Não vou rebuscar os acontecimentos do passado longínquo; vou partir de uma constatação do passado recente. Anteontem, o porta-voz da

comunidade convocou todos os comunários para se juntarem no pátio habitual, a fim de lhes transmitir algumas orientações que julgamos pertinentes e oportunas. O modo como atenderam a convocatória foi uma desilusão; no mesmo dia, vimos multidões a dirigirem-se ao posto da polícia local para dirimir conflitos surgidos entre famílias e o que temos constatado é que, quando os conflitos familiares são levados à polícia os diferendos agudizam-se ainda mais, e as partes envolvidas saem de lá desiludidos, que quase ninguém mais quer repetir tal experiência. (EGC-11:HAC)

As dificuldades de relacionamento com as autoridades costumeiras ou tradicionais que os comunários evocam se devem em parte, ao carácter introvertido dos actuais líderes no trato com os comunários; por outra, as mesmas se devem principalmente aos receios que ambas as partes parecem nutrir. Os comunários receiam da possibilidade de uso da bruxaria por parte dos líderes tradicionais, pelo facto de que, algumas famílias já não dispõem de tutores que lhes possa representar e defender junto das autoridades costumeiras. Sobre este assunto recorremos ao testemunho que segue:

Há dificuldades! Geralmente, as famílias impedem os seus filhos e as suas filhas a terem relacionamento directo com líderes comunitários. Existem alguns receios, talvez porque acham que o soba seja feiticeiro. Esse receio existiu sempre, desde o passado e os pais argumentam que mesmo eles que são adultos se relacionam com o soba de forma acautelada. Pode calhar, como habitualmente, os jovens fazerem encontros com o soba e seus coadjutores ao circularem pela comunidade. Nessas circunstâncias, os jovens podem chegar perto dele e cumprimentar-lhe com todo o respeito (EC-9:HA)

Os rapazes e as raparigas não se relacionam directamente com as autoridades comunitárias! Se um rapaz ou uma rapariga tiver algum assunto ou problema para expôr às autoridades comunitárias, primeiro tem que informar aos pais, e esses, por sua vez, explicam o assunto aos demais membros da família alargada, a fim de, em conjunto analisarem e procurarem soluções. (...) Alguns casos têm sido levados às autoridades policiais. (EC-6:HAC)

Por sua vez, as autoridades tradicionais também receiam da possibilidade de serem acusados de bruxos. Na comunidade de *Ekovongo*, o fenómeno da bruxaria que antes era quase um tabú, hoje se tornou um assunto de senso comum, devido à ausência da figura de tutor em muitos agregados familiares. Esse receio consta dos seguintes depoimentos:

No passado recente, o catequista da igreja era, ao mesmo tempo, mestre tocador de batuque para os palhaços dançarem, e são esses rituais que aplacavam a ira dos espíritos antepassados; hoje em dia, o

feitico está praticamente vulgarizado e os feiticeiros que matam filhos alheios são ao mesmo tempo fieis dessas igrejas e dizem publicamente que são cristãos e vestem-se de fatos com gravatas. Se lhe convocam para ir ao curandeiro dar prova de sua inocência alega estar proibido de fazê-lo por ser fiel cristão. Os líderes dessas igrejas incutem na mente de seus fieis que os sobas são feiticeiros; pelo contrário, são os sobas que incentivam os homens e as mulheres a procriarem, para a comunidade dispor de novas gerações que asseguram a sua continuidade. Se durante um mês a comunidade não registar o nascimento de pelo menos cinco ou seis bebês, os comunários pedem contas: mas afinal o soba está a fazer o que? (EGC-11:HAC)

Esta questão nos remete para aquilo que referimos atrás; não há respeito para com as autoridades comunitárias. Naquela altura, todos os problemas que surgissem em cada família eram transmitidos ao Rei através do tutor familiar. É nessa altura que havia efectivamente respeito com as autoridades comunitárias; cada tutor de família tinha o seu *onjango*, mas ao mesmo tempo era membro do Conselho Real e participava todos os dias do serão do *onjango* junto do Palácio Real. (...) Hoje em dia, a atitude e o comportamento de desrespeito pouco difere entre jovens e adultos ditos modernos. (...) As únicas pessoas de referência por quem guardo memória são: o ancião de nome Kambyambya que faleceu com pouco mais de 80 anos e o ancião de nome Ndumba, que faleceu com 122 anos de idade em Fevereiro de 2012, e ambos viviam na vizinha comunidade de Kalufele. (...) Os demais pensam que os anciãos são feiticeiros. Os jovens não se cuidam para viverem muitos anos e pensam que os anciãos vivem mais tempo porque têm amuletos que cuidam deles. (EGC-11:HAC)

Bem! Da parte dos adultos muitos têm respeito pelas autoridades comunitárias, mas não são todos e a comunidade é grande. (...) Hoje em dia, alguns adultos se comportam da mesma maneira que os jovens em matéria de respeito e cumprimento de normas costumeiras. (EGC-4:HAC)

A análise do presente tópico permite identificar, entre outros, dois principais factores que influenciam negativamente a relação entre autoridades costumeiras e comunários de base: o primeiro consiste no receio dos comunários a respeito da bruxaria; essa, enquanto realidade social e cultural existe e sempre existiu. Não obstante, as representações socioculturais actuais em torno da bruxaria estão impregnadas de equívocos, pois, evidenciam a complexidade do processo de transição para a modernidade com que os comunários se vêem confrontados. Por força desta modernização acelerada, as representações sociais tendem a uma mestiçagem, decorrente da assimilação de valores alheios ao seu universo cultural, que sobrepõem o individualismo e a posse excessiva de bens materiais como critério de prestígio social; ora, nem tudo o que hoje se denomina vulgarmente de

bruxaria o é de facto. Desde os tempos imemoráveis, a orientação cognitiva do homem *otchimbundu*⁸⁵ se fundamenta na união entre a realidade visível e àquela invisível; ambas as realidades formam um “*corpus*” único, e, concomitantemente inseparável. A realidade invisível, não é mais, senão o conjunto constituído por elementos naturais (invisíveis) e entes espirituais, sendo estes últimos transfigurados, transformados e reencarnados, que se manifestam na vida real sob a forma de possessão; são precisamente os entes espirituais que fornecem as interpretações de que fazem uso os adivinhadores, curandeiros ou terapeutas tradicionais a respeito das causas das doenças, do sucesso ou insucesso, etc., que contrastam com a harmonia e o bem-estar das pessoas no dia-a-dia. Os elementos constitutivos de ambas as realidades interagem continuamente, sendo que, para a sua percepção e compreensão, o indivíduo precisa de passar por um processo educativo que o habilite a esta maturidade. Em *Ekovongo*, as práticas educativas têm negligenciado esta dimensão espiritual, dando lugar a um défice educativo e a consequente desorientação sociocultural e moral que os comunários evidenciam neste processo de transição para a modernidade.

O segundo factor radica na complexidade que enferma o processo global de transição da sociedade angolana rumo à construção de um Estado Democrático e de Direito, onde ainda subsistem elementos de contravenção das normas culturais e sociais, como a corrupção generalizada, o nepotismo, a impunidade e o clientelismo político.

Em Angola, o modelo de estado de matriz cultural ocidental foi introduzido pela colonização; a administração colonial havia adotado uma política de substituição dos poderes pré-coloniais que foram vencidos pelas guerras de conquista, por vassalos que passaram a denominar-se de sobas e regedores, ou simplesmente autoridades tradicionais. As funções dos sobas e regedores consistiam em servir de intermediários da administração colonial junto das populações e comunidades locais. Entretanto, no exercício da vassalagem, os sobas e regedores tratavam, por conta própria, de conciliar as normas que emanavam da administração colonial com a ordem sociopolítica e institucional anterior à colonização; iniciou-se, desde então, uma dualidade de poder institucionalizado, que viria a ser retomado pelo estado pós-colonial. Embora visasse a coabitação entre duas entidades civilizacionais distintas, o dualismo se traduziu, na prática, em um mecanismo de eliminação gradual do poder ancestral e da cultura que o sustenta. Sendo este o principal objetivo, o dualismo de poder não poderia efectivar-se à margem da disputa para a consolidação do espaço conquistado, por parte da administração colonial, enquanto para os sobas e regedores, o mesmo se traduzia numa oportunidade de resistência à dominação estrangeira, e pela manutenção da ordem ancestral. Os sobas e regedores tinham

⁸⁵ *Otchimbundu* é atributo derivado do substantivo *umbundu*.

consciência do risco que era preciso assumir com o dualismo e o exercício do papel de vassalo a favor dos interesses estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, tudo faziam para manter a sua legitimidade, permitindo que as populações sob sua liderança realizassem na prática os valores da sua cultura, promovendo a convivibilidade, o respeito, o amor ao próximo, a solidariedade e a coesão social. Neste particular, os sobas e regedores demonstravam a sua competência como guardiões da cultura, da espiritualidade, da harmonia, equilíbrio e bem-estar social das populações.

Ora, desde os primeiros anos da Independência, o Estado Angolano marginalizou as autoridades tradicionais, uma vez que, a elite do poder as considerou como um obstáculo à construção do estado moderno, e como tal, excluídas do ordenamento constitucional. Angola pós-colonial, embora se tenha proclamado formalmente como um Estado identificado com a política e ideologia esquerdista, conserva e reproduz o ordenamento jurídico-administrativo e territorial, bem como a política de diferenciação sociocultural e discriminação herdadas do modelo colonial, com o qual as populações autóctonas não se identificam. Não obstante, as autoridades tradicionais continuaram a exercer clandestinamente as suas funções junto das populações que reconheciam o seu poder. Embora sem qualquer enquadramento no ordenamento institucional formal, o protagonismo das autoridades tradicionais junto das populações locais revelou-se incontornável.

Entretanto, o advento do multipartidarismo, da construção do Estado Democrático e de Direito, que advoga a necessidade de uma plena integração de todas as sensibilidades políticas e da sociedade civil, permitiu o enquadramento das autoridades tradicionais no ordenamento jurídico-constitucional atual. A Constituição de 2010 reconhece as autoridades tradicionais, reduzindo e limitando o seu poder à esfera costumeira, sem uma clara definição das categorias e das funções correspondentes. A própria denominação de “autoridades tradicionais” adotada pela Constituição pressupõe uma dicotomia entre tradição e modernidade; desde logo, a tradição passa a ser estigmatizada e confundida com um passado, cujos valores devem ser extintos da arena social e cultural, enquanto a modernidade ocidental é assimilada e tomada como sinónimo de actualidade e contemporaneidade, que deve ser exaltada até a exacerbação. Aqui radica o equívoco sobre a tradição, na medida em que, por definição, a tradição é um processo de transmissão do saber, das crenças, dos valores, dos costumes, das ideias que formam a filosofia de vida, de um grupo de pessoas (comunidade, etnia) ou mesmo de uma nação, através do qual se estabelece a ligação entre o passado e o presente. Vista neste prisma, a tradição não deve ser confundida com um conservadorismo irredutível, porquanto ela constitui um processo de reconstrução permanente e de revigoração do capital cultural elaborado ao longo da história,

pelo qual, os feitos do passado se adaptam às grandes realizações humanas do presente.

O equívoco à respeito da tradição tem inspirado as formas marginais de tratar as autoridades tradicionais transformando-as em meras figuras honoríficas e vulneráveis ao clientelismo político. Aqui está uma das principais causas da crise de legitimidade que opõe as autoridades tradicionais aos comunários de base em *Ekovongo*.

7.8. Os processos educativo-comunicativos com sujeitos e instituições externas

Ekovongo é uma comunidade aberta às influências dos modos de vida, assim como das instituições externas. Trata-se de um assentamento humano, cuja existência está marcada por uma constante interação de seus habitantes com a natureza e outros grupos humanos, de entre os quais identificamos os agentes externos, isto é, pessoas que participam dos processos de organização e transformação da realidade comunitária, utilizando estratégias diversificadas. Ao interagirem com os agentes externos, os comunários recebem influências, pois, adquirem conhecimentos, hábitos, modos de vida e de desenvolvimento exógenos, que eles utilizam como subsídios para introduzir inovações no seu espaço comunitário e nos seus modos de vida.

Os agentes externos de desenvolvimento são pessoas e instituições que introduzem inovações na comunidade, sem permanecer nela, quer seja, em cumprimento de uma política institucional, ou ainda por iniciativa pessoal. Em sua maioria, os agentes externos procedem das cidades para exercerem determinadas funções ou realizar ações no âmbito de uma política institucional do Estado. De entre as agências externas se distinguem aquelas que têm a presença permanente na comunidade como o Centro Administrativo que representa o Governo, a Coordenação de Escolas, o Posto de Saúde, a Unidade Policial, as Igrejas (Católica, Evangélica Congregacional, Apostólica, Bom-Deus e Adventista do Sétimo Dia); e, aquelas que têm uma presença esporádica na comunidade como a Direção Executiva-Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias/Bié – uma filial da União Nacional de Apoio às Cooperativas agrícolas (UNACA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Não Governamental da República Checa (*PEOPLE IN NEED*). Cerca de metade dos agentes externos não tem residência fixa na comunidade, apesar de alguns permanecerem nela por mais de uma jornada laboral. Não obstante, a comunicação entre os comunários e os agentes externos é relativamente fluída. Na sua maioria os agentes externos desenvolvem as suas

atividades orientadas para a mudança do modo de vida tradicional, mas sempre com uma perspectiva urbanocêntrica e ocidental. As atividades que os agentes externos desenvolvem através de projetos socioeducativos de carácter informal têm uma dimensão essencialmente educativa.

A aceitação pela comunidade dos sujeitos e das instituições externas de desenvolvimento responde às necessidades de melhoria dos níveis de instrução da maioria dos jovens que frequentam as escolas formais e mesmo de alguns adultos inscritos nos cursos de alfabetização. Os comunários demonstram interesse em transformar a atual situação da sua comunidade e elevar o nível sociocultural para outros patamares que assegurem a satisfação das necessidades básicas. Neste particular, os comunários apoiam a execução dos projetos do Governo Provincial e da *PEOPLE IN NEED* orientados para a criação de condições materiais e cognitivas necessárias à mudança da situação atual de pobreza e subdesenvolvimento. As igrejas (Católica e Evangélica Congregacional) também gozam de uma aceitação razoável pela sua presença histórica na comunidade, pois, desde o período colonial que vêm contribuindo na moralização da vida comunitária. As instituições e os sujeitos exógenos de desenvolvimento transmitem directa ou indirectamente aos comunários hábitos e modelos de vida, que nem sempre respondem às expectativas socioculturais locais.

7.9. As relações socioeducativas intercomunitárias

Ekovongo mantém relações com as comunidades periféricas de *Kambweyo-Elunda*, *Kambweyo-Eyala*, *Kalufele*, *Sapiti*, *Longulu Savimboto*, *Sakasenyé*, *Nekilo*, *Nyunya*, *Yeyele*, *Kahoko*, *Kapanda*, *Ngulungu*, *Tchisanje*, *Kamundongo*, *Kapunga*, *Viya*, *Ngengu*, *Longulu*, *Tchimwanga*, *Limbindo* e tantas outras. As relações são dinamizadas por diversos factores: um deles prende-se com a necessidade de manutenção dos laços identitários, posto que, os fundadores dessas comunidades são pessoas oriundas de *Ekovongo* e os seus descendentes precisam manter os vínculos com a pátria-mãe, para evitar a marginalização intra-étnica associada à perda de direitos consuetudinários. Os laços identitários são mantidos através de mecanismos socioculturais como:

1) A celebração de casamentos costumeiros, em que os nubentes são membros pertencentes a famílias que possuem laços históricos de amizade e cooperação em vários domínios da vida, funcionando como um fórum de mediação das divergências no seio do casal recém-formado, ou ainda daqueles conflitos que possam surgir entre ambas as famílias, agora unidas pelo matrimónio, mesmo vivendo em comunidades diferentes ou relativamente distanciadas uma da outra. A este respeito o Senhor Pesela afirma:

Em primeiro lugar, a relação com as comunidades vizinhas advém dos casamentos. Se um jovem de *Ekovongo* se casa com uma jovem de *Kambweyo*, ambas as famílias abrem uma nova era no seu relacionamento. (EC-7:HA)

2) Os laços identitários se materializam através de atividades culturais (cerimónias e rituais) de veneração às divindades, pelas quais os habitantes imploram aos antepassados uma proteção espiritual. As cerimónias e os rituais se realizam quando a comunidade enfrenta uma situação de calamidade natural, como por exemplo, a seca; ou quando enfrenta um surto de enfermidades incomuns que terminam em mortes, que os *Okandundu* (oráculos), assim como os advinhos interpretam como sendo uma ira dos antepassados, por violações às regras de relacionamento espiritual. O testemunho a seguir reflete o que acabamos de referir.

Entretanto, além dos laços inter-familiares existem outras situações que implicam um relacionamento no plano mais amplo; refiro-me a questões relacionadas com a conservação e preservação dos espaços históricos comuns do nosso reino. Quando se trata de campanhas de limpeza desses espaços e dos rituais que se realizam para a nossa protecção colectiva, todos são convocados e aparecem em massa a fim de participarem dessas actividades. (EC-9:HA)

3) Os laços identitários ocorrem através de actos de solidariedade em casos de morte; as pessoas participam das cerimónias fúnebres doando bens materiais e dinheiro à família enlutada, como ajuda e co-participação das despesas decorrentes da realização do óbito. Em relação à solidariedade em momento de morte, o comunário Lisoso refere:

Existem boas relações, particularmente nos óbitos e nos casamentos; geralmente, sempre que há óbito cá no *Ekovongo*, os residentes das comunidades vizinhas de *Tchavaya*, *Longulu*, *Kambweyo* e outras, mobilizam-se para participarem do mesmo. Os de cá fazem o mesmo quando acontece um óbito numa das comunidades vizinhas. (EC-10:HA)

No contexto rural, os laços identitários e os direitos consuetudinários têm fortes implicações socioeconómicas e patrimoniais; a posse de terras é o fundamento que determina o estatuto e o prestígio social das famílias. O vínculo com a pátria-mãe constitui uma espécie de garantia jurídica natural na resolução dos conflitos decorrentes da posse e exploração de terras. Outra necessidade prende-se com a manutenção dos canais de diálogo que facilitem a compreensão e a busca de consensos em questões de gestão partilhada de terras, florestas, pradarias, rios, lagoas e outros recursos naturais, que em conjunto formam a propriedade coletiva ou nacional.

Outro factor que dinamiza as relações intercomunitárias tem a ver com o crescimento económico e desenvolvimento social. Os comunários de *Ekovongo* sentem-se muito orgulhosos, pelas vantagens que a sua comunidade oferece em termos de localização geográfica, pois, serve de experiência piloto para a implantação de infraestruturas sociais (escolas, Posto de Saúde, Esquadra Policial, etc.) por parte do Governo Provincial do Bié. Além disso, nos últimos anos, os comunários de *Ekovongo*, têm apostado na produtividade agrícola, principalmente de hortícolas que têm uma enorme relevância económica e procura nos mercados de consumo urbanos. A venda desses produtos nos mercados informais da cidade do Kuito tem permitido o aumento de ingressos financeiros e melhoria das condições sociais de alguns comunários que apostam na economia verde ou rural. O aumento de ingressos financeiros e melhoria das condições sociais têm impulsionado as relações de competição intercomunitária. Os testemunhos que abaixo seguem refletem essa tendência competitiva intercomunitária na esfera económica e social.

Ekovongo cresceu na melhoria das residências; contam-se aos dedos as residências com cobertura de capim e lá onde existem são anexos que funcionam como cozinhas. As comunidades vizinhas têm estado a imitar *Ekovongo* nesse aspecto da melhoria das suas residências. Além disso, temos constatado uma tendência de competição da parte das comunidades vizinhas que reclamam para si o direito de infraestruturas como escolas, postos de saúde e outros serviços que *Ekovongo* possui. (EC-7:HA)

No entanto, há uma grande distância no plano das relações de trabalho e desenvolvimento. Um pouco para lá da vizinha comunidade de *Kambweyo* localiza-se uma pequena comunidade baptizada com o nome de *Sapiti*; os residentes daquela pequena comunidade procuram sempre imitar as iniciativas de crescimento que ocorrem aqui no *Ekovongo*. Eles também produzem tomate, cebola, couves, repolho, alho, etc., além de outros produtos agrícolas; do mesmo modo, criam bovinos, caprinos, suínos, etc. Assim, encontramos naquela pequena comunidade quase de tudo que temos cá no *Ekovongo*: bicicletas, motorizadas, geradores de energia eléctrica, e isto já é muito bom. (EC-10:HA)

Outro factor que dinamiza ainda as relações intercomunitárias é o futebol; *Ekovongo* dispõe de uma equipe competitiva de futebol onze, que realiza competições amistosas com as equipas dos bairros periféricos da cidade do Kuito, em que sai sempre vencedora. Esta fama da equipe de *Ekovongo* tem alimentado o espírito competitivo por parte das outras equipas das comunidades periféricas. É disto que refere o comunário Kamela:

Recentemente, houve partidas de futebol em que os jovens de *Ekovongo* disputaram com equipas oriundas dos bairros periféricos da cidade do Kuito; nas duas disputas que você próprio acompanhou, *Ekovongo* venceu as equipas da cidade. Desde aquela data, os jovens da comunidade vizinha de *Kambweyo* prometeram desafiar a equipa de *Ekovongo* nos próximos tempos. (EC-9:HA)

Não obstante, quando a equipa de *Ekovongo* convida para a disputa uma equipa rival da cidade do Kuito que goza de alguma fama, recorre às comunidades periféricas solicitando os melhores jogadores para reforçar os seus efetivos. A propósito afirma o jovem Visese:

No plano dos trabalhos temos constatado uma certa solidariedade entre nós de cá e os outros de lá. Quando a selecção de *Ekovongo* recebe por exemplo, uma equipa proveniente de um bairro da cidade do Kuito, temos convidado os bons jogadores das comunidades vizinhas para reforçar a nossa selecção e ganhar a partida. Portanto, tudo isso é possível graças ao bom relacionamento que existe entre as nossas comunidades. (EC-14:HJ)

Na generalidade, as relações intercomunitárias são dinamizadas por factores sociais, culturais e económicos, influenciadas pelas transformações em curso no País e no mundo. As transformações implicam mudanças no modo de ser e estar das populações das comunidades rurais em geral e de *Ekovongo* em particular; porém, a manutenção dos laços identitários e dos direitos consuetudinários constitui uma necessidade partilhada por todos os comunários, tanto os de *Ekovongo*, como os das comunidades periféricas.

7.10. Os processos educativo-comunicativos entre vivos, mortos e divindades

O nome de *Suku* na língua *umbundu* pode ser traduzido em português como Deus; *Suku* designa a figura de um Ente Supremo, criador da ordem universal. Como Juiz Supremo, Deus se relaciona com os humanos e outros seres da natureza através de entes intermediários ou divindades a quem delega as suas funções. Cada nação dispõe de divindades próprias, isto é, espíritos ancestrais e antepassados purificados e divinizados para exercerem as funções espirituais junto de seus descendentes que se encontram em vida aqui na terra. Por isso, antes da chegada dos missionários ocidentais que difundiram o cristianismo, os *ovimbundu* não adoravam a Deus, mas veneravam as divindades intermediárias, que são espíritos antepassados ou ancestrais. Com a colonização portuguesa e a introdução do cristianismo como única religião oficial, a maioria da população *ovimbundu*

evangelizada⁸⁶ se viu na necessidade de optar pelo sincretismo religioso, que se pratica sem dar a mínima visibilidade, evitando, desta feita, a acusação de heresia. Esta tese se complementa com os seguintes testemunhos:

Primeiro é Deus, depois os santos; os santos dos céus são os mesmos daqui da terra e todos se relacionam connosco, estamos com eles e nos guiam dos caminhos errados para outros, onde podemos seguir com toda a segurança. (EC-7:HA)

A própria Bíblia fala de um único Deus a quem se deve crer; e, mais adiante fala de Pai e Filho; o autor desta escritura afirma: cremos como Filho de Deus, mas ficamos duvidosos; é que a figura de Filho de Deus também é Deus; é assim ou não? São escrituras trazidas pelos missionários quando vieram aqui. Tal como me referi atrás, no passado, cada indivíduo suplicava e venerava seus avôs, bisavôs, Trisavôs e antepassados-trespassados. As pessoas sabiam da existência de Deus que está nos céus, mas, no plano individual, cá na terra, as pessoas só conheciam o pai e a mãe que são seus progenitores. Mas, existem *olosande*⁸⁷ como *Okandundu*⁸⁸, *Ekanda*⁸⁹, *Onganji*⁹⁰, *Ongangalume*⁹¹, *Okawengo*⁹², *Otchipuku*⁹³, *Ombwiyu*⁹⁴, *Embelengenje*⁹⁵ e outros, que são das famílias ou linhagens. (EC-1:HAC)

As representações sociais dos comunários de *Ekovongo* advogam a tese de que, quando um indivíduo morre, o seu corpo é levado ao cemitério para ser sepultado. No entanto, o seu espírito somente acompanha o corpo ao cemitério, mas depois regressa junto com as pessoas à sua residência habitual. Esta tese se complementa com a ideia de que, embora tenham desaparecido fisicamente, os mortos se comunicam, se relacionam e convivem com os vivos. No âmbito dessa relação os mortos transmitem conhecimentos benevolentes ou adversos aos indivíduos da cadeia comunicativa, isto é, pessoas da mesma linhagem. Segundo a cosmovisão *umbundu*, a presença dos defuntos na vida quotidiana tem um carácter de reminiscência espiritual, que consiste em reproduzir as biografias, as

⁸⁶ Durante a colonização portuguesa, e mesmo na atualidade não existem estatísticas fiáveis sobre o número exacto da população *ovimbundu* que aderiu ao cristianismo. O certo é que existem muitos *ovimbundu* que não se revêm no cristianismo e limitam-se a venerar as suas divindades.

⁸⁷ *Olosande* é plural de *osande*, designa espírito benigno em língua *umbundu*.

⁸⁸ *Okandundu* é uma divindade ou espírito protector da linhagem paterna e da comunidade.

⁸⁹ *Ekanda* Também é uma divindade da linhagem paterna.

⁹⁰ *Onganji* idem.

⁹¹ *Ongangalume* idem.

⁹² *Okawengo* é uma divindade ou espírito protector da linhagem materna.

⁹³ *Otchipuku* é uma divindade ou espírito da linhagem materna protector e provedor da prosperidade socioeconómica das famílias.

⁹⁴ *Ombwiyu* também é uma divindade ou espírito protector da linhagem materna.

⁹⁵ *Embelengenje* é uma divindade ou espírito padroeiro dos caçadores.

idiossincrasias, os estereótipos, as experiências, a sabedoria e os conhecimentos adquiridos em vida, para a sua transmissão e perpetuação; a presença dos defuntos no seio dos vivos se manifesta sob a forma de reencarnação ou possessão. Em relação à reencarnação, os comunários são categóricos em afirmar:

Sim, existem relações entre vivos e mortos. Se tentarmos uma incursão a questão das etnias e parentesco entre as famílias, iremos constatar que existem no seio dos membros que constituem tais estruturas, pessoas, cujos rostos, são fotocópias de parentes já falecidos há bastante tempo; isto acontece porque essas pessoas falecidas há bastante tempo se tornaram santos, reencarnaram em nós e acompanham tudo o que fazemos em nossas vidas. (EGC-11:HAC)

A comunicação e a relação com os mortos e espíritos ancestrais ocupou, desde antanho, um lugar de destaque na cosmovisão *umbundu*; existe a unanimidade em considerar que os vivos se relacionam com os mortos (antepassados e ancestrais) em todos os acontecimentos importantes da vida (nascimento, casamento, doença, morte, etc), ou seja, vivos e mortos estão estreitamente relacionados e unidos em uma dialéctica de interdependência; os vivos concedem sacrifícios e providenciam oferendas aos mortos, e, estes, por sua vez, asseguram a proteção e perpetuam a linhagem. Em alguns casos, são os mortos que indirectamente providenciam oferendas aos vivos. A este respeito, os comunários argumentam:

De acordo com a Bíblia, nenhum morto foi aos céus; todos estão mesmo aqui na terra connosco. Nós é que não os vemos, mas eles nos vêem sempre; um indivíduo enfermo pode sonhar com um parente já falecido que lhe mostra o medicamento para curar a doença. Um caçador pode receber a bênção ou talento de caça a partir do parente já falecido; há quem sonha com o parente já falecido a mostrar-lhe o lugar onde poderá encontrar dinheiro ou outra bênção que seja. Antigamente, os mortos eram vistos pelas pessoas vivas, mas não eram casos frequentes. As pessoas que viam os mortos com frequência são aquelas que tiveram algum litígio com o defunto quando esse ainda estava em vida. (EGC-4:HAC)

Quem é o tal que morreu e subiu aos céus? Os que morreram o paraíso é mesmo cá na terra; os que não estão no paraíso, o paradeiro é também cá na terra. A glória e o sofrimento é tudo cá na terra; só mesmo quando chegar o fim do mundo, as pessoas partirão da terra para os céus. Os que morreram estão connosco; estão a ver de tudo que fazemos e estão a ouvir de tudo que falamos. (EGC-8:MAC)

Ademais, apesar de a genética ter esclarecido as questões relacionadas com a hereditariedade e a forma como se transmitem as características biológicas de geração em geração, os comunários associam as aparências à relação entre vivos e

mortos e ao fenómeno da reencarnação, justificando-se com alguns acontecimentos vivenciados no passado recente:

São fenómenos que as pessoas vivenciam na realidade. Eu tenho meu tio chamado *kossengue* que é da linhagem deste reinado em que nos encontramos. Em vida contou-nos um acontecimento que ele próprio vivenciou. Ele vivia na comunidade vizinha de *Nguengu*, mas depois mudou para *Ekovongo*; certo dia, vinha de *Nguengu* para *Ekovongo* à tardinha. Ao chegar no cruzamento de caminhos, ali bem próximo desta comunidade ouviu vozes de três pessoas a falarem de perto; parou para observar quem eram, mas não viu ninguém ao redor. Mesmo assim, parou alguns minutos para escutar o que eles diziam; cada um deles citava o nome da pessoa a quem se destinava, mas advertia: «se não cuidar bem de mim vou regressar». Ele parou e escutou tudo o que diziam; ao entrar na comunidade manteve o sucedido em segredo e não contou a ninguém. Passados alguns dias, as senhoras da comunidade que estavam grávidas deram luz a seus bebês, atribuindo-lhes aqueles nomes que foram citados na conversa que ele escutou. (...) Portanto, quando observamos numa criança um semblante, traços característicos e hábitos de um parente já falecido, as pessoas dizem que a criança é parecida com o defunto - seu homónimo; não é bem assim! Não é questão de aparência; é o próprio defunto reencarnado na criança que passa a exercer as funções de anjo da guarda. “Essa criança começa a praticar quase tudo que o seu homónimo defunto praticava quando se encontrava em vida terrena. (EGC-11:HAC)

No concernente à relação sob a forma de possessão, essa constitui, na prática, um processo em que as pessoas eleitas interagem com espíritos ancestrais ou divindades; é uma forma de comunicação e interação espiritual que tem por finalidade legitimar, consolidar e perpetuar as relações de poder existentes, bem como restabelecer a moralidade pública, sempre que haja tendência de sua distorção. A possessão consta de quatro modalidades:

- 1) Para corrigir ou sancionar os desvios de conduta ou violações à moral no seio de uma família; neste caso, pode surgir uma enfermidade resistente ao tratamento da medicina convencional, que ataca um membro da família, cuja cura implica a intervenção de um curandeiro e a realização do rito denominado *otchisunji*⁹⁶, para apaziguar o conflito espiritual de que resultou a enfermidade, acomodar o espírito antepassado ou ancestral revoltado, repôr a harmonia e a tranquilidade no seio da família. Em seguida, o curandeiro orienta a família do posseso a construir um santuário de veneração ao espírito antepassado.

⁹⁶*Otchisunji* é uma palavra do vernáculo *umbundu* que em português significa exorcismo.

- 2) A segunda, pelo contrário, é o espírito antepassado ou ancestral que se encontra em aflição ou castigo severo pelas maldades praticadas em vida, cujas vítimas lhe exigem indemnização; esse espírito reencarna em um membro da sua família ou da linhagem; esse pode surgir-lhe uma enfermidade que resiste ao tratamento da medicina convencional. Se o curandeiro descobrir que se trata de um espírito de alguém que em vida praticou maldades, orienta a família a criar condições de realização do rito de *otchisunji* para expulsar o suposto *ondele*⁹⁷, restabelecer a saúde do enfermo, a paz e a tranquilidade no seio da família. Este entendimento se complementa com o seguinte testemunho:

Esses existem e sempre existiram; eles comunicam aos vivos coisas verdadeiras e curam realmente as pessoas que padecem de certas enfermidades. Não mentem! Se uma deidade quisesse manifestar-se possuindo alguém, primeiro fazia-o padecer de uma enfermidade por longo tempo, até que a família decidisse consultar um adivinho ou curandeiro para realizar-lhe o ritual de *ahamba*⁹⁸. No decurso da *Ehamba* os familiares imploram: se fores realmente nosso espírito antepassado que possui nosso parente manifeste-se e pronuncie-se de tudo quanto deseja que lhe seja feito. Com essas preces ele se pronuncia através do indivíduo enfermo, que entra em transe dizendo: eu sou o fulano e a família responde: obrigado! Obrigado por ter-se manifestado batendo palmas. Em seguida perguntam-lhe: que deseja? O espírito descreve de tudo que deseja. Se ele solicitar uma cabeça de bovino a família tem mesmo de cumprir e neste caso perguntam-lhe: qual é o tamanho e a característica do boi que deseja? Ele responde: desejo um touro e prossegue descrevendo as características do bovino de sua preferência. Neste caso, a família torna a perguntar-lhe: será que em vida andou a matar filhos alheios e que agora lhe estão a cobrar indemnização. Se em vida o mesmo espírito andou a matar filhos alheios ele responde: sim andei a matar e agora estou sofrendo; por favor ajudem-me a indemnizar para libertar-me do sofrimento. Nestas circunstâncias, a família deve proceder em conformidade. (EC-5:MAC)

- 3) A terceira consiste em identificar e eleger um membro de uma família, que, doravante, passará a exercer o papel de oráculo; o candidato à eleição também pode surgir-lhe uma enfermidade que resiste ao tratamento da medicina convencional; neste caso, o recurso é sempre ao curandeiro para descortinar o problema. Se o curandeiro descobrir a presença de *okandundu*⁹⁹ ele orienta a família a criar condições de realização do rito

⁹⁷ *Onde* também é uma palavra do vernáculo *umbundu*, que em português significa espírito maligno.

⁹⁸ *Ahamba* é plural de *Ehamba* que quer dizer entrar em transe na linguagem antropológica.

⁹⁹ *Okandundu* é uma divindade – espírito protector das famílias e das comunidades.

denominado *ehamba lyo kandundu*¹⁰⁰ durante o qual, o enfermo é possuído por esse espírito benevolente, entra em transe, denunciando a origem dos problemas e das maldades que afligem a família e alertando sobre os acontecimentos que hão de ocorrer no futuro (enfermidades, mortes, guerras, calamidades naturais, etc), quer seja no seio da família, na região, no País, ou mesmo além-fronteiras. Em toda a sua vida, o eleito entrará em transe sempre que houver eminência de ocorrer tais acontecimentos.

- 4) A quarta também consiste em eleger um membro de uma família, que, doravante passará a exercer o ofício de curandeiro; o candidato a eleição também pode surgir-lhe uma enfermidade que resiste ao tratamento da medicina convencional; a intervenção do curandeiro pode identificar a presença de um espírito antepassado ou ancestral, que em vida foi curandeiro e exige que o enfermo seja herdeiro do ofício. Uma vez identificado o problema, o curandeiro orienta a família a criar condições de realização do rito de *Ehamba lyo Mbwiyu*, a construção de um santuário de cura, onde estarão guardados o *ongombo*¹⁰¹ e outros artefactos a ele inerentes.

Cabe salientar, que a relação entre os vivos, os mortos e as divindades não se limita à reencarnação e à possessão, pois, ela tem lugar em vários cenários do quotidiano; os mortos e as divindades se comunicam com as pessoas, orientam e educam através dos sonhos, enfim, tomam a denominação de *olosande*¹⁰² ou entes espirituais responsáveis pela manutenção da tranquilidade, harmonia e equilíbrio no seio das famílias e, concomitantemente na comunidade.

Portanto, a relação entre vivos, mortos e divindades constitui um processo de operacionalização das experiências do passado que se actualizam para a resolução dos problemas do presente, isto é, um processo de consumação da imortalidade da componente espiritual do homem, o qual, depois da morte da sua componente física inicia uma nova etapa da sua existência, pela transmigração e transmutação, passando pela purificação e divinização, até ao retorno à comunidade de origem, para exercer eternamente as funções espirituais.

¹⁰⁰*Ehamba*(singular) *Ahamba* (plural) é um rito de apaziguamento e ao mesmo tempo acolhimento do espírito protector.

¹⁰¹*Ongombo* é uma palavra do vernáculo *umbundu*, que em português significa cesto de adivinhação.

¹⁰²*Olosande*(idem), palavra do vernáculo *umbundu* que em português significa espíritos benignos.

7.11. Os processos educativo-comunicativos entre o homem e outros seres da natureza

Na cosmovisão *umbundu*, a existência do homem neste mundo está estabelecida no universo e é influenciada pela ordem dos seres na natureza. A natureza é independente dos desejos do homem mesmo das suas aspirações mais sublimes. O homem estabelece um parentesco original com a natureza; o projeto maior da vida é encontrar o equilíbrio e harmonia com a natureza. O universo se compõe de dois espaços distintos: um invisível habitado por entes espirituais e outro visível habitado por homens, animais, vegetais, etc., onde fazem parte os minerais. Os vegetais simbolizam a fecundidade e a vida em geral. Com este fundamento, os homens empreenderam uma observação refinada de tudo quanto existe no universo e elaboraram um conjunto de experiências vitais sem as quais a vida estaria mais encurtada. Por isso, numa comunidade rural, as pessoas estão mais integradas na natureza, visto que, nada fazem sem interagir com ela. O testemunho abaixo complementa esta ideia.

Os seres humanos se relacionam principalmente com as plantas: são elas que purificam o ar que respiramos; as pessoas e as plantas se relacionam mutuamente: as pessoas possuem sangue no corpo e as plantas possuem a seiva; ambas as coisas são semelhantes. Por isso é que, sempre que a pessoa adoece se socorre das plantas para curar a enfermidade; também são as plantas que emitem o vapor para formar a chuva. (EC-1:HAC)

A interação com a natureza deve ser constante, porque só desta forma se torna possível obter conhecimentos e receber sinais para prever os acontecimentos futuros e orientar a vida. Os comunários estão conscientes de que, o homem é um ser da natureza e pela sua condição não pode separar-se dela. Todos os elementos que o homem necessita para dar sentido a sua existência estão contidos na natureza, cabendo-lhe apenas discernir sobre o seu lugar no universo, ser capaz de identificar aqueles seres que lhe são benéficos, assim como aqueles que lhe são hostis, para afastar-se deles e reduzir os fatores de risco à própria vida.

Com relação aos seres da natureza que são benéficos ao homem, além do ar que respiramos, a terra, as florestas, os rios, as lagoas, as montanhas, as planícies, o nevoeiro, a chuva; algumas espécies animais e vegetais comestíveis (ervas, cogumelos, etc.); os insectos comestíveis (algumas espécies de gafanhotos, grilos e algumas espécies de salalê); as larvas comestíveis (*olombalala*, *ongungu*, *ovinyuña*, *ovisaka*, *ovongu*), que são vacinas para neutralizar as enfermidades cancerígenas; existem ainda uma variedade de micro-organismos, cuja utilidade precisa de ser explorada. Para complementar esta ideia recorreremos à seguinte expressão:

Por exemplo: a minhoca e o salalé cuidam de nós, visto que, eles fertilizam o solo; o sapo e o camaleão se alimentam de bichinhos que poderiam causar doenças aos seres humanos. (GDA-2:HA)

No entanto, para os comunários de *Ekovongo*, na natureza habitam não só aqueles seres considerados benéficos ao homem, como também outros que podem ser hostis à própria existência como o são os animais ferozes e os seres invisíveis; segundo os mitos da tradição *umbundu*, esses últimos, são cobras perigosas que habitam as profundezas dos rios, como descrevem os nossos informantes:

Em alguns rios, existem cobras que não são visíveis como a *epólwa*¹⁰³, a fêmea que se relaciona com o arco-íris denominado em *umbundu* como *ulukongolo* ou *Tchanjangombe*, o macho responsável pela abertura de rios lá onde não existiam. Por exemplo, naquela pradaria que aparece além, próximo do rio *lusenda*, existe um riacho que parece ser insignificante, mas, se por ali passar um ser humano ou um animal como o boi, em poucos minutos ele perde todo o sangue e morre por obra da *Epólwa* que lhe chupa esse precioso líquido, sem se dar por conta. A mesma situação acontece com o arco-íris; se surge no momento em que a pessoa se encontra à beira de um rio, tende a chupar o seu sangue, mas, se a mesma pessoa se apercebe pode evitar que tal aconteça desde que, tenha em sua posse uma faca ou lâmina com a qual pode cortar-se no dedo ou no braço, fazendo verter as gotas de sangue na água do rio onde se encontra em conexão com a *epólwa*. Se o arco-íris surge no momento em que a pessoa se encontra numa mata, a solução é procurar uma árvore de nome *otchinjole* e espetar nela com uma faca fazendo escorrer a sua seiva pegajosa para o arco-íris beber, em vez de chupar sangue no corpo da pessoa. Se arco-íris surge, geralmente num rio é sinal de que está a chupar ou a vomitar. Algumas pessoas que possuíam certos conhecimentos sobre a mesma cobra afluíam naquele local com o intuito de cavar diamante e outros minérios. Quando o arco-íris surge num rio, há uma luta entre *tchanjangombe* e *epólwa* e durante a disputa os dois animais deixam cair escamas que os curandeiros aproveitam como medicamentos para curar certas enfermidades. (...) O que se passa é que, há indivíduos com capacidade de manipular o arco-íris e a chuva. (EC-6:HAC)

O arco-íris, por exemplo, é um ser da natureza ligado a outro ser dos rios a *Epólwa*; quando essa flutua da profundidade da água do rio liberta o nevoeiro e nessa altura aparece o arco-íris para conectar-se a ela. (EGC-8:MAC)

Existem animais que habitam nos rios; são cobras grandes mas dificilmente podem ser vistas pelas pessoas. Refiro-me, por exemplo, à *Epólwa* que as pessoas dizem que é cobra, mas tem o corpo de peixe

¹⁰³*Epólwa* é um nome no vernáculo *umbundu*, que em português significa “Sereia”.

e a cabeça de uma senhora; existe ali uma cobra que chamam de *tchanjangombe* que tem barba como bagre mas parecida com a jiboia, que habitualmente, racha as margens do rio para amplia-lo e às vezes, ela própria se encarrega de abrir rios lá onde não existiam. São animais misteriosos que, às vezes, barram o rio de tal modo que o caudal diminui consideravelmente e, ao contrário aumentam o volume da água nos rios. *Tchanjangombe*, por exemplo, quando abre a boca brota o arco-íris; são criações divinas e só mesmo Deus conhece o mistério desses animais e, talvez, aquelas pessoas que estudam ciências ocultas. (EC-1:HAC)

Eu tinha visto a *Epólwa* ali no rio *lusenda*, onde as pessoas lavam a roupa. É uma cobra que tem barba como bagre; as crianças gritavam: «olha o bagre! Olha o bagre!»! Corri para o sítio e observei que era a *Epólwa*; chamei atenção às crianças que era uma cobra perigosa. Se surgir aqui o arco-íris ou *Tchanjangombe* haverá um confronto; retirem-se quando cedo. Se o arco-íris se conecta a *Epólwa* há um confronto durante o qual, ambos libertam escamas e os curandeiros aparecem depois no local recolher tais escamas por ser medicamento que utilizam no tratamento de doentes. Existe o arco-íris da natureza, mas, por vezes, o mesmo é manipulado pelos feiticeiros. (...) Ali no riacho *kameyo* não há rachaduras no solo, mas quando a chuva ameaça cair e aparece nevoeiro a levantar do riacho, as pessoas evitam ir para aquele local e os que estão nas proximidades correm fugindo para a comunidade. Eu própria vivenciei este acontecimento no ano passado quando saíamos da lavra com meu filho debaixo da chuva; vimos o arco-íris a vir da nascente do *Kameyo*, todo brilhante como um relâmpago. Quando chegou junto de nós, meu filho gritava dizendo: «passou-me pelas pernas» e eu gritava meu Deus! Antes disso, anos atrás, eu e a comadre Nandondo vínhamos da lavra e o arco-íris nos perseguia atrás e em tom ameaçador ressonando e libertando cheiro como um cabrito quando persegue a cabra; devido a sua presença a mata clareava e o cheiro se propagava com intensidade. Foi preciso tocar na parte metálica das nossas enxadas improvisando a campainha para afugentá-lo. (EGC-8:MAC)

Além dos seres acima mencionados, os comunários de *Ekovongo* e os *ovimbundu* em geral, se relacionam com as árvores domésticas, e de modo especial com a *Ulemba* ou *Mulemba*, também conhecida como *Ficus Thonningii* ou simplesmente Figueira Africana, a que reverenciam por simbolizar a ancestralidade das famílias, das linhagens, do Poder Real, da comunidade e dos habitantes que a domesticam de geração em geração; além de considerá-la como árvore sagrada que providencia sombra em abundância, que alberga as sessões de julgamento costumeiro e de outras cerimónias comunitárias, a *Ulemba* exerce ainda a função de para-raios que repele os relâmpagos durante o período das chuvas.

Os comunários de *Ekovongo* e os *ovimbundu* em geral, reverenciam algumas aves migratórias e aquelas que são sedentárias e raras, pelo simbolismo que representam à própria existência; com efeito, observam de modo especial as aves migratórias denominadas *Humbi-Humbi*, que não têm um *habitat* concreto e aparecem raramente, sobrevoando durante várias horas em forma circular, passando de localidade a localidade; na tradição *umbundu*, essas aves só aparecem para anunciar a proeminência da morte de importantes figuras da comunidade ou do País, ou ainda de uma catástrofe. A sua aparição simboliza a presença de espíritos ancestrais que visitam os seus descendentes, alertando-os para situações catastróficas que se avizinham. No entanto, as aves denominadas de *Epumumu*¹⁰⁴ e *Onduva*¹⁰⁵ são sedentárias e sagradas por simbolizarem as linhagens do Poder Real; os *ovimbundu* reverenciam também os animais aquáticos (Cágado e Hipopótamo) e selvagens como o Leão, a Onça, a Toupeira e o Elefante, por simbolizarem o Poder Real. Assim, o Cágado e a Toupeira simbolizam a legitimidade, a sensibilidade, a prudência e a inteligência do Rei; o elefante, o hipopótamo, o Leão e o Tigre simbolizam a longevidade e a supremacia do Poder Real.

Os comunários de *Ekovongo* observam minuciosamente algumas aves nocturnas como o mocho e a coruja, as aves de rapina como a águia; espécies de répteis como as cobras denominadas *Esingwe* e *Oshate* em vernáculo *umbundu*, a Víbora e o camaleão; as espécies de insectos como as abelhas, as formigas negras, as formigas vermelhas bravas, também denominadas *ovisonde* em vernáculo *umbundu*, as quais a tradição atribui diversas interpretações que orientam a tomada de decisões e os comportamentos humanos. O mocho e a coruja são aves nocturnas que cantam geralmente à noite na mata, mas nesse caso não implica interpretações. Entretanto, se o mocho e a coruja pousam no tecto de uma residência à noite e se põem a cantar, é sinal de que em baixo está um demónio enviado por alguém que é inimigo da pessoa que ali reside. Estas crenças estão refletidas nos seguintes testemunhos dos comunários:

No caso do mocho e da coruja são aves da natureza, mas quando poeiam numa árvore situada junto das residências e cantam repetidas vezes, é sinal de um óbito, isto é, alguém irá morrer. Se alguém sonhar com *ovisonde*¹⁰⁶ que são formigas bravas é sinal de que alguém enviou algo de bruxaria ou demónio contra essa pessoa. Se sonhar com abelhas, essas também têm a mesma explicação; no caso das abelhas para contrapor a maldade é preciso molhar o carvão vegetal e colocar no cabelo ao dormir. (EGC-8:MAC)

¹⁰⁴*Epumumu* simboliza o Rei.

¹⁰⁵*Onduva* simboliza a Mãe do Rei. Ambas as aves habitam nas ulembas dentro da comunidade, mas, *Epumumu* prefere a vida na floresta.

¹⁰⁶ Formigas bravas de cor vermelha.

Existem répteis como *esingwe*, que não pode ser encontrado por uma pessoa; se for encontrado por uma pessoa é sinal de que algum infortúnio irá acontecer no seio da família. (...) A víbora também é uma cobra que tem história; se for encontrada a andar é sinal de que irá acontecer um óbito no seio da família; outra cobra que não pode ser encontrada por uma pessoa é denominada *oshate*. (...) Se o camaleão for encontrado a cavar buraco no solo é sinal de que irá acontecer um óbito no seio da família. (...) Tudo isso funciona, mesmo nos dias de hoje; por exemplo, quando a família vai à lavra, levando consigo crianças ou mesmo bebê; se depois aparece a águia a sobrevoar o espaço aéreo, os pais tiram areia do solo e põem nas cabeças das crianças assim como do bebê, pois, segundo a nossa tradição, essa ave é causadora de enfermidades como a *úmba* ou malária cerebral nas crianças. Entretanto, as penas, assim como o ovo da águia são medicamentos usados por curandeiros para tratar doentes de malária e outras enfermidades. (EC-6:HAC)

Se encontrar pelo caminho quatro formigas grandes de cor negra em fila é sinal de óbito. Existem ainda aquelas formigas eleitoras que cavam um buraco no subsolo, mas amontoam a areia há alguns metros do buraco. (EGC-8:MAC)

Em *Ekovongo*, à semelhança de outras comunidades rurais, as pessoas se relacionam directamente com os animais domésticos, os quais personificam atribuindo-lhes, em alguns casos, nomes humanos. Para tanto, partilham o pátio adjacente ao espaço habitacional, onde constroem abrigos para acomodar esses animais. É comum encontrar ao redor das residências um curral onde habitam cabritos e ovelhas, pombal e galinheiro, onde abrigam esses animais, tendo em conta a relevância económica que representam para as famílias e a capacidade de emitir sinais de alerta aos humanos; no caso das galinhas e galos, além da importância económica, possuem a capacidade de assinalar pontualmente as horas através do canto e reagir com ruídos à presença de espíritos malignos no espaço residencial. Os animais de estimação, nomeadamente, o cão e o gato também estão integrados nesse convívio. Segundo a tradição local, além de servir como guarda, se o cão ladra repetidas vezes devido a presença de alguém que frequenta a residência é sinal de que o mesmo é mal-intencionado; se ladra constantemente, mesmo sem a presença física de alguém é sinal de que está reagindo à presença de espíritos no espaço residencial ou na comunidade. Estas crenças constituem um repertório simbólico que orienta a vida no dia-a-dia, as atitudes e o comportamento do comunário, a organização espacial na comunidade e legitima a relação que os homens estabelecem com outros seres, como forma de realização da reciprocidade e interdependência da ordem natural.

Conclusões do capítulo

O homem estabelece relações com a natureza, através das quais elabora conceitos, visões, ideias, conhecimentos, representações sociais, a ciência, a filosofia, as crenças religiosas, enfim, a cosmovisão que dá suporte e norteia os processos de construção cultural e transformação da realidade. Essa construção só é possível mediante processos comunicativos através dos quais se elaboram normas sociais, se instituem direitos e deveres e se projeta uma vida futura; estes processos tomam a denominação de práticas socioeducativas que expressam os fluxos comunicativos pelos quais se produzem, se permutam e se utilizam conhecimentos e saberes, que servem de matéria-prima para a produção material, intelectual e espiritual necessária à melhoria das condições de vida das pessoas.

Os conhecimentos que os comunários de *Ekovongo* elaboram nas suas relações com o meio natural e social constituem a experiência cognitiva e comunicativa individual e coletiva que desencadeia transformações qualitativas nos modos de vida comunitária. Nestas relações participam entes naturais e sobrenaturais, cuja influência comunicativa e educativa condiciona a construção do modelo de vida e de desenvolvimento. Os comunários de *Ekovongo* constroem a sua identidade coletiva através de processos de educativos que têm lugar na comunidade, em que participam todas as categorias etárias. No âmbito desses processos tem lugar a aprendizagem de normas e comportamentos que funcionam como a trave-mestra da organização social comunitária. Trata-se de uma educação em que os agentes educativos são: a família nuclear, a família alargada, os vizinhos, os grupos de idade e o conjunto de habitantes da comunidade. A educação comunitária é coletivista e está impregnada das dimensões (material, social, cultural, ambiental e espiritual) que formam uma comunhão indestrutível auspiciada pela lareira do *onjango* e se efetiva através de contos, lendas, provérbios, adivinhas, máximas, jogos, música, dança, etc., que regulam a ética e cristalizam a solidadriedade comunitária. Apesar de ser assistemática, a educação comunitária é intencional, pois objetiva inculcar valores e transmitir ideias que estejam de acordo com as normas vigentes na família, no clã e na comunidade. A apreensão dos conteúdos desta educação habilita os comunários a conhecer a sua origem, a história da comunidade, os valores, as crenças, os costumes, enfim, a construção de uma visão de mundo, conformando um património simbólico comum, que deve ser preservado e transmitido às novas gerações. Neste processo participam sujeitos reais e míticos, que, directa ou indirectamente intervêm nas práticas educativas e de desenvolvimento orientadas para a transformação da comunidade.

Em *Ekovongo*, à semelhança de outras comunidades *ovimbundu*, a educação dos filhos e das filhas não é tarefa exclusiva dos pais biológicos, mas sim de todos os membros integrantes do parentesco, isto é, das linhagens (materna e paterna).

Além destes, participam da educação das novas gerações, figuras como os denominados *nawa* que são tutores da iniciação masculina e feminina, bem como a relação entre pais, mães, filhos e filhas; embora se efetive através do diálogo, ainda são unidirecionais com pendor autoritário por parte dos pais e das mães, pois, visam a obediência à ordem gerontocrática vigente. Esta situação potencia tensões intergeracionais que podem minar a coesão social. As tensões têm origem na diferença de visões que as novas gerações possuem e que, nalguns casos, colidem com os valores da vida defendidos pela velha geração, sendo que, a maioria de jovens se mostra muito propensa aos modismos culturais advindos do exterior, em detrimento das suas referências identitárias e culturais.

Nas comunidades *ovimbundu* e em *Ekovongo* em particular, os comunários estão organizados em famílias alargadas ou clãs, devido a crença de que a harmonia existencial só se alcança na relação e intercâmbio comunicativo-educativo entre sujeitos, o meio e as divindades. Esta forma de organização social traduz a maior expressão de solidariedade e reflete o compromisso individual para com o seu semelhante e a responsabilidade coletiva de um grupo familiar para com outros grupos que integram a macroestrutura social. No entanto, esta forma de organização sociocomunitária tem sofrido ameaças de sua desestruturação, devido a factores como a guerra civil, a emigração para as cidades, a expansão da escola formal de matriz ocidental, a globalização e as rápidas transformações que têm lugar em *Ekovongo*. A organização de tipo família alargada e as relações interfamiliares que dela despontam, têm um papel de transcendente importância, para o reforço e a preservação da ética individual e coletiva, apesar da penetração da ética capitalista que tem provocado a erosão dos valores tradicionais locais. No contexto rural, onde não existem instituições públicas de proteção social, nem serviços de assistência social estatais, são as próprias famílias que criam mecanismos internos de apoio às pessoas carentes.

Os *ovimbundu* em geral e os comunários de *Ekovongo* em particular, concebem o universo como obra de Deus; enquanto Juíz Supremo, Deus se relaciona com os humanos e outros seres da natureza através de entes intermediários ou divindades a quem delega as suas funções. Cada nação dispõe de divindades próprias que são espíritos antepassados e ancestrais purificados e divinizados para exercerem as funções espirituais junto de seus descendentes que se encontram em vida na terra. Os comunários de *Ekovongo* que participaram do estudo advogam a tese segundo a qual, quando o ser humano morre, o corpo é levado ao cemitério para ser sepultado, mas, o seu espírito apenas acompanha o corpo e depois regressa à sua residência habitual. Daí a crença de que os mortos se comunicam, se relacionam e convivem com os vivos. Na cosmovisão *umbundu*, a presença de defuntos na vida quotidiana tem um carácter de reminiscência espiritual consistente com a reprodução das biografias, das idiossincracias, dos estereótipos, das experiências, da sabedoria e dos conhecimentos adquiridos em vida, para a sua transmissão e perpetuação. A

relação comunicativo-educativa entre vivos e mortos se concretiza através de sonhos e sob forma de reencarnação ou possessão. Essa relação constitui um processo de operacionalização das experiências do passado, que se atualizam para a resolução dos problemas do presente, isto é, um processo de consumação da imortalidade da componente espiritual do homem.

Os comunários de *Ekovongo* se relacionam com a natureza da qual obtêm conhecimentos e recebem sinais para predizer os acontecimentos futuros. Concebem o homem como um ser da natureza que não deve separar-se dela; a natureza dispõe de todos os elementos que o homem necessita para dar sentido a sua existência, cabendo-lhe apenas discernir e ser capaz de identificar aqueles seres que lhe são benéficos, assim como aqueles que lhe são hostis para afastar-se deles e reduzir os factores de risco à própria vida. Por isso, reverenciam alguns seres da natureza, pelo simbolismo que representam à própria existência e pelos sinais que emitem, que servem de orientação às ações do homem. A interação entre comunários e outros seres da natureza se fundamenta em um conjunto de crenças, que são o repertório simbólico que orienta as atitudes e o comportamento de cada membro, a organização espacial da comunidade e legitima a relação que os homens estabelecem como forma de realização da reciprocidade e interdependência da ordem natural.

Entretanto, a ideia de reciprocidade e interdependência que compromete a relação entre o comunário e a natureza, enquanto pacto de convivência vai aos poucos perdendo a sua relevância, devido a um conjunto de factores: a guerra civil prolongada e a transição para um modelo de desenvolvimento capitalista que obriga os habitantes da região a aumentarem a produtividade, e, concomitantemente, a intensificarem a exploração desregrada das florestas e dos solos para a obtenção de meios de sobrevivência, provocando a migração massiva de espécies animais e o desaparecimento das espécies vegetais raras; as alterações climáticas com o aumento das temperaturas e a redução do volume das chuvas, dando lugar a um quadro cíclico de seca, agravada com a erosão dos solos, que constroem o processo de reconstituição genética da flora e da fauna na região; a progressiva aculturação modernista da nova geração, com o advento da escolarização inspirada na cultura ocidental; a adesão desorientada da nova geração aos modelos culturais estrangeiros e estilos de vida altamente consumistas, que vêm sendo sistematicamente difundidos pela televisão e pelas redes sociais através da internet; a crescente tendência de marginalização da tradição e dos valores da cultura local quer ao nível do senso comum, quer ao nível institucional, e mais concretamente ao nível dos currículos da escola formal, tudo isso, tem contribuído à degradação progressiva das relações de reciprocidade e interdependência entre o homem e a natureza.

Apesar de todas estas transformações, os comunários de *Ekovongo* reverenciam a natureza considerando-a como a principal fonte da vida, que ensina a sabedoria ao homem e mantém o sentido ético da convivência, interdependência e respeito entre os seres da ordem natural. Os comunários mantêm viva a arte de interpretar os sinais emitidos por distintos seres da natureza, uma atitude que gera uma tensão quando esses entendem conciliar a tradição e a modernidade, cujos efeitos se repercutem nos seus esforços de desenvolvimento endógeno. O comunário se situa, efetivamente, entre a pressão da modernidade impregnada de uma visão materialista e consumista de existência, ao mesmo tempo em que, sente a necessidade do vínculo irreversível com a natureza que lhe inspira a sabedoria para a vida.



Capítulo VIII

Os problemas da educação em Ekovongo

Este capítulo se propõe a descortinar os problemas que impregnam as práticas educativas que têm lugar nesta comunidade rural, em um contexto de transição para a modernidade; se pretende identificar os factores que constroem as práticas educativas. Assim, buscar a compreensão desses problemas não significa menosprezar as pressões extra-comunitárias, fundamentalmente aquelas exercidas por instituições exógenas e pela ideologia modernista de consumo veiculada através da *mídia*, que os habitantes em geral e as famílias em particular enfrentam no exercício das suas funções educadoras. Neste particular, o primeiro factor a considerar é a guerra civil que assolou a comunidade e contribuiu substancialmente na desestruturação das famílias e aumento da vulnerabilidade socioeconómica. O segundo factor recai sobre o processo de transição para a modernidade; se educar no contexto de transição implica desafios e dificuldades, não deixa de ser difícil e desafiadora analisar as circunstâncias e as estratégias dos agentes educativos, cujos discursos se revelam desencontrados. O contexto em si propicia a emergência de atitudes e comportamentos contrários ao respeito dos cânones defendidos pelo sistema educativo tradicional. A irreverência atribuída aos jovens expressa as contradições que lhes opõem aos adultos e aos anciãos de *Ekovongo*, que podem ser entendidas como manifestações inerentes à dialéctica das relações sociais vigentes numa comunidade em pleno processo de transição para a modernidade.

Ora, para os adultos, anciãos e anciãs, a irreverência é vista como uma afronta à ordem social vigente e uma clara ameaça à manutenção e perpetuação da harmonia e do equilíbrio espiritual das linhagens. Esta interpretação se fundamenta na concepção que os *ovimbundu* têm sobre a juventude; a juventude constitui um substrato social sobre o qual recai a responsabilidade de reproduzir e perpetuar as linhagens. Os jovens são candidatos à vida adulta e à ancianidade, motivo pelo qual devem passar por um rigoroso processo educativo que os habilite a essa maturidade, para se tornarem em futuros medianeiros da ordem espiritual;

desta feita, os jovens representam um segmento social que encarna a figura de construtor e guardião da identidade cultural. Além disso, os jovens são considerados motores da produção económica que dão suporte ao bem-estar material das famílias e da comunidade. Para alcançar esse estatuto social os jovens são compelidos ao alinhamento com as experiências e iniciativas que lhes são propostas por adultos e anciãos.

Entretanto, nas últimas décadas *Ekovongo* vem experimentando transformações socioeconómicas e culturais que contrariam este proeminente estatuto privilegiado que a comunidade havia outorgado aos jovens. A apropriação operada por instituições exógenas modernas das funções antes exercidas pelas famílias e outras estruturas comunitárias, nomeadamente a escola formal, o Centro Administrativo, a Unidade Policial, as instituições de recrutamento militar obrigatório e outras não residentes na comunidade, reduziu substancialmente o prestígio dos adultos e anciãos, cujas propostas educativas são julgadas pelos jovens como ineficazes e, em alguns casos ultrapassadas. Estas e outras situações têm resultado na irreverência dos jovens na relação com os adultos e anciãos da comunidade.

8.1. Os factores que afectam a educação no seio das famílias

A família é a principal instituição que mobiliza diversos mecanismos necessários à educação dos seus membros. Em *Ekovongo*, é a família alargada que assume a responsabilidade de educar, instruir, enfim, socializar todos os membros da prole (crianças, adolescentes, jovens e adultos), isto é, todo o colectivo familiar. No entanto, tendo em conta o amor materno e paterno, o respeito e a honra aos progenitores, bem como as susceptibilidades que lhes são inerentes, cumpre aos pais biológicos o dever sagrado de conduzir correctamente a educação dos filhos no seio da família nuclear, mas, sempre em estreita ligação com a família alargada e a comunidade em geral que a fiscalizam directa e indirectamente. A participação da família alargada na educação dos seus membros ocorre, na prática sob a forma de intervenção individual ou colectiva dos adultos sobre as ações, as atitudes e os comportamentos das crianças, adolescentes, jovens, etc., em contextos e circunstâncias diversas.

Assim, do nascimento até aos cinco anos, cabe aos pais a educação dos filhos. Ao longo deste período, os filhos devem obediência quase absoluta aos pais que são os principais mestres encarregues de guiá-los nos contactos com o meio social. Ao longo desse período não se exclui a possibilidade de intervenção de outros membros da família. No entanto, dos cinco anos em diante, apesar da preponderância que a mãe assume na educação da menina como futura dona de

casa, e o pai na educação do menino como futuro chefe de família, entram em cena outros membros da família alargada (irmãos, primos, tios, tias, avós, etc). No passado recente, logo que atingissem a adolescência, os filhos eram enviados à escola iniciática masculina e as meninas à escola iniciática feminina, prática que não se verificou durante a observação participante. Além dos rudimentos que os meninos e as meninas adquirem na escola iniciática, na cultura *umbundu*, são os tios que se encarregam da educação sexual mais detalhada dos sobrinhos, e as tias da educação sexual mais detalhada das sobrinhas.

No concernente à educação sobre a história do clã familiar, das linhagens, da tribo ou etnia, das tradições, da moral e dos valores da cultura *umbundu*, da arte de guerra e de outros ofícios, assim como a educação e instrução laborais são da responsabilidade de todos os membros adultos e anciãos que integram a família alargada e é feita no *onjango*. É a família alargada que tem a responsabilidade de transmitir aos seus membros a experiência cognitiva, afectiva e espiritual que orienta as interações com os demais membros no âmbito macrosocial comunitário. Por conseguinte, a família constitui a primeira instituição que assegura a protecção social e providencia os meios de existência necessários ao bem-estar dos seus membros. Paralelamente à estrutura da família alargada, todos os habitantes da comunidade participam directa ou indirectamente dos processos educativos através das interações que têm lugar em variados cenários da vida quotidiana.

Entretanto, a guerra civil provocou a dispersão e o empobrecimento das famílias, pois, muitos dos seus membros emigraram para as cidades, onde encontraram enormes dificuldades e desafios próprios das sociedades urbanas; aqueles que permaneceram na comunidade também viram os seus bens espoliados ou mesmo destruídos durante as campanhas militares. Além da guerra, as transformações socioeconómicas e o processo de transição modernista em curso na comunidade desestruturaram as famílias, rompendo com os laços de solidariedade que antes garantiam a protecção social dos seus membros. A pobreza económica retirou a capacidade que a família alargada tinha de prestar ajuda às pessoas vulneráveis, nomeadamente as famílias nucleares carentes, os jovens, os deficientes, os doentes, os idosos, etc. A desestruturação e a pobreza das famílias fracturou substancialmente a solidariedade e o princípio de reciprocidade entre os seus membros, no sentido em que os adultos investem no bem-estar futuro dos mais jovens, para que estes retribuíssem posteriormente quando se tornassem adultos. A estes factores se associa a influência exercida pela escola formal que transmite os conhecimentos científicos, excluindo na grelha curricular os conteúdos relacionados com a cultura local; e a *mídia* que, na maioria dos casos, veicula conteúdos que promovem padrões culturais alheios, fundamentalmente atitudes e comportamentos adversos aos valores e formas de ser e estar das comunidades rurais. Portanto, a desestruturação das famílias, a

pobreza económica, a influência da escola formal e da *mídia* constituem factores que estão na base da ruptura da cadeia de transmissão intergeracional no seio das famílias e na comunidade.

8.2. Os problemas intergeracionais na relação entre jovens, adultos e anciãos

Os problemas intergeracionais atravessam todas as sociedades e na maioria dos casos estão em contravenção com a moral pública; no entanto não devem ser ignorados ou ofuscados, pois respondem às necessidades emergentes dos processos de transformação social. Longe de serem percebidos como obstáculos ao desenvolvimento, os problemas intergeracionais se constituem em mola propulsora das relações sociais indispensáveis à manutenção de equilíbrio de forças entre grupos de idade presentes numa comunidade.

Em *Ekovongo* os problemas intergeracionais tendem atingir níveis preocupantes e se expressam nas relações que os jovens estabelecem com os adultos e anciãos. Os jovens se mostram inconformados com a difícil situação socioeconómica que enfrentam e atribuem este problema aos adultos e aos anciãos pela fraca capacidade interventiva no sentido de exigirem das entidades públicas investimentos direccionados ao seu bem-estar e por estarem conformados com a manutenção do *statu quo*. Os jovens optam pela irreverência como forma de protexto à postura da velha geração; os adultos e anciãos consideram que a alternativa ao *statu quo* seria a revitalização das instituições e dos mecanismos de educação e socialização, que no passado recente permitiram a manutenção de equilíbrio e a coesão social; consideram que os jovens estão propensos a assimilar os estilos de vida, as atitudes e os comportamentos alheios à cultura, ao modo de ser e estar dos habitantes de *Ekovongo*. Esta diferença de visão entre uns e outros não tem propiciado uma boa convivência social entre os jovens, os adultos e os anciãos. Os testemunhos do jovem Sekeseke e do ancião Katola refletem este problema.

Quando éramos adolescentes e na qualidade de alunos desta escola brincávamos e jogávamos a bola entre nós. Depois das brincadeiras acolhíamos às nossas casas e participávamos do serão com os mais velhos que nos transmitiam algumas pautas de como viver com os outros em comunidade. Diziam-nos que era necessário ir à escola e obedecer às regras da comunidade escolar; que era necessário acatar as orientações do professor e participar das campanhas de limpeza organizadas pela escola. Diziam ainda, que o civismo deve começar nas nossas próprias casas. Além disso, aconselhavam-nos sobre como viver em tempo de guerra, como se relacionar com pessoas de outras

comunidades vizinhas em contexto de guerra. Mesmo actualmente, em algumas sessões de serão os mais velhos transmitem-nos determinados conhecimentos relacionados com atividades laborais; por exemplo: dizem-nos que devemos abstermo-nos de tudo aquilo que não somos capazes de realizar na vida, visto que, o atrevimento pode causar enormes prejuízos aos pais e aos demais elementos da comunidade. (EGC-13:HJ)

Atualmente, as pessoas regrediram nestas práticas tradicionais de organizar a economia, o que pressupõe dizer que também regredimos na realização de práticas educativas que capacitavam as novas gerações ao conhecimento e aplicação deste tipo de experiências produtivas, porque tudo isto faz parte da educação. No passado, como havia velhos e adultos com capacidade de manter viva a atividade educativa do *onjango*, como as gerações daquele tempo também obedeciam e aderiam aos seus ensinamentos e porque não havia cantinas que comercializassem bebidas alcoólicas, era quase impensável os jovens passarem o seu tempo nas bebedeiras como acontece atualmente. (EGC-11:HAC)

Os jovens reconhecem o papel dos adultos e a importância da sabedoria e dos conhecimentos que eles transmitem às novas gerações para reorientar as suas perspectivas de vida; ao mesmo tempo apontam algumas debilidades dos adultos e anciãos em tratar com sabedoria e urgência necessárias os problemas que assolam a comunidade. A preocupação do jovem Kalunga reflete este entendimento.

Vou começar pela situação da saúde aqui na nossa comunidade; os adultos costumam dizer, que no passado morria pouca gente nesta *Ombala Ekovongo*, as pessoas não morriam tanto como agora. Tudo isto dependia do empenho dos líderes, mas agora chegamos numa fase em que, devido a inexistência do *Onjango* nas famílias onde as crianças pudessem adquirir pautas educativas e respeito às normas de conduta social, os vícios provenientes de outras sociedades penetram facilmente aqui na nossa comunidade devido a tendência de assimilar os padrões culturais ocidentais. Na semana passada vivenciamos uma situação que gerou incertezas aqui no *Ekovongo* devido à morte de nove bebés recém-nascidos; alguns desconfiavam que a causa era a vacina recentemente aplicada às mulheres com idades compreendidas entre 14 e 49 anos, enquanto outros alegavam tratar-se da inobservância das normas e dos ritos tradicionais por parte dos comunários. Isto é atemorizante, mas até à presente data não vimos nenhum adulto ou ancião a convocar os comunários para explicar se a referida morte adveio da alimentação ou se tem outras origens; para nós jovens este ambiente nos coloca num impasse. (GDJ-1:HJ).

Os adultos e os anciãos de *Ekovongo* consideram a atitude e o comportamento dos jovens como resultando das influências dos filmes que a *mídia* exhibe indiscriminadamente, quanto deveria adotar outros critérios de selecção dos conteúdos apropriados às diferentes categorias etárias. Para eles, a crise de valores que a comunidade enfrenta advém, em parte, da falta de critérios de exibição e consumo dos conteúdos audiovisuais pelos *mídia*. Os depoimentos dos comunários que abaixo seguem refletem este problema.

Antes os jovens tinham mais respeito pelos adultos do que agora; nos tempos em que crescemos, sempre que deparávamos com um adulto no caminho deixávamos maior espaço para ele passar sem dificuldades; se encontrássemos um ancião a carregar um embrulho pesado, recebíamos e levávamos até à sua casa. Não observamos isso nos jovens de hoje! Quando vou à minha lavra de bicicleta encontro sempre crianças, e por vezes encontro jovens pela estrada e não se preocupam de afastar-se para evitar acidente. Hoje, os jovens estão a assumir atitudes e comportamentos incomuns devido ao aparecimento de aparelhos como vídeos que apresentam filmes de delinquência, violência, etc. (EC-7:HA)

Repare que o cinema, por exemplo, existe há bastantes anos; no passado era exibido nas cidades em casas apropriadas, onde podíamos encontrar um polícia para verificar a idade de cada pessoa que para lá se dirigia. Para aquele tipo de cinema destinado aos adultos o polícia não permitia que os menores entrassem para assistirem tais espetáculos. Só os adultos e principalmente aqueles que já eram chefes de família podiam assistir aquele tipo de espetáculos. Exigia-se o bilhete de identidade para ser permitido entrar. Não havia o hábito de expor cenas vergonhosas e de violência aos menores. O que temos observado agora é que já não há cuidado na exibição do cinema na TV, no vídeo, enfim... Quer dizer, exhibe-se tudo a todos; logo, não se poderia esperar outra coisa senão a crise de valores de que sofremos todos. (EGC-11:HAC)

A influência dos programas da televisão tem contribuído de forma negativa na educação dos menores, que assimilam apenas aquelas práticas negativas ali visualizadas. A juventude é propensa à imitação das besteiras do mundo contemporâneo. (EC-1:HAC)

O que observamos nas novas gerações é que na escola aprendem muito pouco e no campo muito menos ainda. Em decorrência disso, alguns enveredam pela delinquência, bebedeira e gatunagem; as raparigas gastam o seu tempo a prepararem os cabelos e os rapazes consomem bebidas alcoólicas para depois protagonizarem actos de violência. Não percebemos o porquê isto acontece assim; talvez se fosse possível reabilitar instituições como *onjango* a situação seria

invertida, porque cada tutor de uma família alargada seria chamado a prestar contas perante as instituições comunitárias como anteriormente. (GDA-2:MA)

Em alguns casos, a irreverência juvenil tem assumido contornos de um conflito intergeracional latente envolvendo jovens que praticam actos de violência premeditada contra anciãos e anciãs, por considerarem que, são eles os mentores da ordem social que fiscaliza e exerce a coersão sobre as liberdades juvenis, que em muitos casos se confundem com a libertinagem. Neste particular, o ancião Epalanga é categórico ao afirmar:

Com a juventude, por exemplo, chegamos a uma saturação; encontrar-se com um jovem na rua, hoje tornou-se uma preocupação porque apresenta a cara fechada. Hum! Meu neto! Será que lhe desagradei? Não estamos a partilhar a mesma estrada? Se o jovem vem de moto, mesmo deixando-lhe o caminho ele te segue até atropelar-te. Se eu morrer atropelado, ainda vai dizer que o ancião enganou-se, ou você me seguiu propositadamente? Assim, prossegue a vida com toda a sua complexidade, o que traduz a nossa imperfeição. (EC-2:HAC)

Para as anciãs e os anciãos, a violência protagonizada pelos jovens não deve ser percebida como acto isolado, pois desponta de intenções direccionadas contra pessoas devidamente seleccionadas. A modernidade tem incutido nos jovens a mentalidade de rebeldia, a fim de esses protagonizarem actos de violência contra aqueles que defendem a cultura e os valores identitários autóctones. Os jovens procuram por todos os meios criar um sentimento de frustração no seio dos idosos, para precipitar o seu desaparecimento físico. Eles consideram que somente com o desaparecimento desses idosos poderão gozar de plena liberdade juvenil diante da família e de outras estruturas comunitárias, tal como advogam os teóricos da modernidade. Os idosos se defendem contra esta intenção dos jovens confiando na sua capacidade de revitalização das estruturas socioeducativas tradicionais, pois as consideram como incontornáveis. Este é, de resto, um entendimento que é reforçado pelas seguintes afirmações dos comunários:

Actualmente, se um velho ou uma velha faz encontro com um jovem e saúda esse não responde; dias atrás, ao passar pela estrada encontrei os rapazes a jogarem a bola e um deles fez um remate contra a minha cabeça e caí ao chão. Se me apanhasse no peito talvez morresse mesmo ali. (EGC-8:MAC)

Noutro dia, eu ia passando pela estrada e os rapazes estavam ali a jogar a bola. Quando me viram, alguns diziam: «épá! Cuidado que vem aí uma pessoa»; mesmo assim, um deles fez um remate contra o meu peito e caí ao chão. Nesse dia aprendi a disparatar. (...) Eu passei uma semana doente com dores do peito. Se a pessoa ofendida leva o caso junto dos pais, esses muitas vezes defendem os seus filhos. Por isso,

alguns comportamentos negativos dos jovens têm sido encorajados por nós próprios que somos pais. (EGC-8:MAC)

No ano passado, no mês de Outubro, sai daqui de casa ao fim da tarde e dirigi-me para aquela zona onde se situa a igreja dos apóstolos com o propósito de visitar o meu filho que reside naquela área. Há escassos metros da casa em que eu me destinava percebi um ruído estranho atrás de mim; sai rapidamente do caminho, mas logo que tirei os pés a bicicleta passou. Era um jovem que por pouco me atropelava; quando murmurei pelo sucedido o mesmo respondeu: era bem-feito se lhe atropelasse. Expliquei o sucedido ao pai do rapaz e o mesmo veio pedir-me desculpas, dizendo que estava escuro, por isso não me tinha reconhecido. Curiosamente, é alguém que reside ali bem próximo de nós, que eu chamaria de neto, inclusive foi a uns poucos dias atrás que o mesmo realizou o seu casamento. (EGC-4:HAC)

Comigo também aconteceu quase a mesma situação. Um jovem foi categórico em dizer-me: sai da estrada senão arrumo consigo. No passado, até as mulheres tiravam a quinta ou a trouxa da cabeça, sempre que faziam encontro com o Rei, mas agora já não. No meu bairro, apenas duas senhoras que ainda cumprem com esta norma; as demais não cumprem. (...) No passado recente, quando as escolas iniciáticas funcionavam com regularidade o rapazito manhoso era esperado ali para lhe tirar a manha, sobretudo quando era o próprio pai dele que apresentava a queixa; se para os outros a operação de extrair o prepúcio era rápida, para ele, o mestre cirurgião cortava um pedaço e dava um passeio para o manhoso sentir a dor. (EGC-4:HAC)

Sim! Na hora do curativo o medicamento para o manhoso era aquele que dói mais para ele rebolar no chão. (EGC-4:HAC)

Portanto, ao analisar a atitude e o comportamento dos jovens percebe-se que a irreverência e a violência que os mesmos protagonizam não advêm somente da mentalidade que lhes é inculcada pela modernidade; ela resulta, em parte, do fraco investimento ao bem-estar deste segmento social e da ação coercitiva que lhes é exercida por adultos e anciãos em determinadas práticas educativas por ocasião da iniciação masculina, em que são submetidos a duras provas de resistência às intempéries da vida. Embora os jovens reconheçam a relevância dessas aprendizagens iniciáticas para a vida, alguns excessos ali praticados podem estar na origem do comportamento irreverente e atitudes de rebeldia. A democracia, as transformações sociais, políticas, culturais e económicas em curso na comunidade de *Ekovongo* propiciam a mudança de mentalidades, que pode ser benéfica para todos se as partes envolvidas (jovens, adultos, anciãos e anciãos) privilegiarem o diálogo intergeracional.

8.3. A problemática educativa nas representações culturais

As representações culturais revelam carências e expectativas educativas que os habitantes experimentam no dia-a-dia por falta de uma educação que atenda à todas as dimensões humanas. As carências e as expectativas derivam do sistema educativo vigente que marginaliza os saberes locais, o que configura a continuidade de uma política refinada de colonização mental, iniciada ainda no período da administração colonial portuguesa sob a forma de assimilação. As carências e as expectativas dos comunários refletem a importância que a educação representa enquanto factor decisivo para a emancipação e desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. Neste particular, cabe reiterar, que a educação assenta em uma visão de mundo e de vida, de pensar, de ser e estar, isto é, um processo de construção permanente da identidade humana inscrita em uma realidade cultural concreta. A maior preocupação dos comunários é o revigoramento dos aspectos que configuram a sua identidade cultural; para os comunários, a evangelização empreendida pelos missionários através da qual difundiram a religião cristã ocidental visou fundamentalmente a destruição das suas crenças religiosas, que constituem o fundamento da sua cultura. Para atingir este objetivo, os missionários orientaram a sua ação na diabolização de artefactos que simbolizam as divindades *ovimbundu*, rotulando-os de amuletos de uma religião animista e primitiva ou simplesmente idolatria que deve ser destruída. Ora, entre os *ovimbundu*, não se distingue a cultura da religião, visto que, a relação com entes espirituais tem lugar em todas as ações humanas e dela dependem os êxitos, os insucessos do quotidiano e de todos os projetos a realizar na vida; os usos e costumes, as tradições, os ritos, os mitos, as lendas, etc, se fundamentam na relação que se estabelece com as divindades. Por isso, consideram que a verdadeira educação é aquela que abrange todas as dimensões humanas incluindo a espiritual. Este é o entendimento que transparece nos depoimentos expressos abaixo:

O que tenho constatado nas aldeias nos últimos tempos é que está-se a conservar pouco porque as pessoas estão a entrar muito no modernismo e isto está a destruir a nossa cultura. (EAGEXTNR-2:HA)

Os valores da cultura e da tradição passaram a ser questionados pelas igrejas; nós que temos resistido aos ataques das igrejas somos considerados de mundanos, mas a cultura não pode morrer. É nossa responsabilidade de tudo fazer para revigorar os valores da nossa cultura e da nossa tradição. (EGC-11:HAC)

Com a chegada dos missionários que trouxeram a religião ocidental tudo isso foi abolido, as pessoas começaram a utilizar medicamentos modernos e agora as mortes multiplicaram-se e vulgarizaram-se. (...)

Muitas vezes, o doente levado ao hospital aplicam-lhe o soro fisiológico, extraem análises e não acusam nada; levam-lhe nas máquinas para ser observado e não acusam nada; por fim, o hospital conclui que o indivíduo não está doente, lhe dão alta para ir a casa e dizem para tentar outras alternativas. (EC-1:HAC)

Como se pode perceber, os comunários privilegiam uma educação que atenda às suas especificidades culturais e espirituais. Não obstante, reconhecem a importância da escola formal e consideram a educação que nelas se realiza como empreendimento necessário para adquirir as competências requeridas nas cidades e nas sociedades modernas.

8.4. Adequação do modelo educativo nacional à realidade local

Em *Ekovongo*, apesar de haver uma forte resistência em relação à educação formal alguns comunários reconhecem a importância das aprendizagens que se realizam através das escolas, por aportarem determinadas competências requeridas quando se pretende candidatar-se a um emprego na cidade. No entanto, reiteram a ideia de que as aprendizagens da escola formal não têm qualquer vínculo com a realidade cultural local, nem com o sistema produtivo vigente na comunidade.

Quanto aos ensinamentos da nossa vivência comunitária as escolas sedeadas aqui não têm transmitido tais ensinamentos, porque os professores cumprem com aquilo que está estipulado nos programas desenhados pelos órgãos oficiais. (...) Em relação à educação laboral, mais precisamente a instrução nas técnicas agrícolas, de cultivo de plantas de frutas, de cereais, nas técnicas de pecuária, assim como nas técnicas de colheita e aprovisionamento, tudo isto não é ensinado nas escolas atuais. (...) As escolas atuais não se preocupam com os aspetos culturais; não dialogam com os alunos para saber quem são os pais, os avós, os bisavós, onde vivem, quais são as atividades que realizam no dia-a-dia? (...) Nos dias de hoje temos constatado situações caricatas de jovens que acorrem aos serviços de identificação para efetuar o registo de nascimento e, no momento de fornecer os dados pessoais, assim como os da sua família aí começam a evidenciar lacunas incompreensíveis; alguns não são capazes de dizer os nomes dos avós maternos e paternos quando o agente dos serviços de identificação pede dados da família. Enfim, são estes aspetos básicos que a escola talvez tem negligenciado. (EC-2:HAC)

Para alguns agentes externos, a educação formal é a chave para o desenvolvimento, pois, consideram necessária a construção de mais escolas vocacionadas a formação, tanto de maestros educadores como de técnicos sanitários

para educar os comunários sobre os cuidados a ter com a própria saúde. Além disso, advogam a necessidade de melhorar a gestão da educação.

(...) A educação está crescendo paulatinamente, mas a demanda é maior. É necessário construir mais escolas e formar mais professores, para se poder resolver a grande problemática educacional no país. (EAGEXTNR-4:HAC)

Falta principalmente, organizar bem a área da educação, agricultura, saúde e saneamento básico; mas, é sobretudo a educação porque só uma pessoa com estudos pode conceber bem os planos. Acho que estas são as áreas que precisam de serem melhoradas. (EAGEXTER-4:HA)

Para outros, a educação formal não concilia com as realidades culturais das comunidades rurais, e muitos dos valores da cultura e da tradição *umbundu* correm o risco de desaparecerem. O testemunho que segue abaixo expressa esta inquietação.

O que tenho constatado nas aldeias nos últimos tempos é que está-se a conservar pouco, porque as pessoas estão a entrar muito no modernismo e isto está a destruir a nossa cultura. (...) No leste de Angola, ali na área dos lundas, de Malanje a subir, aquela área toda está bem identificada em aspetos culturais, mas aqui no Planalto Central temos algumas debilidades. Aqui há uma tendência de as pessoas absorverem mais coisas que chegam do exterior, relegando para terceiro plano aquilo que sempre nos identificou como povo *umbundu*. (EAGEXTNR-2:HA)

Apesar do optimismo de alguns agentes externos, outros consideram que a educação formal não têm correspondido com as expectativas dos comunários, visto que, no modelo vigente não existe a articulação com o meio rural. Além disso, por falta de condições materiais e humanas, as escolas não realizam atividades extra-escolares, nem viagens de estudo para permitir os alunos a vivenciarem outras realidades e experiências. Enquanto isso, outros consideram que o próprio sistema educativo está mais vocacionado a mitigar o analfabetismo.

Eu acho que a educação é complexa seria preciso conhecer um pouco a área, mas é complexa; eu acho que no modelo vigente não há distinção entre a zona urbana e rural. O que podemos verificar é que as zonas rurais enfrentam alguns problemas que passam pela oferta dos serviços em termos de infraestruturas, salas de aulas, recursos humanos, porque infelizmente, a nossa zona rural é mesmo rural, em que os nossos técnicos ainda jovens recém-formados têm algumas dificuldades; agora, a situação tem vindo a melhorar se comparada com a que se vivia cinco anos atrás, pois, trabalhei muitos anos num programa de educação. (...) De resto, não há diferenciação nos livros,

manuais, documentos; os treinamentos que são dados são os mesmos. Penso que não há diferenciação, talvez alguém que está dentro do sector possa dar uma opinião diferente; eu como observador externo não vejo muita diferenciação. (...) Agora, este aspecto sociológico, o “*modus vivendi*” tradicional deles, se calhar choca um pouco com a escolarização que eles acham que é uma aculturação. (EAGEXTNR-1:HA)

Acho que o sistema educativo nacional serve mais para mitigar o analfabetismo e promover uma cultura geral; de resto, o sistema não tem produzido efeitos desejáveis particularmente nas comunidades rurais. (EAGEXTNR-3:HA).

No concernente a conciliação do modelo educativo com as particularidades regionais ou locais, os agentes externos consideram haver lacunas quanto à integração dos aspectos antropológicos e culturais nos currículos, o que constrange a gestão do processo de ensino-aprendizagem nas escolas formais.

Eu quero dar um exemplo: nesta zona que vai para o Município do Chitembo eu já tive relatos de professores que ficaram sem alunos, porque quando chega a época de cultivo ou de caça, os pais levam as crianças para as atividades do campo. Em parte, não é que a comunidade não valorize a escolarização; agora com a televisão e outros meios de comunicação como a rádio, os pais querem ver o filho na televisão, quer ter um filho coordenador ou administrador, etc., acho que já sentem a necessidade da formação; eles sabem mesmo que é importante, mas têm esses fatores antropológicos que eles vivem, que é uma realidade. (EAGEXTNR-1:HA)

Em Angola, à semelhança da maioria de países africanos, o modelo educativo formal reproduz na contemporaneidade o carácter selectivo que havia sido concebido na era colonial, não para educar elites no sentido clássico do termo (económicas, políticas, artísticas, literárias, etc), mas sim, instruir um segmento de tecnocratas para assegurarem o funcionamento das instituições da administração e dos serviços, com vista à integração do País no sistema económico internacional; os angolanos que tiveram a oportunidade de adquirir essa instrução foram agraciados com o estatuto de assimilados, inaugurando, desta feita, uma nova forma de diferenciação social em Angola.

Com a ascensão do País à Independência enveredou-se pelo socialismo e foi adotado um modelo educativo concebido com uma perspectiva linear, em que a cultura está subordinada à economia. Tomando por fundamento esta visão, o modelo educativo vem sendo concebido de forma autoritária pelos órgãos da estrutura tecnico-administrativa do Ministério da Educação, como se as distintas regiões do País fossem homogêneas, ou seja, sem diagnóstico aprofundado acerca da realidade

social, cultural, espiritual e económica dos distintos espaços etnolinguísticos de Angola, para a identificação das necessidades educativas inerentes a cada uma dessas áreas. Isto pressupõe que o mesmo foi concebido sem vínculo com a diversidade cultural do País, uma vez que, não foi precedido de uma consulta e negociação abrangente com os representantes dos grupos etnolinguísticos que formam o mosaico cultural angolano, para convergir num modelo educativo que considere as diferentes propostas de necessidades educativas a serem inseridas nos currículos de cada subsistema de ensino formal. Entretanto, a realidade educativa angolana configura uma coexistência entre a matriz cultural ocidental e a educação tradicional angolana de matriz cultural bantu-africana que se realiza fundamentalmente no meio rural, assegurada pelas famílias e outras instituições socioeducativas comunitárias, sem qualquer vínculo com a educação formal, apesar de haver actualmente evidências da sua expressão, mesmo nas comunidades urbanas.

As reformas do sistema educativo de 1977 e mesmo a mais recente iniciada em 2004 não engendraram uma ruptura com o carácter selectivo introduzido ainda no período da administração colonial que privilegia a formação da pequena burguesia burocrática (tecnocratas, políticos, militares, etc) que se constituem em classe dominante da sociedade angolana. A escola formal moderna mantém, na essência a sua matriz civilizacionista, cuja missão consiste na transmissão de conhecimentos técnico-científicos, exaltação de padrões da cultura ocidental, ao mesmo tempo em que, marginaliza e exclui as tradições e outros elementos da cultura local. Trata-se de um modelo educativo que objetiva, fundamentalmente, a formação de tecnocratas para o exercício de funções burocráticas que assegure o funcionamento das instituições públicas e privadas, e não de cidadãos educados com uma perspectiva multicultural, intercultural, social, económica, etc.

Um modelo educativo com esta característica propicia a corrida desenfreada pela posse de um título académico enquanto meio de acesso a cargos institucionais e como chave-mestra para abrir as portas de entrada na estrutura hierárquica do Aparelho do estado. O acesso a cargos institucionais constitui uma forma de conquista de poder, que no caso de Angola – um Estado neopatrimonialista, significa obtenção de um estatuto de cidadão especial, sujeito de privilégios que a ordem vigente oferece. Este facto explica o interesse das estruturas do poder em desenhar um modelo educativo não negociado e centralizado, que visa à manutenção do *statu quo* em que a escola formal enquanto agência socializadora reproduz as desigualdades sociais entre dirigentes que têm excessivamente tudo e dirigidos que quase nada têm aos quais se associam os depauperados marginalizados, residentes basicamente nas comunidades rurais e na periferia das cidades. Além disso, explica também a resistência que os habitantes de *Ekovongo* e de outras comunidades rurais oferecem em matricular os seus filhos nas escolas formais por temerem a sua aculturação e, por considerarem que as aprendizagens

que se adquirem nessas escolas não têm aplicabilidade no modo de produção vigente nessas comunidades. Este modelo educativo não tem vínculos com o modelo de desenvolvimento vigente em Angola, muito menos com o novo paradigma de desenvolvimento sustentável.

Conclusões do capítulo

Na análise dos problemas que afetam a educação em *Ekovongo* identificamos alguns factores que constroem este importante serviço social. O primeiro factor são as sequelas da guerra civil, que provocou a dispersão, o empobrecimento e a emigração para as cidades, onde os comunários enfrentaram dificuldades enormes para se adaptarem ao modo de vida urbano. A pobreza económica e financeira retirou, e, nalguns casos reduziu substancialmente a capacidade que a família alargada dispunha de exercer a proteção social dos seus membros identificados com a situação de vulnerabilidade, nomeadamente, crianças, jovens, deficientes, doentes e idosos, pois, com a nova realidade passam à condição de abandonados. O segundo factor recai sobre o processo de transição para a modernidade e as transformações socioeconómicas que lhe são inerentes. As transformações aceleraram a desestruturação das famílias e agravaram os níveis de pobreza, fracturando substancialmente a solidariedade e a reciprocidade entre os membros das famílias alargadas, no sentido em que os adultos deveriam investir no bem-estar dos mais jovens para que esses retribuíssem quando se tornassem adultos. A estes factores se associa a influência exercida pela escola formal de matriz ocidental que privilegia a transmissão de conhecimentos científicos, excluindo da grelha curricular matérias relacionadas com a cultura local; e também a *mídia* que veicula conteúdos que exaltam os códigos culturais alheios, fundamentalmente, atitudes e comportamentos adversos aos valores e à forma de ser e estar das populações que habitam as comunidades rurais. A desestruturação das famílias, o empobrecimento, a influência da escola formal e da *mídia* constituem factores que estão na base da ruptura da cadeia de transmissão intergeracional no seio das famílias e na comunidade. Os problemas intergeracionais que em *Ekovongo* se expressam nas relações que os jovens estabelecem com os adultos e os anciãos; os primeiros se mostram inconformados com a difícil situação socioeconómica que enfrentam e atribuem a culpa aos adultos e anciãos, pela fraca capacidade interventiva no sentido de exigirem investimentos para o bem-estar dos jovens e o seu conformismo com a manutenção do *statu quo*. Por conseguinte, adotam uma postura de irreverência na relação com a velha geração. Os adultos defendem que a alternativa ao *statu quo* seria a revitalização das instituições e dos mecanismos de educação e socialização, que no passado recente permitiram a manutenção de equilíbrio e coesão social na comunidade.

Outro factor a considerar prende-se com a inadequação do modelo educativo nacional à realidade das comunidades rurais. Em *Ekovongo*, apesar da resistência à educação formal, alguns comunários reconhecem a importância das aprendizagens que as escolas formais realizam, por aportarem competências requeridas no emprego. Mesmo assim, reiteram que as aprendizagem promovidas pela escola formal não têm vínculos com a realidade cultural local, nem com o sistema produtivo da comunidade. A escola formal angolana mantém na essência e reproduz na contemporaneidade a matriz civilizacionista que exalta a cultura ocidental e marginaliza a cultura local.





Capítulo IX

A concepção endógena de desenvolvimento em *Ekovongo*

A conceptualização do desenvolvimento constitui um empreendimento que tem vindo a animar as construções teóricas, os debates que se desenrolam desde as academias, passando pelas organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Programa das Nações para o Desenvolvimento (PNUD), Agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, organizações ou formações políticas ao nível de países, organizações não governamentais (ONGs), associações cívicas, movimentos ambientalistas, etc. Entretanto, raramente essas iniciativas envolvem a participação das comunidades rurais na sua construção. Este capítulo expõe as ideias que refletem o pensamento dos habitantes da comunidade rural de *Ekovongo* sobre o desenvolvimento.

A concepção de desenvolvimento e as práticas que dela despontam constituem uma elaboração cultural resultante das interações que os habitantes estabelecem com o meio natural e social, bem como com entes espirituais. Apesar de ser uma concepção endógena, esta não deve ser analisada à margem das influências produzidas pelas transformações globais que se operam no mundo contemporâneo. Dito de outro modo, a concepção e as práticas de desenvolvimento buscam fundamento nas interações que os comunários de *Ekovongo* estabelecem no âmbito das suas elaborações culturais, impregnadas de crenças mítico-religiosas, nas relações interculturais e multiculturais com sujeitos oriundos de realidades extracomunitárias.

O modo de vida dos habitantes de *Ekovongo* decorre desta concepção de desenvolvimento, que tem origem na simbiose entre a realidade comunitária rural, de matriz sociocultural *umbundu* ou africana e a realidade social urbana, influenciada pela modernidade ocidental, mas, sempre dominada por uma forte presença do repertório cultural *umbundu*. As relações interculturais e multiculturais

com sujeitos oriundos de outras latitudes desencadeiam mudanças no modo de perceber o meio circundante e nas práticas tendentes a sua transformação. Entretanto, o ideal e a necessidade de transformação parecem contrariados por um saudosismo de um passado menos turbulento, em que os habitantes viviam felizes, em harmonia com a natureza e as divindades. O trauma causado por uma guerra civil que destruiu as estruturas físicas que simbolizam a cultura e o poder ancestral, e também devastou o meio ambiente, reforça esse sentimento de uma felicidade perdida, pois, alimenta incertezas em relação ao futuro.

A visão de desenvolvimento que toma corpo no imaginário dos habitantes de *Ekovongo* como utopia para a sua existência presente e futura, não se dissocia desse sentimento de uma possível recuperação da felicidade perdida. Apesar da proeminência de conflitos intergeracionais, a perda de prestígio da autoridade costumeira dos anciãos e da indiferença dos jovens em relação aos valores da cultura e da tradição, prevalece o ideal de um projeto de bem-estar individual e colectivo, sem o qual se torna difícil reorientar as ações para um desenvolvimento endógeno. Em face disso, todas as ações de desenvolvimento devem ter em consideração o legado da cultura e da tradição que se mantém presente como riqueza imaterial que alimenta esperanças de uma vida melhor na comunidade.

9.1. Aproximação semântica ao conceito endógeno de desenvolvimento

Considerado como um termo eurocentrado, desenvolvimento tem origem na biologia, tendo passado por reformulações operadas no decurso das revoluções que marcaram a história do ocidente até ao fim da segunda guerra mundial, na sequência da qual evoluiu para a actual polissemia conceptual que a associa às dimensões de transformação, progresso e bem-estar social das populações.

Na língua *umbundu*, a palavra desenvolvimento equivale ao vocábulo *etumbulukoko* que tem igualmente origem na biologia, cujo significado se assemelha àquele que lhe é atribuído na acepção ocidental do termo; *etumbulukoko*¹⁰⁷ é um substantivo masculino, que quer dizer desenvolvimento, renascimento ou ressurgimento com uma qualidade renovada. O termo se aplica fundamentalmente ao ciclo evolutivo (crescimento e desenvolvimento) dos seres vivos, particularmente dos vegetais, que em seu estágio inicial se caracteriza pela interface denominada *ëyovo*¹⁰⁸, e progride para outro estágio que toma o nome de

¹⁰⁷*Etumbulukoko* é a que os seres vivos apresentam depois de um período de crise causada por uma enfermidade ou calamidade natural.

¹⁰⁸*Ëyovo* é uma qualidade que a planta apresenta em seu estágio inicial quando brotam as primeiras folhas; ou quando readquire novas folhas em seu ciclo regular anual.

*enonomoho*¹⁰⁹, o que traduz uma sequência de transformações qualitativas. Estes substantivos passam para formas verbais pelas quais se explica em moldes mais detalhados as interfaces evolutivas e de progresso, pois, designam os ciclos de vida animal e vegetal em movimento contínuo e não um estágio acabado ou terminal da sua evolução enquanto seres vivos. Neste particular, *etumbuluko*, *èyòvo* e *enonomoho* desdobram-se para as seguintes formas verbais:

(Substantivos)**(verbos)**

Etumbuluko = okutumbuluka, okutumbulula, okukõnla¹¹⁰;

Èyòvo= okuyòva, okuyomboka¹¹¹, okuyanda¹¹², okulifela¹¹³, okumbendoka¹¹⁴;

Enonomoho= Okunonomoha, okukõnla¹¹⁵, okulivokiya, okulisanja, okulyanja.

Nas interações, na comunicação e no discurso que acompanha as relações entre as pessoas, estes substantivos e os verbos são frequentemente usados para se referir ao desenvolvimento, isto é, ao estado físico e emocional, ao autoconhecimento e às condições económicas e sociais que os sujeitos de uma determinada comunidade apresentam, principalmente quando comparados com os demais.

As três interfaces que formam a ideia de desenvolvimento correspondem aos estágios em que se encontram os animais, os vegetais, e, por extensão, o indivíduo, o grupo familiar, o colectivo ou a comunidade, dependendo das circunstâncias em que se desenvolve o discurso; o substantivo *etumbuluko* (desenvolvimento, renascimento, ressurgimento, empoderamento, crescimento ou renovação) e os respectivos verbos *okutumbuluka* (desenvolver-se, renascer, ressurgir, crescer, empoderar-se), *okutumbulula* (desenvolver, renascer, renovar) e *okukõnla* (crescer, fortalecer-se, empoderar-se), bem como o substantivo *èyòvo* (enfolhamento ou florescimento) e os respectivos verbos *okuyòva* (enfolhar, florescer), *okuyomboka* (crescer na vertical ou na horizontal), *okuyanda* (estender ramos ou ramificar-se), *okulifela* (aumentar de tamanho) e *okumbendoka* (robustecer-se, desenvolver-se); o substantivo *enonomoho* (tendência de crescimento) e os respectivos verbos

¹⁰⁹ *Enonomoho* é um estágio em que os seres vivos apresentam uma tendência de crescimento irreversível.

¹¹⁰ O verbo *okukõla* não se aplica quando se trata da variável espaço.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

¹¹³ O verbo *okulifela* apenas se aplica quando se trata de pessoas ou animais.

¹¹⁴ O verbo *okumbendoka* não se aplica quando se trata de ser humano e da variável espaço.

¹¹⁵ Idem.

okunonomoha (tender ao crescimento), *okukõnla* (crescer), *okulivokiya* (abonar-se de algo) *okulisanja* (estender-se, ampliar-se), *okulyanja* (gozar de direitos, de liberdades de expressão e de movimento), fazem referência, por um lado, aos conceitos endógenos de desenvolvimento, crescimento, renovação, robustez, etc; por outro, expressam a conciliação entre os conceitos endógenos e o conceito ocidental de desenvolvimento.

Glossário de Termos *Umbundu* sobre o conceito de desenvolvimento

<i>umbundu</i>:	significado em português
<i>Enonomoho</i> :	tendência de crescimento; ampliação; expansão.
<i>Etumbuluko</i> :	desenvolvimento; renascimento; ressurgimento; empoderamento, crescimento ou renovação.
<i>Èyòvo</i> :	enfolhamento ou florescimento.
<i>Okunonomoha</i> :	tender ao crescimento.
<i>Okukõnla</i> :	crescer; fortalecer-se; empoderar-se.
<i>Okulisanja</i> :	estender-se; ampliar-se; alargar-se.
<i>Okulivokiya</i> :	abonar-se de algo.
<i>Okulyanja</i> :	gozar de direitos, de liberdades de expressão e de movimento.
<i>Okulifela</i> :	aumentar de tamanho, robustecer-se.
<i>Okumbendoka</i> :	robustecer-se; desenvolver-se.
<i>Okutumbuluka</i> :	desenvolver-se; renascer; ressurgir; crescer; empoderar-se.
<i>Okutumbulula</i> :	desenvolver; renascer; renovar, Empoderar-se.
<i>Okuyanda</i> :	estender os ramos ou ramificar-se.
<i>Okuyomboka</i> :	crescer na vertical e na horizontal.
<i>Okuyòva</i> :	enfolhar; adquirir folhas; florescer.

Na sequência da mundialização, do contacto com outras culturas propiciado pelas relações multiculturais e interculturais com sujeitos oriundos de outras latitudes, operou-se uma aproximação semântica das palavras da língua *umbundu*, cujo sentido transmite a ideia que se aproxima ao conceito ocidental de

desenvolvimento. Esta aproximação semântica dos termos do vernáculo *umbundu* com o ideal ocidental de transformação, progresso e bem-estar social deu origem a um conceito híbrido de desenvolvimento, ou simplesmente *etumbuluko*, um termo recorrente no discurso dos comunários de *Ekovongo* e de outras comunidades *ovimbundu*. As afirmações abaixo refletem este entendimento.

O desenvolvimento é o que em *umbundu* denominamos por *etumbuluko*, está relacionado com o ter algo; a pessoa tenta implementar este ou aquele projeto e nada resulta mas, mesmo assim, se for persistente e tiver força de vontade, o indivíduo pode, com ajuda de Deus conseguir aquilo que pretende. As pessoas que acompanham de perto o seu trabalho começam a dizer que o vizinho está a desenvolver-se. (EGC-4:HAC)

De tudo que a pessoa realiza, se tal lhe proporciona resultados satisfatórios é desenvolvimento. (GDA-2:HA)

Apesar de serem autênticos, os termos *etumbuluko*, *èyòvo* e *enonomoho* que dão substância ao conceito endógeno de desenvolvimento, encerram em si ideias impregnadas de influências providas do exterior, principalmente, da concepção ocidental antropocêntrica e capitalista, que considera a transformação da natureza e da realidade social como condição *sine qua non* para a acumulação individual e colectiva de bens materiais necessárias ao bem-estar. Embora esteja inicialmente em contradição com o sistema socioeconómico local orientado na satisfação das necessidades básicas, a concepção ocidental de bem-estar assente na acumulação de bens materiais foi assimilada pelos comunários, tendo resultado numa simbiose conceptual denominada *etumbuluko*. Esta simbiose remonta do período pré-colonial por obra de alguns dignatários ligados à Corte do Antigo Reino do Bié que estabeleceram contactos com sujeitos de outras partes do Continente Africano e do Médio Oriente, no âmbito da sua participação nos chamados corredores¹¹⁶ do comércio interafricano havidos no passado, pelos quais se dinamizava o intercâmbio comercial entre os antigos reinos da atual África Austral e Central e seus congêneres da África do Norte e Oriental. Posteriormente, viu-se reforçada durante o período da colonização portuguesa e consolidada na atualidade pelos modelos de desenvolvimento adotados por Angola nos quarenta e cinco anos da sua Independência.

Assim, em sua forma mais elaborada, a concepção ocidental de desenvolvimento vem sendo consolidada nesta comunidade através de práticas educativas e comunicativas interculturais auspiciadas por instituições exógenas

¹¹⁶ Os dezasseis Mega-Projetos estruturantes do Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas de África (PIDA) constante da estratégia de integração de África da Nova Parceria Para o Desenvolvimento de África (NEPAD) objetivam, em parte, a reabilitação dos antigos corredores do comércio interafricano.

com residência permanente na comunidade como o Centro Administrativo, a Coordenação das Escolas, o Posto de Saúde, a Unidade Policial, as igrejas (Católica, Evangélica Congregacional, Bom-Deus, Apostólica e Adventista do Sétimo Dia), bem como aquelas que marcam a sua presença de forma esporádica, nomeadamente, a Extensão e Desenvolvimento Agrário (EDA), a Direcção Executiva-Confederação Provincial das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias/Bié –Filial da União Nacional de Apoio às Cooperativas Agrícolas (UNACA), a Organização Não-Governamental (ONG) da República Checa denominada *PEOPLE IN NEED* e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (*UNICEF*), que empreendem ações e, por via destas, participam directa ou indirectamente das políticas tendentes a integrar os habitantes de *Ekovongo* no modelo neoliberal de desenvolvimento.

Não obstante, em *Ekovongo*, *etumbuluko* ou desenvolvimento se concebe como um processo multidimensional em construção permanente, no qual assume preponderância, acima de tudo, a relação com a natureza e um conjunto de variáveis (económicas, sociais, culturais, espirituais, espaciais, ambientais, etc), que concorrem para um estado de bem-estar individual ou colectivo, tomado como um ideal que deve ser alcançado em cada etapa da história comunitária.

9.2. Desenvolvimento é reverência à natureza: conservação dos ecossistemas e da biodiversidade

Entre os *ovimbundu*, a finalidade da existência do homem no mundo está estabelecida no universo e, por conseguinte é influenciada pela ordem dos seres na natureza. O universo se compõe de dois espaços que se complementam: um visível habitado por homens, animais, vegetais, minerais, ao qual se integram os astros, a água, o vento e outros seres da natureza; e outro invisível habitado por entes espirituais. Este constitui um dos fundamentos pelos quais o homem estabelece um parentesco original com a natureza, porque entende ser a única arte de que dispõe para viver sem turbulências. A natureza tem um simbolismo representado por vegetais, animais, minerais e outros seres. Enquanto isso, a vida como substância do mundo manifesta-se em primeira instância nos vegetais e é representada pela árvore. A árvore simboliza a vida humana que adquire a raiz a partir da terra profunda dos ancestrais, se ergue pelo tronco e se expande através dos ramos e das folhas; entre a raiz, o tronco, os ramos e as folhas existe uma comunicação perpétua que circula de maneira incessante ligando a terra com o mundo do além. Vista com esta perspectiva, a árvore tem uma importância incomensurável, porquanto o homem e o animal recorrem aos frutos, às folhas, à casca e às raízes da árvore para se alimentarem e curarem as enfermidades. A sua vocação é manter a vida dos seres

vivos, em particular, dos seres humanos. A este respeito, o ancião Sapwile argumenta:

Os seres humanos se relacionam principalmente com as plantas: são elas que purificam o ar que respiramos; as pessoas e as plantas se relacionam mutuamente: as pessoas possuem sangue no corpo e as plantas possuem a seiva; ambas as coisas são semelhantes. Por isso é que, sempre que a pessoa adoece se socorre das plantas para curar a enfermidade; também são as plantas que emitem o vapor para formar a chuva. (EC-1:HAC)

Esta cosmovisão, explica a afectividade que os *ovimbundu* têm na relação com a natureza a que devem reverência porque se sentem protegidos por ela; é também um dos fundamentos da irmandade e da solidariedade que as pessoas da mesma família alargada, linhagem ou etnia estabelecem entre si. A solidariedade começa na família alargada e se estende até à comunidade, o que faz com que, cada membro se sinta integrado e em segurança. No entanto, esta irmandade e solidariedade implicam uma moral recíproca, de tal sorte que, dela não pode beneficiar aquele que não a pratica. Este é um princípio que preside as relações entre os seres do universo e se extrapola para as relações sociais que os seres humanos estabelecem entre si.

À semelhança de outros habitantes rurais *ovimbundu*, os comunários de *Ekovongo* possuem conhecimentos sobre a natureza, o que lhes permite interpretar os sinais que ela emite, para prever os eventos climáticos futuros, a fim de se adaptarem aos efeitos que deles despontam e orientar as atividades que desenvolvem. Os conhecimentos se elaboram na base de sinais como o aparecimento e desaparecimento de certas espécies de plantas herbáceas, algumas espécies de insectos (gafanhotos, formigas, salalé, etc), de alguns reptéis, as estrelas e seu posicionamento na órbita, que anunciam a mudança de estação do ano; o simbolismo de laboriosidade, união e solidariedade que as espécies de insectos como as abelhas, as formigas e o salalé representam no seio da família alargada e para as relações sociais em sua abrangência; a relação da temperatura e dos ciclos lunares com a frequência e intensidade das chuvas; os relâmpagos que exercem influência no crescimento das culturas e das plantas em geral; o aparecimento de microrganismos que fertilizam o solo, etc. Quando aos conhecimentos sobre a natureza e sua relevância ao desenvolvimento, os testemunhos a seguir parecem elucidativos.

Desenvolver-se é cuidar de toda a criação; queimar florestas não é desenvolver-se, visto que, a floresta é habitada por variadíssimos microrganismos que no fundo são eles que mais cuidam de nós do que nós a eles. Por exemplo: a minhoca e o salalé cuidam de nós, visto que, eles fertilizam o solo; o sapo e o camaleão se alimentam de

bichinhos que poderiam causar doenças aos seres humanos .(GDA-2:HA)

O desenvolvimento advém da relação que temos com seres e elementos da natureza tais como, a terra, as florestas, a água, os animais, etc. Certas pessoas derrubam árvores na floresta para utilizar o solo a fins agrícolas, mas depois deixam a mesma parcela desarborizada sem cultivá-la. Desta maneira, o solo empobrece e quem tentar cultivar a mesma parcela não pode esperar bons resultados. Antes quando a chuva era abundante, o solo tinha muita força porque acumulava muitos ingredientes; agora devido a fracas chuvas, as florestas não têm crescido em ritmo desejável e o solo está empobrecendo cada vez mais, o que pressupõe dizer que alguns fenómenos da natureza condicionam o processo de desenvolvimento. (EC-7:HA)

Os conhecimentos que os comunários de *Ekovongo* possuem, as suas interpretações em torno da relação causa-efeito na análise dos fenómenos naturais refletem claramente a importância transcendental da capacidade comunicativa do homem com a natureza. Apesar da pertinência destas experiências cognitivas e da relevância que essa sabedoria representa na consolidação da identidade cultural dos *ovimbundu*, muitos desses conhecimentos tendem a ser relegados ao esquecimento devido à erosão resultante da marginalização de que são alvos por parte das elites urbanas e do poder, que se mostram cada vez mais comprometidas com o modernismo ocidental em detrimento da realidade angolana.

9.3. O desenvolvimento é a capacidade de conciliar a tradição com a modernidade

A modernidade constitui um dos principais temas do debate contemporâneo, apesar de não ser nosso propósito analisá-lo em sua abrangência e profundidade. A sua abordagem neste apartado visa tão-somente enfatizar a necessidade de promover o diálogo e a conciliação entre âmbos os paradigmas: a tradição e a modernidade. Embora o termo tenha sido usado por Rubén Dario, Poeta Nicaranguense que proclamou a criação de um movimento artístico-literário que denominou “modernismo”, com o intuito de se separar dos cânones estéticos espanhóis e de se inspirar na cultura nativa do seu País, a modernidade tem origem no pensamento económico capitalista com suas lógicas de industrialização, tecnologização e racionalização dos processos produtivos, cuja aplicação se extrapola para a esfera das relações sociais. Por conseguinte, a modernidade não deve ser encarada como se fosse a meta final do progresso, mas sim, como um processo marcado por algumas virtudes que alimentaram esperanças, mas também por inúmeras perversidades que contrastam com as promessas optimistas

proclamadas sobre o futuro da humanidade. Os ideólogos da modernidade não foram capazes de realizar os valores da liberdade e da igualdade formalmente proclamados pelo capitalismo liberal, quando se viram confrontados com uma impressionante diversidade sociocultural dos países do capitalismo periférico. A sua expansão, ora acelerada pela globalização tem sido devastadora ao ponto de ser considerada por alguns observadores pessimistas como um prenúncio do fim da história da humanidade; aos poucos, a modernidade vai se tornando absoleta, por ter renegado a universalidade dos valores da tradição, tais como o primado do consenso sobre o livre arbítrio, do colectivo sobre o indivíduo, bem como a solidariedade, sobrepondo em sua substituição o individualismo e a ganância, que na actualidade articulam as relações de competição capitalista.

O desenvolvimento é um processo em que estão presentes a tradição e a modernidade, pois são paradigmas que não devem excluir-se um do outro, mas sim complementar-se; apesar de a modernidade ser um paradigma ocidental, impulsionado por inovações científicas e tecnológicas, a sua aplicação nos países em desenvolvimento não deve significar uma ruptura absoluta com as tradições, sabendo-se de antemão, que a sua funcionalidade se efectiva com o recurso aos fundamentos institucionais, sociais e culturais herdados do passado. Foi um erro de partida, o facto de, na aurora da independência, Angola e a maioria de países africanos terem desenhado as suas estratégias de desenvolvimento com base na visão linear, em que se projetava a construção de sociedades modernas, excluindo os valores tradicionais, elaborados pelos seus povos ao longo da história. Tratou-se de uma utopia, para a qual as populações angolanas não estavam preparadas em torná-la realidade. Este entendimento é corroborado pelos seguintes argumentos:

Para haver desenvolvimento, primeiro temos de conhecer o passado e a tradição, visto que, a Bíblia recomenda que, aquele que desrespeitar seu pai e sua mãe pode morrer! Se pensarmos que a tradição deve ser abandonada enganamo-nos a nós mesmos. Se tivéssemos que seguir unicamente tudo aquilo que é novo, então, sempre que nascesse um novo bebé não se lhe cortaria o umbigo da mesma maneira que se cortava no passado; logo, para cada recém-nascido teríamos que proceder de modo totalmente novo ao cortar o seu umbigo. Devemos seguir a tradição e ao mesmo tempo abraçar as coisas boas da modernidade. Desenvolvimento não é só adquirir dinheiro e acumular riqueza; é também ter a capacidade de conciliar o passado com a contemporaneidade. Os que estudam nas escolas estão a iluminar os caminhos rumo ao desenvolvimento, mas este não pode ocorrer por si, sem que haja atividades produtivas, visto que, para ir à escola o indivíduo precisa de comer e de outras coisas; todas estas dimensões têm de ser consideradas para haver desenvolvimento. (EC-14:HJ)

Sim, efetivamente se considerarmos aquilo que imitamos dos outros! Se formos a colar muito em certos preceitos tradicionais não pode

haver desenvolvimento. Mas gostaria voltar ainda à situação das pessoas do sexo feminino; já são poucas as que fazem o uso das tranças e dos brincos, ou seja, pouco a pouco estão abandonando o tradicional para aderir aos padrões modernos. Mas, penso que aquilo que é tradicional e carrega consigo valores culturais não devemos esquecer disso. (EC-15:HAC)

Portanto, cada sociedade em franco processo de industrialização, inovação científica e tecnológica delinea sua própria dinâmica modernista e de desenvolvimento, acautelando a preservação dos valores tradicionais que circunscrevem o seu referencial identitário e histórico-cultural. Excluir as tradições e a sabedoria ancestral dos processos de desenvolvimento é renegar a historicidade do pensamento humano e as elaborações culturais por ele empreendidas.

9.4. Desenvolvimento e crescimento

Ora, ao ser extrapolado para a sociedade o termo desenvolvimento passou a ter um significado de transformação, em que as sociedades humanas adquirem as capacidades de criar o seu próprio bem-estar por via do crescimento e do progresso social. Desde então, o conceito de desenvolvimento começa a ser delineado com uma perspectiva multidimensional desdobrando-se em dimensões (social, económica, cultural, política e socioambiental) consideradas como um todo integrado.

Assim, a ideia de desenvolvimento visto como um processo de crescimento coincide com o entendimento dos comunários de *Ekovongo* e dos agentes externos sobre a matéria. Para uns, o desenvolvimento é um processo de crescimento pelo qual a pessoa organiza pouco a pouco determinados meios para satisfazer algumas necessidades materiais; ao mesmo tempo, é um processo que se realiza através da criação e organização dos serviços públicos. Os testemunhos a seguir transmitem este entendimento.

Tomemos como exemplo as plantas: as plantas começam a murchar nos primeiros dias, mas com a aplicação de fertilizantes elas começam a crescer e posteriormente a desenvolver-se; este processo ocorre também nas pessoas, isto é, suponhamos que durante muito tempo eu não conseguia comprar uma lapiseira para escrever, uma cadeira para sentar em casa, uma bicicleta para locomover-me rapidamente, mas com o andar do tempo consegui adquirir tudo isto. As pessoas murmuram: no ponto em que se encontrava ninguém pensava que iria chegar onde chegou; isto quer dizer que eu cresci. São conceitos que se confundem um com outro. (...) O que eu constato desde o fim da guerra civil é que aparentemente há um crescimento, mas o mesmo

não está o ocorrer como seria de esperar; a área em que se verifica um certo crescimento é a educação, visto que, durante o período da guerra havia muito retrocesso no campo da educação. Desde o fim da guerra aos dias de hoje temos verificado um pequeno crescimento nesta área, assim como na criação de alguns serviços públicos. (GDA-2:HA)

Eu sou praticamente um dos primeiros trabalhadores que chegaram nesta comunidade e pelo tempo que estou aqui constato um crescimento, porque no início da nossa missão éramos apenas dois trabalhadores: eu próprio mais um colega de nome Kambanji e quando chegamos aqui a única infraestrutura que nos foi cedida para realizarmos o nosso trabalho era uma cabana, que não tinha sequer uma mesa, nem cadeiras para sentar-se; tivemos que arranjar uma caixa para servir de mesa e uns tijolos para servirem de cadeiras. Com o andar do tempo resolvemos extrair adobos para construir uma estrutura de pequena dimensão e solicitamos da Administração Municipal algumas chapas de zinco para cobri-la; mesmo assim, a mesma era tão pequena que não podia satisfazer as nossas necessidades de trabalho. Depois de alguns anos, apareceu aqui uma ONG denominada *AFRICARE* que construiu esta infraestrutura, onde estamos a trabalhar atualmente; mesmo não sendo maior, pelo menos dispõe de condições mínimas para trabalhar. Constato que, pouco a pouco está haver luz no crescimento de *Ekovongo* e muitos estão a dizer que esta comunidade está evoluir para a categoria de uma comuna; quando chegamos aqui, não havia escolas e nem circulavam veículos nesta estrada. Por isso, digo mesmo que *Ekovongo* cresceu. (EAGEXTER-2:HA)

Para outros, o desenvolvimento é um processo de crescimento contínuo e gradual que se concretiza através do trabalho que deve ser empreendido, quer no plano pessoal, quer no plano colectivo ou comunitário. O processo percorre um continuum de etapas, pois, cada uma delas constitui uma expressão de crescimento e não exactamente desenvolvimento. Os depoimentos que se seguem refletem este entendimento.

Ainda não estamos desenvolvidos! Não é de um dia para outro que se consegue atingir o desenvolvimento! É um processo lento e contínuo! Estamos a trabalhar para isso; cada dia que passa, estamos a crescer pouco a pouco, com as orientações que nos têm sido dadas pelos pais. Os mais velhos, às vezes perguntam-nos: vocês já viram alguma vez um bebé nascer hoje, falar, crescer, e se tornar adulto no dia seguinte? Se assim acontecesse seria um milagre. Risos... Desenvolvimento é crescimento e vice-versa! O desenvolvimento pode ser pessoal, isto é, o indivíduo a crescer com a sua família de casa. Mas, esse desenvolvimento pessoal não abrange a comunidade no seu todo; Para ser realmente um desenvolvimento é preciso que todas as famílias

residentes nesta comunidade trabalhem para crescer. Se eu passar o meu tempo a dormir, sem fazer nada; será que o estado virá dar-me algum apoio? De certeza que o estado não dá apoios à pessoas que nada fazem, visto que, se dormem é porque possuem de tudo que necessitam. A Bíblia diz que Deus abençoa aquele que já tem iniciativas pessoais; ainda que seja nosso próprio filho, se passa o seu tempo a dormir à espera que cresça, nós como pais temos de perguntar-lhe: “mas afinal quando é que pensa sair desta cama? Será que a cama fabrica dinheiro. (EC-13:HJ)

Falta muito! É difícil determinar a meta! Para uma possível distinção entre indivíduo crescido e outro desenvolvido tomemos exemplo das terminologias em língua *umbundu*: quando se diz “*uti wakõnla, holi walepa*”, quer dizer que a planta cresceu; mas, quando se diz “*uti wambendoka*”, quer dizer que a planta absorveu vários ingredientes, desde quantidades de água aos fertilizantes melhor elaborados. A planta apresenta folhas verdes com uma boa espessura e brilho, isto é, está melhor nutrida, robusta e frondosa. Uma planta assim podemos dizer que está desenvolvida. (...) Não é a mesma coisa! Crescer é transitar da situação anterior para outra relativamente melhor; subir de um degrau a outro. Pode dar-se o caso em que um indivíduo cresceu nos estudos, na aquisição de conhecimentos, assim como na aquisição de bens. Temos um irmão que antes dedicava-se ao consumo de bebidas alcoólicas, não pensava em nada, vestia-se mal e alimentava-se mal; mas a partir do momento em que aderiu à igreja adventista do sétimo dia, ele mudou consideravelmente, visto que, a referida igreja, além de questões da fé educa também os seus fiéis ao trabalho, porque para ter fé em Deus é preciso trabalhar com dedicação; de tal sorte que, começamos a verificar mudanças consideráveis na vida de nosso irmão: ele começou a vestir-se bem e em poucos anos comprou uma motorizada e um gerador de energia elétrica; quer dizer, estamos a verificar que pouco a pouco ele está crescendo. Ele deu um passo em frente, cresceu mas ainda não está desenvolvido. (EC-10:HA)

Enquanto isso coexistem na comunidade de *Ekovongo* outras opiniões em que o crescimento e o desenvolvimento são considerados como sinónimos que se articulam dentro da lógica de complementariedade. As expressões que se seguem coincidem com este entendimento.

Para nós os jovens há desenvolvimento! Quando a guerra nos havia dispersado, eu próprio percorri muitas localidades do nosso país, durante o cumprimento do serviço militar obrigatório; depois disso regressei à nossa comunidade de origem e poucos anos depois a guerra terminou e assinou-se a paz. Começamos a crescer pouco a pouco. (EC-14:HJ)

Eu penso que, quem dá um passo em frente está a desenvolver-se, porque está a crescer! O bebé para dar os primeiros passos começa por engatinhar e os pais começam a ficar satisfeitos dizendo que o menino já está a engatinhar; mais tarde, ele tenta levantar-se para pôr-se de pé e cai. Porém, se realizar esses atos com frequência o bebé já não cai mais; nessa altura, a nossa ideia já é outra e a nossa alegria também é outra! Não é? Afinal de contas a criança está a desenvolver-se. Eu penso que a população está indo para frente, está a desenvolver-se! Infelizmente, é um processo muito lento porque a população não tem apoios; se houvesse apoios o ritmo seria bem diferente. (...) Parto de princípio da área comercial; quando cheguei cá havia pequenos mercados que não vendiam grande coisa. Eu próprio fui o primeiro a instalar uma cantina que apresenta algumas condições de um estabelecimento comercial desta categoria. Mais tarde apareceram umas barracas, etc. Isto tudo representa o desenvolvimento. (EC-15:HAC)

Como se pode perceber, em *Ekovongo*, o crescimento se refere a uma etapa inicial de um processo que pode evoluir para outros patamares mais elevados ou metas, sem no entanto significar o alcance ou fim do desenvolvimento, porquanto, este é considerado um *continuum* difícil de mensurar. A noção de crescimento tanto pode ser aplicada a um sujeito que cria determinadas condições para o bem-estar pessoal, como pode referir-se às condições e ao bem-estar de um colectivo familiar ou à comunidade no seu todo.

9.5. Desenvolvimento como educação

A educação e o desenvolvimento conformam as duas faces da mesma moeda. A educação fornece ferramentas que tornam possível o desenvolvimento, e este providencia condições para elevar a qualidade da educação. Os comunários de *Ekovongo*, apesar de serem maioritariamente pessoas com baixo nível de escolarização sentem a necessidade de uma educação que lhes proporcione conhecimentos e capacidades, ou seja, que os potencie para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, centrada no sujeito integrado em um colectivo familiar ou em uma comunidade para enfrentar os desafios presentes e futuros. Esta postura coincide com os seguintes argumentos dos comunários:

Desenvolvimento é tudo isto que tratamos atrás. Para haver desenvolvimento as crianças e jovens devem estudar nas escolas e aprender a trabalhar. A criança, a pessoa, só se sentirá livre se estudar, porque tanto pode encontrar emprego ou não, ele tem conhecimentos e pode dominar um ofício: pode tornar-se mecânico, pedreiro, marceneiro, professor, enfermeiro, etc. Se não conseguir emprego

nestas profissões tem de optar pela agricultura, para cultivar couves, tomate, cebola, milho, feijão, batata, etc., porque não tem alguém que lhe pode puxar para conseguir um emprego; ele arrisca-se a ser marginal; por isso, ele deve autoeducar-se para conseguir aquilo que lhe pode sustentar a vida. (...) Na floresta existe uma árvore que na língua vernácula chamam de *ômya* e nas suas folhas habita uma larva que, habitualmente, escreve com a sua saliva branca a letra “ma” depois acrescenta a letra “ta” e por último a letra “s”. É um bicho que escreve para mostrar a sua inteligência aos seres humanos para estudarem e serem eruditos no seu país, visto que, por mais que a pessoa tenha bois e outras riquezas, não consegue realizar grande coisa se não estudar. (EC-1:HAC)

Bem! Peguemos, por exemplo, o seu caso. Você estudou e trabalha; logo, é na base disso que ganha dinheiro. Se tiver juízo, cada vez que receber salário tira a parte que vai para a poupança e o resto para satisfazer as necessidades da vida. Se os seus pais precisarem de alguma ajuda você tem como apoiá-los. Mas, se fosse alcoólatra tal não seria possível. (EGC-8:MAC)

Qualquer estratégia de desenvolvimento deveria definir como alvo prioritário a população mais jovem por ser aquela que aspira entrar para a vida laboral ativa e desempenhar importantes funções que a própria sociedade acomete a este segmento social. Para os jovens de *Ekovongo*, o desenvolvimento passa necessariamente por um revigoramento juvenil resultante da educação e da melhoria das condições sociais.

O desenvolvimento é acima de tudo o crescimento juvenil, a educação e a melhoria das condições sociais. É isto que entendo por desenvolvimento. (...) Por isso, não podemos dizer que pelo facto de haver um pouco mais de casas de adobo com o teto coberto de chapas de zinco a comunidade está a desenvolver-se. Não é a isto que podemos considerar de desenvolvimento. (GDJ-1:HJ)

Apesar de algumas teorias do modernismo associarem o desenvolvimento à simples acumulação de riquezas e à capacidade de consumo, os comunários de *Ekovongo* consideram a educação como um fator chave do desenvolvimento, porquanto habilita as pessoas a refletirem melhor sobre os fenómenos que se produzem no mundo em constantes transformações.

Eu não entendo que... Sim! Podemos considerar tudo isto, mas o desenvolvimento não se baseia apenas nisso; antes, eram poucas as pessoas que se interessavam em cultivar-se nos estudos, mas hoje em dia, a maior parte dos comunários começa a reconhecer, que afinal de contas, para ser alguém é preciso estudar. Estudar também é

desenvolvimento porque o indivíduo com estudos vê as coisas de outra maneira. (EC-15:HAC)

Em relação às escolas, o que temos constatado é que os próprios alunos não revisam as matérias de estudo. Os alunos de hoje deveriam conhecer melhor a importância de estudar porque acompanham através da Rádio e da Televisão o processo de desenvolvimento do país; se isso não acontece é porque estão distraídos com coisas sem importância na vida. O processo de desenvolvimento não tem metas, logo precisa de novas gerações que criam novas ideias. (EC-7:HA)

Não cabe dúvida quanto ao papel da educação nos processos de desenvolvimento. Depois da satisfação das necessidades básicas, o homem precisa de liberdades, autonomia e direitos de participação nos processos políticos, onde se tomam decisões que definem o destino individual ou colectivo, e isto só é possível se os comunários tiverem oportunidades de acesso à educação de qualidade.

9.5.1. O desenvolvimento como aquisição e aplicação de conhecimentos na resolução de problemas da vida

O conhecimento é uma base de dados que informa e orienta a ação humana; gerar, captar, combinar, comparar, analisar e partilhar uma informação para estruturar o conhecimento é uma qualidade inerente à condição humana. Os conhecimentos representam o capital cognitivo que o ser humano dispõe como ferramenta para melhor organizar a sua vida. Os conhecimentos assumem um papel central nos processos decisórios, na organização e na condução dos processos produtivos, tanto no meio rural como nos espaços urbanos. A sua relevância social torna-os componentes imprescindíveis de toda a ação humana. As afirmações que seguem abaixo expressam a importância que os conhecimentos têm nos processos de desenvolvimento.

Em minha opinião desenvolvimento consiste no seguinte: se um indivíduo adquiriu conhecimento que antes não possuía e com o andar do tempo aplicou esse mesmo conhecimento nos seus afazeres, alcançando resultados satisfatórios, isto traduz algum desenvolvimento; se eu apresentar boas ideias ao meu vizinho e este por sua vez aplicar essas ideias em um trabalho, proporcionando-lhe algum crescimento, isto também é desenvolvimento. Quer dizer, desenvolvimento não é só crescer; crescer ainda não é desenvolvimento, visto que, crescimento e desenvolvimento diferem um do outro. (GDA-1:HA)

Desenvolvimento é antes de tudo adquirir conhecimentos; se pensarmos somente em bens materiais ainda não se pode falar de desenvolvimento. (GDA-1:MA)

Desta feita, cabe assinalar que, sempre que as pessoas se organizam em grupos ou comunidades geram conhecimentos que são transmitidos de forma difusa em suas ações do cotidiano conformando um modo de educação-aprendizagem. Os conhecimentos se encontram espelhados não somente nos documentos, nos livros, nas bases de dados e nos sistemas de informação, mas também nas ações de grupos ou comunidades, no seio dos quais provocam mudanças no comportamento e contribuem na criação da autoestima dos seus membros.

9.5.2. Desenvolvimento é humildade

Os comunários de *Ekovongo* consideram a humildade como um traço característico de desenvolvimento pessoal que deve estar permanentemente em evidência. No panorama étnico angolano os *ovimbundu* se distinguem pela humildade que permeia a sua personalidade coletiva na relação com os demais, por considerarem que o ser humano é um ente de bem, mas, ao mesmo tempo, vulnerável às adversidades da vida. Essa crença é perceptível na expressão que se segue:

A pessoa pode ter casa, carro, animais, etc.; pode faltar-lhe juízo e respeito e esta pessoa assim é alguém que tem um déficit. Não há ninguém que é perfeito. (EGC-4:HAC)

A humildade é uma virtude humana, um traço de personalidade de elevado valor moral ao qual muita gente se recusa aderir por estar indevidamente associada ao significado de fraqueza, impotência e resignação. A sua relevância cultural é, todavia, contingente, pois, é percebida como sinal de fraqueza. A humildade requer das pessoas uma autoavaliação precisa e realista, partindo da crença de que todo o ser humano é um ser digno e merecedor de respeito. Ao contrário do que se pensa, considerando-a, geralmente, como atitude de humilhação ou autodepreciação, a humildade é uma arma oculta e poderosa de que os homens sábios e inteligentes se utilizam na relação com pessoas de diferentes extratos sociais.

9.6. Desenvolvimento: saúde, qualidade de vida e bem-estar

As noções de desenvolvimento, saúde, qualidade de vida e bem-estar são realidades que se entrecruzam e se complementam no cotidiano das pessoas. Segundo a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 1946, a saúde

é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou de enfermidade. Vista nesta perspectiva, a saúde constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, independentemente da raça, religião, opção político-ideológica, condição económica e social, etc. A saúde. Quer seja física ou psicológica (emocional ou mental) tem fortes implicações na vida das pessoas, porquanto existe uma estreita relação entre a saúde e o desenvolvimento humano. A expressão que se segue reflete este entendimento.

Primeiro é vida e boa saúde, porque só quem reúne estes dois requisitos pode pensar em fazer tudo o resto na vida. (EC-7:HA)

A saúde é um dos indicadores do bem-estar humano; enquanto meta de desenvolvimento, o bem-estar é uma construção do próprio homem que busca a satisfação das necessidades biofisiológicas, materiais, culturais, sociais, psicológicas e espirituais. Ao bem-estar associa-se a noção de qualidade de vida que é uma percepção subjetiva derivada da leitura que um sujeito faz sobre a vida, mas sempre inserida em um contexto cultural.

O indivíduo pode ter uma casa bonita, carros e outros bens materiais mas, se não tiver saúde enfrenta sérios problemas; por vezes, se vê obrigado a vender esses bens para custear o seu tratamento. No entanto, se o indivíduo tiver saúde, casa bonita, etc, pode falar de bem-estar. Se o governo reparar as estradas que ligam a cidade com esta comunidade e decidir instalar aqui a energia elétrica, isso também pode contribuir ao bem-estar. O sentimento de bem-estar não é homogêneo em todas as pessoas; cada indivíduo sente-o à sua maneira. (EC-10:HA)

O bem-estar advém dos aspetos que tratamos atrás; se a pessoa empreende esforços nos vários ângulos da vida e consegue bons resultados ela se sente bem realizada. Mas, se pelo contrário empreende muitos esforços sem grandes resultados a pessoa não cresce e fica desmotivada. (EC-7:HA)

Apesar de serem realidades que encerram uma carga subjetiva, o bem-estar e a qualidade de vida abrangem um conjunto de dimensões: económica (acesso às fontes de rendimento, propriedade ou bens patrimoniais); psicológica (saúde física, mental ou emocional); social (acesso à educação, saúde, emprego e participação cidadã); cultural (acesso aos bens culturais, sentimento de pertença a uma família ou colectividade); ecologico-ambiental (acesso aos espaços higienizados com saneamento básico, aos recursos naturais e ao meio ambiente), cuja valorização busca fundamentos na própria realidade sociocultural de cada grupo humano. Neste particular, os comunários de *Ekovongo* consideram que o bem-estar e a qualidade de vida dependem de pessoa, grupo ou colectividade humana, que as percebe como tal.

Cada indivíduo tem a sua maneira de perceber o bem-estar; se aquele que vivia numa casa que tinha o teto coberto de capim conseguir, desta vez construir outra com o teto coberto de chapas de cinco, paredes rebocadas e o chão revestido de cimento, pode estar satisfeito e expressar agradecimentos a Deus. Mesmo assim, tal satisfação é relativa e não é absoluta. É praticamente impossível falar-se de satisfação absoluta. Quando progredimos em alguns aspetos da vida surgem outras necessidades e assim em diante. (EC-10:HA)

O bem-estar não é somente viver numa boa residência; o bem-estar depende do sossego, do coração tranquilo e do equilíbrio emocional, mental e espiritual. Se um indivíduo tiver muitas preocupações arrisca-se a ser arrastado e afogado pela correnteza da água e se estiver despreocupado ou indiferente desemboca numa letargia ou estagnação; é preciso buscar um equilíbrio! É como alguém a dar corrida a um pintinho para agarrá-lo; se o indivíduo correr pouco não consegue agarrá-lo e se correr muito arrisca-se a pisá-lo. Ele tem de correr com cautela, sobretudo equilibrado! Ainda que um indivíduo tiver muito dinheiro, precisa de pensar primeiro antes de agir; se tiver sua esposa tem de perguntar-lhe: que fazemos com este dinheiro? Ela pode sugerir alguma prudência. (EC-14:HJ)

A abordagem da relação entre o desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida torna-se complexa por serem conceitos que são estudados por uma diversidade de ciências como a Antropologia, a Sociologia, a Economia do Desenvolvimento, a Ecologia, a Psicologia, entre outras. O desenvolvimento, o bem-estar e a qualidade de vida formam uma plataforma, isto é, uma tríade de elementos constitutivos de controle social, cuja evolução desencadeia mudanças nos modos de pensar e organizar as relações de produção, reprodução, distribuição e consumo em uma determinada colectividade, comunidade ou sociedade.

9.6.1. O rural: modelo de bem-estar

Apesar de *Ekovongo* ser uma comunidade rural em processo de transição, onde se denota a presença de elementos que se identificam com o estilo de vida urbana, nomeadamente, o modo de se apresentar em público, o tipo de vestimentas, o uso de puxão entre raparigas, senhoras, etc, as representações sociais entre os adultos incidem sobre uma forte tendência de oposição às adversidades urbanas e preferências ao modo de vida rural. O depoimento abaixo sintetiza a preferência pela vida rural entre os adultos de *Ekovongo*.

A vida da cidade é aparentemente boa, mas, para mim não é bem assim, porque o bem da cidade depende da riqueza que advém do campo; além disso, os que lá estão vivem apertados e nas suas

deslocações se locomovem em multidões, logo, não caberíamos todos na cidade. Pessoalmente, quando desloco-me a cidade do kuito visitar os parentes que lá vivem, o meu desejo é chegar a meio da tarde, passar a noite e regressar no dia seguinte, logo pela manhã; só mesmo em casos de festas de casamento e óbito permaneço lá o dia inteiro. Fora disso, não vejo motivos para permanecer mais tempo naquele ambiente agitado da cidade. O bem-estar da comunidade rural depende de nós próprios, senão repare: há pessoas daqui que pegam no seu cabrito ou na sua galinha viva para ir vender no mercado da cidade, e com esse dinheiro comprar um franco que foi morto há bastante tempo para cozinhar, que às vezes, pode causar-lhe uma diarreia; isto é uma contradição, pois o melhor seria matar a sua galinha viva e cozinhar. Tudo isso é pobreza que obriga as pessoas agirem assim; antes da guerra quando meu pai tinha uma manada de bovinos, um número considerável de porcos, galinhas e cabritos, não passávamos uma semana em que não abatêssemos um para comer. Isto para dizer que, cabe a nós próprios criar o bem-estar. Em suma, o bem-estar não é adquirir riquezas e consumir sozinho, mas sim, dividir e consumir em companhia dos outros; estar e agir bem com os outros, ser benevolente e cuidar bem dos outros, pois, mesmo quando o indivíduo morrer será recordado e o seu espírito viverá em paz. (EC-7:HA)

Na actualidade, a percepção sobre o meio rural tem vindo a mudar significativamente, pois, o que antes era rotulado como rústico, sendo por isso mesmo sinónimo de atraso, hoje é apreciado em termos de qualidade de vida; primeiro, porque o custo de vida numa comunidade rural é de longe menos elevado se comparado com a cidade. Segundo, porque em um contexto em que cresce a perversidade que coroe o tecido social, agravada com a desordem nos espaços urbanos, a comunidade rural começa a ser apreciada como alternativa em relação à cidade.

9.6.2. O desenvolvimento é imitação

A imitação é uma noção difícil de definir de modo mais adequado, visto que, comporta uma dupla dimensão: cognitiva e social. Pode-se, contudo, admitir que se trata de uma competência cognitiva que se manifesta mesmo na aurora dos processos de formação e desenvolvimento da personalidade humana, percorrendo as suas etapas, através das quais prossegue evoluindo, até se tornar em uma potencial ferramenta de aprendizagem. Desde logo, cabe reconhecer, que a imitação implica competências cognitivas que se increvem em realidades sociais e culturais concretas. Dada à relevância das suas implicações nos processos de desenvolvimento, o acto de imitar corresponde à reprodução de gestos, de discursos

e de ações que são empreendidas por outras pessoas tidas como modelos; assim, a capacidade de imitar se manifesta não somente nos primeiros anos da infância, como também está presente na idade adulta. Sendo uma capacidade inerente à natureza humana, a imitação consiste em actos observacionais pelos quais o homem se comunica com seus semelhantes ou com outros seres, de quem apreende, quer intuitivamente, quer através da linguagem gestual e/ou verbal a informação de que necessita para reorientar as suas ações, a sua conduta ou resolver algum problema do quotidiano.

Na verdade, é o trabalho a base do desenvolvimento. Se observares que o outro está a empreender esforços na realização das atividades produtivas e os demais também imitam o que ele está fazendo, só assim se pode falar de desenvolvimento. Aqueles indivíduos que só pensam em consumir bebidas alcoólicas dificilmente se desenvolvem. Pelo contrário, observamos que eles se vão degradando e se vão desfigurando gradualmente. (EGC-8:MAC)

Desenvolvimento! Você perguntou acerca do desenvolvimento; desenvolvimento é: suponhamos que não temos nada em casa, mas ao observar o vizinho e todo o trabalho que ele está a fazer aqui, ali e acolá, então paramos para refletir e perguntamo-nos se somos ou não capazes de fazer o mesmo que ele? Passamos então para a ação: hoje cultivamos algo numa pequena parcela, amanhã prosseguimos, no dia a seguir tentamos fazer outra coisa e depois idem. Passado algum período de tempo, verificamos que pouco a pouco estamos a crescer e os vizinhos também começam a murmurar: o vizinho agora está a crescer, quer dizer *okunonomoha*! É nisto que consiste o desenvolvimento; pode ser também o seguinte: hoje tenho uma bicicleta! Se depois de um mês comprar uma motorizada e posteriormente comprar um carro, os vizinhos começam a dizer que o outro está a desenvolver-se *okutumbuluka*. Se alguém aumenta os seus conhecimentos, começa a manufaturar instrumentos de trabalho como machados, conserta carros, etc., este indivíduo está a desenvolver-se. O desenvolvimento não tem meta pré-determinada; logo, é um processo contínuo. (EGC-4:HAC)

O processo de imitação e aprendizagem consiste no seguinte: eu e o meu companheiro contratamos o mesmo tratorista para lavrar as nossas parcelas de terra, que possuem uma superfície de cinco hectares cada, e pagamos o mesmo valor da prestação; o tratorista executa o trabalho da mesma maneira nos dois terrenos e cada um de nós semeia milho na sua parcela. No momento da colheita, o meu companheiro consegue 100 sacos e eu apenas 70 sacos. Neste caso, vou consultar o meu companheiro para saber, que tipo de técnica utilizou no cultivo e que permitiu colher mais sacos de milho do que eu? Por sua vez, o meu companheiro explica-me todos os

procedimentos técnicos, o tipo de fertilizantes que aplicou, desde a sementeira até à saca e me orienta a experimentar tudo quanto ele fez; se eu cumprir com as suas orientações e obter uma colheita satisfatória, então ficamos equiparados quanto ao domínio das técnicas e seguimos juntos o rumo do crescimento, fortalecendo cada vez mais a nossa amizade. E se o mesmo exemplo for seguido por outras pessoas; qual será o resultado? Não será um crescimento abrangente? Não seguiremos todos o mesmo rumo de desenvolvimento? (EGC-13:HJ)

A imitação constitui um recurso imprescindível dos processos de desenvolvimento, na medida em que, por conta da intuição, da linguagem gestual e verbal, as pessoas, quer individualmente, quer em grupo, experimentam o que os outros estão fazendo, isto é, reatualizam as suas representações mentais. Vista neste ângulo, a imitação é um importante recurso presente nas interações humanas, nos processos de socialização e de produção do conhecimento. É isto que revela os seguintes depoimentos:

O desenvolvimento tem duas facetas: o desenvolvimento como receptividade, isto é, olhar para aquilo que os outros estão fazendo e na base disso refletir: se o outro conseguiu realizar aquela ação, eu também posso realizar outra ação; ou então, se o outro está estudar eu também devo fazer o mesmo para amanhã ou depois atingir um nível aceitável. Os outros estão a cultivar eu também devo fazer o mesmo para crescer; se não cultivar vou criar inveja ou mesmo se tornar gatuno que rouba aquilo que os outros conseguiram à custa de muito esforço; a outra faceta do desenvolvimento é o trabalho; quem trabalha liberta-se e de contrário não pode desenvolver-se e viver bem. (EC-12:HJ)

Podemos considerar duas perspectivas ou duas opções; se tornar rico ou se tornar pobre? Tudo depende das opções que o indivíduo procura realizar na sua vida. Este tipo de desafio atravessa também a consciência dos produtores do campo nas comunidades rurais. Se os meus primos e vizinhos produziram, comercializaram e compraram coisas boas e eu também solicitar alguns sacos de adubo ao estado, então poderei conseguir aquilo que os outros compraram. É esta orientação que devemos seguir na vida. Suponhamos que o outro adquiriu um determinado bem, um automóvel, por exemplo, e eu fico com os braços cruzados pensando que ele comprou por ser rico, mas eu sou pobre e não posso imaginar essa possibilidade; logo, acabo por ter inveja e criar o ódio para com os outros. A ser assim, estaríamos a destruir o espírito comunitário e a criar dificuldades ao desenvolvimento; nenhuma comunidade pode desenvolver-se com pessoas assim. É este o desafio que temos nos dias de hoje. (EGC-13:HJ)

No meio desta visão de imitação orientada para uma perspectiva endógena de desenvolvimento, existem também aqueles comunários que consideram a necessidade de imitar as realizações que têm lugar fora do espaço comunitário, e, ainda aqueles que são adversos à prática da imitação. As expressões do Senhor Bonge e da dona Ngueve ilustram este entendimento.

Desenvolvimento é também imitação dos feitos de outras realidades desde que sejam boas; ainda que não imitemos do exterior, aqui mesmo no nosso país há coisas boas que podemos imitar. Todo aquele que não imita as coisas boas dos outros pode estagnar. (GDA-2:HA)

Quanto a mim, imitar por imitar o que se passa em outras realidades é um grande erro. Aqui mesmo na nossa terra há tanta coisa boa que nos pode catapultar para o desenvolvimento; Deus abençoou todas as nações. (GDA-2:MA)

Apesar de ser alvo de enfoques pejorativos que a descredibilizam por estar associada à submissão, à falta de crítica e de inovação, a imitação é reiteradamente aceite na atualidade como um método natural de aprendizagem de que as sociedades se utilizam na realização de ações ou projetos individuais e colectivos com vista ao seu desenvolvimento. Neste particular, a comunidade rural de *Ekovongo* não poderia ser uma exceção.

9.7. O desenvolvimento como diversificação da produção agrícola

Na comunidade rural de *Ekovongo* não existem outras formas de atividade económica além da agricultura tradicional e criação de animais domésticos. No entanto, a transição e as mudanças em curso na comunidade têm inspirado os seus habitantes a reconsiderarem as formas tradicionais de produção agrícola, de modo a aumentar o volume de produtos que se destinam ao consumo como também à comercialização nos mercados da cidade do Kuito, onde a necessidade da diversificação da oferta imprime uma dinâmica competitiva cada vez maior. Essas mudanças acabam por se refletirem na visão dos comunários sobre o desenvolvimento.

A pessoa começa com uma pequena atividade no seu campo; depois de um ano, ele diversifica a produção e consequentemente a colheita. Ao vender os seus produtos no mercado, ele compra aqueles bens que necessita; os outros que acompanham as suas atividades começam a dizer que o vizinho está a crescer, *okuyova*, *okunonomoha*. Se a pessoa intensifica o trabalho e chega ao ponto de colher grandes quantidades de produtos que ele vende ao mercado da cidade, cria possibilidades financeiras que lhe permitem adquirir as coisas como

bem entender. Aí já se pode dizer que ele está a desenvolver-se, *okutumbuluka*. (EC-6:HAC)

O solo desta comunidade dá para cultivar quase tudo; atualmente, cultiva-se milho e feijão menos café e trigo. Alguns têm feito esforços de plantar árvores de frutos como laranjeiras tangerineiras, bananeiras, etc. Quase toda a gente cultiva hortícolas, principalmente alho, cebola, batata, couves, repolho e tomate; estes são os principais produtos que as pessoas cultivam para vender e que têm contribuído ao crescimento das famílias. (EGC-4:HAC)

Os comunários de *Ekovongo* concebem o desenvolvimento como uma etapa que deve estar circunscrita à noção de progresso, considerado como um processo gradual de transformações que objetivam um nível de realizações humanas que se aproximam à sua perfeição. No âmbito dessas realizações humanas, a educação, a produção agrícola e a diversificação da oferta de produtos ocupam um lugar de destaque.

Desenvolvimento é progredir nas atividades de produção. Progredir na produção não é o simples facto de ampliar o campo de cultivo; progredir na produção é ser consequente. Quem trabalha bem o próprio Deus já lhe paga, e ao fim do ano o indivíduo diz: este ano, cresci porque a minha produção cresceu e ganhei isto e aquilo. Deste modo, o indivíduo sente-se estimulado e motivado para ampliar um pouco mais no ano seguinte; pouco a pouco, ano após ano o indivíduo constata que está a desenvolver-se. (EGC-8:MAC)

Desenvolver-se consiste no seguinte: antes realizávamos um tipo de atividades – suponhamos cultivo de milho; mas agora, diversificamos a nossa atividade, isto é, cultivamos couves, tomate, cebola, batata, etc. Pode ser que aquele que é carente mantém a sua carência. Mas também pode ser que a pessoa que vivia sozinha agora tem filhos e matriculou-os na escola. As outras pessoas começam a murmurar dizendo que ele está a desenvolver-se graças aos filhos que frequentam a escola. (EGC-8:MAC)

Embora a maioria dos informantes do presente estudo considere a educação e a instrução como alavancas dos processos de desenvolvimento, tal facto não deve ser entendido como uma postura homogênia, uma vez que existem outros que se posicionam na linha do imediatismo económico, cuja lógica radica na satisfação da crescente demanda dos mercados de consumo. Contrariando a relevância da educação e da instrução argumentam a favor das atividades produtivas a quem atribuem alguma primazia nos processos de desenvolvimento. Para esses, a prioridade a ter em conta quando se trata de uma agenda de desenvolvimento consistiria na educação que propicie aprendizagens laborais, orientadas à diversificação da produção agrícola para aumentar a oferta de produtos que se

destinam aos mercados urbanos de consumo. Os testemunhos a seguir refletem este entendimento.

Não é a escola! É o trabalho produtivo que faz desenvolver a pessoa. Repare o que passou com o meu filho José. Ele encontrou a esposa que já tinha filhos do primeiro lar e todos eles distribuíram-se em atividades diversificadas; hoje em dia, o José vai duas vezes ao mercado de *tchisindo* na cidade, carregado de mercadorias para vender. Primeiro comprou uma bicicleta e recentemente comprou uma motorizada; tudo isso com empenho dos filhos que lhe apoiam. É disto que se pode dizer que o José está a desenvolver-se. Ele trabalha um vasto campo e diversifica as culturas: semeia couves, cebola, batata, tomate, etc. (...) Ainda que estudar, se não trabalhar vai desenvolver-se na base de que? Temos o exemplo do Mário, filho da dona Esenje; ele estudou, mas como não trabalha não tem como ganhar dinheiro e está a viver a custa da mãe. (EGC-8:MAC)

Naquela altura verificávamos um certo desenvolvimento aqui na comunidade, visto que, além de hortícolas cultivava-se também o trigo, o café e muitos outros produtos do campo. Os meus pais por exemplo, além de cultivarem o campo possuíam uma manada de bovinos. (EC-5:MAC)

O imediatismo económico que aos poucos segue influenciando a consciência dos habitantes das comunidades rurais busca a sua justificação na postura reducionista que sobrevaloriza as condições materiais, em detrimento de outras dimensões (social, cultural, política e ecologico-ambiental) que são componentes imprescindíveis das agendas nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável.

9.8. A riqueza material como indicador de desenvolvimento

Para os comunários que se identificam com o reducionismo económico o desenvolvimento é concebido como a capacidade de criar riqueza consubstanciada na posse de bens patrimoniais que podem ser utilizados como mercadoria nas trocas comerciais. As expressões que se seguem refletem essa perspectiva reducionista de desenvolvimento.

Se uma pessoa se encontrava num ponto baixo, que não conseguia adquirir coisas que ele necessita, mas agora já consegue; isto quer dizer que ele está a desenvolver-se. (GDA-2:MA)

Eu penso que riqueza é produto do trabalho, desde que o mesmo seja convertido em algo que nos sirva no futuro. Ter riqueza é ter a capacidade de gerir o que temos, inovar e renovar. Os sinais de riqueza

podem ser uma boa casa, animais, campos cultivados, isto é, tudo que pode gerar dinheiro. (EC-7:HA)

Paralelamente ao acima exposto, sobressaiem outras visões que vão mais além desta perspectiva economicista, considerando outras dimensões que permitem a compreensão da noção de desenvolvimento como um processo infinito que se consolida e se renova no tempo e no espaço. Essas visões parecem coincidir com a noção mais abrangente de desenvolvimento defendida no presente estudo.

9.9. Desenvolvimento é conciliar a educação com a instrução e a produção agrícola

Educação e o desenvolvimento são componentes indissociáveis de um mesmo processo, cuja finalidade é a promoção do bem-estar dos seus protagonistas. Neste particular, o desenvolvimento não é um processo unívoco, na medida em que a sua percepção pode ocorrer de maneira distinta em cada cultura; tendo em conta a sua dimensão transformadora, o processo de desenvolvimento pode ser percebido e valorado como bom ou mau, dependendo da interpretação que dele fazem os seus protagonistas em uma determinada comunidade ou sociedade.

O desenvolvimento começa com o trabalho, pois, é através dele que obtemos os meios de subsistência; tudo parte do pensamento, da capacidade de criar novas ideias. O desenvolvimento é um processo que se prolonga até a velhice e morte do indivíduo. A pessoa que trabalha muito cria condições para ser dono de si mesmo e viver bem. (EC-6:HAC)

Para mim, desenvolvimento é crescer em todos os aspetos da vida; crescer nos estudos. Por exemplo, se um indivíduo constrói uma casa com o teto coberto de capim e depois constrói outra casa com o teto coberto de chapas de zinco, esse indivíduo cresceu em relação a sua situação habitacional anterior. Na agricultura também há crescimento; se no presente ano o indivíduo colher dois sacos de milho e no ano seguinte colher quatro sacos, ele cresceu; nos estudos também sucede o mesmo. Conforme já mencionei atrás, no passado aqui estudava-se apenas até a 4ª classe, e para continuar com os estudos era preciso emigrar para a cidade, mas agora estuda-se até ao ensino secundário; logo, neste plano também há crescimento. Crescer nos estudos é mais importante, visto que, para cultivar é necessário ter conhecimentos; e, de tudo que se pode fazer na vida é necessário ter conhecimentos. (EC-10:HA)

No contexto de uma comunidade rural, a concepção de desenvolvimento tende a aproximar-se às atividades agrícolas, por estas serem a única forma de trabalho

de que os comunários dispõem para produzir os meios necessários à sua subsistência e melhorar os indicadores da qualidade de vida. No caso de *Ekovongo*, a relação educação-desenvolvimento se constitui em um aspecto-chave, a partir do qual os comunários procuram melhorar os modos tradicionais de produção, ao mesmo tempo em que vão descobrindo as novas técnicas capazes de impulsionar as experiências já ensaiadas no passado recente, quando a economia local e as condições sociais tinham uma visibilidade superior em relação à situação actual.

A relação educação-desenvolvimento a que os comunários fazem referência, sobressai-se reforçada com os aportes de Amartya Sen, que conceptualiza o desenvolvimento como um processo de ampliação das capacidades dos sujeitos, enquanto premissa para o acesso às oportunidades, e, como ferramenta capaz de orientar as opções para uma vida melhor. Aos poucos, os comunários vão se libertando da ideia dominante, impregnada de conotações negativas que limitam o desenvolvimento das comunidades rurais à produção agrícola, sendo esta atividade considerada inapropriadamente de arcaica, tradicional, atrasada e oposta àquelas que têm lugar nos espaços urbanos. O reconhecimento pelos comunários, do papel-chave da educação nos processos de desenvolvimento, supera a visão economicista que privilegia o Produto Interno Bruto (PIB), a acumulação de capital físico e financeiro, etc, como os únicos indicadores deste processo; as pessoas vão adquirindo a consciência sobre os factores determinantes para alcançar o bem-estar que perdure por um longo período de tempo. Entretanto, este processo de consciencialização só poderá consolidar-se, desde que tenham acesso a uma educação de qualidade que os habilite a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

9.10. A concepção híbrida de desenvolvimento em Ekovongo

Como já referenciado atrás, a concepção híbrida de desenvolvimento em *Ekovongo* é uma construção que remonta do período pré-colonial, altura em que alguns dignatários ligados à Corte do Antigo Reino do Bié estabeleceram contactos com sujeitos de outras partes do Continente Africano e do Médio Oriente no âmbito da sua participação nos chamados corredores do comércio interafricano havidos no passado, pelos quais se dinamizava o intercâmbio comercial entre os antigos reinos da actual África Austral e Central e seus congéneres da África do Norte e Oriental.

A proeminência de múltiplas visões sobre os processos de desenvolvimento revela um grau de abertura cultural que permite a confluência de factores de origem diversa que interferem na construção do pensamento híbrido que orienta as práticas de desenvolvimento em *Ekovongo*. Neste particular, os comunários se mostram abertos às influências culturais externas, mas, ao mesmo tempo são prudentes

relativamente ao aproveitamento que se faz das novas tecnologias que chegam à comunidade a partir do exterior. Os depoimentos do ancião Kapoko expressam a abertura e a prudência quanto ao aproveitamento das novas tecnologias.

Algumas coisas interessantes que acontecem noutras partes do país e no exterior chegam até nós através das imagens transmitidas pela televisão; é ainda através das imagens transmitidas pela televisão que nos chegam aquelas coisas banais que se passam noutras partes do mundo. O importante é que as crianças saibam aproveitar as coisas boas e saibam desprezar aquelas banalidades que lhes pode alienar. Quanto aos telefones, eu diria que são daquelas coisas boas que apareceram nos tempos atuais, porque antigamente, para se comunicar com alguém que se encontra distante de nós, era preciso pegar no papel e na lapiseira, se souber escrever e depois deslocar-se aos correios para postar a carta; mesmo assim, para aquelas pessoas desonestas, o telefone tem sido utilizado como instrumento para enganar outras pessoas. Tem havido pessoas que enganam os outros; alguém pode mentir que está localizado na cidade do Huambo, ainda que o mesmo se encontre aqui na comunidade de *Ekovongo*. Para a gente honesta, o telefone é uma invenção que merece os nossos elogios, visto que, se neste preciso momento em que me encontro aqui, houver algum problema na vizinha cidade do Kuito, alguém pode comunicar-me a partir de lá e aqui mesmo eu tomo conhecimento do assunto e decido como proceder. Poderia dizer o mesmo em relação aos transportes pelo facto de que, no passado, se alguém projetasse uma viagem, se via na necessidade de preparar a merenda com produtos diversos para consumir durante o percurso (farinha, sal, etc.), mas agora, ainda que a distância for longa, suponhamos ao Huambo, com uma viatura já lá estaríamos, desde aquela hora de manhã que iniciamos esta conversa. Tudo isto é produto da escola, da formação e das transformações que estão a ocorrer no mundo contemporâneo. (EC-3:HAC)

A multiplicidade de visões requer de um modelo de desenvolvimento no qual convergem os elementos da racionalidade tradicional rural e aqueles da racionalidade moderna urbana, cujo funcionamento pode efectivar-se através das ações que os comunários empreendem na busca de meios necessários à criação de condições de bem-estar social. Essa construção pressupõe um processo de negociação entre os dois modelos (endógeno e exógeno), isto é, entre as duas visões de vida, o que geralmente não acontece quando se desenham as políticas de desenvolvimento destinadas às comunidades rurais, que são maioritariamente habitadas pelas populações autóctones, detentoras da racionalidade tradicional. Os argumentos que se seguem refletem a flexibilidade e o senso de abertura, mas, ao mesmo tempo, expressam o inconformismo dos comunários diante da falta de vontade de negociação por parte das autoridades que desenham essas políticas de desenvolvimento.

Os aportes externos podem ser úteis e necessários; porém, mais do que isso, somos nós próprios que temos que trabalhar para o nosso próprio desenvolvimento. Pode dar-se o caso de que as técnicas que se utilizam nas comunidades vizinhas de *Sakasenye* e *Tchavaya* sejam bem diferentes das que utilizamos aqui; se forem boas podemos aplicá-las. Também pode dar-se o caso de que, as técnicas que se utilizam noutros países sejam boas e aplicáveis aqui na nossa realidade; podemos importar essas técnicas para serem ensaiadas nos trabalhos que realizamos aqui na nossa comunidade. Isso tudo é possível. (EGC-13:HJ)

É conforme afirmei atrás! Se não andar, nem conhecer a realidade que se vive noutras localidades, também não terá fonte de inspiração nem matéria de comparação entre coisas boas e coisas maléficas. Podemos aproveitar aquelas coisas boas da sociedade urbana, tais como estradas e casas bem construídas, mas é preciso não perder de vista que somos nós das comunidades rurais que, com o nosso trabalho providenciamos à cidade tanta coisa que faz dela uma beleza, um espaço elegante para se viver. Tem acontecido, às vezes, que quando alguns moradores da cidade se deslocam para visitar a nossa comunidade e se deparam com alguns campos recheados de couves e de outras hortícolas, ficam impressionados com o nosso trabalho e solicitam-nos que lhes seja cedido parcelas de terra, para que, tal como nós, também eles possam desenvolver atividades agrícolas. Portanto, o desenvolvimento resulta da conciliação de todas essas dimensões; resulta, por um lado, do nosso próprio conhecimento e daquilo que pensamos realizar na base disso. Por outro, daquilo que observamos e aprendemos quando nos deslocamos para outras localidades e nos metemos em contacto com outras pessoas e outras realidades diferentes da nossa. (EC-14:HJ)

O desenvolvimento híbrido pressupõe uma convergência entre a racionalidade endógena impregnada de valores da tradição (familiares, clânicos ou étnicos), que privilegiam os interesses colectivos, sem prejuízo da dignidade¹¹⁷ que assiste a cada sujeito; e a racionalidade exógena moderna, fundada nos princípios da democracia liberal consagrados no Estado Democrático e de Direitos (direitos e deveres do cidadão) que, apesar de um conjunto de valores que lhe são intrínsecos, em particular a igualdade entre os homens, considera igualmente o individualismo, a ganância, a ostentação, a contracepção, o divórcio e a eutanásia como valores. Ora, se por um lado, se admite a possibilidade e se augura a necessidade de uma convergência como símbolo de reconhecimento mútuo da importância que ambas as racionalidades representam na contemporaneidade; por outro, se questionam os

¹¹⁷ A dignidade, o amor ao próximo, o altruísmo, o respeito, a humildade, a hospitalidade, a solidariedade, a generosidade, o patriotismo, a coragem, a sinceridade, a honestidade, a tolerância e a atitude democrática na tomadas de decisões são valores muito exaltados na cultura *umbundu*.

meandros do funcionamento de cada uma destas racionalidades, porquanto a sua efectivação na prática está permanentemente marcada por incompreensões que desencadeiam tensões. As racionalidades a que se faz referência, quando não são suficientemente compreendidas e analisadas desde a perspectiva da sua génese, a fim de perceber o significado que encerram para os seus protagonistas, podem evoluir para um conflito latente entre os defensores de um modelo de desenvolvimento endógeno que busca fundamento nos valores tradicionais, e aqueles que defendem o modelo de desenvolvimento moderno, assegurado pelas tecnologias cada vez mais refinadas, mas, desprovido em sua essência de valores humanistas. Neste particular, os mecanismos institucionais de realização da racionalidade moderna, nomeadamente, a família nuclear, a empresa, as instituições administrativas e sociais (administração pública, escolas, unidades sanitárias, institutos de segurança social, as associações cívicas e profissionais, as organizações não-governamentais), as universidades e os institutos de investigação científica e tecnológica, etc), diferem daqueles aprovados e vigentes habitualmente na racionalidade tradicional, assentes fundamentalmente em instituições como a família nuclear, a família alargada ou clã familiar, o *Onjango*, a etnia, as escolas iniciáticas, as corporações de ofícios, os santuários, etc. Os mecanismos modernos de controlo social que se criam geralmente para a fiscalização do cumprimento dos princípios, das leis, das normas, das regras de comportamento, etc, (corpos policiais, serviços de investigação criminal, procuradorias e tribunais) se revelam inadequados e ineficazes, quando aplicados em moldes impositivos à realidade das comunidades locais, onde a fiscalização é feita primordialmente pela família alargada, grupos de idade, santuários de veneração às divindades, *onjango* comunitário e outras instituições do Poder Tradicional, nomeadamente o *onjango* onde se realizam as sessões do Tribunal Costumeiro.

À semelhança do conjunto das comunidades rurais *ovimdundu*, em *Ekovongo*, o desenvolvimento não pode ser analisado à margem das crenças, lendas e mitos que fluem no imaginário dos seus habitantes, pois, imprimem um comportamento ético de reverência para com os seres da natureza (visíveis e invisíveis) considerados sagrados, nomeadamente, animais, vegetais, florestas, planícies, pradarias, montes, montanhas, rios, etc, que devem ser preservados e protegidos a todo o custo. Qualquer tentativa de imposição a esta comunidade de princípios, leis, normas, regras, etc, que são contrárias à visão de vida e de mundo dos comunários pode desencadear tensões e uma resistência silenciosa e pacífica, mas, difícil de resolver com recurso aos mecanismos e procedimentos da racionalidade moderna. As tensões podem ter lugar naquelas circunstâncias em que os agentes externos de desenvolvimento, particularmente as organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras aparecem munidos de projetos já desenhados para serem implementados na comunidade sem diálogo ou negociação prévia com os seus habitantes. Nessas circunstâncias, os comunários adotam uma

atitude de apatia como demonstração do seu desacordo para com esse tipo de iniciativas.

Não obstante, os comunários de *Ekovongo* se vêem confrontados com a necessidade de uma abertura ao mundo tendo em consideração as possibilidades e as vantagens que a mesma representa, ao permitir o acesso à informação e aos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários às transformações que se operam no âmbito dos processos de desenvolvimento em curso na comunidade. No entanto, a abertura implica cedências em certa medida para se conformar, ainda que em moldes relativizados aos imperativos da racionalidade moderna. A aceitação de determinados valores da modernidade abre horizontes de acesso às oportunidades que despontam do contacto com as realidades externas, que apesar de serem oriundas de uma cultura alheia, que, por vezes, expressam uma contradição perante os valores da cultura e da tradição, podem ser aceites, reformulados e adaptados à realidade local, para subsidiar as estratégias de desenvolvimento da comunidade.

9.11. Os aportes das instituições e dos agentes externos à concepção híbrida de desenvolvimento

Ekovongo é uma das comunidades rurais atingidas por processos de mundialização e globalização, e não teria alternativa senão a adesão e/ou adaptação a essa dinâmica que produz mudanças no seu tecido social, na economia, no ambiente, no seu panorama político e na sua matriz cultural. As influências externas, apesar das vantagens que oferecem, promovem determinadas práticas culturais que chocam com os valores defendidos pela cultura local. Esta dualidade em termos de vantagens e desvantagens que a abertura cultural proporciona, nomeadamente, a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem gerado tensões, devido à má qualidade dos conteúdos culturais que impõem aos consumidores. O testemunho a seguir coincide com este entendimento.

O telefone é um meio de comunicação que funciona como uma ponte de ligação entre as pessoas; se tivermos um problema aqui e precisarmos da presença de alguém que se encontra distante, para nos ajudar a resolve-lo, é só apertar no telefone e logo estamos em comunicação com ele, sem ser necessário enviar alguém, que de certeza precisaria de viajar através de um meio de transporte, o que implicaria perder mais tempo e gastar dinheiro. O telefone é uma invenção extraordinária, mas, é ao mesmo tempo um potencial veículo de mentiras e mensagens enganosas; às vezes, o indivíduo encontra-se perto de nós, mas quando ligamos para ele responde, dizendo que se encontra muito distante. A televisão nos permite assistir uma partida de futebol que tem lugar muito distante de nós. No entanto, a

TV tem programas em que apresenta coisas que ocorrem ali e acolá e que chocam com a nossa maneira de ser; algumas novelas e filmes que a TV apresenta, em vez de educar as crianças e jovens, instruem mais para a delinquência, a violência e o despudor, que tem criado situações embaraçosas no convívio familiar, sobretudo, mudanças de atitudes e comportamentos no relacionamento entre as pessoas. Quanto aos transportes, apesar dos custos elevados, têm apoiado bastante na transportação de pessoas que se deslocam por vários motivos e na transportação de bens e produtos do campo para os mercados da cidade e vice-versa. O comboio, por exemplo, além de levar pessoas, transporta grandes quantidades de mercadorias de uma cidade a outra, o que permite reduzir os custos que as mesmas teriam, caso fossem transportados por camiões. (EC-7:HA)

Apesar das tensões que decorrem da conciliação entre o modelo endógeno e exógeno de desenvolvimento, há entre os comunários a consciência de que a atualização dos conhecimentos necessários aos processos de mudanças em curso, não teria lugar sem o concurso das instituições e dos agentes externos. Neste sentido, a concepção híbrida de desenvolvimento surge como uma construção que vem sendo empreendida pelos comunários com o envolvimento de agentes externos residentes e não residentes em *Ekovongo*. A missão das instituições e dos agentes externos incide sobre políticas consubstanciadas na prestação de serviços, através da realização de projetos e ações que os comunários por si só não estariam em condições de empreendê-las, sem que antes passassem por uma formação específica. Assim, as políticas direcionadas às comunidades rurais e o envolvimento dos agentes externos não é antecedida de uma prévia concertação ou negociação com os beneficiários dos serviços a quem as instituições exógenas projetam oferecer. A narrativa a seguir reflete o modo como as instituições e os agentes externos impõem determinados modelos de educação aos habitantes das comunidades rurais.

A nossa visão de desenvolvimento é educar as pessoas para sair da situação de pobreza a que se encontram e despertá-las de modo a abrirem outros caminhos de encarar a vida. Esta é a nossa visão de desenvolvimento. (...) A nossa organização está a implementar projetos na base daquilo que já existe nas comunidades; por exemplo, a educação já existe nas comunidades, mas as pessoas não têm a informação de como levar as crianças nas escolas, qual é a idade, etc.; então, nós como organização estamos a mobilizar as pessoas para levarem as crianças nas escolas. Temos realizado ações de educação para a saúde comunitária no que toca ao saneamento básico, porque as pessoas sabem, que depois de comer precisam de defecar; para isso é preciso cavar uma latrina, mas muitos não têm consciência da importância deste pequeno serviço. Alguns não sabem onde deveriam cavar uma latrina; é preciso mostrar-lhes onde e como fazer isso.

Portanto, a nossa visão de desenvolvimento assenta nas realidades locais. (...) Normalmente, quando realizamos uma ação formativa na comunidade combinamos o período de aplicação dos conhecimentos adquiridos e são eles próprios que estipulam a data de conclusão desse processo; passado o tempo estabelecido voltamos à comunidade para constatar o que eles realizaram e os resultados são geralmente satisfatórios. Nós temos tido bons resultados nas comunidades, porque antes de implementar um determinado projeto, primeiro realizamos um estudo prévio através de um inquérito em que buscamos saber, quantas pessoas ali residem, se todas as residências possuem latrinas ou não, etc, etc. Depois da implementação do nosso projeto realizamos uma avaliação, para saber quantas latrinas tem atualmente; se antes tinha 50 latrinas, mas agora multiplicaram-se para 120 latrinas, então aferimos que o nosso trabalho surtiu bons resultados. Além disso, depois de um mês de implementação de um projeto fazemos o monitoramento e isso tem permitido a mobilização daqueles comunários que antes não participavam, mas com isso eles também acabavam por aderir ao processo; o nosso monitoramento consiste em passar de casa em casa para verificar quem já cavou a sua latrina e quem ainda não o fez. Geralmente, perguntamos ao comunário porque motivo não cavou a sua latrina? A resposta é sempre de que iria cavar a latrina na próxima semana; a partir daí deixamos a recomendação e prometemos voltar no mês seguinte para verificar se o comunário cumpriu com aquilo que dissera. E sempre que isso acontece, ao voltarmos a visitar o mesmo comunário constatamos que ele cumpriu com a sua promessa. Portanto, temos alcançado bons resultados nas comunidades. (EAGEXTER-4:HA)

No âmbito do seu envolvimento nos processos de desenvolvimento que ocorrem nas comunidades rurais, as instituições externas e os agentes que as representam não valorizam as potencialidades existentes nestes espaços territoriais, os conhecimentos e a sabedoria que os seus habitantes possuem para empreender o seu próprio desenvolvimento, organizar e gerir as suas vidas. No entanto, algumas instituições externas optam por realizar programas de formação em serviço, adotando metodologias flexíveis e aceitáveis, pelas quais as populações participam com entusiasmo, pois, oferecem oportunidades de aplicarem os seus conhecimentos e as suas experiências no decorrer desse processo. Os programas de formação em serviço têm produzido resultados visíveis e as metodologias aplicadas são as que mais se adequam à realidade das comunidades rurais. As narrativas que se seguem descrevem as metodologias que se aplicam nesses programas de formação.

Temos o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, o Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA) no âmbito do qual se criam as Escolas de Campo, em que trabalhamos em parceria com a FAO, que trouxe um modelo de escolas de campo, assim como a metodologia de sua criação; na criação dessas escolas primeiro é

escolhida uma associação que é criada numa aldeia mais pobre, cujos associados nada sabem das técnicas elementares da agricultura. No seio dos associados escolhe-se alguém mais dinâmico que vai a uma formação de facilitadores que inclui um período de práticas. Em síntese, escola de campo não é mais do que formar uma metodologia de aprendizagem onde todos os membros da comunidade interessados podem aderir; é um espaço que pode ser uma lavra onde realizam as suas práticas agrícolas. O facilitador trás da sua formação aquelas técnicas aprendidas e executa-as junto dos associados; depois faz uma análise comparativa. (...) Trata-se da formação em serviço. A Escola de Campo tem uma estrutura semelhante à de uma Associação: escolhe-se o presidente, o vice-presidente, o tesoureiro, o secretário, o facilitador, por aí em diante. (...) Nas escolas de campo não se aprende apenas técnicas agrícolas, mas também as boas maneiras, a ética, isto é, como se procede na recepção de uma visita, como relacionar-se com os demais membros da escola; existe, por exemplo, aquela estratégia segundo a qual, “nunca se diz não ao outro para amanhã não falar mais, por mais que não saiba nada. Respeite a opinião do outro e põe a sua alternativa como ressalva da resposta dada. Essas são entre outras, as estratégias que se aprendem nestas escolas de campo e de como propagar esse tipo de técnicas nas comunidades. (...) Por semana eles escolhem um dia de encontro para todos, onde cada um apresenta os problemas que enfrenta na sua lavra, realizam debates, trocam experiências e buscam soluções para superar tais problemas. Se estiverem bem organizados eles podem construir um *onjango* mesmo na lavra que serve de espaço dos encontros; aí é o local de aprendizagem, onde eles adquirem as técnicas, partilham conhecimentos que depois levam para as suas lavras. (EAGEXTNR-3:HA)

Trata-se de escolas práticas, mas com essa componente de investigação comunitária; nós os técnicos, em conjunto com os comunários procuramos identificar os problemas e formas de resolvê-los sem buscar apoios externos.(...) É uma experiência que veio da Venezuela e aqui em África temos o caso de Moçambique que também tem conseguido êxitos com este modelo. O governo angolano, por sua vez, também adotou o Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA), que está a ser implementado desde 2007. (...) Os programas das escolas de campo já trazem as variáveis que devem ser trabalhadas e aprimoradas; os programas já trazem temas-chave cuja abordagem passa necessariamente por um diagnóstico prévio.(...) Usam-se várias formas; quando o facilitador é alguém alfabetizado e escreve bem consegue passar as informações. Mas também, existe outra forma de usar figuras e ilustrações; para aqueles que não saibam escrever, em vez de escrever a palavra milho, recorre-se ao desenho de uma planta de milho num papel apropriado.

(...) A formação é obrigatória, visto que, em cada mês estuda-se um módulo com temas específicos que culmina com uma avaliação; nessa modalidade de formação os técnicos, assim como os facilitadores apresentam relatórios que reportam sobre aquilo que realizaram no mês anterior, as dificuldades encontradas, etc, em conjunto discute-se e chega-se a uma conclusão. Em função disso programam-se as atividades do mês seguinte; (...) O caderno que contém todas as informações técnicas fica mesmo com eles ao cuidado do coletivo dos participantes da escola. (EAGEXTNR-3:HA)

Depois de se inserirem na realidade local e compreenderem as dificuldades que atravessam os seus habitantes, algumas instituições reformulam as suas políticas e os seus representantes adotam posturas e metodologias de trabalho que mais se aproximam à realidade das comunidades rurais. Os apartados que se seguem refletem a tendência de mudança de paradigma que algumas instituições externas e seus representantes vêm evidenciando no âmbito do seu envolvimento nos processos de desenvolvimento das comunidades rurais.

9.12. Aportes externos na implantação de infraestruturas e serviços

No cumprimento da sua missão, as instituições e os agentes externos residentes e não residentes em *Ekovongo* vão aos poucos compreendendo as dificuldades que os habitantes enfrentam no dia-a-dia devido à insuficiência de infraestruturas básicas, nomeadamente, serviço de distribuição de água potável, serviços sanitários, saneamento, escolas, rede eléctrica, estradas, canais de irrigação, telecomunicações, etc. No caso do acesso à educação formal, antes da construção das escolas, crianças e jovens de *Ekovongo* e arredores se viam obrigados a recorrer à solidariedade dos parentes residentes nas cidades para se escolarizarem. No concernente ao acesso à água potável, os comunários percorriam uma distância relativamente longa para alcançarem a nascente do Rio Nunda onde podiam obter água destinada ao consumo doméstico; situação semelhante se passava com o acesso aos serviços sanitários básicos em que os comunários deviam percorrer mais de vinte quilómetros para acederem ao tratamento hospitalar.

Assim, exceptuando-se os pequenos canais de irrigação construídos pelos comunários aplicando os seus próprios recursos económicos, as demais infraestruturas, nomeadamente, a Escola Primária de *Ekovongo*, as escolas implantadas nas comunidades periféricas construídas integralmente com recursos provenientes dos fundos públicos do Estado Angolano, o edifício que alberga a escola Secundária, o Posto Sanitário, o chafariz e a lavandaria comunitária foram construídas com a co-participação técnica, financeira e humana de outras instituições externas. Apesar de serem ainda insuficientes, essas infraestruturas

constituem uma importante base de partida para impulsionar o desenvolvimento comunitário não só em *Ekovongo*, como também nas comunidades periféricas. Alguns agentes externos residentes em *Ekovongo* corroboram desta ideia como se denota no testemunho a seguir.

Os sinais de crescimento são: as escolas, o posto de saúde e o Chafariz de água; antes, os comunários acarretavam água lá em baixo num riacho e a mesma não era potável, mas agora eles tiram a água do chafariz e perto das suas residências. Eu estou a ver que a comunidade está crescendo. (EAGEXTER-2:HA)

A noção de desenvolvimento como um processo multidimensional, que abrange uma diversidade de aspectos da vida começa a ser melhor percebida e incorporada nas representações dos atores sociais, nomeadamente dos agentes externos que têm na comunidade rural como alvo das suas ações para desencadear mudanças nestes espaços territoriais e socioculturais. Ora, essa noção aponta para a necessidade de mudanças de mentalidade dos próprios habitantes das comunidades rurais no sentido de se apropriarem de conhecimentos e capacidades que os habilite a serem pluriativos, a fim de poderem destacar-se, não só na produção agrícola, como também em outras atividades que concorrem ao aumento dos seus rendimentos e concomitantemente à melhoria das suas condições de vida.

9.13. Desenvolvimento: conciliação da instrução escolar com a atividade produtiva e infraestruturação comunitária

Além da educação informal, dos serviços de educação formal, saúde, provimento de água potável, transportes, construção de estradas e outros já referenciados, a nova ruralidade que nas últimas décadas vem dominando os estudos nesta área, advoga para as comunidades rurais um desenvolvimento que transcenda da mera produção agrícola, para outras formas de atividade mais abrangentes, nomeadamente a construção e gestão de infraestruturas diversas para a prestação de serviços, o processamento dos produtos naturais, agrícolas e pecuários, a produção artesanal, o turismo rural e a preservação do meio ambiente. Este novo paradigma tem inspirado o trabalho dos atores sociais que tentam aplicar esta utopia para imprimir uma dinâmica de maior eficiência nos seus projetos de ação social junto das comunidades rurais. Assim, nos processos comunicativos e nas suas interações com os habitantes de *Ekovongo*, os agentes externos tendem a veicular as ideias que coincidem com esta visão holística de desenvolvimento, aportando elementos que se incorporam na concepção híbrida dos comunários sobre o desenvolvimento da sua comunidade. As afirmações que se seguem refletem esta tendência dos agentes externos.

Do meu ponto de vista, o primeiro passo para uma comunidade rural seria o incremento da agropecuária; muitas pessoas pensam que estudar é para conseguir emprego, mas, estudar é para adquirir conhecimentos e isso faz parte do próprio desenvolvimento; além disso, tem que haver a livre circulação de pessoas e bens, visto que, o indivíduo que trabalha no campo precisa de levar os seus produtos aos mercados da cidade, onde podem ser vendidos. Para isso, é necessário que haja transportes. A urbanização, a construção de residências e de outras infraestruturas fazem parte do desenvolvimento, etc. (...) Os alunos que frequentam a escola também participam das atividades do campo já com uma outra visão de as realizar; logo, eles ganham experiências na escola e nos trabalhos do campo. Esta dualidade lhes faz crescer ainda mais, de modo que, no futuro possam ter emprego e ainda realizar outras atividades no campo; tenho impressão de que em breve será aberto o IIº ciclo. Os alunos desta comunidade já não irão emigrar para a cidade com o objetivo de prosseguir com os estudos secundários. A educação e as escolas são motores do próprio desenvolvimento, visto que, o analfabetismo é um grande problema e com ele não pode haver desenvolvimento porque as pessoas agarram-se à superstição. (EAGEXTER-1:HJ)

Ora, a organização dos serviços de educação e saúde em toda a sua abrangência, as atividades produtivas comprometidas com a preservação do meio ambiente e a construção de infraestruturas formam uma tríade de pressupostos imprescindíveis dos processos de desenvolvimento, não só das comunidades rurais, mas de todas as sociedades humanas, tendo em conta as implicações que têm na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas. O equacionamento desta tríade de pressupostos de desenvolvimento representa uma vantagem incomensurável a julgar pelos efeitos multiplicativos que produzem no sentido de garantir a estabilidade social da presente e das futuras gerações; os serviços de educação, saúde, provimento de água potável e saneamento básico, produzem efeitos transversais, particularmente na redução das enfermidades e da mortalidade no seio das famílias. Uma família saudável cria estabilidade para que os seus membros se dediquem aos estudos com maior proficiência e tenha maior desempenho em outras atividades; as atividades produtivas, além de garantirem uma dieta saudável às famílias, constituem uma importante fonte de rendimentos necessários à criação de outros bens indispensáveis ao bem-estar material de todos os membros; as infraestruturas constituem a mola propulsora que articula e dinamiza todo um conjunto de realizações humanas. Tomada em conjunto, a tríade de pressupostos constitui uma plataforma de relevância transversal para todos os processos de desenvolvimento.

9.14.O desenvolvimento não vem de fora

Não cabe aqui lugar reacender a polémica sobre a existência ou não de consenso quanto ao entendimento do termo desenvolvimento; todos os conceitos são passíveis de diversas interpretações, dependendo da escala de valores que cada autor utiliza para sustentar os seus argumentos. O desenvolvimento é um conceito ideológico que se utiliza fundamentalmente para comparar as sociedades mais organizadas, industrializadas, que possuem uma tecnologia avançada, com aqueles que ainda não alcançaram esse patamar. No entanto, a sua operacionalização tem sido objeto de controvérsias, devido à insistência de alguns círculos conservadores em impôr receitas acabadas aos países com realidades socioculturais e experiências históricas diferentes. Essa imposição tem resultado em crises que se registam na maioria de países em desenvolvimento de que faz parte a República de Angola. Os estudos realizados para descortinar a origem dessas crises apresentam inúmeras evidências que sustentam a tese de que, muitos programas de desenvolvimento aplicados nos chamados países em desenvolvimento fracassaram devido à relutância dos seus promotores, nomeadamente das suas elites do poder em reconhecer as potencialidades e as capacidades dos atores locais na sua efectivação.

No concernente às comunidades rurais, o cinismo dos decisores políticos e a sua determinação em aplicar receitas importadas tem gerado controvérsias no seio daqueles que defendem uma visão mais endógena, principalmente dos actores sociais, cujas políticas estão orientadas para as comunidades rurais. Disto testemunha a seguinte narrativa:

Na semana passada realizamos um *workshop* em que convidamos o Diretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Governo Provincial, que de forma muito eloquente descreveu as ações do executivo; nós dissemos na altura que esta porta está muito aberta ao investimento estrangeiro e menos em termos de promover o pessoal local, o empresariado nacional. Ele justificou-se dizendo que aqui no país as capacidades são muito baixas, logo esta situação não nos encoraja a promovê-los, visto que, estamos numa fase em que precisamos de crescer rapidamente, o país precisa de recuperar o tempo perdido com a guerra e então vimos a necessidade de recorrer às potências estrangeiras; nós abrimos concurso e elas concorrem com mais vantagem em relação os nacionais, então são eles que têm essa possibilidade de pilotar o crescimento que se pretende. (...) Estamos num modelo de desenvolvimento que podemos considerar de acelerado não é? A nossa tendência é tentar recuperar rapidamente os anos perdidos com a guerra, e nota-se, que há mesmo programas do governo que exigem um investimento muito grande em termos de infraestruturas, equipamentos, etc; e muito pouco se investe em termos de desenvolver o próprio homem; é isto que constatamos neste

modelo de desenvolvimento. É isto que constatamos nos hospitais que são muito bem apetrechados com equipamentos de tecnologia de ponta, mas às vezes, a pessoa que está ali a manejar o equipamento tem poucos conhecimentos, não tem uma formação suficiente e o resultado é... Certas vezes, vamos nesses hospitais para fazer um teste e nunca há coisa de nada e as pessoas continuam a morrer. É a mesma coisa! Nós fazemos crescer as cidades muito rapidamente, mas em termos de investimento humano, na sua formação ainda pouco se investe .(EAGEXTNR-4:MA)

O desenvolvimento não é uma dádiva que vem de fora; a sua idealização e a sua operacionalização não podem ignorar a existência de grupos desfavorecidos, empobrecidos e vulneráveis, que devem ser capacitados para participarem plenamente dos processos que afetam as suas vidas e definem o seu destino. A participação pode ser entendida em duas perspectivas; a primeira, aquela que tem um carácter formal em que as instituições governamentais, as organizações não governamentais (ONG's) e as organizações internacionais convidam a população para participar da execução de projetos previamente desenhados, sem a possibilidade de questionar o impacto dos mesmos em suas vidas; a segunda perspectiva é aquela em que as populações participam plenamente do processo, desde a concepção à execução de programas e projetos de desenvolvimento da sua própria comunidade. A controvérsia gerada em torno deste novo paradigma e que constrange a metodologia de operacionalização dos processos de desenvolvimento que envolvem a participação das populações locais, radica na morosidade que caracteriza os processos de auscultação das suas ideias, o acirrar de conflitos de interesse, etc, que têm contribuído, de igual modo, ao fracasso das políticas. Não obstante, o nosso entendimento sobre esta matéria advoga a ideia de um processo autocentrado, em que se reconhece a participação e o papel decisivo das populações locais enquanto atores, detentores de conhecimentos e saberes relevantes, para assumir as redeas do seu próprio desenvolvimento.

9.15. Os problemas de desenvolvimento em Ekovongo e nas comunidades ovimbundu

Nas últimas décadas, *Ekovongo* experimenta um modelo de desenvolvimento influenciado pelos processos de globalização, cujas dinâmicas incidem sobre o meio ambiente e na vida cultural, social, económica e política dos seus habitantes. O problema capital que atravessa *Ekovongo*, mas, que é comum às comunidades rurais em geral prende-se com o elevado nível de pobreza que caracteriza os seus habitantes. Os estudos sobre a pobreza realizados quer, por instituições nacionais, quer por organizações internacionais são unânimes em situar abaixo de dois dólares americanos por dia, o rendimento das famílias pobres em Angola. Mas, é,

sobretudo, nas comunidades rurais onde a pobreza alcança níveis cada vez mais elevados. Quase todos os problemas que acompanham os processos de desenvolvimento incidem sobre a pobreza, que é um fenómeno omnipresente nas comunidades rurais, devido à persistência de factores que sustentam a sua reprodução. Assim, para uma análise holística da pobreza e de outros problemas que acompanham os processos de desenvolvimento em *Ekovongo* e noutras comunidades rurais *ovimbundu*, optou-se por agrupá-los em três categorias: 1) problemas culturais; Problemas conjunturais; e, 3) problemas estruturais.

9.15.1. Problemas culturais

a) O analfabetismo

O problema capital em *Ekovongo* prende-se com a pobreza multidimensional, cujas causas radicam não só nas políticas públicas, mas também em alguns aspetos culturais próprios das comunidades rurais. Um dos problemas culturais consiste fundamentalmente na prevalência do analfabetismo entre os comunários; este fenómeno denuncia a ausência de capacidades básicas para descortinar os códigos que orientam a vida em uma sociedade moderna, e, por conseguinte, remete as pessoas que se encontram nesta condição à exclusão social, cercea a sua participação política em fóruns onde se decide o seu destino e limita o acesso às oportunidades de ordem cultural, social e económico. O analfabetismo potencia a reprodução da pobreza, visto que, as famílias necessitam de uma instrução e de uma literacia que constituam fundamento do desenvolvimento cognitivo, tecnológico, físico, moral, afectivo e espiritual, que são ferramentas imprescindíveis para o processo de socialização e inserção dos seus membros, não só no âmbito comunitário, mas também no plano mais amplo de uma sociedade.

Um adulto analfabeto enfrenta obstáculos de vária ordem que o transformam em uma figura vulnerável, quer ao nível pessoal quando se envolve em cenários interativos e de comunicação com os seus confrades, quer ao nível do colectivo familiar, mas também no plano de sua inserção em contextos sociais mais exigentes como, por exemplo, no emprego onde se exige conhecimentos que se adquire a partir de uma determinada formação. Além disso, por dispôr de conhecimentos limitados a sua produtividade também alcança níveis baixos e os seus rendimentos económicos não vão além dos níveis de sobrevivência. Essas vulnerabilidades produzem efeitos na esfera económica em termos de capacidades produtivas para suportar os custos sociais, nomeadamente os relacionados com a saúde e a escolarização dos filhos, para garantir o seu futuro como cidadãos. O testemunho que segue resume os efeitos do analfabetismo nas comunidades rurais.

São vários problemas: a pobreza extrema, sobretudo em áreas mais recônditas da Província do Bié, o analfabetismo enquanto factor principal limitante para o desenvolvimento sustentável, as práticas de uma agricultura de subsistência com poucas probabilidades de segurança alimentar familiar; as famílias extensas (número exagerado de filhos) com poucos recursos económicos para sustentá-los, agregados familiares extensos devido às consequências da guerra. (EAGEXTNR-5:HAC)

O analfabetismo vulnerabiliza, sobretudo a mulher, que no contexto rural, além de ser mãe e educadora, ela é também a principal gestora da economia e dos assuntos domésticos. Enquanto mãe, a mulher analfabeta enfrenta limitações em termos de conhecimentos sobre a saúde materna, a higiene e a nutrição dos seus filhos; uma boa nutrição tem efeitos na saúde e no rendimento escolar das crianças. Em *Ekovongo*, o défice de conhecimentos sobre a saúde materno-infantil tem levado as mulheres a porem em prática a crença sobre o mito da *ohuse*¹¹⁸, que constitui uma das causas da má nutrição e da mortalidade infantil. A narrativa que abaixo segue descreve a incidência deste problema cultural que atravessa as comunidades rurais *ovimbundu*.

Um dos maiores problemas que podem verificar-se sobre a sociologia da população tem a ver com aquele mito de que, quando a mãe está novamente grávida automaticamente tem de desmamar a criança que estiver ao colo; isto não é verdade e nós temos estado a trabalhar com o sector da saúde no sentido de mobilizar as comunidades e exortar as mães de que elas devem continuar a amamentar mesmo quando se encontrem grávidas. Mas, não é isto que acontece na prática, visto que, as mães desmamam precocemente a criança e não têm um adicional alimentar para reforçar; logo, acontece que a criança desmamada cai em problemas de má nutrição. Há muitos casos desta natureza e estamos a trabalhar com as comunidades no sentido de combate à má nutrição, que para além da sensibilização, faz-se a triagem de identificação das crianças que apresentam a má nutrição e lhes é distribuída uma pequena pasta de amendoim denominada *plamude* para ajudar a recuperação das mesmas. Portanto, este é um dos fatores que verificamos nas comunidades que tem a ver com as condições em que eles desenvolvem a agricultura familiar que origina a pobreza e por arrasto cria problemas de má nutrição. (EAGEXTNR-1:HA)

O analfabetismo constitui um potencial fator de reprodução da pobreza no seio das famílias identificadas com este fenómeno social em *Ekovongo* e nas comunidades rurais *ovimbundu* em geral. As mulheres e os homens que se

¹¹⁸*Ohuse* é uma suposta enfermidade que afecta a saúde de um bebé se a mãe estiver de novo grávida antes de atingir a idade de desmamá-lo.

encontram em condição de analfabetos transportam consigo o complexo de inferioridade, situação que lhes obriga a assumirem atitudes de indiferença e apatia, uma vez que, além da sua condição socioeconómica deprimente, se vêem impedidos de participar em fóruns de âmbito extracomunitário (municipais e provinciais), onde se tomam decisões políticas importantes, por desconhecerem as leis que conferem os direitos e os deveres inerentes à cidadania. Ademais, independentemente de serem agricultores, os comunários necessitam de alfabetizar-se para conhecerem as novas técnicas de cultivo, os imperativos das mudanças climáticas e a demanda cada vez mais exigente dos mercados.

O actual quadro de analfabetismo nas comunidades rurais e em *Ekovongo* em particular, constitui um desafio para as autoridades municipais e provinciais no sentido de adoptar políticas mais realistas de combate a este fenómeno que entrava os programas de desenvolvimento orientados para esta comunidade. Apesar de a alfabetização estar incluída nas prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento (2018-2022), a capacidade de sua operacionalização em *Ekovongo* e comunidades periféricas ainda é bastante reduzida, devido a problemas de falta de transparência nos critérios de remuneração dos agentes que exercem as funções de alfabetizador.

b) A desigualdade de género

Outro problema cultural que atravessa as comunidades rurais *ovimbundu* tem a ver com a igualdade de género. A noção de igualdade de género pressupõe a igualdade entre homens e mulheres, raparigas e rapazes que devem ter a mesma chance de usufruir dos direitos do homem e de exercer as responsabilidades a eles inerentes. Se durante muitos séculos a mulher viu o seu estatuto social circunscrito à condição de figura inferior em relação ao homem, hoje, porém, o despertar de consciências vem demonstrar, que é praticamente incomensurável a dimensão participativa das mulheres nos processos de desenvolvimento; são as mulheres que mais contribuem nas diferentes esferas de atividades que conformam o tecido económico e social das sociedades contemporâneas.

No caso de *Ekovongo* onde a vida se rege predominantemente por normas costumeiras, além de ser mãe e educadora, a mulher é uma figura versátil e incansável, que exerce as funções de principal gestora da economia familiar e dos assuntos domésticos. Sobre ela recai a responsabilidade de conduzir da melhor maneira as atividades económicas, desde a produção agrícola, até à transportação e comercialização dos produtos do campo nos mercados da cidade. Por estar permanentemente ocupada com as atividades económicas e com outras tarefas complementares, a mulher tem poucas oportunidades de se escolarizar e melhorar a sua *performance* como cidadã. Em face disso, a mulher continua a ser a principal vítima da discriminação política, da injustiça socioeconómica e em certa medida da violência manchista.

A abordagem da igualdade de género não tem merecido o devido espaço nos debates que se desenvolvem em torno do desenvolvimento das comunidades rurais, num País onde 47% das mulheres são analfabetas residentes nessas comunidades. A problemática da igualdade de género implica a adopção de uma estratégia combinada de produção de normas jurídicas apropriadas e desenho de programas específicos, envolvendo os poderes públicos, os actores do setor privado e a sociedade civil, com vista a integração da mulher rural em ações que visam a igualdade de oportunidades e uma visibilidade pública cada vez maior, no acesso à educação, à propriedade da terra, assim como uma participação proativa em diversos processos de desenvolvimento comunitário.

c) A superstição

A superstição é uma crença em poderes sobrenaturais que de forma persistente atravessa todas as culturas, e, apesar das conotações pejorativas que lhe são atribuídas ao longo dos tempos, ela se adapta e se atualiza na contemporaneidade, alimentada principalmente pelo medo inerente à vulnerabilidade humana.

Antes da chegada dos missionários cristãos no Planalto Central e na *Ombala Ekovongo* em particular, a superstição já era uma crença enraizada na comunidade, que podia ser experimentada no dia-a-dia, por conta da sua cosmovisão segundo a qual, as realizações humanas estão impregnadas da dimensão religiosa, e, por conseguinte, todos os actos humanos são objeto de avaliação (aprovação ou desaprovação) que é feita pelas deidades (espíritos das linhagens) que acompanham e fiscalizam minuciosamente o quotidiano dos seus descendentes; logo, as pessoas que possuem poderes sobrenaturais (oráculos¹¹⁹, mágicos¹²⁰, curandeiros¹²¹, feitiçeiros, bruxos, etc) são consideradas de poderosas e com esse estatuto gozam de algum prestígio social, pela capacidade que têm de comunicar com o mundo dos espíritos, descobrir as causas de determinadas enfermidades, delineando as técnicas e os procedimentos de cura, prever os acontecimentos futuros ou mesmo amedrontar todo aquele que duvidasse em reconhecê-los como tal. Apesar de ter existido junto da Corte Real¹²² mecanismos institucionais sancionatórios, com poderes para fiscalizar e punir severamente os indivíduos conotados com a prática da feitiçaria ou bruxaria, para engendrar maldades na vida das pessoas e semear terror na comunidade, a superstição persistiu e cristalizou-se na mentalidade dos

¹¹⁹ As pessoas que possuem esses poderes sobrenaturais são toleradas e gozam de reputação, uma vez que, o seu ofício constitui uma garantia de proteção social e espiritual de todos os habitantes. Não gozam de reputação social os indivíduos considerados como feitiçeiros, bruxos e sortilégos, pois, são rotulados como figuras diabólicas.

¹²⁰ Idem

¹²¹ Idem

¹²² Nas cortes reais *ovimbundu* existem linhagens que, entre outras funções exercem também a fiscalização das pessoas conotadas com as práticas supersticiosas como a magia, a bruxaria, a feitiçaria, etc).

comunários, pelo facto de que, ela circunscreve as suas crenças, que, como é óbvio, são tão remotas e antecedem a formação dos estados pré-coloniais.

Com a chegada dos missionários cristãos, que no âmbito da evangelização proclamaram o combate contra as práticas culturais consideradas como supersticiosas (escolas iniciáticas, magia, curanderia, feitiçaria, bruxaria, etc) inaugurou-se uma espécie de caça às bruxas; nesse contexto, aqueles que eram menos prudentes renderam-se e levaram os seus amuletos e artefactos mágicos à igreja para serem destruídos. Com esse gesto converteram-se ao cristianismo e em compensação receberam o baptismo cristão. Entretanto, os mais prudentes optaram pela resistência à evangelização e à caça as bruxas, pois, mantiveram as práticas na clandestinidade e continuam com o mesmo ofício até aos dias de hoje. Por conseguinte, tanto as comunidades rurais como as cidades registam um movimento de renovação dos receios face à bruxaria e à feitiçaria, principalmente entre os jovens.

Penso que isto deve ser também um problema cultural, porque um jovem da aldeia, depois de estudar a 9ª classe começa a perceber que o meio já não lhe satisfaz e passa a criar outras ambições; nas comunidades existe aquele mito de perseguições segundo o qual, quem tenta desenvolver-se torna-se alvo a ser derrubado através de meios botânicos, por aqueles parentes que se acham inconformados com isso. (EAGEXTNR-3:HA)

Ora, quando o ser humano carrega consigo o sentimento de medo por longos anos, esse se transforma em uma espécie de norma ética e o indivíduo pode descampar para a resignação e adotar uma atitude de obediência ou reverência aos membros da gerontocracia, principalmente àqueles considerados como detentores de poderes sobrenaturais. No caso de *Ekovongo*, as mudanças em curso tendem a contrariar essa regra, porquanto despontam três cenários que podem provocar a desintegração sociocomunitária: por um lado, a gerontocracia que se mostra preocupada em reabilitar os mecanismos costumeiros ou tradicionais de controlo social, para revitalizar a educação comunitária que vem sendo muito reclamada pela população adulta, e, por via disso, reforçar os seus poderes; por outro, a população activa maioritariamente jovem que se mostra contrária a qualquer intenção de submetê-la à obediência ou reverência à gerontocracia. Enquanto isso se intensificam as manifestações relacionadas com receios à feitiçaria no seio das próprias famílias. Os depoimentos que se seguem refletem esta realidade.

Aqui na *Ombala Ekovongo*, bem poderíamos ter pessoas com capacidade de comprar camiões que circulassem até à fronteira e entrar na vizinha República da Namíbia e trazer de lá mercadorias que pudessem impulsionar o desenvolvimento da comunidade; nós todos teríamos a oportunidade de adquirir essas mercadorias a partir dos

estabelecimentos comerciais desses indivíduos que possuem tal capacidade. Mas, por causa dos invejosos isso não está a acontecer; por um lado, devido ao temor de que, os indivíduos que possuem tal capacidade veriam os seus parentes mais próximos a morrer, um atrás do outro. Por outro, devido ao temor de ser acusado como feiticeiro pelos seus próprios parentes; por exemplo, se morrer alguém na família alargada, haverá sempre alguns elementos da mesma a dizer: o primo beltrano que comprou o seu camião é mesmo ele que matou o falecido para reforçar a sua fortuna. Haveria um outro parente que diria: aqui mesmo no *Ekovongo*, se os meus filhos adoecem ou morrem, o feiticeiro é mesmo o primo beltrano que comprou o seu camião e procura reforçar a sua fortuna. (EGC-13:HJ)

Este é um problema remoto! É contra isto que temos vindo a batalhar para garantir um futuro melhor aos nossos filhos. Numa sociedade onde predomina a inveja não pode haver desenvolvimento. (...) Em minha opinião, aquelas práticas tradicionais que dificultam o desenvolvimento deveriam ficar para trás; deveríamos conservar apenas aquelas tradições que ajudam ao desenvolvimento. (GDJ-1:HJ)

A superstição tem sido um dos motivos da emigração para as cidades; muitos comunários de *Ekovongo* emigraram para as cidades, onde poderiam viver relativamente protegidas durante o período de guerra. No entanto, mesmo depois de terminada a guerra, o movimento migratório intensificou-se devido principalmente à necessidade de busca de emprego e melhores condições de vida, mas, também devido a um temor que advém supostamente das práticas de feitiçaria, apesar de que as mortes nem sempre resultam dessas práticas. Os testemunhos que abaixo seguem corroboram com este entendimento.

As pessoas emigraram principalmente por causa dos ataques que a comunidade sofreu durante a guerra civil; passamos por situações horríveis em que as bombas eram lançadas a partir dos arredores da comunidade contra a cidade e de lá também lançavam bombas que caíam aqui. (...) Desde 2002 que a guerra terminou, houve algumas ocasiões em que o governo distribuía instrumentos de trabalho, sementes e fertilizantes, o que ajudou em certa medida o reinício do cultivo dos campos e o restabelecimento das pessoas aqui na comunidade. Atualmente, a situação é outra e temos notado que as pessoas realizam trabalhos fora da província e conseguem adquirir meios essenciais para reorganizar a vida. Existem, porém outros fatores que têm motivado a emigração nos dias de hoje; alguns emigram porque durante a sua estadia aqui na comunidade não gozam de boa saúde nos seus lares familiares. Em alguns casos, morrem uma ou duas crianças na família e esta situação cria a frustração, o que leva

as pessoas a procurarem outras localidades onde possam viver sem este tipo de perturbações. Alguns enfrentam conflitos familiares, sobretudo quando existe no seu seio alguém com um nível de instrução, que trabalha na administração do governo e recebe algum salário. Quando esse indivíduo começa a organizar melhor a sua vida, em alguns casos, são os próprios parentes que lhe acusam de bruxo; tem havido mesmo casos de agressão à paulada e quando isso acontece a alternativa é emigrar. (EC-3:HAC)

Então, infelizmente, ainda existem esses receios.(...) No plano pessoal e familiar acho que essa interação é muito forte, visto que, a população intelectual *ovimbundu* respeita muito as suas origens; no entanto, e infelizmente, devido a conjunturas de guerra, ainda persiste um dos aspectos primários que se prende com o lado pessimista dos intelectuais de pensar que nas aldeias residem feiticeiros. Infelizmente, o lado da superstição ainda é muito forte e faz com que, depois de conseguirem um certo bem-estar no meio urbano, muitos intelectuais criam receios de ir à comunidade rural e vice-versa. (...) Por isso é que eu dizia atrás que os aspectos sociais terão que passar pela educação. Enquanto persistir as assimetrias atuais essa consciência vai sempre existir, mas, se houver equilíbrio neste plano, essas coisinhas vão desaparecendo. Atualmente, em Luanda, por exemplo, o morador da cidade não quer saber, nem se preocupa se o vizinho comeu o quê... Bebeu o quê... Mas, entre os intelectuais oriundos das comunidades rurais ainda existe esse preconceito de que uma simples dor de barriga, os outros dizem: olha! Quem te mandou ir na aldeia? Isso faz com que haja essa marginalização.(EAGEXTNR-1:HA)

d) Fraca cultura associativa

Para um País de economia agrária que foi transformado deliberadamente em exportador de petróleo, a diversificação não passa de uma falácia. Em um sistema de economia extrovertida¹²³, as políticas governamentais não se comprometem com os produtores agrícolas, muito menos com o desenvolvimento das comunidades rurais. Estas se vêm desligadas da realidade urbana e politicamente esquecidas pelas estruturas do poder. Neste contexto, os habitantes das comunidades rurais que são maioritariamente camponeses devem conceber formas de organização corporativista (associações e cooperativas) que são mecanismos mais coesos de representação e defesa dos interesses comunitários diante das estruturas do poder. As associações e cooperativas são instituições de mediação e negociação, ao mesmo tempo, de reivindicação colectiva dos direitos constitucionalmente garantidos, mas, reiteradamente ignorados pelas instituições públicas.

¹²³ Economia virada principalmente para a exportação de matérias-primas.

No caso de *Ekovongo* e das comunidades rurais *ovimbundu* em geral, observa-se uma fraca cultura cooperativista, apesar da prevalência do sistema costumeiro de organização social fundada na família alargada ou clânica e na linhagem. Este sistema se constitui em critério de base quando se trata da distribuição e acesso às terras, pois, o mesmo tem um carácter hereditário. Nos últimos anos têm sido ensaiadas algumas iniciativas de tipo associativismo convencional em *Ekovongo* e em outras comunidades rurais *ovimbundu*. No entanto, essas iniciativas têm redundado em fracassos, por ignorarem o sistema costumeiro de gestão de terras. A fraca cultura democrática dos agentes que representam as instituições exógenas junto das comunidades não tem favorecido ao diálogo com os comunários para um entendimento que permita a construção de uma plataforma associativa híbrida que tenha em conta os aspectos costumeiros e as técnicas modernas que norteiam a atividade agrícola e a gestão de terras. Na sequência dos fracassos, a alternativa para os comunários é o recurso a uma agricultura individualizada e de subsistência, caracterizada por uma baixa produtividade, cujos efeitos se refletem no fraco rendimento das famílias. A baixa produtividade agrícola está na base do défice em termos de autossuficiência alimentar, e, por conseguinte, no encarecimento dos produtos da cesta básica nesta região que no passado recente era considerada como um dos celeiros de Angola. Não obstante, em causa está uma fraca cultura associativa que não permite os comunários se organizarem em moldes mais coesos de representar os seus interesses junto das estruturas do poder e, por via disso, reivindicarem melhor os seus direitos de cidadão. Os depoimentos que se seguem coincidem com este entendimento.

No aspeto económico, há que considerar que a maior parte das comunidades *ovimbundu* são agricultores; a questão é: “como tornar o *ovimbundu* rico”? Acho que isso passa por essas políticas de fortalecer a sua capacidade de conhecimento de como aproveitar melhor a terra, a chuva, em termos de pequenas agriculturas familiares, não na dimensão do cooperativismo convencional que conhecemos, mas no sentido de estarem associados. (EAGEXTNR-1:HA)

O tempo em que venho trabalhando no *Ekovongo* é longo, desde 2003; dizer que não se faz nada seria injusto, mas posso dizer que faz-se muito pouco para esta comunidade desenvolver-se. No plano da agricultura, a produção é muito individualizada e precária; os produtos que colhem não são suficientes para haver desenvolvimento e até a presente data não existe na comunidade um agricultor de referência. Em tempos atrás, criou-se uma associação – uma iniciativa que procurava promover a afirmação dos produtores de *Ekovongo*; começaram bem, mas, ao cabo de um ano as coisas não funcionaram como seria de esperar. (...) Estão a desenvolver-se individualmente; como se não bastasse, cada um na medida do possível aumenta um pouco do seu campo de cultivo, e, se ontem produziam o que chegava

só para o consumo familiar, hoje já produzem um pouco mais para vender o excedente. Porém, mesmo quando se diz que estão progredindo, ampliando os campos de cultivo é sempre individualmente e dentro de uma lógica de subsistência e não produzir em grande escala para comercializar. Portanto, sem medo de errar diria que quase nada se faz para o desenvolvimento da comunidade de *Ekovongo*, porque não tenho estado a receber informações, mas sim, vivencio esta realidade; os comunários têm problemas sérios, porque vão esperar que alguém venha nesta comunidade para fazer alguma coisa e entrar em confronto com ele dizendo: este é meu terreno; daqui até ali é para o meu filho. Como é que este indivíduo quer entrar no nosso espaço? Como se pode compreender nos dias de hoje, que numa comunidade que dista 22 quilómetros da cidade, não se possa levar ali o pão para ser vendido, porque o indivíduo é logo visto como alguém que está querendo invadir o mercado para tirar oportunidade aos comunários? (EAGEXTER-3:HA)

Os problemas culturais ora evocados afectam negativamente a autestima e aumentam a vulnerabilidade, porquanto, o analfabetismo, a desigualdade de género e a superstição criam um sentimento permanente de insegurança e limitam a capacidade de intervenção dos comunários em todas as realizações que definem o destino individual e colectivo. Por outra, a fraca cultura cooperativista com implicações nos baixos rendimentos das famílias tem uma forte incidência nos níveis de pobreza que assola a comunidade e constitui um dos fatores de marginalidade social; ademais, os problemas culturais ora apresentados tendem a reproduzir-se de geração em geração, constituindo-se em um entrave ao desenvolvimento de *Ekovongo* e das comunidades rurais *ovimbundu* em geral.

9.15.2. Problemas conjunturais

a) Problemas psicosociais e emocionais

À semelhança de outras comunidades rurais *ovimbundu*, *Ekovongo* enfrenta enormes problemas de desenvolvimento; a guerra prolongada que teve como palco principal as comunidades rurais provocou múltiplos problemas nesses assentamentos, sendo os mais frequentes o trauma pela perda das suas economias e de seus ente-queridos falecidos, a desestruturação das famílias e o consequente desequilíbrio na esfera económico-produtiva, a destruição do tecido social, os desequilíbrios ecologico-ambientais, a emigração para as cidades, entre outros. Mesmo na atualidade, os efeitos da guerra são, todavia visíveis e têm afectado negativamente o estado psicoemocional dos comunários de *Ekovongo* e dos habitantes das comunidades rurais em geral, tal como se pode perceber no testemunho seguinte:

As pessoas no meio rural ficaram carentes quase de tudo, pelo facto de que perderam as casas, os animais, enfim, todos os haveres que tinham e, sem sombra de dúvidas, isso afetou a moral, a psique, em fim, a mente de cada um dos integrantes do meio rural. (EAGEXTNR-4:MA)

Os problemas acima mencionados agravaram-se com as transformações socioeconómicas iniciadas com a adopção de um modelo de desenvolvimento de tipo ‘capitalismo selvagem’, sustentado por uma economia extrovertida orientada fundamentalmente na exploração e exportação de matérias-primas, que não oferece quaisquer oportunidades às populações mais carenciadas, principalmente aquelas residentes nas comunidades rurais. As transformações socioeconómicas em curso na comunidade de *Ekovongo* têm afectado sobremaneira a vida dos comunários, ao ponto de alguns serem arrastados para uma situação de vulnerabilidade social. Os comunários em situação de vulnerabilidade não dispõem de condições materiais que os habilite a assumir qualquer iniciativa económica, com o fito de obter rendimentos para a satisfação das necessidades básicas e melhorar a sua condição social. Para esses, não restam alternativas senão refugiar-se aos vícios de consumo de bebidas alcoólicas como alude o desabafo de uma comunária.

No passado, os adultos também consumiam bebidas alcoólicas, mas não como atualmente. De tanto beberem, alguns adultos também não realizam atividades para desenvolver as suas vidas e quando vêem os outros que trabalham muito para ter algo começam a criar inveja e ódio; no passado as pessoas bebiam, mas não de modo exagerado como hoje, inclusive há pessoas que não fazem mesmo nada e passam todo o seu tempo a consumir bebidas alcoólicas e querem comer bem como os outros. Portanto, em alguns aspetos da vida estamos a desenvolver mas em outros aspetos estamos estagnados. (GDA-2:MA)

Além dos problemas psicosociais e emocionais, existem outros factores que derivam do modelo de desenvolvimento vigente no País, pois, tem implicações negativas na esfera socioeconómica devido, sobretudo, ao facto de o mesmo ser suportado por uma economia centrada fundamentalmente na exploração do petróleo e diamantes como únicos produtos de exportação, relegando ao esquecimento o sector primário que absorve o maior número de trabalhadores que são maioritariamente habitantes das comunidades rurais.

b) Imediatismo e ganância

Em *Ekovongo*, apesar das tentativas de associativismo atrás referenciadas, os comunários não têm beneficiado de ações formativas que lhes aportem conhecimentos técnicos e os capacite para um maior desempenho nas atividades

agrícolas que desenvolvem. Na sequência da situação de quase abandono, alguns comunários apostam em outras atividades, preferencialmente o serviço de moto-taxi e o comércio informal que trazem resultados imediatos. O testemunho que se segue reflete este problema.

Há pessoas que dizem: eu não invisto na terra para esperar tanto tempo pelos resultados. Invisto naquilo que me dá resultados em pouco tempo; uma pessoa que pensa assim corre o risco de estagnar-se, visto que, quando se cultiva a mandiocueira, por exemplo, ela pode levar um ou dois anos para dar tubérculos. (GDA-2:MA)

O imediatismo, a ganância e o consumismo próprios das sociedades modernas, que no caso vertente atingem profundamente os habitantes de *Ekovongo* e das comunidades periféricas não se limitam às atividades informais, porquanto, muitos comunários passaram a relacionar-se com a natureza impulsionados pela perspectiva economicista, tomando-a como fonte de exploração de recursos que se destinam à comercialização e obtenção do lucro. A natureza passa a ser valorizada apenas pelos recursos que oferece para a satisfação das necessidades imediatas, descartando outros aspectos de capital importância para a vida das gerações presentes e futuras.

c) Problemas ecológico-ambientais

O imediatismo e a ganância constituem factores impulsionadores da degradação ambiental nas comunidades rurais *ovimbundu*, de tal sorte, que em poucos anos, a comunidade de *Ekovongo* e o conjunto das comunidades rurais da Região Centro-Sul ficaram desprovidas da rica flora que estruturava o seu panorama ecológico-ambiental e com ela desapareceram os recursos a ela associados. Os depoimentos que se seguem refletem este problema.

Os comunários se relacionam constantemente com o meio ambiente de onde retiram bens para a sua sobrevivência. Tem havido apelos das autoridades de modo a que tenhamos atitudes responsáveis com o meio ambiente. Infelizmente, há sempre pessoas que violam esses apelos e protagonizam atos agressivos contra o meio ambiente; uns derrubam árvores a fim de produzir carvão vegetal para comercializar nos mercados da cidade. Outros realizam queimadas para caçar animais de pequeno porte. Atualmente, devido a essa agressão contra as florestas as tempestades intensificaram-se e as chuvas reduziram consideravelmente. (EC-10:HA)

Se observares aquela mata que acolhe o cemitério comunitário, toda a periferia da nossa comunidade era mesmo assim, rodeada de uma mata com uma vegetação densa e diversificada. Hoje, porém, já não estamos a colher cogumelos como antes, quando a floresta era quase virgem; (...) Os nossos avós como viveram e morreram nos tempos

em que tudo estava intacto não sofreram tanto como nós. Hoje em dia estamos a observar coisas que antes não observávamos; os fertilizantes modernos como o adubo, por exemplo, tenho-los aqui em casa. Mas, se os aplicar no solo, uma, duas ou três vezes, o mesmo já não produzirá, mas os fertilizantes naturais tornam o solo produtivo por muitos anos; a produção da cebola, do tomate, do repolho, etc., era feita com a aplicação de fertilizantes naturais principalmente da cinza. Agora que estamos aplicando os fertilizantes modernos o solo está empobrecendo. (EGC-11:HAC)

Entretanto, o imediatismo, o consumismo e a ganância na busca do lucro, a atitude e o comportamento dos comunários na relação que estabelecem com a natureza, assim como os problemas ecológicos e ambientais que derivam desse processo, não devem ser analisados isoladamente, uma vez que, configuram um conjunto de perversidades que são promovidas e dinamizadas pelo modelo de desenvolvimento vigente no País, descomprometido com as funções próprias de um Estado Democrático e de Direito, que, sob a capa de liberalização económica impõe um capitalismo selvagem. Os habitantes das comunidades rurais, e, em particular, os comunários de *Ekovongo* que são uma das principais vítimas das injustiças promovidas por este modelo de desenvolvimento não dispõem de alternativas senão explorar ao máximo as florestas que a mãe natureza oferece. As narrativas que se seguem descrevem o quadro desolador que caracteriza a problemática ambiental, tanto em *Ekovongo*, como no conjunto das comunidades rurais da Região Centro-Sul de Angola.

Quando nós começamos a intervir havia áreas bastante povoadas que hoje são praticamente desertos, porque as pessoas foram cortando as árvores para produzir o carvão, que era a principal fonte de subsistência e hoje a floresta está completamente degradada e com ela estão também degradados os recursos a ela associados; Tudo isso diminuiu a possibilidade de haver animais para a caça, inclusive secaram as nascentes de água, as abelhas e os insetos desapareceram, o que pressupõe que os camponeses já não contam com o mel, nem com as plantas medicinais, em fim, tudo isso em conjunto degradou-se. (EAGEXTNR-4:MA)

Da análise que faço, da convivência que tenho junto da comunidade, acho que existe um ciclo vicioso que não será tão cedo quebrado; o que os comunários fazem? Derrubam uma árvore e não plantam nenhuma, mas têm que derrubar porque precisam do combustível que é a lenha ou carvão vegetal para vender; com isso, os comunários resolvem um problema, mas em contrapartida não existe ainda uma cultura de regeneração ou renovação desta flora existente na região. Este é um dos aspetos da má utilização do meio ambiente. Nos últimos dias, tem passado uma publicidade na Televisão que diz: “se usarmos uma botija de gás poupamos muitas árvores”; este é um exemplo para

termos uma ideia de quantas árvores são derrubadas para fins de combustível na zona rural e urbana. Por um lado, não existe a cultura de renovar a flora; por outro, não têm recursos e se calhar também a fraca oferta do combustível; e, também a utilização dos solos; acho que os agrónomos poderão explicar melhor como é que as comunidades utilizam os solos, a cultura de tratamento da água, pois, nós instruímos que a população deve ferver a água para beber e para isso precisa de lenha e carvão vegetal porque o gás não chega até lá. Mesmo aqui na cidade, quando o gás chega custa 1000,00 kz (mil Kwanzas), um valor que não é pouco ao bolso do cidadão comum. (EAGEXTNR-1:HA)

Há pessoas que a dada altura deixaram de praticar a agricultura propriamente dita e passaram ao abate indiscriminado de árvores, assim como à caça furtiva; ao nível da Província do Bié esses dois aspetos podem ser considerados de prioritários nos programas de proteção do meio ambiente. Há muitos jovens que ultimamente já não querem pegar na enxada e cultivar; esses querem o lucro fácil e praticam o abate indiscriminado de árvores para a produção de carvão vegetal e que tem sido a sua principal fonte de rendimento. Estão a devastar as florestas e ao comercializar o carvão nos mercados da cidade, muitos deles aproveitam as horas mortas para escapar da fiscalização; outros negociam com os transportadores para esses irem diretamente ao local de produção a fim de transportarem o carvão. Essa prática tem influenciado negativamente na cobertura vegetal desta região; devo acrescentar que o principal objetivo desses jovens é conseguir dinheiro para comprar uma moto e com ela passar para a atividade de moto-taxi. Portanto, é uma situação muito difícil que nos tem levado a sensibilizar as populações locais, envolvendo as administrações locais, assim como os sobas, sobre o perigo que essa agressão representa para o meio ambiente e acima de tudo para a sobrevivência do próprio ser humano. Em algumas áreas estamos a verificar alguma mudança porque aquele que conseguiu a motorizada deixa de praticar o derrube indiscriminado de árvores, mas noutras áreas a situação é ainda preocupante e o impacto sobre o ambiente é negativo. (EAGEXTNR-2:HA)

Os problemas que permeiam o panorama ecológico e ambiental de *Ekovongo* expressam uma manifestação da racionalidade antropocêntrica que induz o homem na aventura de dominar a natureza e extrair dela recursos para a satisfação das suas necessidades; ao mesmo tempo denunciam a natureza depredadora do capitalismo selvagem que caracteriza o modelo de desenvolvimento vigente em Angola. A atitude e o comportamento dos comunários na relação com o meio ambiente representam uma tendência de coisificação da natureza, que deve ser invertida com a implementação de programas de educação ambiental junto das comunidades rurais. Entretanto, os programas de educação ambiental por si só não constituem

uma solução do problema à médio e longo prazos se o Estado, ao invés de adotar políticas de equidade social, insistir irremediavelmente com o actual modelo que promove a injustiça social.

d) A inércia da liderança comunitária

Nas representações culturais, isto é, na memória histórica, cultural e política das populações da Região Centro-Sul e das suas periferias, *Ekovongo* representa, ainda que simbolicamente, a capital onde se situa a Corte – Símbolo do Poder do Reino do Bié enquanto Estado Pré-Colonial. Esse estatuto historicamente construído, domina o imaginário dos comunários de *Ekovongo* como um bem que simboliza a autoestima colectiva, outrora perdida em circunstâncias de uma invasão externa, no âmbito da colonização, mas que, se atualiza na contemporaneidade, e, que, poderia ser revitalizado no contexto da construção de um Estado Democrático e de Direito em Angola. Um dos indicadores desta tendência é a manutenção da denominação *Ombala Ekovongo*, o que em português se traduziria por Reino de *Ekovongo*; outro indicador da mesma tendência consiste na revitalização da Figura do Rei, embora com uma denominação reducionista de Regedor. Além do Regedor e seu Adjunto que representam o Poder Costumeiro, *Ekovongo* conta ainda com um Administrador que representa a Administração Municipal do Kuito. No entanto, os comunários não vêm na liderança dinamismo e protagonismo necessário para corresponder com as suas expectativas de integrarem os órgãos provinciais, onde se tomam decisões políticas. Daí, o seguinte desabafo:

Repare! *Ekovongo* é que deveria ser o centro administrativo da Província do Bié e não o Kuito. O erro cometido aqui foi a expulsão do missionário Sanders; os outros da comunidade vizinha de Kamundongo estão representados nos órgãos de decisão ao nível provincial e não só. O problema de *Ekovongo* foi a acusação de que o Soba expulsou o missionário Sanders e levou consigo palhaços quando visitou Portugal. Não fosse essa acusação, o Centro Administrativo e de decisão ao nível do Bié seria aqui no *Ekovongo*; os responsáveis, sobas e regedores do Kuito subordinar-se-iam ao *Ekovongo*. Se os sobas tivessem a coragem seriam eles os porta-vozes da população; o governo baixa orientações no sentido de auscultar as necessidades da população mas, como os sobas beneficiam de alguma coisa, já não estão a ter a coragem de transmitir as necessidades dos outros. (EC-1:HAC)

Para os comunários, a inércia da liderança tem contribuído na manutenção do *statu quo* herdado da administração colonial, pelo qual *Ekovongo* passou a ser considerado simplesmente como uma comunidade rural e tratado sem quaisquer prerrogativas que lhe possam elevar para outros patamares de desenvolvimento. Na realidade, *Ekovongo* é uma comunidade com muitas potencialidades, mas, não tem visibilidade na arena cultural, política e económica da Província, muito menos no

contexto da Região Centro-Sul. A sua população activa sente no dia-a-dia os efeitos dessa letargia e não cessa de endereçar críticas à liderança comunitária, como atestam os testemunhos que se seguem:

A nossa comunidade carece de uma liderança competente que possa dirigi-la rumo ao desenvolvimento. São muitas as localidades do país que viveram a mesma situação de guerra, mas como têm boa liderança já se restabeleceram; nós continuamos a atravessar muitas dificuldades nas nossas vidas. Os jovens querem avançar para frente, praticar o desporto e contribuir ao crescimento da comunidade, mas os invejosos procuram estagnar os jovens; (...) Digo isto porque temos aqui jovens talentosos que poderiam integrar os clubes nacionais de futebol ou jogar nos clubes de outros países, mas há sempre pessoas a criar-lhes dificuldades de vária ordem. Se o governo pudesse apoiar-nos daqui sairiam grandes estrelas de futebol .(GDJ-1:HJ)

Nós juventude feminina já tivéramos iniciado com os treinos de basquetebol sob os auspícios da professora Isabel em 2008. Quando ela trouxe o uniforme para as praticantes da modalidade os beneficiários foram os adultos e nós ficamos preteridas; o caricato é que eles e elas que beneficiaram da oferta nunca treinaram e usam o uniforme de maneira inapropriada. Nós tivemos que comprar o uniforme com o nosso próprio dinheiro; já sentíamos algum crescimento porque coríamos e treinávamos. A partir do momento em que a professora deixou de trabalhar aqui nesta comunidade sentimos o endurecimento dos nossos músculos. (GDJ-1:MJ)

Para o senso comum, a inércia pode ser entendida como apatia, inactividade ou mesmo estagnação, e tem sido referenciada como um dos principais fatores de insucesso de qualquer organização. No concernente à liderança comunitária, a inércia constitui um potencial freio ao seu desenvolvimento, posto que, a comunidade é um espaço onde as coisas têm de acontecer para dar sentido à vida e onde os homens devem evoluir e progredir para alcançar o bem-estar colectivo. A comunidade constitui, tal como se tem mencionado reiteradas vezes, uma forma de organização onde as pessoas interagem num complexo sistema de relações intersubjetivas, em que tem lugar a produção de significados e sentidos, que são posteriormente reelaborados e organizados em forma de conhecimentos, saberes, técnicas, códigos de conduta, hábitos e costumes, tradições, valores éticos e estéticos, princípios, crenças e espiritualidade, que são componentes que estruturam a sua matriz cultural e definem a sua identidade como organização social.

Quando se aborda a problemática de desenvolvimento de uma comunidade ou sociedade, a tendência é de acometer aos líderes a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da ação colectiva. No entanto, a realidade demonstra que o processo em si está impregnado de contingências políticas e de transformações que requerem da

participação de todos os seus membros. No caso de *Ekovongo*, além das debilidades organizacionais e técnicas próprias de uma comunidade ágrafa, que acompanham os processos de transição em curso, há que considerar as circunstâncias políticas e culturais exógenas, que, ao longo dos últimos cem anos vêm condicionando os processos de seu desenvolvimento comunitário. As circunstâncias políticas e culturais iniciaram ainda no período da Administração Colonial, no âmbito da qual o Estado Pré-colonial viu as suas instituições políticas marginalizadas e o Rei transformado em simples representante do Poder Costumeiro, e, nesta condição ficou reduzido ao estatuto de intermediário das relações entre o Administrador e os habitantes da comunidade. Desde então, iniciou-se um processo de imposição cultural que visava obrigar os autóctones a renunciarem da sua idiossincrasia e da sua identidade cultural, para supostamente serem considerados assimilados ou civilizados enquanto condição para adquirir a cidadania portuguesa. Já no período pós-colonial, o Estado Independente e as elites do poder trataram de reproduzir a política colonial e declararam um combate cerrado contra os chamados representantes do Poder Costumeiro ou simplesmente Autoridades Tradicionais, por serem considerados como meras relíquias do passado, inimigos da revolução e do progresso modernista, que serviram como instrumento da colonização e que devem ser eliminados. Com o agravamento desta situação renovada em 1975, em que as Autoridades Tradicionais ficaram excluídas do ordenamento jurídico-constitucional, os seus representantes remeteram-se na clandestinidade para escapar da sua eliminação física e aqueles que não puderam desapareceram. Seria necessário esperar pela Constituição Atípica de 2010, no âmbito da qual se procedeu ao reconhecimento dessas figuras, mas, sempre com o mesmo estigma de Autoridades Tradicionais, sem nenhuma clarificação das suas funções. Neste contexto, a inércia dos líderes costumeiros de *Ekovongo* e demais comunidades autóctones *ovimbundu* devem ser entendidas como uma tática de sobrevivência política.

9.15.3. Os problemas estruturais

Em um modelo de desenvolvimento de tipo ‘capitalismo selvagem’ sustentado por uma economia extrovertida assente fundamentalmente na exploração de petróleo, diamantes, etc, para a exportação, as comunidades rurais acabam sempre excluídas do processo, visto que, não são consideradas como realidades que devem ser objeto das políticas públicas. No caso vertente, a implementação deste modelo é agravada por um conjunto de problemas estruturais que constroem o desenvolvimento das comunidades rurais e de *Ekovongo* em particular, como se poderá perceber em apartados que passamos a desenvolver mais adiante.

a) A planificação centralizada

A planificação é uma das funções da gestão de qualquer organização, e, por conseguinte, uma das virtudes da racionalidade moderna; como instrumento de racionalização da ação do homem, a planificação exerce um papel de destaque na orientação das colectividades humanas e das sociedades; enquanto instrumento de racionalização e controlo dos sistemas de produção e de distribuição de bens, a planificação ocupa um lugar de destaque na configuração e desenvolvimento dos estados modernos. Entretanto, a planificação se torna um instrumento de racionalização e controlo dos sistemas de produção e de distribuição de bens extremamente centralizado nos países de orientação socialista; primeiro na antiga URSS e posteriormente extendido a outros países que abraçaram o modelo similar.

Em Angola, longe de ser um instrumento de racionalização, a planificação centralizada tornou-se um mecanismo de promoção das assimetrias regionais e das desigualdades sociais, visto que, os planificadores não decidem com base nas necessidades locais. Mesmo nos casos em que as autoridades municipais apresentam relatórios que refletem a realidade social das suas circunscrições, os planificadores tratam de ignorá-las, colocando os seus interesses acima das necessidades locais. Apesar de teoricamente existirem algumas iniciativas tímidas de programas ¹²⁴ orientadas para as comunidades rurais, a sua realização é praticamente nula, visto que, as prioridades consensualmente aprovadas em conselhos de auscultação locais não aparecem refletidas nesses documentos. Essas dicotomias quer entre a teoria e a prática, quer entre os interesses da elite do poder e as necessidades locais constituem um verdadeiro freio ao desenvolvimento integrado das distintas regiões do País e das comunidades rurais. Os depoimentos que se seguem refletem essas assimetrias.

Acho que este tema ainda é um desafio atual! Reportemo-nos ao fim da guerra que terminou recentemente e existem muitas leis que advogam o desenvolvimento das comunidades; penso que é um dos aspetos teóricos que tem a ver com o exercício da Administração Local. Eu tenho conhecimento, por exemplo, de muitos treinamentos que são realizados junto das comunidades; há várias experiências em que se elaboram programas e projetos ao nível das comunidades; mas, pela experiência, pelo conhecimento que tenho da realidade e da análise que se faz, verificamos que, infelizmente, a nossa planificação ainda é centralizada; nisso tudo, parece que o único empregador e fonte de recursos, ainda é o Estado. Nós verificamos que na prática já há prescrições junto das comunidades; os processos, as políticas em termos teóricos de leis existem. Foram estabelecidos os conselhos de auscultação municipais e comunais onde as comunidades são ouvidas;

¹²⁴ Programas Integrados Municipais de Desenvolviemnto Rural e Combate à Pobreza.

já existem. Isto é uma realidade! As comunidades são ouvidas, mas o certo é que as informações vão ao Município e depois têm que ir até ao nível central. Mas é aquilo que eu disse; nem todas as preocupações que são apresentadas pelas comunidades encontram respaldo na altura de elaboração dos planos e orçamentos. Então, caímos no orçamento centralizado. (...) Se existem escolas, qual é a prioridade? A prioridade é treinar os professores; mas o que se verifica atualmente é que, quando se planifica o Orçamento Geral do Estado, os itens estão já padronizados; naturalmente, isso tem impacto nas comunidades. Quer dizer, não há como enquadrar as necessidades das comunidades nessa planificação padronizada. Significa que nunca estariam lá todas as necessidades das comunidades, mas, pelo menos que algumas aldeias possam ter prioridades que constem do plano; de contrário, planificam-se ações cabimentadas no Orçamento Geral do Estado, mas não constituem prioridades das aldeias. Essa é uma cultura que irá evoluir se calhar pelo próprio exercício do governo nos próximos tempos, isto é, institucionalizar as autarquias, conferir-lhes a devida autonomia e por via disso, elaborarem os planos e orçamentos próprios. (...) Cientificamente, não podemos iniciar uma ação só porque se trocou o António e em seu lugar veio o João e logo reinicia o processo; infelizmente, tem sido assim, e não há uma sequência lógica, porque não existe um perfil que orienta as ações. Quando se pergunta: qual é a prioridade? É comum ouvir dos administradores: vamos meter ali uma estrada, etc; quer dizer, ações práticas com base em critérios mais ou menos aleatórios. (EAGEXTNR-1:HA)

Ora, toda a planificação deve ser antecedida de um diagnóstico da realidade através do qual se procede a uma inventariação de todos os problemas, para em função disso passar-se à identificação das necessidades prioritárias, que devem constar dos programas e servir de orientação dos agentes que participam dos processos de desenvolvimento. A prática tem revelado procedimentos incompatíveis com este princípio básico tal como se denota nas seguintes expressões:

Entretanto, há um especto que tem constrangido este processo na medida em que, aqueles que desenham os programas não conhecem a realidade do local onde vão ser implementados; são programas concebidos de maneira abstrata sem conhecimento prévio das condições locais. Por norma, o desenho de um programa deve ser precedido de um inquérito junto da comunidade em que o mesmo vai ser implementado; em função dos resultados do inquérito passa-se ao desenho de programas e este procedimento facilita a sua implementação. (...) O que é necessário aqui é inverter o sistema, isto é, em vez de desenhar programas a partir do topo sem conhecimento prévio da realidade, passar-se a uma estratégia que começa por um levantamento da realidade local. (EAGEXTNR-3:HA)

O normal seria realizar um inquérito com os líderes da comunidade para saber deles o que desejam e não reunir apenas com os sobas, porque esses são figuras simbólicas que não possuem o poder de facto. O soba também é uma cabeça, é líder, mas sem poder real; um catequista ou um pastor deveria ser incluído no conselho da comunidade, uma vez que as igrejas já implementam o sistema educativo vigente. Em meu entender, o objetivo imediato do campo é, pelo menos um camponês saber escrever o seu nome, saber apresentar algumas coisas; no entanto, o objetivo principal e a longo prazo, ele tem de saber intervir em algo que amanhã lhe vai dar resultados. (EAGEXTNR-3:HA)

As dicotomias entre a teoria e a prática, assim como entre os interesses do centro do poder e as necessidades das comunidades rurais expressam a contradição do modelo de desenvolvimento vigente em Angola, no qual coexiste a economia de mercado e um sistema de distribuição neopatrimonialista, sendo este último exclusivo para a elite do poder e seus associados; em sua vertente teorica assenta nos fundamentos e princípios do modelo socialista de gestão do Estado, enquanto a prática evidencia claramente um capitalismo selvagem, que promove o empobrecimento generalizado e agrava a cada dia que passa a situação social das populações, principalmente aquelas que residem nas comunidades rurais.

b) Debilidades na operacionalização das políticas e programas

Desde o fim da guerra em 2002, Angola vem ensaiando políticas e programas de desenvolvimento, cuja implementação revelou-se bastante complexa devido a uma multiplicidade de intervenientes sectoriais; de 2004 a 2009, o Governo implementou a denominada Estratégia de Combate à Pobreza, Reinserção Social, Reabilitação, Reconstrução e Estabilização Económica, que foi coordenado ao nível da Estrutura Central pelo Ministério do Planeamento. A estratégia foi concebida por uma Comissão Interministerial criada pelo Conselho de Ministros e o seu monitoramento e avaliação eram da responsabilidade de uma Comissão Técnica Multisectorial. Para a sua operacionalização estava prevista a criação de comissões provinciais de implementação e avaliação, o que não aconteceu por falta de pessoal com capacidade técnica requerida em empreendimentos de grande dimensão. De 2011 a 2016 implementou-se o denominado Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza da responsabilidade do Presidente da República, cuja coordenação era atribuída à Secretaria dos Assuntos Sociais da Presidência da República que presidia a Comissão Interministerial, denominada Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza (CNLP), que deve assegurar a sua implementação e proceder a articulação com as unidades técnicas provinciais e municipais, respectivamente. Sem pretender entrar em detalhes importa referir que

a primeira estratégia tinha como objetivos: consolidação da paz, combate à pobreza, garantir o acesso equitativo aos bens necessários à vida (água potável, energia, saneamento básico e habitação); a segunda propunha-se a integrar os grupos vulneráveis da população na economia com destaque para a agricultura familiar, garantia de acesso aos serviços sociais básicos, maior participação das comunidades na tomada de decisões ao nível local, entre outros.

Ora, quanto aos resultados de ambas as estratégias, apesar das dificuldades de acesso aos relatórios de avaliação, importa referir que houve alguns progressos na construção de infraestruturas básicas como escolas, postos de assistência sanitária e furos artesianos para abastecimento de água potável em algumas comunidades rurais. Entretanto, a análise dos relatórios de estudos realizados sobre esta matéria revelam, que ao termo de cinco anos de implementação prevista, ou seja, em 2009, verificou-se uma regressão devida, sobretudo, a problemas estruturais, nomeadamente, a distribuição fragmentária das dotações orçamentais aos diversos sectores, o que dificulta averiguar se as mesmas se destinaram aos propósitos da estratégia ou se foram desencaminhadas para outros projetos, a fraca capacidade das instituições, quer em capital humano quer em dispositivos técnicos (instrumentos de acompanhamento, monitoria e avaliação) para determinar a eficácia e a relevância das intervenções realizadas, enfim, o impacto dessas estratégias na vida das populações rurais, particularmente na redução dos níveis de pobreza. Por outra, importa referir que entre 2008 e 2009, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou um Inquérito sobre o Bem-estar da População (IBEP), cujos resultados revelam que a pobreza teve uma redução de 68% para 36,6% em 2009; mas, ainda assim, a percentagem de pobres no meio rural era de 58% no mesmo ano. Os problemas estruturais ora mencionados fazem com que a implementação dos programas não tenha a continuidade por não haver condições de sustentabilidade. Os testemunhos que se seguem ilustram essas debilidades.

No caso dos municípios temos lamentado muito, visto que, tudo é empurrado para o sector da agricultura porque os demais não possuem ali estruturas organizadas. Para todas as questões pontuais recorre-se aos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Agrário. (EAGEXTNR-3:HA)

Repare, que temos aquele programa de extensão e desenvolvimento rural para combate à pobreza que está a ser implementado na área de Ringoma e Umpulu que inclui um projeto de construção de uma vila com infraestruturas; construiu-se um posto de saúde muito pequeno e foi preciso construir um outro, assim como duas escolas. Entretanto, os outros projetos que incluíam a construção de residências para técnicos que trabalham naquela área não foram implementados até a presente data; são projetos que eles conceberam a partir do topo, mas os responsáveis pela sua implementação falharam por não conhecerem as condições locais. (EAGEXTNR-3:HA)

Além da falta de condições técnicas e humanas para criar estruturas funcionais para garantir a sustentabilidade das estratégias ao nível dos municípios, existem ainda problemas de articulação das estruturas de base com as intermédias e centrais. Por exemplo, regista-se uma falta de alinhamento dos projetos municipais com o Plano Nacional de Desenvolvimento. A mesma situação ocorre com a gestão orçamental; os municípios vivem uma forte dependência financeira perante a Direção Provincial do Ministério das Finanças, e, isso tem implicações na gestão orçamental. Além disso, uma parte significativa dos orçamentos é canalizada através dos investimentos consignados aos programas ministeriais que são nacionais. Por conseguinte, os municípios não dispõem de autonomia suficiente para implementar programas desenhados com base nas realidades locais da sua área de jurisdição. Todas estas distorções constituem barreiras ao desenvolvimento das comunidades rurais.

c) Défice de infraestruturas e de organização funcional dos serviços básicos

O desenvolvimento é um processo político de emancipação das comunidades humanas. A sua realização não pode prescindir da intervenção do Estado que tem a responsabilidade de providenciar os serviços básicos para melhorar as condições de vida das populações residentes nessas comunidades. Apesar de *Ekovongo* e suas congéneres disporem de algumas infraestruturas básicas (escolas, postos sanitários, chafarizes e estradas), os comunários enfrentam enormes dificuldades devido, por um lado, à falta de energia eléctrica, de serviços de transportes públicos e de serviços de captação e canalização de água para a agricultura; por outro, devido ao mau estado em que se encontram as estradas e à qualidade dos serviços prestados pelas unidades sanitárias locais. Relativamente ao mau estado das estradas e à falta de água para a agricultura, o testemunho a seguir corrobora desta constatação.

Para nós, o obstáculo para o desenvolvimento é a estrada que serve de ligação entre a cidade e a nossa comunidade; o estado da nossa estrada é lastimável. Agora, como nos encontramos na estação seca, as pessoas circulam nela, embora com algumas dificuldades, mas quando chegar as chuvas teremos sérias dificuldades de circular nela; se um indivíduo conseguir fertilizantes à crédito, colher o seu repolho e fretar uma viatura para transportar até aos mercados da cidade, talvez a mesma não poderá chegar cá na comunidade devido a degradação da nossa estrada. Este é um dos assuntos que o governo deveria priorizar porque retarda o nosso desenvolvimento; aqui na nossa região, a estação seca inicia logo em Abril e se prolonga durante os meses de Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro até ao mês de Outubro. Por isso temos carências de água para a atividade agrícola;

os rios perdem o caudal e não conseguem abastecer os canais artesanais de irrigação. São vários artifícios que temos de colocar em ação: desde a procura de água e de fertilizantes até aos custos com a mão de obra. No entanto, no momento de fretar a viatura para transportar os produtos aos mercados da cidade, nos meses de Novembro e Dezembro, a mesma fica soterrada a meio do percurso, devido aos buracos, sobretudo no trecho arenoso da área de Kalwaseko; o tempo que a viatura leva para conseguir sair de um buraco a outro pode somar três dias de viagem e os produtos do campo como são perecíveis ficam desidratados e com isso perdem o valor de compra. (EGC-13:HJ)

A par do mau estado das estradas, há dificuldades de acesso aos serviços sanitários, que raras vezes são visitadas pelos serviços municipais de inspecção e fiscalização. Ora, as unidades sanitárias constituem um serviço, sem o qual, a vida se torna praticamente impossível; logo, quando os serviços que prestam não satisfazem as necessidades elementares, os comunários não encontram outra alternativa senão o recurso à medicina tradicional ou natural. Neste particular, tanto os comunários, como os agentes externos de desenvolvimento se mostram preocupados com a qualidade de serviços prestados nessas unidades, conforme se denota nas seguintes expressões:

Não se registou progressos visíveis nos últimos dez anos; mas gostaria de falar um pouco do posto de saúde por estar muito próximo do meu local de trabalho; ali temos constatado uma série de irregularidades. Senão vejamos: as entidades responsáveis pela saúde pública distribuíram uma norma que estabelece que todos os partos devem ser acompanhados por especialistas da saúde enquadrados nos postos e centros de saúde; por isso, o posto de saúde local foi reforçado com mais uma parteira, para além daquelas que ali já trabalham. Mas, ainda assim, verificou-se um caso triste de uma senhora residente nesta comunidade que veio ao posto para dar luz ao seu bebé, e não se sabe lá muito bem se foi mal atendida ou abandonada; o certo é que ela teve o seu bebé vivo mas horas depois o mesmo acabou por falecer devido a falta de assistência. Caso semelhante tivera acontecido com uma senhora que vinha de uma comunidade vizinha. Não sabemos qual foi a medida tomada em relação estes dois acontecimentos, ou se os casos foram ocultados; como é outra área, apenas tomamos conhecimento, mas pensamos que tal não pode acontecer por mais vezes, pois, são atitudes que devem ser condenadas e combatidas por todos nós. (EAGEXTER-3:HA)

As debilidades funcionais dos serviços sanitários são transversais à todas as comunidades rurais, tendo em conta que, essas unidades não dispõem de ambulâncias que podem evacuar os doentes para os hospitais que oferecem uma assistência abrangente; nesse contexto, os comunários se vêem obrigados a

improvisar meios ao seu alcance para socorrer os seus ente queridos quando se acham assolados por uma enfermidade que requer uma intervenção de alto nível. O testemunho a seguir descreve este drama que as populações residentes nas comunidades rurais experimentam no dia-a-dia.

Durante a semana em que nos encontrávamos em formação fomos realizar aulas práticas numa comunidade chamada Kalila adstrita à Comuna da Chipeta e logo que chegamos encontramos o próprio soba gravemente doente; como não havia transporte os comunários trataram de pegar num cobertor para improvisar uma tipoia e levar o mesmo ao hospital comunal. Em primeira análise, a nossa cultura também influencia muito neste tipo de situações; em segundo, o próprio governo também tem culpa nisso, visto que, quando se cria um posto médico junto das comunidades os mesmos servem apenas para consultas, pois, para conseguir medicamentos os comunários se vêem obrigados a deslocar-se para os centros urbanos onde podem os adquirir, e na maioria dos casos os populares não possuem poder financeiro para custear a deslocação. (...) Daí que, em vez de ir ao posto médico, o comunário prefere ir ao quimbanda¹²⁵, porque sabe que, ainda que for ao posto médico ali vão passar a receita, mas não há medicamentos e o doente grave poderá sucumbir; logo, é preferível ir ao quimbanda porque ele pode socorrer de imediato. (EAGEXTNR-3:HA)

Outro problema relacionado com o funcionamento das unidades sanitárias implantadas nas comunidades rurais prende-se com a falta de medicamentos para acudir as diversas patologias que assolam as populações. Nos casos em que os comunários acorrem aos postos sanitários por necessidades específicas ou em busca de tratamento materno, os medicamentos que lhes são receitados e administrados nem sempre correspondem com as suas expectativas. Esta situação cria receios, de tal sorte que, mesmo quando se encontram enfermos preferem permanecer nos seus aposentos à espera que o pior aconteça. O desabafo do comunário reflete este problema.

Muitas pessoas doentes acabam por morrer; algumas mulheres grávidas ao serem operadas fecham-lhes a faculdade de procriarem, mesmo estando em plena idade reprodutiva. Todos estes problemas deveriam ser inventariados e apresentados pelos sobas nas reuniões com o governo; infelizmente, eles não estão a exercer este papel; o indivíduo dirige-se ao posto de saúde local, porque lhe dói a cabeça ou estômago, mas, dão-lhe medicamentos que não correspondem com

¹²⁵ *Quimbanda* na língua *kimbundu* ou *Tchimbanda* na língua *umbundu* são denominações atribuídas aos médicos tradicionais que, a par dos serviços convencionais de saúde prestam assistência sanitária, não só nas populações residentes nas comunidades rurais, mas também naquelas que residem nas cidades.

a doença que tem; aquele indivíduo que tem febres e dores da coluna lombar dão-lhe aquelas vitaminas para mulheres grávidas; afinal essas vitaminas servem para reforçar o desenvolvimento do feto ou são medicamentos para tratar a coluna lombar. (...) No passado não conhecíamos doenças como, pressão arterial, estômago, etc.; inclusive, algumas enfermidades de que padecemos atualmente, advêm do consumo de produtos importados e, nós próprios julgamos que estamos a comer bem, mas, pelo contrário, não estamos a comer bem; até o nosso sangue está a ressentir-se disso, porque, já não consumimos produtos nacionais que davam força no corpo. (EC-1:HAC)

Além das debilidades acima descritas, *Ekovongo* e suas congêneres enfrentam um problema relacionado com os trabalhadores externos residentes; a falta de serviços básicos (energia eléctrica e transportes) e o débil funcionamento dos que existem nessas comunidades constroem o desempenho dos profissionais, nomeadamente dos educadores que lecionam nas escolas e dos enfermeiros dos postos sanitários, que não podem estar concentrados no seu labor devido aos factores que dificultam o exercício das suas funções. Frequentemente acontecem cenários em que o enfermeiro se desloca para a sua localidade de residência permanente a fim de visitar a sua família; no Posto Sanitário onde trabalha há um doente grave que precisa de primeiros socorros, mas ele encontra-se ausente. O mesmo ocorre com o professor que lecciona na comunidade onde permanece durante a semana, mas a sua residência permanente localiza-se na cidade; ele vive uma ansiedade por estar isolado da família e não dedica a devida atenção ao seu ofício.

Ele só reza para que chegue tão depressa o dia de sexta-feira para sair daí. Isto é o mesmo que se passa connosco; nós trabalhamos no Município de Katabola e de Kamacupa e aquele ambiente é muito monótono para nós, porque não existem coisas que nos animam. O governo nos colocou ali e não nos forneceu condições, apesar de que é difícil completar a 100% para um técnico ou qualquer pessoa colocada numa localidade distante da sua área de residência, mas pelo menos, algumas condições mínimas; a informação não deve faltar. Ninguém demora ali, fazem crédito de uma motorizada e eles não aparecem às segundas-feiras; só conseguem chegar na comunidade às terças-feiras e trabalham até às sextas-feiras, e, nestas, dispensam os alunos bem cedo porque não há transporte público senão contar com seu próprio meio de transporte. As populações dessas áreas deslocam-se a pé para ir vender e comprar algo que necessitam no seu dia-a-dia; às vezes, são os vendedores ambulantes que têm facilitado um pouco esse processo, isto é, eles deslocam-se para as comunidades e os comunários por sua vez, ao invés de percorrerem longas distâncias fazem encontros com os mesmos pelo caminho, onde vendem os seus

produtos a preços baixos e com esse dinheiro compram produtos mais caros que os ambulantes trazem; ou, às vezes fazem permutas. (...) Além disso, as vias de acesso às comunidades estão todas degradadas; o governo faz uma terraplanagem paliativa de 10km ou 20km mas as vias têm uma extensão que varia de 50 a 100 km. (EAGEXTNR-3:HA)

O déficit e as debilidades funcionais dos serviços básicos postos à disposição das comunidades rurais constituem os potenciais factores de estrangulamento a ter em conta na implementação das estratégias que visam combater a pobreza, promover a integração, o desenvolvimento e criar as condições de bem-estar das populações que residem nesses assentamentos.

d) Os problemas económicos

A abordagem do desenvolvimento da comunidade de *Ekovongo* e de suas congéres não pode prescindir dos problemas económicos que têm uma estreita relação com os aspetos sociais em toda a sua complexidade. À semelhança das comunidades rurais de outras partes do País, as comunidades rurais *ovimbundu*, embora se dediquem a outros ofícios, têm na agricultura e na criação de animais domésticos a principal base da sua economia. Os problemas económicos que os comunários de *Ekovongo* e suas congéneres enfrentam, vão desde a falta de apoios institucionais, passando pela marginalização promovida pelas políticas públicas que são incompatíveis com a realidade e as necessidades locais, até à falta de uma rede de mercados estruturados para a comercialização dos produtos. Não existe praticamente um serviço vocacionado em estabelecer a comunicação entre os produtores e os detentores do poder de decisão em matéria relacionada com a economia rural. A dicotomia na relação entre as partes faz com que haja a omissão da informação sobre os problemas que afectam a economia rural. O clamor do comunário retrata este problema.

Vocês que estão nas cidades, devem ajudar-nos no sentido de fazer chegar os nossos clamores junto das instituições competentes a fim de incentivarem-nos nestas tarefas; quem sente o cheiro da ferida é aquele que dela padece e aquele que dorme junto dele; mas aquele que dorme junto dele só sente o cheiro, e não a dor; aquele que dorme debaixo da árvore é que ouve o ressonar dos pássaros. (...) Digo isto, porque, se tivéssemos jornalistas que ficam na comunidade para dialogar com as pessoas e auscultar os seus problemas deveriam conhecer as nossas necessidades. (...) Este ano, quase todos os agricultores desta comunidade não tiveram uma colheita satisfatória de cereais, particularmente do milho, em razão de elevado preço dos fertilizantes. O adubo que o governo envia aqui na comunidade é

vendido e não é dado como se fazia em tempos passados; a maioria das pessoas não pode comprar o adubo, por não ter dinheiro. (EC-1:HAC)

Apesar de Angola ser um País de economia basicamente agrária, as políticas adotadas depois da independência, longe de superarem as distorções criadas nas comunidades rurais pelas políticas coloniais acabaram por aprofundá-las. Nos primeiros anos da Independência a que se seguiu a opção pelo socialismo em que predomina o paradigma da planificação centralizada, o Estado ensaiou um modelo de cooperativismo agrícola que não teve continuidade, devido, sobretudo, à intensificação da guerra civil, mas também, por não ser adequado à realidade das comunidades rurais. Com a transição em 1993 para uma economia de mercado, que evoluiu rapidamente para um capitalismo selvagem, a economia rural e a produção agrícola não foram consideradas prioridades, o que veio a agravar a situação de pobreza e a intensificação do êxodo rural protagonizado pela população activa. Para inverter a situação foram desenhadas e implementadas programas integrados municipais de desenvolvimento rural e combate à pobreza, que, devido aos factores aflorados em apartados anteriores produziram resultados magros e insuficientes para superar a actual crise que afecta profundamente as comunidades rurais. Além disso, as políticas descontextualizadas da realidade das comunidades rurais, a burocracia que lhe é inerente coloca a economia rural e os comunários que são maioritariamente produtores agrícolas em condição de marginalidade, visto que, se torna cada vez mais difícil aderir a esse processo. Nesse contexto, os comunários não dispõem de alternativas senão limitar-se à agricultura de subsistência, tal como se pode perceber nos depoimentos que abaixo seguem:

Na vertente económica, primeiro gostaria de dizer que as nossas comunidades dependem praticamente da agricultura e é a base fundamental; essa agricultura, devido ao facto de os solos estarem cada vez mais destruídos e associando-se a isto as chuvas que são cada vez mais intensas não têm capacidade para a correção e obtenção de elevados rendimentos. O que é que acontece? Eles não têm mais aquele potencial; quer dizer, nessa vertente eles não têm mais aquela capacidade que tinham como antigamente. Mesmo o governo deixou de investir nessa vertente; para dar exemplo, os fertilizantes para que o agricultor se estabilizasse e conseguisse pelo menos comprar uma bicicleta, ter pelo menos uma casa feita de adobos com o teto de chapas de zinco e a situação foi-se tornando cada vez mais difícil. (EAGEXTNR-3:HA)

No plano económico, trataríamos da questão da agricultura, em que podemos encontrar pessoas lúcidas na execução de atividades agrícolas, mas a maioria dedica-se mais à agricultura de subsistência, até uns somente cultivam milho e feijão e isto é praticamente um impasse no crescimento de um camponês, pois, se houver alguma

falha, ou se a mãe natureza pregar uma partida em uma determinada época, então a vida desses agricultores fica praticamente arrumada. Penso que se houvesse uma diversidade na produção, isto é, milho, feijão, batata rena, batata doce, mandioca, cana de açúcar, etc, etc., criação de gado bovino, caprino, suíno, enfim, inclusive uma aposta na produção de citrinos, seria isso que levaria os agricultores a crescerem; então é preciso trabalhar um pouco mais para elevar o nível cultural dos agricultores rurais. (EAGEXTNR-2:HA)

Em *Ekovongo*, assim como nas comunidades periféricas, a marginalidade tem maior expressão nas dificuldades que os comunários enfrentam no acesso às oportunidades; ou seja, quando os comunários se limitam em atividades agrícolas de subsistência com a produção de uma ou duas variedades de produtos, não o fazem por falta de visão sobre a relevância e a pertinência da diversificação para obter rendimentos significativos; isto ocorre por falta de apoios institucionais, quer no acesso ao crédito, quer na obtenção de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. Ora, a agricultura de subsistência é importante nos termos em que pode superar a carência alimentar das famílias, mas, não deve ser vista como um fim em si mesmo, ou ser considerada como meta maior das políticas e programas de desenvolvimento de médio e longo prazo; primeiro porque a agricultura de subsistência não permite colheitas em quantidades suficientes e retirar delas a parte que se destina à comercialização para obter recursos financeiros necessários à satisfação pelas populações das despesas com os serviços de transportes, a educação e a saúde, incluindo o lazer. Segundo, porque o País regista elevados índices de crescimento demográfico e uma forte tendência de emigração das zonas rurais para os centros urbanos. Por conseguinte, as comunidades rurais estão a ficar despovoadas e o número de produtores agrícolas está a reduzir-se cada vez mais; em contrapartida, o número de consumidores tende a aumentar consideravelmente, o que pressupõe um incremento do défice de bens alimentares de produção nacional nos centros urbanos, onde o desemprego e a pobreza atingem níveis insustentáveis.

Não obstante, nas representações sociais dos comunários sobressai a consciência de que, para alavancar o crescimento económico em *Ekovongo* e comunidades periféricas seria necessário aumentar a produtividade através da introdução de inovações técnicas e tecnológicas nos modos de produção agrícola, que no caso vertente ainda estão orientados para a subsistência; essas não surgem por si, senão com o concurso das políticas e apoios institucionais. As expressões que abaixo seguem apontam para este entendimento.

No entanto, não temos fertilizantes; vamos cultivar para esperar o quê? Risos... São estas as dificuldades que atravessamos, mas temos vontade de trabalhar. Há dias, ouvimos por alto, que o kilo de amónio passaria a custar 150 kwanzas e o kilo de adubo 250 kwanzas. Portanto, são estas as dificuldades que vivemos. (EC-2:HAC)

No plano laboral, acima de tudo precisa-se da charrua e de outras máquinas; temos alguns solos difíceis de cultivar manualmente; no entanto, se houvesse apoio em máquina capaz de lavrar uma grande extensão de terra constituiria um grande impulso à produção, porque nós próprios trataríamos de repartir as parcelas lavradas para cada família residente na nossa comunidade; optaríamos por aquelas culturas de curta duração tais como: batata, cebola, tomate, couve, repolho, enfim, todas as sementes que produzem em curto prazo, para acudir a situação de carências alimentares que ameaçam a região este ano. De contrário, ou seja, só com a enxada manual para onde vamos? Ambições temos, mas as enfermidades não param de contrariar os nossos planos; do pouco que produzimos, há que vender uma parte para o dinheiro pagar ao enfermeiro pelo serviço prestado e o troco para comprar medicamentos, sal e óleo vegetal para a cozinha. Esta situação é tão preocupante que não pode deixar alguém indiferente ou conformado. (EGC-11:HAC)

Além da marginalidade existem outros factores associados que comprometem a produção agrícola, como as alterações climáticas que, entre outros problemas, tornam irregulares o ciclo e a intensidade das chuvas; o derrube indiscriminado das florestas para a produção de carvão vegetal; a utilização inadequada de fertilizantes químicos que aceleram o desgaste dos solos destinados à atividade produtiva; e ainda o uso frequente de sementes degeneradas com um fraco poder germinativo e produtivo que concorrem para a baixa quantidade e a má qualidade das colheitas que, como é obvio têm implicações negativas no bem-estar da população. Os argumentos do comunário refletem este problema.

A decência e o bem-estar das pessoas dependem muito daquilo que produzem e para haver uma boa produção há que aplicar os fertilizantes, porque o solo está muito cansado. Antigamente, tínhamos grandes extensões de terra com muitas florestas e não havia práticas de derrubar árvores para a produção de carvão vegetal. (...) Uma terra que dispõe de florestas pode ser cultivada durante vários anos não envelhece, porque emprega-se métodos tradicionais de derrube seletivo de árvores, deixando outras que fertilizam o solo com as folhas que vão caindo e apodrecendo paulatinamente; mesmo aquelas árvores que se derrubam são cuidadosamente queimadas aproveitando a cinza para fertilizar o solo. Esses métodos permitem que à medida que os primeiros fertilizantes vão perdendo a força, o solo seja realimentado com aquelas folhas que caem das árvores não derrubadas. Hoje em dia, as florestas em formação são precocemente derrubadas e as terras estão se transformando em desertos; onde é que vamos chegar com isto? (EGC-11:HAC)

Estes factores, além de convergirem para a fraca produtividade agrícola, têm profundas implicações na segurança alimentar e, conseqüentemente na saúde e na

qualidade de vida dos comunários. Se por um lado, a segurança alimentar constitui uma das variáveis básicas do desenvolvimento humano; por outro, a insegurança alimentar constitui simultaneamente causa e efeito da pobreza, nos termos em que o indivíduo que consome quantidades de alimentos inferiores às necessidades humanas, e por vezes, com poucas vitaminas e baixo teor proteico, não desenvolve capacidades físicas e psicomotoras requeridas para obter um bom desempenho nas atividades produtivas, e, muito menos para ter uma vida saudável. Os argumentos que se seguem corroboram deste entendimento.

Retomando ainda este assunto tenho a dizer que o passado foi melhor nesta parte dos alimentos e da saúde, porque, não se consumia óleo vegetal industrializado; o que havia era o óleo preparado localmente a partir de vegetais tais como gergelim, *apuma*¹²⁶, *nakambyambya*¹²⁷, etc. As pessoas que consumiam o óleo de vegetais que acabei de mencionar eram robustas e saudáveis, visto que, o corpo bem nutrido exigia beber muita água, mas hoje as pessoas comem tanto e não bebem água porque o corpo não sente tal necessidade; algumas pessoas passam dias inteiros sem beber água e vemo-las de corpo robusto e brilhante, mas não têm saúde e notamos isso mesmo pela fragilidade ao caminhar e ao posicionar-se de pé. Alguns dizem que o óleo de gergelim provoca diarreia, mas o óleo de girassol também é recente. Repare que hoje as pessoas envelhecem mesmo aos 30 anos de idade porque os alimentos que consomem não têm vitaminas naturais fortificados. O óleo de palma que consumimos atualmente não tem nada de comum com aquele que se consumia algumas décadas atrás; este óleo de palma parece uma tinta qualquer. (EGC-11:HAC)

Outro problema económico a considerar prende-se com a falta de organização racional e funcional dos mercados (rurais, municipais, regionais, etc), bem como a fiscalização das regras de comércio e dos preços da cesta básica. Denota-se uma fraca capacidade institucional em matéria de estruturação da rede de mercados a vários níveis. Além das dificuldades inerentes ao processo produtivo, os comunários de *Ekovongo* e comunidades periféricas enfrentam problemas relacionados com a comercialização dos seus produtos; não existem mercados comunitários que pudessem absorver os produtos locais; havendo esta lacuna, os comunários recorrem ao mercado informal da cidade do Kuito para comercializarem os seus produtos. Neste caso, os comunários enfrentam dois problemas, nomeadamente, o custo elevado dos transportes, cujos fretes são fixados arbitrariamente e o baixo preço com que os produtos do campo são vendidos, que, na maioria das vezes, não correspondem à metade dos custos de produção, uma vez que, impera neste domínio uma concorrência anarquizada. Os comunários se vêm

¹²⁶ Espécie vegetal oleaginosa.

¹²⁷ Idem.

obrigados a venderem mesmo com preços baixos, pois, de contrário arriscam-se a perder tudo por conta da sua rápida deterioração porque os mercados da cidade também não dispõem de condições de conservação. O testemunho a seguir ilustra claramente este tipo de problema.

Existem várias situações que dificultam o desenvolvimento: primeiro a questão dos preços dos produtos que tem prejudicado os produtores do campo; antes havia muita comida, o dinheiro escasseava, mas tinha muito valor. Agora, os custos de transporte dos produtos são elevados devido à concorrência dos transportadores privados. Não há controlo dos preços e as pessoas estão a dizer, que seria melhor o governo criar uma rede de estabelecimentos comerciais oficializados, porque ali o negócio seria diferente com o uso de balanças para pesar os produtos. As pessoas que não produzem estão a prosperar à custa dessa anarquia. (EC-6:HAC)

Para mitigar a situação de injustiça a que estão sujeitos nas transações comerciais, os comunários recorrem a alternativas que consistem em associarem-se, com vista a conseguirem valores em dinheiro para alugar de um veículo com maior capacidade de carga e que lhes possa transportar para cidades mais longínquas que se localizam fora da Província do Bié (Huambo, Luanda e Moxico), a fim de comercializarem os seus produtos. Entretanto, essas alternativas também acarretam riscos enormes, uma vez que, as políticas de desenvolvimento rural não contemplam o seguro agrícola, que seria um mecanismo de compensação dos prejuízos inerentes à atividade produtiva. Além disso, quando os produtos das comunidades rurais são levados aos mercados das grandes cidades ficam em desvantagem concorrencial diante daqueles que se encontram nas grandes superfícies comerciais. Os argumentos que se seguem apontam para este entendimento.

Pensávamos que estes programas que o governo tem vindo a implementar viriam a resolver a situação, mormente o programa do comércio rural que financiou os pequenos comerciantes a criarem lojas nas áreas rurais, não somente com o propósito de venderem os produtos que não existem lá, mas também comprarem os produtos locais. O problema que se coloca é: o comerciante que compra os produtos locais onde os poderá levar para serem comercializados? Os mercados urbanos já estão quase que preenchidos, os supermercados que eram tidos como alternativas quando se falava dos chamados nosso-supers era no sentido de absorverem os produtos locais, mas isso não aconteceu e as dificuldades estão aí, e continuam.(...) Mas esbarram mesmo com esta situação, porque os produtos locais concorrem com os importados e esses aparecem em supermercados de maior visibilidade, parecem ter mais qualidade e são vendidos a preços baixos e claro que atraem mais a clientela em relação aos

produtos nacionais; aliás, temos visto a Shoprite, etc. Com a produção local, aliás, consegue-se ver perfeitamente qual é a secção onde tem produtos nacionais e a secção onde estão os importados. A gente consegue ver que o repolho acaba desidratado e secando, a batata acaba toda ríspida, porque estão ali expostos dias e dias sem comprador; isto, sem sombra de dúvidas empobrece e precisa de uma intervenção para resolver estas situações, infelizmente ainda estamos a quem das expectativas. (EAGEXTNR-4:MA)

Os problemas económicos têm profundas implicações no bem-estar material e nas condições sociais dos comunários de *Ekovongo* e das comunidades periféricas; quando a situação económica apresenta profundas distorções e fragilidades vulnerabiliza os aspetos sociais e faz com que a maioria das famílias não consiga suportar as despesas com a saúde, os transportes e muito menos com a escolarização dos seus filhos. Os problemas aflorados neste capítulo constituem os principais factores que concorrem para a manutenção dos actuais níveis de pobreza nas comunidades rurais em geral.

Conclusões do capítulo

O desenvolvimento é um conceito inacabado e em permanente reformulação; a sua idealização decorre da cosmovisão, sendo esta uma elaboração que resulta da relação que o homem estabelece com o meio natural e entes espirituais. A concepção do desenvolvimento depende do tempo e do espaço, isto é, do contexto e das transformações sociais, culturais, políticas, económicas, ecológicas e ambientais, impregnadas de uma filosofia espiritual, que têm lugar numa comunidade ou sociedade no seu todo. O desenvolvimento é um conceito próprio da modernidade que vem sendo reformulado ao longo da história, em razão da necessidade de sua desconstrução que objetiva libertá-lo de uma visão unidimensional e economicista, que o circunscreve nos limites de numa lógica de aumento da produtividade e da renda *per capita*, para aproximá-lo a uma concepção mais elaborada, realista, multidimensional e transversal.

A concepção de desenvolvimento em *Ekovongo* se fundamenta na sua cosmovisão que privilegia o respeito à cultura, às tradições (reverência na relação entre o homem, o meio natural e entes espirituais); a pluriatividade, o diálogo com a multiculturalidade e a interculturalidade impregnado de espírito de abertura aos valores da modernidade, que objetiva a busca de consensos para a construção de uma cultura de sustentabilidade que respeite a biodiversidade, a vida e a dignidade humanas. Nesta senda, o desenvolvimento é um processo de construção permanente, em que as pessoas participam de todo o empreendimento que objetiva a melhoria das condições de vida e o bem-estar social individual e colectivo.

Não obstante, o desenvolvimento da comunidade de *Ekovongo* está marcado por dificuldades decorrentes de fatores endógenos como o analfabetismo, a superstição a desigualdade de género e a fraca cultura associativa; paralelamente a estes fatores, o desenvolvimento comunitário enfrenta problemas decorrentes de uma visão distorcida do papel e das funções do Estado numa sociedade, que em sua versão mais perversa expressa o carácter predador da elite do poder, que impõe um modelo económico em que predomina o capitalismo selvagem, que promove políticas de empobrecimento da sociedade e agrava a miséria das comunidades rurais.



Capítulo X

A concepção de pobreza em Ekovongo

A pobreza é um fenómeno social complexo que abrange múltiplas dimensões (material, financeira, social, cultural, espiritual, etc), que expressam a diversidade das necessidades humanas, cuja satisfação dá sentido a sua existência. Apesar de ser um fenómeno mundial que anima os debates nos círculos académicos e políticos (nacionais e internacionais), não existe uma concepção universal capaz de abarcar todas as variáveis que lhe são inerentes. Enquanto fenómeno persistente que engloba as necessidades humanas, a pobreza é percebida de múltiplas maneiras em diferentes contextos socio-históricos e espaciais que, em função das crenças, dos valores, das referências, das normas socialmente aprovados, dos modos de vida e dos significados que estes representam para a sua cultura, procuram eliminá-la ou reduzi-la para níveis suportáveis, que permitam um mínimo de respeito à dignidade humana.

Na língua *umbundu*, o termo *ukukwi* significa pobreza em português; trata-se de um vocábulo polissémico que se desdobra em outros termos com significados aproximados, cujos sentidos refletem as diferentes dimensões da pobreza. Assim, os termos que abaixo seguem significam:

<i>Ukukwi</i> =	pobreza em sentido lato;
<i>Usuke</i> =	falta de algo; necessidade de algo;
<i>Upongo</i> =	solidão por morte de familiares; por exclusão cultural; e, por marginalidade ou exclusão social;
<i>Ekambo</i> =	carência; necessidade;
<i>Esekalo</i> =	pobreza relativa;
<i>Esempi</i> =	marginalidade; pobreza extrema; penúria; miséria; indigência.

Na linguagem comum, estes termos são utilizados para caracterizar precisamente a dimensão e o nível de pobreza a que o indivíduo ou colectivo estão sujeitos em determinadas circunstâncias; mas, nas interações e nas relações do quotidiano os comunários usam raramente essas especificações, para evitar que os indiciados com esses níveis de pobreza se sintam destratados, espezninhados e ofendidos na sua honra como seres humanos.

Entretanto, no presente capítulo se analisa a pobreza tal como é percebida pelos habitantes de *Ekovongo*, fazendo o seu enquadramento nas conceptualizações que sustentam a teoria moderna formulada por círculos académicos e políticos atrás mencionados. Os comunários consideram a pobreza como um estado de carências em sua abrangência e complexidade; essa noção se resume nas seguintes expressões:

Pobreza é quando a pessoa não tem; é isto mesmo que você está a ver entre nós. Isto mesmo é pobreza. (EGC-4:HAC)

Somos pobres! Temos ambição de viver bem, mas, falta-nos alguém que nos possa dar uma boa orientação e nos proporcionar meios para criarmos boas condições de vida. (EC-14:HJ)

Entretanto, enquanto uns retratam a situação comunitária como de pobreza, outros a consideram de mediana; ou seja, a comunidade vive uma situação que não é de bem-estar, mas também não é de pobreza extrema, visto que, a maioria possui lavras onde cultivam para obter não só alimentos, mas também produtos que são comercializados nos mercados para conseguir dinheiro e suprir outras necessidades.

Aqui no *Ekovongo* não somos nem ricos nem pobres, mas somos carentes, visto que, produzimos a nossa própria alimentação, temos vestuário, alguns tantos possuem bicicletas e motorizadas com as quais se locomovem quando vão ao campo cultivar. Não devemos confundir o pobre com o carente; o pobre é alguém que vive uma situação de penúria, é pior que uma pessoa carente. O carente é alguém que não é pobre, mas também não atingiu o nível do indivíduo rico. O rico se distingue em primeira mão pela qualidade da sua residência seguindo-se uma diversidade de coisas em sua posse e dinheiro. (GDJ-1:HJ)

Não somos tão pobres assim; a nossa pobreza não é tão acentuada, visto que, possuímos lavras e hortas onde cultivamos e os produtos que vendemos nos mercados da cidade. Com o dinheiro dessas vendas compramos aqueles bens que necessitamos. No entanto, somos carentes porque merecemos viver em casas com iluminação elétrica e gostaríamos de ver esta estrada asfaltada; quer dizer, gostaríamos de viver em condições em que vivem os outros que residem na cidade. Há uma diferença entre o indivíduo pobre e o outro carente; o pobre é

aquele que não tem mesmo nada inclusive para comer e sobrevive da caridade dos outros. Portanto, nós carecemos de muita coisa, mas não somos tão pobres assim. (EC-10:HA)

Em sua complexidade, a pobreza é percebida como um estado de indigência marcada por falta de recursos financeiros, carência de bens materiais, de conhecimentos e de afectividade, associada geralmente à fraca capacidade de discernimento para enfrentar os desafios da vida presente e futura.

10.1. A falta de recursos financeiros e materiais

Numa perspectiva economicista a pobreza pode ser vista como falta de bens materiais e meios financeiros; ademais é uma ideia amplamente difundida pelo mundo, que a falta de meios financeiros constitui uma enorme barreira na realização do direito de acesso aos alimentos e outros serviços básicos às famílias, grupos sociais e comunidades inteiras identificadas como sendo pobres. Na comunidade de *Ekovongo*, a falta de dinheiro impede os comunários a adquirir meios necessários à produção agrícola para permitir o aumento da produtividade. No entanto, alguns comunários se encontram na pobreza por falta de dinheiro, mas também por outros factores, nomeadamente o uso irracional do pouco que lhes vem à mão. Os depoimentos a seguir reforçam este entendimento.

A pobreza é a falta de tudo que a pessoa necessita. A pobreza surge quando a pessoa não trabalha e não dá ouvido aos conselhos dos outros. Certas pessoas trabalham e adquirem dinheiro, mas não sabem gerir o que têm; gastam dinheiro em despesas desnecessárias como bebidas e quando assustam já não têm dinheiro. (EC-6:HAC)

Por causa da pobreza não tenho conseguido embelezar esta casa nos moldes em que eu gostaria que fosse, ou pelo menos, como aquela do professor Kanganjo que aparece ali em cima. Como sou pobre não consigo fazer isso; repare como estão as paredes! Nem sequer estão rebocadas e quando caem chuvas, a corrente de água circula junto das paredes e lá dentro o adobe fica húmido e maleável. Se eu tivesse possibilidades financeiras aproveitaria a época de cacimbo para reparar esta casa; construiria uma moldura de betão com pedras em seu redor. (EGC-4:HAC)

Além de meios financeiros, os bens materiais também são amplamente difundidos, pois, constituem um dos factores a considerar na análise da pobreza. A falta de bens materiais condiciona a realização de qualquer empreendimento e remete os sujeitos para uma condição de pobreza material, pois, é a forma mais

visível pela qual se pode identificar uma pessoa pobre, e, dela corrobora a seguinte expressão da comunária:

A pobreza advém da carência de conhecimentos, assim como de instrumentos de produção; se a pessoa trabalha utilizando instrumentos de tração animal ela pode produzir um pouco mais. E se utilizar máquinas como tractores a produção pode ser muito mais, visto que, aquilo que o tractor trabalha em um dia, as pessoas que trabalham com instrumentos rudimentares levariam um mês para consegui-lo; no entanto, o emprego de máquinas requer conhecimentos técnicos que muita gente não domina. (GDA-2:MA)

De modo geral, a pobreza material se expressa como um aspecto mais observável do fenómeno, no que diz respeito à insatisfação das necessidades básicas (alimentação, vestuário, condições habitacionais, etc.). Entretanto, a pobreza abrange uma realidade bem mais complexa, para além daquilo que um conjunto de carências materiais faz transparecer em nossa existência como humanos; a pobreza advém também de alguns hábitos culturais que funcionam como freios ao desenvolvimento.

10.2. A falta de instrução e conhecimentos técnicos

Durante a colonização portuguesa, as políticas sociais estavam orientadas na discriminação racial e na exclusão dos indígenas. No concernente à educação formal, embora tenha havido iniciativas reformistas a partir de finais do século XIX, que visavam a escolarização dos portugueses e alguns angolanos para a sua inserção no mercado laboral, a sua implementação estava limitada aos centros urbanos e não abrangiam as comunidades rurais. Mesmo as escolas adstritas às missões cristãs que estavam implantadas preferencialmente no interior com o propósito de se aproximarem das comunidades rurais, não tinham a capacidade de abranger um número significativo de populações que nelas habitavam.

No caso de *Ekovongo* que era a Corte do Antigo Reino do Bié, que levou a cabo guerras de resistência contra a ocupação colonial, a exclusão era ainda maior. O estigma de uma comunidade que se destacou como Berço da Resistência anticolonial se manteve até 1975, altura em que Angola ascendeu à Independência. A guerra civil que se seguiu à Independência em que *Ekovongo* foi um dos campos de batalha, também não permitiu aos comunários beneficiarem das políticas sociais adotadas pelo Estado Angolano. Nessa comunidade, as escolas formais apenas foram estabelecidas depois de 2002, quando o País alcançou a paz definitiva. Daí que, para os comunários, a pobreza que assola a comunidade advém da falta de instrução de seus progenitores que não tiveram oportunidades de estudar e alcançar

altos níveis de formação científica e técnica necessária ao exercício de atividades de elevada complexidade. Os argumentos expressos pelos comunários apontam para este entendimento.

A pobreza não é só ausência de bens materiais; é verdade que a pobreza que aparece à primeira vista e de que todo o mundo fala é a falta de meios monetários e bens materiais. Quando a maioria das pessoas falam da pobreza estão naturalmente a referir-se da falta de dinheiro e de bens materiais. Muita gente não presta atenção na falta de educação, da instrução e de conhecimentos; mas esta é uma grande pobreza. (EC-15:HAC)

De princípio, a pobreza advém da incapacidade de trabalhar e de assimilar a educação dada pelos pais, assim como a falta de instrução escolar. (EC-7:HA)

Se no passado recente os nossos avôs tivessem a oportunidade de estudar, nós que somos a nova geração teríamos encontrado doutores, inclusive teríamos capacidade de fabricar medicamentos para nós próprios, e até teríamos professores de alto nível; tal não aconteceu, porque durante o período colonial as pessoas eram obrigadas a paralisar nos estudos assim que concluíssem a 4ª classe. É esta situação que está na origem da nossa pobreza. (...) Se naquela altura, os nossos avôs tivessem a oportunidade de avançar com os estudos e adquirissem conhecimentos profundos da ciência, a situação de hoje seria diferente. Repare que o nosso subsolo possui diamantes e outros minerais, mas naquele período, os colonos não queriam que os nossos avôs e os nossos pais tivessem conhecimentos científicos profundos; apenas eram utilizados nos trabalhos de escavação, mas nos processos de seleção das pedras preciosas, os nossos pais eram excluídos dessa atividade. Os colonos não permitiam que os nossos pais adquirissem conhecimentos científicos, porque senão, iriam igualar-se a eles. Se os colonos permitissem aos nossos avôs e aos nossos pais estudarem até aos níveis mais elevados, hoje em dia teríamos a tecnologia de fundir o ferro, de fabricar as nossas próprias máquinas e ferramentas, em fim, teríamos a capacidade de lidar com outros desafios tecnológicos. (EC-14:HJ)

A educação e a instrução são as duas faces da mesma moeda que constituem variáveis importantes a ter em conta na análise da pobreza. Ambos os processos concorrem para a construção do capital cultural que serve de substrato simbólico que orienta a ação humana. É através da educação e da instrução que as pessoas aprendem as pautas normativas, as habilidades cognitivas, os conhecimentos técnicos e tecnológicos, que permitem o ingresso no mercado laboral e aumento da produtividade socioeconómica, que são as premissas para o combate à pobreza.

10.3. A pobreza como herança

A memória humana relembra os tempos em que a pobreza era justificada como mito de uma suposta incapacidade das pessoas consideradas da classe inferior em discernir sobre as possíveis vias de sua superação. Actualmente, esse mito se dilui perante as evidências históricas que originaram as injustiças e as desigualdades socioeconómicas entre as nações; e, no interior destas, entre os grupos que compõem as sociedades.

Longe de ser propósito deste apartado proceder a uma descrição exaustiva dos factos que originaram as desigualdades socioeconómicas acima mencionadas, cabe, apenas, assinalar, que, com a colonização efectiva do País consumada em finais do século XIX, se deu início a um processo de destruição do sistema económico autóctone, que assentava fundamentalmente na agricultura familiar, na criação de animais domésticos, no artesanato e nas manufacturas locais, dinamizado pelas comunidades rurais com a supervisão directa ou indirecta das cortes reais, que desde então foram transformadas em autoridades costumeiras ou tradicionais.

As autoridades coloniais promoveram políticas de expropriação em larga escala de terras férteis, nas quais introduziram a agricultura intensiva para a produção em massa de matérias-primas demandadas pela indústria de manufacturas da metrópole; uma vez transformados em produtos acabados, os mesmos eram exportados à colónia para a sua comercialização. Os produtos industrializados têm uma grande vantagem competitiva em relação àqueles produzidos pela agricultura familiar levada a cabo pelos habitantes das comunidades rurais. O novo sistema económico de carácter meramente capitalista que assenta no intercâmbio comercial desigual culminou no empobrecimento material dessas comunidades. Além da destruição do sistema económico, as políticas coloniais promoveram a discriminação e a exclusão, através de medidas proibitivas que coartavam o direito de acesso à educação formal e se refletiram negativamente na distribuição de recursos cognitivos, privilegiando as cidades em detrimento das comunidades rurais. A adoção de políticas discriminatórias potenciou a exclusão dos autóctones, e, afectou de modo muito particular os habitantes rurais, que doravante se viram afastados das formas de realização cultural e social havidas em território angolano durante a colonização. Mesmo com a ascensão do País à Independência, a situação agravou-se ainda mais com a guerra civil, pois, além de constituir um golpe para a pequena economia familiar, destruiu comunidades inteiras e desestruturou o tecido social, o que se traduziu num incremento da pobreza multidimensional nas comunidades rurais. Estes factores contribuíram substancialmente na pobreza que vem sendo reproduzida pelos habitantes de *Ekovongo* mesmo na actualidade.

Se hoje ingressamos à categoria de pobres foi principalmente devido à guerra; não fosse a guerra, tudo aquilo que os pais possuíam antes

da guerra seria nossa herança. Alguns de nós teríamos fazendas, outros teriam carros, tratores, etc. Eu próprio nasci no período da guerra e pela idade que tenho podem-se fazer as contas, isto é, se não fosse a guerra durante esses anos todos teríamos acumulado alguma coisa e não seríamos tão carentes como estamos hoje. (GDJ-1:HJ)

Entretanto, a pobreza não deve ser atribuída unicamente à herança colonial e à guerra civil; a pobreza advém também de factores de ordem cultural, principalmente do analfabetismo que limita a capacidade de discernir sobre os desafios que a vida coloca no dia-a-dia. Os testemunhos a seguir corroboram deste entendimento.

Os nossos antepassados não deixaram a pobreza como herança. A falha que cometeram é não terem escrito os conhecimentos que possuíam para servirem de base que sustentasse a educação e o desenvolvimento das novas gerações. (EC-14:HJ)

Bem! Em alguns casos, a pobreza advém do modo de ser de algumas famílias; às vezes, não existe nessas famílias a cultura de criar riquezas, isto é, não existe no seio deles grandes produtores com elevado grau de racionalidade. Logo, os seus descendentes poderão herdar essa pobreza. (EGC-4:HAC)

A pobreza pode resultar de factores culturais, quando os hábitos e costumes não estabelecem limites sobre o número de filhos que um agregado familiar pode suportar, tendo em conta as suas possibilidades económicas. Os recursos económicos disponíveis podem ter um reflexo positivo ou negativo na hora de aceder aos serviços de saúde e de educação formal dos membros da família. Os argumentos dos comunários alinham neste sentido.

Suponhamos que eu sou adulto e estou a procriar, mas não sei o destino dos filhos, o que caberá a cada filho; é verdade que, se eu como pai sou pobre os filhos também serão pobres. O meu pai é pobre e a sua maior preocupação é procurar a fábrica de aguardente local para comprar a bebida; se ele estudasse tal como os outros, hoje estaria a gerir alguma riqueza e incentivar-nos a seguir o mesmo caminho. O analfabetismo do meu pai acabou por afetar-nos a nós também como filhos. (GDJ-1:HJ)

Eu penso que, por um lado, pode ser uma herança em termos de bens materiais; muitas pessoas atingem um nível de vida favorável porque os seus antepassados já os tiveram. Neste caso, é uma herança da família que vem do passado; por outro lado, em termos de cultura e da educação, também isto pode ser herdado do passado, sobretudo para aquelas famílias que tiveram sempre uma boa educação, isto é, que tiveram oportunidade de estudar, de beneficiar de uma boa

instrução, enfim, para estes, a riqueza provém já das próprias famílias; logo, aquelas famílias que não tiveram sequer alguém instruído no seu seio não têm mesmo por onde começar. Essas famílias são cada vez mais pobres. (EC-15:HAC)

A pobreza como herança é passível de controvérsias, pelo facto de que, um sujeito pode herdar a pobreza dos seus predecessores; no entanto, se estiver suficientemente comprometido com o seu destino, pode ter motivação para realizar projectos que permitem superar o seu nível de pobreza. É neste sentido que se pode enquadrar os argumentos que abaixo seguem:

A pobreza advém da preguiça, porque o indivíduo que não trabalha não pode livrar-se dela e viver bem; para livrar-se da pobreza é preciso esforçar-se no trabalho e pôr de lado a ilusão. (EC-12:HJ)

A pobreza advém da preguiça e da fraca capacidade de discernimento; a pobreza não pode ser uma herança. O que se pode herdar é a riqueza e não a pobreza! Deixem-me argumentar um pouco. Suponhamos, eu próprio assisto o nascer e o pôr do sol, sem fazer nada; não gosto de cultivar a terra e ficar cansado, não gosto de falar muito, porque na comunicação também há riqueza. Fico sempre solitário. O que se pode esperar de mim? A pobreza não se herda. Nós somos grandes ricos! Pelo facto de Deus nos ter dado tudo, Ele nos deu toda a riqueza. A pobreza surge quando a doença não nos larga e fica connosco um ou dois anos. Neste caso não somos nós que procuramos a pobreza. Fora disso, enquanto estivermos de saúde não deveria haver pobres. (GDA-2:HA)

Para compreender o legado da pobreza em Angola e em *Ekovongo* em particular, se faz necessário percorrer, ainda que de forma resumida, o longo processo de sua construção histórica. As evidências históricas atestam que Angola foi durante mais de três séculos, o celeiro de mão de obra escrava para os interesses latifundiários da Europa, do Brasil e de outros países da América. Estima-se que mais de 10 milhões de escravos foram exportados para a América entre 1502 e 1870; esse longo período constituiu a primeira etapa de pauperização do País, particularmente do seu tecido humano. A segunda etapa foi com a colonização efectiva, a partir de finais do século XIX e a inserção do país no sistema capitalista mundial, em que se tornou a principal fonte de matérias-primas para a indústria de manufacturas da metrópole colonizadora de onde partiam em contrapartida, os investimentos de importantes círculos capitalistas que se destinavam à exploração da colónia. A terceira etapa foi o período das independências em que os dirigentes do País foram formatados para se assumirem como vassalos e predadores corruptos ao serviço dos interesses económicos e financeiros externos, promovendo políticas que se inscrevem numa clara estratégia de neocolonização doméstica.

10.4. A falta de infraestruturas e serviços básicos

As infraestruturas constituem o motor do desenvolvimento em suas múltiplas vertentes; a eficiência de todo o empreendimento depende da qualidade de infraestruturas que a comunidade dispõe e dos serviços que prestam à população. A pobreza se torna mais expressiva quando as pessoas enfrentam uma carência prolongada de alimentos e outros bens para a satisfação das necessidades básicas. Para haver alimentos em quantidade e qualidade requerida, as comunidades precisam aumentar a produção agrícola, e esta implica a aplicação de técnicas, instrumentos, equipamentos, fertilizantes, o consumo de água, o acesso ao crédito, aos mercados, isto é, implica as infraestruturas e um bom funcionamento das instituições que prestam diversos serviços.

No caso de *Ekovongo*, embora atravessada por uma estrada que serve de ligação intercomunal, e disponha de alguns serviços básicos, a comunidade enfrenta uma carência de infraestruturas (rede eléctrica, serviço de bombagem de água para irrigação agrícola, etc) e um défice de funcionamento dos que existem, o que se reflete na situação de pobreza dos seus habitantes.

Para ser sincero, aqui no *Ekovongo* somos pobres! Tem havido projetos de construção de infraestruturas que o governo tem implementado nesta região; essas infraestruturas poderiam ser construídas aqui no *Ekovongo*, mas, infelizmente nos ultrapassam e seguem para a comuna da Chicala. As únicas infraestruturas que foram construídas aqui no *Ekovongo* são as duas escolas, o posto de saúde e esta residência dos funcionários onde nos encontramos e nada mais. Os outros da Chicala estão a beneficiar de muita coisa em relação à nós e quando visitamos a sede daquela comuna sentimos que se trata de uma localidade que espelha respeito. (GDJ-1:HJ)

Aqui precisa-se mesmo de um Centro de Saúde, porque há muitos doentes, sobretudo na área da maternidade, onde temos deficiências na realização de partos; aqui há muito trabalho a realizar, mas o número de trabalhadores não é suficiente para o volume de tarefas a executar. (EAGEXTER-2:HA)

Os comunários reconhecem haver a sua quota-parte da situação de pobreza que a comunidade enfrenta. Não obstante, atribuem às instituições públicas do Estado a responsabilidade de criar as infraestruturas em falta e superar o défice de funcionamento das que existem, para impulsionar o desenvolvimento comunitário. O depoimento que se segue aponta neste sentido.

Há aspetos da pobreza que podemos superar nós próprios. Há outros aspetos que só o governo pode superar; aspetos como a construção de

escolas, estradas e pontes são da responsabilidade do governo. Da nossa parte a vontade não nos falta, o que falta são as possibilidades financeiras. (EC-10:HA)

A falta de infraestruturas e a débil capacidade funcional das que existem têm implicações nos diferentes domínios da vida comunitária; a capacidade limitada dos serviços sanitários reduz o seu desempenho no atendimento das pessoas assoladas com as enfermidades e potencia a vulnerabilidade do tecido social que se reflete na fraca produção agrícola e na garantia da segurança alimentar. A falta de assistência técnica e tecnológica aos comunários compromete a sua produtividade, e, por conseguinte reduz o volume de excedente destinado à criação de poupanças familiares. A falta de uma rede eléctrica, por exemplo, torna impossível a instalação de serviços e equipamentos que funcionam à base da energia eléctrica; e a degradação das estradas constrange a transportação das colheitas para os mercados urbanos, e das mercadorias produzidas pela economia urbana necessárias à melhoria das condições de vida dos habitantes da comunidade. Todos estes factores contribuem na geração e manutenção da pobreza que assola a população de *Ekovongo*.

10.5. O descuido na produção agrícola

A par dos factores acima enunciados existem outros aspectos que contribuem ao quadro de pobreza em *Ekovongo*; a economia local baseia-se fundamentalmente na produção agrícola e criação de animais. Logo, a maioria dos habitantes pratica a agricultura de subsistência em que aplicam as técnicas rudimentares de cultivo, que raramente resulta em colheitas suficientes para satisfazer as necessidades de uma família. Em quase toda a região, os terrenos agrícolas apresentam um elevado grau de desgaste devido à frequência de cultivo sem aplicação de técnicas regeneradoras. A alternativa seria o emprego de fertilizantes químicos, mas, os comunários não dispõem de recursos financeiros para adquirí-los. Para mitigar a situação recorrem à técnica de semear milho e feijão no mesmo espaço, mas de forma intercalada, para maximizar os efeitos fertilizadores das leguminosas. No entanto, o emprego desta técnica raramente resulta bem sucedido, pois, depende da regularidade das chuvas. O testemunho a seguir reflete este problema.

Se a sementeira não for bem-feita, o crescimento estará comprometido; não vamos longe! Vem aí a época chuvosa e se formos passando de lavra a lavra iremos verificar que aqueles produtores que têm conhecimentos e experiência de cultivar o milho em sulcos de tamanho maior, o seu milheiro tem um crescimento diferente daqueles que semeiam em sulcos de tamanho menor, porque as raízes atingem rapidamente a camada do solo mais endurecido e isto compromete o

seu crescimento normal. Na minha lavra, os filhos propõem preparar o solo com trator ou charrua, mas eu tenho preferido arrotear a terra com a enxada e com a ajuda de trabalhadores eventuais; os outros que preparam o solo com a charrua, o milho apenas se desenvolve com a aplicação de adubos, pois de contrário o mesmo não cresce devidamente, porque as raízes se afundam num solo endurecido. Por outro, se a chuva cai com muita intensidade ou então, se ocorre a estiagem, ambos os factores influenciam negativamente no crescimento do milho e de outras espécies. (EGC-4:HAC)

Além da técnica de cultivo intercalado de milho e feijão, os comunários utilizam procedimentos similares de intercalar o milho com a mandioca, ou ainda outros que consistem na agricultura itinerante para dar pousio de alguns anos ao terreno e, depois voltar a cultivá-lo. Ora, se por um lado, a mandioca empobrece o solo, por outro, a agricultura itinerante implica a devastação de espécies vegetais, que tem efeitos nefastos sobre o meio ambiente, sendo este um dos factores que reduzem a capacidade de resiliência aos fenómenos meteorológicos. A este entendimento corrobora a seguinte expressão:

(...) o que se passa é que muitos insistem em cultivar em terrenos sem pousio. Gastam muito dinheiro com a compra de sementes e fertilizantes, mas a colheita é sempre insignificante. É frequente os agricultores misturarem no mesmo terreno o cultivo de milho e mandioca; o que se constata é que a mandioca empobrece o solo. A mandioca não permite cultivar quatro ou cinco anos seguidos no mesmo terreno. Se a pessoa insistir em cultivar num terreno assim não pode esperar resultados satisfatórios. (EC-6:HAC)

Por outra, há que considerar ainda a fraca socialização com as actividades agrícolas por parte de alguns comunários; se por um lado, a maioria domina as técnicas rudimentares de produção, existem outros que, por negligência, desperdiçam a oportunidade que as relações com os demais oferecem, a partir das quais poderiam aprender os rudimentos sobre a economia rural; esses, só vão ao campo para inibir que eles também pratiquem a agricultura. Os testemunhos a seguir ilustram este problema.

Isto parte da falta de conhecimentos sobre o tipo de trabalho que as pessoas se propõem a realizar; o individualismo na criação de ideias faz com que certas pessoas não consigam imitar aquilo que os outros fazem com algum conhecimento. Trabalham isoladamente e não conseguem grandes resultados; esta parte também traz pobreza. (EC-7:HA)

Hoje é domingo e amanhã será segunda-feira! As pessoas traçam programas de ir ao campo e realizar várias actividades, mas, há indivíduos que não fazem isso, passam o seu tempo passeando pela

estrada ou vão à cantina endividar-se, mesmo sabendo que nada possuem para depois saldar a respetiva dívida. Dessa maneira, não é possível esses indivíduos superarem o seu estado de pobreza. Há aquela pobreza que é herdada, mas há também casos em que a pobreza advém da própria vontade do indivíduo, isto é, da sua própria negligência. (EGC-4:HAC)

O descuido dos comunários em matéria de produção económica está associado à prevalência dos índices de analfabetismo no seio dos habitantes e ao défice de conhecimentos técnicos sobre a agro-pecuária devido à ineficácia dos programas de extensão rural que têm sido orientados à comunidade de *Ekovongo*. Na prática, os habitantes levam a cabo a sua produção agrícola fazendo recurso ao empirismo, sem assistência técnica e científica das instituições vocacionadas a promover o desenvolvimento nas comunidades rurais.

10.6. A pobreza advém da frequência das calamidades naturais

Em *Ekovongo*, a pobreza tem sido agravada pela frequência de calamidades naturais que são geralmente causadas por fenómenos de origem meteorológica, climatológica, etc, nomeadamente, a intensidade das chuvas e a seca, mas também pelas ações do próprio homem sobre o ambiente (queimadas e derrube de árvores para a produção de carvão vegetal) que resultam em grandes perturbações no sistema económico e no tecido social comunitário. As expressões que se seguem constituem uma evidência deste problema.

Se as calamidades naturais forem frequentes podem aprofundar a pobreza. Este ano, por exemplo, a estiagem prolongou-se de tal maneira que causou muitos prejuízos aos produtores. A chuva terminou logo nos primeiros meses e o milheiro ficou tão afetado que nem brotou a bandeira. Imagine que um indivíduo semeou uma grande extensão de terra, utilizando a mão-de-obra remunerada e ao fim ao cabo não colhe nada; por gastar muitos recursos sem retorno ele pode cair numa situação de pobreza. (EC-6:HAC)

Quando não chove estamos diante da pobreza primária; este ano, por exemplo, choveu muito pouco e espera-se uma produção muito baixa, pois, com esta situação, os canais para a irrigação das hortas também estão com muito pouco caudal de água. Além disso, a comunidade enfrenta uma carência de água para consumo doméstico; tudo isto agudiza ainda mais a pobreza dos comunários, visto que, a chuva é um dos maiores provedores do bem-estar das pessoas. (EC-14:HJ)

Entretanto, a pobreza gera pobreza no sentido em que a ação do homem sobre o meio ambiente, que no caso vertente se consubstancia no derrube de florestas,

pode estar na origem dos eventos meteorológicos ora mencionados; se, por um lado, os comunários derrubam a floresta para mitigar a carência financeira, os efeitos desta ação aprofundam ainda mais os níveis de pobreza. O depoimento a seguir ilustra essa interdependência da pobreza em relação aos eventos meteorológicos.

É a pobreza que tem levado as pessoas a cortarem árvores de forma indiscriminada, para produzir carvão vegetal destinado ao comércio no mercado informal da cidade, onde é consumido largamente. As pessoas não têm o mínimo para começar organizar a vida; para ir ao hospital quando o indivíduo cai doente, ele precisa de dinheiro. Para ir ao curandeiro tradicional também precisa de dinheiro, enfim, precisa de dinheiro para ter acesso a qualquer tipo de serviço. (EC-1:HAC)

Como se pode perceber, está-se diante de um problema que interpela a sociedade no sentido de ajudar as comunidades rurais a tomar consciência dos efeitos nefastos da ação antrópica para o próprio homem, promovendo campanhas de sensibilização e seminários sobre o impacto da destruição das florestas no desenvolvimento da própria comunidade.

10.7. A pobreza advém da subvenção económica das cidades pelas comunidades rurais

Apesar do abandono a que estão remetidas, as comunidades rurais constituem a principal base para garantir a segurança alimentar nacional. Não obstante, os seus habitantes enfrentam enormes dificuldades na produção de alimentos para o consumo familiar e na comercialização dos excedentes nos mercados urbanos, onde os seus produtos não são devidamente valorizados.

(...) É exatamente das comunidades rurais de onde saem produtos diversos que sustentam a cidade; não fossem as comunidades rurais, as pessoas que residem nas cidades passariam por situações difíceis, sobretudo no plano alimentar, porque lá não existem estabelecimentos comerciais do governo a não ser privados. (...) Quando os produtores do campo vendem os seus produtos nesses mercados, os preços são calculados na base de estimativas, porque não há balanças para pesar e saber as reais quantidades que estão a ser comercializadas; os produtores gastam muito dinheiro com a aquisição de sementes, mão-de-obra e fertilizantes na produção de batata, cebola, repolho, etc; mas, ao vender nos mercados informais onde não há controlo de preços, o negócio é feito em profunda desigualdade em que o produtor do campo se vê obrigado a baixar os preços para vender depressa e evitar que os produtos se deteriore. (EC-6:HAC)

A pobreza das comunidades rurais advém, em parte, da subvenção económica que elas exercem de forma implícita a favor das cidades; se por um lado, os comunários enfrentam inúmeras dificuldades por falta de infraestruturas básicas, dos serviços de apoio técnico à produção e a discriminação no acesso ao crédito; por outro, as desigualdades nas trocas comerciais nos mercados da cidade aprofundam ainda mais a situação de pobreza nessas comunidades. O depoimento a seguir ilustra o modo como se operam essas desigualdades.

De qualquer modo, há uma espécie de especulação neste intercâmbio, visto que, eles nos vendem os seus produtos a preços mais elevados. Por exemplo, um indivíduo que cultiva couves tem elevados custos de produção, a julgar pela maçada de preparar o solo, o custo da mão-de-obra, dos fertilizantes que são comprados a preços elevados nos armazéns da cidade, transporte, etc.; mas quando chega ao momento de vender as mesmas couves nos mercados da cidade, o que se ganha nem chega ao custo dos fertilizantes. Atualmente, estamos vendendo sacos de cebola e sacos de batata na base do custo estimativo; antes da independência, os colonos usavam balanças para pesar os produtos, mas, mesmo assim, eles especulavam os produtores das comunidades rurais. No entanto, hoje em dia, a situação piorou com a prática de cálculo estimativo. Se um saco com a capacidade de 150 kilos estiver cheio de batata pode pesar cerca de 200 kilos, mas no mercado é vendido a 10.000 (dez mil kwanzas) que é um preço calculado estimativamente; esse dinheiro só chega para comprar sabão, óleo vegetal, sal e coisinhas de menor custo. O mesmo acontece quando vendemos os animais; vendemos a galinha viva para comprar um franco morto há muito tempo, para a cozinha e que pode complicar a nossa saúde. O comerciante da cidade se vangloria por ter lucrado nas trocas comerciais com os produtores das comunidades rurais, porque os seus produtos são pesados na balança, mas, em contrapartida, o produtor rural fica injustiçado, triste e desmotivado nas suas atividades produtivas. (EGC-4:HAC)

As relações entre as cidades e as comunidades rurais, longe de serem de equidade e de complementariedade, funcionam como um mecanismo através do qual se promove a injustiça distributiva, cujos resultados se refletem em profundas desigualdades sociais que caracterizam actualmente a população urbana e rural.

Não há justiça nas trocas comerciais entre o campo e a cidade; muitas vezes levamos quantidades de produtos do campo para comercializar nos mercados da cidade, mas o dinheiro que recebemos, talvez, dá para comprar alguns litros de óleo vegetal, sal e sabão e mais nada. Há quem consegue reservar alguns trocos para pagar o transporte de regresso à comunidade, outros não lhes resta trocos nenhuns e regressam à comunidade a pé. Isto para dizer que nas relações comerciais que temos com a cidade somos nós do campo que saímos

sempre a perder. Tomemos exemplo de quem produz milho; no mercado da cidade, o kilo de milho custa 50 kwanzas; quantas toneladas de milho o produtor terá que vender para comprar um gerador de energia elétrica que custa 25.000 mil kwanzas. (EC-10:HA)

Portanto, o cenário atrás descrito reflete um contexto no qual se destacam as relações entre as comunidades rurais e as cidades, consubstanciadas nas trocas comerciais desiguais, devido à falta de condições para a transformação dos produtos agrícolas ao nível local. Em face desta realidade, os comunários se vêem obrigados a vender os seus produtos aos consumidores das cidades, na base de preços muito inferiores aos custos de produção. Este tipo de intercâmbio comercial configura um modelo de subvenção económica das cidades, que agrava a pobreza das populações que habitam as comunidades rurais.

10.8. A pobreza advém da marginalização das comunidades rurais pela sociedade moderna

Com a industrialização e a crescente urbanização firmou-se na sociologia rural a tendência de privilegiar a cidade, considerada como palco do progresso e desenvolvimento, que se sobrepõe ao rural, relegando-o à condição de espaço atrasado, caracterizado pela predominância das práticas tradicionais, e onde se concentra a mão-de-obra barata. Este postulado depreciativo vem, desde então, reorientar e estimular a dicotomia nas relações entre a cidade e o campo, reduzindo este último à condição de espaço marginal. Daí que, ao refletir sobre a sua condição de pobreza os comunários de *Ekovongo* a relacionam com a marginalização a que estão sujeitos.

A marginalização causa pobreza porque sofremos uma depreciação como gente inútil e não aceitam empregar-nos. Por isso, é que temos que trabalhar por conta própria! Quem sabe? Poderá ser que amanhã sejamos capazes de superar a pobreza. (EC-12:HJ)

A partir do momento em que a cidade desvaloriza os produtos do campo, por aí começa a marginalização. (EC-15:HAC)

No contexto angolano, a marginalização nas relações entre a sociedade urbana e as comunidades rurais se manifesta em diversas esferas da vida; em alguns casos, assume contornos de discriminação social, quando os sujeitos oriundos do meio rural são depreciados ou simplesmente preteridos no acesso às oportunidades, particularmente, na hora de selecionar para o emprego. O Testemunho a seguir coincide com este entendimento.

A pobreza advém da marginalização da sociedade rural pela sociedade moderna dado que, se o meu pai fosse um sábio e dominasse um ofício seria capaz de mostrar-me onde trabalhar como filho que sou; como não temos um nível razoável de instrução, aqueles que avançaram nos estudos olham para nós como inaptos ou como gente sem valor. (GDJ-1:HJ)

Em outros casos, a marginalização funciona como um princípio que norteia a política distributiva, que, em sua essência se revela como uma prática orientada na promoção e reprodução das desigualdades sociais, em que as comunidades rurais são injustiçadas ou simplesmente ignoradas.

Nós realizamos um encontro em Luanda aonde levamos alguns representantes das autoridades tradicionais (vulgo sobas) desta província que, às vezes, acumulam as funções de líderes comunitários; antes do encontro achou-se por bem dar uma volta pela cidade para a conhecerem um pouco. No dia do evento houve um soba que disse assim: como é injusto este mundo? Enquanto nós na aldeia lutamos para, pelo menos, cada filho ter a sua enxada para irmos todos cultivar e aumentar a produção, aqui cada filho tem o seu carro; na garagem não cabem, em todas as casas há tantos carros. Aqui está o problema da má distribuição da riqueza nacional. (EAGEXTNR-4:MA)

A dicotomia entre o urbano e o rural precisa ser desconstruída, pois, deriva dos desdobramentos teóricos equivocados na abordagem de ambas as realidades geoespaciais. Tais abordagens acometem à cidade funções hegemónicas, por ser um centro de produção intelectual e de tomada de importantes decisões que definem o destino de toda a sociedade; e, as comunidades rurais tidas como espaços residuais onde tem lugar atividades que requerem esforços físicos consideráveis. Pela sua historicidade, as cidades se formaram a partir de uma base socioeconómica, cultural e espiritual rural; logo, não faz sentido a visão linear e pejorativa a que se apegam as elites urbanas ao considerarem as práticas tradicionais, as relações sociais e culturais circunscritas a um espaço geográfico delimitado e a predominância da produção agropecuária como as únicas variáveis a ter em conta na definição das relações que se estabelecem com os sujeitos oriundos das comunidades rurais. Não obstante disporem na actualidade de especificidades próprias, a cidade e o campo constituem uma totalidade que se encontra em um contínuo processo de integração e transformação, na qual se destacam dinâmicas políticas, sociais, económicas, culturais e espirituais das quais depende o seu desenvolvimento.

10.9. Estratégias para a superação da pobreza em Ekovongo

Na comunidade de *Ekovongo*, apesar de a produção agrícola garantir a sobrevivência das famílias, os comunários adotam estratégias com vista a maximizar as oportunidades que o meio oferece para melhorar as suas condições de vida; tais estratégias consistem fundamentalmente na cooperação recíproca interfamiliar, no sistema informal de crédito, associativismo e cooperativismo, na busca de emprego temporário, emigração, diálogo e participação, entre outras.

a) A cooperação recíproca interfamiliar

Uma das estratégias que os comunários de *Ekovongo* utilizam consiste numa espécie de pacto de cooperação entre dois ou mais clãs familiares que funcionam com muita eficiência na execução conjunta de projetos de construção de residências individuais com o uso de material local, que requereriam muito mais tempo e envolveriam elevadas quantidades de dinheiro. Em *Ekovongo*, a construção de residências é feita na maioria dos casos com material local de tipo adobe. Como o período de seca ou cacimbo varia entre três e cinco meses, ou seja, de Junho a Agosto ou de Maio a Setembro, a construção de residências deve efetivar-se nesse curto espaço de tempo e as famílias que fazem parte do pacto de cooperação interfamiliar são notificadas previamente sobre a empreitada; assim, que termina a época de chuvas, as famílias do pacto se juntam em duas etapas para executarem o projeto de construção da residência sem encargos financeiros por parte do beneficiário. Na primeira etapa realizam atividades relacionadas com a extração de adobes, pelo que observam um intervalo de dois ou três meses para deixá-los secar; a segunda etapa consiste na construção propriamente dita, cabendo ao beneficiário a realização posterior dos acabamentos. Entretanto, em ambas as etapas, o beneficiário tem a obrigação de organizar a logística para garantir as refeições dos participantes do projecto. Com a participação das famílias do pacto de cooperação interfamiliar, o projeto de construção que em situação normal levaria três ou cinco meses pode ser concluído em apenas uma ou duas semanas, o que constitui um alívio em termos de tempo e menos custos financeiros para o seu beneficiário.

b) O sistema informal de crédito

O sistema informal de crédito é um mecanismo que os comunários adotam na base da confiança mútua; consiste em solicitar de alguém que dispõe de recursos financeiros uma determinada quantia de dinheiro sob a forma de crédito a prazo, que pode ser amortizada com uma percentagem de juros acordada entre as partes.

Esta modalidade acarreta riscos de vária ordem, mas os comunários aderem a ela como forma de resolverem os problemas que surgem no dia-a-dia. No contexto de uma comunidade rural onde não existe um sistema formal de segurança social, nem instituições bancárias, este sistema de crédito informal¹²⁸ funciona como uma estratégia para mitigar a pobreza que assola a população que reside nesses espaços.

c) Associativismo

Em *Ekovongo* parece vislumbrar entre os comunários a consciência de que, para alcançar a produtividade se torna necessário o recurso ao associativismo comunal e formal, pois este constitui um mecanismo privilegiado que as comunidades rurais dispõem para reivindicar apoios destinados aos projetos agrícolas junto das instituições extracomunitárias da província.

Nota-se o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo um pouco por todo o lado, a tendência é as pessoas associarem-se, organizarem-se por ser a forma de conseguir ter apoios, mediante cooperativas e associações e isto tem estado a dar um outro movimento às comunidades rurais e também uma forma de resolução dos vários problemas que enfrentam. (EAGEXTNR-4:MA)

Em *Ekovongo*, a cultura associativa fora do clã familiar ou do círculo de amizades ainda é incipiente; os comunários alimentam receios de verem as suas terras expropriadas pelo estado que se assume como principal investidor. Além disso, receiam pelo clientelismo político a que podem estar sujeitos diante da formação política que dirige o estado. Por conseguinte, as iniciativas associativas não têm atraído um número considerável de habitantes da comunidade de *Ekovongo*.

Entretanto, paralelamente ao associativismo formal existe outra modalidade de associação que consiste em atribuir a um membro da família ou a um amigo a quem se reconhece algumas competências, a responsabilidade de criar os animais domésticos de um sujeito para, ao longo de vários anos se reproduzirem. Em caso de sucesso, as partes dividem o número de animais de acordo com a percentagem acordada. O depoimento a seguir reporta essa modalidade associativa.

Eu que sou residente de *Ekovongo* posso entregar os meus porcos, cabritos ou mesmo bois ao cuidado e responsabilidade de um amigo

¹²⁸ Nas comunidades rurais onde não existem serviços de assistência sanitária pública, o crédito informal funciona também sob a forma de prestação de serviços, que o beneficiário pode pagar com um trabalho que presta na lavoura do enfermeiro ou do curandeiro, ou ainda com uma galinha, e nalguns casos, com um cabrito.

residente na comunidade de kalufele ou mesmo a um amigo residente na comunidade de Nguengu. Ali os animais reproduzem-se e multiplica-se o número; em cada ano posso realizar uma visita aos meus amigos para obter dados ou informações sobre a situação dos mesmos. Às vezes são os próprios amigos que se deslocam para cá visitar-me e informar como os animais estão se reproduzindo; depois de alguns anos, e tendo em conta o aumento do número de animais, eu próprio tomo a iniciativa de visitar os amigos e gratificar-lhes pelo bom trabalho que têm realizado, isto é, dividir os animais de modo que eles também se sintam satisfeitos com os resultados do seu trabalho. Os meus amigos também podem proceder da mesma maneira; entregar aos seus amigos aqueles animais que receberam de mim para esses os criarem. Desta maneira, a riqueza que era de uma pessoa acaba por se expandir e beneficiar muita gente. (EGC-11:HAC)

O associativismo é uma importante ferramenta para a qual convergem interesses e iniciativas colectivas; trata-se de uma estratégia adequada para combater a pobreza e melhorar as condições de vida no plano individual e colectivo. O associativismo permite que as interações, as relações e o intercâmbio de experiências entre seus membros se constituam em oportunidade de autorealização e desenvolvimento.

d) A emigração e a busca de emprego temporário

Desde o término da guerra civil em 2002 aos dias de hoje, regista-se um intenso movimento migratório das populações do meio rural para os centros urbanos em busca de segurança, devido aos receios de um possível retorno à guerra; além disso, o movimento migratório com destino aos centros urbanos constitui uma forma de busca de respostas aos desafios impostos pelas transformações políticas, culturais e socioeconómicas impulsionadas pela globalização, mas, sobretudo, á dramática situação de pobreza que assola as comunidades rurais.

Ora, o cenário acima descrito se observa com maior visibilidade e expressão em *Ekovongo* onde a população ativa constituída maioritariamente por jovens, mas também adultos, emigrou para as cidades, como forma de busca de alívio ao trauma da guerra que deixou marcas indeléveis, devido aos assassinatos em massa, a pilhagem das residências e respectivos recursos económicos (bens imóveis, animais domésticos, etc) que os comunários haviam acumulado durante o período anterior ao conflito. O depoimento que abaixo segue descreve a dramática situação do pós-guerra nesta comunidade.

Houve muita emigração! Aqui passou um genocídio horrível em que muitas pessoas foram assassinadas à machadada em 1985. Em razão de tais acontecimentos os homens, entre adultos e jovens sobreviventes emigraram para outras partes do País. Alguns emigraram à procura de emprego nas cidades; outros emigraram por outros motivos. (EC-5:MAC)

Embora os comunários de *Ekovongo* considerem os horrores exacerbados da guerra como factor que acelerou o movimento migratório registado no pós-guerra, a sua principal causa radica fundamentalmente na pobreza multidimensional que tem arrastado as comunidades rurais para um estado de miséria que se prolonga, mesmo quando procuram destinos urbanos. Os testemunhos abaixo corroboram deste entendimento.

As pessoas emigram principalmente por causa da pobreza; as pessoas pensam que o simples facto de residir na cidade diminui a pobreza, mas, pelo contrário, ela aumenta substancialmente. (EC-10:HA)

A maior parte dos que emigraram para as cidades são jovens e esta categoria está bastante reduzida aqui na comunidade. Alguns saíram devido às dificuldades que já mencionei atrás; outros jovens emigraram para a cidade de Luanda e lá se tornaram delinquentes, mas, há ainda tantos outros que emigraram para as cidades a procura de trabalho e melhoria das condições de vida, visto que, aqui os rendimentos da produção agrícola são muito baixos. Na cidade, muitos deles não passaram por uma formação profissional e não dominam ofícios. (EC-1:HAC)

Em *Ekovongo*, a população que participa do movimento migratório é maioritariamente jovem, mas há também adultos que emigram tendo como destino a cidade do Kuito para estarem próximo da sua área de origem e levar a cabo, sempre que possível atividades agrícolas em seus campos habituais.

Aqueles que emigraram para a cidade por motivos de trabalho, visitam regularmente a comunidade e, paralelamente ao exercício de funções nos departamentos administrativos desenvolvem atividades de produção agrícola; participam dos óbitos e de outros eventos que acontecem aqui na comunidade; aqueles que não dispõem de tempo suficiente para desenvolver atividades de produção agrícola, enviam dinheiro aos parentes para esses garantirem a execução de tais atividades localmente. (EC-1:HAC)

Se, por um lado, os adultos optam pela cidade do Kuito para estarem mais próximo da sua área de origem, os jovens emigram preferencialmente para a Capital Luanda em busca de trabalho assalariado, mas, por falta de qualificações se vêem obrigados a optar por empregos temporários como jornaleiros, e nalguns casos, de

longa duração, em quintas e fazendas agrícolas pertencentes a figuras abastadas ligadas ao núcleo do poder, situadas na periferia da cidade.

A larga maioria de jovens das comunidades rurais que emigram para a cidade de Luanda não dominam ofícios, e nesta condição optam por biscates junto dos armazéns pertencentes na sua maioria às mesmas figuras do poder, onde exercem o papel de carragadores, auxiliando os clientes na transportação de mercadorias adquiridas e empurrando carros de mão para receberem em compensação alguns trocos. Em ambos os casos, os rendimentos que estes jovens conseguem arrecadar nunca são suficientes para assegurar a sua própria sobrevivência, sobretudo no actual contexto de crise generalizada, marcada por sucessivas receções económicas e agravada pela situação de quase paralização, imposta pela Pandemia da COVID-19. Por conseguinte, a maioria desses jovens em situação de profunda vulnerabilidade é atraída para a delinquência. Não obstante, os jovens que trabalham em empregos temporários nas cidades trazem sempre consigo alguma aprendizagem adquirida durante o período de permanência no espaço urbano e aportam à comunidade experiências inovadoras que contribuem de forma positiva nas transformações em curso em *Ekovongo*.

e) A relação com os agentes externos

Os agentes externos aportam um *know how* que as comunidades rurais não possuem de momento, mas precisam para alavancar aqueles domínios que ainda não estão abrangidos por esse processo. Em *Ekovongo*, os agentes externos pertencentes a instituições públicas estão envolvidos em tarefas de educação formal dos comunários e nos serviços de assistência sanitária. Além dos agentes públicos, participam dos processos de desenvolvimento de *Ekovongo* as agências internacionais, nomeadamente a *UNICEF*, assim como a Organização Não Governamental da República Checa denominada *PEOPLE IN NEED* que, apesar de não residirem na comunidade, implementam projetos em parceria com o governo local, que são de suma importância para o seu desenvolvimento.

Temos um programa, um projeto denominado saneamento liderado pela comunidade. Desde o ano passado até a presente altura o projeto está a ser implementado nos municípios de Kuito, Andulo e Kamacupa. (...) A mensagem chave deste projeto é acabar com a defecação ao ar livre; é um projeto que teve início como experiência piloto na Província da Huila, é coordenado pelo Ministério do Ambiente e nós participamos como parceiros. São projetos coordenados pelo governo em que nós temos uma parceria fundamental. Nesta altura, nós temos estado a sensibilizar as comunidades em um processo de treinamento dos sobas, líderes

religiosos, professores nas escolas, para passarem a mensagem de que não se pode defecar ao ar livre. É um processo muito bonito em que a comunidade apropria-se da mensagem; porque os exemplos e conforme conduzimos o treinamento eles apropriam-se da mensagem. (EAGEXTNR-1:HA)

A *PEOPLE IN NEED* tem realizado inquéritos; no ano passado, antes de iniciarmos com a implementação dos projetos nesta região, primeiro contactamos com o Administrador de *Ekovongo* que, por sua vez, levou-nos para as comunidades vizinhas, onde realizamos inquéritos para obter dados sobre o modo de vida das populações, o saneamento básico, a água que consomem, porque tínhamos um produto químico para testar se a mesma era potável ou não, etc., etc. Neste projeto de saneamento básico liderado pela comunidade estabelecemos algumas metas; depois da monitorização, se obtivermos resultados positivos no saneamento, a *PEOPLE IN NEED* outorga: uma manivela de extração de água àquela comunidade que se destacar em primeiro lugar; um kit de plataformas sanitárias, para aquela comunidade que se destacar em segundo lugar e quatro barras de sabão à comunidade que ocupar o terceiro lugar. (EAGEXTER-4:HA)

A relação com os agentes externos e a sua participação em ações de treinamento constitui um valioso contributo ao processo de desenvolvimento comunitário, apesar de que, os projetos por eles implementados não apresentam alguma complexidade, pois, o Município do Kuito dispõe de recursos humanos capazes de realizar as tarefas neles consignados. Não obstante, as interações entre os agentes externos e os comunários constituem uma oportunidade de intercâmbio de conhecimentos e experiências, que beneficiam a própria comunidade.

f) A participação

A participação é uma forma de intervenção que desde tempos remotos caracterizou a cultura *umbundu*. No contexto do atual estado moderno, a participação assume um carácter renovado com o advento da democracia e expressa o nível de consciencialização cidadã no sentido de exercer as suas responsabilidades como sujeito de direitos e protagonista do seu próprio desenvolvimento. A participação pode ser feita de forma directa ou através de um representante junto dos órgãos que tomam decisões ao nível local, dependendo da evolução do processo democrático no País.

O que temos observado é que de forma individual as pessoas não vão conseguir resolver os seus problemas; então, apenas tem sido eles organizarem-se em grupos, cooperativas e uma vez que está aberta

essa possibilidade de participar nos conselhos de auscultação e concertação e eleger os seus representantes legítimos junto desses conselhos; mas antes tem que haver fóruns de aldeia, da comuna que são também espaços de concertação comunitária. (EAGEXTNR-4:MA)

Em *Ekovongo*, funcionam as duas modalidades: directa e representativa. A primeira é aplicável quando se trata de processos ou cenários endógenos que têm lugar no quotidiano comunitário; a segunda é exercida pelos líderes e autoridades tradicionais que representam os comunários junto do Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade. Teoricamente, este é um órgão pelo qual a comunidade canaliza os problemas que afectam as suas vidas ao Governo Provincial. Entretanto, este Conselho funciona com pouca eficiência, visto que, os resultados do seu empenho são praticamente invisíveis.

Conclusões do capítulo

À semelhança de outras comunidades rurais, *Ekovongo* enfrenta uma situação de pobreza multidimensional que se expressa de múltiplas formas que se resumem em carências de bens materiais e de recursos financeiros para assegurar o bem-estar material; a carência de conhecimentos técnico-científicos e tecnológicos para exercer com segurança as atividades de elevada complexidade técnica; e, a insuficiência de infraestruturas e serviços para atender as necessidades básicas dos comunários.

Apesar do empenho dos comunários em adotar iniciativas e estratégias orientadas na busca de melhores condições de vida, persistem os factores que potenciam a reprodução da pobreza, nomeadamente, o analfabetismo, a marginalização da sociedade moderna, as políticas que promovem as injustiças e as desigualdades socioeconómicas, entre outros. Estes factores se consolidaram ao longo da história, desde o período da escravatura que marcou a primeira etapa da colonização, passando pela estabilidade com a adesão de Angola ao sistema capitalista mundial, no âmbito da qual foi sistematicamente destruída a economia autóctone, até à atualidade pós-colonial, caracterizada por uma tendência de neocolonização doméstica.



Conclusões da Investigação

O presente estudo tem por finalidade desvendar as reais causas da pobreza que caracteriza as comunidades rurais *ovimbundu*. A sua realização surgiu da necessidade de compreender o modo como os processos (políticos, sociais, culturais, económicos, etc), que têm marcado a sua história contribuem para a situação em que essas comunidades se encontram atualmente. Trata-se de um estudo de pendor crítico, uma vez que, se revela comprometido com a complexidade de questões de ordem política, social, cultural, ambiental, económica e religiosa que se desenham atualmente nas comunidades rurais *ovimbundu* e na sociedade angolana em geral. Para a sua efetivação optou-se por um enfoque de corte etnográfico por ser a que mais se aproxima da realidade estudada, cujos protagonistas são sujeitos que habitam uma comunidade rural. Um estudo etnográfico tem a vantagem de ser flexível em virtude da sua orientação naturalista e fenomenológica (Miguel, 1998); mas, apesar da flexibilidade requer do investigador uma postura de rigor quando se trata de ir ao encontro da informação, pois, não deve descuidar-se ao ponto de distorcer a realidade dos fenómenos a serem estudados ou descontextualizá-los do meio natural em que os mesmos têm lugar.

Numa etnografia se dá primazia aos aspetos culturais como a população, os modos de vida, as pautas de socialização, os processos de construção de crenças e valores (Hurtado, 1998). Entretanto, com o presente estudo procurou-se ir mais além dos aspetos culturais, abrangendo questões de ordem política, económica e ambiental, para obter uma compreensão holística dos processos comunicativo-educativos que se geram na comunidade de *Ekovongo* com vista ao seu desenvolvimento.

Para a realidade angolana, o estudo se constitui numa viragem da página na relação entre a academia e o meio rural que durante muito tempo permaneceu à margem das atenções e praticamente esquecido do conjunto das prioridades eleitas pelas universidades nos seus esforços de investigar os problemas sociais. Os resultados espelhados neste trabalho respondem, por um lado, a questão central e aos questionamentos subjacentes formulados de partida; por outro, os mesmos atendem aos objetivos que se pretendia alcançar com a realização desta

investigação. Apesar de estar circunscrito à comunidade de *Ekovongo*, muitos dos seus resultados podem ser transferidos para outras comunidades rurais *ovimbundu* e, mesmo para outros espaços rurais que se assemelham social e politicamente, ainda que sejam diferentes do universo cultural estudado.

Com vista a atender aos objetivos formulados na Tese, realizou-se o presente estudo, cujo tema figura no início do texto. O estudo desenvolveu-se em sete fases, conforme consta da descrição feita no capítulo cinco do marco metodológico. Os objetivos constantes em 1, 2 e 3 foram respondidos nos capítulos I, II, III, IV, V e VI do Marco teórico. Enquanto os constantes em 4, 5, 6 e 7 foram atendidos nos capítulos VII, VIII, IX e X. As conclusões do estudo se apresentam em dois eixos: o primeiro espelha as conclusões extraídas da revisão da literatura da qual se procedeu a análise cruzada das ideias que diferentes autores aportam, para dar suporte teórico-conceptual e destacar aquelas que se identificam com o presente estudo. O segundo eixo espelha as conclusões da análise e interpretação, contrastadas com o marco teórico que fundamenta o estudo e que permitem uma compreensão mais ampla dos resultados. Os apartados que seguem refletem as conclusões das temáticas abordadas no primeiro e no segundo eixo.

1. Conclusões da revisão da literatura

Aproximação conceptual sobre comunidade

A revisão da literatura leva a concluir que a comunidade é uma realidade imprescindível no pensamento sociológico contemporâneo, pois, a sua análise suscita animosidades que precisam ser consideradas e discutidas por todos os estudiosos das ciências sociais, principalmente os das ciências da educação. Na abordagem deste tema recorreu-se a distintos autores, cujo pensamento permite uma percepção elaborada sobre a comunidade. A análise realizada coincide com Durkheim (1893) que acomete à comunidade a consciência colectiva baseada nas crenças e nos sentimentos comuns; mas também com Tönnies (1922) que considera a comunidade e a sociedade como eixos condutores para estruturar a realidade social em suas múltiplas dimensões (social, política, cultural e económica); ou ainda com Weber (1964) que concebe a comunidade como uma relação em que a atitude e a ação se inspiram nos sentimentos subjetivos; e, Williams (2003) que define a comunidade em termos de entidade que transmite um sentido de identidade e características comuns. Sendo a comunidade rural o espaço predilecto do estudo foram considerados oportunos os aportes de autores como Bauman (2006) que considera a comunidade como espaço mais seguro em relação a sociedade; mas, também Goldewasser (1974) que concebe a comunidade humana como um quadro organizado de relações pessoais regido por um certo padrão cultural historicamente construído; e ainda Vassberg (1992) que define a comunidade rural como um governo corporativo semi-autónomo, capaz de gerir os assuntos comunitários

(construção e manutenção de estradas, etc), pelo que lhe assiste o direito de eleger os seus representantes junto dos poderes locais.

Assim, advoga-se uma concepção de comunidade rural entendida como uma forma de organização social, situada num espaço territorial delimitado, onde as relações entre os sujeitos se regem por um sentimento de pertença a um grupo humano e estejam impregnadas de uma consciência colectiva capaz de gerir os assuntos comunitários (políticos, sociais, culturais, económicos, ambientais, etc). Tais relações sejam sustentadas e dinamizadas por um repertório de valores culturais (tradicionais ou de outra espécie) historicamente construídos. Dito de outro modo, a comunidade que se advoga é aquela que, além dos elementos já mencionados converge para a proposta de Vassberg (1992), ou seja, que se apresenta com características de um governo semi-autónomo, que dispõe de um conjunto de direitos, entre os quais, os de eleger os seus próprios representantes junto dos poderes públicos locais.

Educação e desenvolvimento comunitário: desenvolvimento humano sustentável

Neste apartado, a análise coincidiu com o pensamento de (Caride et al., 2007) que consideram o homem, a natureza e a divindade, isto é, entes reais e mítico-simbólicos como agentes educativos, bem como a necessidade de conceber a educação tendo sempre presente os interesses das pessoas para quem ela se destina; e também Vargas (2002) que de forma inovadora agrega ao conceito da educação as preces, as súplicas, os rituais, os gestos e desenhos considerados como códigos verbais e não verbais que veiculam mensagens educativas; assim como a perspectiva de Touriñan Lopez y Sánchez (2006) que definem a educação como um processo de aprendizagem orientado para o cultivo da inteligência e para a construção da experiência axiológica.

Quanto à relação entre educação e desenvolvimento importa referir que ambos conceitos se constituem em duas faces da mesma moeda, que (Caride et al., 2007) descrevem como componentes que “(...) conformam um binómio indissociável, porquanto a finalidade de ambas na sociedade é alcançar melhores condições de vida e uma maior humanização” (p. 178). De acordo com estes autores, a relação educação-desenvolvimento deve ser concebida em duas vertentes: 1) A educação como consequência ou efeito do desenvolvimento; e, 2) A educação como factor decisivo para o desenvolvimento. O estudo alinha com Allegrini (2000) para quem a educação constitui uma condição necessária, senão mesmo imprescindível para que haja desenvolvimento; e, também Rolando (2007), que apresenta três dimensões que impregnam a relação educação e desenvolvimento: a) dimensão humana subjetiva; b) A dimensão projetiva da sociedade; e c) A dimensão das

mudanças globais marcadas por contradições, debilitamento do sentido de pertença, do protagonismo do Estado e da esfera pública.

No concernente à educação e desenvolvimento comunitário, esta relação deve ser entendida como um processo de integração das instituições educativas, dos seus *modus operandi* para dentro da realidade, isto é, inserir-se nos modos de vida da comunidade que deve ser efetivada através da valorização da cultura e das experiências locais. Neste particular, o estudo coincide com (Caride et al., 2007); e, também alinha com Ware (1954) que concebem o desenvolvimento comunitário como um processo em que os cidadãos capazes devem assumir-se como responsáveis pelo seu progresso, diagnosticam seus problemas, planificam, executam e buscam soluções em estreita colaboração com os poderes públicos; mas, também com Marchioni (1999) que advoga os princípios de participação e autodeterminação das colectividades. O estudo corrobora ainda com a perspectiva de Caballo, Candia, Caride y Meira (1996) que concebem o desenvolvimento comunitário como um processo holístico e multidimensional. Visto nestes termos a educação e o desenvolvimento comunitário constituem um desafio que interpela os educadores e todos os actores sociais para a necessidade de convergirem os esforços com vista à recuperação da esfera pública e da cidadania ao nível local.

Quanto ao desenvolvimento sustentável cabe referir que, durante muito tempo, o pensamento dominante sobrevalorizou o crescimento económico entendido como sinónimo de desenvolvimento, sabendo-se que, na maioria dos casos, o mesmo não se reflete no bem-estar das pessoas. Não obstante, em finais do século XX produziram-se mudanças significativas no pensamento sobre o assunto, com a criação em 1982 de uma Comissão Mundial sobre o meio Ambiente, chefiada pela Primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, que produziu o documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, tornado público em 1987. Desde então, o termo desenvolvimento se faz acompanhado do atributo humano e sustentável e a sua conceptualização passa a seguir delineamentos mais humanistas. Neste particular, destacam-se (Caride et al., 2007) que concebem o desenvolvimento humano sustentável como um processo de eliminação da pobreza; Ross (1955) e Sen (1998), que o definem como desenvolvimento de capacidades; Haq (1995) e Sachs (1993) que agregam ao desenvolvimento humano sustentável as dimensões: equidade, empoderamento, produtividade, sustentabilidade social, económica ecológica e espacial.

Com essas propostas operou-se um deslocamento da perspectiva meramente material para uma visão que incorpora o meio ambiente e concebe o desenvolvimento como ampliação das capacidades e das opções das pessoas, o acesso à uma boa nutrição, aos serviços de saúde, à educação, à proteção contra todas as formas de violência, as liberdades políticas e culturais, e ainda a participação em atividades comunitárias. Este novo paradigma coloca enormes

desafios perante as sociedades, que apontam para a necessidade de construção de uma nova cosmovisão que possibilite as realizações humanas em todas as dimensões, isto é, a afirmação do ser humano como portador de crenças, símbolos, atitudes, comportamentos e valores resultantes da relação que se estabelece com o meio natural e social em um contínuo processo educativo.

O fracasso dos modelos e das políticas de desenvolvimento na África Subsaariana

Na África Subsaariana, o desenvolvimento se caracteriza pela prevalência das experiências elaboradas nas sociedades pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais. Durante a colonização, polarizaram-se as relações entre os países do centro ou dominantes e os países da periferia dependentes, isto é, criaram-se mecanismos para a transformação das colônias africanas em mercados, para onde seriam exportados os produtos industrializados provenientes da metrópole, através da implementação de políticas orientadas para a consolidação da dependência das sociedades africanas em relação às metrópoles colonizadoras. Foi nesse período que os países africanos especializaram-se na extroversão económica, através da exportação de matérias-primas, com especial destaque à exportação de minérios e produtos minerais, isto é, se cristalizou em África o fenómeno rendeiro, consubstanciado no enriquecimento sem desenvolvimento.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial pareciam vislumbrar horizontes para uma nova era de desenvolvimento em África, com o nascimento do pan-africanismo e com ele os movimentos de libertação dos países, que, desde logo, começaram a formular propostas de contrato social pós-independência, embora as mesmas não tivessem sido suficientemente esclarecedoras quanto aos modos de relacionamento entre as elites detentoras do poder político e o povo, nem delineadas as formas de participação da população nos processos de desenvolvimento. Foi nessa altura que se começou a construir o distanciamento entre as elites detentoras do poder político e o povo, e, se cristalizou a legitimidade dessas elites na formulação das políticas de desenvolvimento para o conjunto da sociedade, sem a participação dos diferentes segmentos societários. O modelo de desenvolvimento adotado por uns e outros foi o nacional-desenvolvimentista assente na centralização das decisões e da planificação de todos os processos. Na maioria de países, o modelo nacional-desenvolvimentista e centralizado não assentava no princípio da justiça e não respeitava os direitos humanos de modo a providenciar os serviços básicos a toda a população e promover o equilíbrio entre os diferentes segmentos sociais. A sua implementação durante várias décadas teve por consequência o aprofundamento das desigualdades entre as elites do poder e a maioria da população, mas, sobretudo, a pauperização dos pobres residentes maioritariamente nas comunidades rurais. Além disso, o distanciamento entre as elites que controlam o poder político e económico diante do povo, explica em grande medida as profundas desigualdades

que permeiam as sociedades africanas, bem como o fracasso das políticas e das estratégias de desenvolvimento endógeno ensaiadas ao longo de mais de 50 anos. Embora tenham sido ensaiadas a industrialização para a substituição das importações, a satisfação das necessidades básicas, o Plano de Ação de Lagos, as políticas e as estratégias de integração sub-regional e continental, com a finalidade de inverter a dependência externa, dando primazia ao desenvolvimento endógeno, o certo, porém, é que, na maioria de países, o quadro se mantém e o protagonismo ainda não se deslocou do epicentro “das elites” para os diversos segmentos da sociedade, a fim de permitir uma maior participação da população, não somente na tomada de decisões, mas, sobretudo, no conjunto das ações que circunscrevem os processos de desenvolvimento.

No que diz respeito à educação e o desenvolvimento, a maioria de países não aplica aquele princípio que pode ser considerado de discriminação positiva entre o rural e o urbano, no desenho das políticas educativas. O modelo educativo adotado pela maioria de países africanos é homogeneizador e promotor da exclusão social, porquanto, os currículos, os planos de estudo e os conteúdos dos manuais escolares são concebidos, sem ter em conta as necessidades educativas específicas das populações residentes habitualmente nas comunidades rurais. Apesar do esforço que os estados empreendem em construir escolas nas comunidades rurais, no entendimento das populações residentes nessas comunidades, tal esforço representa tão-somente uma extrapolação das necessidades educativas da cidade para a comunidade rural, ou seja, uma estratégia de alienação cultural das suas crianças. Além do problema da língua de escolarização primária, que na maioria de países é sempre aquela do colonizador, mal dominada pelas crianças e adultos nas comunidades rurais, as propostas educativas e de aprendizagem que essas escolas realizam, estimulam a emigração de jovens para as cidades, por ser ali onde podem aplicar e tirar proveito dessas aprendizagens; essa emigração tem duas consequências: o despovoamento do meio rural que fica desprovido da força de trabalho ativa, capaz de empreender e enfrentar os desafios de desenvolvimento local; e uma segunda consequência do êxodo rural está relacionada com o sobrepovoamento dos espaços urbanos. Ora, o sobrepovoamento urbano, além dos problemas de gestão, do desemprego e do desequilíbrio em termos de distribuição da população pelo território que este fenómeno ocasiona, o mesmo é também uma das principais causas da degradação ambiental que permeia os espaços urbanos em África.

Modelos e políticas de desenvolvimento em Angola

Neste apartado, o estudo concluiu que ao longo da sua história Angola experimentou vários modelos de desenvolvimento, com destaque para o modelo escravocrata que predominou entre os séculos XV e XIX, um período longo e nebuloso, marcado pela conflitualidade entre angolanos e colonos portugueses. A

abolição formal do tráfico de escravos em 1836 não se traduziu na sua erradicação, visto que, as autoridades coloniais portuguesas trataram de substituí-lo pelo trabalho indígena, que consistia no recrutamento forçado de trabalhadores autóctones para empreendimentos coloniais, cobrança de impostos e do dízimo, criando uma situação financeira insustentável principalmente entre os habitantes das comunidades rurais.

Os argumentos expostos neste apartado se sustentam das análises de autores como Madureira (1988) e Wheeler & Pelissier (2009) segundo as quais com a realização da Conferência de Berlim em 1885 na qual foi determinada a partilha de África entre as potências europeias da época, Angola integrou-se no sistema económico capitalista e passou a reger-se pelas leis de produção emanadas de Portugal, que no plano económico inauguraram uma nova era – a era da exportação de matérias-primas para a metrópole. Com efeito, os anos 1920 imprimiram uma nova dinâmica com a implantação da administração colonial por quase todo o país, o que no plano económico impulsionou a produção de diamantes, café, açúcar, milho, peixe, etc. Essa dinâmica prolongou-se até a década de 1950 e contribuiu para a realização de grandes investimentos consubstanciados na construção da rede viária nacional, linhas ferroviárias, aeródromos, bem como de outras infraestruturas. Esse quadro de sucesso económico terá levado as autoridades coloniais portuguesas a desenvolverem as primeiras experiências de industrialização nas décadas de 1960 e 1970.

O estudo conclui, que as autoridades coloniais portuguesas adotaram políticas discriminatórias, nomeadamente o Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas, por via do qual se regiam as relações entre indígenas e não-indígenas, a política de assimilação e uma política educativa orientada na aculturação dos indígenas para a sua transformação em portugueses. Enquanto isso, no período Pós-Independência, Angola experimentou um modelo socialista de desenvolvimento centralizado e autoritário, que negava a partilha do poder político pelas elites regionais, o que propiciou a sua contestação por uma larga maioria de angolanos que não se reviam nele, tendo evoluído para uma guerra civil que durou 27 anos. No plano económico, o modelo socialista assentava na planificação centralizada (Gomes, 2009) e negação explícita do mercado. Já na esfera social, embora as políticas advogassem teoricamente a igualdade, a justiça social, a melhoria das condições de vida do povo e a elevação gradual do seu bem-estar, na prática, esses princípios foram inviabilizados pelos preconceitos herdados do período colonial, que favoreceram a manutenção, a afirmação e a consolidação das elites formatadas na perspetiva da política colonial de discriminação, segmentação ou diferenciação social, e por vícios como o cabritismo, a corrupção, o nepotismo, etc., inerentes a própria natureza dos regimes neo-patrimonialistas.

Com o fim da guerra e a consumação dos acordos de paz em 2002, Angola vem experimentando políticas públicas orientadas para a reconciliação nacional, a reconstrução de infraestruturas e no relançamento da economia para o combate à pobreza. Com esta perspetiva, foi desenhada uma Estratégia de Combate à Pobreza (2003-2007), com incidência para as comunidades rurais, pese embora tenha tido um fraco impacto na redução da pobreza entre as populações residentes nessas áreas.

Modelo elitista de educação

No concernente à educação as análises feitas às obras de autores como Henderson (2001), Samuels (2011), Ngaba (2012), Liberato (2014) e Oliveira (2015), permitem concluir que no período colonial foram as igrejas (católica e protestante) que mais se destacaram na educação dos angolanos autóctones. Além disso, durante o período colonial as escolas formais públicas funcionaram como instrumentos para veicular a ideologia colonial e fascista, com a finalidade de transformar os angolanos em sujeitos dóceis ou assimilados, para serem inseridos na sociedade portuguesa como cidadãos de terceira classe, visto que, os de segunda classe eram portugueses nascidos em Angola. Esse sistema baseado na discriminação e diferenciação culminou na conformação de uma sociedade marcada por conflitos de carácter político-ideológico, social e racial, que se reproduzem na atualidade, devido à apatia e inércia das elites e das instituições do poder. À semelhança do que ocorre na maioria de países africanos, também em Angola não se aplica o princípio da discriminação positiva entre o rural e o urbano no desenho das políticas educativas e de desenvolvimento.

O modelo educativo que vem sendo implementado atualmente em Angola mantém o seu carácter elitista, homogeneizador e promotor da discriminação social e cultural, porquanto, os currículos, os planos de estudo e os conteúdos dos manuais escolares são concebidos, sem ter em consideração as necessidades educativas específicas das populações autóctones e muito menos daqueles que residem habitualmente nas comunidades rurais. A sua implementação nas comunidades rurais traduzida na construção de escolas formais nesses espaços é percebida por essas populações como uma extrapolação das necessidades educativas das cidades para o contexto rural e tem produzido dois efeitos correlacionados: a) a emigração da população activa para as cidades (êxodo rural); e, b) o sobrepovoamento dos espaços urbanos. Ora, o êxodo rural promovido, em grande parte, pelas políticas educativas e de desenvolvimento que vêm sendo implementadas em Angola, tem propiciado o sobrepovoamento das cidades, agravando ainda mais o fenómeno da desordem urbana, o desemprego, a criminalidade e a degradação ambiental nos espaços urbanos. Não obstante, no período Pós-Independência, Angola implementou duas reformas educativas, cujos resultados traduzem um forte

crescimento escolar em termos de quantidade, em todos os níveis do sistema educativo nacional, embora persista o défice em termos de qualidade.

2. Conclusões da análise e interpretação dos resultados da pesquisa empírica

Práticas socioeducativas e culturais para a construção do conceito de desenvolvimento em *Ekovongo*.

O homem estabelece relações com a natureza, no âmbito das quais elabora conceitos, visões, ideias, conhecimentos, representações sociais, a ciência, a filosofia, as crenças religiosas, enfim, a cosmovisão que dá suporte e norteia os processos de construção cultural e transformação da realidade. De acordo com (Caride et al., 2007), essa construção só é possível mediante processos comunicativos a partir dos quais se elaboram normas sociais, se instituem direitos e deveres e se projeta uma vida futura; estes processos tomam a denominação de práticas socioeducativas que expressam os fluxos comunicativos pelos quais se produzem, se permutam e se utilizam conhecimentos e saberes, que servem de matéria-prima para a produção material, intelectual e espiritual necessária à melhoria das condições de vida das pessoas.

A educação para construção do conceito de desenvolvimento

Uma imersão pelos resultados permite inferir, que, em *Ekovongo*, ocorrem práticas socioeducativas pelas quais, os comunários intercambiam saberes, elaboram os conhecimentos, as normas de conduta, as atitudes a ter perante a vida e a morte (Caride et al., 2007); estas dão sentido à dimensão espiritual do homem e orientam a relação com a natureza e as divindades, isto é, constroem e partilham experiências cognitivas que fluem numa visão colectiva de mundo (Caride et al., 2007). A partir da observação de cenários do quotidiano constata-se, que no âmbito dos processos de aprendizagem os comunários partilham as representações da vida e elaboram estratégias para alcançar o bem-estar; Também aqui a análise coincide com (Caride et al., 1997) e Allegrini (2000) ao aferir que a educação e o desenvolvimento são práticas indissociáveis que se inscrevem em um mesmo processo. Se por um lado, o desenvolvimento requer a aplicação de conhecimentos diversificados e sólidos; por outro, as práticas educativas não devem ser entendidas como actos isolados e neutros, na medida em que servem para consolidar um determinado modelo de vida e de sociedade. Por conseguinte, a educação como processo de transmissão e intercâmbio de conhecimentos envolve todos os aspectos da vida humana, o que pressupõe tratar-se de um marco cultural, uma visão de vida e de mundo que alimenta expectativas em relação ao futuro e requer estratégias para

a sua concretização. Neste sentido, o presente estudo pretende demonstrar que o desenvolvimento não se dissocia da educação e que todo o processo de desenvolvimento implica necessariamente a educação e a formação de todos os seus protagonistas.

Entre os *ovimbundu*, a família é a principal instituição que cria diversos mecanismos necessários à educação dos seus membros. Em *Ekovongo*, este postulado funciona como norma costumeira, onde a família alargada assume a responsabilidade de educar, instruir, enfim, socializar todos os membros da prole no *Onjango*, sem prejuízo da honra, do respeito, da responsabilidade e do dever sagrado que os progenitores biológicos têm, em conduzir correctamente a educação no seio da família nuclear, sempre em estreita colaboração com a família alargada e a comunidade em geral. Neste particular, a análise corrobora com (Caride et al., 2007) que atribui à família a função de “(...) principal agente de transmissão de sabres e de socialização” (p. 162), visto que, do nascimento aos cinco anos, cabe aos pais a educação dos filhos, e, dos cinco anos em diante, apesar da preponderância da mãe na educação da menina como futura dona de casa, e do pai na educação do menino como futuro chefe de família, entram em cena outros membros da família alargada, em conformidade com o sistema de filiação bilateral assente no princípio da dupla descendência (matrilinear e patrilinear), e da união inquebrantável entre ambas as entidades de carácter política, económica, social, cultural, moral e espiritual. É a família alargada que tem a responsabilidade de transmitir aos seus membros a experiência cognitiva, afectiva e espiritual que orienta as interações com os demais membros no âmbito macrosocial e comunitário. Por conseguinte, a família constitui a primeira instituição que assegura a protecção social e providencia os meios de existência necessários ao bem-estar dos seus membros.

Prosseguindo na esteira do entendimento da educação como componente indissociável do desenvolvimento, em *Ekovongo* a mesma se concebe como um processo em que se articulam múltiplas relações, quais sejam: as relações homem-homem entre si, as relações Homem-natureza e as relações homem-divindades, que se comunicam e se influenciam entre si, conformando uma realidade complexa que só pode ser compreendida no quadro de uma visão holística e global de vida e de mundo. A própria comunicação homem-homem requer uma interação do sujeito com seus semelhantes de todas as idades, nomeadamente crianças, jovens, adultos, anciãos, e com agentes externos oriundos de outras realidades que podem ser urbanas ou rurais, conformando uma relação entre tradição e modernidade.

O estudo conclui ainda, que, em *Ekovongo*, a educação escolar formal é valorizada, mas com reservas, devido à primazia que se dá à vertente teórica em detrimento da componente prática. Os comunários enviam os seus filhos à escola com a esperança de se tornarem no futuro em especialistas de importantes áreas do

saber. Contrariamente, as aprendizagens que as crianças adquirem nas escolas acabam por defraudar as expectativas dos comunários, pelo facto de que, os currículos foram concebidos com uma escassa referência ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a resolução dos problemas do dia-a-dia. Além disso, as atividades escolares centradas ao desenvolvimento das abstrações enfermam de debilidades tais, que as crianças transitam de uma classe a outra, sem terem adquirido com sucesso as noções de leitura, escrita e cálculos, para não falar das habilidades expressivas, sendo que, em conjunto formam os requisitos mínimos para o prosseguimento dos estudos em outros escalões do percurso escolar e académico. Não obstante, constatou-se durante o período de estudo, que os comunários de *Ekovongo* têm consciência da utilidade de uma educação escolar formal, por ser um importante meio para a satisfação das necessidades de mobilidade e promoção social; ao mesmo tempo, manifestam a sua indignação pelo facto de a escola formal ser usada como mecanismo de socialização e integração do autóctone na cultura ocidental, e, sobretudo, por manter a sua vocação historicamente construída, de servir como instrumento de legitimação e perpetuação das arbitrariedades das elites dominantes, nos seus esforços de promover as desigualdades sociais, marginalizar as comunidades rurais, utilizando-se das instituições e dos poderes públicos que exercem em nome do povo.

A relação homem-natureza

As relações entre os comunários e a natureza inscrevem-se na cosmovisão *umbundu* segundo a qual, a natureza têm uma identidade própria e constitui uma importante fonte de sabedoria que orienta a ação humana. O mesmo ocorre com as interações entre os comunários e as divindades ou entes espirituais, constituídos por defuntos pertencentes às linhagens, que exercem a mediação na relação entre seres humanos e o Deus Supremo, protegem e fiscalizam milimetricamente as ações e a conduta dos seus descendentes. A partir deste entendimento e seguindo o raciocínio de (Caride et al., 2007), se conclui, que a educação em *Ekovongo* não se reduz aos esquemas sistematizados próprios do ensino formal institucionalizado, posto que, a mesma abrange não só as relações que os sujeitos estabelecem entre si, mas também aquelas que decorrem das interações com o meio natural, e, ainda as relações que se inscrevem no universo simbólico-cultural e espiritual. Assim, na esteira do raciocínio de Vargas (2002), também em *Ekovongo*, os comunários interagem consciente ou inconscientemente com a natureza e as divindades através de festas, preces, ritos, visões, leitura e interpretação de sinais, interpretação de sonhos, etc. Estas circunstâncias condicionam o bem-estar individual e colectivo, pois, definem a conduta que os comunários devem ter na relação com seus semelhantes e assumir atitudes de responsabilidade no aproveitamento dos recursos naturais.

Entretanto, os princípios de reciprocidade e interdependência que comprometem a relação entre o comunário e a natureza, que funcionam como uma

espécie de pacto de convivência, vão aos poucos perdendo a sua relevância, devido a um conjunto de factores: a guerra civil prolongada e a transição para um modelo de desenvolvimento capitalista que obriga os habitantes da região a aumentarem a produtividade, e, concomitantemente, a intensificarem a exploração desregrada das florestas e dos solos para a obtenção de meios de sobrevivência, provocando a migração massiva de espécies animais e o desaparecimento das espécies vegetais raras; as alterações climáticas com o aumento das temperaturas e a redução do volume das chuvas conformando um quadro cíclico de seca, agravada com a erosão dos solos, que constroem o processo de reconstituição genética da flora e da fauna na região; a progressiva aculturação modernista da nova geração, com o advento da escolarização inspirada na cultura ocidental; a adesão desorientada da nova geração aos modelos culturais estrangeiros e estilos de vida altamente consumistas, que vêm sendo sistematicamente difundidos pela televisão e pelas redes sociais através da internet; a crescente tendência de marginalização da tradição e dos valores da cultura local quer ao nível do senso comum, quer ao nível institucional, e mais concretamente ao nível dos currículos da escola formal, tudo isso, tem contribuído à degradação progressiva das relações de reciprocidade e interdependência entre o homem e a natureza.

Apesar de todas estas transformações, a maioria dos habitantes de *Ekovongo* reverencia a natureza considerando-a como a principal fonte da vida, que ensina a sabedoria ao homem e mantém o sentido ético da convivência, interdependência e respeito entre os seres da ordem natural. Os comunários mantêm viva a arte de interpretar os sinais emitidos por distintos seres da natureza, uma atitude que gera uma tensão quando esses entendem conciliar a tradição e a modernidade, cujos efeitos se repercutem nos seus esforços de desenvolvimento endógeno. O comunário se situa, efetivamente, entre a pressão da modernidade impregnada de uma visão materialista e consumista de existência, ao mesmo tempo em que, sente a necessidade do vínculo irreversível com a natureza que lhe inspira a sabedoria para a vida.

A imposição de modelos de desenvolvimento e as políticas de empobrecimento

Seguindo a Rolando (2007), conclui-se, que, em *Ekovongo*, as mudanças globais têm sido marcadas por contradições, devido fundamentalmente à imposição de um modelo de desenvolvimento neoliberal com feições de um capitalismo selvagem, que empobrece toda a gente, provocando o abandono de padrões tradicionais de organização da vida, e, por conseguinte, a degradação da relação homem-homem, homem-natureza e homem-divindades. O abandono das formas tradicionais de organização da vida induz à adoção de estratégias de sobrevivência que a modernidade oferece para transformar o meio; tais estratégias consistem no aproveitamento irresponsável dos recursos naturais para a satisfação das

necessidades básicas; o abandono das formas tradicionais e a sua substituição por uma assimilação de padrões ocidentais modernos estimula o individualismo, o consumismo e o egoísmo.

Além disso, as conclusões do presente estudo alinham com os argumentos de (Caride et al., 2007) e Rolando (2007), que permitem perceber o drama das populações nos países em desenvolvimento. Nestes países, a pobreza resulta da mal distribuição da riqueza nacional e das oportunidades; a riqueza fica sempre concentrada em mãos de meia dúzia de pessoas, obrigando as populações a permanecerem na condição de indigência. No caso de Angola e da comunidade de *Ekovongo*, além do trauma da guerra civil, da imposição do modelo neoliberal de desenvolvimento com feições de capitalismo selvagem, do processo de transição para a modernidade e das transformações socioeconómicas que lhe são inerentes, a injustiça distributiva agrava sobremaneira a pobreza, que acaba por desestruturar as famílias, rompendo com os laços de solidariedade que antes garantiam a protecção social dos seus membros. A pobreza retirou a capacidade que a família alargada tinha de prestar ajuda às pessoas vulneráveis e fracturou substancialmente a solidariedade e o princípio de reciprocidade entre os seus membros, no sentido em que os adultos investiriam no bem-estar futuro dos mais jovens, para que estes retribuíssem posteriormente quando se tornassem adultos. Esta situação cria um ambiente social que desencoraja uma efetiva participação dessas famílias nos processos de desenvolvimento e desencadeia conflitos intergeracionais entre jovens, adultos e anciãos; os jovens atribuem a difícil situação socioeconómica que enfrentam à fraca capacidade interventiva dos adultos, no sentido de exigirem das entidades públicas investimentos direccionados ao seu bem-estar, e se manifestam contra a manutenção do *statu quo* na comunidade.

Constata-se, que, em *Ekovongo* ocorrem situações semelhantes com os agentes externos de desenvolvimento, cujas ações incidem na distribuição e consumo de conhecimentos. Os agentes externos de desenvolvimento adotam, em alguns casos, uma postura impositiva nas relações com os comunários, o que de *per si* configura um intercâmbio simétrico de conhecimentos e uma atitude depreciadora em relação à cultura local. Os agentes externos de desenvolvimento atuam como portadores de conhecimentos modernos oriundos da cultura ocidental que eles veiculam no seio da comunidade com o propósito de transformar a realidade local. Apesar das vantagens e desvantagens que decorrem do encontro entre tradição e modernidade, os comunários primam pela manutenção de boas relações com os agentes externos, numa clara estratégia de sobrevivência em um contexto de competição entre duas realidades culturais. O comunário se mostra convicto de que o seu destino está em suas próprias mãos, pois, a sorte depende da sua capacidade de tirar proveito das oportunidades que o contexto oferece e das iniciativas que ele empreende para alcançá-la e não pode ser uma dádiva que vem do exterior. Apesar desta postura de resiliência, observa-se, entre jovens e adultos, uma atitude de renúncia de

determinados preceitos da tradição a favor da assimilação de padrões da cultura moderna ocidental. O comunário imita alguns saberes que ele apreende na relação com os agentes externos, desde que, o seu conteúdo possa ser reproduzido e aplicado na vida quotidiana.

A concepção híbrida de desenvolvimento

O estudo conclui, que a diversidade de práticas educativas (formais, não formais e informais) pressupõe a existência de uma concepção híbrida de desenvolvimento (German, 2005) que concilia os estilos de vida inscritos nos padrões urbanos e ocidentais com o modo de vida assente nos parâmetros da cultura local africana; na língua *umbundu*, ambas as concepções se sintetizam nos seguintes termos semânticos: *etumbuluko*, *enonomoho* e *éyovo*. Assim, ambas as concepções de desenvolvimento (tradicional e moderna) coexistem, apesar de algumas divergências na percepção da realidade, e se conciliam naquilo que têm de comum, como, por exemplo, os esforços no aumento da produção e da produtividade, o incremento financeiro, etc, para alcançar o bem-estar, a necessidade de viver bem que requer uma boa relação no seio da família, na comunidade e para com todos os que nela habitam, como forma de evitar os conflitos. A concepção híbrida de desenvolvimento gera um conjunto de expectativas e necessidades como, por exemplo, a melhoria dos serviços de saúde, educação, de transportes de produtos para os mercados da cidade, a construção de infraestruturas rodoviárias, de irrigação agrícola, uma rede eléctrica, etc, que ilustram claramente a apropriação pelos comunários de determinados estilos de vida moderna. Esta constitui uma importante oportunidade de intercâmbio de conhecimentos para os comunários se apropriarem do *know how* que a relação com os agentes externos proporciona. Ainda assim, a preeminência da concepção ocidental de desenvolvimento provoca fracturas profundas no panorama cultural e no tecido social da comunidade; tais fracturas dizem respeito à erosão cultural, a perda da identidade e da autoestima, o abandono das normas costumeiras, o desprezo pelos valores da tradição, o descuido na relação com a natureza e as divindades, a irreverência na relação com os progenitores, os avós, os anciãos e outros membros da linhagem e da comunidade.

A partir destas análises se conclui, que a concepção híbrida de desenvolvimento abre horizontes para a reformulação do projeto comunitário e a adoção de estratégias orientadas para a transformação das antigas estruturas para a sua adequação ao novo contexto de reconstrução e desenvolvimento do País. Apesar das contradições que as transformações acarretam ao modo de vida dos comunários se deve reconhecer que a intervenção dos agentes externos de desenvolvimento, quer estatais, quer das organizações não governamentais e internacionais contribuíram para a melhoria das condições sociais dos comunários na vertente dos serviços de saúde e educação públicos. Reconhecer ainda, que a pobreza é uma

realidade presente na comunidade devido à imposição de políticas e programas de desenvolvimento inadequados à realidade socioeconómica e cultural local.

Problemas educativos e de desenvolvimento

a) Problemas culturais e conjunturais

O estudo conclui que o analfabetismo e a desigualdade de género são freios dos processos de desenvolvimento, porquanto reforçam o sentimento de resignação, cerceiam a participação em foruns onde se decide o destino das pessoas, limitam o acesso às oportunidades de ordem social, cultural e económica, potenciam a reprodução da pobreza e remetem à condição de exclusão social. Conclui-se, ainda, que à semelhança de outras comunidades rurais *ovimbundu*, os comunários de *Ekovongo* enfrentam problemas psicoemocionais decorrentes do trauma da guerra prolongada que causou a perda de ente-queridos, das suas economias, a desestruturação das famílias e a destruição do tecido social. Na mesma senda, transparece no imaginário dos comunários da insatisfação com a liderança comunitária; *Ekovongo* ostenta o estatuto de capital simbólica do Antigo Reino do Bié, que compromete a autoestima colectiva, e que, poderia ser revitalizado e adaptado ao novo contexto da construção de um Estado Democrático e de Direito em curso no País. A transformação reducionista da figura do Rei em Regedor sem poderes para exercer protagonismo perante as entidades públicas e do poder político, leva os comunários a pensar que se trata de uma inércia que pode ser superada. Os comunários se sentem em certa medida excluídos e reivindicam um quadro jurídico que permita a sua integração nos órgãos provinciais de tomada de decisões políticas.

b) Problemas estruturais

O estudo conclui, que em um contexto de desenvolvimento de tipo capitalismo selvagem, onde a economia assenta fundamentalmente na exploração do petróleo, diamantes e outros recursos minerais para a exportação, as comunidades rurais acabam sempre excluídas do processo, posto que, não são consideradas como realidades que devem ser objeto das políticas públicas. No caso vertente, a implementação deste modelo é agravada por um conjunto de problemas estruturais que frenam o desenvolvimento das comunidades rurais e do País no seu todo.

Desde o fim da guerra em 2002, Angola vem ensaiando políticas e estratégias de desenvolvimento, supostamente para reduzir os níveis de pobreza nas comunidades rurais, cuja implementação revelou-se complexa devido à Planificação Centralizada e uma multiplicidade de intervenientes sectoriais; de 2004 a 2009, o Governo implementou a Estratégia de Combate à Pobreza, Reinserção Social, Reabilitação, Reconstrução e Estabilização económica, que foi coordenada ao nível da Estrutura Central pelo Ministério do Planeamento, mas, o

monitoramento e a avaliação estava acometida a uma Comissão Técnica Multisectorial. Para a sua operacionalização estava prevista a criação de comissões provinciais de implementação e avaliação, o que não aconteceu por falta de pessoal com capacidade técnica requerida em empreendimentos de grande dimensão. Além da falta de condições humanas e técnicas para criar estruturas funcionais e garantir a sustentabilidade das estratégias ao nível dos municípios, existem ainda problemas de articulação das estruturas de base com as intermédias e centrais. Não há alinhamento dos programas e projetos municipais com o Plano Nacional de Desenvolvimento; os municípios vivem uma forte dependência financeira perante a Direção Provincial do Ministério das Finanças, e, isso tem implicações na gestão orçamental. Além disso, uma parte significativa dos orçamentos é canalizada através dos investimentos consignados aos programas ministeriais que são nacionais. Por conseguinte, os municípios não dispõem de autonomia suficiente para implementar programas desenhados com base nas realidades locais da sua área de jurisdição. Estas distorções, além de constituírem barreiras ao desenvolvimento, conformam um esquema sofisticado de desvio do dinheiro público para benefício próprio ou da elite que se apropriou das instituições públicas.

O estudo conclui também, que apesar de *Ekovongo* e suas congéneres disporem de algumas infraestruturas básicas (escolas, postos sanitários, chafarizes e estradas), os comunários enfrentam dificuldades devido, por um lado, à falta de energia eléctrica, de serviços de transportes públicos e de serviços de captação e canalização de água para a agricultura; por outro, devido ao mau estado em que se encontram as estradas e à qualidade dos serviços prestados pelas unidades sanitárias locais. Esta situação denuncia o défice de infraestruturas e a fraca organização do funcionamento dos serviços básicos existentes. À semelhança de outras comunidades rurais *ovimbundu*, os habitantes de *Ekovongo* têm na agricultura e na criação de animais domésticos a principal base da sua economia. Com a adoção de modelos de desenvolvimento que não consideram a economia rural como prioridade, *Ekovongo* enfrenta problemas de falta de apoios institucionais situação que contribui ao agravamento da pobreza.

Com a realização do presente estudo, e mediante uma análise acurada da situação em que os comunários de *Ekovongo* se encontram mergulhados, conclui-se que existe em Angola poderes hegemónicos com feições neocoloniais, que definem e impõem um modelo de desenvolvimento em função dos seus interesses políticos, económicos, sociais e culturais. Os poderes hegemónicos são propiciados e legitimados por um modelo de organização do Estado que assenta em um trivirato de poderes que são o legislativo, o executivo e o judicial. O poder legislativo é exercido por um parlamento constituído e dominado unicamente por partidos políticos que reivindicam para si e de forma enganosa a representatividade dos interesses de todos os angolanos, o que é uma demagogia. Na prática, os partidos políticos representam tão-somente os interesses do grupo e não da nação no seu

todo. Se os partidos políticos representassem os interesses de todos não haveria mecanismos ocultos de partilha de privilégios entre a elite do poder; não haveria dezenas de milhões de pobres, nem uma pequena elite de dirigentes milionários e bilionários sem desenvolvimento. Esta situação remete para a necessidade de reformas profundas, não só educativas, culturais e económicas, mas também políticas, fundamentalmente do sistema de representação parlamentar no sentido de dotá-lo de duas câmaras: 1) a câmara dos representantes dos partidos políticos; e, 2) a câmara dos representantes dos povos autóctones e não-autóctones. Um Parlamento Bicameral pode assegurar da melhor maneira o equilíbrio de interesses de todos os cidadãos e mesmo daqueles que não se encontram filiados em partidos políticos. Além do Parlamento Bimacaral, as reformas políticas consistiriam na implementação das autarquias locais, que já estão contempladas na Constituição da República de Angola. As reformas (educativas, culturais, económicas e políticas) constituem um imperativo para qualquer país que aspire o seu pleno desenvolvimento.

Assim, em resposta à questão central do estudo, a pobreza em *Ekovongo* advém de modelos exógenos de desenvolvimento impostos, quer no passado como no presente e que são inadequados à realidade socioeconómica e cultural local. Além disso, a pretensa integração das comunidades rurais no modelo capitalista neoliberal tem sido articulada por estratégias que promovem as assimetrias regionais, a marginalidade, a injustiça por inobservância do princípio de equidade política, social, cultural e económica, o que configura um modelo desenhado para o empobrecimento e não para o desenvolvimento.

Limitações do Estudo e Proposta de Futuras Linhas de Investigação

O estudo obteve um suporte teórico e conceptual da literatura científica sobre a educação e o desenvolvimento comunitário, que retrata com profundidade a realidade das comunidades rurais em países desenvolvidos, assim como em países em via de desenvolvimento. Dado o seu carácter transdisciplinar, o presente estudo não é um produto acabado, porquanto nele influem variáveis e informações que podem advir de diversas disciplinas como a Pedagogia, a Teoria da Educação, a Filosofia da educação, a Psicologia, a Antropologia, a Biologia, Estudos Culturais, Educação Ambiental, a História, A economia Política, a Linguística, as Teorias de Desenvolvimento, o Direito e as Tecnologias de Informação e Comunicação. Durante a sua realização foi notória a escassez da literatura produzida em África e especificamente em Angola, o que supõe tratar-se de um tema relevante, mas negligenciado pelas instituições de investigação científica angolanas. Pela sua pertinência e relevância social e para aprofundar as temáticas nele refletidas de forma inacabada propõe-se as seguintes linhas de investigação futura:

- Estudos rurais na perspectiva de análise crítica e holística dos processos de educação e desenvolvimento das comunidades rurais.
- Educação para a cidadania na perspectiva multicultural e intercultural, direito costumeiro e direitos humanos.
- Educação ambiental para a construção de uma cultura de sustentabilidade.

De forma complementar, delinea-se as seguintes propostas prospectivas destinadas à reorientar a educação e o desenvolvimento na comunidade de *Ekovongo*:

- Considerar a possibilidade de revitalizar as instituições políticas e socioeducativas tradicionais para imprimir uma nova dinâmica na relação com as estruturas administrativas municipais e provinciais.
- Adotar uma nova filosofia de desenvolvimento rural fazendo convergir as dimensões (social, política, económica, cultural, ambiental e espiritual), e que esteja comprometida com o paradigma do desenvolvimento sustentável.
- Reformular de forma negociada com as comunidades rurais o modelo de educação formal inclusivo no qual estejam inseridas a componente laboral e os valores da cultura tradicional local.

Para finalizar, o estudo propõe uma agenda comunitária de revitalização socioeconómica, educativa e cultural para superar a pobreza e a deterioração ambiental na comunidade de *Ekovongo*.

3. Proposta de agenda comunitária de revitalização educativa, cultural, ambiental, social e económica

Após a proclamação da Independência, Angola enveredou por um modelo educativo inspirado na teoria socialista que sobrevaloriza a dimensão económica do desenvolvimento e a produção de bens materiais. Não obstante, o modelo socialista objetiva a emancipação do homem, a sua humanização e a sua transformação em defensor da cultura, da justiça e da equidade social, comprometido, ao mesmo tempo, com a transformação social. Em Angola, onde a realidade sociológica difere daquela em que se concebeu o aludido modelo, a realização destes princípios na prática foi sempre contrariada por ditames próprios de um regime político descomprometido com os direitos e as liberdades fundamentais do homem. Essa opção se traduziu na transposição do modelo educativo dos países do bloco socialista para Angola, sem a devida preocupação de contextualizá-lo para se adequar à diversidade sociocultural do País. A transposição e a institucionalização

deste modelo educativo gerou uma crise cultural, principalmente nos centros urbanos, devido ao carácter homogeneizador, reforçada com o fluxo excessivo de parâmetros culturais ocidentais, eivadas de algumas perversidades que lhe são inerentes. A reforma curricular em curso (2017-2022) vem introduzindo algumas correções pontuais nos currículos da educação formal, que podem ser consideradas de paliativas, sem efeitos visíveis no comportamento dos cidadãos. No entanto, apesar das correções pontuais nos currículos da educação formal, o modelo educativo em suas vertentes (formal, não-formal e informal) mantém a sua essência homogeneizadora e não vislumbra alguma iniciativa política no sentido de uma reforma profunda e mais abrangente.

Fundamentação

As transformações políticas operadas na década de 1990, que levaram à mudança do modelo socialista para o capitalismo não se traduziram numa verdadeira ruptura epistemológica capaz de influenciar ou alterar a concepção do modelo educativo, uma vez que, prevalece a ideia de transposição de modelos importados e inspirados na matriz cultural ocidental, sem a sua contextualização para se conformar com a realidade sociocultural de Angola; a transposição de modelos enquadra-se numa lógica assimilacionista e reprodutivista herdada do regime colonial pelas elites urbanas. As transformações não permitiram mudanças na sua estrutura mental; antes, pelo contrário, a mesma reproduz na contemporaneidade os esquemas de pensamento, os estilos de vida, os modos de consumo e de ostentação adquiridos a partir de processos de socialização havidos durante a colonização. Desde logo, transparece em seus comportamentos sinais de um grupo culturalmente alienado, que por circunstâncias históricas perdeu a autoestima e a confiança em suas capacidades criativas. Assim, o grupo agora identificado com características de novos colonos investe as suas potencialidades intelectuais na alienação das novas gerações, na destruição da cultura que dá suporte à sua personalidade africana. Neste particular, observa-se uma clivagem no panorama sociocultural angolano, em que as elites urbanas constroem as suas vivências e orientam os seus comportamentos tendo por fundamento padrões de matriz cultural ocidental, enquanto a maioria da população de origem rural se identifica com a matriz cultural africana, embora com tendência para uma reconfiguração híbrida.

Ora, sendo Angola um País multiétnico, multiracial, multicultural e multilingue, a opção por um modelo educacional homogeneizador e monolíngue que trata por iguais segmentos populacionais heterogêneos, constitui uma aberração, uma injustiça social e cultural. A extrapolação do actual modelo educativo, sem a devida contextualização, para as comunidades rurais e no caso vertente para *Ekovongo*, onde a vida social está impregnada de normas costumeiras autóctonas e práticas culturais tradicionais, constitui um acto de exclusão cultural, no sentido em

que coarta os habitantes na sua afirmação como cidadãos, remetendo-os a um complexo de inferioridade em relação à seus confrades residentes nas cidades, e lhes retira a possibilidade de realizar na prática os valores que expressam a sua identidade e a sua dignidade como africanos.

Entretanto, os estudos sobre a multidimensionalidade dos processos de desenvolvimento destacam a importância da cultura como componente transversal que está presente em todos os cenários da vida, pois, funciona como elemento vital que dá sentido a todas as atividades que as colectividades humanas realizam para o bem-estar comum. A cultura compreende um conjunto de valores e formas de expressão, os hábitos e costumes, as tradições, as crenças e os conhecimentos que reforçam a coesão social e influem nos modos de ser e estar das pessoas, conformando um quadro de referências simbólicas e identitárias, a partir do qual se analisa e se projeta uma comunidade ou uma sociedade em sentido lato. Em suas múltiplas formas de expressão ou manifestação, a cultura representa um potencial que delinea as possibilidades e o conteúdo do desenvolvimento económico e social. Tendo em conta o papel que exerce nos processos de mudança, a cultura constitui um quadro de referências que subsidiam as políticas educativas, da saúde, de proteção do meio ambiente, saneamento, proteção social e o próprio crescimento económico.

Horizontes para a reorientação do desenvolvimento em *Ekovongo*

Em *Ekovongo* não existe uma agenda ou plano formal de desenvolvimento comunitário formulado e consensualizado pelos seus habitantes. Este apartado não objetiva apresentar um plano, mas, pretende tão-somente propôr as trave-mestras que podem subsidiar as práticas educativas e as políticas de desenvolvimento desta comunidade rural, contribuindo desta forma na preservação da sua matriz sociocultural. Em primeiro lugar, destacar que em África e em Angola em particular, as comunidades rurais constituem espaços geográficos que albergam assentamentos populacionais que ocupam um lugar central na estrutura socioeconómica, assim como no panorama espiritual e cultural da sociedade. Em segundo lugar, considerar a identificação das potencialidades culturais e das necessidades existentes para dar suporte à futura agenda de desenvolvimento desta comunidade. Proceder a identificação das necessidades educativas é uma forma de adentrar-se ao cerne dos aspectos culturais e educativos, que não seriam percebidos e compreendidos senão por esta via, mas também é um método que permite atrair os actores internos e externos que se predispõem a alinhar com os objetivos que se pretende alcançar, bem como participar das tarefas a realizar no âmbito da pretendida agenda de desenvolvimento.

A agenda de revitalização educativa e cultural constitui uma plataforma integrada de linhas de orientação susceptíveis de imprimir maior dinamismo aos

processos de desenvolvimento na comunidade de *Ekovongo*. A sua concepção parte da ideia de que, o processo de desenvolvimento não pode alcançar resultados satisfatórios se for desenhado à margem da realidade educativa e cultural em que se inserem os seus protagonistas. Considerando os aspectos acima expostos, o presente estudo propõe as seguintes linhas-mestras para uma agenda comunitária:

Educação Familiar e sócio-comunitária

A família é a célula basilar de qualquer colectividade humana ou sociedade, independentemente do sistema social vigente e dos problemas que enfrenta em sua existência. O modo de sua constituição e o significado que desponta do conceito de família em si, varia de sociedade em sociedade e de acordo com as normas costumeiras vigentes. Em todo o caso a família representa uma estrutura básica que assegura o desenvolvimento socioeconómico afectivo e emocional dos seus membros.

Como se aludiu reiteradas vezes, em *Ekovongo*, as famílias são alargadas e constituídas na base de formações clânicas, tal como ocorre em todas as comunidades *ovimbundu* e na África subsahariana. Enquanto agência de reprodução e renovação social a família exerce uma diversidade de funções, nomeadamente biológicas, educativas, culturais, sociais, económicas, religiosas, morais e espirituais. Neste apartado não se analisa todas elas, pois, se aborda apenas aquelas funções da família alargada que estão orientadas na educação cultural, social e económica dos seus membros. As funções educativas consistem na transmissão oral de conhecimentos sobre a moral, o amor ao próximo, o respeito para com os seus semelhantes, a disciplina individual e colectiva, as virtudes humanas formuladas pela sabedoria ancestral, a solidariedade horizontal e vertical, a reverência à natureza, aos idosos e às divindades, as qualidades laboriosas entre outros. Por regra, esses conhecimentos são transmitidos através de jogos, máximas, contos, lendas, provérbios, mitos, fábulas, adivinhas, anedotas e outras formas próprias da literatura oral.

A família investe na educação dos seus membros na vertente social; para o efeito, a família realiza uma educação orientada na formação da consciência social dos seus membros, que começa com a nomeação do recém-nascido, a quem se atribui o nome de um avô, tio, tia, irmão, etc, (vivo ou falecido), que se tenha notabilizado na resolução de problemas que afectam o bem-estar do clã familiar ou de toda a comunidade. A educação social no seio da família abrange os aspectos práticos da vida, ou seja, para o estatuto social de um indivíduo concorre o facto de ser filho ou filha de sujeitos que gozam de reputação e prestígio social. Por exemplo, não é permitido que no seio da família haja membros conotados com as práticas antissociais, que possam prejudicar terceiros e manchar a boa imagem, a reputação e o prestígio do clã familiar. Também não é permitido que os membros de outro clã

familiar ultrajem a dignidade dos membros da sua congénere. Este é um princípio capital nas relações interfamiliares ou interclânicas.

A família deve investir também no combate ao analfabetismo e na educação económica dos seus membros que assenta no princípio da propriedade colectiva da riqueza patrimonial, nomeadamente, terras, canais de irrigação, gado e meios de produção. A terra é inalienável e o direito de sua posse para a construção de residências, a exploração agrícola, etc, é adquirido mediante a pertença a uma família ou linhagem; no entanto, a posse do gado, o acesso aos canais de irrigação e aos meios de produção depende da coparticipação na sua aquisição e na sua manutenção. Sem a coparticipação, o simples facto de pertencer a uma família alargada ou a uma linhagem não confere direito de acesso a esses bens. Esta disposição pressupõe uma tomada de consciência do dever de participação por todos os membros do colectivo familiar, pois coincide com a norma do direito costumeiro neste domínio. A família realiza uma educação orientada para a socialização dos seus membros em atividades económicas destacando-se a produção agrícola, os ofícios (olaria, bordagem, cestaria, tecelagem, metalurgia artesanal, etc) e a criação de animais domésticos. Para tanto, as crianças, além de frequentarem a escola formal, são iniciadas nas atividades laboriosas que não exigem esforços físicos fora dos limites da sua idade; são essas atividades que fazem delas futuros gestores e responsáveis das suas próprias famílias nucleares. Como se pode perceber, num sistema económico que funciona com base nesta matriz costumeira não cabe lugar para um parasitismo social no seio das famílias. No passado recente, a vigência deste modelo educativo familiar, traduzido para o campo prático por intermédio das atividades ora mencionadas, contribuiu significativamente na formação do capital económico das famílias, evitando, deste modo, a decadência para a pobreza extrema. Atualmente, este modelo endógeno de educação familiar materializado através do *Onjango* vem sendo sistematicamente destruído com a implementação de modelos educativos importados, concebidos desde o exterior, que sobrevalorizam o individualismo e a ganância, promovem as desigualdades sociais e distanciam as elites urbanas das suas famílias de origem.

Portanto, a dinamização dos processos educativos e de desenvolvimento no seio da família alargada em *Ekovongo* requer a reabilitação do *Onjango-yepata*¹²⁹, uma instituição educativa que está praticamente negligenciada, mas que pode ser revitalizada e renovada para exercer as suas funções de antanho, com a adopção de uma nova estratégia de funcionamento. Esta consistiria no estabelecimento de vínculos com o currículo da educação formal que deve ser negociado no âmbito de uma reforma educativa profunda e abrangente; o currículo da educação formal poderia conceber-se de modo a integrar as necessidades educativas das comunidades locais, onde se encontram sedeadas as escolas formais. Uma iniciativa

¹²⁹ Instituição tradicional de educação familiar. *Ovimbundu*.

deste género introduziria uma nova dinâmica de diálogo e conciliação entre a educação que se realiza nas escolas formais e a educação do *Onjango* familiar.

A reconstrução de infraestruturas de educação sócio-comunitária

Na cultura e na língua *umbundu*, o termo *Imbo* designa aldeia ou comunidade, o que pressupõe um assentamento humano situado num espaço geograficamente delimitado. As comunidades *ovimbundu* se constituíram, geralmente, na base de formações clânicas ou linhagens, ou seja, pessoas cuja origem se atribui a um patriarca comum. Salvo algumas exceções, a grande maioria das comunidades *ovimbundu* se constituiu em torno de um patriarca comum. Esta especificidade permite a compreensão da coesão social que as comunidades *ovimbundu* em geral, e *Ekovongo* em particular apresentam, mesmo com a transferência das funções educativas para os tutores das famílias alargadas. Apesar da descentralização das funções educativas existem outras tarefas neste domínio como, por exemplo, a realização de rituais de propiciação que ocorrem no início de cada novo ano e a instituição periódica das escolas iniciáticas (masculinas e femininas), que são da responsabilidade dos líderes da comunidade, em que participam os anciãos, as anciãs e quase todos os jovens e os adultos de ambos os sexos.

Nas escolas iniciáticas, os neófitos têm a oportunidade de adquirir conhecimentos que complementam aqueles que são obtidos através da educação feita no seio familiar, dominar códigos e tabús, conhecer as plantas medicinais, aprender as destrezas físicas, estéticas e psicoemocionais necessárias na vida adulta. Embora tenham por finalidade a reprodução e a renovação social e cultural do grupo, tanto a educação que é feita no seio familiar, como aquela que se realiza nas escolas iniciáticas têm um carácter holístico, pois, colocam em relevo aspectos sociais, materiais, intelectuais, espirituais e morais da vida, com vista a preparar a geração nova para os desafios a enfrentar no futuro, enquanto membros integrantes da classe adulta comprometida com o desenvolvimento comunitário.

Entretanto, desde que terminou o conflito armado em Angola, *Ekovongo* enfrenta um défice na educação sociocomunitária devido a fraturas sofridas durante a guerra, que destruiu as estruturas físicas que albergavam os símbolos do reino do Bié, o que torna praticamente impossível a realização desses rituais e das escolas iniciáticas. Considerando a importância que essas estruturas representam para o turismo e a dinamização dos processos de desenvolvimento, o presente estudo propõe a reconstrução e a reabilitação desse rico património histórico e cultural, que compreende o antigo Palácio Real, os santuários e outras estruturas da Corte, no âmbito da agenda de revitalização socioeconómica, educativa e cultural da comunidade de *Ekovongo*.

A esfera económica e a preservação do meio ambiente

Em *Ekovongo*, as atividades económicas estão limitadas à produção agrícola e à criação de animais domésticos, destinados à satisfação das necessidades básicas, principalmente alimentares, numa altura em que a crise económica exerce uma forte pressão sobre os produtores rurais no sentido de aumento dos níveis de produtividade. Esta circunstância constitui um enorme desafio que as populações rurais irão enfrentar ainda nos próximos anos. O aumento dos níveis de produtividade poderá obrigar os comunários a ampliarem cada vez mais os campos de cultivo, o que irá traduzir-se na intensificação das agressões antrópicas que aumentam os riscos ao meio ambiente. Por outra, tanto em *Ekovongo* como nas comunidades periféricas regista-se um acentuado empobrecimento do solo, resultante da intensa atividade de derrube das florestas pelos produtores de carvão vegetal, que se destina à comercialização nos mercados da cidade.

Assim, para atender à crescente demanda de produtos alimentares e ainda acudir o problema do derrube das florestas nesta região, o presente estudo propõe a criação nos arredores de *Ekovongo* e nas comunidades periféricas de sistemas de retenção de água para a irrigação com a capacidade de bombear para os campos de cultivo nos períodos de seca. A comunidade pode aumentar a produtividade agrícola se houver apoios em charruas motorizadas de fácil manuseio ou de tracção animal. Além dos sistemas de irrigação, propõe-se também a realização de um estudo que culmine com o desenho de projetos de implantação de polígonos florestais, com a finalidade, não só de repovoamento florestal das áreas devastadas pelos produtores de carvão vegetal, mas também, a substituição dessa prática por uma atividade que seja mais racionalizada como, por exemplo, a exploração de madeira. Esta seria uma alternativa para desencorajar ou reduzir as práticas de derrube de florestas e compensar as famílias que buscam rendimentos através da venda de carvão vegetal com empregos na exploração da madeira.

Turismo cultural e ecoturismo rural

De entre os elementos que distinguem um País de outro, em primeiro lugar está a sua cultura, simbolizada em traços distintivos (materiais, imateriais ou intelectuais, afectivos, morais e espirituais), nos modos de ser e estar (hábitos e costumes), assim como nas tradições e crenças religiosas que caracterizam um grupo social, uma comunidade étnica ou sociedade. Por analogia, o turismo cultural consiste, na maioria de casos, em um movimento motivado pela necessidade de busca de espaços, de pessoas e suas particularidades culturais; os protagonistas desse movimento elegem preferencialmente destinos antes desconhecidos (países ou regiões) com baixa densidade populacional (comunidades rurais e pequenas cidades), que possuem uma cultura autêntica. Ao turismo cultural se associa o

ecoturismo que dá primazia aos destinos com populações, cujos modos de vida combinam o natural, o cultural, o social e o comunitário.

Para haver desenvolvimento nas comunidades rurais se afigura necessária uma visão que advoga a criação de capacidades (humanas, técnicas, políticas, etc) que habilitam os seus habitantes a serem os principais atores na realização de projetos que visam a melhoria das suas condições de vida. Considerando esta perspectiva o presente estudo advoga na agenda proposta para *Ekovongo* um desenvolvimento que não se limite à produção agrícola, e tenha em conta a área do turismo cultural e o ecoturismo rural. Em *Ekovongo* e nas comunidades periféricas existem potencialidades naturais e culturais que podem ser exploradas para fins turísticos. Nesta senda, o presente estudo propõe a construção de um conjunto monumental em que estejam integrado um monumento em homenagem aos antigos soberanos de *Ekovongo* com particular destaque ao *NDUNDUMA* o herói maior e um Centro de Documentação para apoio a futuras investigações sobre a história e a cultura da Região. De igual modo se propõe a reconstrução das infraestruturas da Antiga Corte Real destruídas pela guerra com os respetivos santuários (Santuário da Corte e Santuário do Reino) pois, representam uma dupla vantagem, que consiste na recuperação da memória histórica e cultural da região e o seu aproveitamento para fins turísticos; estas constituem uma mais valia com a criação de empregos, o angariamento de fundos, a dinamização e a diversificação do sector económico comunitário.

Tendo em consideração os aspectos acima aflorados se conclui que o fracasso dos modelos e das políticas de desenvolvimento na África Subsaariana, e, por extensão em Angola decorre da reprodução das políticas e das práticas discriminatórias introduzidas nestes países durante a colonização e assimiladas por algumas elites que promovem e aprofundam na contemporaneidade a discriminação, a diferenciação social, as desigualdades e a pauperização dos pobres, sobretudo daqueles que habitam as comunidades rurais. No caso de Angola, a afirmação de uma cultura predatória dos dirigentes políticos traduzida na expropriação e esbanjamento do erário público, a má distribuição da riqueza nacional, dos recursos cognitivos, das oportunidades e das infraestruturas, ou seja, a manutenção das lógicas coloniais e neocoloniais tende a evoluir para uma distorção das funções do Estado e a transformação das instituições públicas em fontes de enriquecimento ilícito de algumas castas familiares e de pequenos grupos que se associam à filosofia de pilhagem das riquezas de Angola. Esta situação tem implicações incomensuráveis no tecido social, a julgar pelas anomias que produz em termos de desigualdades e injustiças entre os diferentes segmentos sociais. Mas, é sobretudo nas comunidades rurais onde o quadro é mais dramático, por serem espaços praticamente marginais das políticas públicas. A comunidade rural de *Ekovongo* que constitui o principal foco do presente estudo configura um espaço onde se inter cruzam as injustiças, as desigualdades e outras anomias sociais que

podem ser superadas se forem adotadas e implementadas políticas públicas destinadas à sua revitalização e, concomitantemente, ao seu desenvolvimento.



Bibliografía

- Abramovay, R. (2000). *Funções e medidas da ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo*. Recuperado de:
https://repository.ipea.vov.br/bitstream/11058/2360/1/td_702.pdf
- Acosta, A. C. (2014). La realidad social y las perspectivas metodológicas. *ARJÉ, Revista de Posgrado FACE-UC*, vol. 8 nº 14, pp. 351-369. Recuperado de: <https://www.arjé.bc.uc.edu.ve/arj14/art21.pdf>
- Alessandra, S. X. E Belém, A. I. L. N. (2013). *Psicologia do desenvolvimento*. Recuperado de:
https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431892/2/Livro_Psicologia%20do%20Desenvolvimento.pdf
- Allegri, M. G. O. (2000). *La educación para el desarrollo local: una estrategia para la participación social*. Pamplona, España: Universidad de Navarra, S.A. EUNSA.
- Alonso, L. E. (1994). Sujeto y discurso: el lugar de la entrevista abierta en las prácticas de la sociología cualitativa. En Delgado, G. M. y Gutierrez, J. (eds). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales* (pp. 225-238). Madrid, España: Editorial Síntesis.
- Alsina, R. B. (2004). *Metodologías de la investigación educativa*. Madrid, España: editorial la Muralla, S.A.
- Altuna, R. R. A. (1985). *Cultura Tradicional Banto*. Luanda, Angola. Secretariado Arquidiocesano da Pastoral.
- Álvarez, C. A. M. (2011). *Metodología de la investigación cuantitativa y cualitativa. Guía Didáctica*. Recuperado de:
<https://www.uv.mx/rmipe/files/2017/02/Guía-Didactica-metodologia-de-la-investigación.pdf>
- Amanda, C. y Paul, A. (2003). *Encuentrar el sentido a los datos cualitativos: estrategias complementarias de investigación*. Recuperado de:
<https://www.fceia.unr.edu.ar/gii/maestria/2014/DraSanjurjo/8mas/Amand>

[a%20Coffey%20encontrar%20el%20sentido%20a%20los%20datos%20cualitativos.pdf](#)

Amescua, M. y Gálvez-Toro, A. (2002). Los modos de análisis en investigación Cualitativa en salud: perspectiva crítica y reflexiones en voz alta. *Revista Española de Salud Pública*, vol. 76, nº 5, pp. 423-436. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17076505>

Ander-Egg, E. (2011). *Aprender a investigar: nociones básicas para la investigación social*. Recuperado de: <https://abacoenred.com/wpcontent/uploads/2017/05/Aprender-a-investigar-nociones-basicas-Ander-Egg-Ezequiel-2011.pdf.pdf>

Angrosino, M. (2012). *Etnografía y Observación Participante en Investigación cualitativa*. Madrid, España: MORATA, S.L.

Arcila, M. T. M. y Silva, A. R. (2013). La construcción social de lo rural. *Revista Latinoamericana de metodología de la investigación social*, vol 3 nº 5, pp.24-41. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5275938>

Ayittey, G. (2006). *African Indigenous Institutions* (second Edition). Recuperado de: <https://b-ok.africa/book/2580921/6a17d8?regionchanged=&redirect=41491187>

Baez, J. y Pérez, Tudela de (2014). *El método cualitativo de investigación desde la perspectiva de marketing: el caso de las universidades públicas de Madrid*. Tesis de Doctorado, Universidad Complutense de Madrid, España. Recuperado de: <https://eprints.ucm.es/29615/1/T35974.pdf>

Baran, P. A. (1957). *The political Economy of growth*. New York, United States of America. Penguin Books.

Bauman, Z. (2006). *Comunidad. En busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid, España: Siglo XXI de España.

Escalona, B. R. (2014). *Investigación cualitativa. Fundamentos y praxis*. Recuperado de: <https://gsosa61.files.wordpress.com/2015/11/investigación-cualitativa-rojas-2014-conprim-1.pdf>

- Berger, P. L. e Luckmann, T. (2007). *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- Bikoué, S. M. (2010). Les stratégies d'industrialisation et le developpement: industrialisation par substitution des importations en Afrique et compétitivité internationale. En Bazika, J. C. B. Et Naciri, A. B. (Dir) *Repenser les économies africaines pour le developpement* (pp. 103-120). Dakar, Senegal. Conseil pour le developpement de la recherche en science sociales en Afrique (CODESRIA).
- Blesler, L. (2006). Paradigmas cualitativos en investigación musical. Introducción a la investigación. En Díaz, M. (coord), *Educación Musical*. Madrid, España: enclave creativa.
- Blumer, H. (1982). *El interaccionismo simbólico. Perspectiva y método*. Recuperado de: https://www.academia.edu/33815657/El_interaccionismo_simbolico_perspectiva_y_metodo_Blumer_1_pdf
- Bonilla-Castro, E. y Sehk, P. R. (1997). *Más allá de los dilemas de los métodos. La investigación en ciencias sociales*. Recuperado de: <https://laboratoriociudadut.files.wordpress.com/2018/05/más-allá-del-dilema-de-los-metodos.pdf>
- Borda, P., Dabenigno, V., Freidin, B. y Güelman, M. (2017). *Estratégias para el análisis de datos cualitativos*. Recuperado de: https://209.177.156169/libreria_cm/archivos/pdf-1605.pdf
- Borja, J. y Castells, M. (2000). Local y global. *La gestion de las ciudades en la era de la información*. Ciudad de México, México. Taurus.
- Bourdin, A. (2000). *La questiin locale*. Recuperado de: <https://excerpts.numilog.com/books/9782130507963.pdf>
- Brasil, Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture (2010). *História geral da África: África do século XII ao XVI*, volume IV. Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pdf0000190252>
- Bueno Sánchez, E. (2003). *La investigación científica: teoría y Metodología*. Zacatecas, México: Universidad Autónoma de Zacatecas.

- Bustelo, P. (1999). *Teorias contemporaneas del desarrollo económico*. Madrid, España: Síntesis.
- Caballo, C. V., Candia, D. F. X., Caride, G. J. A. y Meira, C. P. A. (1996). *131 conceptos clave de educación social*. Santiago de Compostela, España: Universidad de Santiago de Compostela.
- Cáceres-Acosta, A. (2014). *La realidad y las perspectivas metodológicas*. Recuperado de: Arjé, Revista de Postgrado Face-UC. Recuperado de: <https://arje.bc.uc.edu.ve/arj14/art21/.pdf>
- Capoco, Z. (2013). *O nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*, (Tese de Doutoramento, Universidad Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal). Recuperado de: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13435/1/TESE%202013%201%20%20VERSAO%20Final.pdf>
- Caride, J. A., Freitas, O. e Vargas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local. Perspectivas Pedagógicas e Sociais da Sustentabilidade*. Porto, Portugal: Profedições, Lda.
- Carrillo, A. T. (2013). *El retorno a la comunidad: problemas, debates y desafíos de vivir juntos*. Recuperado de: <https://cpalsocial.org/documentos/632.pdf>
- Castells, M. (2000). *La era de la información: economía, sociedad y cultura*, vol., 1. Madrid. La Sociedad Red. Recuperado de: <https://revolucioncantonal.net.files.wordpress.com/2018/02/volumen-1-la-sociedad-red.pdf>
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Recuperado de: <https://tonaniblog.files.wordpress.com/2019/05/o-poder-da-identidade.pdf>
- Castells, M. (1998). *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*, vol. 2. Madrid, España: Alianza Editorial, S.A.
- Castanheira, A. D. (2006). *Características mesológicas de Angola*. Lisboa, Portugal: Instituto Português de Apoio ao desenvolvimento.

- Cogneau, D. (2007). *L'Afrique des inégalités: où conduit l'histoire?* Recuperado de: <https://www.cepremap.fr/depot/opus/OPUS04.pdf>
- Contreras, L.M. (2011). Tendencias de los paradigmas de investigación en educación. *Revista Investigación y Postgrado*, vol., 26, n° 2, pp. 179-202. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/658/65830335004.pdf>
- Cortés, C. M. E. y Leon, M. I. (2004). *Generalidades sobre metodología de la investigación*. Recuperado de: <https://investigar1.files.wordpress.com/2010/05/cortes-metodología-de-investigacion.pdf>
- Côte d'Ivoire, Banque Africaine de Developpement (2015). *rapport annuel 2015* (s/n°). Recuperado de: <https://www.afdborg/fr/documents/document/afdb-annual-report-2015-88761>
- Côte d'Ivoire, Banque Africaine de Developpement (2011). *Rapport sur le developpement en Afrique: le secteur privé en tant que moteur du developpement économique en Afrique* (s/n°). Recuperado de: https://www.afdborg/sites/default/files/document/publications/rapport_sur_le_developpement_en_Afrique_2011.pdf
- Côte d'Ivoire, Banque Africaine de Developpement (2010). *L'agriculture africaine: vers des partenariats ciblés* (n° c230315f-1544-44e1-831f-ba34d60b86af). Recuperado de: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/evaluation-rapports-shared-wkith-OPV_Final%20joint%20Africa%20Evaluation%20Report_French.pdf
- Côte d'Ivoire, Banque Africaine de Developpement (1998). *Rapport sur le developpement en Afrique* (s/n°). Recuperado de: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/publications/Rapport%20sur%20le%20developpement%20en%20Afrique%201998.pdf>
- Dary-Lucía, N. S., Nubia, Y. G. V. y Stephania, E. (2016). *Significado psicológico del concepto de investigación en investigadores*. *Revista Diversitas-Perspectivas en Psicología*, volumen 12, n° 1, pp. 109-121. Doi: <http://dx.doi.org/10.15332/s1794-9998.2016.0001.08>
- Davidson, B. (1981): *A descoberta do passado da África*. Brasil: Sá da Costa.

- Del Cid, A., Mendez, R. y Sandoval, F. (2011). *Investigación. Fundamento y metodología*. Recuperado de:
<https://josedominguezblog.files.wordpress.com/2015/06/investigacion-fundamentos-y-metodologia.pdf>
- Delgado, J. M. y Gutierrez, J. (2007). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid, España: Síntesis, S.A.
- Delanty, G. (2003): *Community. Comunidad, educación, ambiente y ciudadanía*. Barcelona, España: Editorial Grao.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (1994). Introduction: Entering the field of qualitative research. En Denzin; N. K. & Lincoln, Y. S. (Eds): *Handbook of Qualitative Research* (pp. 1-17). California, United States of América: Sage Publications.
- Díaz-Bravo, L., Torruco-García, U., Martínez-Hernández, M. y Varela-Ruiz M. (2013). La entrevista, recurso flexible y dinámico. *Investigación en Educación Médica*, vol, 2, nº 7, pp. 162-167. Recuperado de:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?>
- Diez, X. P. (2010). La aportación a la psicología social del interaccionismo simbólico: una revisión histórica. *EduPsykhé: Revista de Psicología y psicopedagogía*, volumen 9, nº 1, pp. 23-42. Recuperado de:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3268858>
- Dirven, M. (Dir), Echeverri, R.P., Sabalain, C. Rodríguez, A., Candia, D.B., Carolina, Peña y Faiguenbaum, Sérgio (2011). *Hacia una nueva definición de rural con fines estadísticos en América Latina*. Recuperado de:
https://otu.opp.gub.uy/sites/default/files/docsbiblioteca/Cepal_hacia%20una%20nueva%20definición%20de%20lo%20rural.O.pdf
- Durkheim, E. (2008). *Les formes élémentaires de la vie religieuse. Le système totemique en Australie*. Recuperado de:
http://www.classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_Emile/formes_vie_religieuse/formes_vie_religieuse.html
- Durkheim, E. (2003). *Educación y sociología*. Recuperado de:
https://eva.fes.edu.uy/plunginfile.php/mad_resource/content/1/Durkheim.pdf
- Durkheim, E. (1893). *De la division du travail social*. Recuperado de:

- <https://www.classiques.uqac.ca/classique/Durkheim-Emile/division-du-travail/division-travail-1.pdf>
- Ennes, M. (2013). *Interacionismo Simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários*. Perspetivas, vol, 43, pp. 63-81. Recuperado de: <https://periodicos.fclar-unesp.br/perspetivas/article/view/5956/4859>
- Éthiopie, Commission Économique sur l'Afrique (2012). *Rapport Économique sur l'Afrique* (s/nº). Recuperado de: https://www.uneca.org/sites/default/files/publicationFiles/era2012_fre_fin.pdf
- Fernandez, G. A. (2011). *Quién es el sujeto en investigación educativa?* Educare, vol, XV, nº 2, pp. 7-21. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/1941/194121566002-pdf>
- Ferreira, M. E. (1993). Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *Revista do Centro de Estudos Africanos*, vol, 16-17, nº 1, pp.135-156. Recuperado de: Doi: 10.11606/issn.2526-303x.vol16-17p135-156Nº23/92de16-9
- Flores, J. G. (1992). La metodología de investigación mediante grupo de discusión. *Revista interuniversitaria de didáctica*, nº 10-11, pp. 199-214. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=95670>
- Furtado, C. (1973). *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Furtado, C. (1969). *Formação Económica da América Latina*. Revista de Administração de Empresas, vol, 10, nº 2, pp. 191-196. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v10n2/v10n2a12.pdf>
- Furtado, C. (1967). *Teoria e política do desenvolvimento económico*. São Paulo, Brasil: Editora Nacional.
- Galeano, M. M. E. (2004). *Estrategias de investigación social cualitativa: El giro en la mirada*. Recuperado de: <https://docer.com.ar/doc/xnnnxe->
- Gallego, J. C. (2002). *Observación. Entrevista y grupo de discusión: El silencio de tres tácticas de investigación*. Revista Española de salud pública, vol, 76, nº 5, pp. 409-422. Recuperado de: <https://scielo.isciii.es/pdf/resp/v76n5/colabora3.pdf>

- García, C. (2014): *China, demografía y grupos étnicos*. Recuperado de:
<https://elordenmundial.com/china-demografia-y-grupos-etnicos/>
- García, H. V. (DIR), Rubio, R. M., Quintana Cabana, J- M., Esteban, S. M., Elena, S.G. Pedro, C.G., Andrés, del M. V., Isabel, R. G., Maria, J. C., Vicente, G. G., Fuente, A. V., Antonio, S. S. y Otero, O. F. (1990). *Tratado de educación personalizada. La educación personalizada en familia*. Madrid, España: Ediciones RIALP, S.A.
- Gari, A. J. (2004). *Agricultura, seguridad alimentaria y desarrollo rural en África. Problemas, falacias y desafíos*. Recuperado de:
<https://www.universitatdelapau.org/files/23-32760/document/josepgari1.pdf?go=3d7fa7fcaa728fb8d55ecbc62ff34566b909400de3f1c9d3fe721b14037e826f141b1d554678843ea590f4640b54c57ee8d1fa1216773685>
- Gialdino, I. V. (Coord), Aldo, R. A., Lilia, B. C., Verónica, G. B., Fortunato, M., Nora, M., Guillermo, N., German, Q. Y Abelardo, G. S. (2006). *Estrategias de investigación cualitativa*. Recuperado de:
<https://investigacionsocial.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/103/2013/03/estrategias-de-la-investigacion-cualitativa-1.pdf>
- Gil, T. G. y Arana, A. C. (2010). *Introducción al análisis de datos en investigación cualitativa: tipos de análisis y procesos de codificación*. Revista Nure Investigación, N° 44, enero-Febrero 2010, pp. 1-5. Recuperado de:
<https://www.nureinvestigacion.es/OJS/index.php/nure/article/view/485/474>
- Giordani, M. C. (2010). *História da África: anterior aos descobrimentos*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes.
- Godoy, A. S. (2005). Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Revista eletrônica de gestão organizacional*, vol 3, nº 2, pp. 80-89. Recuperado de:
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/11383/refletindo-sobre-criterios-de-qualidade-da-pesquisa-qualitativa>
- Goetz, J. P. y LeCompte, M. D. (1988). *Etnografía y diseño cualitativo en investigación educativa*. Madrid, España: MORATA, S.A.

- Goldwasser, M. J. (1974). Estudos de Comunidade: teoria ou método? *Revista de Ciências Sociais*, vol. 5, n. 1, pp.69-81. Recuperado de: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4606/1/1974_art_MJGoldwasser.pdf
- Gomes, C. A. (2009). *De como o poder se produz: Angola e as suas transições* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal). Recuperado de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10463/3/De%20como%20o%20poder%20e%20se%20produz%20-tese.pdf>
- Gomez, G. R., Flores, J. G. y Jiménez, E. G. (1996). *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga, España: Aljibe.
- Goularti, F. A. e Chimbulo, A. E. S. (2014). Política económica de Angola de 1975 a 2012: trajetória da mudança de modelos. *Revista de Desenvolvimento Económico*, vol XVI, nº 29, pp. 92-105. Recuperado de: <http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view>
- Grellet, G. (1988). Stratégies d'industrialisation pour l'Afrique Noire. En *Tiers-Monde*, tom 29, nº 115. *Industrialisation et developpement* (pp. 1007-1019). Paris, France: Editions de la Sorbonne.
- Guba, E. G. y Lincoln, I. S. (2002). Paradigmas en competencia en la investigación cualitativa. En Denman, C. y Haros, J. A. (comps) *Por los rincones. Antología de métodos cualitativos en la investigación social* (pp. 113-145). Recuperado de: <https://psicologíaexperimental.files.wordpress.com/2010/02/guba-/lincoln-2002.pdf>
- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia. Entre a facticidade e validade*, vol II. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Universitário.
- Haq, M. U. (1995). *Reflexions on human development*. New york, United States of América: Oxford University Press.
- Harvey, D. (1990). *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Recuperado de: <https://www.economia.unam.mx/academia/inae/pdf/inae2/u212.pdf>
- Hashimoto, M. E. E. & Saavedra, G. S. G. (2014). La complementaridad paradigmática: un nuevo enfoque para investigar (s/P), *Congreso*

Iberoamericano de ciencia, tecnología, innovación y educación. Buenos Aires, Argentina.

Henderson, L. (2001). *A Igreja em Angola*. Lisboa, Portugal: Além-Mar.

Hugo, E. R. (2002). Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización. Un estado de la cuestión. *Revista de ciencias humanas*, EDUFSC, nº 31, pp. 9-29. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br>

Hugo, P. G. (2000). *Investigación científica*. Recuperado de https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1356&context=abya_yala

Hugon, Ph. (2002). *Nouveaux défis économiques et financiers en Afrique Subsaharienne*. *Revue Internationale et strategique*, vol 2, nº 46, pp. 107-118. Recuperado de : <https://www.cairn.info/revue-internationale-et-strategique-2002-2-page-107.htm>

Hurtado, J. C. T. (2006). *Investigación cualitativa. Comprender y actuar*. Madrid, España: editorial Muralla, S. A.

Ibañez, E. A. y Álvarez, F. D. A. (2016). *Sociología de la comunidad local. Aproximaciones teóricas y estudios de caso*. Buenos Aires, Argentina; CICLOP.

Ibañez, J. (1989). Como se realiza una investigación mediante grupos de discusión. En García, Ferrando, M. G. (Coord); Ibañez, J. y Alvira, F., *El análisis de la realidad social* (pp. 489-501). Madrid, España: Alianza Editorial.

Ibañez, M. J. A. (2001). *La participación comunitaria en salud: mito o realidad? Evaluación de experiencia en atención primaria*. Madrid, España: Ediciones Díaz de Santos, S.A.

Initiative Africaine Concentré sur la Reforme Budgetaire (2013). *Dialogue sur l'Agriculture Phase -1, compte-rendu principal nº 1: Le défi de la politique agricole*. Recuperado de: https://www.cabri-sbo.org/uploads/files/documents/seminar_paper_2013_cabri_value_for_money_agriculture_1st_dialogue_french_keynote_1_fe.pdf

Joas, H. (1999). Interaccionismo Simbólico. Em: Giddens, A. & Turner, J. (Orgs), *Teoria Social Hoje* (pp. 127-174). São Paulo, Brasil: UNESP.

- José Luis, L. N. J. (2004). La educación como objeto de conocimiento. El concepto de educación. En María del Mar, P. A.(ed.), Álvarez, C., José Luís, L. N. J. y Urtaza, O. E.; *Teorías e instituciones contemporáneas de educación* (pp. 30-47). Madrid, España: Biblioteca Nueva. Recuperado de: <https://www.ugr.es/~fjjrios/pce/media/1-ValoEducar.pdf>
- Kageyama, A. (2004). Desenvolvimento rural: Conceito e medida. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, volume 21,nº 3, pp. 379-408. Doi: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2004.v21.8702>
- Kaufman; J. (2002). *For the Common Good? American civic life and the golden age of fraternity*. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press.
- Keynes, J. M. (1943). *Teoria general de la ocupación, el interés y el dinero*. Recuperadode:<https://biblio.econ.uba.ar/opactmpl/bootstrap/textocomplet o/teoria%20general%20de%20la%20ocupacion%20el%20interes%20y%20el%20dinero%20%20%20John%20Maynard%20keynes.pdf>
- Koffey, A. y Atkison, P. (2003). *Encuentrar el sentido a los datos cualitativos: estratégias complementarias de investigación*. Antioquia, España: Editorial Universidad de Antioquia.
- König, R. (1971). *Sociología de la comunidad local*. Madrid, España: Euroamerica.
- Kisnerman, N (1986). *Comunidad*. Buenos Aires, Argentina: Humanitas.
- Kuhn, T. S. (1971). *La estructura de las revoluciones científicas*. Recuperado de: <https://materiainvestigacion.files.wordpress.com/2016/05/kuhn1971.Pdf>
- Kuznets, S. S. (1983). *Crescimento Económico Moderno: ritmo, estrutura e difusão*. São Paulo, Brasil: Abril Cultural.
- Latorre, A., Del Rincon, D. y Arnal, J. (1996). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Barcelona, España: Editorial GR92.
- Lewis, W. A. (1969). *O desenvolvimento económico com oferta ilimitada de mão-de-obra*. Em: Agarwale, A. N. e Singh, S. (Coord) *A economia do subdesenvolvimento*. Recuperado de: https://www.adelinotorres.info/desenvolvimento/warthur_lewis_o_desenvolvimento_com_oferta_ilimitada_de_mao_de_obra.pdf
- Liberato, E. (2014). Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, volume 19, nº 59, pp. 1003-1031. Recuperado de:

https://www.researchgate.net/publication/316005232_avanços_e_retrocesos_da_educacao_em_Angola

- Lindeman, E. C. (1921). *The community: an introduction to the study of community leadership and organization*. New York, United States of America: New York Associated Press.
- López, A. J. G. y Pascual, A. S. (2008). *Estratégias y prácticas cualitativas de investigación social*. PEARSON EDUCACIÓN, S.A.
- Lucas, R. (1988). On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, volume 22, pp. 3-42. Recuperado de: <https://www.sfu.ca/~kkasa/lucas88.pdf>
- Madureira, A. (1988). *A colonização portuguesa em África (1890-1910)*. Lisboa, Portugal: Livros Horizontes.
- Maldonado, J. A. (2015). Metodología de la investigación. *Metodología de la Investigación (fundamentos)*. Recuperado de: https://www.academia.edu/15487793/metodologia_de-la-investigacion_fundamentos
- Marchioni, M. (1999). *Comunidad, participación y desarrollo: teoría y metodología de la intervención comunitaria*. Madrid, España: Editorial Popular, S.A.
- Marchioni, M. (1987). *Planificación social y organización de la comunidad*. Madrid, España: Popular.
- Marcuse, H. (1973). *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional*. Rio de Janeiro, Brasil: ZAHAR Editores.
- Maria, J. G. (1974). *Estudos de comunidade: teoria e/ou método*. Recuperado de: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4606/1/1974_art_MJGoldwasser.pdf
- Maria-Teresa, A. M. y Alexander, R. S. (2013). La construcción social de lo rural. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, volumen 3, nº5, pp. 24-41. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5275938>

- García, M. R. y Moya, J. L.M. (2014). Entre la complejidad y el arte: el análisis de datos en cualitativa. *Index de Enfermería*, volumen 23, nº 3, pp. 157-161. Doi: <https://dx.doi.org/10.4321/S1132-12962014000200009>
- Martha, J. R.. M., Cabrera, M. M. R., Sequera, F.E.N. (2009). Epistemología de la investigación cualitativa en educación desde una perspectiva compleja. *Educere*, volumen 13, nº 46, pp. 627-635. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/356/35613118008.pdf>
- Martínez, J. R. (2011): *Métodos de investigación cualitativa*. Silogismo nº 8, pp. 1-34. Recuperado de: <https://docer.com.ar/doc/xn58ns->
- Martínez, M. M. (2006). Validez y confiabilidad en la metodología cualitativa. *Paradigma*, volumen 27, nº 2, pp. 7-33. Recuperado de: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1011-22512006000200002
- Martínez, M. M. (2005). *El método etnográfico de investigación*. Recuperado de: https://www.uis.edu.co/webVIS/es/investigacionExtension/comiteEtica/normatividad/documentos/normatividadinvestigacionensereshumanos/13_investigacionetnografica.pdf
- Mason, J. (1996). *Qualitative Researching*. London, United Kingdom: Sage Publications, Ltd.
- Max-Neef, M. (2010). *El mundo en ruta de colisión y otros escritos*. Zaragoza, España: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Max-Neef, A. M., Elizalde, A. y Hopenhayn, M. (1994). *Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Barcelona, España: Icaria Editorial, S.A.
- Mazrui, A. A. e Wondji, C. (eds) (2010). *História Geral da África*, Volume VIII. Brasília, Brasil: Escritório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil.
- Mead, G. H. (1973). *Espíritu, persona y sociedad. Desde el punto de vista del condutismo social*. Barcelona, España: Páidos Iberica, S. A.
- Navarrete, J. M. (2011). Problemas centrales del análisis de datos cualitativos. *Revista Latinoamericana de metodología de la investigación social*,

volumen 1, nº 1, pp. 47-60. Recuperado de:
<https://jbposgrado.org/icuali/An%El%lisis%20de%20datos%20cualitativos%20problemas%20centrales.pdf>

Miguel, F. V. C. (2010). A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada. *Odisseia* – PPg EL/UFRN nº 5, pp. 1-11.

Miguel, M. M. (1998). *La investigación cualitativa etnográfica en educación*. Ciudad de México, México: Trillas. Recuperado de:
https://www.academia.edu/33357131/La_investigacion_cualitativa_etnografica_martinez_pdf

Molina, M. A. C., García, C. C., Roche, M. E. M., Sánchez, J. A., Rísquez, M. I. R., Vigueras, M. D. N. (2017). *Guía práctica de grupos de discusión para principiantes*. Murcia, España: Universidad de Murcia. Recuperado de:
<https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/54260/3/Guia%20practica%20de%20grupos%20de%20discusion%20para%20principiantes.pdf>

Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa (S/P). 6º *Congreso Iberoamericano de Investigación cualitativa*. Congresso levado a cabo por Colégio Maestro Ávila de Salamanca, Espanha.

Montoya Zuluaga, P. A. M. y Cogollo Ospina, S. N. (2018). *Situaciones y retos de la investigación en Latinoamérica*. Medellín, Colombia: Fondo Editorial Universidad Católica Luis Amigó.

Moreira, S. B. e Crespo, N. (2012). Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de economia*, volume 38, nº 2, ano 36, pp. 25-50. Recuperado de:
https://www.researchgate.net/publication/273171130_Economia_do_desenvolvimento_das_abordagens_tradicionais_aos_novos_conceitos_de_desenvolvimento

Morin, E., Emílio, R. C. e Motta, R. D. (2003). *Educar na era planetária. O pensamento como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. Recuperado de: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/04/educar-na-era-planetaria.pdf>

Myrdal, G. (1960). *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro,

Brásil: Ministério da Educação e Cultura.

- Navarrete, J. M. (2011). Problemas centrales del análisis de datos cualitativos. *Revista Latinoamericana de la investigación social*, nº 1 año 1, pp. 47-60. Recuperado de: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/11/13>
- Navarro, Z. (2001). *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do paassado e os caminhos do futuro*. Revista Estudos Avançados, volume 15, nº 43, pp. 83-100. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/250983533_desenvolvimento_rural_no_brasil-os-limites-do-passado-e-os-caminhos-do-futuro.pdf
- Ngaba, A V. (2012). *Políticas Educativas em Angola (1975-2005). Entre o global e o local: o sistema educativo mundial*. Mbanza Congo, Angola: SEDIECA.
- Nurkse, R. (1953). *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. Oxford, United Kingdom: Basil Blackwel.
- Nurkse, R. (1951). Problemas da Formação de Capitais em Países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Economia*, volume 5, nº 4, pp. 11-45. Recuperado de: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/artcle/view/2406/2374>
- Olabuénaga, J.I.R. (2012). *Metodología de la investigación cualitativa*. Deusto, España: Universidad de Deusto. Recuperado de: <https://ilide.info/doc-viewer>
- Oliveira, S. De (2015). A implantação do modelo formal de ensino em Angola (séculos XV-XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, volume 15, nº 2(38), pp. 55-80. Recuperado de: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38924/pdf_61
- Oliveira, G. B. de (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*, volume 5, nº 2, pp. 37-48. Recuperado de : <https://revistafae.fae.edu./revistafae/article/view/477/372>
- Ortí, A. (1986). La apertura y el enfoque cualitativo o estrutural. La entrevista abierta y la discusión de grupo. En Ferrando, M. G., Ibañez, M. G. F. J. & Alvira, F. (comp.), *El análisis de la realidad social y técnicas de investigación* (pp. 153-186). Madrid, España: Alianza Editorial, S.A.

- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. London, United Kingdom: Sage Publications.
- Paula, A. M. Z. y Ospina, S. N. C. (2018). *Situaciones y retos de la investigación en latinoamerica*. Doi: <https://doi.org/10.21501/97899588943381>
- Pérez, E. C. (2004). *El mundo rural latinoamericano y la nueva ruralidad*. Nómadas, volumen 20, nº 16, pp. 180-193. Recuperado de: https://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_20/20_16P_El_mundorurallatinoamericano.pdf
- Pérez, I.E. (2016). *El subdesarrollo como contradicción consustancial del capitalismo*. Estudios críticos del desarrollo, volumen VI, nº10, 1º semestre. Recuperado de: <https://estudiosdeldesarrollo.mx/estudioscriticosdeldesarrollo/wp-content/uploads/2019/01/ECD10-1.pdf>
- Perico, R. E. y Ribero, M. P. (2002). *Nueva ruralidad. Visión del Territorio en América Latina y el Caribe*. Recuperado de: <https://repiica.iica.int/docs/B0536e.pdf>
- Peris, H. B.; Estébanez, P. F.; Bondía, J. L. y Gomez, D. S. (1995). La Antropología de Educación como disciplina: proyecto de diseño. *Revista Teoría Educación*, vol 7, pp. 95-114. Recuperado de: https://ddd.uab.cat/pub/artpub/1995/123783/teoedu_a1995v7p95.pdf
- Peruzzo, C. M. K. e Volpato, M. O. (2009). Conceitos de comunidade local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, volume 12, nº 24, pp. 139-152. Recuperado de: <https://casperlíbero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/conceitos-de-comunidade-local-região.pdf>
- Prebisch, R. (1963). *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. Ciudad de México. Fondo de Cultura Económica. Recuperado de: <https://sociologiadeldesarrollo.files.wordpress.com/2014/11/230433706-aula-3-raul-prebisch-hacia-una-dinamica-del-desarrollo-latinoamericano.pdf>
- Prebisch, R. (1949). *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus Principais Problemas*. Revista brasileira de Economia, volume 3, nº 3,

- pp. 47-111. Recuperado de:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>
- Ranis, G. y Stewart, F. (2002). Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina. *Revista de la CEPAL*, n° 78, pp.7-24. Recuperado de:
<https://pdfs.semanticscholar.org/474e/f5f7015166643a7a10f50b3e5969c8cf88cf.pdf?ga=2.239422336.2000786206.1601297571-1022633134.1600788246>
- Ratier, H. E. (2002). Rural. Ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización. Un estado de la cuestión. *Revista de Ciências Humanas*, n° 31, pp. 9-29. Doi:
<https://doi.org/10.5007/%25x>
- Restrepo, E. (2016). *Etnografía: alcances técnicas y éticas*. Recuperado de:
<https://etnografiafuac.files.wordpress.com/2017/09/restrepo-la-labor-etnografica.pdf>
- Ritzer, G. (1993). *Teoría sociológica clásica*. Recuperado de:
https://significanteotro.files.wordpress.com/2017/02/47832383_teor%C3%ADa_sociol%C3%B3gica_cl%C3%A1sica_george_ritzer.pdf
- Rodriguez, A. y Saborio, M. (2008). *Lo rural es diverso*. Recuperado de:
<https://repica.iica.int/docs/B0706E/B0706E.pdf>
- Rodriguez, G., Gil, F. J. y García, E. J. (1996). *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga, España: Ediciones Aljibe.
- Rolando, P. C. (2007). Educación y de desarrollo: Relación permanente en la práctica, conceptos, equívocos y diferentes en los discursos políticos. REXE. *Revista de Estudios y Experiencias en educación*, n° 11, pp. 49-67. Recuperado de:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243117032003>
- Romer, P. (1986). Increasing Returns and Long-Run Growth. *Journal of political economy*, volume 94, n° 5, pp. 1002-1037. Recuperado de:
[doi=10.1.1.589.3348&rep=rep1&type=pdf](https://doi.org/10.1.1.589.3348&rep=rep1&type=pdf)
- Ross, M. (1955). *Community organization. Theory and principles*. New York, United States of América: Harper & Row Publishers.

Ross, M. G. & Lappin, B. W. (1967). *Community organization: Theory, principles and practice*. Second Edition. New York. Harper and Row Publishers.

Rostow, W. W. (1960). *Etapas do desenvolvimento económico. Um manifesto não-comunista*. Recuperado de: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3934312/mod-resource/content/1/Rostow%20As%20cinco%20etapas%20do%20desenvolvimento.pdf>

Rousseau, J. J. (1993). *El contrato social*. Barcelona, España: Ediciones Altaya.

Rubio, M. J. y Varas, J. (2004). *El análisis de la realidad en la investigación social*. Madrid, España: Editorial CCS.

Ruiz, P. O., Touriñan Lopez, J. M. y Sánchez, J. E. (2006). La educación ciudadana en una sociedad multicultural y compleja. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano 40, nº 2, pp. 07-035. Doi: 10.14195/1647_8614_40_2_1

Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. Em Bursztyn, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável* (pp. 37-38). Brasil: Editora Brasiliense.

Saez, H. C. (1983). *Capitalismo y morfología urbana en España*. Realidad geográfica. Recuperado de: <https://www.ub.edu/geocrit/librosElec/Capel-capitalismo.pdf>

Sampieri, R. H., Fernandez, C. C. y Lucio, M. B. P. (2014). *Metodología de la investigación*. Recuperado de: https://periodicooficial.jalisco.gob.mx/sites/periodicooficial.jalisco.gob.mx/files/metodologia-de-la-investigacion_-_roberto_hernandez_sampieri.pdf

Samuels, M. A. (2011). *A história do Ensino em Angola (1878-1914)*. Luanda, Angola: Mayamba Editora.

Sánchez, C. L. E. y Suárez, L. A. C. (2018). *Técnicas y métodos cualitativos para la investigación científica*. Recuperado de: <https://186.3.32-121/bitstream/48000/12501/1/tecnicas-y-metodos-cualitativosParaInvestigacionCientifica.pdf>

- Sánchez, B. E. (2003). *La investigación científica: teoría y metodología*. Recuperado de: <https://www.postgradoune.edu.pe/pdf/documentos-academicos-ciencias-de-la-educacion/13.pdf>
- Sandin Esteban, M. P. (2003). *Investigación cualitativa en educación. Fundamentos y tradiciones*. Madrid, España: Mc Graw-Hill.
- Sandin Esteban, M. P. (2000). Criterios de validez en la investigación cualitativa: de la objetividad a la solidaridad. *Revista de Investigación Educativa*, volumen 18, nº 1, pp. 223-242. Recuperado de: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/45190/1/criterios%20de%20validez%20en%20la%20investigacion%20cualitativa%20de%20la%20objetividad%20a%20la%20solidadidad.pdf>
- Sádoval, C. A. C. (1996). *Investigación cualitativa*. Recuperado de: <https://panel.inkuba.com/sites/2/archivos/manual%20colombia%20cualitativo.pdf>
- Santos, T. Dos (2016). *Desenvolvimento e civilização. Homenagem a Sérgio Furtado*. Recuperado de: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160330040647/Desenvolvimento_e_civilizacao.pdf
- Santos, M. A. dos (2006). *A natureza do Espaço: técnica e tempo, Razão e emoção*. Recuperado de: https://filesleadtufal.webnode.com.br/2000000264d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaço.pdf
- Schettini, P. y Cortazzo, I. (2015). *Analisis de datos cualitativos en la investigación social. Procedimientos y herramientas para la interpretación de la informacion cualitativa*. Recuperado de: <https://core.ac.uk/download/pdf/296382463.pdf>
- Schneider, S. (2004). A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, volume 6, nº11. pp. 88-125. Recuperado de: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/19820>
- Schultz, T. W. (1959b). Investment in Man: An Economist's view. *Social Service Review*, volume 33, nº 2, pp. 109-117. Recuperado de: <https://journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/640656>

- Schultz, T. W. (1963). *O valor económico da educação*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores.
- Schumpeter, J. A. (1997). *Teoria do desenvolvimento económico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo económico*. Recuperado de: https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/s_Schumpeter_-_Teoria_do_desenvolvimento_economico_Uma_Investigacao_sobre_lucros_capital_Credito_Juro_e_Ciclo_economico.pdf
- Seers, D. & Joy, L. (1971). *Development in a divided world*. Harmondsworth-London, United Kingdom.
- Sen, A. (1998). *Las teorías del desarrollo a principios del siglo XXI*. Recuperado de: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/economia/article/view/11497>
- Singer, H. W. (1989). *El desarrollo en la posguerra: lecciones de la experiencia de 1945-1985*. En Comercio exterior volumen 39, nº 7, pp. 597-617. Recuperado de: <https://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/176/4/rce4.pdf>
- Smith, A. (1994). *La riqueza de las naciones*. Madrid, España: Alianza Editorial.
- Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. *The Quaterly Journal of Economics*, volume 70, nº 1, pp. 65-94. Recuperado de: <https://piketty.pse.ens.fr/files/solow1967.pdf>
- Strauss, A. y Corbin, J. (2002). *Bases de la investigación cualitativa. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. Recuperado de: https://diversidadlocal.files.wordpress.com/2012//09/bases-investigacion_cualitativa.pdf
- Tamayo, T. M. (2004). *El proceso de la investigación científica*. Ciudad de México, México: Limusa, S. A. de C.V. Grupo Noriega Editores.
- Taylor, S. J. y Bogdan, R. (1994). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Recuperado de: <https://iessb.files.wordpress.com/2015/07/05-Taylor-mc3a9metodos.pdf>
- Taylor, S. J. y Bogdan, R. (1987). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona, España: Páidos Iberica.

- Teixeira, C. (2011). *A Nova Constituição de Angola e as oportunidades de negócios e investimentos: comunicação proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Recuperado de: <https://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Teixeira-Carlos-Nova-Constituição-economica-de-Angola.pdf>
- Gil, T. G. y Arana, A. C. (2010). Introducción al análisis de datos en investigación cualitativa: tipos de análisis y proceso de codificación (II). *Nure Investigación*, nº 45, pp. 1-10. Recuperado de: <https://www.nureinvestigacion.es/ojs/index.php/nure/article/view/485/474>
- Tönnies, F. (1922). *Communauté et société. Catégories fondamentales de la sociologie pure*. Paris, France: Retz-Centre d'Études et de promotion de la culture. Recuperado de: https://classiques.uqac.ca/classiques/tonnies_ferdinand/communaute_societe/communaute_soc_intro.html
- Torres, A. (2011). *África Sabsahariana, meio século depois*. Recuperado de: <https://www.adelinotorres.info/trabalhos/horizontes%20do%20desenvolvimento%20Africano%20no%20limiar%20do%20seculo%20XXI.pdf>
- Troncoso-Pantoja, C. y Amaya-Placencia, A. (2017). Entrevista: guía práctica para la recolección de datos cualitativos en investigación de salud. *Revista de la facultad de Medicina*, vol. 65, nº 2, pp. 329-332. Doi: <http://dx.doi.org/10.15446/revfacmed.v65n2.60235>
- Vargas, C. G. (2005). *Educación y desarrollo en los Andes. Estudio etnográfico de la comunidad quechua de Aramasi en Bolivia*. Frankfurt, Alemania: Peter Lang.
- Vargas, C. G. (2002). *Prácticas educativas y procesos de desarrollo en los Andes. Estudio etnográfico de la comunidad Quechua de Aramasi en Bolivia* (Tesis Doctoral inédita), Universidad de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, España.
- Vargas, C. G. y Caride, G. J. A. (2002). *La educación como desarrollo: una visión estratégica y humanista*. *Revista Diálogos*, vol 3, nº 31-32, pp. 17-27. Recuperado de: https://www.academia.edu/6195858/LA_EDUCACION

COMO DESARROLLO UNA VISION ESTRATEGICA Y HUMANA
NISTA1

- Vasconcellos, M. A. S. De, e García, M. E. (1998). *Fundamentos de economia*. São Paulo, Brasil: Saraiva.
- Vassberg, E. D. (1992). La comunidad rural en España y en el resto de Europa. *Mélanges de la Casa de Velazquez*, volumen 28, nº 2, pp. 151-162. Doi: <https://doi.org/10.3406/casa.1992.2621>
- Veiga, J. E. S. (2003). *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. GEOUSP Espaço e Tempo, nº 12, pp. 179-187
- Ventura, R. (1955). *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. (Decreto-Lei nº 39.666, de 21 de Novembro). Lisboa: Portaria nº 15.612.
- Vieira, L. (2007). *Angola a dimensão ideológica da educação (1975-1992)*. Luanda, Angola: Editorial Nzila.
- Ware, C. F (1954). *Organización de la comunidad para el bienestar social*. Whashington, Estados Unidos de América: Unión Panamericana.
- Washington, Banco Mundial (2016). *Informe sobre la pobreza y la prosperidad compartida*(nº210958). Recuperado de: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25078/210958ovSP.pdf?sequence=20&isAllowed=y>
- Wshington, Banque Mondiale (1990). *Rapport sur le developpement dans le monde* (nº 85070). Recuperado de: <https://document1.worldbank.org/curated/en/480291468331914086/pdf/PUB85070FRENCH10OA1995100101PUBLIC1.pdf>
- Weber, M. (1964). *Economia y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. Recuperado de: <https://zoonpolitikomx.files.wordpress.com/2014/08/max-weber-economia-y-sociedad.pdf>
- Wheeler, D. e Pelissier, R. (2009). *História de Angola*. Lisboa, Portugal: Tinta da China.
- Wilches, L. A. M. (2000). *El nuevo rol de lo rural*. Recuperado de:

<https://bibliotec.clacso.edu.ar/colombia/fear-puj/20130218124452/muñoz.pdf>

Williams, R. (2003). *Palabras clave. Un vocabulario de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión.

Zamfir, I. (2016). *La croissance économique de l'Afrique: decollage ou ralentissement?* Recuperado de: [https://www.europarl.europa.eu/Regidata/etudes/idan/2016/573891/ep_rs_ida\(2016\)573891_fr.pdf](https://www.europarl.europa.eu/Regidata/etudes/idan/2016/573891/ep_rs_ida(2016)573891_fr.pdf)



Fontes documentais

- Africa Progress Panel (2013). *Rapport sur les progres en Afrique: equité et industries extractives en Afrique* (s/nº). Recuperado de: [https://africa_progress_Report_2013_fr_may_hi_res\(4\).Pdf](https://africa_progress_Report_2013_fr_may_hi_res(4).Pdf)
- Angola. *Lei nº 17/16, de 17 de Outubro-Lei de Bases do Sistema de Educação*. Publicada no Diário da República, 1ª série, nº 65. Luanda: Imprensa Nacional.
- Angola. *Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro-Lei de Bases do Sistema de Educação*. Publicada no Diário da República, 1ª série, nº 65. Luanda: Imprensa Nacional.
- Angola. *Lei nº 23/92, de 17 de Setembro- Lei de Revisão Constitucional da República de Angola*. Porto, Portugal: Plural Editores.
- Angola. *Constituição da República Popular de Angola de 1975*. Publicada no Diário da República, 1ª série, nº 1. Luanda: Imprensa Nacional.
- Angola. Ministério da Educação (2014). *Relatório de Avaliação global da reforma educativa. Luanda, Angola*: Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma Educativa.
- Angola. Ministério da Educação (2013). *Relatório de balanço do trabalho realizado pelo grupo de prognóstico do Ministério da Educação da República Popular de Angola (Março a Junho de 1986)*. Luanda, Angola: Editora das Letras, S. A.
- Angola. Ministério da Educação (2011). *Balanço da implementação da reforma educativa nos subsistemas: educação pré-escolar, ensino geral, formação de professores e ensino técnico profissional*. Luanda, Angola: Comissão de Acompanhamento e Avaliação da reforma Educativa.
- Angola. Ministério do Planeamento (2004). *Estratégia de Combate a Pobreza. Reinserção Social, Reabilitação, Reconstrução e Estabilização Económica*. Recuperado de: https://Sarpen.org/documents/d0001014/P1129-Angola_ECP_Feb2004.pdf

- Biografia de Paulo Dias Novais (1510-1589)*. Wikipédia, a enciclopédia livre.
Recuperado de:
https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paulo_Dias_de_Novais&oldid=58718272
- Congo Brazzaville, Organização Mundial da Saúde. (2012). *Sistemas de saúde em África: percepções e perspectivas das comunidades*: relatório de um estudo multipaíses (s/nº). Recuperado de:
https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/portuguese---health_systems_in_africa---2012.pdf
- Estados Unidos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2015). *Relatório sobre o desenvolvimento humano*. Recuperado de:
http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_report_pt.pdf
- Estados Unidos, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2013). *Informe sobre desarrollo Humano*. Recuperado de:
<https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013-es-complete.pdf>
- Estados Unidos, Organización de Naciones Unidas. (1987). *Informe de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo*. Recuperado de:
https://www.ecominga.uqam.ca/PDF/BIBLIOGRAPHIE/GUIDE_LECTURE_1/CMMD-Informe-Comision-Brundtland-sobre-Medio-Ambiente-Desarrollo.pdf
- Etats Unis, Programme des Nations Unies pour le Développement (2017). *Inégalités des revenus en Afrique Subsaharienne* (Rapport n° 7). Recuperado de:
[https://overview-incomeinequalitytrendsSSA-FRweb\(2\).pdf](https://overview-incomeinequalitytrendsSSA-FRweb(2).pdf)
- Etats Unis, Programme des Nations Unies pour le développement (2016). *Rapport sur le développement humain en Afrique*. Recuperado de:
https://AFHDR_2016_frenchweb.pdf
- Etiópia, Commission Économique pour l'Afrique (2017). *Rapport Économique sur l'Afrique: l'Industrialisation et l'Urbanisation au service de la transformation de l'Afrique* (s/nº). Recuperado de:
https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/ERA/ERA2017_fr/era-2017_fr_fin_jun2017.pdf
- Etiópia, Commission Économique pour l'Afrique (2014). *Rapport sur les objectifs du millénaire pour le développement. Évaluation des progrès accomplis*

en Afrique dans la réalisation des objectifs du millénaire pour le développement: analyse de la position commune africaine sur le programme de développement pour l'après-2015. Recuperado de: https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/rapport_omd_2014.pdf

Etiópia, Commission Économique pour l'Afrique, Programme des Nations Unies pour le Développement, Commission de l'Union Africaine et Banque Africaine de Développement. (2014). *Rapport sur les Objectifs du Millénaire pour le Développement. Analyse de la position commune africaine sur le Programme de Développement pour l'après – 2015* (s/nº). Recuperado de: https://www.uneca.org/sites/default/files/publicacionFiles/rapport_omd_2014.pdf

Etiópia, Commission Économique pour l'Afrique (2012). *Rapport Économique sur l'Afrique* (s/nº). Recuperado de: https://www.uneca.org/sites/default/files/publicationFiles/era2012_fre_fin.pdf

Etiópia, Organisation International du Travail. (2007). *L'Agenda du Travail du Travail Decent en Afrique.* Rapport du Directeur General (s/nº). Recuperado de: <https://www.ilo.org/public/french/standards/relm/rgmeet/11afrm/dg-thematic.pdf>

Etiópia, Commision Économique pour l'Afrique (1990). *Rapport Économique sur l'Afrique* (s/nº). Recuperado de: <https://repository.uneca.org/bitstream/handle//10885/14833/56462.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

France, Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la science et la Culture (2016). *Rapport Mondial des sciences sociales: lutter contre les inégalités-pistes vers un monde juste-Resumé* (s/nº). Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245995-fre>

Guiné Equatorial, Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento da África (2014). *Declaração de Malabo sobre o Programa Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura em África.* Recuperado de: <https://www.nepad.org/caadp/publication/malabo-declaration-accelerated-agricultural-growth>

- Italie, Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture et Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture (2005). *L'éducation pour le développement rural: vers des orientations nouvelles*. Recuperado de: <https://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/docs2010/EDR.pdf>
- Italie, Fonds International pour le Developpement Agricole et Réseau des Organisations Paysannes et Producteurs de l'Afrique de l'Ouest (2004). *Les agriculteurs prennent la parole: vision et recommandations des organisations paysannes africaines pour le Programme Détaillé pour le Developpement de l'agriculture africaine*. Recuperado de: https://www.ifad.org/documents/38714170/39135645/fermer_f.pdf/d4f3d61e-83df-4f63-a978-9452cc8821f5
- Italie et Etats Unis, Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture et Banque Mondiale (2001). *Systèmes d'exploitation agricole et pauvreté. Amelliorer les moyens d'existence des agriculteurs dans un monde changeant*. Recuperado de: <https://www.fao.org/3/a-v1860f.pdf>
- Libéria, Commission Économique pour l'Afrique (2019). *Les dynamiques démographiques au service du developpement durable de l'Afrique de l'ouest: défis et mesures de politique*. Recuperado de: <https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/SROS/WA/ice22/ice22nd-wa-issue-paper-ddd-french30aprildef-05.pdf>
- Nigéria, Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento da África (2001). *Mecanismo de Gestão da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África: Comité de implementação de Chefes de Estado*. Abuja, Nigéria. Recuperado de: <https://labrary.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/nepad.pdf>
- Senegal, Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture (2015). *Afrique Subsaharienne. Examen régional de l'éducation pour tous: Rapport d'évaluation de l'éducation pour tous en Afrique Subsaharienne (s/n°)*. Dakar, Senegal: UNESCO IIFE, Pôle de Dakar.
- Suisse, Conference des Nations Unies sur le Commerce et le Developpement et Organisation de Nations Unies pour le Developpement Industriel. (2011). *Rapport sur le Developpement Économique en Afrique: promouvoir le Developpement Industriel en Afrique dans le Nouvel Environnement*

Mondial (Rapport s/n°). Recuperado de:
https://uncutad.org/fr/docs/aldcafrica2011_fr.pdf

Zimbabwe, Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture, Organisation de l'Unité Africaine et Commission Économique des Nations Unies pour l'Afrique (1982). *L'éducation et le Développement endogène en Afrique: évolution, problemes et perspectives* (s/Presd). Conférence de ministres de l'éducation et des ministres chargés de la planification économique des États Membres d'Afrique. Conférence organisée par l'UNESCO avec la coopération de la CEA et de l'OUA, Harare-Zimbabwe.



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de África.....	241
Figura 2. Mapa Politico-Administrativo de Angola.....	242
Figura 3. Mapa da Província do Bié.....	243
Figura 4. Mapa do Bié que acolhe o Município do Kuito e a Comunidade de <i>Ekovongo</i>	244
Figura 5. Imagem fotográfica da Escola primária de <i>Ekovongo</i>	265
Figura 6. Imagem fotográfica da Escola Primária com alunos de <i>Ekovongo</i>	265
Figura 7. Imagem fotográfica da Escola Secundária de <i>Ekovongo</i>	266
Figura 8. Processo geral de análise de dados qualitativos.....	314
Figura 9. Fases do processo de análise de dados qualitativos.....	317
Figura 10. Hierarquia de entes educadores na cosmovisão <i>umbundu</i> ...	329

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Performances comparadas da África Subsaariana e de outras regiões e desenvolvimento.....	134
Quadro 2. Flutuações do crescimento médio anual em percentagem do PIB em África entre 1965 e 1999.....	135
Quadro 3. Taxa anual de crescimento em percentagem do PIB em África	136
Quadro 4. Indicadores macroeconómicos em África entre 1990 e 1997.....	137
Quadro 5. Taxa de crescimento anual do PIB por habitante em África.....	140
Quadro 6. Desigualdades patrimoniais em África.....	147
Quadro 7. Financiamento da educação por região em África em 2012	179
Quadro 8. Resumo dos resultados da EPT na África Subsaariana em 2012.....	180
Quadro 9. Nomes dos reis de <i>Ekovongo</i> e periodos de reinado.....	256
Quadro 10. Pautas Educativas do <i>Onjango</i> Familiar <i>Umbundu</i>	259
Quadro 11. Critérios de seleção do cenário.....	280
Quadro 12. Amostra geral.....	288
Quadro 13. Cronograma das etapas da investigação empírica.....	292
Quadro 14. Amostra dos comunários.....	301
Quadro 15. Composição do grupo de discussão.....	305
Quadro 16. Classificação da análise de acordo com o seu alcance.....	313
Quadro 17. Classificação e codificação por grupo de idade e sexo.....	315
Quadro 18. Códigos de identidade e procedência.....	315

Lista de Acrónimos

ADEA :	Associação para o Desenvolvimento da Educação em África
ADRA:	Ação de Desenvolvimento Rural e Ambiente
ANGOLA-TELECOM:	Empresa de telecomunicações de Angola
APESS/APAGA:	Associação para a Promoção da Pecuária em Savana e no Sahel
AUDA:	Agência de Desenvolvimento da União Africana
BAD:	Banco Africano de Desenvolvimento
BAI:	Banco Africano de Desenvolvimento
BCA:	Banco Central de Angola
BCG:	Bacilo Calmette-Guérin ou Vacina contra a Tuberculose
BID:	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM:	Banco Mundial
BMS:	Sociedade Missionária Baptista
CEDEAO:	Comunidade dos Estados da África Ocidental
CEEAC:	Comindade Económica dos Estados da África Central
CEPAL:	Comissão Económica para América Latina
CILSS:	Comité Permanente Interestado de Luta Contra a Seca no Sahel
CMA/OAC:	Conferência dos Ministros da Agricultura da Africa Ocidental e Central
CMMAD:	Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNLP:	Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza
CNUCED:	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
CODESRIA:	Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África
COFNABVI-A.O:	Condefeeração das Federações Nacionais de Carne Bovina
CORAF/WECD:	Conselho da África Ocidental e Central para a Pesquisa e o Desenvolvimento Agrícola
CORET:	Confederação das Organizações de Pastores Tradicionais em África
CUA:	Comissão da União Africana
DIAMANG:	Companhia de Diamantes de Angola
DTA:	Divisão dos Transportes Aereos de Angola

DTP:	Difteria, Tétano e Poliomielite
ECOAWAP:	Política Agrícola da Comunidade Agrícola dos Estados da África Ocidental
ECP:	Estratégia de Combate à Pobreza
EDA:	Estação de Desenvolvimento Agrário
ENDIAMA:	Empresa Nacional de Diamantes de Angola
ENE:	Empresa Nacional de Energia
EPITEL:	Companhia portuguesa Rádio Marconi – Empresa de Telecomunicações
EPT:	Educação para Todos
EUA:	Estados Unidos da América
FAO:	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FIDA:	Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FNLA:	Frente Nacional de Libertação de Angola
HUB-RURAL:	Plataforma de Apoio ao Desenvolvimento Rural e à Segurança Alimentar na África Ocidental e Central
IAD:	Índice Africano de Desenvolvimento
IBEP:	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População
IDH:	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS:	Instituto de Estudos do Desenvolvimento
IFDC:	Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes.
IICA:	Instituto de Investigação Científica de Angola
IIMA:	Instituto de Investigação Médica de Angola
IPE:	Instituto Internacional para a Planificação da Educação
IITA:	Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda
INE:	Instituto Nacional de Estatística
ISI:	Industrialização pela Substituição das Importações
LEA:	Laboratório de Engenharia de Angola
MED:	Ministério da Educação
MINADEF:	Conferência de Ministros da Educação dos Estados Membros de África
MPLA:	Movimento Popular de Libertação de Angola
NEPAD:	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OCDE:	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM:	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS:	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA:	Organização dos Americanos
OIT:	Organização Internacional do Trabalho

OMS:	Organização Mundial da Saúde
ONU:	Organização das Nações Unidas
ONUDI:	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OUA:	Organização de Unidade Africana
PAE:	Programa de Ajustamento Estrutural
PAL:	Plano de Ação de Lagos
PALOP:	Países Afrianos de Língua Oficial Portuguesa
PAU:	Política Agrícola
PDDAA:	Programa Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura em África
PEOPLE IN NEED:	Organização Não-Governamental da República Checa
PESA:	Programa Especial de Segurança Alimentar
PIB:	Produto Interno Bruto
PIDA:	Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África
PMIDRCP:	Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza
PNIA:	Plano Nacional de Investimento Agrícola
PNUD:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA:	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POSCAO:	Plataforma das Organizações da Sociedade Civil da África Ocidental
PRIA:	Plano Regional de Investimento Agrícola
RBN:	Rede Billital Maroobé
RECAO:	Rede das Câmaras da Agricultura da África Ocidental
ROAC:	Rede dos Cereais da África Ocidental
ROPPA:	Rede das Organizações Camponesas e de Produtores da África Ocidental
SADC:	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SDSN:	Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável
SEPA/INTEREA:	Grupos de Investigação da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Santiago de Compostela
SIDA:	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SONANGOL:	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
SONEFE:	Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos
TAAG:	Transportes Aéreos de Angola
TIC:	Tecnologias de Informação e Comunicação
TWN:	(Third World Network) Rede do terceiro Mundo
U.O.F.A-A.O:	União das Organizações da Filial Avícola
UA:	União Africana

UEMOA:	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNCTAD:	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
UNECA:	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNICEF:	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância ou Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA:	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS:	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD:	United States Dollar
VIH:	Virus da Imunodeficiência Humana
WC:	Water Closet (sigla em Inglês) que em português corresponde à gabinete da água ou banheiro público.

